



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 17 QUARTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2014

MESA DO SENADO FEDERAL *	
<b>PRESIDENTE</b> Renan Calheiros - (PMDB-AL)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Ciro Nogueira - (PP-PI)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Jorge Viana - (PT-AC)	<b>4º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Romero Jucá - (PMDB-RR)	<b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b> Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	<b>1º</b> - Magno Malta - (PR-ES)
<b>2ª SECRETÁRIA</b> Angela Portela - (PT-RR)	<b>2º</b> - Jayme Campos - (DEM-MT)
	<b>3º</b> - João Durval - (PDT-BA)
	<b>4º</b> - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

\* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<b>Bloco Parlamentar da Maioria</b> <b>(PMDB/PP/PSD/PV) - 27</b>  <b>Líder</b> <b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (66,68)  .....  <b>Líder do PMDB - 20</b> <b>Eunício Oliveira</b> (66,68)  Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)  <b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> (64)  Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)  <b>Líder do PSD - 1</b> <b>Sérgio Petecão</b> (84,87)  <b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b> (76)	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</b>  <b>Líder</b> <b>Wellington Dias - Bloco</b> (24,69,89)  Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,100) Rodrigo Rollemberg (65,99) Inácio Arruda (90,93,115)  .....  <b>Líder do PT - 13</b> <b>Humberto Costa</b> (116)  Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (102) Eduardo Suplicy (101)  <b>Líder do PDT - 5</b> <b>Acir Gurgacz</b> (49,55,70,100)  Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)  <b>Líder do PSB - 4</b> <b>Rodrigo Rollemberg</b> (65,99)  Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,81)  <b>Líder do PCdoB - 2</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> (1,91,117)  Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (90,93,115)  <b>Líder do PSOL - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (18,75)	<b>Bloco Parlamentar Minoria</b> <b>(PSDB/DEM) - 15</b>  <b>Líder</b>  .....  <b>Líder do PSDB - 11</b> <b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,62,113)  Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78)  <b>Líder do DEM - 4</b> <b>José Agripino</b> (2,10,14,44,46,74)  Vice-Líder do DEM Wilder Morais (97,112)
<b>Bloco Parlamentar União e Força</b> <b>(PTB/PR/PSC/PRB) - 12</b>  <b>Líder</b> <b>Gim - Bloco</b> (56,58,59)  Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)  .....  <b>Líder do PTB - 6</b> <b>Gim</b> (56,58,59)  <b>Líder do PR - 4</b> <b>Alfredo Nascimento</b> (41,63)  Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)  <b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> (17,47,48,80)  <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> (37,45,67,98,109)	<b>Governo</b>  <b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - Governo</b> (39)  Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,81) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	<b>SDD - 1</b>  <b>Líder</b> <b>Vicentinho Alves - SDD</b> (42,54,71,111)  <b>PROS - 1</b>  <b>Líder</b> <b>Ataídes Oliveira - PROS</b> (96,108,114)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
<b>Antônio Helder Medeiros Rebouças</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial	<b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários <b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos



# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – ATA DA 18ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2014</b> .....	8
1.1 – ABERTURA.....	8
1.2 – EXPEDIENTE.....	8
<b>1.2.1 – Leitura de requerimentos</b>	
Nº 129/2014, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura, solicitando informações ao Ministro de Estado dos Transportes .....	9
Nº 130/2014, de autoria do Senador Sérgio Petecão, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181/2011 .....	11
Nº 131/2014, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 470/2012 e 229/2013 .....	12
<b>1.2.2 – Leitura de projeto</b>	
Projeto de Resolução nº 6/2014, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que <i>institui o Grupo Parlamentar Brasil-Irlanda e dá outras providências</i> .....	12
<b>1.2.3 – Discursos do Expediente</b>	
SENADORA ANA AMÉLIA – Registro de audiência pública na CAE destinada a debater as causas dos altos preços dos automóveis no Brasil. ....	13
SENADOR CASILDO MALDANER – Relato de recentes investimentos em educação feitos pelo setor industrial de Santa Catarina. ....	15
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Destaque para as realizações do Governo do Estado do Amapá; e outros assuntos. ....	17
SENADORA ANGELA PORTELA – Considerações acerca de projeto de lei que trata da guarda compartilhada dos filhos de casais separados.....	18
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Críticas ao apoio dado pelo Brasil à Venezuela.....	20
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Apresentação do relatório de viagem de S. Exª ao Irã, onde esteve em visita representando o Congresso Nacional; e outro assunto. ....	21
<b>1.2.4 – Comunicação</b>	
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher ( <b>Ofício nº 14/2014</b> ). <i>Designação da Senadora Lúcia Vânia, como suplente, para compor a referida Comissão</i> .....	25
<b>1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)</b>	
SENADOR PAULO PAIM – Alerta para o crescimento da obesidade infantil no País; e outro assunto. ....	25
<b>1.2.6 – Apreciação de matéria</b>	
Requerimento nº 116/2014, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos. <b>Aprovado.</b> ....	27
<b>1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)</b>	
SENADOR ANIBAL DINIZ – Repúdio aos recentes casos de violência gratuita no Brasil; e outro assunto. ....	27
SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Alerta aos Governos Estadual e Federal pelo aumento da violência no Mato Grosso; e outro assunto.....	30
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Defesa da política econômica dos Governos do PT. ....	33
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Destaque à importância da implantação do Plano Real para a estabilidade da economia brasileira. ....	35
1.3 – ORDEM DO DIA	
<b>1.3.1 – Item 1</b>	
Medida Provisória nº 626/2013, que <i>abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 2.531.486.253,00 (dois bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais), para o fim que especifica. Aprovada</i> , tendo usado da palavra o Senador Wilder Moraes (Relator). À promulgação.....	39

**1.3.2 – Item 2**

Projeto de Lei da Câmara nº 108/2013 (nº 4.268/2012, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE)*. **Aprovado.** À sanção ..... 39

**1.3.3 – Item 4 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Projeto de Lei da Câmara nº 110/2013 (nº 2.693/2011, na Casa de origem), de autoria do Deputado Pepe Vargas) que *altera a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, para tipificar o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelecer requisitos e limites para a sua produção e comercialização e definir diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor*. **Aprovado**, tendo usado da palavra a Senadora Ana Amélia (Relatora) e os Senadores Romero Jucá, Gim, Pedro Simon, Waldemir Moka e Ataídes Oliveira. À sanção.. 40

**1.3.4 – Item 5 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Requerimento nº 1.371/2013, do Senador Humberto Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2011 - Complementar, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. **Aprovado** ..... 44

**1.3.5 – Item 6 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Requerimento nº 1.423/2013, do Senador Zeze Perrella, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 446/2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Aprovado** ..... 44

**1.3.6 – Item 7 (Tramita em conjunto com os Requerimentos nºs 1 e 2/2014) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Requerimento nº 1.428/2013, do Senador Wilder Moraes, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. **Aprovado** ..... 44

**1.3.7 – Item 12 (Tramita em conjunto com os Requerimentos nºs 1.428/2013 e 2/2014) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Requerimento nº 1/2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Aprovado** ..... 44

**1.3.8 – Item 13 (Tramita em conjunto com os Requerimentos nºs 1.428/2013 e 1/2014) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Requerimento nº 2/2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. **Aprovado** ..... 44

**1.3.9 – Item 8 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Requerimento nº 1.465/2013, do Senador Cyro Miranda, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. **Aprovado** ..... 45

**1.3.10 – Item 9 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Requerimento nº 1.473/2013, do Senador Walter Pinheiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 374/2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura. **Aprovado** ..... 45

**1.3.11 – Item 10 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Requerimento nº 1.474/2013, do Senador Cyro Miranda, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 484/2013, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. **Aprovado** ..... 45

**1.3.12 – Item 11 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Requerimento nº 1.491/2013, do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50/2013, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. **Aprovado** ..... 45

**1.3.13 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)**

Projeto de Lei da Câmara nº 107/2013 (nº 4.220/2013, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região*. **Aprovado.** À sanção..... 46

**1.3.14 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.....** 46**1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA****1.4.1 – Leitura de projetos**

Projeto de Lei do Senado nº 53/2014, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *concede isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP sobre as operações com produtos reciclados e altera a Lei nº 12.375, de 30 de dezembro de 2010, para prorrogar o prazo de vigência da concessão de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)*. ..... 47

Projeto de Lei do Senado nº 54/2014, de autoria do Senador José Agripino, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Start-ups.	50
Projeto de Lei do Senado nº 55/2014, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento nos âmbitos do Sistema Único de Saúde e da saúde suplementar.	55
Projeto de Lei do Senado nº 56/2014, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT).	60
Projeto de Lei do Senado nº 57/2014, de autoria do Senador Waldemir Moka, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução das despesas com cuidadores de idosos da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.	62
Projeto de Lei do Senado nº 58/2014, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para dispor que o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual – EPI, por si só, não descaracteriza o trabalho em condições especiais que justifiquem a concessão de aposentadoria especial e dá outras providências.	64
Projeto de Lei do Senado nº 59/2014, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivos do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para permitir que o empregado possa deixar de comparecer ao trabalho, por até 8 (oito) dias, por motivo de falecimento de familiar ou afim ou casamento, e por até 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde de familiar ou afim, e dá outras providências.	66
<b>1.4.2 – Leitura de requerimentos</b>	
Nº 132/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Centro de Integração de Guerra na Selva.	68
Nº 133/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Páes Vilaró.	69
Nº 134/2014, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 27 a 29 de março próximo.	70
Nº 135/2014, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando informações ao Ministro de Estado das Comunicações.	70
Nº 136/2014, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda.	73
<b>1.4.3 – Ofício do Presidente do Supremo Tribunal Federal</b>	
Nº 4.473/2014, na origem, comunicando que foi proferida decisão sobre o Recurso Extraordinário nº 662.113	77
<b>1.4.4 – Comunicações da Presidência</b>	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 623/2013. <i>Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria</i>	79
Recebimento dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes aos Tribunais Regionais do Trabalho das 9ª, 11ª, 18ª, 20ª, 22ª e 23ª Regiões ( <b>Ofícios nºs 8, 114, 163, 3, 4, 21, 22 e 39/2014, na origem</b> )	79
<b>1.4.5 – Ofício do Ministro de Estado das Comunicações</b>	
Nº 112/2014, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.300/2013, de autoria do Senador Alvaro Dias	116
<b>1.4.6 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados</b>	
Nº 220/2014, na origem, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 298/2006	116
<b>1.4.7 – Aviso do Presidente Substituto do Banco Central do Brasil</b>	
Nº 4/2014-CN (nº 9/2014, na origem), encaminhando as Demonstrações Financeiras referente ao segundo semestre de 2013. <i>Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria</i>	117
<b>1.4.8 – Ofício do Presidente do Conselho Nacional de Justiça</b>	
Nº 44/2014, na origem, encaminhando a republicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2013	190
<b>1.4.9 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)</b>	
<b>1.4.10 – Discursos</b>	
SENADORA ANA RITA – Congratulações ao PT pelos 34 anos de existência; e outro assunto.	196
<b>1.4.11 – Parecer</b>	
Nº 71/2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 20/1999	199

<b>1.4.12 – Comunicação da Presidência</b>	
Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20/1999; 90/2003; 74 e 83/2011; 33/2012; e 21/2013 contínuem sua tramitação. ....	210
<b>1.4.13 – Discursos (continuação)</b>	
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Destaque para os avanços sociais e econômicos do Governo Lula após o Plano Real. ....	223
<b>1.4.14 – Comunicação da Presidência</b>	
Convocação de sessão solene do Congresso Nacional em 25 de março próximo, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a agradecer as vencedoras da 13ª Premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. ....	236
<b>1.4.15 – Discursos (continuação)</b>	
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Preocupação com a redução da vazão do Rio São Francisco provocada pelo Homem; e outro assunto. ....	236
SENADOR CÍCERO LUCENA – Alerta para os problemas de abastecimento de água no Estado da Paraíba. ....	240
<b>1.4.16 – Leitura de requerimento</b>	
Nº 137/2014, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Wilhelm. ....	245
<b>1.4.17 – Discursos (continuação)</b>	
SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder – Destaque para a Campanha da Fraternidade de 2014, a qual tem como tema “Fraternidade e Tráfico Humano”; e outros assuntos. ....	246
<b>1.4.18 – Apreciação de matéria</b>	
Requerimento nº 137/2014, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. <b>Aprovado</b> , tendo usado da palavra o Senador Eduardo Suplicy. ....	249
<b>1.4.19 – Discursos (continuação)</b>	
SENADOR INÁCIO ARRUDA – Defesa de mais investimentos em energia no Ceará. ....	250
<b>1.4.20 – Pareceres</b>	
Nºs 72 e 73/2014, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, Cultura e Esporte, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 98/2013. ....	254
<b>1.4.21 – Comunicação da Presidência</b>	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 98/2013, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. ....	258
<b>1.4.22 – Discursos (continuação)</b>	
SENADOR BENEDITO DE LIRA, como Líder – Reflexão sobre a importância da educação para o progresso dos estados mais carentes. ....	258
<b>1.4.23 – Comunicação</b>	
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 631/2013 ( <b>Ofício nº 43/2014</b> ). Designação do Senador Casildo Maldaner, como titular, para compor a referida Comissão. ....	261
<b>1.4.24 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados</b>	
Nº S/4/2014 (nº 234/2014, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça. ....	262
<b>1.4.25 – Pareceres</b>	
Nº 74/2014, da Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2007. ....	329
Nº 75/2014, da Comissão da Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 318/2013. ....	344
Nºs 76 e 77/2014, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 204/2010. ....	346
<b>1.4.26 – Comunicações da Presidência</b>	
Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2007 continue sua tramitação. ....	350
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado para que o Projeto de Lei do Senado nº 204/2010, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário ( <b>Ofício nº 29/2014-CRE</b> ). ....	350
<b>1.4.27 – Aviso do Tribunal de Contas da União</b>	
Nº 10/2014 (nº 83/2014, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 274/2014, proferido nos autos do processo TC 001.198/2014-9, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. ....	351

**1.4.28 – Comunicação da Presidência**

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	351
1.5 – ENCERRAMENTO.....	352
<b>2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 25.2.2014.....</b>	<b>352</b>

**SENADO FEDERAL****3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação .....	353
Bancadas dos Partidos .....	354
Por ordem alfabética .....	355

**4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL .....** 356**5 – LIDERANÇAS .....** 357**6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....** 361**7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....** 365**8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos .....	375
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	384
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania .....	387
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	394
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	400
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa .....	410
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional .....	418
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	427
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	435
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária .....	441
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática .....	446
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	450

**9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	451
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) .....	452
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) .....	453
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	453
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	453
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	454
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	456
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) .....	458
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) .....	460
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	462
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013).....	464
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013) .....	466

**CONGRESSO NACIONAL****10 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) .....	468
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	474
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	478
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	479
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	480
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014) .....	480
Comissões Mistas Especiais.....	481

**11 – CONSELHOS E ÓRGÃO**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) .....	485
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) .....	486
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011).....	490



# Ata da 18ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 25 de fevereiro de 2014

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência do Sr. Renan Calheiros, das Srs. Angela Portela e Ana Amélia e dos Srs. João Capiberibe, Paulo Paim, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares e Ataídes Oliveira.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 28 minutos e encerra-se às 20 horas e 17 minutos.)*

É o seguinte o registro de comparecimento:



**Senado Federal**  
**54ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### 18ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 25/02/14 07:00 até 25/02/14 20:32

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PROS	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELGÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X

PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PPV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
SDD	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X

### Compareceram: 61 Senadores

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 129, DE 2014

(Da Comissão de Serviços de Infraestrutura  
Requerimento nº 3, de 2014)

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX do art. 90, com o inciso I do art. 104 e também com o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes as seguintes informações relativas à Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico):

- 1) Ante a aprovação do cálculo dos valores atinentes à construção da referida ferrovia, pelo Tribunal de Contas da União, no dia 12 do corrente mês, qual será o primeiro trecho novo licitado e quando será lançado, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, seu respectivo edital?
- 2) Qual é o traçado já definitivamente aprovado e o cronograma estimado para a realização das obras?
- 3) Qual é o custo geral do projeto, quais os órgãos e agentes governamentais e privados responsáveis
- 4) por sua execução e quais são suas fontes de financiamento?

#### Justificação

Causou surpresa a todos, sobretudo a nós, cidadãos mato-grossenses, e especialmente aos produtores rurais do meu estado, o fato de a Presidente Dilma Rousseff, quando de sua recente visita à cidade de Lucas do Rio Verde, por ocasião do lançamento do início da coleta de soja, não se haver manifestado acerca desta importantíssima obra ferroviária.

A vital importância desta ligação, conhecida como “Ferrovia da Soja” e uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento, suscita grandes expectativas, não só pela grandiosidade do projeto maior em que se insere – a pretenciosa Ferrovia Transcontinental, EF-354, que levará nossa produção ao Pacífico – mas também, e principalmente, pelos recorrentes atrasos e informações nem sempre incontestes muitas vezes prestadas pelas autoridades, nas inúmeras audiências públicas envolvendo o tema, realizadas em ambas as Casas do Congresso Nacional, ao longo dos últimos anos.

No que concerne a Mato Grosso, trata-se de uma ferrovia que vai atender à demanda da produção norte do Estado, daqueles produtores que estão ao longo da BR-163, bem como dos produtores da região do médio e baixo Araguaia, uma vasta região que hoje ostenta uma produção invejável e que aumenta a cada dia que passa. A operação da nova ferrovia torna-se decisiva para o adequado escoamento de nossas mercadorias.

Assim, faz-se mister perquirir a verdadeira situação do projeto, para que possamos conhecer suas características específicas, como seu traçado, custos, responsabilidades e prazos de execução.

Eis os porquês de formularmos os presentes questionamentos, na certeza da diligente resposta com que Sua Excelência, o Ministro dos Transportes, nos haverá de distinguir.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2014.

Senador **JAYME CAMPOS**



**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI**  
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 3, de 2014**

ASSINAM O PARECER, NA 2ª REUNIÃO, DE 19/02/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** Sen. Sérgio Petecão

**RELATOR:** \_\_\_\_\_

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB)	6. Lídice da Mata (PSB)
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Clélio Andrade (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	2. VAGO
Eduardo Braga (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	6. Ivo Cassol (PP)
Ciro Nogueira (PP)	7. Francisco Dornelles (PP)
Sérgio Petecão (PSD)	8. Kátia Abreu (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Ruben Figueiró (PSDB)
Wilder Morais (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Fernando Collor (PTB)	1. Gim (PTB)
Blairo Maggi (PR)	2. VAGO
VAGO	3. Eduardo Amorim (PSC)
Alfredo Nascimento (PR)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

(Texto com revisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião. As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Requerimentos.

#### Item 6

#### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 3, de 2014

*Requer, nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX do art. 90, com o inciso I do art. 104 e também com o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes as seguintes informações relativas à Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico): 1) Ante a aprovação do cálculo dos valores atinentes à construção da referida ferrovia, pelo Tribunal de Contas da União, no dia 12 do corrente mês, qual será o primeiro trecho novo licitado e quando será lançado, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, seu respectivo edital? 2) Qual é o traçado já definitivamente aprovado e o cronograma estimado para a realização das obras? 3) Qual é o custo geral do projeto, quais os órgãos e agentes governamentais e privados responsáveis por sua execução e quais são suas fontes de financiamento?*

**Autoria:** Senador Jayme Campos

**Observação:** Lido na reunião de 12.02.2014.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aprovado.

(À Mesa, para decisão)

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 130, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS nº 181/2011, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de permitir a prorrogação de acordo ou convenção coletiva enquanto não for celebrado novo instrumento normativo, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

#### Justificação

O projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho para determinar a ultratividade das normas coletivas, fazendo com que sua vigência extravase o período negociado pelas partes envolvidas no processo de criação coletiva das normas. Assim, traz relevante impacto jurídico e constitucional, vez que carrega insegurança jurídica. Dessa forma, entendemos pela necessidade de análise Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011 também pela CCJ.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014. – Senador **Sérgio Petecão**, Líder do PSD.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

### **REQUERIMENTO Nº 131, DE 2014**

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2012, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido.

É lido o seguinte:

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 6, DE 2014**

#### **Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Irlanda e dá outras providências.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Brasil-Irlanda, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta desse, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou de seu regulamento interno, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no *Diário do Congresso Nacional*.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

A República da Irlanda, cujo regime de governo é parlamentarista, possui forte propensão ao multilateralismo e ao pacifismo, professando opção pelo desarmamento e opondo-se às intervenções militares, salvo se tuteladas por operações das Nações Unidas. Valores que a aproximam do Brasil e provêm as bases para que os dois países intensifiquem o relacionamento e estreitem os laços de amizade.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Irlanda adensaram-se nos últimos anos. Com efeito, o Brasil abriu a sua Embaixada em Dublin em 1991, enquanto a Irlanda inaugurou a sua em Brasília em 2001.

Assim, entre 2007 e 2012, houve acréscimo de 26,9% dos fluxos comerciais, passando de 771,4 a 1.057 milhões de dólares, sendo entretanto o saldo da balança comercial desfavorável ao Brasil. Basicamente, o Brasil importa manufaturados da Irlanda, com destaque para produtos farmacêuticos, químicos orgânicos, instrumentos médicos e máquinas mecânicas. Já nossas exportações compõem-se de 52,5% de manufaturados,



47% de produtos básicos e 0,5% de semi-manufaturados. Envolvem sobretudo aviões, resíduos industriais alimentares, minérios, fumo e carnes.

Esse cenário, evidentemente, sofreu alguns reveses com a situação econômica irlandesa, que passa por época de implementação de medidas austeras negociadas com o Fundo Monetário Internacional, a União Europeia e o Banco Central Europeu. Contudo, importa registrar que a Irlanda tem concluído com sucesso seu ajuste econômico após receber 85 bilhões de euros para salvaguardar seu sistema bancário e fiscal, bem como garantir reformas estruturais.

Destaca-se também a cooperação entre a Irlanda e o Brasil no setor educacional, com programas universitários na área de nanotecnologia aplicada à medicina e à exploração do petróleo, bem como em física aplicada.

Ademais, no programa Ciência sem Fronteiras, a Irlanda ofereceu 4.000 vagas em universidades e institutos tecnológicos na modalidade graduação-sanduíche, incrementando população brasileira naquele país que, hoje, atinge cerca de 18.000 pessoas.

A diplomacia parlamentar, moderna forma de interlocução entre Estados soberanos, tem produzido resultados em prol da aproximação dos povos e da convivência harmoniosa entre Nações. Em particular, a atuação de grupos parlamentares, formalmente compostos com o objetivo de fortalecer relações bilaterais já existentes, tem sido exitosa na recente prática parlamentar brasileira, facilitando a atuação da diplomacia e da política externa como um todo.

No caso ora proposto, a formação de Grupo Parlamentar Brasil-Irlanda irá permitir maior interação entre membros dos Poderes Legislativos de ambos os países. Em face de tais possibilidades, acreditamos incumbir a esta Casa Parlamentar, diante de perspectiva alvissareira de aprofundamento de tão promissora parceria, que se instrumentalizem todos os canais cabíveis para incentivar as relações bilaterais.

Nesse sentido, apresentamos o presente Projeto de Resolução, para que o Poder Legislativo dê sua contribuição – nos limites de suas competências constitucionais, e valendo-se de instrumento legítimo de diplomacia parlamentar – para realizar todo o potencial que a maior aproximação entre Brasil e Irlanda pode comportar, pelo que esperamos granjear o apoio dos nobres senadores.

Sala das Sessões, – Senador **Flexa Ribeiro**.

*(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Diretora)*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço que me inscreva para uma comunicação inadiável.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O senhor é o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável, Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Obrigado.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pela ordem, Srª Presidenta.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador João Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Apoio Governo/PSB – AP. Sem revisão do orador.) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Segunda comunicação inadiável.

Eu sou a primeira oradora inscrita, então, eu convido o Senador Capiberibe para ocupar a Presidência.

Chamo o Senador Casildo para fazer uso da palavra. Como havíamos combinado, Senador, se V. Exª permitir que eu faça o meu pronunciamento, V. Exª será o primeiro para uma comunicação inadiável.

Então, agradeço muito a gentileza da atenção, Senador Casildo Maldaner.

Passo a Presidência ao Senador João Capiberibe.

*A Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Capiberibe.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP. *Fora do microfone.*) – Como oradora inscrita, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão (*Fora do microfone.*), colegas Senadores, Senadoras, nossos telespectadores da TV

Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu serei breve na tribuna, Senador Casildo – V. Exª será o próximo –, porque nós temos agora, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma audiência pública requerida por mim – e o Presidente da sessão será o Senador Luiz Henrique, Vice-Presidente da Comissão –, para dar prosseguimento a um debate que tivemos no ano passado sobre as causas dos elevados preços dos automóveis em nosso País, comparativamente à produção de veículos do mesmo modelo, de mesma marca, em outros países. Na Argentina, no Uruguai, no Paraguai, no Peru, na Bolívia, no Chile e até mesmo nos Estados Unidos, cujos custos de produção são mais elevados que os nossos, o valor dos carros é 30%, 40%, até 50% menor do que o que nós pagamos no Brasil.

Então, queremos tentar descobrir essa situação, porque esse tema desperta um grande interesse, exerce um grande apelo entre os consumidores brasileiros, principalmente para quem já tem um veículo e já viajou, ou já andou por esses países da América Latina, pelo Mercosul, como também para quem já viajou para os Estados Unidos. Hoje é tão fácil viajar! Às vezes, é mais barato fazer uma viagem para Miami a prestação do que fazer um programa no Nordeste, Senador – e também temos que discutir as razões por que essa passagem para ir aos Estados Unidos é mais barata do que para ir ao Nordeste, para fazer um programa no Nordeste.

Então, na primeira discussão, aventou-se que haveria vários itens que estavam impactando os preços, entre eles a questão da carga tributária, a questão do peso das autopeças, que são importantes. Só que, até 2008, o setor de autopeças, altamente gerador de empregos, era, eu diria, genuinamente, ou quase genuinamente, nacional – produção aqui, interna, no nosso País. A partir da vantagem cambial, essas autopeças passaram a ser compradas lá fora, e aí fecharam-se muitas empresas, tirando, pelo menos, 14 mil empregados da indústria de autopeças e do setor, claro, metalúrgico também, metal-mecânico – o Senador Paulo Paim, que foi metalúrgico em Canoas, conhece o setor, até mais do que eu. Então, precisamos tratar o tema para saber o impacto que o setor de autopeças tem na economia não só da região de Canoas, mas da região de Caxias do Sul e de outras regiões, como a Região das Missões, a região noroeste do nosso Estado.

Esse debate não foi conclusivo, até porque, digamos, o grande protagonista no processo são as montadoras dos veículos. Eu espero que, daqui a pouco, quando começar a audiência pública, tenhamos a presença das montadoras, representadas pela Anfavea, para esse debate.

Na primeira audiência que fizemos, não estava presente também um protagonista importante, a Fenabrave, federação dos revendedores dos veículos, porque, assim como o consumidor fica imprensado entre o fabricante e o revendedor, o revendedor também fica imprensado entre o consumidor e o fabricante.

Então, vamos verificar esse dilema todo desse complexo, nesse debate da audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, que requeri para dar prosseguimento a esses esclarecimentos, até porque, caros colegas Senadores, o setor automotivo tem recebido muitos benefícios de parte do Governo. Recentemente, o Governo prorrogou até o incentivo de uma redução do IPI, exatamente para manter ativa a indústria automotiva no nosso País e, assim, manter a segurança dos empregos, manter a rentabilidade do setor e manter a estabilidade da própria economia, já que o setor automobilístico, o setor da indústria automotiva é um setor extremamente importante no cenário da economia brasileira. Então, é isso que queremos fazer. O Governo também aumentou a taxa sobre a importação de veículos, para estimular a indústria nacional.

Nós temos exatamente que discutir: onde está o x da questão? Onde está a chave desse problema? É imposto? Não acredito que seja imposto, porque a carga de impostos incidentes no Brasil não é muito maior que a carga de impostos... Podemos ter custos logísticos, custos de burocracia, outros custos que não estão ainda devidamente identificados e que podem, sem dúvida, contaminar esse processo. Então, esse é o objetivo desta audiência pública que começa agora, às 14h30.

Eu penso que o consumidor brasileiro tem o direito – nós temos o Código de Defesa do Consumidor – de saber por que pagamos tão caro pelos veículos produzidos no Brasil. Quer dizer, como eu disse, são 30%, 40%, até 50% a mais pelo mesmo modelo, pelo mesmo ano de fabricação. Isso não é admissível!

Com muita alegria, concedo um aparte ao Senador Casildo Maldaner, cujo Estado ganhou uma montadora recentemente, pela iniciativa e, digamos, pelo empenho do Governo do Estado. E o inspirador tem sido sempre o ex-Governador Luiz Henrique da Silveira, nosso colega aqui.

**O Sr. Casildo Maldaner** (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Despertam curiosidade em mim agora as colocações de V. Exª. Imagino o que pode ser, a senhora se pergunta o que pode ser. A carga não é. Será que é a logística? O que pode estar ocorrendo? Onde? O que eles vão dizer? Por que lá fora custam 30% a menos, até 40%, às vezes 35%? Onde está o nó górdio disso? Essa curiosidade, Senadora Ana Amélia, sem dúvida alguma, está presente. Vamos ver onde estão as causas, se são os encargos trabalhistas, se não são, se são outros motivos. O que será que vão alegar? Vamos conhecer, vamos abrir essa caixa preta para permitir que os nossos consumidores no Brasil tenham conhecimento e, a partir desse momento, possamos fazer encaminhamentos. Quero

cumprimentá-la, Senadora Ana Amélia, por sua proposta de debatermos essa questão, por trazê-la a lume para que o Brasil possa entendê-la melhor.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Casildo. Quero que seja inserido também, neste pronunciamento, esse questionamento e essa curiosidade sua.

Nós temos outro aspecto muito relevante ao qual às vezes não damos a devida atenção, que é a questão da segurança dos nossos veículos. Temos visto, com muita frequência, muitos *recalls*. O consumidor é chamado a levar lá aquele carro porque houve um problema em seu motor, em sua fabricação, em algum mecanismo do automóvel, afetando a garantia e a margem de segurança necessárias para que o usuário, para que o motorista tenha absoluta certeza de que está andando num carro seguro. Isso vale para as motos, vale para os automóveis e para ônibus e caminhões, mas, no caso dos automóveis, há muitas questões a serem investigadas. A questão da segurança é um dos itens que vamos avaliar, é uma questão fundamental na avaliação que vamos ter agora nessa audiência pública.

Há a questão também das autopeças. Qual é o peso que hoje a autopeça tem na composição do custo final? E não vamos nem questionar mão de obra, porque hoje a indústria automotiva é altamente automatizada. Então, a mão de obra é muito especializada, de engenheiros, de funileiros, de soldadores. É uma mão de obra extremamente qualificada, para uma indústria que está cada vez mais sofisticada. E isso é bom, o Brasil deu um salto de qualidade: das carroças passamos a ter carros de alta tecnologia nas diversas fábricas – temos fábrica lá em Gravataí, temos em Santa Catarina, temos na Bahia, temos em Minas Gerais, temos em São Paulo, temos no Paraná, temos aqui, no Estado de Goiás. Então, nós precisamos, nessa diversificação da produção do setor automotivo, avaliar as condições todas.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP – RS) – Precisamos também avaliar qual é a relação que a revendedora de automóveis está tendo com a montadora, se não estão sendo exigidos contratos draconianos nessa questão.

Nosso papel principal é exatamente a questão relacionada ao consumidor, ao preço do veículo, à sua segurança e às razões que levam uma área tão importante a ter fechado tantas indústrias de autopeças. Quanto mais a gente agrega valor, melhor para nós.

Queremos que o setor continue exportando e continue produzindo bastante. Aliás, eu sempre digo que o Governo estimula o setor automotivo, mas nem sempre olha, com a devida atenção, para o setor de máquinas agrícolas. Agora, com esse programa que a Presidente Dilma está fazendo, de levar as máquinas para as cidades, para as prefeituras, para a área rural, com o Ministro Pepe Vargas, isso tem dado um estímulo. Mas é preciso que se tratem essas questões com a amplitude, a relevância e com o significado que elas têm. As montadoras são um grupo menor de indústrias, ao passo que as de máquinas agrícolas são um grupo maior, e o campo está precisando urgentemente de uma modernização, especialmente quando eu falo de agricultura familiar. Um apoio substancial nessa área não fará nenhum mal; pelo contrário, é tudo o que o agricultor de Santa Catarina, do nosso Estado do Rio Grande do Sul, do Paraná, de todo o Brasil está esperando que o Governo faça.

Eu queria agradecer ao Presidente Capiberibe, que me deu atenção, e também agradecer ao Senador Casildo Maldaner pelo aparte.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Tivemos o pronunciamento da Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

Tenho a honra de passar a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** (Bloco Maioria/PMDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Capiberibe, que preside esta sessão; caros colegas, quero fazer o destaque de um evento que ocorreu, na última semana, na grande Florianópolis, Santa Catarina, mais precisamente no Município de Palhoça.

Não há dúvidas quanto ao tema: a educação é instrumento essencial para o desenvolvimento econômico e social de uma nação. Exige investimentos de longo prazo, e seu retorno também não se dá imediatamente, mas sempre de forma continuada e perene.

Nossa Carta Magna preconiza que a educação é direito de todos e dever do Estado. Contudo, a parceria com o setor privado pode dar valiosas contribuições nesse processo, com benefícios para toda a sociedade.

Gostaria de compartilhar o exemplo vindo de meu Estado. Santa Catarina, que já conta com setores industriais bem desenvolvidos, como o têxtil e o metal-mecânico – apenas para citar alguns exemplos –, agora aposta em um novo caminho: a formação de uma indústria aeronáutica catarinense.

Quero destacar esse fato que, para nós, lá no Estado, é novo – não no Brasil. Sem dúvida alguma, até pela vocação catarinense de inovação, acho que teremos muito êxito. E não só nós, os catarinenses: o Brasil terá sucesso com essa contribuição, com essa escola, com essa largada, por assim dizer.

Para tanto, é preciso investir na formação de mão de obra especializada, de capacitação de trabalhadores – que, além de beneficiar a indústria, abre oportunidades de mercado para centenas de pessoas no setor aeronáutico, de alta complexidade.

Na última semana, a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) inaugurou, em Palhoça, na Grande Florianópolis, como disse antes, unidade voltada à área, oferecendo 22 cursos. Algumas formações serão oferecidas gratuitamente, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec.

A estrutura inaugurada ocupará 2.400 metros quadrados, com laboratórios didáticos e um hangar de 660 metros quadrados. Além de todos os equipamentos já disponíveis na unidade, uma empresa americana, com quem o Senai firmou parceria para intercâmbio, vai conceder dois motores de avião para as aulas práticas.

O currículo dos cursos foi desenvolvido pelo Senai de Santa Catarina, atendendo às legislações do Ministério da Educação MEC) e regulamentos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Os cursos são desenvolvidos em laboratórios de ponta e buscam inserir o aluno na resolução de problemas reais encontrados na indústria. A entidade elaborou ainda, em conjunto com empresas, instituições, entidades de classe e a ANAC, o perfil profissional do curso Técnico em Manutenção de Aeronaves, válido para todo o País.

Cito o Presidente da Fiesc, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Glauco Corte:

*Estamos convencidos de que podemos crescer mais do que temos crescido. Para isso, é preciso que a agenda do País priorize a competitividade que passa pela eficiência do setor público e pelo investimento em pesquisa e desenvolvimento do setor privado.*

Para o empresário, a indústria precisa estar no centro dessa estratégia, pois seu desempenho produz efeitos nas demais atividades econômicas, na produtividade e na inovação do País.

Atualmente, três cursos técnicos, com 2 anos de duração, já são realizados na unidade: manutenção de aeronaves em avionicos, em célula e em grupo motopropulsor. Com a nova estrutura, serão oferecidas formações de curta duração, entre 20 e 270 horas, como piloto privado e comercial, de avião e helicóptero, tráfego aéreo internacional, inglês técnico para mecânicos e pilotos, comissário, despachante operacional de voo, entre outros.

A iniciativa integra o chamado Movimento A Indústria pela Educação, que estimula o setor industrial a promover o acesso ao ensino com a ampliação da oferta de serviços educacionais.

Lançado em 2012, o Movimento tem como meta até o fim de 2014 que as entidades que compõem a Federação – Sesi, Senai e IEL – realizem mais de 823 mil matrículas em cursos de educação básica, continuada, profissionalizante, executiva, além de capacitações e estágios.

É através dessa sinergia entre o setor privado e o público que se constroem as bases para o desenvolvimento sustentável em nosso País. Além de nosso reconhecimento, é preciso replicar tais iniciativas não apenas no setor industrial, mas em todos os campos de atividade econômica do País.

Os cursos profissionalizantes, juntamente com a educação formal, desempenham papel fundamental para alcançar o crescimento que o País almeja e para o qual tem plenas condições.

Estas são as reflexões, Sr. Presidente, que trago esta tarde em breves palavras, mas eu não poderia deixar de destacar o ocorrido, na última semana, no meu Estado, Santa Catarina, mais precisamente na Palhoça, situada na Grande Florianópolis, onde se instala uma escola de ensino técnico profissionalizante que ajuda a trazer o que há de mais sofisticado em tecnologia aeronáutica, na formação desses profissionais, em convênios com empresas especializadas no setor. Uma escola dessas, com certeza, levando com os maiores cuidados, vai trazer profissionais de todas as modalidades no campo da Aeronáutica, e assim por diante, para nós do País inteiro.

Acho que é alguma coisa em que nós estamos cada vez mais crescendo e buscando autonomia também nesses setores que são importantíssimos para todos nós.

É o registro que faço nesta tarde para nos orgulharmos desse ato, sem dúvida alguma, forte para o País inteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente e caros colegas.

*Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. João Capiberibe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora é o nosso grande Senador João Capiberibe, que falaria aqui em qualquer hipótese, como inscrito ou para uma comunicação inadiável. Mas ele falará como orador inscrito, porque assim terá um tempo maior.



**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Apoio Governo/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, especialmente do Amapá, eu, nesta tarde, queria fazer dois registros, mas, antes, faço um comentário: a transição de um governo clientelista, corrupto, para um governo republicano e honesto é uma transição difícil em nosso País, porque o Estado brasileiro se esqueceu de profissionalizar a sua burocracia. E aí, quando muda o governo, mudam todos os gestores, pois cada governo traz a sua equipe. E o tempo vai passando até que ele consiga inteirar-se da dimensão do Estado, principalmente quando o governo chega para mudar, para transformar as políticas clientelistas, deixando-as de lado e substituindo-as por políticas públicas republicanas. Foi o que vimos no Amapá.

O Governador Camilo Capiberibe teve a coragem e a ousadia de deixar de lado as práticas clientelistas, patrimonialistas e combater duramente essa ideia de que o público pode ser apropriado de forma privada e recuperou aquilo que é decisivo e fundamental na política, que é a credibilidade.

Essa credibilidade ele reconstituiu diante das instituições públicas federais, diante das instituições públicas privadas. E ele, então, uma vez conquistada essa confiança, levantou recursos e desenvolve o maior programa de infraestrutura da história do Amapá, que envolve grandes obras nas áreas de estradas, de saúde – são vários hospitais em construção –, de energia... Ele está recuperando a empresa de energia elétrica, uma das raras empresas públicas, a Companhia de Eletricidade do Amapá, que terminou federalizada pelo fato de estar absolutamente, absurdamente sucateada, tal qual a Companhia de Água e Esgoto.

Mas, além de seus grandes feitos, das estradas e dos eixos rodoviários em construção, das redes de energia elétrica e também das três hidrelétricas que estão se desenvolvendo no Estado, da linha de fibra ótica, que está chegando, que está pronta para ser entregue ao consumo da comunidade, vinda da Guiana, em função da intensa cooperação que nós desenvolvemos lá atrás, quando éramos governador – agora o Governador Camilo Capiberibe retomou essa cooperação e vamos, em poucos dias, poder usufruir, no Amapá, de uma rede de fibra ótica em alta velocidade vinda do território francês da Guiana –, hoje eu quero destacar, entre as grandes obras que o governador está realizando, a construção do estádio Milton de Souza Corrêa, o Zerão. Ele foi inaugurado em 17 de outubro de 1990, pelo então Presidente Fernando Collor de Melo, atualmente Senador da República pelo Estado de Alagoas, pelo governador nomeado de então, Gilton Garcia, e pelo Ministro dos Esportes, o Galinho de Quintino, Zico.

O estádio, construído pelo Governo Federal em tempo recorde de seis meses, tem a peculiaridade de ter a linha do Equador como divisória do campo. Um lado do campo está no Hemisfério Norte e o outro no Hemisfério Sul.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Governo /PSB – AP) – As duas metades do gramado são as duas metades do mundo.

Ele foi palco de grandes jogos de 1990 até 2002, quando foi abandonado pelo governo estadual, responsável por sua manutenção.

No dia 20 de dezembro de 2005, em visita a Macapá, o Presidente Lula, acompanhado do então Governador Waldez Góes e do Senador José Sarney, visitou o Zerão.

A ida do Presidente Lula ao Zerão foi assim reportada pelo *Jornal do Brasil* de 21 de dezembro:

*Em um gramado maltratado, o Presidente se empolgou. Mesmo de trajes sociais, arriscou um chute e algumas cabeçadas para anunciar a reforma da praça esportiva. O estádio, conhecido como Zerão, tem em sua linha de meio de campo a divisa dos hemisférios sul e norte da Terra. A Linha do Equador corta o estádio.*

*“Vamos fazer o jogo do sul contra o norte”, brincou o Presidente Lula, com sua roupa ensopada de suor.*

Infelizmente, a promessa de Lula não se cumpriu. O estádio foi completamente abandonado pelo Governador Waldez Góes, a ponto de, quatro anos depois, no dia 1º de março de 2009, o programa Esporte Espetacular, da Rede Globo, em reportagem de Régis Rösing, exibir para todo o País o estado de abandono do estádio.

Na matéria, Régis mostra imagens de Waldez e Lula trocando passes no maltratado gramado. E finaliza a reportagem com o Governador Góes afirmando que o custo para refazer o Zerão era R\$40 milhões e que o Estado tinha outras prioridades que não o Zerão.

Pasmem, senhores! O estádio foi reinaugurado no último dia 15, depois de dez anos fechado e com as obras de reforma paralisadas a pelo menos cinco anos. Os trabalhos foram retomados em 2011 pelo Governador do Estado, ao custo de R\$17 milhões, um custo R\$23 milhões inferior ao que afirmara, na reportagem, o então Governador Waldez Góes. O desafio de reconstruir o Zerão foi vencido pela determinação e persistência



do Governador Camilo Capiberibe, porque havia muitos obstáculos para que essa obra fosse concluída, muita dificuldade com a empresa contratada.

Mas a obra finalmente foi entregue na tarde do dia 15 de fevereiro, na presença do Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo. O Governador entregou o estádio lotado de torcedores felizes – calcula-se entre 12 e 15 mil pessoas –, que, apesar das chuvas, assistiram a uma belíssima exibição da seleção brasileira Sub-20. Logo em seguida, uma semana depois, o estádio voltou a lotar na disputa local.

Esse estádio também foi escolhido pela FIFA como uma possível área de treinamento, na Copa do Mundo, para a seleção que assim o desejasse.

Sr. Presidente, isso mostra claramente que nós dependemos de decisões políticas. O Governador decidiu dar um novo rumo à política do Amapá e conseguiu.

E não é apenas o estádio que está sendo entregue, mas também dezenas de escolas – tive a oportunidade de participar da inauguração de algumas delas – e, mais do que isso, um grande programa de água tratada que vai universalizar esse atendimento a todos os moradores do Amapá.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de trazer a esta Casa e destacar que recebi, na sexta-feira passada, a informação de que entre 15 e 20 balsas – a informação é um pouco imprecisa – lotadas com equipamentos de prospecção mineral e geradores teriam sido avistadas na bacia dos Rios Tapauá e Cuniuá, afluentes do Rio Purus, no sul do Amazonas.

As balsas estariam situadas em uma região de 2,7 milhões de hectares, que abriga as terras indígenas dos Paumari do Manissuã, Paumari do Lago Paricá, Paumari do Cuniuá, Banawa, Suruwaha, Deni e dos índios isolados Hi Merimã.

Lembro a este Plenário e às autoridades que a Portaria 169, da Organização Internacional do Trabalho, do qual o Brasil é signatário, regula a consulta aos povos indígenas para qualquer empreendimento que provoque impacto ambiental, social ou antropológico.

Qualquer informação vinda do sul do Amazonas tem que ser apurada, pois a região tem um histórico de agressão ao meio ambiente, aos assentados, ribeirinhos, extrativistas e aos povos indígenas.

A região, na verdade, tem um histórico de muita violência.

É uma região isolada, com leis ditadas pelos mais fortes e com um aumento do desmatamento da ordem de 28% no ano passado.

Sr. Presidente...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sr. Presidente; pelo exposto solicito que denúncia sobre a chegada de 15 balsas à região do sul do Amazonas seja apurada pelos Ministérios de Minas e Energia, da Justiça, do Meio Ambiente, da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério Público Federal. Ao mesmo tempo, informo que estou solicitando informações ao Ministro da Justiça para que possa esclarecer, de fato, o que está acontecendo naquela região isolada e com todo esse histórico de violência.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo. PT-RS) – Chamamos agora, como orador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

Então, fala a Senadora Angela Portela. Pode ser?

Eu invertei: fala a Senadora Ângela Portela; depois, fala V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nosso querido Senador Paulo Paim, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, venho esta tarde para falar, com muita satisfação, do PLC nº 117, que trata da guarda compartilhada. Sou Relatora, nesta Casa, desse projeto que, inclusive, já foi aprovado na Câmara dos Deputados e tem, como autor, o Deputado que tem feito um trabalho muito semelhante ao que o Senador Paulo Paim faz aqui em defesa dos aposentados. Refiro-me ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Então, essa proposição, o PLC nº 117, reformula o dispositivo do Código Civil relativo à guarda compartilhada dos filhos nos casos de separação dos casais, conferindo novas dimensões a esse instituto de guardas compartilhadas.

O Deputado autor, Arnaldo Faria de Sá, registra que mesmo já incorporada ao Direito brasileiro, a guarda compartilhada nem sempre se torna efetiva. Corrigir essa realidade é o objetivo maior dessa proposta.

Poucas situações causam mais sofrimento do que as decorrentes da separação litigiosa de casais com filhos. Constituem, na sua quase totalidade, fontes de uma sequência de desencontros dolorosos, que representam tormento para os pais e pesadelo para os filhos.

Tanto a legislação quanto a jurisprudência brasileira têm reagido com certa lentidão na busca de amenizar esse sofrimento. Admitimos que, por definição, constrangimentos serão sempre comuns, antes a regra do que a exceção, independentemente de leis. É possível, porém, contribuímos ao menos para amenizar os confrontos. Em certa medida, isso tem ocorrido.

Mas é preciso, efetivamente, haver preocupação do Estado em assegurar normas jurídicas e políticas públicas que evitem o afastamento entre os pais e seus filhos, permitindo construir estratégias adequadas às necessidades de cada momento histórico na vida dessa família. Tanto o Legislativo quanto o Judiciário têm caminhado nesse sentido, embora com certa lentidão.

Contamos hoje, por exemplo, com normas que visam combater a alienação parental, problema doloroso, às vezes até compreensível, mas que precisa mesmo ser coibido, tornando-se objeto de atenção de nosso Direito.

Como dizíamos, caminhamos na direção correta, mas com certo grau de lentidão. Esta pode até ser compreensível, dada a sensibilidade existente nessa área. Estamos falando da vida das pessoas. Estamos falando da vida das crianças. Estamos falando de gestos que podem marcá-las para sempre, por toda a sua existência futura.

Justamente por essa razão é tão grande a responsabilidade que pesa sobre nós, legisladores, assim como sobre o Judiciário, mas nós temos que enfrentar essa situação.

Foi apenas em 2008 que se alterou a redação dos arts. 1.583 e 1.584 do Código Civil para instituir e regulamentar a guarda compartilhada. Sim; a redação anterior do Código Civil Brasileiro – tão recente, de 2002 – não fazia referência a essa fórmula, que costuma contribuir para atenuar os conflitos e para diminuir as injustiças.

Não obstante, até 2008, seu art. 1.584 tratava somente da guarda unilateral, observando o critério de melhores condições para exercê-la. O novo ordenamento acrescenta a guarda compartilhada como opção para pais e mães não conviventes cuidarem dos filhos.

Essa mudança na legislação brasileira se deve a diversos fatores, entre eles as contundentes reivindicações daqueles que não detinham a guarda de suas crianças e as distintas investigações efetuadas a respeito dos desdobramentos do rompimento conjugal tanto para pais quanto para filhos, o que incluía o exame das disposições de guarda.

Sr. Presidente, considero muito grande a responsabilidade pela relatoria do PLC 117, de 2013. Como diz o seu autor, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, “muito embora não haja o que se negar sobre avanço jurídico representado pela promulgação da Lei nº 11.698, de 2008, que institui a guarda compartilhada no Brasil, muitas pessoas, inclusive magistrados, parecem não ter compreendido a real intenção do legislador, quando da elaboração de tal dispositivo”. A verdade é que a rotina da guarda compartilhada, embora possa demandar uma maior organização por parte dos pais, de suas famílias e da própria criança, é a que melhor atende aos interesses dos filhos, que devem constituir foco de nossa preocupação.

Se não foi possível uma vida em comum entre os pais, o que é compreensível, a verdade é que, nem por isso, a criança pode ser privada do convívio de ambos. E, aos poucos, constatou-se que, efetivamente, a guarda compartilhada é a resposta mais eficaz à continuidade das relações da criança com seus pais na família dissociada. Essa observação não é minha, mas de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Sabemos que a guarda compartilhada não é perfeita. Dadas as circunstâncias em que ocorre a separação dos pais, talvez nenhuma fórmula jurídica possa ser capaz de eliminar arestas, de trazer felicidade. A guarda compartilhada vem representando, porém, uma medida facilitadora para o convívio familiar, assegurando vínculos mais estáveis da criança com ambos os pais, além de favorecer a igualdade de deveres e direitos dos genitores. Trata-se de uma nova âncora social para o exercício dos papéis parentais.

Supera-se a ideia de um genitor principal, o guardião, e um secundário ou de final de semana. Compreende-se, portanto, que as dificuldades que possam surgir nos arranjos de guarda não devem ser interpretadas apenas como questões provenientes do âmbito doméstico. Não se trata, é evidente, de uma fórmula mágica, capaz de, por si só, superar todos os problemas decorrentes de uma separação.

Ensina a Psicóloga Ruth Agulha, perita em Psicologia Forense, que cada família tem sua identidade e dinâmicas muito próprias. Por isso mesmo, dificilmente poderemos identificar um, e um só, regime de contatos entre pais e filhos que se ajuste às necessidades e idiosincrasias de todas as famílias. Esta definição precisa, necessariamente, levar em conta as características únicas de cada família, os seus valores, os seus mitos, os seus costumes, as suas regras, a sua cultura. À parte essa cautela, as famílias também mudam, crescem e evoluem, o que exige fórmulas flexíveis e ajustadas a este processo de desenvolvimento.

Desde que fui designada Relatora do PLC nº 117, recebi um número muito grande de manifestações de pais e mães. Em quase todos os casos, são pais e mães agoniados, sofredores, machucados. Pedem não só a aprovação do projeto, mas pressa em sua votação.

Considero que existem razões para isso. A atual redação do Código Civil – mostra o autor do projeto hoje em exame no Senado – recomenda a guarda compartilhada “sempre que possível”. Isso leva à interpretação,

ocasionalmente até no Judiciário, de que ela deve ser recomendada “sempre que os pais se derem bem”. Caso assim fosse, diz o Deputado Arnaldo Faria de Sá, a lei seria desnecessária. A proposta em estudo, já aprovada pela Câmara dos Deputados, representará um grande passo no sentido de reduzir a aflição de pais e o sofrimento de seus filhos. Não será, repito, uma solução mágica, até por ser impossível chegar a ela.

A manutenção do convívio de crianças com ambos os pais, no entanto, é ainda a principal forma de se enfrentar o problema – e é também a argumentação que deu suporte à grande maioria das decisões judiciais favoráveis à guarda compartilhada até o momento.

Pesquisas mostram, porém, que essas decisões são, certamente, em número menor do que os julgados contrários. É esse quadro que se precisa reverter.

Não se trata apenas de uma decisão teórica. Tratamos aqui da vida das pessoas, da vida das crianças, da vida de famílias.

Esperamos que o PLC nº 117 contribua para amenizar tantos dramas familiares e colabore para se garantir, de forma saudável, a convivência familiar de crianças e de adolescentes com seus pais – com ambos os pais, quero deixar claro.

Então, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, é com muita satisfação e alegria que anunciamos aqui o nosso relatório do PLC nº 117, visando fazer a alteração no Código Civil para a instituição da guarda compartilhada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT-RS) – Como orador inscrito, agora, porque fiz uma inversão aqui, falará o Senador Aloysio Nunes; em seguida, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Simon – que vejo está me olhando de lá –, V. Ex<sup>a</sup> está aqui no número 21. Porém, posso fazer uma troca aqui e colocá-lo no meu lugar, pois estou bem antes. Para V. Ex<sup>a</sup> eu cedo o lugar sempre.

Senador Aloysio Nunes, como orador inscrito.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, cederia de bom grado também ao Senador Pedro Simon, que tem todos os títulos para exercer sobre todos nós a mais tutelar das precedências.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil inscreveu na Constituição de 1988, mais precisamente no art. 4º da nossa Carta Magna, os compromissos que temos, que o nosso País tem, que a República brasileira tem na ordem internacional. Entre outros, são esses os compromissos: guiar-se pela prevalência dos direitos humanos e também pela não intervenção e pela autodeterminação dos povos.

Estamos assistindo, Sr. Presidente, a uma escalada de radicalização política na Venezuela. Todos acompanhamos com enorme preocupação o que ocorre nesse país vizinho. O Presidente Nicolás Maduro, pupilo do falecido ditador Hugo Chávez, depois de haver exercido ilegitimamente, por algum tempo, a presidência da República – tempo necessário para preparar eleições nas quais se elegeu por uma margem diminuta de votos, num pleito contestado pela oposição –, defrontando-se com uma oposição crescente do seu povo, inconformado com a situação de caos econômico, inflação desenfreada, escassez de produtos e escalada do autoritarismo, esse presidente opta pela violência e repressão.

São mais de 500 presos, pessoas que foram detidas, algumas liberadas; 45 venezuelanos continuam na cadeia hoje. Há oito mortos, conhecidos até agora, a se lamentar. O presidente insiste em garrotear a liberdade de expressão, censurando a imprensa, pressionando os canais de televisão e de rádio. Chegou até, Sr. Presidente, a interferir no funcionamento da internet para impedir a comunicação entre os cidadãos em províncias consideradas por ele como inimigas, províncias onde prevalece o voto e a liderança da oposição. A cada dia, a ideia de que aquele país possa prosseguir sob a presidência de semelhante desequilibrado parece mais remota.

A Presidente Dilma, evidentemente, manifestou-se sobre esse assunto, provocada pela imprensa, na reunião de Bruxelas, e não poderia ter sido mais infeliz a sua declaração. Primeiro, ela começa por uma obviedade: a Venezuela não é a Ucrânia. Muito grato, Senhora Presidente, pela lição. Todos nós sabemos disso. Mas, a partir dessa obviedade, dessa platitude, a Presidente da República emite um conceito profundamente inquietante a respeito do valor que ela empresta à democracia na apreciação que tem de determinada situação, de determinado país, no caso, um país membro do Mercosul, que atualmente exerce a presidência rotativa desse organismo. Minimizando a situação democrática, minimizando e malbaratando o déficit democrático crescente e a escalada de violência promovida pelo governo Maduro, Sua Excelência diz apenas: “Precisamos levar em conta os avanços na área da saúde e na área da educação que a Venezuela tem conhecido.” Em primeiro lugar, eu não sei se são tão grandes assim esses avanços. O fato é que a Venezuela é um dos países mais violentos. Caracas, talvez, seja a campeã mundial da violência, medida pelo número de homicídios. Não sei até onde vão esses avanços, mas não há avanço econômico e social, ainda que fosse real, que possa ser alcançado ao preço do desprezo das instituições democráticas, da democracia, do respeito aos direitos humanos.

A Presidente da República do Brasil jamais poderia fazer esse tipo de balanço – de um lado, os avanços supostos ou reais na área da educação e da saúde; de outro lado, o sistema democrático em frangalhos –, para que prevalecesse a sua apreciação sobre o aspecto econômico e social da realidade da Venezuela de hoje.

É absolutamente inaceitável, Sr. Presidente, que a Presidente da República de um País democrático, que se orgulha da sua democracia – é a grande democracia do continente sul-americano – e que deveria ter na democracia o apanágio maior da sua presença nas relações internacionais, especialmente na América Latina, faça essa afirmação. É inaceitável essa afirmação da Presidente da República!

Soma-se a isso, meus caros colegas, uma nota da qual o Brasil é signatário, emitida pelo Mercosul, a respeito da mesma situação, a situação da Venezuela. Essa nota o Brasil teria feito muito melhor em não assiná-la. Se fosse compelido a renunciar ao seu papel de liderança, seria melhor que ele não a assinasse, pois o Brasil, desmentindo a tradição, a melhor tradição da diplomacia brasileira, nessa nota, condena a oposição venezuelana. É isso que se lê na nota emitida pelo Mercosul, quando chama os opositores de semeadores da violência, do caos e de ações criminosas. Pois criminoso é o regime chavista de Nicolás Maduro!

Evidentemente, não cabe ao Brasil interferir na vida de qualquer país, embora, na América Latina, recentemente, tenha havido intervenções no sentido de reforçar tiranetes, como o Presidente deposto de Honduras, Zelaya, e também ao patrocinar uma intervenção, uma violência contra o Paraguai, afastando-o do convívio do Mercosul, depois que, seguindo os trâmites da Constituição, o Presidente Lugo foi afastado.

Evidentemente – volto a dizer –, não preconizo nenhum tipo de intervenção, mas é preciso que o Brasil deixe claro, especialmente aos seus parceiros do Mercosul – alguns deles têm uma inclinação perigosamente autoritária, que se esconde sob um rótulo fantasista de bolivariano –, que, nas relações internacionais, o nosso compromisso é com a prevalência da democracia e dos direitos humanos.

Essa declaração da Presidente Dilma emitida ontem em Bruxelas e a vergonhosa nota do Mercosul são absolutamente inaceitáveis diante dos princípios constitucionais que regem a nossa política externa e diante da consciência democrática do povo brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Aloysio Nunes.

Agora, pela permuta que havia sido feita, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, o Senador Simon. *(Pausa.)*

Então, depois do Senador Eduardo Suplicy, eu serei o próximo.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Angela Portela, e Senador Paulo Paim, aqui, quero fazer um relato da viagem que, com o Senador Valdir Raupp, Presidente do PMDB, e com os Deputados Ivan Valente, do PSOL, e Edson Santos, do PT, fiz ao Irã. Saímos do Brasil no dia 14 de fevereiro e em Teerã estivemos do dia 15 ao dia 17 de fevereiro.

Este relatório é feito numa carta dirigida à Excelentíssima Senhora Presidenta Dilma Rousseff; ao Ministro das Relações Exteriores e Defesa Nacional, Luiz Alberto Figueiredo; à Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello; ao Ministro Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante; ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega; à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior; ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges; ao Secretário de Economia Solidária, Paul Singer; e ao Ex<sup>mo</sup> Sr. Embaixador do Brasil no Irã, Santiago Irazabal Mourão.

*Nestes dias, 15 a 17 de fevereiro de 2014, estivemos representando o Congresso Nacional do Brasil em visita oficial à República Islâmica do Irã, organizada em colaboração da Embaixada do Brasil em Teerã com a Embaixada do Irã no Brasil e com as autoridades daquele país. Queremos, nesta oportunidade, agradecer sobretudo a atenção tão especial do Itamaraty no Brasil, do Embaixador Santiago Irazabal Mourão e de toda a sua equipe que nos acompanhou em todas as atividades, desde o momento em que chegamos ao aeroporto de Teerã até nosso embarque de volta a São Paulo, via Istambul.*

*Em Teerã, visitamos o Ministério de Relações Exteriores, onde fomos recebidos pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores para a América e a Europa, Sr. Takht-Ravanchi, que nos falou do interesse de o Irã desenvolver relações mais próximas e intensas com o Brasil nas áreas econômica, do comércio, cultural e educacional e no desenvolvimento de pesquisas, visando ao desenvolvimento tecnológico. Entre 2005 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o Irã cresceu 127%, de US\$972 milhões para US\$2,2 bilhões. O saldo na balança comercial foi favorável ao Brasil em todo o período, registrando superávit de US\$2,16 bilhões em 2012. Em 2013, entretanto, houve um decréscimo considerável, mas os iranianos têm grande interesse em novamente dinamizar nossas relações.*



Visitamos, em seguida, o Centro de Inovação e Cooperação Tecnológica da Presidência do Irã, onde seu Presidente, Amiri Nia, demais diretores e pesquisadores nos mostraram os avanços significativos que o Irã tem conseguido nas mais diversas áreas de relevante interesse também para o Brasil, como as da agricultura, da nanotecnologia, da indústria da aviação e de equipamentos industriais. Nesse encontro, o Presidente Amiri Nia nos ponderou que, após um período de crescente intercâmbio com o Brasil, durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que era Ministro da Ciência e Tecnologia Sérgio Machado Rezende, o qual havia visitado o Irã, diminuiu sensivelmente a interação entre os institutos de pesquisa dos dois países. A disposição dos iranianos em intensificar as relações para aprimorar o desenvolvimento tecnológico de ambos os países foi também objeto de nosso diálogo com o Dr. Sattari, Vice-Presidente da República para Assuntos de Ciência e Tecnologia.

Na Assembleia Consultiva Legislativa Islâmica do Irã, primeiro, tivemos um encontro com o Vice-Presidente do Grupo de Amizade Irã-Brasil, o Deputado J. Gradeei, e, em seguida, fomos recebidos pelo Presidente da Assembleia Consultiva Islâmica, Ali Larijani. Nessa ocasião, nós Parlamentares brasileiros afirmamos que estávamos acompanhando com bastante otimismo o desenvolvimento dos diálogos que o governo do Irã tem conduzido com os EUA, a União Europeia, Rússia e China e também com as Nações Unidas com o objetivo de chegar a um entendimento, visando à utilização da energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos. Salientamos, e isto foi muito reconhecido, que já o Brasil e a Turquia haviam, desde 2010, procurado adiantar um acordo nessa direção, o qual, entretanto, não foi devidamente considerado pelos Estados Unidos e pela União Europeia. Avaliamos que os resultados positivos do acordo que está por ser estabelecido poderão contribuir para serem eliminadas as sanções econômicas que ainda perduram com respeito ao Irã.

O Presidente Ali Larijani afirmou que a questão nuclear do Irã pode ser resolvida através de boas intenções mútuas. Ele nos transmitiu que, dadas as consideráveis capacidades do Irã e do Brasil nos domínios comercial, econômico, de recursos naturais, ciência e tecnologia, as bases estão preparadas para a expansão das relações bilaterais. Acrescentou que as condições do Oriente Médio estão mudando e que consultas regulares entre os dois países propiciarão um caminho adequado de diálogo para atender interesses mútuos.

Em nome da delegação, o Senador Valdir Raupp observou a importância da troca de missões comerciais e econômicas e que o Brasil está aberto à cooperação nas áreas de energia, alimentos, medicina, farmacêutica e saúde, que o Brasil apoia as atividades nucleares pacíficas e está pronto a cooperar em ações, sobretudo, para fins medicinais e farmacêuticos.

Nos diversos encontros com autoridades iranianas, os Parlamentares brasileiros foram recebidos como ponte para a intensificação de contatos bilaterais com o Governo brasileiro e, de alguma forma, manifestaram ansiedade e estranheza pelo relativo recuo nas relações entre os dois países, particularmente na área comercial e na área de ciência e tecnologia.

Em nossos encontros, os Deputados Edson Santos e Ivan Valente e os Senadores Valdir Raupp e Eduardo Suplicy [este que lhes fala] mencionamos que, em nossa volta, recomendaríamos [como faremos] à Presidenta Dilma Rousseff, ao Vice-Presidente Michel Temer, especialmente ao Ministro Marco Antonio Raupp, da Ciência e Tecnologia, e aos demais Ministros que realizem visita ao Irã logo que possível. Todos os nossos interlocutores disseram que serão muito bem-vindos.

Convidado pela Faculdade de Direito e Ciências Políticas da universidade de Teerã, o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy realizou palestra sobre “Os Dez Anos do Programa Bolsa Família e a Perspectiva da Renda Básica de Cidadania no Brasil”, assim como para trocar ideias e conhecer melhor a experiência pioneira do Irã, que, desde dezembro de 2010, instituiu um sistema de pagamento de uma renda a todos os seus habitantes como contrapartida da diminuição dos subsídios muito fortes que havia para os derivados do petróleo e alguns alimentos, cujos preços eram muito baixos até então.

Por cerca de duas horas, sob a coordenação do Prof. Mahmood Bagheri, o Senador Eduardo Suplicy explicou os fundamentos da garantia de uma renda desde o início da história da humanidade. Mostrou como economistas, no mais largo espectro do pensamento, desenvolveram os argumentos em defesa da garantia de uma renda mínima às pessoas, e/ou às famílias, por vezes relacionando-a às oportunidades de educação e a ações de atendimento à saúde, como faz o Programa Bolsa Família no Brasil por mais de dez anos, e, inclusive, como um número crescente de economistas e filósofos chegaram à conclusão de que ainda melhor para os objetivos de erradicação da pobreza absoluta e de construção de uma sociedade justa será a instituição de uma Renda Básica de Cidadania (RBC) Incondicional, como um direito de todos participarem da riqueza da nação. Continuando, o Senador Eduardo Suplicy expôs que o Brasil é a primeira nação em que o Congresso Nacional aprovou lei para instituir a RBC, a Renda Básica, que



*deverá ser implementada por etapas, começando pelos mais necessitados, como faz o Bolsa Família, até se tornar universal para todos.*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – *Também mencionou a sugestão que formulou à Presidência, para que institua um grupo de trabalho para estudar como será feita essa transição. O Senador Supply considerou interessante debater a RBC com professores e estudantes iranianos, em função da instituição, no Irã, de uma renda paga a toda a população da ordem de US\$40 por mês, a partir de 2011, como contrapartida do aumento muito significativo de preços, tais como dos combustíveis, derivados de petróleo e de outros produtos, na medida em que preços tão baixos estavam causando distorções na alocação de recursos. Como as pessoas com melhor nível socioeconômico gastam mais em consumo das diversas formas de energia, avaliou-se que essa seria uma forma de se buscar um caminho equitativo para a realização de justiça. Acontece que, nesses três anos, em função também das dificuldades econômicas resultantes das sanções internacionais, a alta de preços provocou uma desvalorização daquela renda, conhecida popularmente como iranaê, cujo valor hoje está em torno de US\$20, para que possam bem avaliar a experiência iraniana, sobretudo tendo em conta que o Brasil aprovou lei para instituir uma Renda Básica de Cidadania para toda a população, a ser implementada por etapas – é interessante acompanhar o que diz o pesquisador iraniano independente Hamid Tabatabai, o qual esteve no Brasil por ocasião do XIII Congresso Internacional da Basic Income Earth Network, em julho de 2010. Eis a tradução dos trechos de sua análise, publicados no Citizens Income Trust Letter de 2012:*

*‘Em dezembro de 2010, o Irã tornou-se o primeiro país do mundo a estabelecer um programa de âmbito nacional de distribuição de renda ou uma Renda Básica. Curiosamente, o programa não surgiu de um modelo prévio, mas por evolução, como um subproduto de um esforço para reformar um sistema ultrapassado de subsídios de preços de combustíveis.*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – *A renda básica provou ser a maneira mais prática de compensar a população pela perda de subsídios que havia custado entre US\$100 a US\$120 bilhões por ano.*

*Quando a primeira fase do processo de reforma entrou em operação, em 19 de dezembro de 2010, quase a metade dos subsídios foram cortados da noite para o dia. Ao mesmo tempo, cada iraniano passou a ter direito a um ‘subsídio mensal em dinheiro’ de cerca de US\$40, pagável aos chefes de família (por exemplo, US\$200 para uma família de cinco membros). No primeiro ano do programa, US\$40 bilhões foram devolvidos às famílias como uma compensação. Quase toda a população de 75 milhões está agora coberta, embora entre um e dois milhões de pessoas decidiram não recebê-lo [pois o governo disse aos que são melhor aquinhoados que poderiam desistir de receber essa quantia].*

*A segunda fase da reforma está prevista para entrar em vigor em breve, o que implica mais cortes nos subsídios de preços e um aumento correspondente a esse valor para as transferências. As fases posteriores seguirão o mesmo princípio até que os preços no mercado interno de bens e serviços subsidiados estejam alinhados com os preços internacionais, o que deverá ocorrer em cinco anos.*

*A grande ideia foi, portanto, a conversão dos subsídios dos preços em benefícios em dinheiro para as pessoas. O objetivo é duplo: melhorar a eficiência econômica, através da racionalização de preços subsidiados, e reduzir as disparidades de renda por meio de transferências em dinheiro. ‘Um dos mais importantes estudiosos do tema, fundador da BIEN, o Prof. Philippe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain, assim analisou a experiência iraniana no Boletim da BIEN News Flash 62, de 2010, ‘Congresso de 2010 da BIEN: uma breve prestação de Contas’.*

*Em muitos lugares, esta pode ser uma opção mais realista do que a do tipo implementada no Programa do Fundo Permanente do Alasca.*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – *Esse programa é financiado pelos juros cobrados pelos investimentos realizados em todo o mundo a partir de receitas que foram geradas pela produção de petróleo, enquanto que o programa iraniano deve ser entendido como sendo financiado por um imposto sobre consumo atual de petróleo.*

*Um programa do tipo estabelecido no Alasca é, portanto, restrito a países ricos em recursos naturais, que, em algum momento de sua história, tiveram força política para criar um fundo com as receitas provenientes desses recursos.*

*O programa do tipo do Irã, por outro lado, está disponível para qualquer país que deseja taxar o consumo de petróleo de uma forma ecologicamente responsável e para amortecer os efeitos de um padrão de vida das pessoas numa forma socialmente responsável. Nessa direção, uma renda básica pode ser uma opção real, sem a necessidade primeira de se acumular grandes recursos nem o fato de ser um país produtor de petróleo ou rico em recursos naturais.'*

*Justamente nos dias em que visitamos Teerã, a Assembleia Consultiva Legislativa tomou decisões importantes sobre o assunto, que podem ser sintetizadas na mensagem que o Prof. Hamid Tabatabai enviou dia 20 de fevereiro a este Senador:*

*'Vocês não tenham dúvida de que o país está passando por tempos difíceis com relação à questão de subsídios em dinheiro. Depois de meses denunciando a forma como o governo anterior implementou o programa de reforma dos subsídios e mandando mensagens contraditórias sobre suas próprias intenções, finalmente o governo conseguiu aprovar no Parlamento a renovação da Lei de Reforma do Subsídio de 2010.*

*A nova posição adotada, no que diz respeito à Renda Básica, autoriza o governo a limitar os subsídios em dinheiro apenas aos necessitados. Eles têm consciência de quem são as pessoas necessitadas, mas se sentem obrigados a seguir nessa direção, porque têm que lidar com a queda no seu orçamento (as medidas provenientes dos aumentos de preços acabaram sendo menores que o esperado, e o nível de transferência em dinheiro foi criado para ser mais alto do que as receitas esperadas).*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – *Acredito que o governo tinha outras opções para atingir seus objetivos, mas não as adotou (impostos mais altos para os ricos, preços mais altos para os combustíveis, sem aumentar tanto as transferências em dinheiro).*

*As mudanças aprovadas pelo parlamento, há alguns dias, não teve apoio esmagador. Apenas 215 dos 290 membros do parlamento estavam presentes, e apenas 118 dos votantes aprovaram as mudanças (que representam pouco mais de 40% do total dos parlamentares). Talvez ainda mais significativo seja o fato de que três membros, influentes economistas, apresentaram logo depois uma proposta alternativa, a ser revelada publicamente na próxima semana, que poderá exigir mudanças na lei novamente. Isso parece sugerir que nada é definitivo ainda, e eu não ficaria surpreso se o governo finalmente redescobrisse que a segmentação não vale o esforço, mas isso só o futuro dirá. Doze grupos de trabalho foram criados (cada um dirigido por um ministro) para detalhar como as novas mudanças deverão ser implementadas. As alterações poderão entrar em vigor no início do ano novo iraniano, em 21 de março, mas o governo pode aproveitar melhor esse tempo antes de começar a tirar as pessoas do programa.'*

*Pode a Presidenta Dilma Rousseff perceber o quão relevante será para nós, brasileiros e iranianos, trocar ideias sobre nossa experiência de transferências de renda. Enquanto nós, brasileiros, temos hoje, após dez anos de expansão do Programa Bolsa Família, cerca de 50 milhões de beneficiários, quase um quarto da população, no Irã, eles começaram com um programa que transferiu um "iranae" de 455 mil rials para todos os 75 milhões de iranianos, salvo para aqueles que, com melhor condição socioeconômica, atenderam ao pedido do governo de abrirem mão do benefício. É interessante saber que, no Irã, grupos de trabalho estão formados para saber como será destinada a renda básica.*

*Essa também é a opinião do Prof. Mahmood Bagheri, da Universidade de Teerã, que coordenou a palestra [por mim proferida], assistida pelo Embaixador Santiago Irazabal Mourão, sua senhora, Débora Seixas, e sua equipe, e assim se expressou em mensagem de 18 de fevereiro de 2014:*

*'Muito obrigado pelos documentos, e eu gostaria de agradecer a vocês (referindo-se ao Secretário Luis Gustavo de Seixas Buttes, [da Embaixada brasileira]) e também a S. Ex<sup>a</sup>, o Senador Suplicy, pela visita à nossa Faculdade de Direito e Ciências Políticas. Todos nós gostamos muito da palestra, que foi muito interessante e informativa, e espero podermos expandir os laços entre nossos países, através de intercâmbios acadêmicos e profissionais. Também será um prazer manter contato com vocês e desbravar caminhos para uma maior cooperação tanto em nível legal quanto acadêmico.'*

*Aproveitamos a oportunidade para agradecer a toda a equipe da Embaixada do Brasil em Teerã, cuja atenção para conosco proporcionou-nos excelente aproveitamento da viagem. Ao Embaixador Santiago Irazabal Mourão, à Ministra Patrícia Wagner Chiarello, aos Secretários Gustavo Buttes, Rafael Leal e Rodrigo Randig, ao Coronel Wilson Nascimento e respectivas esposas nosso muito obrigado. Registramos*

*também o quão corretamente o correspondente da Folha de S.Paulo, em Teerã, Samy Adghirni, registrou as atividades de nossa missão.*

*Faremos em breve uma visita ao Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, para relatar, pessoalmente, as nossas impressões de maneira mais completa.*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – *Respeitosamente, Deputado Federal Edson Santos, Deputado Federal Ivan Valente e Senadores Valdir Raupp e Eduardo Matarazzo Suplicy.*

Srª Presidenta Angela Portela, agradeço muito a sua tolerância.

Quero apenas dizer que hoje, ao ouvir os discursos do Senador Aécio Neves, do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de outros, falando das coisas boas que aconteceram em virtude do Plano Real e da estabilização de preços, percebi que fizeram muitas críticas ao PT. Imagino que eles estavam com uma visão muito estreita, sem perceber, por exemplo, que, ao longo dos últimos 12 anos, combinou-se o crescimento da economia com uma diminuição acentuada do coeficiente de desigualdade e de pobreza extrema no Brasil. De 0,59, o Coeficiente Gini passou para 0,51, o maior avanço nessa direção em período recente. O nível de emprego cresceu, e a taxa de desemprego é a mais baixa desde os primeiros anos em que começou a ser medida a taxa de desemprego pelo IBGE. Temos também a expansão do microcrédito, a expansão do Programa Minha Casa, Minha Vida. Muitas coisas que acabaram sendo esquecidas pelos representantes do PSDB.

Mas é justo que tenham a oportunidade de fazer a sua festa, neste dia do aniversário de 20 anos do real. Porém, seria bom que a sua visão fosse estendida também para as boas coisas que aconteceram nesses últimos anos.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª. Angela Portela, 2ª Secretária.*

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy, que presta contas de sua visita feita ao Irã, com uma bancada de Senadores. S. Ex<sup>as</sup> visitaram o Embaixador do Brasil no Irã, o Sr. Santiago Mourão.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Há Expediente sobre a mesa.

A Presidência designa a Senadora Lúcia Vânia, como membro suplente, para integrar a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, conforme o **Ofício nº 14, de 2014**, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 14/14-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2014.

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício nº 82/14-SF, indico a senadora Lúcia Vânia para integrar, como suplente, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Passo a palavra agora ao Senador Paulo Paim, como orador inscrito.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Angela Portela.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que, hoje, às 17h, estarei no Fórum Sindical dos Trabalhadores, em um seminário nacional sobre a questão do movimento sindical.

Agradeço o convite. Sei que a abertura já se realizou.

Sobre o tema Saúde e Segurança do Trabalho falou a Drª Olga Rios; sobre o tema Contrato de Curta Duração falou o Sr. Moacyr Roberto Tesch; e eu falarei sobre direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas, combate a preconceitos e sobre as batalhas, aqui dentro do Congresso, de interesse dos trabalhadores do campo, da cidade e dos servidores.

Sei que vocês estão assistindo à TV Senado neste momento. Podem ter certeza de que, logo após a minha fala, eu me descolarei até aí para falar desses temas tão importantes para o conjunto dos trabalhadores

do nosso País. É a mesma palestra que fiz ontem, pela manhã, em São Paulo, no Sindicato dos Químicos, num grande evento também do Movimento Sindical, e que farei nos dias 20 e 21, em Florianópolis, num evento também promovido pelas entidades sindicais. Se não me engano, vai ser na Praia dos Ingleses.

Srª Presidenta, quero, hoje, falar um pouco sobre um tema de que também tenho cuidado, que é a obesidade infantil e as doenças ligadas ao peso e o risco das chamadas dietas não saudáveis.

Há tempos, estudiosos e autoridades da área da saúde têm mostrado uma modificação estrutural no perfil nutricional brasileiro, espalhada por todas as regiões do nosso País. O fato é que, nas últimas décadas, a população brasileira passou por profundas transformações sociais, que resultaram na alteração do seu padrão de saúde e consumo alimentar.

A diminuição da pobreza – tiramos da miséria absoluta mais de 30 milhões de brasileiros – e, assim, da fome e da desnutrição, aliados a uma oferta sem precedentes de alimentos processados e industrializados, acarretou um novo quadro de problemas ligados à alimentação e ao perfil nutricional, marcados, agora, não mais pelas doenças relacionadas à baixa ingestão de nutrientes, mas, ao contrário, pelas graves enfermidades associadas ao excesso de peso.

Tal questão encontra-se referenciada na Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a qual sofreu consideráveis aperfeiçoamentos em 2011.

Na verdade, senhoras e senhores, no que refere a hábitos alimentares e aos problemas dele decorrentes, a população brasileira tem se aproximado do perfil da população norte-americana, afligida pelo sobrepeso e por doenças do aparelho locomotor e circulatório, como o aumento do risco da hipertensão arterial, além de um extenso leque de disfunções metabólicas, principalmente o diabetes tipo 2 e ainda uma plêiade de outros males que vêm sendo detectados a cada dia, como a asma e diversos tipos de câncer.

Um segmento etário se mostra particularmente vulnerável ao aumento dos índices de obesidade: crianças e adolescentes. Com efeito, a obesidade infantil já é considerada uma epidemia mundial e, no Brasil, a sua prevalência aumentou 50% nos últimos dez anos. Está muito bem estabelecido em âmbito médico que o início precoce do ganho de peso torna menores as expectativas de reversão desse quadro no futuro.

Em outras palavras, simplificando, engordar na infância é meio caminho andado para permanecer obeso no decorrer da vida, e isso configura um grave problema de saúde pública. Eu dou o testemunho de um filho meu, que era gordinho quando criança e teve problemas seriíssimos, teve que fazer aquela operação de estômago para reverter a tendência que ele tinha de engordar. Ele teve problemas sérios, ficando com sequelas. Vai ter que operar de novo, depois de quase 10 anos dessa operação. Por isso, tenho me debruçado muito sobre a questão da obesidade, principalmente nos adolescentes.

Já entre adolescentes, sobretudo do sexo feminino, tem-se disseminado uma outra faceta igualmente perniciosa: insatisfeitas com o próprio corpo, as jovens sucumbem a transtornos de imagem, ou mesmo físicos, como a bulimia, a anorexia e o que tem sido chamado de vigorexia, ou seja, a prática exacerbada de exercícios físicos com o objetivo de alcançar resultados espetaculosos.

Estimativas dão conta que até 51% das mulheres brasileiras não estão satisfeitas com seu próprio corpo e esse índice tende a ser ainda mais elevado entre as adolescentes.

Diante desse gravíssimo cenário, tornam-se indispensáveis medidas que visem contornar o problema da obesidade, atacando-o de frente, Sr. Presidente, ou tão precocemente quanto possível, reeducando nossas crianças e jovens e orientando-as a praticar exercícios físicos e consumir alimentos saudáveis.

Prezados colegas, com o intuito de obter a manutenção do equilíbrio energético e do peso saudável de nossas crianças em idade escolar e combater essa questão da obesidade infantil, propus, no já distante ano de 2005, o Projeto de Lei (PLS) nº 406, de 2005, proibindo a comercialização, na rede escolar da educação básica – V. Exª, Senadora Angela Portela, foi a Relatora, e fez um belo trabalho, ajustando naquele substitutivo –, de bebidas que contribuam para a obesidade, alimentos com quantidades elevadas de açúcar, gordura saturada, gordura trans, sódio ou mesmo o sal de cozinha comum.

Para tanto, modifica-se o Decreto-Lei nº 986, de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos. Também o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990) e a Medida Provisória nº 2.178, de 24 de agosto de 2001, serão modificados para determinar que o Sistema Único de Saúde...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... desenvolva ações de educação nutricional, promoção de alimentação saudável, bem como de prevenção e controle de distúrbios nutricionais e de doenças associadas à alimentação e nutrição.

Adicionalmente, tive o cuidado de remeter a definição dos alimentos de baixo teor nutricional para autoridades sanitárias.



Sr<sup>a</sup>. Presidenta, é preciso conter o avanço da obesidade infantil e das doenças crônicas não-transmissíveis relacionadas à dieta. Não por acaso, Estados e Municípios de todo o Brasil têm tomado medidas nesse sentido, e é preciso, urgentemente, disciplinar o assunto em legislação federal.

O PLS nº 406, de 2005, segue recomendação explícita da Organização Mundial da Saúde, em sua Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável. Além disso, ao longo de sua demorada tramitação, a matéria sofreu vários aperfeiçoamentos e se encontra hoje em fase final de tramitação.

Existe, na atualidade, uma grande cifra de alimentos com quantidades excessivas de gorduras, sódio e açúcar que concorrem para o aumento de diversas enfermidades.

Terminando, eu digo que o apelo aos sentidos proporcionado por tais produtos configura verdadeira armadilha para nossas crianças e jovens.

Repito, antes de terminar, Senadora Angela Portela, que V. Ex<sup>a</sup> realizou um excelente trabalho.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pesquisou, promoveu audiências, ouviu opiniões e contribuiu muito para o projeto ser melhorado.

Crianças e jovens, muitas vezes, acabam se tornando adultos obesos ou com sobrepeso, o que pode gerar sofrimento para si e suas famílias, além de acarretar pesado ônus para o sistema de saúde brasileiro.

Repito: dou aqui um testemunho da minha própria vida. Passo por problemas seriíssimos até hoje. E ele, principalmente, é o grande prejudicado por ter sido obeso. Fez uma operação mal conduzida, está com sérias sequelas e terá que fazer uma nova operação agora, no mês de abril, quase cinco ou seis anos depois de ter feito a primeira. E isso devido a quê? À obesidade.

Pelo que eu passei e estou passando não queria que o nosso povo passasse. Por isso fiz esse pronunciamento, ancorado em outros, para que a nossa gente, o nosso povo entenda que a obesidade é o mal do momento e tem que ser combatida. Por isso apresentamos o referido projeto de lei, de que V. Ex<sup>a</sup> foi Relatora.

Era isso.

Muito obrigado, Presidenta.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Tive a satisfação de relatar o projeto que cuida da saúde das nossas crianças, de autoria de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Há sobre a mesa o **Requerimento nº 116, de 2014**, do Senador Jarbas Vasconcelos, que solicita, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, a fim de integrar a delegação brasileira, como representante do Senado Federal, na 130<sup>a</sup> Assembleia da União Interparlamentar, por indicação do Presidente do Senado Federal, no período de 15 a 20 de março do corrente, em Genebra, Suíça.

Os Srs. e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Convido para fazer uso da palavra o Senador Anibal Diniz, como orador inscrito.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Angela Portela, Srs. Senadores, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna, hoje, para um pronunciamento indignado sobre mais um ato de violência extremo ocorrido aqui em Brasília, no Pier 21, no último final de semana.

Antes disso, eu gostaria de fazer um pequeno comentário a respeito da sessão solene que aconteceu hoje, aqui no plenário, sobre os 20 anos do Plano Real. Foi uma solenidade que contou com a fina flor, com a nata do tucanato brasileiro, para comemorar uma vitória brasileira, uma vitória de todo o povo brasileiro: os 20 anos de existência do Plano Real.

Vale ressaltar que foi muito bom o pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mostrando que está em plena forma física e intelectual, pensando em política e dando a sua contribuição para o Brasil. Certamente, sua fala resumiu aquilo que pensamos, ou seja, que aqueles que se preocupam com o Brasil e que buscam, a todo momento, os melhores caminhos para superar as dificuldades devem seguir aquela trilha.

O ex-Presidente Fernando Henrique concluiu seu pronunciamento dizendo que reconhece que o Brasil de hoje está melhor do que o Brasil que ele deixou. Assim como também reconhece que o Brasil que ele deixou estava muito melhor do que o Brasil que o Presidente Sarney havia deixado, ou que o próprio Presidente Itamar Franco, que o antecedeu, havia deixado.



O fato é que nós temos que fazer o reconhecimento daqueles passos importantes que o Brasil deu até aqui e dos passos importantes que precisam ser dados. E não vale o discurso que tenta pôr para baixo a situação do nosso Brasil.

Acho que foi muito importante a contribuição do ex-Presidente Fernando Henrique, quando ele, que não se considera pessimista, mas otimista em relação ao Brasil – é uma pessoa que está com o olhar no futuro –, estava ali para refletir um pouco o que foram esses 20 anos de Plano Real, mas fundamentalmente dar um olhar, colocar a sua preocupação para o futuro. Eu acho que este é o desafio que tem que estar presente em todas as nossas reflexões a respeito de que caminho o Brasil deve trilhar.

Nesse sentido, como integrante do Partido dos Trabalhadores, como defensor do legado dos Governos do Presidente Lula e da nossa Presidenta Dilma, reconheço, sim, que a estabilização da economia foi um passo muito importante. E aí entra um mérito fundamental, que foi a coragem do Presidente Lula de, ao ter assumido o governo no momento em que a inflação já estava dando sinais de descontrole, chegando a 12%, quando o risco Brasil estava também muito elevado, tomar uma decisão muito acertada de manter aquilo que era – digamos assim – o centro norteador da economia, que era a estabilização, o controle da inflação. Assim, conseguiu dar os passos mais importantes que o Brasil pôde contabilizar nos últimos 11, 12 anos, tanto no que diz respeito à distribuição de riquezas, à elevação de dignidade social para pelo menos 36 milhões de brasileiros e todos os avanços conseguidos, tanto em número de vagas nas universidades, nas escolas técnicas, quanto na geração de emprego. Nós estamos vivendo agora um momento de praticamente pleno emprego. Quer dizer, são elementos para a gente comemorar o fato de que o governo Fernando Henrique teve um papel importante nos seus oito anos. O governo Itamar Franco, que foi um governo de transição, também deu a sua contribuição. E nós podemos dizer que os Governos de Lula e Dilma também têm dado uma contribuição inestimável para o Brasil ao manter o País sob controle, a economia com absoluto equilíbrio, tentando contribuir à sua maneira para fazer distribuição de renda e fazer o Brasil crescer. Então, nesse sentido, acho que o Brasil, realmente, tem muito o que comemorar, por conta desses últimos 20 anos, do Plano Real para cá, porque tivemos avanços significativos.

Mas, Sr<sup>a</sup> Presidente, gostaria de voltar ao tema que me traz a esta sessão de hoje, que não é um tema agradável, é um tema superdesagradável, mas necessário de ser abordado.

Ocupei, ontem, esta tribuna, para externar a minha preocupação com a dificuldade que muitos jovens de hoje demonstram no enfrentamento de suas próprias frustrações e de seus próprios limites, ao acreditarem que tudo podem, porque supostamente tudo merecem. E, hoje, ocupo esta tribuna, para expressar o meu mais profundo repúdio e indignação aos crescentes casos de violência entre jovens e adultos, que, mesmo reunidos em locais de celebração ou alegria, como *shoppings*, festas ou jogos de futebol, protagonizam ações de pura selvageria.

Hoje, o *Correio Braziliense* – o diário local de maior circulação, no Distrito Federal – informa que, na noite do último domingo, em mais um ato bárbaro de violência, dois jovens, um de 20 e outro de 21 anos, agrediram e quase mataram o professor de Educação Física Lucas Silva Lopes Xavier, de 27 anos, no *shopping* Píer 21. Os agressores, depois de presos, confessaram o crime, em depoimento à Polícia Civil.

O professor espancado está internado, em estado grave. Foi vítima de pancadas, que provocaram traumatismo craniano, quebra da mandíbula em duas partes e coágulos no cérebro. E toda essa selvageria por quê? Porque reclamou com os agressores que urinavam na parede do *shopping*, em local impróprio. Foi o que bastou!

Para dar a dimensão de mais essa tragédia, quero aqui ler um trecho da reportagem do jornal, que diz:

*O toque do telefone, pouco antes da meia-noite de domingo, assustou a bancária Sara Silva Lopes Xavier, 30 anos. No visor do aparelho, aparecia o número do irmão, mas uma voz estranha anunciava a grave notícia: Lucas Silva Lopes Xavier, 27 anos, estava desacordado, em uma ambulância do Corpo de Bombeiros, seguindo para um hospital particular da Asa Norte.*

*O professor de Educação Física acabara de se tornar vítima de um crime bárbaro que se popularizou no Distrito Federal. Acabou espancado, dentro do shopping Píer 21, no Setor de Clubes Sul, por repreender dois homens que urinavam em local impróprio. É a quinta vítima, em quatro casos de linchamento, em apenas uma semana.*

*“Quase mataram o meu irmão por ele se sentir incomodado e desrespeitado”, desabafou Sara.*

Ao chamar a atenção do grupo, o professor foi agredido e, mesmo desmaiado, continuou recebendo socos e pontapés. Ele está internado e deve passar por cirurgias, uma delas para reconstruir a mandíbula.

A agressão terminou apenas quando uma mulher se colocou entre a vítima e os agressores. As imagens das câmeras do *shopping* foram apreendidas e devem ajudar na apuração desse crime grave – porque este, a meu ver, é um crime grave.

Quando dois sujeitos, supostamente educados – um deles, inclusive, é estudante universitário –, bebem, ofendem e se sentem no direito de espancar quase até a morte outra pessoa, ainda por cima já desmaiada, considero que isso, além de ser uma atitude das mais covardes, é uma tentativa de homicídio qualificado por motivo fútil e sem chance de defesa para a vítima. O rapaz é a quinta vítima de linchamento, em apenas uma semana, no Distrito Federal.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em fevereiro, em outro caso, um jovem de 18 anos, calouro do curso de Direito foi espancado por cerca de 15 pessoas durante a passagem de um bloco de Carnaval na Asa Sul, bairro nobre de Brasília.

E são muitos os casos País afora, também no Rio de Janeiro, São Paulo e em outros Estados.

Em São Paulo, por exemplo, na última segunda-feira, o pai de um menino de cinco meses e torcedor san-tista Márcio Barreto de Toledo, de 34 anos, foi morto a pancadas e a golpes com barras de ferro na zona leste de São Paulo, quando saiu da quadra da Torcida Jovem e foi para um ponto de ônibus. Os agressores suposta-mente seriam da torcida adversária.

Estamos diante de um quadro de violência que precisa cada vez mais de medidas contundentes.

Dados do recente “Mapa da Violência 2013 – Homicídios e Juventude do Brasil”, por exemplo, apontam que 40% das mortes de jovens com idades entre 15 e 24 anos, no Brasil, ocorrem por assassinatos.

A pesquisa foi realizada em 27 unidades da Federação, pelas instituições não-governamentais Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos.

A violência, afirma o texto, impede que parte significativa dos jovens brasileiros usufrua dos avanços so-ciais e econômicos alcançados na última década e revela um inesgotável potencial de talentos perdidos para o desenvolvimento do País.

Em resposta ao problema da violência contra a juventude, em setembro de 2012, o Governo Federal lançou o plano Juventude Viva, uma iniciativa que busca ampliar direitos e prevenir a violência que atinge a juventude brasileira, principalmente jovens negros.

O plano constitui-se como oportunidade inédita de diálogo e articulação entre Ministérios, Municípios, Estados e sociedade civil no enfrentamento da violência, em especial aquela exercida sobre os jovens e na promoção da inclusão social de jovens em territórios atingidos pelos mais altos índices de vulnerabilidade.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Mas essa iniciativa, extremamente importante, considero, não bastará se não insistirmos – governo, pais e mestres – em uma educação que tenha por princí-pio o respeito, a tolerância e o bom exemplo.

É preciso que, em casa, pais e professores imponham limites; que, em salas de aula, professores e alu-nos discutam cada vez mais temas como o *bullying*, a discriminação e o funcionamento do sistema de Justiça.

A que assistimos hoje é a violência como prática gratuita de jovens contra jovens, de jovens contra idosos. Há, inclusive, uma parte dos jovens que não apenas praticam, mas que gostam de exercer a violência, segun-do já avaliaram estudiosos, como o antropólogo Gilberto Velho, que há dez anos realiza pesquisas qualitativas com vítimas da criminalidade. É o caso do que aconteceu em Brasília: jovens que, aparentemente, gostam de praticar a violência e provocar o sofrimento nas outras pessoas.

E a cultura da violência, defende o estudioso, provoca o acovardamento da população das cidades. Como? Quando alguém é assaltado ou agredido, pessoas não se movimentam para socorrê-la de imediato. É o medo. Espera-se que o Poder Público a socorra.

Como combater essa cultura da violência?

Apostamos, portanto, na importância das famílias ajudarem os jovens a amadurecerem e enfatizarem valores que ultrapassem o consumismo desenfreado, fruto das possibilidades e facilidades para gastarem mais e impressionarem mais o vizinho...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ...ou para se sentirem acima de tudo e de todo o bem comum.

Apostamos também na necessidade inadiável de mantermos uma política social consistente, estável e continuada, com mais investimentos na área de educação, saúde e melhoria do mercado de trabalho.

A segurança pública é uma atribuição constitucional dos Estados, mas não podemos excluir nenhuma contribuição federal, municipal, estadual ou familiar.

O sentimento de descrédito nas autoridades, baseado no sentimento de impunidade, deve ter fim e todos os cidadãos brasileiros, todas as famílias brasileiras devem se mobilizar e chamar para si a responsabilidade de ter esse debate em casa, porque não é possível continuarmos a conviver com tamanha violência, com esse sentimento generalizado de impunidade por meio do qual os jovens podem sair por aí agredindo pessoas mais velhas, pessoas idosas ou agredindo-se entre si, sem que haja um basta.

Nesse sentido, eu imagino que teremos que aprofundar, sim, aquele debate de que não é a solução para os problemas a redução da maioria penal.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu vi o quanto os Senadores que votaram contrariamente à redução da maioria penal foram agredidos pelas redes sociais. Mas há um fato que precisa ser refletido por todos, seja aqui no Parlamento, seja nas escolas, seja nas famílias, que é esse aumento desenfreado da violência e o aumento dessa sensação entre jovens, entre muitos jovens, de a violência causar deleite, de ter satisfação com a dor dos outros, e isso é barbárie.

Nós não podemos, simplesmente, concordar com esse comportamento; temos que nos indignar, protestar e tentar encontrar um meio de conter essa violência desenfreada, que fez mais uma vítima aqui em Brasília, o professor de educação física que foi duramente espancado no último domingo e que está em estado grave num hospital da Asa Norte.

Era o que tinha a dizer.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Srª Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Parabéns, Senador Anibal! Convido para fazer uso da palavra, como Líder do seu Partido, o Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoria/DEM – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que me traz, na tarde de hoje, à tribuna desta Casa são dois assuntos importantes que, nos últimos dias, tomaram conta do Estado de Mato Grosso.

Primeiro é a violência, que, praticamente, tomou conta de todos os lares das famílias mato-grossenses. Mato Grosso passou a ser um dos Estados mais violentos da Federação, tendo em vista a falta de compromisso do Governo do Estado em proporcionar uma segurança pública à altura do povo mato-grossense.

Aliás – não é novidade –, não é só na questão da segurança, mas certamente na questão também da educação, da saúde, da infraestrutura, etc.

Na semana passada, houve, por incrível que pareça... Durante meus 63 anos de idade, eu nunca tinha ouvido falar de chacina acontecida na região metropolitana. No bairro São Mateus, da cidade de Várzea Grande – onde eu resido, em que eu nasci, fui criado e tive a oportunidade ímpar de ser prefeito por três mandatos –, houve cinco óbitos e três cidadãos ainda baleados. Ou seja, oito pessoas foram baleadas; dentre elas, cinco foram a óbito.

Passou a ser uma cidade violenta, em que ocorrem quase dois assassinatos por dia. Mata-se mais hoje na região metropolitana da grande Cuiabá do que na guerra do Iraque ou até mesmo na guerra do Vietnã.

Se não bastasse isso, Srª Presidente, também foi assassinado um major da PM em frente à sua residência; major da PM esse pessoa honrada, digna e, sobretudo, exemplo de pai de família. Foi um assassinato – se não me falha a memória, ou pelas informações que eu tenho – por encomenda ou foi um assassinato por vingança.

Ocorreu também, no último fim de semana, o assassinato de um cabo da Polícia Militar na cidade de Rondonópolis.

Ontem, em uma das avenidas mais movimentadas e uma das avenidas principais da capital do Estado, houve um assalto com latrocínio. Um assaltante entrou numa casa de câmbio e fuzilou, sem nenhum grau de respeitabilidade da vida humana, matou uma funcionária da casa de câmbio. E, quando passava pelo mesmo local um soldado da Polícia Militar que fazia o policiamento ostensivo e preventivo da Praça Santos Dumont e de toda a região da Getúlio Vargas – que corresponde, ali, do Getúlio Grill até o Choppão –, também foi fuzilado sem pena por aquele marginal.

Lamentavelmente, essa violência, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não só toma conta da capital, como também do interior. Tomou conta do interior de um Estado que, até pouco tempo, era um Estado em que tí-

nhamos segurança. Hoje, chegamos à conclusão de que Mato Grosso precisa até mesmo de uma intervenção federal, através da Polícia Federal, da Força Nacional e, também, das próprias Forças Armadas.

Lamentavelmente, Senador Flexa Ribeiro, ali naquele Estado, nós estamos sem governo.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Mato Grosso, depois de ser escolhido para ser sub-sede da Copa do Mundo, passou a ser dois Estados: o Estado da Copa e o Estado de Mato Grosso. Com isso, lamentavelmente, parece-me que há uma diferença muito grande do que, de fato, tem que ser o Poder Público constituído, particularmente em relação ao Poder Executivo.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, alertar o Governo Federal, alertar nossas autoridades e, sobretudo, chamar a atenção do próprio Exército Nacional, que está fechando três postos avançados do Exército nas fronteiras do Brasil com a Bolívia, na região oeste do Estado, na região da grande Cáceres. Ali é o corredor do narcotráfico, ou seja, 90% de toda cocaína, maconha e ecstasy que entram pelo território...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoridade/DEM – MT) – ...mato-grossense, depois indo para os grandes centros consumidores, entram pela grande Cáceres.

O Exército, lamentavelmente, já anunciou que, nos próximos dias, fechará os três postos avançados do nosso Exército nessa faixa de fronteira.

Realmente, é preocupante. As famílias mato-grossenses vivem um clima de insegurança. Lamentavelmente, o Governo do Estado dá a entender para a opinião pública mato-grossense que está se “lixando” com o índice alarmante de violência.

A minha preocupação não é só hoje, mas particularmente daqui a poucos dias, quando teremos lá a realização dos eventos da Copa do Mundo, ou seja, quatro grandes partidas de futebol.

Hoje, lendo os jornais de Cuiabá, vi o presidente do Conselho Municipal de Segurança, o advogado Jason Borralho Paes de Barros, afirmar que aumenta a insegurança também na cidade de Poconé, que é a entrada do Pantanal Mato-Grossense; que é, com certeza, o grande cartão de visita do nosso Estado. Ele disse que também está preocupado com o fato de como vamos ter ali os nossos turistas, como vamos ter ali os nossos visitantes, na medida em que não se tem segurança.

Hoje, a insegurança cresceu muito e há descrédito com as nossas instituições de segurança, especialmente porque a Polícia Militar e a Polícia Civil praticamente já não existem.

Por isso, eu quero fazer este desabafo, como cidadão que nasceu e se criou naquele Estado, que é pai de família, que esperava que tivéssemos um Governo que cumprisse com suas promessas de campanha de que iria aumentar o efetivo da nossa Polícia Militar, que iria aumentar o efetivo da nossa Polícia Civil, que iria criar meios, mecanismos, instrumentos e ferramentas para proporcionar a segurança pública que nós esperávamos.

Esse Governo, meu caro Senador Pedro Taques, abandonou seus compromissos. Hoje se preocupa, parece-me, só de falar em política e também de tirar proveito pessoal não só do Erário, mas daqueles que produzem e constroem a grandeza do nosso Estado.

De maneira que eu tinha que aqui mostrar a minha indignação, sobretudo a certeza da indignação de toda a sociedade mato-grossense, que não aguenta mais essa política nefasta que está sendo praticada pelo atual Governador daquele Estado, e, naturalmente, com a coadjuvação de alguns poderes constituintes de Mato Grosso!

Fica aqui esta minha ressalva.

Mas quero conceder aparte ao Senador Pedro Taques.

**O Sr. Pedro Taques** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senador Jayme, eu estava no gabinete ouvindo a fala de V. Ex<sup>a</sup> e fiz questão de vir aqui também, para lamentar a morte de brasileiros, a morte de mato-grossenses no nosso Estado. Começo pelos policiais militares, pelo cabo da Polícia Militar Jeferson de Souza, morto, em troca de tiros, em Rondonópolis; também o PM Danilo César Fernandes, de 27 anos, que trocou tiros ontem com um dos assaltantes na principal avenida de Cuiabá e foi morto; e, mais recentemente, lá em Várzea Grande, o Major Claudemir Gasparetto. Policiais militares mortos em razão do exercício de sua função. Não só por serem policiais, mas por estarem, naquele momento, a representar o próprio Estado. No momento em que o policial é morto, parte do Estado morre com ele, Senador Jayme, porque ele está ali exercendo as suas atribuições na defesa do cidadão.

*(Soa a campanha.)*



**O Sr. Pedro Taques** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – E também da jovem Karina Fernandes, de 19 anos, morta ontem na Getúlio Vargas esquina quase com a São Sebastião, uma das principais avenidas de Cuiabá. A segurança, no nosso Estado, é vergonhosa. Nós temos 6.800 policiais militares – 6.800! De acordo com estudos da Polícia Militar, faltam 8 mil policiais militares – 8 mil! –, 2 mil policiais civis, mil policiais bombeiros. É muito pouco, e segurança não pode ser chamado de sinônimo de Polícia. É muito mais do que Polícia, mas não existe Polícia e não existe concretização de uma política pública voltada para a segurança, o que mostra que as promessas de 2010 não foram cumpridas. Eu não tenho certeza do que aqui vou dizer, mas me parece que o número de policiais militares hoje no nosso Estado é mais ou menos o mesmo número daquele momento histórico...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Pedro Taques** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – ...em que V. Exª foi governador, de 1990 a 1994. Há vinte anos, era o mesmo número de policiais, e a população do Estado de Mato Grosso, em dez anos, cresceu 27%. Imagine em 20 anos! Por isso, esse é mais um tema que precisamos debater, sem contar que as promessas em relação à Copa do Mundo não foram concretizadas. Decidiu-se que a Copa do Mundo seria em Cuiabá no dia 31 de maio de 2009! Há quase cinco anos! Há quase um lustro! E nada da concretização do que foi prometido. Parabéns pela sua fala! Fiz questão de vir aqui para ressaltar esses policiais que tombaram no exercício de suas funções.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu que agradeço a V. Exª. Tudo relatado por V. Exª representa, retrata realmente a verdade do que está acontecendo em Mato Grosso.

Sr. Presidente, peço que V. Exª me conceda mais um tempinho – eu até uso pouco a tribuna –, porque eu não poderia deixar de falar da segurança, como também de outra injustiça que está sendo cometida em Mato Grosso.

Eu quero lembrar aqui a figura do ilustre Governador, Prefeito, Deputado Federal, Senador, Presidente desta Casa José Manoel Fontanillas Fragelli. Ele construiu o estádio de futebol na capital do nosso Estado de 1971 a 1975, época do seu mandato.

Esse homem foi governador do Estado uno, quando Mato Grosso abrangia Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Fez um trabalho exemplar. Foi um dos maiores estadistas daquele Estado. Ou seja, um governador que deixou marcas indeléveis não só na parte administrativa, mas sobretudo nas obras edificadas em ambos os Estados.

Foi ele o construtor do Centro Político Administrativo (CPA). Foi ele que construiu a Transpantaneira, ligando Poconé a Porto Jofre, como também a Porto Cercado, que construiu e pavimentou, ou seja, a estrada demandando Cuiabá à cidade de Santo Antônio do Leverger. Ele construiu 500 colégios, entre eles um que quero citar, o Colégio Presidente Médici, construído na década de 70, que hoje ainda é uma referência na capital do Estado, Cuiabá.

Lamentavelmente, agora, aqueles que não conhecem a história do nosso Estado, aqueles recém-chegados a Mato Grosso, que acham que são donos daquele Estado, que acham que são donos da verdade, que acham que Mato Grosso foi feito por eles esquecem o passado, a história de Mato Grosso, que foi construída por várias mãos. Essas pessoas agora querem retirar o nome do Governador José Fragelli do Estádio Verdão, que foi demolido, derrubado, para ali ser construída a Arena Pantanal. Ou seja, temos a obrigação de lutar no sentido de que continue o nome do Governador José Fragelli, que foi o construtor daquela obra, ainda que não lhe tenha sido possível inaugurá-la em seu mandato – foi inaugurada pelo ex-Governador Garcia Neto, um homem de coragem, um homem de bem, que fez decreto denominando a obra Estádio Governador José Fragelli.

Sr. Presidente, quem não reconhece o passado não pode reconhecer o futuro. Fragelli foi uma das estrelas que mais brilharam na Região Centro-Oeste do Brasil. Por isso, estou aqui fazendo um protesto, num movimento cívico dos mato-grossenses, dos cuiabanos. Nós exigimos que essa obra que está sendo edificada com o suor e com as lágrimas do povo mato-grossense, por ser ela uma obra...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Minoria/DEM – MT) – ... porque Mato Grosso teria outras prioridades, tendo em vista que já havia um estádio ali fincado, um estádio que foi demolido – gastaram quase R\$100 milhões só para demoli-lo. Esse mesmo estádio está sendo reconstruído com gastos entre R\$600 milhões e R\$700 milhões. Nós temos que fazer aqui justiça e homenagear José Fragelli, fazendo com que continue ali, na marquise daquele prédio, o nome desse grande Governador. Sem sombra de dúvida, nós, mato-grossenses, nós, brasileiros daquele Estado, reconhecemos sua trajetória e, sobretudo, o trabalho exemplar, competente e ético que realizou para o progresso e o desenvolvimento de Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



*Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, a Sr<sup>a</sup> Angela Portela, 2<sup>a</sup> Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.*

*Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Gleisi Hoffmann.

Enquanto V. Ex<sup>a</sup> vem à tribuna, permita-me – foi um compromisso que eu assumi – fazer a contagem regressiva para a nossa discussão e votação, aqui no plenário, da renegociação da dívida dos Estados – como usei a tribuna e não falei, as mensagens já chegaram pelo Twitter.

Faltam oito dias. Está falado: faltam oito dias para chegarmos ao dia 5, para quando está pautada a matéria na CCJ, como me disse ontem o nosso Líder Pimentel. Espero que seja votada em seguida, na Comissão de Assuntos Econômicos, para que, durante o mês de março, votemos a matéria aqui no plenário, já que 5 é março. Então, respondi aqui as dezenas de mensagens que recebi, claro, a maioria do Rio Grande do Sul.

Com satisfação passo a palavra à nossa Senadora, ex-Ministra, “Comandante em Chefe” da Casa Civil, Senadora Gleisi Hoffmann.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, quem nos ouve pela Rádio Senado e nos assiste pela TV Senado, quero trazer hoje a esta tribuna um tema que sempre considero de grande relevância, que é o debate sobre a nossa economia e o desenvolvimento deste País.

Nós tivemos hoje nesta Casa a comemoração dos 20 anos do Plano Real. Foi um grande festejo. Não há como negar, Sr. Presidente, a importância do Plano Real, lançado no governo do Presidente Itamar Franco, que deveria também ter reconhecimento nesses momentos de festejo, quando se fala dos benefícios dados pela estabilidade da moeda e também pelo controle da inflação.

Entretanto, da fala que ouvimos aqui, principalmente do Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem desde logo quero dizer que tenho respeito e consideração, valem alguns esclarecimentos. Disse o Presidente, desta tribuna, que foi pedir ao Presidente Lula, ao então líder da oposição, Presidente Lula, e ao PT, para apoiarem o Plano Real, que era um plano que mudaria a história do País na economia. Não deu o Presidente Fernando Henrique o benefício da dúvida à oposição. Aliás, que é fundamental, porque não cabe à oposição, ou não cabe à situação, a um governo, solicitar apoio à oposição para os seus planos, para os seus projetos, para as suas ações.

Até porque, naquele momento, muitos planos tinham se sucedido no Brasil, e a maioria dos planos que tinham se sucedido neste País, Sr. Presidente, eram planos que afetavam os trabalhadores brasileiros. Então cabiam, sim, o benefício da dúvida e a recusa de apoio por parte da oposição.

Essa tentativa de desmerecimento que foi feita aqui nesta tribuna hoje, Presidente, não faz jus à postura que o Presidente Lula e o PT tiveram nove anos mais tarde quando deram apoio ao Plano Real, apoio prático. Esqueceu-se o Presidente Fernando Henrique de que caberia ao Presidente Lula, de que caberia ao PT resgatar, praticamente salvar o Plano Real, demonstrando um profundo compromisso com o Estado brasileiro.

O maior apoio que o Presidente Lula e que o PT poderiam dar ao Real foi dado nove anos depois, quando assumiram este País, reafirmando os pressupostos da estabilidade macroeconômica.

Se é verdade que o Brasil enfrentava crise, dúvidas, ataques especulativos em 1994, quando o Real era implantado, não menos verdade era a situação idêntica enfrentada pelo País quando o Presidente Lula assumiu, sucedendo o Presidente Fernando Henrique Cardoso. O então patriarca do Plano Real entregava o País em condições tão adversas como as que tinha enfrentado, como quando implantou o plano. Um desvio de caminho, eu julgo, ocasionado pela pedra da reeleição, tirara o Real dos trilhos. Coube àquela oposição, ao Presidente Lula, ao PT reconduzi-lo e garantir a estabilidade da macroeconomia brasileira.

Uma desvalorização artificial do dólar no período resultaria em grande pressão inflacionária. O governo do Presidente Lula pegou este País com uma inflação de 12,7%. Aliás, Sr. Presidente, em apenas dois anos do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, 1999 e 2000, foi atingida a meta da inflação, considerando a banda – apenas dois anos. Ao contrário, no governo do Presidente Lula, em apenas dois anos, isso não foi atingido: em 2003 e em 2004, logo no início do seu governo. Em todos os demais anos, inclusive no Governo da Presidenta Dilma, atingimos a meta da inflação, considerando a banda.

Os juros foram entregues também na estratosfera: mais de 24% ao ano. O risco Brasil ultrapassava 2.400 pontos. O superávit primário foi, em média, naquele período, de 1,1% contra 2,2% no período do governo do Presidente Lula. As nossas reservas internacionais alcançavam US\$38 bilhões, sendo que US\$20 bilhões eram provenientes do Fundo Monetário Internacional. Aliás, no ano anterior à posse do Presidente Lula, 2002, portanto, um bom espaço após o lançamento do Plano Real, tínhamos recorrido ao Fundo Monetário Internacional.

Perguntou aqui o Presidente Fernando Henrique por que o então Ministro Palocci propôs um primário maior. Porque fizemos o que eles deveriam ter feito antes de entregar este País: fomos resgatar os pressupostos básicos da estabilidade. Tivemos de aumentar o primário, sim. Tivemos de fazer ajustes nos juros para mostrar que este País tinha condições de coordenar as suas contas. E não fizemos isso por lei. Não apresentamos nenhuma lei para dizer que era uma iniciativa carimbada como nossa, como estão tentando fazer com o Bolsa Família agora. Também não fizemos nenhum discurso para tentar se apropriar do plano; tão somente fizemos o que tinha de ser feito: tomamos as medidas para garantir a estabilidade macroeconômica.

E posso falar isso, porque participei do governo de transição. Estive na equipe do Presidente Lula; acompanhei as mudanças orçamentárias que tivemos de fazer e as medidas que foram tomadas naquele momento para resgatarmos a credibilidade do País.

A partir daí, iniciamos um ciclo virtuoso da nossa economia, reconhecendo os pressupostos que o Plano Real trouxe à economia brasileira, salvaguardando-os e recolocando de novo nos trilhos aquilo que tinha sido iniciado em 1994. Sempre demos em todas as nossas ações grande importância à estabilidade econômica. E fizemos, nesses dois governos, combate sistemático à inflação e sempre cumprimos a meta inflacionária.

Reduzimos a nossa dívida pública de 60% do Produto Interno Bruto para 33,8% desse Produto Interno Bruto e mantivemos a nossa dívida bruta estável. Mantivemos um câmbio flutuante e mantivemos a responsabilidade fiscal com metas factíveis, necessárias para cumprir a estabilidade PIB/dívida. O nosso PIB cresceu, em média, nesses últimos 11 anos, 3,5%; nosso consumo cresceu 4,3%, e o nosso investimento cresceu mais do que o consumo, 5,7%.

E aqui é importante desmistificar o que se fala, que não é o investimento que puxa o crescimento deste País. Nos últimos dez anos, em apenas dois momentos, o nosso investimento cresceu menos que o nosso PIB, e foram exatamente nos momentos em que tivemos crise internacional. Foi em 2003 e no período de 2009 a 2012. Dos últimos dez anos, em seis, nós crescemos mais o investimento do que o consumo. Portanto, o crescimento deste País é puxado, sim, pelo investimento. E agora, em 2013, novamente o investimento lidera a demanda agregada.

Nós estamos entre os maiores destinos de investimentos diretos: R\$64 bilhões foram captados em 2013. O nosso comércio exterior saiu de 100 bilhões para 480 bilhões.

Mas isso não bastava. Não bastava apenas ter os pressupostos da macroeconomia e ter a estabilidade macroeconômica. O povo tinha de ser beneficiado com essa ação; o povo tinha de saber e sentir na sua pele quais eram os benefícios de cuidar com tanta responsabilidade da nossa economia.

Por isso, o Presidente Lula foi muito ousado, assim como é a Presidenta Dilma.

Resguardando todos os pressupostos da macroeconomia, ousamos investir e fazer políticas sociais para melhorar a vida do nosso povo.

Criamos, em 11 anos, 20 milhões de empregos. Em 11 anos, tiramos 36 milhões de pessoas da miséria. Em 11 anos, 42 milhões de pessoas ascenderam à classe média.

Eu pergunto, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, quem nos ouve: quantos países, em 11 anos, controlaram a inflação, garantiram emprego, cresceram no consumo e no investimento da sua economia? Quantos países, em 11 anos, reduziram a dívida pública à metade? Quantos países, em 11 anos, mantiveram estabilidade na sua dívida bruta? Quantos países, em 11 anos, fizeram primários consecutivos com uma média de 2,8%, fazendo economia para pagar serviço da dívida? Quantos países, em 11 anos, conseguiram controlar suas despesas de custeio e reduzir os gastos com pessoal de 4,8 para 4,2 do PIB? Quantos países, em 11 anos, conseguiram saltar de uma reserva de US\$38 bilhões para US\$376 bilhões? Quantos países, em 11 anos, aumentaram a sua oferta de crédito de 24% do PIB para 56,5% do PIB?

Aumentamos a garantia, ampliamos o universo de quem tinha acesso ao crédito e proporcionamos o acesso de 70 milhões para 120 milhões de pessoas às agências bancárias. E, hoje, a inadimplência é declinante.

Quantos países, em 11 anos, conseguiram aumentar de 2,6% do PIB...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... para 4,4% do PIB os seus investimentos? Quantos países, em 11 anos, formalizaram mais de 3 milhões de micro e pequenas empresas e, além disso, deram créditos subsidiados a sua agricultura, implantaram programas estruturantes para manter as famílias no

campo, deram condições e assistência técnica? Quantos países, em 11 anos, fizeram a maior descoberta de petróleo, como fez o Brasil? Recuperaram a indústria naval? Triplicaram a produção de automóveis? Aumentaram a produção de energia de 80 mil *megawatts* para 122 mil *megawatts* e levaram luz a 13 milhões de pessoas?

Hoje, nós temos, em construção – aliás, a metade já foi entregue –, 3,4 milhões de moradias populares. Nós temos um crescimento de 35% da renda das nossas famílias e estamos fazendo investimentos.

Disse aqui o Presidente Fernando Henrique que demoramos para retomar as concessões, o que eles já tinham iniciado em seu governo. Nós demoramos porque avaliamos as concessões. Queríamos saber o que aconteceu de errado para que nós tivéssemos pedágios tão caros em nossas rodovias ou tivéssemos, sim, a universalização da nossa telefonia com serviços tão deficientes. Demoramos porque queríamos lançar concessões que realmente pudessem equilibrar a modicidade tarifária com o retorno dos investimentos melhorando, sim, o ir e vir da nossa produção no País e das pessoas. Foi por isso que demoramos, mas estamos fazendo agora, com retorno para a sociedade brasileira muito maior do que aquele que foi feito.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que além de tudo isso, ainda promovemos reformas importantes no nosso sistema, ao contrário do que aqui foi alegado. Em 2009, nós fizemos a nova regulação para o financiamento imobiliário. Em 2010, nós fizemos uma reforma na margem de preferência e novos instrumentos de captação de recursos privados. Em 2011, reestruturamos o Cade, fizemos o Cadastro Positivo e implantamos o Pronatec. Em 2011, fizemos alteração na poupança e implantamos o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos. Em 2013, retomamos as concessões de infraestrutura; criamos a Agência Brasileira, que dá garantias e, também, reestruturamos o Instituto de Resseguros.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero dizer aqui novamente que reconheço a importância do Plano Real, respeito o que foi feito, mas a verdade tem que vir às claras; não se pode omiti-la. Se demos uma colaboração importante a esse processo foi o resgate do Plano Real, quando o Presidente Lula assumiu em 2003. Hoje temos um País com estabilidade macroeconômica, mas um País que inclui a sua gente, que tem um desenvolvimento sustentável e que tem respeitabilidade pelo seu povo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

*Durante o discurso da Srª Gleisi Hoffmann, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares.*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – O Senador Flexa Ribeiro é o próximo orador inscrito, em permuta com o Senador Alvaro Dias.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Minoria/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Antonio Carlos Valadares, Srs. Senadores, os brasileiros e as brasileiras que completam 20 anos de vida pouco ou nada vão se lembrar do período difícil vivido pelo nosso País na década de 1990, a não ser pelos seus pais ou pelo que estudam de História na escola. Durante a segunda metade do Século XX, o Brasil foi, possivelmente, o país com a maior inflação de todo o mundo. Essa difícil trajetória foi interrompida em 1994, com a implantação do Plano Real, ação que tornou estável a economia brasileira.

Hoje, tivemos a honra de receber o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que na época de criação do Plano Real era Ministro da Fazenda do então Presidente Itamar Franco. Aqui, nesta tribuna, Fernando Henrique Cardoso disse que não deixava de falar, um dia sequer, com o então Presidente Itamar Franco para deixá-lo a par de tudo o que estava sendo elaborado. As reuniões fechadas não se limitaram aos gabinetes do Governo. Fernando Henrique disse que chegou um momento em que foi necessário chamar sindicalistas de esquerda para expor claramente os detalhes do plano que estava em elaboração. Uma clara demonstração de que aquele Governo sabia dialogar além das questões político-partidárias quando o assunto de interesse era a estabilização da moeda. Ainda na tribuna, o ex-Presidente enalteceu o plano que estabilizou a economia do País e defendeu, claramente, a sua renovação: “Há momentos em que é preciso renovar. Estamos no momento do grande salto”, afirmou Fernando Henrique Cardoso.

Ainda há pouco, a Ministra Gleisi Hoffmann fez seu pronunciamento discordando da fala do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. É muito fácil falar em números e não ver a realidade que aí se encontra. A Ministra falou de um País que não é o Brasil real. No País onde estamos vivendo hoje, sem sombra de dúvidas, vemos os nossos indicadores econômicos cada vez mais deteriorados. Tenta o Governo que aí está salvá-lo com emendas, como se quisesse reter o rompimento de uma barragem fissurada com um dedo.

Então, nós vimos hoje, dito pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, sim, que não foi fácil implantar o Plano Real, mas foi necessário e importante para que o Brasil chegasse à situação de crescimento em que se encontra hoje, que poderia ser muito maior, se o PT, assim como soube usar o Plano Real para dar continuidade nos seus governos, tivesse também aceito todas as outras ações do Governo Fernando Henrique Cardoso, como é o caso das privatizações, como é o caso das concessões e, também, das estradas e da telefonia.

Em breves traços, a história do Plano Real é a história de reversão de quase quatro décadas em que a tendência inflacionária venceu praticamente todas as tentativas de contenção. Não era uma crise passageira, era uma crise estrutural, que envenenava as relações econômicas.

Ao assumir a Presidência, em fins de dezembro de 1992, o saudoso Presidente Itamar Franco – é preciso que se diga – recebeu uma inflação anual acumulada de 1.119%. No ano de 1991, ela tinha ficado em 472% e, em 1990, bateu os 1.621% ao ano, com o mês de abril desse nefasto 1990 marcando uma hiperinflação anual acumulada de 6.821%, recorde absoluto na história do Brasil. A situação parecia não ter saída e o País afundava no caos dos preços e de tudo. Nesse contexto de pura ingovernabilidade, uma solução era mais que urgente para nos salvar da bancarrota total.

Finalmente, chegamos ao ano de 1994, em que, efetivamente, os níveis inflacionários se aproximaram dos observados em países considerados desenvolvidos. A inflação de preços, que havia sido de 47,43% em junho desse ano, passou para 6,84%, em julho; 1,86%, em agosto; 1,53%, em setembro; 2,62%, em outubro; 2,81%, em novembro; e 1,71%, em dezembro. O controle da inflação reacendeu a esperança do povo brasileiro, desiludido com a série de pacotes mal-sucedidos.

Devemos a implantação do Plano Real ao concerto que houve entre o Presidente Itamar Franco e seu então Ministro da Fazenda, remanejado do Ministério das Relações Exteriores, em maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso. O Presidente Itamar não criou qualquer obstáculo à liderança de Fernando Henrique Cardoso, que, com uma grande equipe de economistas, mais matemáticos e cientistas sociais, teceu o plano e o aplicou.

A mobilização da sociedade só teve paralelo na mobilização do Congresso Nacional. Como dizia, a orquestração dessas vontades e uma economia mais aberta resultaram em maior estabilidade e renderam a FHC dois mandatos sucessivos na Presidência da República, com os quais o Plano Real adquiriu solidez crescente.

O Plano Real tinha cinco medidas fundamentais. Primeiro, era preciso zerar o déficit público, em segundo lugar, desindexar a economia, que havia evoluído para uma indexação viciosa e em alguns aspectos até necessária. Após a desindexação era preciso nova indexação, agora de acordo com a taxa de câmbio, o que aproximava o Plano de uma dolarização. Essa nova ação – indexação pela URV (Unidade Real de Valor) – tinha por objetivo apagar a “memória inflacionária”. Os dois últimos pontos tratavam da redução das tarifas de importação, ainda hoje muito altas, e o aumento acentuado de reservas internacionais, movimento que começou a ser esboçado desde o fim de 1991.

Todos esses momentos, todas essas ações foram estudadas e postas em prática com o maior cuidado possível, produzindo uma virada na situação inflacionária do País, como que por milagre, sem confiscos, congelamentos ou tabelamentos. A população, em geral, passou a deter poder de compra, com redução substancial do quantitativo populacional que se situava abaixo da linha da pobreza, o que gerou dividendos políticos notáveis.

A diminuição da disparidade de renda, como produto do Plano, foi um ganho social incontestável. Assim, o ganho político deve ter sido o principal motivo pelo qual o PT (Partido dos Trabalhadores), à época, cerrava fileiras contra o Plano, que era bom, que funcionava.

A implementação do Plano Real foi realmente um ato de coragem, mas também foi um ato maturado pela sabedoria que as ciências sociais e aplicadas, aliadas ao momento político, puderam garantir.

Naturalmente, com o tempo, o Plano começou a sentir efeitos econômicos da crise asiática de 1997, por exemplo, alterando seu perfil como forma de se adequar às novas realidades. Outros eventos globais também interferiram no maior sucesso do Plano, como a crise no México, em 1995, e a da Rússia, em 1998. Leve-se em conta de que em 1998 a inflação anual foi de apenas 1,65%, o menor valor atingido na existência do Plano. As privatizações realizadas no âmbito do Plano também foram criticadas, mas a retirada de uma série de bancos estaduais do manto protetor do Governo foi crucial para o sucesso do Plano, ao lado de outras ações, como a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000.

Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, nunca um plano atingiu tão positivamente tanta gente como esse. Na comemoração dos 20 anos do Plano Real, sabemos que parte do processo de felicidade de um povo (o povo brasileiro) está entrelaçado com esse momento e com esse tão acertado processo que nos direcionou para o bom destino do futuro. Por isso, quero aqui prestar minhas homenagens aos brasileiros que tiveram a determinação de levar o Plano adiante, com base na competência técnica e na sensibilidade política.

Termino registrando que a história recente já confirmou as afirmações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de que: “O Plano Real não é um blefe. Sua âncora é o povo.”

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, termino parabenizando o Senador Aécio Neves pelo seu depoimento, hoje, na Sessão Solene de Comemoração dos 20 Anos do Plano Real. Mostrou que ele está preparado, como um grande estadista, para assumir o destino desta Nação, como Presidente, nas eleições de outubro próximo.

Obrigado, Presidente.



*Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Antonio Carlos Valadares deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos V. Ex<sup>a</sup>.

### ORDEM DO DIA

Nós queríamos comunicar à Casa que acabamos de realizar uma reunião com os Presidentes das Comissões Permanentes no Senado Federal. Decidimos sobre questões importantes, para que possamos compatibilizar o funcionamento do Congresso Nacional com este ano atípico de Copa do Mundo, eleição...

Aprovamos um calendário de funcionamento para o mês de março, para o mês de abril, para o mês de maio. Aprovamos um esforço concentrado para o mês de junho, que irá de segunda-feira, dia 2 de junho, até sexta-feira, dia 6 de junho. Listamos, juntamente com os Presidentes das Comissões Permanentes, temas prioritários que deverão ser deliberados de acordo com esse calendário que preverá firmemente a data da votação.

Também pedimos aos Presidentes das Comissões que elessem, na forma da resolução, as políticas públicas que serão avaliadas até dia 31 de março. Com a ajuda da Consultoria do Senado Federal, nós nos permitimos sugerir temas no âmbito de cada Comissão Permanente.

E hoje, como nós havíamos combinado na semana que passou, vamos votar a Medida Provisória nº 626, vamos desbloquear a pauta e votar alguns projetos que estão na Ordem do Dia.

Portanto, passamos ao **Item 1** da pauta.

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 626, DE 2013

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 626, de 2013, que *abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de dois bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais, para o fim que especifica.*

Parecer sob nº 89, de 2013, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que tem como Relator o Senador Wilder Moraes (DEM/GO); e Relator Revisor: Deputado Bohn Gass (PT/RS), favorável à Medida Provisória; e pela inadmissão da Emenda nº 1, oferecida perante aquela Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Moraes como Relator da matéria.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup> para emitir parecer.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Minoria/DEM – GO. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Obrigado Presidente.

Sr. Presidente, como já foi relatado na Comissão de Orçamento, eu gostaria de ir só na análise final, se V. Ex<sup>a</sup> permitir:

### PARECER Nº 89, DE 2013

Da Comissão Mista de Orçamento, sobre a Medida Provisória nº 626, de 24 de 2013, que *“abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito para o fim que especifica”*.

#### Relatório

A Presidente da República adotou e submeteu à apreciação do Congresso Nacional, a Medida Provisória (MP) nº 626 de 2013, que *“abre crédito extraordinário no valor de (dois bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais) em favor dos Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES.*

#### Análise

A Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação pelo Congresso das Medidas Provisórias, prevê que o parecer relativo a crédito extraordinário deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito e de adequação financeira e orçamentária, bem como acerca do cumprimento da obrigatoriedade de encaminhamento de documento expondo a motivação da medida provisória.

#### Constitucionalidade

Da análise levada a efeito, constata-se que a Medida Provisória nº 626 atende aos preceitos constitucionais estabelecidos na Constituição, uma vez que existe a urgente necessidade de aportar recursos a fim de assegurar a continuidade e a expansão desse relevante programa de financiamento voltado para estudantes de baixa renda.

#### Adequação Financeira e Orçamentária



A Medida Provisória em análise amplia uma despesa financeira já constante da lei orçamentária, uma vez que autoriza o reforço de dotação para programação já disponível, referente à concessão de financiamento estudantil. Esse valor é custeado por recursos da fonte financeira, abre aspas, “188 – Remuneração das Disponibilidades do Tesouro”.

Portanto, por não envolver despesas ou receitas primárias, não há impacto na consecução da meta de resultado fiscal.

O crédito está de acordo com as disposições do Plano Plurianual 2012, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 e da Lei Orçamentária Anual para 2013. Também não há óbice quanto à observância da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como se pode ver no Anexo II deste Parecer, consulta à execução orçamentária da programação ora suplementada, com dados atualizados até 02 de novembro de 2013, revelou que toda a dotação do crédito extraordinário já foi empenhada, sendo que R\$240,9 milhões desse montante já foram pagos.

A consulta também revelou a expressiva diferença entre o valor incluído inicialmente pelo Poder Executivo na proposta orçamentária para 2013 (R\$1,6 bilhão) e o que já foi empenhado este ano (R\$7,1 bilhões). Convém lembrar que outra medida provisória, a MP nº 616, de 2013, transformada na Lei nº 12.861, de 2013, já havia aberto crédito extraordinário de R\$2,9 bilhões para o mesmo propósito.

Por último, é importante notar que o projeto de lei orçamentário anual, aprovado para 2014, destaca apenas R\$1,5 bilhão, o FIES. Como os financiamentos precisarão ser renovados no próximo ano, mesmo se não houver aumento no número de participantes do programa, constata-se que haverá necessidade de destinar ao menos R\$5,6 bilhões adicionais para assegurar o funcionamento do FIES em 2014.

A exposição de motivos que acompanha a mensagem contém as informações necessárias para o entendimento das razões que motivaram a edição da Medida Provisória em apreciação.

Mérito

Quanto a esse aspecto, não há o que se questionar, pois o crédito é necessário à continuidade e expansão do programa de concessão de financiamentos estudantis. É inegável a relevância desse programa no sentido de ampliar o acesso de estudantes a cursos não gratuitos de graduação, pós-graduação e de educação profissional e tecnológica.

A partir da análise da única emenda apresentada, conforme consta no Anexo I, a este Parecer, constata-se que a Emenda nº 1 deve ser declarada inadmitida por contrariar a Resolução nº 1, de 2006-CN, que estabelece a seguinte restrição ao emendar créditos extraordinários: “Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente”.

Quanto ao voto, Presidente.

Pelo exposto, votamos no sentido de que a Medida Provisória nº 626, de 24 de outubro de 2013, atende aos preceitos constitucionais que orientam sua adoção, e, no mérito, somos por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo.

É este é o meu parecer, Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos colocar em votação os preceitos constitucionais de relevância, urgência e de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Discussão da medida provisória e da emenda, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a medida provisória e a emenda, em turno único, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação da medida provisória sem prejuízo da emenda.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Votação da Emenda nº 1, com parecer pela inadmissão da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitada.

A matéria vai à promulgação e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 626, DE 2013**

**Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 2.531.486.253,00 (dois bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais) para o fim que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 2.531.486.253,00 (dois bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**ÓRGÃO:** 74000 - Operações Oficiais de Crédito

**UNIDADE:** 74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES –

Min. da Educação

ANEXO

Crédito Extraordinário

PROGRAMA DE TRABALHO ( APLICAÇÃO )

Recurso de Todas as Fontes

R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	EG	SN	R	F	D	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
	0902	Operações Especiais: Financiamentos com Retorno														2.531.486.253
		<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>														
12 694	0902 00/G	Concessão de Financiamento Estudantil - FIES														2.531.486.253
12 694	0902 00/G 6502	Concessão de Financiamento Estudantil - FIES - Nacional (Crédito Extraordinário)														2.531.486.253
			F	5	0	9	0	0	1	8	8					2.531.486.253
<b>TOTAL - FISCAL</b>																<b>2.531.486.253</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>																<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>																<b>2.531.486.253</b>

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A pauta está destrancada. Item 2 da pauta.

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2013**

**(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 104, de 2014)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2013 (nº 4.268/2012, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE)*. Parecer favorável, sob nº 1.582, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação. As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2013**

(Nº 4.268/2012, na Casa de origem, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

**Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, com sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região no orçamento geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

(Art. 1º da Lei nº , de de de )

CARGOS EFETIVOS				QUANTIDADE
Analista Especializado, Informação	Judiciário	-	Área de Apoio Tecnologia da	7
Técnico Especializado, Informação	Judiciário	-	Área de Apoio Tecnologia da	8
TOTAL				15

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 3** da pauta:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2013**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, que *altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar.*

É evidente o quórum pequeno e a dificuldade que teríamos para apreciar uma proposta de emenda à Constituição.

Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Era esse o registro que eu ia fazer, Sr. Presidente: o quórum muito baixo, uma proposta de emenda constitucional que necessita de 49 votos e, portanto, pedido de retirada de pauta deste item, já que não é possível votá-lo, pelo quórum.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A matéria constará da pauta de amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 4** da pauta.

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2013 (nº 2.693/2011, na Casa de origem, do Deputado Pepe Vargas) que *altera a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, para tipificar o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelecer requisitos e limites para a sua produção e comercialização e definir diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor.*

Parecer favorável, sob nº 1.546, de 2013, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Ana Amélia.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

Com a palavra V. Exª, para discutir o Projeto, na condição de relatora desta importante matéria.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP – RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente, nem preciso subir à tribuna.

É de uma singeleza e de uma praticidade este Projeto de autoria do Deputado Pepe Vargas, agora Ministro do Desenvolvimento Agrário, que ele é autoexplicativo. Além do mais, a Presidente da República publicou um decreto regulamentando a Lei do Vinho.

Com a aprovação deste PLC, o PLC 110 – e agradeço a V. Exª pela inclusão na pauta, solicitada na reunião dos Líderes –, o vinho colonial também poderá ser enquadrado nos termos desse decreto. Assim, a Festa da Uva, que é a festa também dos pequenos vitivinicultores da produção do vinho colonial, recebe como recompensa pelo seu trabalho a aprovação deste Projeto de Lei que tipifica o vinho colonial, definindo os volumes a serem produzidos para serem enquadrados na qualificação de vinho colonial.

É uma homenagem que o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado fazem.

Por uma questão de justiça, quero lembrar também o Deputado Onyx Lorenzoni, do Rio Grande do Sul, que havia também trabalhado, originalmente, antes deste Projeto, o PLC 110, apenas para reconhecer o esforço da Bancada do meu Estado, o Rio Grande do Sul – são Parlamentares de outros partidos, que não o meu –, em relação a um tema tão relevante.

De novo, digo que a Festa da Uva, que se realiza em Caxias do Sul, é um bom momento para que o Senado Federal confirme aquilo que a Câmara já havia deliberado.

Muito obrigada, Presidente Renan Calheiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha favoravelmente ao Projeto, ressaltando a importância do Projeto para a agricultura familiar e para os produtores de vinho do Rio Grande do Sul e de todo o Brasil. O voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Gim Argello.

**O SR. GIM** (Bloco União e Força/PTB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dentro da mesma linha, o Bloco União e Força, composto pelo PTB, PR, PSC e PRB, encaminha favoravelmente a este Projeto, votando com a Relatora, a Senadora Ana Amélia, tendo em vista que isso é muito importante, principalmente para a Região Sul do nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Pedro Simon, com a palavra, para discutir a matéria.

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco Maioria/PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou dessa região. Eu e o Senador Paim somos da região de Caxias do Sul e agradecemos à Ana Amélia, que foi a Relatora deste Projeto.

Para a nossa região, ele é da maior importância, porque nós temos os grandes vinhos, os vinhos finos, que requerem um cuidado e uma preocupação especial. Mas, na nossa tradição e na nossa história, há exatamente esse chamado vinho colonial, que existe ao longo do tempo, ao longo da história. As pequenas famílias, que são os colonizadores – compostas do homem, da mulher e seus 14 filhos, às vezes –, durante todo o tempo e ao longo da história, desenvolveram, avançaram e cultivaram, entre as várias culturas, a produção da uva e a do vinho.

Até hoje é histórico – lá em Bento Gonçalves, em Caxias, na região –, nas festas, vemos os colonos e as colonas com os seus pés pisando a uva, amassando a uva para dali sair o líquido que faz o vinho.

O projeto é muito completo. Ele vem satisfazer aquilo que já existe ao longo da história. Em primeiro lugar, é a pequena propriedade do agricultor. Em segundo lugar, 70% das uvas têm que ser produzidas na propriedade dele. Em terceiro lugar, elas têm que ser vendidas diretamente ao consumidor.

Então, há uma série de questões em que o projeto não vai se intrometer, não vai atrapalhar o mercado comum dos vinhos finos. Ele vem apenas normalizar uma situação que, ao longo do tempo e ao longo da história, vem sendo muito bem correspondida dentro das suas necessidades.

É um debate. De repente, alguns fiscais, querendo ser mais realistas do que o rei, inventam, chegam a uma propriedade de um coitado de um agricultor colono, que não entende absolutamente nada, e resolvem proibir, fechar, lacrar, e ele não sabe o que fazer. Então, a medida vem em boa hora.

O Ministro Pepe, que é também de Caxias do Sul...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sim, mas o Pepe e o outro Deputado... O Onyx Lorenzoni também entrou no projeto.

O Pepe, hoje Ministro, eu não sei se tu sabes, mas os jornais estão publicando que, se o Tarso não quiser ser, o Pepe vai ocupar o lugar dele como candidato para competir contigo. Mas, de qualquer maneira... E aí vai ser muito interessante: o projeto do Pepe, relatoria da Ana Amélia. *(Risos.)* E os dois vão discutir quem é que tem mais valor: quem fez e quem relatou. E eu ficarei assistindo aqui como mero espectador, e dou o meu parecer. *(Risos.)*

Mas eu tenho certeza de que hoje é um dia muito importante. Singelo, simples, mas é um projeto que vem ao encontro de uma classe, de um povo que ao longo do tempo, mais de cem anos, faz isso, realiza isso e merece o nosso respeito. Por isso eu a felicito, Senadora Ana Amélia, e felicito a Casa, porque nós estamos fazendo algo de alcance social. Eu diria, de alcance político inimaginável. Realmente é um grande dia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Waldemir Moka.



**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero apenas parabenizar a Relatora, Senadora Ana Amélia, e também o autor, hoje Ministro Pepe Vargas, pela importância que tem um projeto desse, porque vai estimular exatamente a agricultura familiar, aquele pequeno agricultor que consegue hoje produzir um vinho de qualidade. É claro que isso vai ter uma repercussão na renda desse pequeno produtor. É exatamente isso que nós precisamos fazer. Semelhante ao que está sendo feito no Rio Grande do Sul em termos de vinho, nós estamos tentando fazer no Mato Grosso do Sul com a erva-mate, que já foi nativa na região da fronteira e que hoje precisa desse tipo de estímulo.

Então, voto favoravelmente, parabenizando a Relatora e o autor por um projeto que estimula a chamada agricultura familiar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP – RS) – Quero apenas agradecer as manifestações. Como a matéria não implica controvérsia, agradecer as palavras do Senador Jucá, do Senador Pedro Simon, do Senador Moka, do Senador Gim Argello. Dizer também que o meu Partido, o Partido Progressista, sob a liderança do nosso Líder Francisco Dornelles, também está apoiando integralmente esse projeto.

Para mim foi uma honra, Presidente, ter sido Relatora de uma matéria tão significativa não apenas para o Rio Grande do Sul e, como falei, a Festa da Uva, em Caxias do Sul, mas relevante, porque tem alcance para todo o Brasil, já que a produção desse vinho colonial também é da pequena propriedade, em Santa Catarina, no Paraná e em outros Estados. E a produção vitivinícola está alcançando outros Estados, como São Paulo, com a produção de uva e vinho.

Muito obrigada, Presidente. Obrigada aos Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Ataídes, com a palavra V. Exª para as considerações.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Minoria/PSDB – TO) – Sr. Presidente, PROS apoia o projeto do vinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

E será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2013**

(Nº 2.693/2011, na Casa de origem, do Deputado Pepe Vargas)

**Altera a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, para tipificar o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelecer requisitos e limites para a sua produção e comercialização e definir diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A O vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural é a bebida elaborada de acordo com as características culturais, históricas e sociais da vitivinicultura desenvolvida por aquele que atenda às condições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, observados os requisitos e limites estabelecidos nesta Lei.

§ 1º O vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural deve ser elaborado com o mínimo de 70% (setenta por cento) de uvas colhidas no imóvel rural do agricultor familiar e na quantidade máxima de 20.000 l (vinte mil litros) anuais.

§ 2º A elaboração, a padronização e o envasilhamento do vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural devem ser feitos exclusivamente no imóvel rural do agricultor familiar, adotando-se os preceitos das Boas Práticas de Fabricação e sob a supervisão de responsável técnico habilitado.

§ 3º A comercialização do vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural deverá ser realizada diretamente com o consumidor final, na sede do imóvel rural onde foi produzido, em estabelecimento mantido por associação ou cooperativa de produtores rurais ou em feiras da agricultura familiar.

4º Deverão constar do rótulo do vinho de que trata o caput deste artigo:

I - a denominação de “vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural”, “vinho colonial” ou “produto colonial”;

II - a indicação do agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, com endereço do imóvel rural onde foi produzido;

III - o número da Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP fornecida por entidade autorizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MOA;

IV - outras informações exigidas ou autorizadas nesta Lei e em seus regulamentos.

§ 5º A comercialização de vinho colonial será realizada por meio de emissão de nota do talão de produtor rural e exigirá em sua rotulagem a especificação de sua denominação, origem e características do produto.”

Art. 2º O art. 27 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, passa a vigorar acrescido do § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 10:

“Art. 27.....

§ 1º .....

§ 2º O registro, de estabelecimento produtor de vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural fica condicionado a comprovação periódica dos requisitos estabelecidos no art. 2º-A desta Lei.” (NR)

Art. 3º O art. 43 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43. O registro do estabelecimento e do produto, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização do vinho e dos derivados da uva e do vinho sob os aspectos higiênico-sanitários e de qualidade serão executados em conformidade com as normas e prescrições estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

1º As exigências para o registro de estabelecimento produtor de vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural deverão ser adequadas às dimensões e finalidades do empreendimento, e seus procedimentos deverão ser simplificados.

§ 2º A inspeção e a fiscalização da elaboração do vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural deverão ter natureza prioritariamente orientadora, observando-se o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração.”(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT – CE.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Pimentel, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como a pauta está destrancada e nós temos, do Item 5 ao Item 14, requerimentos de apensamento de tramitação de projetos por mais de uma comissão, já conversei com os nossos líderes e temos acordos para votá-los, até porque são todos favoráveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não havendo objeção do Plenário e em função do acordo referido pelo Senador Pimentel, nós vamos fazer a apreciação desses requerimentos.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Excelência, há um requerimento de minha autoria que está sobre a mesa. É o Requerimento nº 48, de 2014, por meio do qual solicito a realização de uma sessão especial em celebração aos 50 anos do comício das reformas de base, que o Presidente João Belchior Marques Goulart realizou no dia 13 de março de 1964.

Peço a V. Ex<sup>a</sup>, assim que for possível, que o coloque para deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não havendo objeção da Casa, nós apreciaremos o requerimento sugerido pelo Senador Randolfe Rodrigues.

**Item 5** da pauta.

**REQUERIMENTO Nº 1.371, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2011 – Complementar, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (concessão de aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil).*

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 6:**

**REQUERIMENTO Nº 1.423, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.423, de 2013, do Senador Zeze Perrella, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (preferência na adoção de crianças ou adolescentes abandonados).*

Votação do requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Itens 7, 12 e 13.**

São três itens que tramitam conjuntamente, porque se referem à mesma matéria: Requerimentos nº 1.428, 1 e 2, de 2014.

Votação, em turno único, do requerimento do Senador Wilder Moraes e dos Requerimentos 1 e 2, da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, além da comissão constante do despacho inicial, sejam ouvidas também a de Assuntos Econômicos, de Direitos Humanos, de Legislação Participativa e de Educação, Cultura e Esportes.

São os seguintes os itens na íntegra:

**Item 7:**

**REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2013, do Senador Wilder Moraes, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (berçário ou creche no local de trabalho).*

**Item 12:**

**REQUERIMENTO Nº 1, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (berçário ou creche no local de trabalho).*

**Item 13:**

**REQUERIMENTO Nº 2, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 2, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011, além da Comissão constante do despacho ini-*

*cial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (berçário ou creche no local de trabalho).*

Votação dos requerimentos, em globo.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 8**, Senador Flexa Ribeiro.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.465, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.465, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cardápios em Braille em restaurantes).*

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 9** da pauta:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.473, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.473, de 2013, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (observância de parâmetro de cobertura populacional para a implantação de unidades básicas de saúde)*

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 10:**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2013, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (importação de material biológico de origem humana para fins de ensino e pesquisa).*

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 11.**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.491, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.491, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2013, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (comercialização de alimentos e produtos de puericultura).*

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Projeto de Lei da Câmara nº 107, por solicitação da reunião com os presidentes das comissões e com alguns líderes partidários.



Senador Eunício Oliveira.

**Item extrapauta:**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2013**

Discussão em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no quadro de pessoal da secretaria do Tribunal Regional do Trabalho – 12ª Região, de Santa Catarina.*

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto em turno único, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

E será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 107, DE 2013**

(nº 4.220/2012, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

**Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região no orçamento geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO**

(Art. 1º da Lei nº , de de de )

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação	23
Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação	4
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –Essas foram as matérias, Srs. Senadores e Sras Senadoras, que ficaram acordadas para a tarde de hoje.

Portanto, nós declaramos encerrada a Ordem do Dia e voltamos à lista de oradores.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

**3**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2013**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, que altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar.

Parecer nº 1.266, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

## 14

### REQUERIMENTO Nº 10, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2012; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 103, de 2009; 74, 183, 261, de 2012; 235 e 515, de 2013, por regularem matéria correlata (inclusão de disciplinas no ensino fundamental e médio).*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 2014

**Concede isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP sobre as operações com produtos reciclados e altera a Lei nº 12.375, de 30 de dezembro de 2010, para prorrogar o prazo de vigência da concessão de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica isenta da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS a receita obtida pelas pessoas jurídicas decorrente da venda de produtos cujo processo de produção incorpore pelo menos 70% (setenta por cento) de reaproveitamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo considera-se resíduo sólido o produto definido no inciso XVI do art. 3º da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 12.375, de 30 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Os estabelecimentos industriais farão jus, até 31 de dezembro de 2018, a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos.

.....”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### Justificação

A altíssima carga tributária decorrente da múltipla incidência de impostos e contribuições compromete a adequada utilização dos resíduos sólidos, por retirar parcela significativa de recursos financeiros que poderiam ser investidos no setor de reciclagem. Para modificar essa situação, a presente proposta isenta das contribuições sociais e prorroga a concessão do crédito presumido do IPI sobre as operações que envolvem produtos reciclados, o que estimulará o melhor aproveitamento dos resíduos.

Atualmente, há um enorme descarte de produtos no lixo como consequência dos hábitos de consumo da sociedade moderna, o que desafia as autoridades públicas na busca de soluções para a melhoria de qualidade de vida da população e para a preservação ambiental não só para a presente, como também para as futuras gerações. A reciclagem é a melhor opção para gerenciar os resíduos sólidos, no entanto a carga tributária é um entrave para que o setor se desenvolva da forma mais eficiente.

Qualquer produto descartado no lixo, até chegar a esse estágio, foi tributado várias vezes, desde a indústria, passando pelo comércio, até alcançar o consumidor. Entretanto, após resgatado do lixo, o produto passa por novas incidências de tributos, desde os catadores ou separadores, passando pela armazenagem e beneficiamento primário, pelos sucateiros ou pelos postos de acumulação para preparação, até chegar à indústria de reciclagem para ser processado.

Não somente em função da sistemática de tributação, mas também em virtude da informalidade, o setor de recicláveis é tributado de modo intensivo. As cooperativas de catadores e os sucateiros adquirem os materiais primários de pessoas que os obtêm em latas de lixo ou nos “lixões” e que não emitem notas fiscais. Por não possuir documentação fiscal de origem, as cooperativas (grande maioria das entidades que atuam no processamento do lixo) e os demais adquirentes arcam com todos os tributos, sem poder abatê-los como créditos.

A medida proposta visa preencher a lacuna deixada pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, ainda não regulamentada pelo ordenamento jurídico. A proposta atende à previsão da concessão de incentivos fiscais, financeiros e creditícios, bem como à determinação de que o resíduo sólido reutilizável e reciclável seja reconhecido como um bem econômico e de valor social, gerador de renda e promotor de cidadania.

Apesar do comando contido na Política Nacional de Resíduos Sólidos, o governo federal não incentivou o aproveitamento dos resíduos. A tributação sobre os produtos reciclados vai de encontro ao comando constitucional no sentido de assegurar a todos o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

É imprescindível a imediata redução dos tributos a fim de que seja fomentada a indústria de recicláveis, que gera empregos e renda, além de reduzir a grande quantidade de lixo não aproveitado, evitando maiores danos ambientais. Ou alteramos a legislação para promover a adoção de medidas no uso eficiente e racional dos resíduos sólidos, ou ficamos inertes e veremos o crescimento desordenado dos lixões que assolam os grandes centros urbanos.

Convicto da importância da presente iniciativa, esperamos a acolhida do projeto de lei pelos ilustres Pares.  
Sala das Sessões, – Senadora **Maria do Carmo Alves**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 12.375, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.

#### Mensagem de veto

Conversão da Medida Provisória nº 499, de 2010

**Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; transforma Funções Comissionadas Técnicas em cargos em comissão, criadas pela Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 8.460, de 17 de setembro de 1992, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.941, de 27 de maio de 2009, 8.685, de 20 de julho de 1993, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 10.848, de 15 de março de 2004, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivo da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

##### **Da Reestruturação de Cargos e Funções Comissionadas**

Art. 1º Os arts. 27 e 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:  
"Art. 27....."

VII – Ministério da Defesa:

**a)** política de defesa nacional, estratégia nacional de defesa e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional;

#### CAPÍTULO II

##### **Das Alterações na Legislação Tributária**

Art. 5º Os estabelecimentos industriais farão jus, até 31 de dezembro de 2014, a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos.

§ 1º Para efeitos desta Lei, resíduos sólidos são os materiais, substâncias, objetos ou bens descartados resultantes de atividades humanas em sociedade.

§ 2º Cabe ao Poder Executivo definir, por código da Tabela de Incidência do IPI – TIPI, os materiais adquiridos como resíduos sólidos que darão direito ao crédito presumido de que trata o caput deste artigo.

Art. 6º O crédito presumido de que trata o art. 5º desta Lei:

I – será utilizado exclusivamente na dedução do IPI incidente nas saídas dos produtos que contenham resíduos sólidos em sua composição;

II – não poderá ser aproveitado se o produto que contenha resíduos sólidos em sua composição sair do estabelecimento industrial com suspensão, isenção ou imunidade do IPI;

III – somente poderá ser usufruído se os resíduos sólidos forem adquiridos diretamente de cooperativa de catadores de materiais recicláveis com número mínimo de cooperados pessoas físicas definido em ato do Poder Executivo, ficando vedada, neste caso, a participação de pessoas jurídicas; e

IV – será calculado pelo adquirente mediante a aplicação da alíquota da TIPI a que estiver sujeito o produto que contenha resíduos sólidos em sua composição sobre o percentual de até 50% (cinquenta por cento) do valor dos resíduos sólidos constantes da nota fiscal de aquisição, observado o § 2º do art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. O percentual de que trata o inciso IV deste artigo será fixado em ato do Poder Executivo.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de dezembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Luiz Pulo Teles Ferreira Barreto – Nelson Jobim – Guido Mantega – Márcio Pereira Zimmermann – Paulo Bernardo Silva – Luís Inácio Lucena Adams.**

Este texto não substitui o publicado no *DOU* de 31-12-2010

LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.

### Regulamento

#### **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **TÍTULO I**

#### **Disposições Gerais**

#### **CAPÍTULO I**

#### **Do Objeto e do Campo de Aplicação**

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

II – área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

III – área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV – ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V – coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI – controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII – destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII – disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;



IX – geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X – gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI – gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XII – logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XIII – padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;

XIV – reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XV – rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI – resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XVII – responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVIII – reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XIX – serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades previstas no art. 7º da Lei nº 11.445, de 2007.

.....  
Art. 57. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Rafael Thomaz Favetti – Guido Mantega – José Gomes Temporão – Miguel Jorge – Izabella Mônica Vieira Teixeira – João Reis Santana Filho – Marcio Fortes de Almeida – Alexandre Rocha Santos Padilha.**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 3-8-2010

*(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)*

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2014**

**Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias *Start-ups*.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º .....

II – .....

j) os valores em dinheiro integralizados no capital social de sociedades empresárias *Start-ups*, atendidas as seguintes condições:

1. o investidor deverá permanecer na condição de sócio-cotista ou acionista, sendo vedada a participação como sócio-gerente, diretor ou administrador da pessoa jurídica investida;
2. o investidor não poderá ter o controle majoritário das quotas sociais ou ações da pessoa jurídica;
3. os valores integralizados deverão permanecer por no mínimo três anos seguidos à disposição da pessoa jurídica investida, sendo vedada a diminuição do capital social a qualquer título;
4. a *Start-up* em que for investido o recurso deverá ser selecionada por ato do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

§ 5º A dedução prevista na alínea “j” do inciso II do *caput* está limitada a vinte por cento do valor efetivamente integralizado e não poderá ultrapassar o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por ano-calendário, considerando todos os investimentos realizados, ainda que a participação envolva mais de uma *Start-up*.

§ 6º Sempre que se apure que o contribuinte não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir qualquer condição prevista na alínea “j” do inciso II do *caput*, será cobrado o imposto acrescido de juros de mora e com imposição da penalidade cabível.” (NR)

Art. 2º O benefício de que trata esta Lei vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### Justificação

A inércia do Brasil em criar incentivos para empresas inovadoras de alto potencial acarreta a perda de competitividade na atração de investidores e empreendedores. Este projeto objetiva modificar esse quadro, possibilitando o ingresso de novos recursos para as empresas inovadoras com alto potencial de crescimento, por meio da redução do Imposto sobre a Renda devido pelos investidores, o que propiciará o adequado desenvolvimento do setor.

Nos últimos anos, o mundo presenciou o acelerado crescimento de empresas administradas por jovens, com projetos promissores, ligados à pesquisa, investigação e desenvolvimento de ideias inovadoras, principalmente na área tecnológica, as denominadas *Start-ups*. Isso foi possível, em grande parte, graças à conjugação de boas ideias com o capital fornecido pelos chamados investidores-anjos, que desenvolvem um papel fundamental no crescimento de empresas inovadoras, principalmente nos seus estágios embrionários, por meio do fornecimento de recursos financeiros e técnicas de gestão em troca de parcela do capital social.

A concepção do investimento anjo justifica-se, porque de nada adianta o empreendedor ter uma ideia, se lhe falta não só o capital financeiro para transformá-la em um negócio, mas experiência, conhecimento e relacionamentos que potencializem suas chances de sucesso. Esta lacuna é justamente preenchida pelo papel do investidor anjo, um profissional com experiência empreendedora, que agrega ao capital investido todo seu histórico de sucesso para apoiar estes novos empreendedores, tanto que nos EUA o capital destes investimentos é chamado de *Smart Money*, que numa tradução literal significa “Dinheiro Inteligente”.

A importância do investimento anjo para o desenvolvimento das empresas inovadoras foi objeto de um amplo estudo realizado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em de mais de 30 países, tendo concluído que “os investidores anjos têm um papel crítico no sucesso das empresas iniciantes”. É um investimento que proporciona ganhos não só para os investidores, mas para economia do país como um todo, pois como seu foco são empresas inovadoras de alto potencial, os sucessos proporcionarão negócios com grande geração de empregos qualificados e tributos recolhidos. Apple, Google, Facebook e a Fedex dos EUA e a Bematech e o Buscapé do Brasil são exemplos de empresas que nasceram com o apoio do investimento anjo.

De acordo com a *Anjos do Brasil*, organização sem fins lucrativos de fomento do investimento anjo para apoio ao empreendedorismo, o valor total do investimento anjo brasileiro ainda é apenas 1,2% do americano, evidenciando que o potencial de crescimento no mercado brasileiro ainda é muito significativo.

Atentos à necessidade de aliar ideias inovadoras e capital privado e aos ganhos sociais e econômicos que essa aliança promove, diversos países têm criado incentivos aos contribuintes. Na Inglaterra e no Canadá, por exemplo, há isenção do imposto sobre o ganho de capital do investidor. Por sua vez, na Malásia e em Singapura, o governo permite a dedução parcial do que foi investido em relação ao imposto devido, a fim de atrair, principalmente, investidores e empreendedores estrangeiros.

Na contramão do mundo desenvolvido, as iniciativas no Brasil ainda são incipientes. Como experiência de fomento às empresas de tecnologia de informação, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação possui o programa “Start-up Brasil”. Entretanto, essa medida não se mostrou suficiente, pois incentiva somente uma das partes da relação, o empreendedor, ao passo que o investidor não conta com nenhum estímulo.

Com a dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda ora proposta, inova-se o ordenamento legal e cria-se um estímulo aos contribuintes, possibilitando-se que novos valores sejam investidos pelas pessoas físicas, reduzindo os riscos do investidor e tornando mais atrativa essa modalidade de investimento.

Este projeto de lei está em harmonia com o texto constitucional. De acordo com o disposto no art. 218 da Constituição Federal (CF), o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas. Uma das formas que está ao alcance da União para conseguir cumprir seu papel constitucional é por meio da redução de impostos.

Ainda assim, faz-se necessária a estimativa de renúncia de receita, em obediência ao art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). De acordo com cálculo efetuado pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (CONORF), fruto da nota técnica nº 0001/2014, as perdas de receitas resultantes do presente projeto de lei são estimadas em R\$ 642,9 mil em 2015 (ano-calendário de 2014); R\$ 702,0 mil em 2016 (ano-calendário de 2015) e R\$ 766,6 mil em 2017 (ano-calendário de 2016).

É imprescindível a imediata concessão de estímulo fiscal para que o País não fique estagnado no tempo. Ou alteramos a legislação para promover o devido aporte de receitas no setor, ou ficamos inertes e tornamo-nos espectadores da crescente dependência tecnológica (ecossistema de startups) do Brasil em relação aos países desenvolvidos.

Convicto da importância da presente iniciativa, esperamos a acolhida do projeto de lei pelos ilustres Pares.  
Sala das Sessões, – Senador **José Agripino**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Mensagem de veto

Texto compilado

Regulamento

#### **Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I – de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II – das deduções relativas:

**a)** aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

**b)** a pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais);

**b)** a pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, creches, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual de R\$ 1.998,00 (mil, novecentos e noventa e oito reais); (Redação dada pela Medida Provisória nº 22, de 8.1.2002)

**b)** a pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, creches, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual de R\$ 1.998,00 (um mil, novecentos e noventa e oito reais); (Redação dada pela Lei nº 10.451, de 10.5.2002) (Vide Medida Provisória nº 232, 2004)

**b)** a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, até o limite anual individual de R\$ 2.198,00 (dois mil, cento e noventa e oito reais), relativamente: (Redação dada pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)

**b)** a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes efetuados a estabelecimentos de ensino, até o limite anual individual de R\$ 2.373,84 (dois mil, trezentos e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos), relativamente: (Redação dada pela Lei nº 11.311, de 2006) (Produção de efeito) (Vide Medida nº 340, de 2006):

1. à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; (Incluído pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida nº 340, de 2006):

2. ao ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida nº 340, de 2006):

3. ao ensino médio; (Incluído pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida nº 340, de 2006):

4. à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); (Incluído pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida nº 340, de 2006):

5. à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico; (Incluído pela Lei nº 11.119, de 2005):

**b)** a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico, até o limite anual individual de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) (Vide Medida Provisória nº 2.159-70, de 2001)

1. R\$ 2.480,66 (dois mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos) para o ano-calendário de 2007; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

2. R\$ 2.592,29 (dois mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos) para o ano-calendário de 2008; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

3. R\$ 2.708,94 (dois mil, setecentos e oito reais e noventa e quatro centavos) para o ano-calendário de 2009; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 2.830,84 (dois mil, oitocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos) a partir do ano-calendário de 2010; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 2.830,84 (dois mil, oitocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2010; (Redação dada pela Medida Provisória nº 528, de 2011) Produção de efeitos

4. R\$ 2.830,84 (dois mil, oitocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2010; (Redação dada pela Lei nº 12.469, de 2011)

5. (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

6. R\$ 2.958,23 (dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos) para o ano-calendário de 2011; (Incluído pela Medida Provisória nº 528, de 2011) Produção de efeitos

7. R\$ 3.091,35 (três mil, noventa e um reais e trinta e cinco centavos) para o ano-calendário de 2012; (Incluído pela Medida Provisória nº 528, de 2011) Produção de efeitos

8. R\$ 3.230,46 (três mil, duzentos e trinta reais e quarenta e seis centavos) para o ano-calendário de 2013; (Incluído pela Medida Provisória nº 528, de 2011) Produção de efeitos

9. R\$ 3.375,83 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos) a partir do ano-calendário de 2014; (Incluído pela Medida Provisória nº 528, de 2011) Produção de efeitos

6. R\$ 2.958,23 (dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos) para o ano-calendário de 2011; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

7. R\$ 3.091,35 (três mil, noventa e um reais e trinta e cinco centavos) para o ano-calendário de 2012; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

8. R\$ 3.230,46 (três mil, duzentos e trinta reais e quarenta e seis centavos) para o ano-calendário de 2013; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

9. R\$ 3.375,83 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos) a partir do ano-calendário de 2014; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

**c)** à quantia de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) por dependente;

**c)** à quantia de R\$ 1.272,00 (mil, duzentos e setenta e dois reais) por dependente; (Redação dada pela Medida Provisória nº 22, de 8.1.2002)

**c)** à quantia de R\$ 1.272,00 (um mil, duzentos e setenta e dois reais) por dependente; (Redação dada pela Lei nº 10.451, de 10.5.2002)



**c)** à quantia de R\$ 1.404,00 (mil, quatrocentos e quatro reais) por dependente; (Redação dada pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)

**c)** à quantia de R\$ 1.516,32 (mil, quinhentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos) por dependente; (Redação dada pela Lei nº 11.311, de 2006) (Produção de efeito) (Vide Medida nº 340, de 2006);

1. (Vide Medida nº 340, de 2006);

2. (Vide Medida nº 340, de 2006);

3. (Vide Medida nº 340, de 2006);

4. (Vide Medida nº 340, de 2006);

**c)** à quantia, por dependente, de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

1. R\$ 1.584,60 (mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos) para o ano-calendário de 2007; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

2. R\$ 1.655,88 (mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) para o ano-calendário de 2008; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

3. R\$ 1.730,40 (mil, setecentos e trinta reais e quarenta centavos) para o ano-calendário de 2009; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 1.808,28 (mil, oitocentos e oito reais e vinte e oito centavos) a partir do ano-calendário de 2010; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 1.808,28 (mil, oitocentos e oito reais e vinte e oito centavos) para o ano-calendário de 2010; (Redação dada pela Medida Provisória nº 528, de 2011) Produção de efeitos

5. R\$ 1.889,64 (mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2011; (Incluído pela Medida Provisória nº 528, de 2011) Produção de efeitos

6. R\$ 1.974,72 (mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos) para o ano-calendário de 2012; (Incluído pela Medida Provisória nº 528, de 2011) Produção de efeitos

7. R\$ 2.063,64 (dois mil, sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2013; (Incluído pela Medida Provisória nº 528, de 2011) Produção de efeitos

8. R\$ 2.156,52 (dois mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) a partir do ano-calendário de 2014; (Incluído pela Medida Provisória nº 528, de 2011) Produção de efeitos

4. R\$ 1.808,28 (mil, oitocentos e oito reais e vinte e oito centavos) para o ano-calendário de 2010; (Redação dada pela Lei nº 12.469, de 2011)

5. R\$ 1.889,64 (mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2011; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

6. R\$ 1.974,72 (mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos) para o ano-calendário de 2012; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

7. R\$ 2.063,64 (dois mil, sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2013; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

8. R\$ 2.156,52 (dois mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) a partir do ano-calendário de 2014; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

**d)** às contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**e)** às contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social;

**f)** às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais;

**f)** às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeitos)

**g)** às despesas escrituradas no Livro Caixa, previstas nos incisos I a III do art. 6º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, no caso de trabalho não-assalariado, inclusive dos leiloeiros e dos titulares de serviços notariais e de registro.

**h)** (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

**i)** às contribuições para as entidades de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012. (Incluído pela Lei nº 12.832, de 2013) (Produção de efeito)

§ 1º A quantia correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade

de previdência privada, representada pela soma dos valores mensais computados a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade, não integrará a soma de que trata o inciso I.

§ 2º O disposto na alínea a do inciso II:

I – aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização, médicas e odontológicas, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza;

II – restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III – limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;

IV – não se aplica às despesas ressarcidas por entidade de qualquer espécie ou cobertas por contrato de seguro;

V – no caso de despesas com aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, exige-se a comprovação com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário.

~~§ 3º As despesas médicas e de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial ou de acordo homologado judicialmente, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto de renda na declaração, observado, no caso de despesas de educação, o limite previsto na alínea b do inciso II deste artigo.~~

§ 3º As despesas médicas e de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto de renda na declaração, observado, no caso de despesas de educação, o limite previsto na alínea b do inciso II do *caput* deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeitos)

§ 4º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

*(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2014

**Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento nos âmbitos do Sistema Único de Saúde e da saúde suplementar.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

“Art. 13-A. O transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento será realizado por pessoas físicas ou jurídicas, sob a coordenação da central de notificação, captação e distribuição de órgãos, observando-se as normas sanitárias estabelecidas no regulamento e resguardando-se a gratuidade do serviço para o receptor do material, independentemente de ser ele usuário do Sistema Único de Saúde, beneficiário de plano privado de assistência à saúde ou pagador do transplante com recursos próprios ou providos por terceiros.

Parágrafo único. Caberá ao gestor federal do Sistema Único de Saúde prover as condições para garantir a gratuidade do transporte referida no *caput*.”

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 10. ....

§ 5º Quando estiver incluída a cobertura de transplante de órgãos, tecidos ou partes de corpo humano, conforme disposto no § 4º, as pessoas jurídicas que comercializam os produtos de que tratam o

inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei oferecerão, obrigatoriamente, a cobertura integral do transporte do material a ser transplantado. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

### **Justificação**

O Brasil apresenta um dos maiores índices de transplantes realizados no mundo. Apesar dos enormes avanços obtidos na atividade transplantadora no País, nos últimos anos, ainda temos de lidar com uma longa lista de pacientes à espera de um órgão para transplante.

O transporte de material para transplante está regulamentado por norma infralegal – a Resolução RDC nº 66, de 21 de dezembro de 2009, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). No entanto, a norma não prevê a gratuidade do transporte do material para o paciente receptor, o que pode comprometer a viabilidade do transporte, e do próprio transplante, quando o receptor não dispuser de meios para pagar pelo serviço. Isso é ainda mais grave quando se considera a situação de escassez de órgãos em relação à demanda existente, o que torna inaceitável que dificuldades relacionadas ao transporte impeçam o acesso dos pacientes aos órgãos de que necessitam.

Assim, a presente proposição pretende garantir a gratuidade do transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, para o receptor do material, remetendo a responsabilidade pelos custos do transporte ao gestor federal do Sistema Único de Saúde (SUS) ou, em caso de receptor vinculado a plano de saúde privado, à operadora do plano. Com isso, pretende-se beneficiar milhares de pessoas que aguardam e necessitam de transplante de órgãos ou tecidos.

Pela relevância da matéria, contamos com o apoio dos nobres parlamentares das duas Casas do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Romero Jucá**.

### *LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997.

### **Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.**

O Presidente da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I**

#### **Das Disposições Gerais**

Art. 1º A disposição gratuita de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, em vida ou post mortem, para fins de transplante e tratamento, é permitida na forma desta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, não estão compreendidos entre os tecidos a que se refere este artigo o sangue, o espermatozoide e o óvulo.

Art. 2º A realização de transplante ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano só poderá ser realizada por estabelecimento de saúde, público ou privado, e por equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante previamente autorizados pelo órgão de gestão nacional do Sistema Único de Saúde.

“Parágrafo único. A realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos e partes do corpo humano só poderá ser autorizada após a realização, no doador, de todos os testes de triagem para diagnóstico de infecção e infestação exigidos em normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Saúde. (Redação dada pela Lei nº 10.211, de 23.3.2001)

#### **CAPÍTULO II**

#### **Da Disposição Post Mortem de Tecidos, Órgãos e Partes do Corpo Humano para fins de Transplante**

Art. 3º A retirada post mortem de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica, constatada e registrada por dois médicos não participantes das equipes de remoção e transplante, mediante a utilização de critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina.

§ 1º Os prontuários médicos, contendo os resultados ou os laudos dos exames referentes aos diagnósticos de morte encefálica e cópias dos documentos de que tratam os arts. 2º, parágrafo único; 4º e seus parágrafos;

5º; 7º; 9º, §§ 2º, 4º, 6º e 8º, e 10, quando couber, e detalhando os atos cirúrgicos relativos aos transplantes e enxertos, serão mantidos nos arquivos das instituições referidas no art. 2º por um período mínimo de cinco anos.

§ 2º Às instituições referidas no art. 2º enviarão anualmente um relatório contendo os nomes dos pacientes receptores ao órgão gestor estadual do Sistema único de Saúde.

§ 3º Será admitida a presença de médico de confiança da família do falecido no ato da comprovação e atestação da morte encefálica.

Art. 4º A retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outra finalidade terapêutica, dependerá da autorização do cônjuge ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o segundo grau inclusive, firmada em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte. (Redação dada pela Lei nº 10.211, de 23.3.2001)

Art. 5º A remoção post mortem de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa juridicamente incapaz poderá ser feita desde que permitida expressamente por ambos os pais, ou por seus responsáveis legais.

Art. 6º É vedada a remoção post mortem de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoas não identificadas.

Art. 7º (VETADO)

Parágrafo único. No caso de morte sem assistência médica, de óbito em decorrência de causa mal definida ou de outras situações nas quais houver indicação de verificação da causa médica da morte, a remoção de tecidos, órgãos ou partes de cadáver para fins de transplante ou terapêutica somente poderá ser realizada após a autorização do patologista do serviço de verificação de óbito responsável pela investigação e citada em relatório de necrópsia.

Art. 8º Após a retirada de tecidos, órgãos e partes, o cadáver será imediatamente necropsiado, se verificada a hipótese do parágrafo único do art. 7º, e, em qualquer caso, condignamente recomposto para ser entregue, em seguida, aos parentes do morto ou seus responsáveis legais para sepultamento. (Redação dada pela Lei nº 10.211, de 23.3.2001)

### CAPÍTULO III

#### **Da Disposição de Tecidos,**

#### **Órgãos e Partes do Corpo Humano Vivo para fins de Transplante ou Tratamento**

Art. 9º É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do § 4º deste artigo, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea. (Redação dada pela Lei nº 10.211, de 23.3.2001)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º Só é permitida a doação referida neste artigo quando se tratar de órgãos duplos, de partes de órgãos, tecidos ou partes do corpo cuja retirada não impeça o organismo do doador de continuar vivendo sem risco para a sua integridade e não represente grave comprometimento de suas aptidões vitais e saúde mental e não cause mutilação ou deformação inaceitável, e corresponda a uma necessidade terapêutica comprovadamente indispensável à pessoa receptora.

§ 4º O doador deverá autorizar, preferencialmente por escrito e diante de testemunhas, especificamente o tecido, órgão ou parte do corpo objeto da retirada.

§ 5º A doação poderá ser revogada pelo doador ou pelos responsáveis legais a qualquer momento antes de sua concretização.

§ 6º O indivíduo juridicamente incapaz, com compatibilidade imunológica comprovada, poderá fazer doação nos casos de transplante de medula óssea, desde que haja consentimento de ambos os pais ou seus responsáveis legais e autorização judicial e o ato não oferecer risco para a sua saúde.

§ 7º É vedado à gestante dispor de tecidos, órgãos ou partes de seu corpo vivo, exceto quando se tratar de doação de tecido para ser utilizado em transplante de medula óssea e o ato não oferecer risco à sua saúde ou ao feto.

§ 8º O auto-transplante depende apenas do consentimento do próprio indivíduo, registrado em seu prontuário médico ou, se ele for juridicamente incapaz, de um de seus pais ou responsáveis legais.

Art. 9º-A É garantido a toda mulher o acesso a informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário durante o período de consultas pré-natais e no momento da realização do parto. (Incluído pela Lei nº 11.633, de 2007).

## CAPÍTULO IV

### Das Disposições Complementares

Art. 10. O transplante ou enxerto só se fará com o consentimento expresso do receptor, assim inscrito em lista única de espera, após aconselhamento sobre a excepcionalidade e os riscos do procedimento. (Redação dada pela Lei nº 10.211, de 23.3.2001)

§ 1º Nos casos em que o receptor seja juridicamente incapaz ou cujas condições de saúde impeçam ou comprometam a manifestação válida da sua vontade, o consentimento de que trata este artigo será dado por um de seus pais ou responsáveis legais. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.211, de 23.3.2001)

§ 2º A inscrição em lista única de espera não confere ao pretense receptor ou à sua família direito subjetivo a indenização, se o transplante não se realizar em decorrência de alteração do estado de órgãos, tecidos e partes, que lhe seriam destinados, provocado por acidente ou incidente em seu transporte. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.211, de 23.3.2001)

Parágrafo único. Nos casos em que o receptor seja juridicamente incapaz ou cujas condições de saúde impeçam ou comprometam a manifestação válida de sua vontade, o consentimento de que trata este artigo será dado por um de seus pais ou responsáveis legais.

Art. 11. É proibida a veiculação, através de qualquer meio de comunicação social de anúncio que configure:

**a)** publicidade de estabelecimentos autorizados a realizar transplantes e enxertos, relativa a estas atividades;

**b)** apelo público no sentido da doação de tecido, órgão ou parte do corpo humano para pessoa determinada identificada ou não, ressalvado o disposto no parágrafo único;

**c)** apelo público para a arrecadação de fundos para o financiamento de transplante ou enxerto em benefício de particulares.

Parágrafo único. Os órgãos de gestão nacional, regional e local do Sistema único de Saúde realizarão periodicamente, através dos meios adequados de comunicação social, campanhas de esclarecimento público dos benefícios esperados a partir da vigência desta Lei e de estímulo à doação de órgãos.

Art. 12. (VETADO)

Art. 13. É obrigatório, para todos os estabelecimentos de saúde notificar, às centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos da unidade federada onde ocorrer, o diagnóstico de morte encefálica feito em pacientes por eles atendidos.

Parágrafo único. Após a notificação prevista no caput deste artigo, os estabelecimentos de saúde não autorizados a retirar tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverão permitir a imediata remoção do paciente ou franquear suas instalações e fornecer o apoio operacional necessário às equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante, hipótese em que serão ressarcidos na forma da lei. (Incluído pela Lei nº 11.521, de 2007)

## CAPÍTULO V

### Das Sanções Penais e Administrativas

#### Seção I

#### Dos Crimes

Art. 14. Remover tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa ou cadáver, em desacordo com as disposições desta Lei:

Pena – reclusão, de dois a seis anos, e multa, de 100 a 360 dias-multa.

§ 1.º Se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa ou por outro motivo torpe:

Pena – reclusão, de três a oito anos, e multa, de 100 a 150 dias-multa.

§ 2.º Se o crime é praticado em pessoa viva, e resulta para o ofendido:

I – incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;

II – perigo de vida;

III – debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV – aceleração de parto;

Pena – reclusão, de três a dez anos, e multa, de 100 a 200 dias-multa

§ 3.º Se o crime é praticado em pessoa viva e resulta para o ofendido:

I – Incapacidade para o trabalho;

II – Enfermidade incurável ;

III – perda ou inutilização de membro, sentido ou função;



IV – deformidade permanente;

V – aborto;

Pena – reclusão, de quatro a doze anos, e multa, de 150 a 300 dias-multa.

§ 4.º Se o crime é praticado em pessoa viva e resulta morte:

Pena – reclusão, de oito a vinte anos, e multa de 200 a 360 dias-multa.

Art. 15. Comprar ou vender tecidos, órgãos ou partes do corpo humano:

Pena – reclusão, de três a oito anos, e multa, de 200 a 360 dias-multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem promove, intermedeia, facilita ou auferir qualquer vantagem com a transação.

Art. 16. Realizar transplante ou enxerto utilizando tecidos, órgãos ou partes do corpo humano de que se tem ciência terem sido obtidos em desacordo com os dispositivos desta Lei:

Pena – reclusão, de um a seis anos, e multa, de 150 a 300 dias-multa.

Art. 17. Recolher, transportar, guardar ou distribuir partes do corpo humano de que se tem ciência terem sido obtidos em desacordo com os dispositivos desta Lei:

Pena – reclusão, de seis meses a dois anos, e multa, de 100 a 250 dias-multa.

Art. 18. Realizar transplante ou enxerto em desacordo com o disposto no art. 10 desta Lei e seu parágrafo único:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 19. Deixar de recompor cadáver, devolvendo-lhe aspecto condigno, para sepultamento ou deixar de entregar ou retardar sua entrega aos familiares ou interessados:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos.

Art. 20. Publicar anúncio ou apelo público em desacordo com o disposto no art. 11:

Pena – multa, de 100 a 200 dias-multa.

## Seção II

### Das Sanções Administrativas

Art. 21. No caso dos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16 e 17, o estabelecimento de saúde e as equipes médico-cirúrgicas envolvidas poderão ser desautorizadas temporária ou permanentemente pelas autoridades competentes.

§ 1.º Se a instituição é particular, a autoridade competente poderá multá-la em 200 a 360 dias-multa e, em caso de reincidência, poderá ter suas atividades suspensas temporária ou definitivamente, sem direito a qualquer indenização ou compensação por investimentos realizados.

§ 2.º Se a instituição é particular, é proibida de estabelecer contratos ou convênios com entidades públicas, bem como se beneficiar de créditos oriundos de instituições governamentais ou daquelas em que o Estado é acionista, pelo prazo de cinco anos.

Art. 22. As instituições que deixarem de manter em arquivo relatórios dos transplantes realizados, conforme o disposto no art. 3º § 1º, ou que não enviarem os relatórios mencionados no art. 3º, § 2º ao órgão de gestão estadual do Sistema único de Saúde, estão sujeitas a multa, de 100 a 200 dias-multa.

§ 1º Incorre na mesma pena o estabelecimento de saúde que deixar de fazer as notificações previstas no art. 13 desta Lei ou proibir, dificultar ou atrasar as hipóteses definidas em seu parágrafo único. (Redação dada pela Lei nº 11.521, de 2007)

§ 2º Em caso de reincidência, além de multa, o órgão de gestão estadual do Sistema Único de Saúde poderá determinar a desautorização temporária ou permanente da instituição.

Art. 23. Sujeita-se às penas do art. 59 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, a empresa de comunicação social que veicular anúncio em desacordo com o disposto no art. 11.

## CAPÍTULO VI

### Das Disposições Finais

Art. 24. (VETADO)

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário, particularmente a Lei nº 8.489, de 18 de novembro de 1992, e Decreto nº 879, de 22 de julho de 1993.

Brasília, 4 de fevereiro de 1997; 176.º da Independência e 109.º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Nelson A. Jobim – Carlos César de Albuquerque.**

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2014**

**Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XX:

“Art. 16. ....  
.....  
XX – planejar, regulamentar, implantar e coordenar o Sistema Nacional de Logística de Antídotos (SINALANT), em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal.  
..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

O Brasil dispõe de um sistema de informações bastante útil à população e aos profissionais de saúde no que tange às intoxicações e aos efeitos adversos de substâncias e de produtos de diversas naturezas. Trata-se do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), mantido pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

A importância da difusão de informações sobre os danos causados pelos vários tipos de intoxicações para a saúde da população brasileira pode ser avaliada mediante a análise dos dados disponíveis na página eletrônica do Sinitox. Vejam-se, a título de exemplo, os números registrados no País em 2009: foram mais de 26 mil intoxicações por medicamentos, mais de 25 mil por animais peçonhentos e mais de 11 mil por agrotóxicos em geral, assim classificados os de uso agrícola ou doméstico, os produtos veterinários e os raticidas. Ao todo, em 2009, foram registrados 101 mil casos de intoxicações que resultaram em 409 mortes, mas há que considerar que o sistema não informa a respeito de outras complicações, tais como as sequelas neurológicas que podem resultar de intoxicações graves.

Os agentes potencialmente tóxicos podem ser encontrados em todos os ambientes: na natureza, nas residências, nas escolas, nas fábricas e nos mais diferentes locais de prestação de serviços. Até mesmo as substâncias utilizadas com finalidade terapêutica – os medicamentos – podem matar, na dependência da dose e da condição clínica do paciente. É bastante conhecido o aforismo atribuído ao médico suíço conhecido como Paracelso, segundo o qual o que diferencia o medicamento do veneno é a dose.

As intoxicações podem ocorrer em razão da ingestão, da inoculação, da inalação, do contato ou da administração, intencionais ou não, de produtos de diversas origens e naturezas, tais como venenos animais ou peçonhas, elementos e compostos químicos diversos; toxinas alimentares, medicamentos, agrotóxicos, plantas tóxicas e produtos de uso doméstico, tais como alvejantes, querosene e álcool. É bastante conhecido, também, o efeito danoso ao corpo humano provocado por algumas radiações eletromagnéticas.

São várias as formas de intoxicações, pois também variam enormemente os ambientes, as circunstâncias em que elas ocorrem e as condições das vítimas em relação à idade, ao sexo, à profissão e ao estado de saúde. Um exemplo da variedade de circunstâncias em que uma intoxicação pode ocorrer é o incêndio que destruiu a boate Kiss na madrugada de 27 de janeiro de 2013. Em decorrência desse sinistro, ocorrido em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, morreram 242 pessoas, muitas delas vitimadas pela intoxicação por substâncias contidas na fumaça produzida pela queima de material sintético utilizado no revestimento das paredes e do teto do estabelecimento.

As intoxicações mais graves sofridas pelas vítimas do incêndio decorreram, principalmente, da inalação de cianeto, também conhecido como gás cianídrico, resultante da queima do material de revestimento e veiculado como um dos componentes da fumaça. As dificuldades enfrentadas pelos médicos no tratamento desse tipo de intoxicação evidenciaram um fato corriqueiro em nosso país: a inexistência ou insuficiência de logística que facilite o acesso da população, especialmente os profissionais de saúde, a antídotos e informações pertinentes às suas indicações e ao acesso ao produto. Na ocasião do incêndio, as equipes médicas não dispunham da hidroxocobalamina injetável – antídoto para o gás cianídrico – e foi necessária a importação do produto, o que retardou em alguns dias a instituição de medidas destinadas à reversão dos danos sofridos pelas vítimas.

Todavia, essa dificuldade de acesso a antídotos não atinge apenas os envolvidos em intoxicações acidentais por produtos químicos. Evidência dessa dificuldade é a ocorrência, em 2010, conforme dados disponibiliza-

dos pelo Sinitox, de 31 mortes causadas por animais peçonhentos, embora existam antídotos para os venenos dessa origem, a exemplo dos soros antiofídicos. No mesmo ano, ocorreram 285 suicídios por uso de substâncias tóxicas ou potencialmente tóxicas, entre elas: (i) medicamentos, em 48 casos; (ii) agrotóxicos de uso agrícola, em 175; (iii) agrotóxicos de uso doméstico, em 9; (iv) raticidas, em 16; e (v) produtos químicos industriais, em 13.

Esses e os demais agentes utilizados em tentativas de suicídios ou que causam intoxicações acidentais, dolosas ou culposas, são de acesso relativamente fácil até mesmo a crianças, idosos ou outras pessoas em estado mental alterado, o que contrasta com as dificuldades de acesso a grande número de antídotos ou a informações a respeito da prevenção e do tratamento de intoxicações.

A fim de contribuir para o enfrentamento dessas dificuldades, o projeto de lei que submeto à apreciação de ambas as Casas Legislativas determina que o gestor nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) implante um sistema de logística de antídotos. É de esperar que a regulamentação do dispositivo que o projeto acrescenta à Lei Orgânica da Saúde defina todas as fases da logística: desenvolvimento, produção, importação, exportação, armazenamento, distribuição, inclusão e exclusão em protocolo terapêutico ou relação de medicamentos, reposição, reaproveitamento, reciclagem e descarte.

O ideal é que o sistema se encarregue, também, de parte das atribuições do Sinitox, contanto que se inclua, entre elas, prestar informações a toda a população, mas em especial aos profissionais de saúde, de salvamento e de resgate, sobre os vários aspectos relacionados com a prevenção e o tratamento de intoxicações, bem como sobre o acesso a antídotos.

A medida proposta é de grande importância para a saúde da população brasileira, motivo pelo qual conto com o apoio de todos os parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.

#### Mensagem de veto

#### Regulamento

### **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.**

#### Seção II

#### **Da Competência**

Art. 16. A direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) compete:

I – formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição;

II – participar na formulação e na implementação das políticas:

**a)** de controle das agressões ao meio ambiente;

**b)** de saneamento básico; e

**c)** relativas às condições e aos ambientes de trabalho;

III – definir e coordenar os sistemas:

**a)** de redes integradas de assistência de alta complexidade;

**b)** de rede de laboratórios de saúde pública;

**c)** de vigilância epidemiológica; e

**d)** vigilância sanitária;

IV – participar da definição de normas e mecanismos de controle, com órgão afins, de agravo sobre o meio ambiente ou dele decorrentes, que tenham repercussão na saúde humana;

V – participar da definição de normas, critérios e padrões para o controle das condições e dos ambientes de trabalho e coordenar a política de saúde do trabalhador;

VI – coordenar e participar na execução das ações de vigilância epidemiológica;

VII – estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, podendo a execução ser complementada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

VIII – estabelecer critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade sanitária de produtos, substâncias e serviços de consumo e uso humano;

IX – promover articulação com os órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional, bem como com entidades representativas de formação de recursos humanos na área de saúde;

X – formular, avaliar, elaborar normas e participar na execução da política nacional e produção de insumos e equipamentos para a saúde, em articulação com os demais órgãos governamentais;

XI – identificar os serviços estaduais e municipais de referência nacional para o estabelecimento de padrões técnicos de assistência à saúde;

XII – controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde;

XIII – prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o aperfeiçoamento da sua atuação institucional;

XIV – elaborar normas para regular as relações entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os serviços privados contratados de assistência à saúde;

XV – promover a descentralização para as Unidades Federadas e para os Municípios, dos serviços e ações de saúde, respectivamente, de abrangência estadual e municipal;

XVI – normatizar e coordenar nacionalmente o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados;

XVII – acompanhar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, respeitadas as competências estaduais e municipais;

XVIII – elaborar o Planejamento Estratégico Nacional no âmbito do SUS, em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal;

XIX – estabelecer o Sistema Nacional de Auditoria e coordenar a avaliação técnica e financeira do SUS em todo o Território Nacional em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal. (*Vide Decreto nº 1.651, de 1995*)

Parágrafo único. A União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional.

(*À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2014

### **Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução das despesas com cuidadores domiciliares de idosos da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea *a* do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º .....

II – .....

**a)** aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, cuidadores domiciliares de idosos e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

Em virtude dos progressos científicos, da melhoria das condições sanitárias, do maior acesso à informação, à educação e a bens e serviços, há um constante aumento da expectativa de vida da população. As pessoas têm vivido mais e com qualidade superior.

No entanto, o envelhecimento da população também traz um efeito diverso, sendo comum indivíduos com idade mais avançada apresentarem incapacidade física ou mental, em graus diversos. As pessoas incapacitadas e suas famílias comumente necessitam de auxílio de profissionais qualificados, de forma que a presença dos chamados cuidadores de idosos nos lares tem sido cada vez mais frequente. Essa profissão é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sob o código 5162-10 da Classificação Brasileira de Ocupações.

Vale ressaltar que a atenção domiciliar tem claras vantagens em relação à internação hospitalar, além de proporcionar convívio familiar mais intenso.

É sabido, ademais, que os gastos efetuados com cuidadores são elevados e de fato desequilibram o orçamento familiar. Em grande parte das situações, o idoso tem necessidade de cuidados durante vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. Além disso, há todos os demais custos suportados pela família, como, por exemplo, os medicamentos e equipamentos especiais.

Contudo, ao contrário das despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, os gastos efetuados com cuidadores não são dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física. O projeto que ora submetemos à apreciação desta Casa altera a Lei nº 9.250, de 1995, justamente para prever essa possibilidade. A medida certamente trará grande alívio aos orçamentos das pessoas idosas portadoras de incapacidade e de suas famílias.

Por esses motivos, contamos com o apoio dos nobres colegas para aperfeiçoar a aprovar esta matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Waldemir Moka**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

#### **Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.**

.....  
Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I – de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II – das deduções relativas:

**a)** aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

**b)** a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico, até o limite anual individual de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) (Vide Medida Provisória nº 2.159-70, de 2001)

1. R\$ 2.480,66 (dois mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos) para o ano-calendário de 2007; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

2. R\$ 2.592,29 (dois mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos) para o ano-calendário de 2008; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

3. R\$ 2.708,94 (dois mil, setecentos e oito reais e noventa e quatro centavos) para o ano-calendário de 2009; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 2.830,84 (dois mil, oitocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2010; (Redação dada pela Lei nº 12.469, de 2011)

5. (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

6. R\$ 2.958,23 (dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos) para o ano-calendário de 2011; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

7. R\$ 3.091,35 (três mil, noventa e um reais e trinta e cinco centavos) para o ano-calendário de 2012; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

8. R\$ 3.230,46 (três mil, duzentos e trinta reais e quarenta e seis centavos) para o ano-calendário de 2013; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

9. R\$ 3.375,83 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos) a partir do ano-calendário de 2014; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

**c)** à quantia, por dependente, de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

1. R\$ 1.584,60 (mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos) para o ano-calendário de 2007; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

2. R\$ 1.655,88 (mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) para o ano-calendário de 2008; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

3. R\$ 1.730,40 (mil, setecentos e trinta reais e quarenta centavos) para o ano-calendário de 2009; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 1.808,28 (mil, oitocentos e oito reais e vinte e oito centavos) para o ano-calendário de 2010; (Redação dada pela Lei nº 12.469, de 2011)



5. R\$ 1.889,64 (mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2011; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

6. R\$ 1.974,72 (mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos) para o ano-calendário de 2012; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

7. R\$ 2.063,64 (dois mil, sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2013; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

8. R\$ 2.156,52 (dois mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) a partir do ano-calendário de 2014; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

**d)** às contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**e)** às contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social;

**f)** às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeitos)

**g)** às despesas escrituradas no Livro Caixa, previstas nos incisos I a III do art. 6º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, no caso de trabalho não-assalariado, inclusive dos leiloeiros e dos titulares de serviços notariais e de registro.

**h)** (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

**i)** às contribuições para as entidades de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012. (Incluído pela Lei nº 12.832, de 2013) (Produção de efeito)

§ 1º A quantia correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, representada pela soma dos valores mensais computados a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade, não integrará a soma de que trata o inciso I.

§ 2º O disposto na alínea a do inciso II:

I – aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização, médicas e odontológicas, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza;

II – restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III – limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;

IV – não se aplica às despesas ressarcidas por entidade de qualquer espécie ou cobertas por contrato de seguro;

V – no caso de despesas com aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, exige-se a comprovação com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário.

§ 3º As despesas médicas e de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto de renda na declaração, observado, no caso de despesas de educação, o limite previsto na alínea b do inciso II do **caput** deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeitos)

§ 4º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

*(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2014

**Acrescenta § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para dispor que o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual – EPI, por si só, não descaracteriza o trabalho em condições especiais que justifiquem a concessão de aposentadoria especial e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 58 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º :

“Art. 58. ....

§ 5º O fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, pelo empregador, e o seu uso, pelo empregado, não eliminam os agentes nocivos ou o risco que caracteriza o trabalho em condições especiais para fins de concessão de aposentadoria especial, devendo ser considerados também outros fatores ambientais, sociais e psicológicos na elaboração do perfil profissiográfico. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

Encontra-se em exame no Supremo Tribunal Federal recurso extraordinário com agravo (ARE 664335), em que o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS demanda por decisão judicial que considere o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual – EPI como fator para descaracterização das condições prejudiciais à saúde ou à integridade física que justificam a concessão de aposentadoria especial aos segurados prejudicados. O referido Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral dessa questão, sendo que o tema recebeu o nº 555. Com isso foram paralisados todos os processos judiciais que tratam do mesmo tema e tramitam em outras instâncias.

O eventual reconhecimento de que o fornecimento, puro e simples, de equipamentos de proteção descaracteriza o tempo de serviço para efeitos de contagem especial acabará por suprimir a aposentadoria especial de nosso ordenamento jurídico. Fomos alertados desse risco pelo Dr. Tágore Argenta Ceron, advogado militante em Caxias do Sul – RS, que conhece jurídica e pessoalmente (foi metalúrgico) as condições de trabalho na indústria pesada daquela região. Ele nos alerta, também, para o fato de que a proteção individual limita-se ao contorno físico do trabalhador e, muitas vezes, é incompleta e restrita a um dos sentidos humanos afetados.

Cremos que o momento é oportuno para que essa questão seja discutida. O Parlamento é o espaço democrático mais aberto às pressões populares e está apto a ouvir aqueles que conhecem as condições objetivas em que a vida social se realiza, mormente no que se refere ao trabalho. Cabe aos parlamentares a decisão sobre medidas legislativas. Um magistrado, adstrito aos autos de um processo, não pode ter o mesmo grau de visão do legislador.

Sendo assim, atentos ao risco que uma regra geral jurisprudencial pode produzir neste aspecto da concessão de aposentadorias especiais, estamos propondo que, no momento da concessão desses benefícios, sejam levados em conta outros fatores, não somente a disponibilidade de equipamentos protetivos individualizados, capazes de proteger apenas parcelas restritas do corpo humano do trabalhador.

Pelas razões expostas, estamos convencidos de que a iniciativa merecerá o acolhimento e os aperfeiçoamentos que se fizerem necessários por parte dos ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

### **LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

### **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.**

Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 1º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista. (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98)

§ 2º Do laudo técnico referido no parágrafo anterior deverão constar informação sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva ou individual que diminua a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância e recomendação sobre a sua adoção pelo estabelecimento respectivo. (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98)

§ 3º A empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposi-

ção em desacordo com o respectivo laudo estará sujeita à penalidade prevista no art. 133 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 4º A empresa deverá elaborar e manter atualizado perfil profissiográfico abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e fornecer a este, quando da rescisão do contrato de trabalho, cópia autêntica desse documento. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)

*(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 2014

**Altera dispositivos do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para permitir que o empregado possa deixar de comparecer ao trabalho, por até 8 (oito) dias, por motivo de falecimento de familiar ou afim ou casamento, e por até 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde de familiar ou afim, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 473. ....

I – até 8 (oito) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica;

II – até 8 (oito) dias consecutivos, em virtude de casamento;

.....  
X – até 15 (quinze dias), por ano de trabalho, em virtude de doença, devidamente comprovada por atestado médico, do cônjuge ou do companheiro, ou companheira, dos pais, dos filhos, padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva sob sua dependência econômica, declarada na carteira de trabalho e previdências social.

§ 1º O prazo previsto no inciso X deste artigo poderá ser prorrogado enquanto durar a doença, mediante ajuste formal entre empregado e empregador, com suspensão do contrato de trabalho para todos os efeitos legais, exceto previdenciários.

§ 2º A licença prevista no inciso X somente será concedida se a assistência direta do empregado for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com a prestação do trabalho ou mediante compensação de horário, formalizada em acordo coletivo ou individual.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Os empregados submetidos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) podem dispor apenas de dois dias consecutivos de ausência ao trabalho, em caso de falecimento de familiares ou afins, e de três dias consecutivos, em virtude de casamento.

Convenhamos, o tempo de licença concedido é muito curto. Ele não permite o repouso e a recuperação completa, em caso de luto, e tampouco é suficiente, nos casamentos, para que os nubentes possam comemorar, com um mínimo de dignidade, um evento tão relevante como a formação de um novo núcleo familiar.

Os servidores públicos, por sua vez, dispõem de oito dias de licença para o luto ou comemoração, nas hipóteses de falecimento de parente ou afim ou de casamento. Cremos que é necessário e justo conceder um tratamento equânime a empregados e servidores, evitando direitos desiguais para trabalhos que podem ter o mesmo grau de dificuldade. Estamos propondo, então, mudanças na legislação celetista para promover essa igualdade entre cidadãos trabalhadores.

Os trabalhadores da iniciativa privada tampouco dispõem de instrumentos legais que lhes assegure o direito a um horário flexível ou móvel, a redução da jornada de trabalho, ou, então, o não comparecimento ao serviço, sem prejuízo da remuneração, para cuidar de membros da família que estejam enfermos, ou que exijam tratamento continuado.

Também nesse aspecto, a Administração Pública Federal concede um tratamento diferenciado aos servidores em relação aos empregados celetistas. O art. 83 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que *dispõe*

sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, concede ao servidor licença por motivo de doença em pessoa da família. Esse período de licença pode chegar a sessenta dias, com remuneração, acrescidos de até 90 (noventa) dias, sem remuneração, a cada doze meses.

Quanto à concessão de um tratamento mais justo aos empregados celetistas, em relação aos cuidados, em caso de doença de parentes ou afins, cremos que são necessárias algumas adaptações. Os trabalhadores da iniciativa privada não possuem, via de regra, a estabilidade concedida aos servidores e afastamentos mais longos podem inviabilizar a continuidade do contrato de trabalho. O ideal é, então, que as partes negociem os termos dessas licenças.

Ainda assim, estamos propondo a concessão de quinze dias de licença para cuidar de enfermos pertencentes ao núcleo familiar, por consanguinidade ou afinidade. Esse período está dentro da margem das licenças para tratamento de saúde, do próprio empregado, que são de responsabilidade do empregador. A concessão de um prazo maior dependeria da transferência dos encargos para a Previdência Social e o benefício de “auxílio-doença por motivo de doença em pessoa da família”, não encontra suporte constitucional e financeiro.

O presente projeto, se aprovado, propicia, que o empregado ofereça um atendimento direto ao familiar enfermo, colaborando para o pleno e rápido restabelecimento. Mais ainda, com esta proposta daremos maior efetividade às garantias inscritas na Constituição Federal, referentes à assistência à família, bem como à promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

De qualquer forma, o objetivo principal é proporcionar tratamento isonômico entre os trabalhadores da iniciativa privada e os do serviço público.

Dada a evidente relevância do tema, estamos certos de contarmos com o apoio de nossos pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Texto compilado

Vide Decreto-Lei nº 127, de 1967

(Vide Lei nº 12.619, de 2012)

#### **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

.....  
Art. 473. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

I – até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

II – até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

III – por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

IV – por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

V – até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva. (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

VI – no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra “c” do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar). (Incluído pelo Decreto-lei nº 757, de 12.8.1969)

VII – nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior. (Inciso incluído pela Lei nº 9.471, de 14.7.1997)

VIII – pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a júízo. (Inciso incluído pela Lei nº 9.853, de 27.10.1999)

IX – pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro. (Incluído pela Lei nº 11.304, de 2006)

## LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Mensagem de veto

Produção de efeito

Partes mantidas pelo Congresso Nacional

Vide Lei nº 12.702, de 2012

Vide Lei nº 12.855, de 2013

**Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.**

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA  
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990,  
DETERMINADA PELO ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

Seção II

**Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família**

Art. 83. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial. (Redação dada pela Lei nº 11.907, de 2009)

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, na forma do disposto no inciso II do art. 44. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 2º A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses nas seguintes condições: (Redação dada pela Lei nº 12.269, de 2010)

I – por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

II – por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

§ 3º O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

§ 4º A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de 12 (doze) meses, observado o disposto no § 3º, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I e II do § 2º. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

*(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 132, DE 2014**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para o Centro de Integração de Guerra na Selva – CIGS, que completou cinquenta anos, bem como seja encaminhado o referido voto ao Comandante Cel. Inf. Alfredo José Ferreira Dias, no seguinte endereço; CIGS, Av. São Jorge, n.750, Bairro: São Jorge, CEP 69033-000, Manaus, AM.

**Justificação**

Por meio do Decreto Presidencial Nº 53.649, de 02 de Março de 1964, foi criado o CIGS (Centro de Instrução de Guerra na Selva), com sede em Manaus e subordinado ao Grupamento de Elementos de Fronteira. Naquela época, o Exército ressentia-se da falta de uma unidade capaz de especializar militares no combate na selva e de poder ter uma tropa especializada no ambiente operacional da Amazônia. A criação do CIGS veio



preencher uma lacuna existente no Exército, que ainda ocupava de maneira muito modesta esta parte do território nacional de inestimável valor estratégico.

Na condução dessa equipe, o então Major Jorge Teixeira de Oliveira, o saudoso “Teixeirão”, homem caracterizado por qualidades pessoais e profissionais que o habilitaram como verdadeiro líder, admirado por todos quantos tiveram a oportunidade de conhecê-lo. Sob a orientação de Jorge Teixeira, “os pioneiros” superaram todos os obstáculos e deram ao CIGS as melhores condições para um início de atividades marcado por êxitos e realizações. Em 10 de outubro de 1966, mercê dos esforços dessa equipe de “pioneiros”, foi iniciado o primeiro Curso de Guerra na Selva do nosso Exército e a primeira turma foi brevetada no dia 19 de novembro de 1966, em solenidade realizada no atual estádio do Colégio Militar de Manaus. Era a primeira grande contribuição do CIGS ao Exército e ao Brasil! Os continuados êxitos alcançados, frutos do desprendimento, da disciplina, da dedicação, do sentimento de cumprimento do dever e de amor ao Exército, à Amazônia e ao Brasil, por parte dos integrantes das diversas equipes que sucederam a equipe pioneira, fizeram com que, paulatinamente, o CIGS fosse obtendo o reconhecimento, em âmbito nacional e internacional, como referência na atividade que desenvolve: a formação dos guerreiros de selva brasileiros.

Ao longo de seus 50 anos de existência, o CIGS especializou 5.213 combatentes de selva, sendo 419 de nações amigas.

Cumprimento a todos os bravos que ostentam com muito orgulho o brevê da onça. Parabéns ao CIGS, por há cinquenta anos ser o orgulho do exército Brasileiro, patrimônio do Brasil e por ser considerada a melhor escola de Guerra na selva do mundo.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2014. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

### REQUERIMENTO Nº 133, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do artista plástico Uruguaio – Carlos Páes Vilaró, bem como seja encaminhado o referido voto ao Excelentíssimo Senhor José Alberto Mujica Cordano, Presidente do Uruguai, no seguinte endereço aos cuidados da Embaixada do Uruguai no Brasil: Setor de Embaixada Sul, Av. das Nações, Quadra 803, Lote 14, Asa Sul, CEP: 70.450-900, Brasília-DF

#### Justificação

Faleceu no dia 24 de Fevereiro de 2014 em sua casa, em Punta Ballena, aos 90 anos o artista plástico Carlos Vilaró. O pintor e escritor que já havia operado o coração variam vezes, sofria de insuficiência cardíaca grave, seu coração estava muito ruim, mas lutou até o fim.

Carlos Páes Vilaró nasceu no dia 1º de novembro de 1923 e faleceu em casa.

Vilaró era um empresário e artista plástico, proprietário da famosa galeria de arte e hotel Casapueblo, monumento modelado com suas próprias mãos. O local onde está inserida sua residência e parte do museu permanente ainda pertencia a ele, porém, o hotel vendido é administrado por outros. Ele também ficou conhecido por patrocinar a busca pelo local da queda do avião, nos Andes, em 1972, onde seu filho estava, no Chile.

Foi amigo de grandes artistas, Picasso, Dalí, sendo ele mesmo um dos grandes nomes das artes sul-americanas.

Vilaró dedicou-se também à representação da natureza e da comunidade afrodescendente sul-americana, depois de ter vivido anos na África. Ele passou a juventude em Buenos Aires, onde foi aprendiz de tipógrafo, sua primeira experiência nas artes gráficas.

Vilaró recebeu reconhecimento internacional por meio de várias premiações e um de seus principais murais, “Raíces de la Paz” (Raíces da Paz), considerada a maior pintura subterrânea do mundo, encontra-se na sede da Organização dos Estados Americanos em Washington. Entre as suas obras, estão grandes pinturas encontradas em hospitais no Chile e Argentina, assim como nos aeroportos do Panamá e Haiti.

Foi com muito pesar que recebi a notícia do falecimento do Vilaró. A América Latina perde um grande e talentoso artista plástico. Todo o meu pesar e solidariedade aos familiares, amigos, fãs e a todo o povo do Uruguai. Uma grande perda. Esse voto de pesar é uma singela, mas justa homenagem, a este grande homem.

Sala das Sessões, em 24 de fevereiro de 2014. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 134, DE 2014**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização para atender a convocação da Eurolat, como membro da Comissão de Assuntos Políticos, Seguridade Cidadã e Direitos Humanos da Assembleia Parlamentar Eurolatinoamericana designado por essa casa. Irei participar da Sétima Sessão Plenária Ordinária, que será realizada em Atenas, na Grécia, de 27 a 29 de março de 2014.

Nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico que irei me ausentar do país no período informado acima.

Sala das Sessões, de 2014.



Senador CÍCERO LUCENA

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 135, DE 2014**

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, no prazo constitucionalmente definido, as informações abaixo elencadas, e, nos termos do art. 217 do Regimento, requeiro a remessa de cópia de todos os documentos e processos que embasem e comprovem as correspondentes respostas.

1 – De acordo com o artigo 90 do Decreto no. 52.795, de 31 de outubro de 1963, “nenhuma transferência, direta ou indireta de concessão ou permissão, poderá se efetivar sem prévia autorização do governo federal, sendo nula, de pleno direito, qualquer transferência efetivada sem observância desse requisito”. Nessa linha, indaga-se se o Ministério das Comunicações (CONTEL OU DENTEL) foi previamente comunicado da celebração de contrato particular de promessa de venda de ações e de cessão de cotas da Rádio Televisão Paulista S/A, depois TV Globo de São Paulo S/A (**52% do capital social inicial**), da TV Rádio Clube de Bauru Ltda. e da sociedade “Rádio Paulista Ltda.”, com sede em Recife, canal 11, e outras empresas, em 9 de novembro de 1964, entre Victor Costa Petraglia Geraldine Junior e Roberto Marinho, pelo preço certo de Cr\$3.750.000.000,00 (três bilhões, setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros)?

2 – Os documentos dessa noticiada transação foram encaminhados aos órgãos governamentais para juntada aos autos dos processos administrativos que tratam, em particular, da outorga da concessão para a exploração do canal 5 de São Paulo e da posterior transferência do controle acionário para o jornalista Roberto Marinho (processos nos. 6.023/64 e 10.810/65)?

3 – Estranhamente, conforme noticiado pela imprensa, em 5 de dezembro de 1964, por meio de um simples recibo xerocopiado, o mesmo Sr. Roberto Marinho teria comprado os mesmos 52% do capital social inicial da Rádio Televisão Paulista S/A, depois TV Globo de São Paulo S/A, da família Ortiz Monteiro, controladora original da emissora, por apenas Cr\$60.396,00 (sessenta mil, trezentos e noventa e seis cruzeiros), abrangendo 15.099 ações de um total de 30.000. Na verdade, um recibo não original, sem a qualificação das partes, simples e que destaca que é “para cumprimento final de acordos com Victor Costa Petraglia Geraldine ou sucessores”, o que não consta no contrato particular firmado entre Victor e Roberto em 9 de novembro de 1964. Pergunta-se se esse simples recibo de apenas 16 linhas também integra os processos administrativos acima mencionados e se essa nova operação de compra de transferência de controle acionário do mesmo canal 5 também foi previamente aprovada pelo Ministério das Comunicações?

4 – Para efeito de regularização societária e obtenção da aprovação do governo qual das duas transações foi reconhecida como válida, a de 9 de novembro de 1964 ou a de 5 de dezembro de 1964 ou nenhuma das duas? Segundo laudo de perita judicial, o recibo de 5 de dezembro de 1964 só poderia

ter sido confeccionado em 1971, data em que a máquina de datilografia passou a ser fabricada, ou seja, é um documento anacrônico.

5 – Em se tratando de uma sociedade anônima, concessão para a exploração de relevante serviço público de som e imagem, pergunta-se se a anunciada transação entre Victor Costa Junior e Roberto Marinho foi levada a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo e comunicada à Bolsa de Valores, já que submissa também à Lei de Sociedades Anônimas?

6 – Informação levantada no processo de inventário dos bens deixados por Victor Costa para seu único filho e herdeiro, Victor Costa Junior, que tramitou no Juízo Cível da 9ª. Vara Cível e Comercial de São Paulo, revela que nas primeiras declarações e nas posteriores não constituíram objeto do inventário as ações das emissoras anteriormente mencionadas. Assim, não pôde ser cumprido o compromisso assumido de apresentar a certidão da correspondente adjudicação de todas essas ações e cotas e direitos dela decorrentes em 90 dias já que nem foram inventariadas. Para as autoridades competentes essa promessa de negócio, consumada, pois houve o pagamento, existiu, de fato, ou não passou de uma manobra para, posteriormente, possibilitar o ingresso do comprador na sociedade à revelia de todos os mais de 600 acionistas fundadores da Rádio Televisão Paulista S/A, canal 5 de São Paulo?

7 – Não convencido de que o negócio com o Sr. Roberto Marinho iria prosperar, o Sr. Victor Costa Junior, que lhe vendera o capital majoritário da emissora, em 9 de novembro de 1964, convocou e instalou uma AGE em 10 de fevereiro de 1965, para, a pretexto de aumentar o capital da empresa, introduzir de vez o comprador no SEU comando. Dos mais de 600 acionistas, apenas um compareceu ao ato assemblear, Sr. Armando Piovesan, titular de duas ações e funcionário da emissora e que secretariou os trabalhos. Na ata da reunião constou que estava representando não o senhor Roberto Marinho que adquirira a empresa de Victor Costa Junior em 9 de novembro de 1964, mas a família Ortiz Monteiro que detinha, de fato, os 52% do capital social inicial e que também lhe teria vendido suas ações em 5 de dezembro de 1964. Por distração, Armando Piovesan fez registrar na ata que, por procuração, estava representando o maior acionista da empresa, Hernani Junqueira Ortiz Monteiro, titular de 5.000 ações ordinárias, MAS MORTO DESDE 25 DE JUNHO DE 1962 e outros dois acionistas da família Monteiro e que também já teriam “vendido” suas ações a Roberto Marinho em 5 de dezembro de 1964. Comunicado dessa AGE e da subscrição de capital pelo Sr. Roberto Marinho que já comprara 52% do capital social da organização, como pôde o governo federal ignorar esse artifício mal produzido para não repudiar, liminarmente, uma ata ao que parece montada, simulada, vez que até prova em contrário morto não dá procuração e nem assina livro de registro de presença? Com que quórum foi então instalado o tal ato societário?

8 – Como não desconfiar de um ato assemblear ao qual compareceu apenas um acionista e em cuja subscrição de capital, o Sr. Roberto Marinho que pagara na transação que celebrou com Victor Costa Junior, em 9 de novembro de 1964, **POR APENAS 15.099 AÇÕES da Rádio Televisão Paulista S/A e outras pequenas empresas, CERCA DE 2 MILHÕES DE DÓLARES e na miraculosa AGE de 10 de fevereiro de 1965, aportando apenas 200 mil dólares, passou a deter 370 mil novas ações? Ou seja, com um investimento 10 vezes menor como pôde ele ganhar um número de ações 20 vezes maior e em detrimento do direito de todos os outros acionistas, que nem souberam da citada AGE, vez que anunciada em jornal pouco lido e com informativo de apenas 5 centímetros? E ademais há que se ressaltar que se o ato de transferência das ações, datado de 5 de dezembro de 1964, entre a família Ortiz Monteiro e Roberto Marinho, tivesse realmente ocorrido, Armando Piovesan não precisaria agir em nome dos acionistas primitivos porque as ações já pertenceriam ao senhor Roberto Marinho.**

9 – De qualquer forma, o aumento de capital da AGE de 10 de fevereiro de 1965 (omitindo-se a transação anteriormente efetuada em 5 de dezembro de 1964, já que a de Victor Costa Júnior, de 9 de novembro de 1964, era inviável, impossível, pois ele nunca foi acionista-controlador), foi submetido ao Conselho Nacional de Telecomunicações – CONTEL – QUE EDITOU A PORTARIA 163/65, CONDICIONANDO a aprovação do aumento do capital social à regularização de seu quadro de acionistas, DENTRO DE SEIS MESES. Nos autos dos processos administrativos há informação de que esta regularização não havia sido feita em 17 de junho de 1975. Ou seja, a empresa de concessão de serviço público funcionou irregularmente por MAIS DE 10 ANOS. Como explicar tamanha omissão, leniência ENVOLVENDO A MAIS IMPORTANTE EMISSORA DE TV DO PAÍS?

10 – Cobrada com muita condescendência pelo DENTEL, finalmente, em 30 de junho de 1976, a TV Globo de São Paulo em AGE presidida pelo Sr. Roberto Marinho, objetivando regularizar seu quadro

de acionistas, sem a presença de mais de 600 acionistas fundadores que nem souberam de sua realização, pois o anúncio de convocação foi de apenas 5 centímetros de novo, decidiu transferir para o seu presidente todas as ações dos acionistas-fundadores (família Ortiz Monteiro 52% do capital inicial e não de Victor Costa Junior) e os 48% das centenas de acionistas minoritários. Para isso depositou apenas Cr\$ 14.285,00 numa agência bancária de São Paulo. Ou seja, desapropriou os direitos acionários dos sócios fundadores da já agora poderosa e vitoriosa TV Globo de São Paulo.

E o que fez o governo federal? Mais que depressa acolheu a ata da AGE de 30 de junho de 1976 e referendou o apossamento dessas valiosíssimas ações, dando por regular com mais de 10 anos de atraso o quadro de acionistas da empresa de comunicação. Nessas circunstâncias, como pôde o governo coonestar esse esbulho contra legítimo direito de propriedade com a edição da Portaria 430/77?

11 – Como pôde o governo federal aceitar como legal, normal a AGE de 30 de junho de 1976, que, sem maiores justificativas, aprovou a transferência de direito inalienável de acionistas em dia com suas obrigações e o que é pior, registrando na ata da assembleia inverdades comprometedoras, como a de que **teriam comparecido ou se fizeram representar na sede da sociedade à Praça Marechal Deodoro, 340, 5º andar, em São Paulo, MIRACULOSAMENTE, os então acionistas majoritários Hernani Junqueira Ortiz Monteiro, MORTO EM 25 de JUNHO DE 1962 (passados 14 anos), Manoel Vicente da Costa, morto em 15 de dezembro de 1964 (passados 12 anos), Manoel Bento da Costa não localizado e Oswaldo Junqueira, que já teria vendido a emissora a Roberto Marinho, em 5 de dezembro de 1964 e que não poderia estar presente e nem ser representado?**

12 – Considerando o que dispõe a Constituição Federal no artigo 37 e nos referentes à concessão para a exploração de serviço de som e imagem e mais o Decreto no. 52.795/63, à vista das irregularidades e ilegalidades comprovadamente praticadas para se obter o controle do canal 5 de São Paulo, indaga-se, finalmente, quais providências deverão ser tomadas pelo Ministério das Comunicações em defesa da moralidade administrativa, já que o direito dos verdadeiros acionistas, segundo a Lei das Sociedades Anônimas, já prescreveu e considerando sobretudo QUE EM SEU BLOG MEMÓRIA/GLOBO a organização em tela insiste em afirmar que comprou as concessões do canal 5 de São Paulo, de Victor Costa Junior, que segundo o DENTEL nem fazia parte de seu quadro de acionistas e muito menos foi seu acionista controlador?

### Justificação

De forma criteriosa e em alto nível há várias décadas vem sendo discutida na Justiça a legalidade da transferência do controle acionário da ex-Rádio Televisão Paulista S/A, depois, TV Globo de São Paulo, para o senhor Roberto Marinho.

Seguidas decisões judiciais proferidas em diversas instâncias reconheceram a prescrição dos direitos dos herdeiros dos antigos acionistas, vez que desinformados dos atos assembleares praticados à sua revelia, não buscaram em tempo a indenização almejada.

Salvo melhor avaliação, o ato de transferência das ações do canal 5 de São Paulo jamais existiu na ordem jurídica e governamental, visto que o negócio somente poderia ter se concretizado, com a obrigatoria prévia aprovação das autoridades competentes e mediante a participação dos verdadeiros acionistas fundadores ou de herdeiros da empresa de comunicação de um lado e de outro do jornalista Roberto Marinho.

Por outro lado, a pretendida transferência do controle acionário da emissora de TV para a posterior obtenção da renovação da concessão também não poderia ter se consumado pelo comprovado descumprimento das cláusulas condicionantes da Portaria 163/65 e pelo agravante de a Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 1976, ao invés de buscar regularizar situação societária ilegal, que se arrastava por mais de 10 anos, ter sido usada pelo jornalista-empresário Roberto Marinho para eliminar o direito acionário e intransferível de seus mais de 600 acionistas.

Não se precisaria chegar a tanto, agindo-se ao arrepio da Lei Maior, dos estatutos da empresa, da própria lei das sociedades anônimas e das leis federais que, então, regulavam o importante setor de telecomunicações (Lei no. 4.117/62 e Decreto no. 52.795/63).

Contudo, face ao incontestável êxito dessa organização de renome internacional, os fins não teriam justificado os meios, mesmo que irregulares, ilegais? Não, pois, como decidido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em recurso do interesse da TV Globo, **“não pode ter subsistência um negócio jurídico cujo proprietário da coisa objeto do negócio sequer participou da cogitada alienação. A entender-se de outra forma, estar-se-ia proclamando a legalidade do enriquecimento ilícito e até da própria fraude o que não é possível sancionar-se, irrefutavelmente. Ninguém deve estar acima da lei”.** E mais: **“A AGE de 30 de junho de 1976 não dispunha de poderes para determinar a alienação do que não lhe pertencia”.**



Aliás, no próprio Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do recurso especial 35.230-0 SP, em 1994, já ficou assentado que a exclusão dos acionistas que não compareceram à Assembleia Geral Extraordinária, em 30 de junho de 1976, convocada para “regularizar” o quadro de acionistas, **“foi sui generis, sem previsão legal., pois o erro está em não ter sido adotada providência prevista na lei para a alienação dos faltosos: enquanto a lei autorizava apenas a venda das ações em Bolsa de Valores, a assembleia de junho de 1976, permitiu a sua aquisição pelos sócios remanescentes”**, ou melhor, exclusivamente, pelo senhor Roberto Marinho e ao preço de Cr\$1,00 (hum cruzeiro) por ação, verdadeira desapropriação, à vista do elevado valor real de cada ação já à época, multiplicada pelos reinvestimentos dos lucros e dividendos não distribuídos.

Sobre esses graves fatos, a procuradora da República Cristina Marelím Vianna, falando nos autos do procedimento administrativo 1.34.001.001239/2003-12, instaurado para apurar ilegalidades no negócio tido como realizado pelo senhor Roberto Marinho, exarou parecer no qual assinala que *“resta, pois, investigar suposta ocorrência de irregularidade administrativa na transferência do controle acionário da emissora, visto a necessidade de AUTORIZAÇÃO DE ÓRGÃO FEDERAL. Tal como se deu, esteado em documentação falsificada, O ATO DE CONCESSÃO ESTARIA EIVADO DE NULIDADE ABSOLUTA”*.

*NESSE CONTEXTO, dada a importância, abrangência e complexidade da questão colocada “sub examine”, MAIS DO QUE OPORTUNO O PRESENTE REQUERIMENTO DIRIGIDO AO EXMO. SR. MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES, que, por certo, descartará a fácil e cômoda liberal interpretação da prescrição da ação punitiva da Administração Pública, face às patentes má-fé e falsidade com que as medidas societárias e governamentais foram implementadas para assegurar a uma das partes a assunção do importante canal de Tv de São Paulo, que responde por mais de 50% do faturamento bruto desse vitorioso conglomerado de comunicação.*

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2014. – Senador **Roberto Requião**.

*(À Mesa, para decisão)*

### REQUERIMENTO Nº 136, DE 2014

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado, informações ao **Senhor Ministro de Estado da Fazenda** sobre a composição das dívidas de todas as naturezas das usinas listadas em anexo (inclusive as previdenciárias), e, nos termos do art. 217 do Regimento, a requeiro a remessa de cópia de todos os documentos e processos que envolvem a referida dívida.

O presente requerimento abrange, inclusive, a indicação justificada e documentada da situação fiscal de cada empresa, – se regular ou irregular, perante o fisco federal.

Saliento que somente estão excluídos do pedido acima as informações e os documentos que, em conformidade com os estritos preceitos legais, estão acobertados pelo sigilo fiscal, casos em que devem ser encaminhados os dados cadastrais dos respectivos processos com as razões legais para a manutenção de seu sigilo.

Requeiro, por fim, que sejam informados e documentados todos os benefícios fiscais e creditícios que têm sido concedidos às empresas listadas em anexo, indicando, inclusive, se há amparo legal à concessão de benefícios a quem esteja na situação fiscal em que elas se encontram.

### Justificação

No segundo semestre de 2013 foi realizada audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado que contou com a participação de representantes da CNA – Confederação Nacional da Agricultura, Ministério da Agricultura, Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular.

Naquela oportunidade, foram apresentadas pelos representantes dos trabalhadores presentes denúncias de irregularidades envolvendo grandes empresas do agronegócio instaladas em nosso país que, se confirmadas, apresentam elevada gravidade e exigem providências concretas e enérgicas do poder público.

As informações e denúncias são de que estas empresas têm, reiteradamente, utilizado de procedimentos e artifícios que trazem prejuízos aos trabalhadores, ao patrimônio público e à administração dos recursos públicos, como as práticas pelas empresas a seguir relatadas:

- não depositam, por anos, o FGTS de seus empregados;
- deixam de recolher ao fisco a contribuição descontada dos trabalhadores para financiamento da previdência social;
- não pagam seus impostos e contribuições sociais, inclusive as previdenciárias;
- tomam empréstimos, a juros subsidiados, e não os pagam.



Essas práticas configuram, na verdade, crimes de sonegação, estelionato, apropriação indébita e peculato.

Os palestrantes relataram, ainda, que, para dar a mais perfeita efetividade aos crimes, tem sido comum que as empresas declarem falência e que seus sócios reiniciem suas atividades, com novos CNPJ, utilizando-se, às vezes, de prepostos – prática destinada a não evidenciar os nomes dos verdadeiros culpados por tais crimes.

Por meio de toda essa trama, consegue-se, a um só tempo, retirar dos trabalhadores seus direitos à aposentadoria e ao FGTS, e roubar do erário os tributos que lhes são devidos e os empréstimos recebidos que não foram pagos.

Apesar de tudo isso, estas empresas sonegadas bem como as que decorrem da reabertura com novos CNPJs continuam recebendo apoio do Estado, com recursos públicos, na forma de incentivos ou isenções fiscais, e empréstimos subsidiados.

É, portanto, com vistas a identificar esse tratamento privilegiado dado àqueles que têm lesado o Estado e os trabalhadores que requeiro as informações acima, com intuito de, verificadas as irregularidades apontadas, fazer as devidas comunicações aos órgãos competentes, para que sejam tomadas as medidas previstas na lei.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2014. – Senador **Roberto Requião**, PMDB/PR.

<b>GRUPO</b>	<b>NOME</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CNPJ</b>
CURY	USINA MARINGÁ S.A. INDÚSTRIA E COMERCIO	ARARAQUARA	43.951.227/0001-25
	CITRO MARINGÁ S.A. AGRÍCOLA E COMERCIAL	ARARAQUARA	50.936.889/0001-91
	USINA SANTA RITA S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	45.353.547/0001-09
	DINÉ S/A COMERCIAL EXPORTADORA	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	00.712.624/0001-31
	TRANSBRI ÚNICA TRANSPORTES LTDA.	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	01.279.130/0001-78
	FARM INDUSTRIA E AGROPECUARCIA LTDA	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	03.676.184/0001-00
	QUATRO CÔRREGOS AGROPECUÁRIA	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	68.956.234/0001-40
	SAHHNEMA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL LTDA	ARARAQUARA	00.833.405/0001-00
	MAFID EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	ARARAQUARA	00.833.405/0001-00
	OFFSHORE "SUGAR AND ALCOHOL ENTERPRISES INC"	DESCONHECIDO	DESCONHECIDO

<b>GRUPO</b>	<b>NOME</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CNPJ</b>
FLORALCO	FLORALCO AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA (DESTILARIA FLORIDA PAULISTA FLORALCO LTDA.)	FLORIDA PAULISTA	60.918.968/0001-23
	FLORALCO ENERGETICA GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA	FLORIDA PAULISTA	09.222.352/0001-66

<b>GRUPO</b>	<b>NOME</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CNPJ</b>
	DECASA AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A	MARABA PAULISTA	44.917.284/0001-50
	DESTILARIA ALCÍDIA S.A.	TEODORO SAMPAIO	46.448.270/0001-60

	DESTILARIA SANTA FANY LTDA	REGENTE FEIJÓ	43.010.636/0001-27
	AGRÍCOLA MONÇÕES LTDA.	SANTO ANASTACIO	04.939.296/0001-61

<u>GRUPO</u>	<u>NOME</u>	<u>MUNICÍPIO</u>	<u>CNPJ</u>
PAU D'ALHO	USINA PAU D'ALHO S/A (DESTILARIA PAU D'ALHO S.A.)	IBIRAREMA	43.204.643/0001-60

<u>GRUPO</u>	<u>NOME</u>	<u>MUNICÍPIO</u>	<u>CNPJ</u>
NOVA UNIÃO	NOVA UNIÃO S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL	SERRANA	67.431.577/0001-29

<u>GRUPO</u>	<u>NOME</u>	<u>MUNICÍPIO</u>	<u>CNPJ</u>
ATALLA	COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL SÃO JORGE	JAÚ	61.219.077/0002-22
	CENTRAL PAULISTA AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.	JAÚ	61.219.218/0002-07
	J.A. AGROPECUÁRIA E COMERCIAL S/A	BOCAINA	59.472.050/0002-03
	AGROSERV SERVIÇOS AGRÍCOLAS LTDA.	JAÚ	44.521.813/0003-64
	JORGE WOLNEY ATALLA E OUTROS	JAÚ	CEI 2125400105-82
	JORGE WOLNEY ATALLA E OUTROS	BARIRI	CEI 2105200023-81

<u>GRUPO</u>	<u>NOME</u>	<u>MUNICÍPIO</u>	<u>CNPJ</u>
	CENTRAL DE ÁLCOOL DE LUCÉLIA	LUCÉLIA	43.262.336/0001-35

<u>GRUPO</u>	<u>NOME</u>	<u>MUNICÍPIO</u>	<u>CNPJ</u>
	USINA ALBERTINA S.A	SERTÃOZINHO	71.320.857/0001-37

<u>GRUPO</u>	<u>NOME</u>	<u>MUNICÍPIO</u>	<u>CNPJ</u>
	AGRO INDUSTRIAL VISTA ALEGRE LTDA. (ENGENHO DE AGUARDENTE VISTA ALEGRE)	ITAPETININGA	44.836.856/0001-77

<u>GRUPO</u>	<u>NOME</u>	<u>MUNICÍPIO</u>	<u>CNPJ</u>
COMANCHE	COMANCHE PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S/A	SÃO PAULO	07.751.535/0001-43
	COMANCHE BIOCOMBUSTÍVEIS DE SANTA ANITA LTDA (DESTILARIA DE ALCOOL SIMÕES LTDA E L.J. SIMÕES DE ALMEIDA E CIA. LTDA.)	TATUI	59.243.733/0001-08

	COMANCHE BIOCUMBUS-TIVEIS DE CANITAR LTDA (OURO VERDE BIOCUMBUS-TIVEIS DE CANITAR LTDA. E SIDMA PARTICIPAÇÕES LTDA.)	CANITAR	08.386.602/0001-30
--	--	---------	--------------------

<u>GRUPO</u>	<u>NOME</u>	<u>MUNICÍPIO</u>	<u>CNPJ</u>
	AGRO INDUSTRIAL VISTA ALEGRE LTDA. (ENGENHO DE AGUARDENTE VISTA ALEGRE)	ITAPETININGA	44.836.856/0001-77

<u>GRUPO</u>	<u>NOME</u>	<u>MUNICÍPIO</u>	<u>CNPJ</u>
	GALO BRAVO S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL	RIBEIRÃO PRETO	53.542.247/0001-04

<u>GRUPO</u>	<u>NOME</u>	<u>MUNICÍPIO</u>	<u>CNPJ</u>
	USINA SANTA LUIZA S.A.	MOTUCA	52.312.774/0001-51

<u>GRUPO</u>	<u>NOME</u>	<u>MUNICÍPIO</u>	<u>CNPJ</u>
	DESTILARIA NOVA ERA LTDA.	IBATÉ	07.736.245/0001-20
	JR INVESTIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E AGRO-NEGÓCIOS LTDA.	IBATÉ	07.245.496/0001-02

<u>GRUPO</u>	<u>NOME</u>	<u>MUNICÍPIO</u>	<u>CNPJ</u>
	USINA CALIFORNIA LTDA	PARAPUÃ	45.524.584/0001-32
	COMPANHIA AÇUCAREIRA DE PENÁPOLIS S/A	PENÁPOLIS	61.081.840/0001-10
	DESTILARIA DE ÁLCOOL NOVA AVANHANDAVA LTDA. (DIANA)	AVANHANDAVA	45.902.707/0001-21
	USINA BERTOLO AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.	PIRANGI	56.706.278/0002-14
	BRANCO PERES AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A	ADAMANTINA	43.619.832/0017-60
	ARALCO S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO	SANTO ANTONIO DE ARACANGUÁ	51.086.080/0001-80
	ATENA – TECNOLOGIAS EM ENERGIA NATURAL LTDA.	MARTINÓPOLIS	
	DESTILARIA GENERALCO S/A	GENERAL SALGADO	44.845.915/0001-73
	DESTILARIA GUARICANGA	PRESIDENTE ALVES	47.807.797/0002-88
	USINA IACANGA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.	IACANGA	
	AGROINDUSTRIAL OESTE PAULISTA	MONTE APRAZÍVEL	04.282.818/0002-86

	UNIALCO S/A – ÁLCOOL E AÇÚCAR	GUARARAPES	44.984.490/0004-83
	ALTA PAULISTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	JUNQUEIRÓPOLIS	48.804.363/0001-06
	USINA ALVORADA DO OESTE LTDA.	SANTO ANASTÁCIO	
	DESTILARIA FERNANDÓPOLIS (ALCOESTE)	FERNANDÓPOLIS	43.545.284/0001-04
	ÁLCOOL AZUL S/A – ALCOAZUL	ARAÇATUBA	44.776.409/0001-70

<b>GRUPO</b>	<b>NOME</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CNPJ</b>
	USINA BARRA GRANDE DE LENÇÓIS S.A. – MATRIZ	LENÇÓIS PAULISTA	51.422.921/0001-83
	USINA BARRA GRANDE DE LENÇÓIS S.A. – FILIAL	LENÇÓIS PAULISTA	51.422.921/0012-36
	CIA AGRÍCOLA ZILLO LORENZETTI	MACATUBA	45.036.639/0002-46
	CIA AGRÍCOLA LUIZ ZILLO	LENÇÓIS PAULISTA	45.036.647/0002-92

<b>GRUPO</b>	<b>NOME</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CNPJ</b>
	DOIS CORREGOS AGROPECUARIA LTDA	DOIS CORREGOS	
	A.J.C. AGROPECUARIA S/A	DOIS CORREGOS	47.580.881/0001-20
	CIA ORLANDO CHESINI OMETTO	BARRA BONITA	03.137.826/0001-95
	LABOR SERVIÇOS AGRÍCOLAS LTDA.	IGARAÇU DO TIETÊ	

(À Mesa, para decisão)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 4473/2014

Brasília, 21 de fevereiro de 2014

Recurso Extraordinário nº 662113

RECTE.(S) : INDUSTRIA MISSIATO DE BEBIDAS LTDA  
 ADV.(A/S) : RICARDO NUSSRALA HADDAD E OUTRO(A/S)  
 RECD.(A/S) : UNIÃO  
 PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,  
 Comunico que o Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, proferiu decisão colegiada nos autos em epígrafe, nos termos da certidão de julgamento de cópia anexa.

Atenciosamente, – Ministro **Joaquim Barbosa**, Presidente – Documento assinado digitalmente.

**PLENÁRIO**

CERTIDÃO DE JULGAMENTO**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 662.113**

PROCED. PARANÁ

RELATOR: MIN. MARCO AURÉLIO

RECTE.(S) : INDUSTRIA MISSIATO DE BEBIDAS LTDA

ADV.(A/S) : RICARDO NUSSRALA HADDAD E OUTRO(A/S)

RECD.(A/S) : UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

**CERTIFICO** que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

**Decisão:** O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, deu provimento ao recurso extraordinário para restabelecer o entendimento revelado na sentença na qual julgou integralmente procedente o pedido, declarando a inconstitucionalidade do art. 3º do Decreto-lei 1.437/75, vencidos os Ministros Roberto Barroso e Rosa Weber, que negavam provimento ao recurso. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Impedidos os Ministros Teori Zavascki e Luiz Fux. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Falaram, pela recorrente, o Dr. Paulo Hamilton Siqueira Júnior e, pela União, o Dr. Luiz Carlos Martins Alves, Procurador da Fazenda Nacional. Plenário, 12.02.2014.

Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki e Roberto Barroso.

Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros. – p/ Luiz Tominatsu, Assessor-Chefe do Plenário.

## DECRETO-LEI Nº 1.437, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1975

**Dispõe sobre a base de cálculo do imposto sobre produtos industrializados, relativo aos produtos de procedência estrangeira que indica, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, DECRETA:

Art 1º A base de cálculo do imposto sobre produtos industrializados, relativa aos produtos de procedência estrangeira classificados no Capítulo 22 da Tabela anexa ao Decreto número 73.340, de 19 de dezembro de 1973, devido na saída desses produtos de estabelecimento equiparado a industrial pela legislação do referido imposto, será a que tiver servido de base, no desembaraço aduaneiro ou arrematação em leilão, ao cálculo do imposto sobre produtos industrializados, acrescida de 55% (cinquenta e cinco por cento). (Vide Decreto-lei nº 2.444, de 1988) (Revogado pela Lei nº 7.798, de 1989)

§ 1º O Ministro de Estado da Fazenda poderá determinar que o imposto calculado pela forma indicada neste artigo seja recolhido antes da saída do produto da repartição que tiver promovido o desembaraço ou o leilão, estabelecendo, nesse caso, normas referentes: (Revogado pela Lei nº 7.798, de 1989)

a) ao momento em que o imposto será recolhido e a forma de recolhimento; (Revogado pela Lei nº 7.798, de 1989)

b) ao aproveitamento do crédito do imposto pago no desembaraço aduaneiro; (Revogado pela Lei nº 7.798, de 1989)

c) à utilização e emissão do documentário fiscal, inclusive quanto ao estoque dos produtos de que trata este artigo, na data de vigência deste Decreto-lei. (Revogado pela Lei nº 7.798, de 1989)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos produtos que, sem entrarem no estabelecimento do importador ou arrematante, sejam, por estes, remetidos a terceiros. (Revogado pela Lei nº 7.798, de 1989)

Art 2º Na arrematação em leilão dos produtos referidos no artigo precedente, a base de cálculo do imposto de importação não poderá ser inferior à que seria utilizada em uma importação que se verificasse naquele momento. (Vide Decreto-lei nº 2.444, de 1988) (Revogado pela Lei nº 7.798, de 1989)

Art 3º O Ministro da Fazenda poderá determinar seja feito, mediante ressarcimento de custo e demais encargos, em relação aos produtos que indicar e pelos critérios que estabelecer, o fornecimento do selo especial a que se refere o artigo 46 da Lei número 4.502, de 30 de novembro de 1964, com os parágrafos que lhe foram acrescentados pela alteração 12ª do artigo 2º do Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966.

Art 4º Não se considera compreendido pelo acréscimo a que se refere a parte final do artigo 4º do Decreto-lei nº 1.133, de 16 de novembro de 1970, o imposto sobre produtos industrializados pago pelo importador ou dele exigível por ocasião do desembaraço aduaneiro.



Art 5º Fica acrescentado ao artigo 3º do Decreto-lei nº 1.133, de 1970, o seguinte parágrafo:

“§ 3º Sempre que o valor tributável resultante da aplicação das normas precedentes for inferior ao definido no art. 14, inciso II, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, prevalecerá este”.

Art 6º Fica instituído, no Ministério da Fazenda, o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, destinado a fornecer recursos para financiar o reaparelhamento e reequipamento da Secretaria da Receita Federal, a atender aos demais encargos específicos inerentes ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização dos tributos federais e, especialmente, a intensificar a repressão às infrações relativas a mercadorias estrangeiras e a outras modalidades de fraude fiscal ou cambial, inclusive mediante a instituição de sistemas especiais de controle do valor externo de mercadorias e de exames laboratoriais. (Vide Decreto-lei nº 2.280, de 1985)

Parágrafo único. O FUNDAF destinar-se-á, também, a fornecer recursos para custear: (Incluído pela lei nº 9.532, de 1997)

a) o funcionamento dos Conselhos de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda, inclusive o pagamento de despesas com diárias e passagens referentes aos deslocamentos de Conselheiros e da gratificação de presença de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.708, de 4 de outubro de 1971; (Incluída pela lei nº 9.532, de 1997)

b) projetos e atividades de interesse ou a cargo da Secretaria da Receita Federal, inclusive quando desenvolvidos por pessoa jurídica de direito público interno, organismo internacional ou administração fiscal estrangeira. (Incluída pela lei nº 9.532, de 1997)

Art 7º Os recursos provenientes do fornecimento dos selos de controle, a que se refere o art. 3º, constituirão receita do FUNDAF e à conta deste serão recolhidos ao Banco do Brasil S.A. (Vide Decreto-lei nº 1.754, de 1981)

Art 8º Constituirão, também, recursos do FUNDAF: (Vide Decreto-lei nº 1.754, de 1981)

I - Dotações específicas consignadas na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais;

II - ~~Transferências de outros fundos;~~ (Revogado pela Lei nº 7.711, de 1988)

III - ~~Receitas diversas;~~ e

III - receitas diversas, decorrentes de atividades próprias da Secretaria da Receita Federal; e (Redação dada pela Lei nº 7.711, de 1988)

IV - Outras receitas que lhe forem atribuídas por Lei.

Art 9º O FUNDAF será gerido pela Secretaria da Receita Federal, obedecido o plano de aplicação previamente aprovado pelo Ministro da Fazenda.

Art 10. Os saldos do FUNDAF, verificados ao final de cada exercício financeiro, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

Art 11. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1975; 154º da Independência e 87º da República. – **Ernesto Geisel** – **Mário**

**Henrique Simonsen** – **João Paulo dos Reis Velloso**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 18.12.1975

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 24 de fevereiro do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 623, de 2013, cujo prazo integral de vigência expirou em 15 de novembro de 2013.

Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Congresso Nacional recebeu ofícios encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal referentes aos Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes regiões: 9ª, 11ª, 18ª, 20ª, 22ª e 23ª.

Os expedientes serão publicados no Diário do Senado Federal de 26 de fevereiro corrente, e vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os ofícios:

Of. nº 8/2014/Sercont-Secof

Curitiba, 30 de janeiro de 2014

Assunto: Encaminhamento do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2012.

1. Comunicamos a Vossa Excelência que este Órgão Trabalhista, em cumprimento ao disposto no art. 54 e no § 2º, art. 55, da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4/5/2000, publicou o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro/2013 a dezembro/2013, no DOU nº 20, de 29 de janeiro de 2014, páginas 113 e 114, seção 1.

2. Em cumprimento ao disposto no art. 59, da Lei Complementar nº 101/2000 c/c art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminhamos, em anexo, cópia dos Relatórios de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre de 2013.

Respeitosamente, – **Vilmar José Siqueira**, Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças Anexos ao Ofício 8/2014/Sercont-Secof:

1) Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Anexo I, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa – Anexo V, Demonstrativos dos Restos a Pagar – Anexo VI, Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal – Anexo VII e Portaria JP nº 2/2014 TRT 9ª Região.

**PORTARIA JP Nº 2, DE 9 DE JANEIRO DE 2014.**

O desembargador do trabalho, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, usando de suas atribuições legais, diante do disposto no art. 8 do Regulamento Geral e do contido no Memorando nº 001/2014/SERCONT-SECOF-TRT-PR,

Resolve determinar a publicação do anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de janeiro/2013 a dezembro/2013, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000. – **Altino Pedrozo dos Santos**, Presidente.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ Mil		
DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
		(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>		630.568	23.926	654.494
Pessoal Ativo		507.760	17.078	524.838
Pessoal Inativo e Pensionistas		122.808	5.248	128.056
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0	0	0
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>		142.516	13.401	155.917
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		1.085	5	1.090
Decorrentes de Decisão Judicial		0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores		32.746	11.176	43.922
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		108.685	2.220	110.905
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>		<b>488.052</b>	<b>9.524</b>	<b>497.577</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>				
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>				656.094,218
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DEP sobre a RCL (V) = (III e / IV) * 100		0,074587%	0,001452%	0,075839%
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;= %&gt;</b>		0,115657%		758.819
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;= %&gt;</b>		0,109874%		720.878
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 55 da LRF) - &lt;= %&gt;</b>		0,104001%		682.937
FONTE: Siat - Sercont/Secof/Trt da 9ª Região- 09/jan/2014 - 10h 00.				
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:				
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;				
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64;				
2) Despesas com Previdências da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R\$ 9.179.965,49				
3) Despesas com Previdências da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R\$ 6.353.332,00				
4) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada: R\$ 1.987.277,26				

ALTINO PEDROZO DOS SANTOS  
Desembargador Federal do Trabalho Presidente do TRT da 9ª Região

PAULO CELSO GERVÁ  
Ordenador da Despesa Substituto

CRISTINA KÖHN BATTISTELLA  
Diretora da Secretaria de Controle Interno Substituta

VILMAR JOSÉ SIQUEIRA  
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS mit

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
156000000			0,00
169000000	2220,00		2220,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2220,00	0,00	2220,00
100000000	41765,00	4851,00	36904,00
127000000	850,00	228,00	622,00
150000000	184,00		184,00
181000000	7217,00	330,00	6887,00
350000000	245,00		245,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	50259,00	5425,00	44834,00
TOTAL (III) = (I + II)	52479,00	5425,00	47054,00
RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES'			0,00

FONTE: Siafi e Sercon/Secof/TRT 9ª REGIÃO - 09/jan/2014 - 10:00

Nota: 'A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

ALTINO PEDROZO DOS SANTOS  
Presidente

PAULO CELSO GERVA

Ordenador da Despesa Substituto

CRISTINA KÖPP BATTISTELLA

**Diretora da Secretaria de Controle Interno Substituta**

VILMAR JOSÉ SIQUEIRA

Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

(RCF - ANEXO VI) (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
156000000 160000000				2220,00	2220,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	2220,00	2220,00	0,00
100000000	144,00	160,00	4557,00	36904,00	36904,00	
127000000		228,00		618,00	622,00	
150000000				153,00	184,00	
181000000	22,00	2,00	307,00	3424,00	6881,00	
250000000				243,00	243,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	171,00	390,00	4864,00	41342,00	44834,00	0,00
TOTAL (III) = (I) + (II)	171,00	390,00	4864,00	43562,00	47054,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹						

Fonte: Siasfe e Siconjug/Secom/TRT 9ª REGIÃO - 09/jun/2014 - 10:00

Nota: ¹A disponibilidade de caixa da RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

ALTINO PEDROZO DOS SANTOS

Presidente

PAULO CELSO GERY

Ordenador da Despesa Substituto

CRISTINA KOPPE BATTISTELLA

Diretora da Secretaria de Controle Interno Substituta

VALER JOSÉ SIQUEIRA

Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

LRF, art. 48 - Anexo VII		R\$ Mil	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	497.577		0,075839%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	758.819		0,115657%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	720.878		0,109874%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total	43.562		47.054

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Restos a Pagar - 09/jan/2014 - 10:00

ALTINO PEDROZO DOS SANTOS  
 Presidente

PAULO CELSO GERTZ  
 Ordenador da Despesa Substituto

CRISTINA KOPP BATTISTELLA  
 Diretora da Secretaria de Controle Interno Substitua

VILMAR JOSÉ SIQUEIRA  
 Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças



Ofício 114/2014/SGP

Manaus, 29 de janeiro de 2014

A Sua Excelência o Senhor

**Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS**

Presidente do Congresso Nacional

Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Anexo I, 15º andar

70165-900 – Brasília, DF

**Assunto: Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre de 2013**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar 101/2000 (LRF), c/c o art. 5º, I, da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a Vossa Excelência a Portaria 131/2014/SGP, de 28.1.2014, que tornou público o Relatório de Gestão Fiscal (Despesas com Pessoal) deste Tribunal, referente ao 3º Quadrimestre de 2013 (janeiro/2013 a dezembro/2013), publicada no Diário Oficial da União no dia 29.1.2014, seção 1ª, páginas 115 a 117, conforme cópias anexas.

Respeitosamente,



DAVID ALVES DE MELLO JUNIOR

Desembargador do Trabalho

Presidente do TRT da 11ª Região

PORTARIA Nº 131/2014/SGP – Manaus, 28 de janeiro de 2014

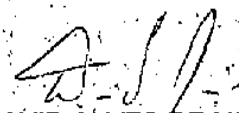
Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do 3º  
Quadrimestre de 2013.

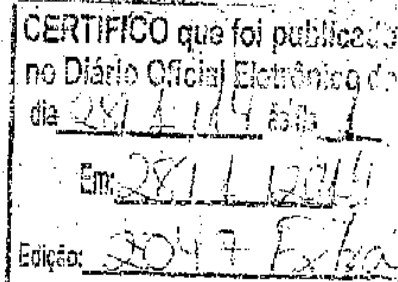
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª  
REGIÃO, Desembargador do Trabalho DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, no uso de  
suas atribuições legais e regimentais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º  
Quadrimestre de 2013 (janeiro a dezembro de 2013), nos termos do anexo desta  
Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR  
Desembargador do Trabalho  
Presidente do TRT da 11ª Região



OS DADOS SE REFEREM À ANIMAÇÃO? (1=SIM, 2=NAO)

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª. REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>305.004,00</b>	<b>1.513,00</b>	<b>306.517,00</b>
Pessoal Ativo	231.540,00	119,00	231.659,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	73.464,00	1.394,00	74.858,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>73.956,00</b>	<b>1.398,00</b>	<b>75.354,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0,00
Decorrentes de Decisão Judicial		0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	9.366,00	807,00	10.173,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	64.590,00	591,00	65.181,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>231.048,00</b>	<b>115,00</b>	<b>231.163,00</b>

## APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>		<b>656.094.218,00</b>
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV) * 100	0,035216%	0,000018%
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,070848%</b>	<b>464.829,63</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,067306%</b>	<b>441.588,15</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,063763%</b>	<b>418.346,67</b>

FONTE: SIAFI - NUC/COP-TRT(1) - 24/jan/2014 - 10h e 14m.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Os gastos com Precatórios ficaram na seguinte ordem: a) Precatórios da Administração Direta na Ação 0005= UO 71103 foram executados no valor de R\$ 33.850.189,00, e da Administração Indireta diversas UO's no valor de R\$ 700.495,00.

3 - Os gastos com Precatórios de Requisições de Pequenos Valores - RPV foi consolidado no valor de R\$ 1.478.700,31

DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR  
 DESEMBARGADOR DO TRABALHO PRESIDENTE

JOSÉ COOPER BATISTA MOURA  
 DIRETOR GERAL E ORDENADOR DA DESPESA

LORETTA RAMOS SEFFA  
 DIRETORA DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, EM SUBSTITUIÇÃO

NILCICLEIDE DAS CHAGAS MENDONÇA  
 CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE, EM SUBSTITUIÇÃO

JOSÉ DE ARIMATEA MATIAS FERNANDES  
 DIRETOR DA ASSESSORIA DO CONTROLE INTERNO

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO?  
(1 = SIM, 2 = NÃO)

2

UNIAO - PODER JUDICIARIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIAO  
RELATORIO DE GESTAO FISCAL.  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso II, alinea "a")

RS mil

<b>DESTINAÇÃO DE RECURSOS</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)</b>	<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)</b>
<b>69-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL P/PLANO DE SEG.SOC.SERV.</b>	<b>591261,00</b>		<b>591261,00</b>
< Identificação do Recurso Vinculado >			0,00
< Identificação do Recurso Vinculado >			0,00
" "			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>591261,00</b>	<b>0,00</b>	<b>591261,00</b>
<b>00 - RECURSOS ORDINÁRIOS</b>	<b>30200831,00</b>	<b>1313440,00</b>	<b>22887391,00</b>
27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	[ 77601,00]		177601,00
50 -RECURSOS NÃO FINAN.DIRETAMENTE ARRECADADOS	4968232,00		4968232,00
81- RECURSOS DE CONVÊNIOS	1185710,00		1185710,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>36532374,00</b>	<b>1313440,00</b>	<b>35218934,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>37123635,00</b>	<b>1313440,00</b>	<b>35810195,00</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹</b>			<b>0,00</b>

FONTE: SLAF1 - NUC/COP-TRT|1-24/JAN/2014 - 10H E 29M

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR  
DESEMBARGADOR DO TRABALHO PRESIDENTE

JOSÉ COOPER BATISTA MOURA,  
DIRETOR GERAL E ORDENADOR DA DESPESA

DIRETORA DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, EM SUBSTITUIÇÃO

NILCICLEIDE DAS CHAGAS MENDONÇA  
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE, EM SUBSTITUIÇÃO

JOSE DE ARIMATEA MATIAS FERNANDES  
DIRETOR DA ASSESSORIA DO CONTROLE INTERNO

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO?  
(1 = SIM, 2 = NÃO)

UNIAO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III, alínea "b")

R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
69 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL P/PLANO DE SEG.SOC.SERV < Identificação do Recurso Vinculado > < Identificação do Recurso Vinculado >				591261,00	591261,00	
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>591261,00</b>	<b>591261,00</b>	<b>0,00</b>
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	147044,00	578701,00	587695,00	28448616,00	28387392,00	
27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO				163080,00	177501,00	
50 - RECURSOS NÃO FINAN.DIRETAMENTE ARRECADADOS				2961906,00	4968232,00	
81 - RECURSOS DE CONVÊNIOS				37471,00	1185710,00	
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>147044,00</b>	<b>578701,00</b>	<b>587695,00</b>	<b>31611073,00</b>	<b>35218935,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>147044,00</b>	<b>578701,00</b>	<b>587695,00</b>	<b>32202334,00</b>	<b>35810196,00</b>	<b>0,00</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES						

Nota: 'A' disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR  
DESEMBARGADOR DO TRABALHO PRESIDENTE

JOSE COOPER BATISTA MOURA  
DIRETOR GERAL E ORÇENADOR DE DESPESA

LORETTA RAMOS SEFFNER  
DIRETORA DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, EM SUBSTITUIÇÃO.

NILCIOLIDE DAS CHAGAS MENDONÇA  
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE, EM SUBSTITUIÇÃO

JOSÉ DE ARIMATEA MATIAS FERNANDES  
DIRETOR DA ASSESSORIA DO CONTROLE INTERNO



Nº 20, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

115



TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	44.017,35	10.216,51	33.800,84
TOTAL (III) = (I) + (II)	44.017,35	10.216,51	33.800,84

FONTE:

Nota: \* A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2013

RPP - ANEXO VI (LRF nº 33, inciso III, alínea "c")  
DESTINAÇÃO DE RECURSOS

SIGNIFICAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS	RECURSOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	RECURSOS E NÃO PAGOS DE MARÇOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO	UNIDOS, PAGOS E NÃO LIQUIDADOS DE MARÇOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS						
01 - RECURSOS ORDINÁRIOS	000,00	000,00	25.450,00	000,00	000,00	000,00
27 - FUNDOS DE MANUTENÇÃO - PODER JUDICIÁRIO	1.750,00	120,00	942,12	450,00	000,00	000,00
28 - RECURSOS NÃO FINANCEIROS DIRETAMENTE ATRIBUÍDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29 - CONTRIB. PLANO SEGUR. SOCIAL SERVIDOR	0,00	0,00	47,00	0,00	0,00	0,00
30 - CONTRIB. PATRONAL P/ PLANO DE SEGUR.	0,00	0,00	325,36	0,00	0,00	0,00
31 - RECURSOS DE CONVÊNIO	30,00	30,00	2.892,00	565,60	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	42.267,35	42.267,35	8.762,14	10.216,51	40.505,21	40.505,21
TOTAL (III) = (I) + (II)	42.267,35	42.267,35	8.762,14	10.216,51	40.505,21	40.505,21

RECURSOS PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Nota: \* A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

Dout. ELAINE MACHADO VASCONCELOS

Presidente do Tribunal

GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS

Diretor Geral

MARINA ARAÚJO KATO ROBERTUS

Diretora de Despesa

WAGNER AZEVEDO DA SILVA

Coordenador de Contabilidade

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

PORTARIA Nº 118/RE, DE 24 DE JANEIRO DE 2014

Torna pública o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º Quadrimestre de 2013.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, Deferenciado do Trabalho DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º Quadrimestre de 2013, que se encontra em anexo, no site do Tribunal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dout. DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RPP - ANEXO I (LRF nº 33, inciso I, alínea "a")  
DESPESA COM PESSOAL

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Último 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (a+b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	305.094,00	1.513,00	306.607,00
- Pessoal Ativo	231.540,00	115,00	231.655,00
- Pessoal Inativo e Pensionistas	73.554,00	1.398,00	74.952,00
- Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de temporização (II) (a) art. 13 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (a) art. 13 da LRF)	73.554,00	1.398,00	74.952,00
- Despesas com Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
- Despesas de Desempenho Judicial	0,00	0,00	0,00
- Despesas de Pensões Anteriores	0,00	0,00	0,00
- Inativos e Pensionistas com Recesso Voluntário	61.540,00	393,00	61.933,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	231.540,00	115,00	231.655,00

## APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)

2. da DESPESA TOTAL COM PESSOAL (III) - BRUTAS - CORRIGIDAS - 656.091.318,00

até a RCL (IV) - (III) - (II) - 0,00

LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III) - 0,00

art. 20 da LRF - 49,5

LIMITE PROVISIONAL (art. 20 da LRF - 49,5) - 0,00

art. 20 da LRF - 49,5

LIMITE DE LRF (incisos I, II e III) - 0,00

art. 20 da LRF - 49,5

PONTUAÇÃO MÁXIMA (art. 20 da LRF - 49,5)

art. 20 da LRF - 49,5

Nota: Durante o exercício, nenhuma das despesas liquidadas dos exercícios anteriores, no encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados em meses anteriores ao encerramento do exercício, foram inscritas em restos a pagar não processados em meses anteriores ao encerramento do exercício.

a) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, com validade limitada ao encerramento do exercício, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

b) Os restos a pagar não processados, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

c) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

d) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

e) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

f) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

g) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

h) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

i) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

j) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

k) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

l) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

m) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

n) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

o) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

p) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

q) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

r) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

s) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

t) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

u) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

v) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

w) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

x) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

y) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

z) Os restos a pagar não processados de aquisição de Pequenos Valores - RPV, inscritos em restos a pagar não processados, por força do art. 13, inciso II da Lei 4.320/64.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trt11.jus.br>, pelo código 001/2014/01/29/01/15

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Nº 20, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-2447

• 117

[illegible]

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

PORTARIA Nº 121, DE 27 DE JANEIRO DE 2014

O Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, na exercício da Presidência, no ato de tomar posse das atribuições legais, a tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4-3-2004, resolve:

**TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal - RGF** do 4º trimestre de 2013, correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2013;

Des. FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013				
RPF - ANEXO I (LRF, art. 16, inciso I, alínea "I", R\$ Mil)				
DESPESA COM PESSOAL	Despesa Liquidada (a) (1)	Despesa em Processamento (2)	Despesa em Execução (3)	Despesa em Execução (4)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	210.481,00	5.284,00		215.765,00
Pessoal Ativo	176.434,00	33.170,00		189.604,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	34.047,00	1.682,00		35.729,00
Otras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	29.947,00	5.242,00		35.189,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00		0,00
Encargos de Decisão Judicial	0,00	0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.522,00	4.242,00		6.764,00
Inativos e Pensionistas com Regime de Previdência	27.425,00	0,00		27.425,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	180.534,00			180.534,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				656.694.218,00
RCL DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = RCL (IV) - (III) x 100	0,02751516	0,00000000		0,02751516
LIMITE MÁXIMO (Inciso I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,5		0,00000000		0,50000000
LIMITE PRUDENCIAL (6 meses art. 22 da LRF) - 0,25		0,00000000		0,25000000
LIMITE DE ALERTA (Linha II do § 1º do art. 20 da LRF) - 0,5		0,05000000		0,05000000

PONTÉ: SLAF SDF-78714-23-01-2014 - 15h45min

Verbalmente, durante o processo, os sujeitos foram informados que o objetivo da pesquisa era avaliar a percepção dos sujeitos quanto à importância da participação da comunidade no planejamento urbano. Durante o processo, os sujeitos foram informados que a pesquisa não tinha caráter científico e que os dados coletados seriam utilizados apenas para fins acadêmicos. Os sujeitos foram informados que a pesquisa não tinha caráter científico e que os dados coletados seriam utilizados apenas para fins acadêmicos.

Este documento pode ser verificado em endereço eletrônico: <https://www.jus.gov.br/documentos/doc.html>  
pele cdidlog: 0001201401390017

8) Demons-tre a liquidação, considerando aquelas em que houve a entrega definitiva do serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Empresas que não tenham sido liquidadas, inscritas em Rótulo A e que não apresentem, concomitantemente, liquidação em curso, inscritas no Rótulo B, até 31 de maio de 2006.

\* Despesas estimadas com Provedor de Administração Direta e Indireta de R\$ 1.804.603,74 e R\$ 2.331.837,84, respectivamente.

Copyright Clearance Center, Inc. 222 Rosewood Drive, Danvers, MA 01923

Don FRANCISCO JOSÉ PINOHERO CRUZ

Presidents (b) Truly evil

THE POWER OF

AVALIAÇÃO DE RISCO DE CONTAMINAÇÃO

Director of New York State Secretaries

**Q. HONORABLE JUDGE JOHN A. SIVAKOWSKI**

Ministerio de Servicio de Contratos Internos e. T. 10000000

CLAYTON SILVA SANTOS DE SOUZA

851. *Actinidia chinensis* (L.) Lindl.

RELATÓRIO DE GESTÃO FINANCEIRA			
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO DE CADA			
EXERCÍCIO DE 1984 - DE SEGURANÇA SOCIAL			
TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE 201			
RPF - ANEXO VI LRF - ANEXO III LRF - ANEXO III			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DIS- PONÍVEL CAIXA BRUTA (a)	ORÇAMEN- TÁRIAS CORREÇÕES (b)	DISPO- NIBILIDADE DE CADA LÍQUIDA (c) = (a) - (b)
CONTROLE PATRONAL E PLANO	993,00		993,00
DE RES. SEC. SERV. 61			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (d)	993,00	0,00	993,00
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS 00	107.22,00	145,00	9.297,00
CUSTAS E EMOLUMENTOS	653,00	1,00	652,00
EXP. JURÍDICAS 17			
RECURSOS NÃO FINANC. DI- RECT. ARRECADADOS 32	996,00		996,00
RECURSOS DE CONVÊNIO 31	10.722,00	145,00	10.577,00
SEM FONTE		54,00	486,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (f)	11.863,00	160,00	11.703,00
TOTAL LÍQUIDA - RPF	12.856,00	160,00	12.696,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVI- DÊNCIA DOS SERVIDORES			

FOOTNOTES: 1. <http://www.scribd.com/doc/100510214/100510214>

Nume: A discrezionalità de-urisa do RPS uniti unacememil' annu d' Indus Ammali.

FRANCIS RISE PINEHURST RD.

Resubmit to: 162401

1. 1990年1月1日起，凡在境内从事生产经营活动的纳税人，均应按本办法的规定，向主管税务机关申报纳税。

SAKCE ROZHODRIS DA NAMA

**Principal and Secondary**

\*WILSON, J. H. 1960. J. N. S. 1: 1-10.

$$n = \text{dim}(L_0) = \text{dim}(\text{Null } A) = n - \text{rank}(A).$$

CHITRA SINGH, SAITAB, AND GILL

Severely injured, the 30-year-old man was taken to the hospital.

Desenvolvido segundo o padrão digitalmente assinado MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ofício 163/2014/SGP

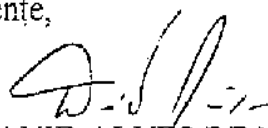
Manaus, 10 de fevereiro de 2014.

**Assunto: Reencaminha Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre de 2013.  
Republicação no DOU.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar 101/2000 (LRF), c/c o art. 5º, I, da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), reencaminho a Vossa Excelência a Portaria 131/2014/SGP, de 28.1.2014 a qual foi republicada no Diário Oficial da União no dia 10.2.2014, seção 1, páginas 88-90, e que tornou público o Relatório de Gestão Fiscal (Despesas com Pessoal) deste Tribunal, referente ao 3º Quadrimestre de 2013 (janeiro/2013 a dezembro/2013), conforme cópias anexas.

Respeitosamente,



DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR

Desembargador do Trabalho  
Presidente do TRT da 11ª Região





88

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 23, segunda-feira, 30 de fevereiro de 2014

TC-025.069/2013-7  
Assuntos: TC-014.529/1999-8; TC-021.095/1997-9  
Natureza: Embargos de Declaração  
Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul - MAPA  
Recorrente: Cláudio Antônio Schuchman (CDS-728.590-70)  
Advogados constituídos nos autos: Eliseu Lemes Padilha (OAB/RS 8.696); Simone Camargo (OAB/RS 40.110); Rubia Guassella Dalpé (OAB/RS 75.711) e Caroline Urbanicki (OAB/RS 86.232)

Relator: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-016.457/2013-4

Natureza: Pedido de Reexame

Recorrente: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)  
Advogados constituídos nos autos: André Luiz Cavalcanti Silveira, Advogado da União, e Raul Lyngbo Lício, Procurador Federal da Advocacia Geral da União (AGU), na condição de representantes jurídicos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

TC-022.763/2008-1

Natureza: Revisão de Ofício (em Apresentação)

Interessados: Arnaldo de Mattos Pinheiro de Almeida, Benício Marcolino dos Santos, Jaime Rodrigues Brito, José Alves Pimenta, José Pereira Carneiro, Juana de Oliveira Alves, Maria Lúcia dos Santos Sousa, Milena Gerardo Pereira, Sara Santos da Silva e Schorinho Telles da Silva Soriano  
Unidade: Direção de Administração do Pessoal do Conselho da Aeronáutica

Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.392/2007-6

Natureza: Reclamação de Auditoria

Interessado: Tribunal de Contas da União

Unidade: Coordenação-Geral de Recursos Legais do Ministério da Saúde  
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.949/2013-1

Natureza: Representação (sem pedido de medida cautelar)

Representante: Vagas Consultoria e Engenharia Ltda.

Interessado: Bianchini & Mestini Ltda.

Unidade: Associação Francisco de Assis à Saúde (Hospital Estrela)

Advogados constituídos nos autos: Matheus Rodrigo Fagundes (OAB/RS 66.639) e Rosamari Hoffmeister (OAB/RS 37.509)

TC-016.820/2012-4

Natureza: Embargos de Declaração (em Representação)

Embargante: Oikos IP Tecnologia da Informação Ltda.

Unidade: Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MEP)

Advogado constituído nos autos: não há

Relator: Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALLANTI

TC-021.120/2011-4

Natureza: Representação

Unidade: Govern do Estado do Amazonas

Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM)  
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.169/2013-4

Natureza: Auditoria

Unidade: Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MS)

Interessado: Tribunal de Contas da União

Advogado constituído nos autos: não há

TC-079.469/2013-5

Natureza: Representação

Unidade: Município de Alto Alegre dos Parecis/RO

Responsável: Cláudio Braz Dubeiro

Interessado: Oliveira & Garcia Construções e Terceirização Ltda. - ME

Advogado constituído nos autos: não há

Relator: Auditor ANDRÉ LUIS DE CARVALHO

TC-011.512/2013-5

Natureza: Auditoria

Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Responsável: Nelson de Brito

Interessado: Congress Nacional

Advogados constituídos nos autos: Leonardo Oliveira Silva (OAB/PE 21.761) e outros

Secretaria das Seções 3 de fevereiro de 2014

MARCIA PAULA SARTORI

Substituição do Plenário

EXTRATO DA PÁGINA Nº 4 (EXTRAORDINÁRIA RESERVADA)

Sessão em 12 de fevereiro de 2014, às 14h30

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária Reservada, em relação ao do item unitário, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, 155, 1º ao 5º e 143 do Regulamento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

#### PROCESSOS RELACIONADOS

Relator: Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALLANTI

TC-013.354/2013-4

Natureza: Denúncia

Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.464/2013-1

Natureza: Denúncia

Advogado constituído nos autos: não há

Relator: Ministro-substituto ANDRÉ LUIS DE CARVALHO

TC-016.821/2012-6

Natureza: Denúncia

Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.052/2014-0

Assuntos: TC-027.484/2005-5 (SOLICITAÇÃO); TC-021.271/2016-R (SOLICITAÇÃO); TC-012.575/2019-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-001.938/2005-4 (SOLICITAÇÃO); TC-011.429/2008-1 (SOLICITAÇÃO); TC-015.098/2008-4 (SOLICITAÇÃO); TC-028.492/2008-3 (SOLICITAÇÃO); TC-013.223/2011-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC-013.074/2004-4 (DENÚNCIA)

Natureza: Reclamação de Auditoria

Advogado constituído nos autos: não há

#### PROCESSOS UNITÁRIOS

Relator: Ministro VALMIR CAMPELO

TC-011.272/2011-1

Natureza: Laudo médico (Especialização nº 305/2013)

Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.345/2013-7

Natureza: Denúncia

Advogado constituído nos autos: não há

Relator: Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-011.412/2013-1

Natureza: Proposta de Fiscalização

Advogado constituído nos autos: não há

Relator: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-011.944/2011-5

Natureza: Embargos de Declaração (em Pedido de Reexame interposto contra Auditoria)

Advogados constituídos nos autos: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB/DF 20.011); Cláudio Soti da Costa (OAB/MG 113.917); Danilo Domingos Lima e Silva (OAB/AL 7.286); Eduardo Luis Ferreira Araújo de Souza (OAB/RJ 141.563); Edson Rodrigues Lopes (OAB/DF 39.283); Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/AC 116.302 e OAB/RJ 169.227); Rafael Zimmermann Salteira (OAB/RJ 154.174); Raphaela Cristina Nascimento Pereira Rodrigues (OAB/RJ 129.108); Renata Amaral Amorim Lemos (OAB/DF 18.041) e Luis Estanislau de Paula (OAB/MS 111.272)

Relator: Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALLANTI

TC-016.945/2013-1

Natureza: Representação

Advogado constituído nos autos: não há

Relator: Ministro-substituto ANDRÉ LUIS DE CARVALHO

TC-019.886/2003-3

Assuntos: TC-012.006/2003-9

Natureza: Denúncia

Advogados constituídos nos autos: Paulo César Pereira (OAB/MA nº 4.574); Emílio Ricardo Gomes Lima (OAB/MA nº 7.131); Kêiser Francisco de Azeite dos Santos (OAB/MA nº 4.779); Luis Guilherme Ramos Siqueira (OAB/MA nº 6.739); Apolônio Rocha Meira (OAB/MA nº 3.331); Miguel Yara Brito (OAB/MA nº 8.038); Sandro Silva de Sousa (OAB/MA nº 3.161); Isaque Ramos da Silva Junior (OAB/MA nº 7.025); Fernando André Pinheiro Gomes (OAB/MA nº 7.062) e Hernando da Sousa Mourão (OAB/MA nº 6.695)

Secretaria das Seções 3 de fevereiro de 2014

LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA

Substituto das Seções

#### Poder Judiciário

#### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 141 DE 28 DE JANEIRO DE 2014

Tema público e Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre de 2013.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO, Desembargador de Trabalho DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Art. 1º Fica publicado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre de 2013 (grupos 1 e dezembro de 2013), nos termos do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR

#### ANEXO

#### RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	DEBITOS FINANCEIROS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (a-b)
DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL, PLANO DE SEG. SOC. (a1)	391,00		391,00
Desembargador de Trabalho Desembargador de Trabalho			800,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trt1.jus.br/portal/portal.asp>, pelo código 0201014021000088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/06/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.







90

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 28, segunda-feira, 10 de fevereiro de 2014

Informação pública de acesso aos dados  
 PORTAL: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
 Para: 10, disponível de 10 de 10, com acesso em 10 de 10

Des. DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR  
 Presidente do Tribunal

JOSE CARLOS BATISTA MOURA  
 Diretor-Geral e Coordenador de Apoio

LUANA JOIA DE FREYRE COSTA BALBINO  
 Diretora da Secretaria de Planejamento e Finanças

MICHELLE DAS CHAGAS MENDONÇA  
 Chefe do Núcleo de Capacitação  
 Em substituição

MARCA MELLO DA COSTA  
 Diretora de Assessoria do Conselho Interno  
 Em substituição

# RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO/2013

LRP 40, 43 - Anexo VI	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	R SOBRE A RUL	RS ML
Despesa Total com Pessoal - DTP		531.181	0,0323	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - LMF		531.181	0,0323	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - LMF		531.181	0,0323	
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	VALOR	DISPONIBILIDADE DE CADA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	VALOR
Valor Total		33.505		33.505

Fonte: SIAFI-SGF/EXT 11-24/jan/2014 - 09h e 15m

Des. DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR  
 Presidente do Tribunal

JOSE CARLOS BATISTA MOURA  
 Diretor-Geral e Coordenador de Apoio

LUANA JOIA DE FREYRE COSTA BALBINO  
 Diretora da Secretaria de Planejamento e Finanças

MICHELLE DAS CHAGAS MENDONÇA  
 Chefe do Núcleo de Capacitação  
 Em substituição

MARCA MELLO DA COSTA  
 Diretora de Assessoria do Conselho Interno  
 Em substituição

(\*) Repetida em parte por se tratar de DDU nº 20, de 29-1-2014, Seção I, págs. 115 e 117, com inclusão do original nos Anexos V e VI, e cópia do Anexo VI.

## Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

### CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESOLUÇÃO Nº 264, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 43 do Estatuto do CONFEF, e

CONSIDERANDO a deliberação em reunião do Plêniário realizada em 03 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Código Processual de Ética que passa a fazer parte integrante desta Resolução, a ser utilizado pelo Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física no julgamento dos processos éticos e disciplinares.

Art. 2º - Os Conselhos Regionais de Educação Física deverão ser aprovados em reunião do Plêniário e enviados ao CONFEF para homologação.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Resolução CONFEF nº 152/009.

JOHNE STEINBERGER

Presidente

### CÓDIGO PROCESSUAL DE ÉTICA CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Os Conselhos Federal e Regionais de Educação Física - Sistema CONFEF/CRFEF, têm a responsabilidade institucional de apurar toda denúncia de fato que configure infração ao Código de Ética dos Profissionais de Educação Física e julgar

por deliberação própria, todo Profissional de Educação Física não registrado.

Parágrafo Único - A competência para proceder ao disposto no caput deste artigo é dos Conselhos Regionais de Educação Física - CRFEF, exceto em casos em que o próprio estatuto do Conselho Regional ou Regional, quando a competência vier do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF.

Art. 2º - A denúncia de qualquer infração decorrente de ato praticado mediante documento escrito e assinado pelo Denunciante, observando:

I - nome e qualificação do Denunciante;

II - nome e qualificação do Denunciado ou a indicação de elementos que levem à certeza da autoria;

III - descrição circunstanciada do fato, incluindo local, data, período e hora, se for o caso, nome de pessoas, testemunhas e indícios ou circunstâncias;

IV - prova documental que possa servir à apuração do fato e sua autoria;

V - indicação dos meios de prova que pretende produzir para o alegado, incluindo rol de testemunhas, sendo vedados os que a lei considera ilegítimos;

§ 1º - A falta dos elementos descritivos nos itens IV e V não é impedimento ao recebimento da denúncia, sendo objeto do mérito.

§ 2º - Caso alguma testemunha recuse a prestar depoimento ao Conselho Regional de Educação Física - CRFEF, após advertido o fato, o Denunciante poderá recorrer à respectiva OAB, por sua precedência, através do Conselho de Ética Profissional - CEP do CRFEF de abrangência onde a mesma reside.

Art. 3º - Após a identificação de que a denúncia se refere a infração ética, o Presidente do Conselho a remeterá à respectiva Comissão de Ética Profissional - CEP, para análise dos procedimentos previstos no Código de Ética.

§ 1º - O Presidente do Conselho poderá apresentar a denúncia, por meio de decisão fundamentada, caso identifique que as circunstâncias descritas não demonstram qualquer indício de infração ética.

§ 2º - Decidindo o Presidente do Conselho pelo arquivamento da denúncia, o Denunciante deverá ser notificado da falta de decisão.

§ 3º - De decisão dos Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais que determinar o arquivamento da denúncia ou representação caberá Recurso Hierárquico pelo Denunciante ao respectivo Conselho, que o examinará nos casos de denúncia envolvendo Profissionais do CEP do CRFEF e nos casos de denúncia envolvendo Conselheiros, ao Tribunal Superior de Ética - TSE, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da juntada dos autos de recebimento (AR) nos autos.

§ 4º - No caso de provimento ou recurso previsto no parágrafo anterior, a denúncia será imediatamente remetida ao CEP para análise dos procedimentos previstos neste Código.

§ 5º - Sendo improvido o recurso interposto pelo Denunciante, a denúncia será arquivada.

Art. 4º - Sendo como base os elementos colhidos durante os procedimentos preliminares, a CEP, por meio de parecer escrito e motivado, poderá:

I - opinar pela não recebimento da denúncia ou representação, supondo-se improvável a limitação por não constituir infração disciplinar específica;

II - instaurar o Procedimento de Sindicância - PS;

III - instaurar o Processo Ético e Disciplinar - PED com a respectiva Ponderação e Tipificação da infração;

IV - proferir, quando possível, o Procedimento de Conciliação - PC, com aprovação do mérito.

§ 1º - O PED tem caráter de monitoria do CEP, que decide pela manutenção, extinção ou sanção dos fatos e sua fundamentação, inclusive os elementos que ensejaram a instauração, quando for o caso.

§ 2º - No caso de instauração do PED, a decisão do Presidente da CEP conterá a descrição dos fatos ocorridos, a nome do Profissional de Educação Física envolvido e a indicação das demais circunstâncias que possam ser relevantes para a análise do fato, que poderá ter sido descumprida.

§ 3º - O PED tem caráter de monitoria do CEP, que decide pela manutenção, extinção ou sanção dos fatos e sua fundamentação, inclusive os elementos que ensejaram a instauração, quando for o caso. O PED não é cumprimento do processo. Uma vez descumprida a obrigação, não se arquivamento da denúncia. No caso de descumprimento de acordo a CEP proferirá a decisão do respectivo PED.

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO?		1	
(1 = SIM) (2 = NÃO)			

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª. REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R5 101

[illegible]

FONTE: SLAF: - NUC/COP-TRT | I - 03/FEV/2014 - 08h e 15M

Nota: 'A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR  
DESEMBARGADOR DO TRABALHO PRESIDENTE

JOSÉ COOPER BARISTA MOURA  
DIRETOR GERAL E ORDENADOR DA DESPESA

ALUANA JOIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO  
DIRETORA DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

NILCICLEIDE DAS CHAGAS MENDONÇA  
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE EM SUBSTITUIÇÃO

MARTA MELLO DA COSTA  
DIRETORA DA ASSESSORIA DO CONTROLE INTERNO EM SUBSTITUIÇÃO

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO?  
(1 = SIM, 2 = NÃO)

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
69 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL P/PLANO DE SEG.SOC.SERV < Identificação do Recurso Vinculado > < Identificação do Recurso Vinculado >				591,00	591,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	591,00	591,00	0,00
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	147,00	579,00	588,00	28449,00	28887,00	
27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO				163,00	178,00	
50 - RECURSOS NÃO FINAN.DIRETAMENTE ARRECADADOS				2962,00	4968,00	
51 - RECURSOS DE CONVÊNIOS				37,00	1186,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	147,00	579,00	588,00	31611,00	35219,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	147,00	579,00	588,00	32202,00	35810,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES						

FONTE: SIAFI - NUC/COP-TRT11, 03/FEV/2014 - 08H E 41M.

Nota: 'A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR  
DESEMBARGADOR DO TRABALHO - PRESIDENTE

JOSE COOPER BATISTA MOURA  
DIRETOR GERAL E ORDENADOR DE DESPESA

LUANA JOIA DE FIGUEIREDO COSTA SAMBINO  
DIRETORA DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

NÍCIOLEIDE DAS CHAGAS MENDONÇA  
CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE, EM SUBSTITUIÇÃO

MARTA MELLO DA COSTA  
DIRETORA DA ASSessorIA DO CONTROLE INTERNO, EM SUBSTITUIÇÃO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª. REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO/2013

LRF, art. 48 - Anexo VII


R\$ Mil

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	231.163	0,035233
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	464.830	0,070848
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	441.588	0,067306

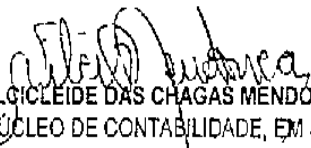
<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	32.202	35.810


FONTE: SIAFI/COP-TRT 11-24/jan/2014- 09h e 15m.

  
**DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR**  
 DESEMBARGADOR DO TRABALHO PRESIDENTE

  
**JOSÉ COOPER BATISTA MOURA**  
 DIRETOR GERAL E ORDENADOR DE DESPESA

  
**LUANA JOIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO**  
 DIRETORA DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

  
**NILCICLEIDE DAS CHAGAS MENDONÇA**  
 CHEFE DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE, EM SUBSTITUIÇÃO

  
**MARTA MELLO DA COSTA**  
 DIRETORA DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO, EM SUBSTITUIÇÃO



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

OFÍCIO TRT 18ª GP/DG/SOF Nº 03/2014

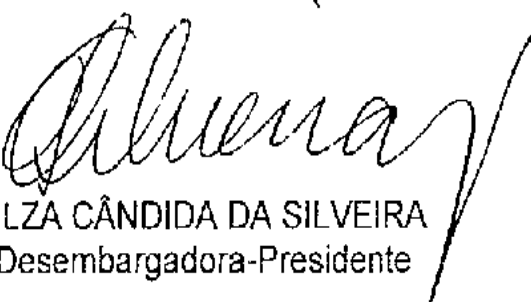
Goiânia, 30 de janeiro de 2014.

Assunto: Encaminha Relatório de Gestão Fiscal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 118, da Lei nº 12.708/2012 (LDO 2013), encaminho, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2013, que compreende as despesas realizadas no período de janeiro/2013 a dezembro/2013, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 30 de janeiro de 2013, páginas 177 a 179, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Atenciosamente,



ELZA CÂNDIDA DA SILVEIRA  
Desembargadora-Presidente

Nº 21, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

179



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

ROR - ANEXO VI, RF, art. 53, inciso II, alínea "b")  
DESTINAÇÃO DE RECURSOS

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
< Identificação do Recurso Vinculado >						
< Identificação do Recurso Vinculado >						
< Identificação do Recurso Vinculado >						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	10	37	611	37.102	37.139	
(0) - Recursos ordinários						
27 - Custas e Encargamentos - Poder Judiciário				516	516	
50 - Recursos não-funcionários diretamente arrecadados			180	725	754	
81 - Recursos de Convênio			876	1.632	2.476	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	10	37	1.667	39.973	40.853	
TOTAL (III) = (I + II)	10	37	1.667	39.973	40.885	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES						
FONTE						

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

ELIZA CÂNDIDA DA SILVEIRA  
Desembargadora Presidente

MARCOS BALDUÍNO DE OLIVEIRA  
Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA  
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

2

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO E SIM, NÃO

UNião - Poder Judiciário  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

RCF - ANEXO V CURE art. 34, inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a) - (b)	R\$ mil
< Identificação do Recurso Vinculado >				
< Identificação do Recurso Vinculado >				
< Identificação do Recurso Vinculado >				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)				
10 - Recursos Ordinários	31.797	638		31.159
27 - Cotas e Emplacamentos - Poder Judiciário	316			516
59 - Recursos não-financeiros diretamente arrecadados	934	180		754
R1 - Recursos de Convênios	3.351	876		2.476
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	42.599	1.214		
TOTAL (III) = (I) + (II)	42.599	1.214		40.885
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹				
FONTE: SIAF				

Nota: 1ª disponibilidade de caixa do RPPS em conformidade com o Plano Anual

ELZA CÂNDIDA DA SILVEIRA  
Desembargadora Presidente

MARCOS BALDUINO DE OLIVEIRA  
Diretor da Secretaria de Controle Interno

SUZANA LAGE FERREIRA  
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trf1.jus.br/portal/portal.asp>, pelo código 00012014013000178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



641	61	310	22.226	23.454	24.377	0
61	0	310	22.226	23.454	24.377	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0

FONTE: SIAFI 2013, COFIN/TRT17-R, 24jan2014, 15h46 min.

Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, e parágrafo único da LRF):

Des. MARCELLO MACIEL MANCILHA  
Presidente do Tribunal

CARLOS TADEU GOULART  
Diretor-Geral de Secretaria

ERNANI FERNANDES FILHO  
Diretor da Coordenadoria de Orçamento e Finanças

ANTÔNIO ROGÉRIO CARDOSO DA COSTA  
Diretor da Coordenadoria de Controle Interno

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2, DE 29 DE JANEIRO DE 2014

A DESEMBARCADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2013, período janeiro/2013 a dezembro/2013, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Publique-se no Diário Oficial da União e no Boletim Interno Eletrônico.

Des. ELZA CÂNDIDA DA SILVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trt18.jus.br/assinaturas.html>, pelo código 00012014013000177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/09/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO**

**OFÍCIO TRT 18ª GP/DG/SOF Nº 04/2014**

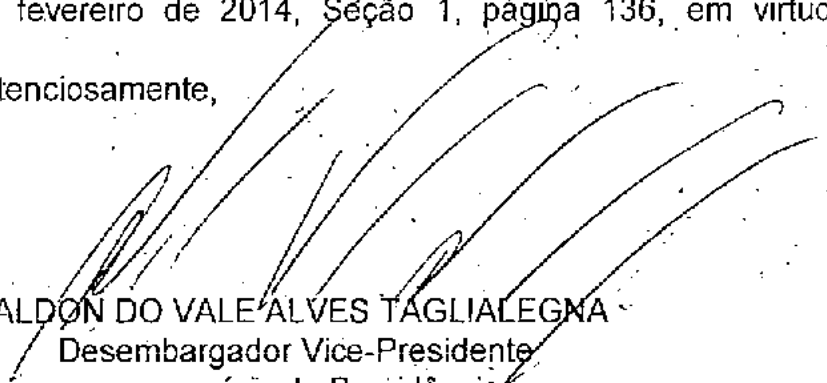
Goiânia,        de fevereiro de 2014.

**Assunto: Reencaminha Relatório de Gestão Fiscal**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 118, da Lei nº 12.708/2012 (LDO 2013), reencaminho, em anexo, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro/2013 a dezembro/2013, o qual foi republicado no Diário Oficial da União de 7 de fevereiro de 2014, Seção 1, página 136, em virtude de incorreção.

Atenciosamente,



**ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA**  
Desembargador Vice-Presidente  
no exercício da Presidência



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO  
Avenida Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, s/n  
Centro Administrativo Governador Augusto Franco – Capucho  
49080-190 – Aracaju-SE  
2105-8530 – dg@trt20.jus.br – www.trt20.jus.br

OFÍCIO DG.PR N.º 021/2014

Aracaju, 10 de fevereiro de 2014.

**Assunto:** Cópia da publicação do Relatório de Gestão Fiscal

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) c/c art 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), encaminho a V. Exª. cópia da publicação do **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**, relativo ao 3º *quadrimestre do exercício 2013*, publicado no Diário Oficial da União nº 20 - Seção 1, edição de 29/1/2014, páginas 120/121.

Por oportuno, informo a V. Exª. que o presente relatório foi disponibilizado no site [www.trt20.jus.br](http://www.trt20.jus.br), no item “Contas Públicas”.

Respeitosamente,



**RITA DE CÁSSIA PINHEIRO DE OLIVEIRA**  
Desembargadora-Presidente









PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

OFÍCIO GP Nº 22 /2014.

Teresina-PI, 03 de fevereiro de 2014.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, anexo, Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º Quadrimestre de 2013.

Despeço-me com meus cumprimentos cordiais, rendendo minhas homenagens.

Atenciosamente,

  
FRANCISCO METON MARQUES DE LIMA  
Desembargador Presidente

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO) 2

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 141

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	83.912,70	1.157,95	85.070,66
Pessoal Ativo	78.692,64	1.084,94	79.777,58
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.220,06	73,02	5.293,08
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	7.168,29	1.148,06	8.316,35
Indenizações por Demissão e incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	48,05	0,00	48,05
Despesas de Exercícios Anteriores	2.595,93	1.075,04	3.670,97
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.524,31	73,02	4.597,33
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	76.744,41	9,90	76.754,31

## APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		656.094.218,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,011697%	0,000002%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,017223%	112.999,11
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,016362%	107.349,15
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,015501%	101.699,20


## FONTE:

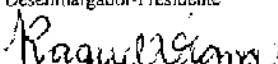
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

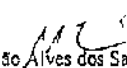
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

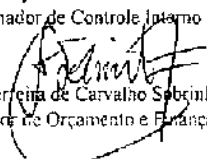
Requisição de Pequeno Valor (RPV): despesa liquidada R\$41.215,06

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC 101/2000 (LRF).

  
Francisco Meton Marques de Lima  
Desembargador-Presidente

  
Raquel Mendes Viana Monteiro  
Diretora-Geral de Administração

  
Adão Alves dos Santos  
Coordenador de Controle Interno

  
Antonio Ferreira de Carvalho Sobrinho  
Coordenador de Orçamento e Finanças

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1)  
 SIM? NÃO?

UNIAO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTICA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ mil

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 33, inciso VI, alínea "e")

23/01/2011

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
69 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	0,00	0,00	8,77	0,00	8,77	0,00
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0,00	0,00	0,00	73,02	73,02	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8,77</b>	<b>73,02</b>	<b>81,79</b>	<b>0,00</b>
06 - Recursos Ordinários	376,17	210,56	3464,79	40208,84	44370,72	0,00
27 - Custas e Emolumentos	0,00	89,67	0,00	10,23	99,90	0,00
81 - Recursos de Convênios	0,00	1,98	5,00	392,41	1120,49	0,00
50 - Recursos não-financeiros diretamente arrecadados	0,00	0,00	0,00	0,00	84,23	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>376,17</b>	<b>302,21</b>	<b>3469,79</b>	<b>40611,48</b>	<b>45575,33</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>376,17</b>	<b>302,21</b>	<b>3478,56</b>	<b>40684,50</b>	<b>45657,12</b>	<b>0,00</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Note: 'A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

*Francisco de Assis Marques*  
 Desembargador-Presidente

*Raquel Mendes Viana*  
 Raquel Mendes Viana Monteiro  
 Diretora-Geral de Administração

*Adão Alves dos Santos*  
 Coordenador de Controle Interno

*Antonio Ferreira de Carvalho Sobrinho*  
 Coordenador de Orçamento e Finanças

(1)  $\text{SIM} \rightarrow 2 = \text{NAO}$  2

JANEIRO A DEZEMBRO/2013

RS 1707

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
69 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	8,77	8,77	0,00
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	73,02	73,02	0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>81,79</b>	<b>81,79</b>	<b>0,00</b>
00 - Recursos Ordinários	44230,72	44260,37	10,35
27 - Custas e Emolumentos	99,90	99,90	0,00
81 - Recursos de Convênios	1120,48	399,39	721,09
50 - Recursos não-financeiros diretamente arrecadados	34,23	0,00	34,23
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
			0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>45575,33</b>	<b>44759,65</b>	<b>815,68</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>45657,12</b>	<b>44841,44</b>	<b>815,68</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES'</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota:** 'A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Antonio Ferreira de Carvalho Sobrinho  
Coordenador de Orçamento e Finanças



140

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 23, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014

## ANEXO I

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 31, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Grupos 1 e 2) (R\$ mil)			R\$ mil
	Liquidadas (a)	Potencial com Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	83.912,70	1.157,83	85.070,53	
Despesa Alínea	78.652,64	1.084,94	79.737,58	
Despesa com Pessoal	5.240,06	72,89	5.312,95	
DESPESA NÃO COMPLEMENTADA (II) - Art. 19, § 4º, Lei 1.134/1991	7.161,75	1.145,05	8.306,80	
Indenização por Demissão e Rescisão e Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Despesa Judicial	48,83	0,00	48,83	
Despesa com Despesa Administrativa	2.352,93	1.073,04	3.425,97	
Despesa com Despesa com Pessoal	4.809,82	73,05	4.882,87	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	15.244,11	0,00	15.244,11	
ANEXOS DO COMPLEMENTO DO LIMITE LOCAL				
RENTES SOBRE RECURSOS - R\$ mil				656.034.218,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - DTE SOBRE A RCP - VI = DTE (I) * 100	601.772,15	601.097,74	0,00002%	1.202.869,89
LÍMITE PROVISIONAL (art. 21, inciso II, Lei 1.134/1991)	601.772,15			1.202.869,89
LÍMITE PROVISIONAL (art. 21, inciso II, Lei 1.134/1991)	601.772,15			1.202.869,89
LÍMITE DE ALERTA (art. 21, inciso II, Lei 1.134/1991)	601.772,15			1.202.869,89

Notas:  
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) despesas liquidadas, compreendendo aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) despesas executadas que não foram liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei 4.320/64.  
2) Requisição de Pequeno Valor (RPV): despesa liquidada R\$ 41.213,39.  
3) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC 101/2000 (LRF).

## ANEXO II

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2013

RGF - Anexo V (LRF, art. 33, inciso II, alínea "a") DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a) - (b)	R\$ mil
	De Exercício Atual	De Exercícios Anteriores			
45 - Contribuição Patronal do Plano Set. Social-Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	
46 - Contribuição Patronal do Plano Set. Social-Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	
47 - Restos a Pagar	44.120,15	22.150,15	0,00	66.270,30	
48 - Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	
49 - Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	
50 - Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	
51 - Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	44.120,15	22.150,15	0,00	66.270,30	
TOTAL (III) = (I) + (II)	44.120,15	22.150,15	0,00	66.270,30	
RENTES SOBRE RECURSOS - R\$ mil	0,00	0,00	0,00	0,00	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO RPPS (IV) = (III) - (IV)	44.120,15	22.150,15	0,00	66.270,30	

Fonte: SIAFI Gerencial/CONTINT.  
Nota: (\*) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

## ANEXO III

UNIAO - PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 35, inciso III, alínea "a") DESTINAÇÃO DE RECURSOS		RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	DESPESAS NÃO LIQUIDADAS CANCELADAS (NÃO INSCRITAS POR SUPLEN- CIÊNCIA FINANCEIRA)	R\$ mil
		Liquidadas e Não Pagas		Empenhadas e Não Liquidadas				
		De exercícios an- teriores	De exercício	De exercícios Anter- iores	Do Exercício			
45 - Contribuição Patronal do Plano Setorial Social-Servidor		0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
46 - Contribuição Patronal do Plano Setorial Social-Servidor		0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
47 - Restos a Pagar		276,17	218,58	3.464,76	48.705,84		49.954,73	0,00
48 - Restos a Pagar		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
49 - Restos a Pagar		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
50 - Restos a Pagar		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
51 - Restos a Pagar		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO VINCULADOS (II)		276,17	218,58	3.464,76	48.705,84		49.954,73	0,00
TOTAL (III) = (I) + (II)		276,17	218,58	3.464,76	48.705,84		49.954,73	0,00
RENTES SOBRE RECURSOS - R\$ mil		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO RPPS (IV) = (III) - (RENTES)		276,17	218,58	3.464,76	48.705,84		49.954,73	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial/CONTINT.  
Nota: (\*) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

Des. FRANCISCO METON MARQUES DE LIMA  
Presidente do Tribunal

RAQUEL MENDES VIANA MONTEIRO  
Diretora-Geral de Administração

MÁRIO ALVES DOS SANTOS  
Diretor de Controle Interno

ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO SOBRINHO  
Coordenador de Orçamento e Finanças

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trt2.jus.br/portal/portal.asp>, pelo código 00012014011000140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**TRT 23ª Região**

Secretaria de Orçamento e Finanças

**Ofício n. 039/2014/TRT/SOF/DG**

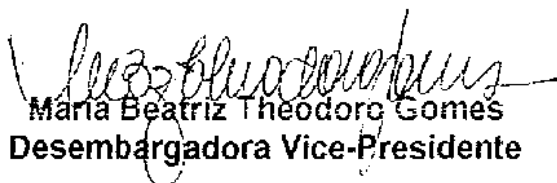
Cuiabá-MT, 03 de fevereiro de 2014.

**Assunto: Relatório de Gestão Fiscal - Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.**

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), comunico a Vossa Excelência a publicação do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2013, no Diário Oficial da União - Seção 1, páginas 181 e 182, no dia 30 de janeiro de 2014, por intermédio da Portaria TRT/DG/GP 0178, de 28 de janeiro de 2014.

Respeitosamente,

  
**Maria Beatriz Theodoro Gomes**  
**Desembargadora Vice-Presidente**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Senado Federal recebeu o Ofício nº 112, de 21 de fevereiro de 2014, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta ao Requerimento nº 1.300, de 2013, de informações, de autoria do Senador Alvaro Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Senado Federal recebeu o Ofício nº 220, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2006 (nº 4.310/2012, naquela Casa), do Senador Paulo Paim, que acrescenta art. 48-A à Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, para permitir refinanciamento de saldo de financiamento imobiliário com interveniência de novo agente financeiro credor.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 220/2014/SGM/P

Brasília, 24 de fevereiro de 2014

**Assunto:** Arquivamento de proposição prejudicada

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que determinei o arquivamento do Projeto de Lei n. 4.310/2012 (PLS n. 298/2006), de autoria dessa Casa, uma vez que foi declarado prejudicado pela Presidência da Comissão de Finanças e Tributação.

Atenciosamente, – **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência recebeu do Presidente Substituto do Banco Central do Brasil o **Aviso nº 4, de 2014-CN** (nº 9/2014-BCB, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 122 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, as Demonstrações Financeiras do Banco Central referentes ao 2º semestre de 2013.

É o seguinte o Aviso, na íntegra:

# AVISO

## Nº 4, DE 2014

Aviso 9/2014 - BCB

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Congresso Nacional  
Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes  
70160-900 Brasília – DF

Assunto: Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 2º semestre de 2013.

Senhor Presidente,

Encaminho a V.Exa., em anexo, as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao 2º semestre de 2013, conforme determina o parágrafo único do art. 122 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013). Informo que tais informações encontram-se disponíveis na página desta Instituição na internet ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)), conforme determina o *caput* do referido artigo.

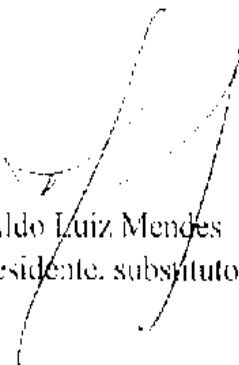
2. Cabe ressaltar que, na forma do art. 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), essas demonstrações são acompanhadas por notas explicativas contemplando:

- a) o impacto e o custo fiscal das operações deste Banco Central;
- b) o custo de remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional;
- c) o custo de manutenção das reservas cambiais, demonstrando a composição das reservas internacionais com metodologia de cálculo de sua rentabilidade e do custo de captação; e
- d) a rentabilidade da carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

3. Por oportuno, ressalto o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina, em seu art. 9º, § 5º, que este Banco Central, no prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre apresente, “em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços”.

4. No sentido de dar cumprimento ao dispositivo legal mencionado e considerando o disposto no § 5º do art. 9º do Regimento Comum do Congresso Nacional, este Banco Central coloca-se à inteira disposição para prestar os esclarecimentos necessários, em data que V.Exa. julgar mais conveniente para a realização da referida reunião.

Atenciosamente,



Aldo Luiz Mendes  
Presidente, substituto

Anexo: 1.





**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Diretoria de Administração

Departamento de Contabilidade e Execução Financeira

# **Demonstrações Financeiras**

31 de dezembro de 2013



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
 Em milhares de Reais

II, 2

	Notas 4	2013	2012 Representação
Receitas com juros		35.623.623	51.631.436
Despesas com juros		(129.893.273)	(124.172.355)
Resultado líquido com juros	24	(94.039.652)	(62.540.949)
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros classificadas como Valor Justo por Meio do Resultado, destinados à negociação	25	30.745.354	51.706.550
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros classificadas como Valor Justo por Meio do Resultado, por designação da administração	26	2.153.248	3.168.056
Ganhos (perdas) com moedas estrangeiras	27	4.762.115	2.419.873
Ganhos (perdas) com ouro monetário	28	11.244.595	4.12.411
Outras receitas	29	3.228.576	3.495.304
Outras despesas	29	(3.619.264)	(3.457.619)
<b>RESULTADO NO EXERCÍCIO</b>	30.1	<b>31.955.882</b>	<b>24.794.020</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE****R\$****Em milhares de Reais**

	<b>Notas</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>4</b>		<b>(Reapresentado)</b>
<b>RESULTADO NO EXERCÍCIO</b>	<b>30.1</b>	<b>31.955.882</b>	<b>24.794.030</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>23.3</b>	<b>(5.148.850)</b>	<b>2.520.627</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para resultados</b>		<b>5.242.589</b>	<b>(4.135.068)</b>
Participação em Organismos Financeiros Internacionais		1.993.389	1.115.232
Remensurações de Planos de Benefícios Definidos		3.248.201	(5.250.300)
<b>Itens que podem ser reclassificados para resultados</b>		<b>(10.391.439)</b>	<b>6.655.695</b>
Títulos Públicos Federais		(10.391.439)	6.655.695
<b>RESULTADO ABRANGENTE NO EXERCÍCIO</b>	<b>30.2</b>	<b>26.807.032</b>	<b>27.314.657</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Em milhares de reais

II, 4

	Notas	PATRIMÔNIO	RESERVA DE RESULTADOS	RESERVA DE REALIZAÇÃO	GANHOS (PERDAS) DO CONHECIMENTO DIRETAMENTE NO PATRIMÔNIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012 representado:</b>	<b>4</b>	<b>24.675.451</b>	<b>1.606.019</b>	<b>447.584</b>	<b>(7.995.711)</b>	<b>18.733.343</b>
Reinjeção da Reserva de Realização	23.2	6.282	-	6.285	-	-
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente ao Patrimônio Líquido	23.3	-	-	-	(5.540.046)	1.180.046
Resultado do 1º semestre de 2013	-	12.490.342	-	-	-	12.490.342
Resultado do 2º semestre de 2013	-	13.252.385	-	-	-	13.252.385
Resultado do 3º trimestre de 2013	30.1	24.791.630	-	-	-	24.791.630
Constituição da Reserva de Resultados	23.2	(6.154.116)	(935.386)	-	-	-
Resultado transferido ao Tesouro Nacional - 1º semestre de 2013	40.1.b	(12.490.342)	-	-	-	(12.490.342)
Resultado transferido ao Tesouro Nacional - 2º semestre de 2013	40.1.b	(13.252.385)	-	-	-	(13.252.385)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>4</b>	<b>24.675.451</b>	<b>1.624.505</b>	<b>447.584</b>	<b>(13.138.561)</b>	<b>18.596.394</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011 representado:</b>						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011 representado:</b>	<b>4</b>	<b>24.675.451</b>	<b>1.605.012</b>	<b>453.063</b>	<b>(10.516.335)</b>	<b>16.219.001</b>
Reinjeção da Reserva de Realização	23.2	6.285	-	6.287	-	-
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente ao Patrimônio Líquido	23.3	-	-	-	2.520.627	2.520.627
Resultado do 1º semestre de 2012	-	12.490.342	-	-	-	12.490.342
Resultado do 2º semestre de 2012	-	13.252.385	-	-	-	13.252.385
Resultado do 3º trimestre de 2012	30.1	24.791.630	-	-	-	24.791.630
Resultado transferido ao Tesouro Nacional - 1º semestre de 2012	40.1.b	(12.490.342)	-	-	-	(12.490.342)
Resultado transferido ao Tesouro Nacional - 2º semestre de 2012	40.1.b	(13.252.385)	-	-	-	(13.252.385)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012 representado:</b>	<b>4</b>	<b>24.675.451</b>	<b>1.626.019</b>	<b>447.584</b>	<b>(7.995.711)</b>	<b>18.733.343</b>

As mutações líquidas do patrimônio líquido são feitas diretamente das demonstrações patrimoniais.



**BANCO CENTRAL DO BRASIL****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE MOEDAS ESTRANGEIRAS**

R\$ b

Em milhares de Reais

	Nota	2013	2012
<b>Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais</b>		<b>6.770.395</b>	<b>(1.457.306)</b>
Recebimento de juros		12.540.440	13.362.617
Pagamento de juros		(6.965)	(10.699)
Venda (compra) de títulos		10.621.663	(20.806.281)
Compra de moedas estrangeiras		624.100	32.166.573
Aplicação de operações compromissadas		(27.475.330)	(11.131.161)
Resgate (aplicação) de depósitos a prazo		5.759.017	(2.754.010)
Aplicação de recursos sob administração externa		(11.616)	(12.221.275)
Constituição de depósitos passivos		2.410.608	1.573.189
Recebimentos em nome do Tesouro Nacional		49.037	28.308
Recebimento de créditos a receber		2.285.642	2.150.748
Pagamentos decorrentes de operações com derivativos		(23.422)	(27.520)
Compra de ouro		-	(3.806.577)
Outros (pagamentos) recebimentos		(2.644)	18.782
<b>Fluxo de Caixa Líquido</b>		<b>6.770.395</b>	<b>(1.457.306)</b>
<b>Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>6.770.395</b>	<b>(1.457.306)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.635.311	12.809.011
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	23.284.414	13.636.611
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		2.677.408	2.285.906

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS À ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

[Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente]

II 5

**1 - O BANCO E SUAS ATRIBUIÇÕES**

O Banco Central do Brasil (BCB), criado com a promulgação da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é uma autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e tem como missão assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. Está sediado em Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B e possui representações em nove outras unidades da federação.

Estas demonstrações financeiras foram apreciadas pela Diretoria Colegiada, que aprovou, em 12 de fevereiro de 2014, o seu encaminhamento para o Conselho Monetário Nacional (CMN). Conforme o previsto na Lei nº 4.595, de 1964, tiveram sua divulgação autorizada pelo CMN em 20 de fevereiro de 2014 e encontram-se publicadas no site do BCB na internet ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)).

**2 - APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras do BCB para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**2.1. Normas e alterações de normas já emitidas, que ainda não estão em vigor, e que não foram aplicadas antecipadamente pelo BCB**

- **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:** a aplicação obrigatória da IFRS 9, que estava prevista para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2015, foi prorrogada pelo IASB, para data ainda não definida, de forma a manter, para todas as fases do projeto, a mesma data efetiva de obrigatoriedade. Essa norma não foi aplicada antecipadamente pelo BCB e não é possível estimar seus possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.
- **Modificações à IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação:** em dezembro de 2011 o IASB emitiu uma revisão da IAS 32, modificando critérios para a aplicação de compensação entre ativos e passivos financeiros. Essa alteração tem aplicação obrigatória para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2014, não sendo possível, no momento, estimar os potenciais efeitos sobre as demonstrações financeiras do BCB.

**3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

A seguir, é apresentado um resumo das principais políticas contábeis utilizadas pelo BCB, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

**3.1. Apuração do resultado**

O resultado do BCB é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e, se positivo, é transferido ao Tesouro Nacional, após a constituição ou reversão de reservas, ou, se negativo, é por ele coberto (Notas 30.1 e 41.a).

**3.2. Reconhecimento de receitas e despesas de juros**

As receitas e despesas de juros são reconhecidas utilizando-se a taxa de juros efetiva das operações, a qual desconta o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos e prêmios.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultado incluem as receitas e despesas de juros dos ativos e passivos financeiros do BCB não classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado.

**3.3. Ativos e passivos em moedas estrangeiras**

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o Real, que representa a moeda do principal ambiente econômico de atuação da autarquia. Operações em moedas estrangeiras são convertidas para Reais pela taxa vigente na data das operações. A correção cambial referente a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras é apurada diariamente, com base na taxa de fechamento do mercado do câmbio livre, sendo os respectivos ganhos e perdas reconhecidos no

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

[Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente];

11.7

resultado mensalmente. O quadro a seguir apresenta as taxas cambiais utilizadas na data de fechamento do balanço:

	Reais / moeda	
	31.12.2013	31.12.2012
Dólar Estadunidense	2,3423	2,0432
Euro	3,2259	2,6949
Dólar Canadense	2,2021	2,0542
Libra Esterlina	3,8720	3,3025
Dólar Australiano	2,0937	2,1192
DES	3,6072	3,1402
Iene	0,0223	0,0237
Coroa Sueca	0,3638	0,3137
Coroa Dinamarquesa	0,4325	0,3513
Ouro ( <i>ounce-troy</i> )	2.310,5258	3.386,6040

As taxas de câmbio utilizadas são aquelas livremente fixadas pelos agentes e divulgadas pelo BCB, exceto a cotação do ouro, que é a *PM Fixing*, divulgada pela Bolsa de Londres, convertida para Reais pela taxa do dólar estadunidense da data do balanço. As taxas de câmbio são apuradas com base na média das cotações de transação no mercado interbancário à vista efetivamente fornecida por instituições credenciadas para realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira com o BCB (*dealers*), excluídas as duas maiores e as duas menores cotações.

O Direito Especial de Saque (DES) é a unidade contábil utilizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e tem sua taxa referenciada em uma cesta de moedas que são livremente utilizáveis em transações internacionais: atualmente o euro (EUR), o iene (JPY), a libra esterlina (GBP) e o dólar estadunidense (USD).

### 3.4. Ativos e passivos financeiros

#### 3.4.1 Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a entidade se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

O BCB realiza operações em que não recebe substancialmente todos os riscos e benefícios de ativos financeiros negociados, como nas operações de compra com compromisso de revenda. Nessa situação, os ativos negociados não são reconhecidos na contabilidade e os montantes aplicados são registrados no balanço patrimonial pelos valores adiantados.

#### 3.4.2 Baixa

Ativos financeiros são baixados quando:

- a) os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude de liquidação financeira, inexistência de perspectiva de realização ou perda do direito de realização; ou
- b) o BCB transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Não sendo possível determinar se houve retenção ou transferência substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados caso não haja retenção de controle sobre o ativo financeiro transferido.

Passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

O BCB realiza operações em que transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas detém o controle por meio da retenção de riscos e do direito às receitas e despesas. As

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

II. 8

principais operações com essas características são os compromissos de recompra e os empréstimos de títulos.

**3.4.3 Compensação entre ativos e passivos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor líquido quando existe a previsão legal e a intenção de que os pagamentos e recebimentos decorrentes sejam efetuados pelo saldo líquido. Operações com essas características são as realizadas no âmbito do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), demonstradas em créditos a receber ou a pagar, de acordo com o saldo apurado na data de fechamento do balanço.

**3.4.4 Classificação dos instrumentos financeiros**

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo por Meio do Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada. Os passivos financeiros não são objeto de classificação, sendo mensurados pelo custo amortizado, a exceção dos passivos financeiros derivativos, que são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**a) Valor Justo por Meio do Resultado**

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo por Meio do Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, em ocorrendo uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento derivativo;
- por decisão da Administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo.

**b) Mantidos até o Vencimento**

Compreende os ativos financeiros não derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

**c) Empréstimos e Recebíveis**

Inclui os ativos financeiros não derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

**d) Disponíveis para Venda**

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a Administração não possui expectativa determinada de venda. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido – sendo reconhecidos no resultado no momento da sua efetiva realização – enquanto os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

**3.4.5 Metodologia de avaliação**

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação, os quais fazem o maior uso possível de parâmetros objetivos de mercado, incluindo o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidisciplinar, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

19

O custo amortizado é o valor da data de reconhecimento, atualizado pelos juros contratuais utilizando-se a taxa de juros efetiva, menos eventuais amortizações e reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e suas classificações:

<u>Ativo em Moedas Estrangeiras</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Carta e Equivalentes de Caixa	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Recursos sob Administração Externa	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor justo - Administrador
Compromisso de Revenda	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Derivativos - Futuros	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor justo - Bolsas
Derivativos - Forward	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor justo - Modelos internos/Bloomberg
Trêfles	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor justo - Bloomberg
Créditos a Receber	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Participação em Organismos Financeiros Internacionais	Disponíveis para Venda	Valor justo - Valor de resgate em Reais
<u>Ativo em Moeda Local</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Carta e Equivalentes de Caixa	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Depósitos	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Derivativos - Swap	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor justo - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Derivativos - Equalização Cambial	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor justo - BCB
Títulos Públicos Federais	Disponíveis para Venda	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
Créditos a Receber - Instituições em Liquidação Extrajudicial	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor justo - Fluxo de caixa descontado
Créditos a Receber - Outros	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado
<u>Passivo em Moedas Estrangeiras</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Operações Contratuais a Liquidar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Instituições Financeiras	Outros Passivos	Custo amortizado
Compromisso de Resgate	Outros Passivos	Custo amortizado
Derivativos - Futuros	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor justo - Bolsas
Derivativos - Forward	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor justo - Modelos internos/Bloomberg
Contratos a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	Outros Passivos	Custo amortizado
<u>Passivo em Moeda Local</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Operações Contratuais a Liquidar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Instituições Financeiras	Outros Passivos	Custo amortizado
Compromisso de Resgate	Outros Passivos	Custo amortizado
Derivativos - Swap	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor justo - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Derivativos - Equalização Cambial	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor justo - BCB
Obrigações com o Governo Federal	Outros Passivos	Custo amortizado
Créditos a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	Outros Passivos	Custo amortizado

**3.4.6 Ajustes a valor recuperável de ativos financeiros**

O BCB efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras do emissor ou devedor;
- o não pagamento de parcelas da obrigação - do principal ou dos juros;
- renegociação ou abatimento;
- liquidação extrajudicial, falência e reorganização financeira;
- desaparecimento do mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

11.10

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é calculado pela diferença entre o valor do ativo na data da avaliação e o valor que se espera receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais, sendo o valor do ativo ajustado com o uso de uma conta retificadora e o valor da perda reconhecido no resultado.

As avaliações de perdas no valor recuperável de ativos financeiros são realizadas individualmente por um comitê multidisciplinar, a quem cabe verificar a propriedade dos valores e metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados na categoria Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda permanente, a perda acumulada reconhecida no patrimônio líquido deve ser transferida para a demonstração de resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não recebível, seu valor é baixado contra a conta de provisão. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão da provisão anteriormente reconhecida, o valor da reversão é reconhecido como receita, com exceção das participações societárias para as quais a provisão para perda não pode ser revertida.

### 3.4.7 Derivativos

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo desde a data da contratação e são demonstrados como ativo, quando o valor justo for positivo, e como passivo, quando o valor justo for negativo.

O BCB não aplica a contabilidade de *hedge* prevista na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e, assim, reconhece todos os ganhos e perdas na demonstração dos resultados.

### 3.5. Ouro

Tendo em vista que as IFRS não prevêem tratamento contábil para os investimentos em ouro monetário mantidos por bancos centrais, o BCB entende que o tratamento mais adequado para esse tipo de ativo seria aquele proveniente da aplicação da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro emitida pelo IASB.

Assim, os investimentos em ouro monetário são reconhecidos pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a entidade se compromete a efetuar a compra ou a venda. Após o registro inicial, os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo, calculado pela cotação *PM Fixing* da Bolsa de Londres, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

### 3.6. Bens móveis e Imóveis

Essa rubrica compreende os terrenos, edificações e equipamentos utilizados pelo BCB em suas atividades, bem como o acervo de obras de arte e metais preciosos, exceto ouro monetário (Nota 3.5), o que é contabilizada pelo custo, deduzida da depreciação acumulada, quando aplicável. No custo estão incluídas todas as despesas diretamente atribuíveis à aquisição ou construção do bem. Custos posteriores somente são adicionados ao custo dos bens se for provável e mensurável um incremento no fluxo financeiro decorrente desse acréscimo. As demais despesas de manutenção e reparo são reconhecidas no resultado.

Os terrenos, obras de arte e metais preciosos não são depreciados. Os demais ativos são depreciados pelo método linear, reconhecendo seu custo pela vida útil estimada dos bens.

a) edificações: 62,5 anos;

b) bens móveis: 5 anos para equipamentos de informática e veículos e 10 anos para outros materiais permanentes.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

It. 1.1

**3.7. Provisões para pagamento de passivos****3.7.1 Ações judiciais**

O BCB reconhece uma provisão quando existe um provável desembolso de recursos, desde que esse valor possa ser estimado com confiança. Quando o desembolso de recursos não for provável, mas apenas possível, nenhuma provisão é reconhecida.

**3.7.2 Benefícios pós-emprego**

O BCB patrocina planos de benefícios pós-emprego referentes a aposentadorias e pensões e a assistência médica, todos na modalidade de benefício definido.

Um plano de benefício definido é aquele em que o valor dos benefícios a que os servidores terão direito no momento da aposentadoria é previamente estabelecido, tendo em vista um ou mais fatores, tais como idade e tempo de contribuição.

O passivo reconhecido no balanço é o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos dos planos. O valor das obrigações é calculado anualmente por atuários independentes. Quando o valor justo dos ativos do plano supera o valor presente das obrigações, configurando-se um superávit atuarial, é reconhecido um ativo correspondente no balanço, na extensão dos benefícios esperados.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos na sua totalidade no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes.

**3.8. Imunidade tributária**

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, o BCB possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigado a recolher taxas e contribuições e a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

**3.9. Demonstração dos fluxos de caixa**

O objetivo da Demonstração dos Fluxos de Caixa é demonstrar a capacidade de uma entidade de gerar caixa para fazer face às suas necessidades de liquidez. Tendo em vista que o BCB é a instituição responsável pela liquidez do sistema financeiro e, portanto, detentor do direito de emissão, a Administração entende que a demonstração referente às suas operações deve se limitar àquelas em moedas estrangeiras, pois essas se encontram fora de sua prerrogativa de emissão.

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem o disponível em caixa e os depósitos à vista e a curtíssimo prazo, em moedas estrangeiras (Nota 5).

**4 - MUDANÇAS EMPREENDIDAS EM POLÍTICAS CONTÁBEIS, COM EFEITOS RETROATIVOS**

A partir de 1º de janeiro de 2013 foram empreendidas mudanças nas políticas contábeis, com efeitos retroativos, em relação aos benefícios aos empregados (IAS 19) e às operações com ouro.

**4.1. Benefícios aos empregados (IAS 19)**

Trata-se da implementação das modificações à IAS 19 – Benefícios aos Empregados, aprovadas pelo IASB em junho de 2011, que compreenderam: a eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas de planos de benefício definido (método do corredor); a eliminação de opções para a apresentação de ganhos e perdas relativas a esses planos; e o cálculo do retorno esperado sobre os ativos do plano com base na taxa útil zada para desconto da obrigação de benefício definido.

Tendo em vista os termos da modificação da IAS 19, a aplicação dos novos dispositivos deve ser feita retrospectivamente, exceto que a entidade não precisa ajustar o valor contábil dos ativos além da data da aplicação inicial – definida como o início do período imediatamente anterior ao da primeira demonstração financeira apresentada de acordo com a norma revisada.

Assim, as mudanças implementadas a partir de 1º de janeiro de 2013 retroagiram às demonstrações financeiras do período iniciado em 1º de janeiro de 2012. Os efeitos dessa alteração se

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

1, 12

concentram especialmente na reversão dos valores reconhecidos em períodos anteriores diretamente no patrimônio líquido como ganhos (perdas) atuariais, que passam a compor as receitas e despesas com juros no resultado do período. O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$85.697.

**4.2. Investimentos em ouro monetário**

Refere-se à mudança na política de contabilização dos investimentos em ouro monetário, que era tratado como instrumento financeiro classificado na categoria Disponíveis para Venda – aplicava-se, por analogia, a IAS 39. Considerando as especificidades desse ativo e o tratamento contábil adotado por outros bancos centrais, o BCB optou por mensurá-lo a valor justo não mas a partir da aplicação, por analogia, da IAS 39, e sim da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro emitida pelo IASB (Nota 3.5).

Essa alteração se justifica pelo fato de a estrutura conceitual do IASB prever que ganhos e perdas são atribuíveis ao resultado, a não ser que permitidos ou requeridos por uma norma específica. Como esse não é o caso do ouro monetário (a aplicação da IAS 39 se dava por analogia), concluiu-se que a alocação das variações do valor justo desses ativos ao resultado de cada exercício seria a prática mais apropriada para o reconhecimento e a divulgação dessas operações.

Tendo em vista que, de acordo com a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros, esse tipo de modificação na prática contábil deve se dar de forma retrospectiva, os seus efeitos retroagiram às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2004, quando se adotou a IAS 39, por analogia, para as operações com ouro.

Nesse sentido, os efeitos dessa alteração se concentram especialmente na reversão dos valores reconhecidos em períodos anteriores diretamente no patrimônio líquido como ajuste a valor justo de ouro, que passam a compor os resultados dos respectivos períodos, conforme a seguinte distribuição:

2004	457.569
2005	167.502
2006	268.022
2007	411.163
2008	16.323
2009	153.073
2010	503.276
2011	132.597
2012	93.604
<b>Total</b>	<b>2.705.119</b>

**4.3. Efeitos acumulados da aplicação retrospectiva**

Considerando os efeitos acumulados da aplicação de mudanças nas políticas contábeis em relação aos benefícios aos empregados (IAS 19) e às operações com ouro, os Resultados do Período e os Outros Resultados Abrangentes das demonstrações financeiras intermediárias e dos exercícios, a partir de 2004, são reapresentados, conforme o quadro a seguir:

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

II - 15

	Resultado do Período		Outros Resultados Abrangentes	
	Publicado	Reapresentado	Publicado	Reapresentado
2004	2.709.639	3.167.258	2.620.852	2.163.283
2005	(10.494.953)	(10.327.461)	(3.453.477)	(3.620.979)
2006	(13.392.751)	(13.124.739)	3.942.776	3.674.754
2007	(47.514.139)	(47.102.976)	(6.764.883)	(7.176.046)
2008	13.345.393	13.463.716	2.724.885	2.606.562
2009	5.609.044	6.062.117	(5.731.984)	(6.185.057)
2010	15.729.970	16.333.246	(4.133.728)	(4.737.004)
2011	23.471.410	23.603.997	2.878.165	2.745.576
2012	24.614.729	24.794.030	2.699.928	2.520.627

Tendo em vista as regras de transferências do resultado entre o BCB e o Tesouro Nacional explicitadas nas Notas 30.1 e 41.a, os efeitos desses ajustes se refletem não apenas em contas de resultado e de resultado abrangente (Notas 24 e 30), mas também na posição patrimonial de contas representativas dos Ganhos (Perdas) Reconhecidos Diretamente no Patrimônio (Nota 23.3) e das Obrigações com o Governo Federal (Nota 11).

**5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Em Moedas Estrangeiras</b>	<b>23.284.414</b>	<b>13.636.611</b>
Caixa	633.161	125.747
Depósitos à Vista	9.773.444	8.973.158
Depósitos em Curto Prazo	12.877.809	4.537.636
<b>Em Moeda Local</b>	<b>471.600</b>	<b>20.483</b>
<b>Total</b>	<b>23.756.014</b>	<b>13.657.094</b>

Os valores em moedas estrangeiras correspondem, principalmente, à parcela das reservas internacionais mantida pelo BCB como depósitos à vista e a curtíssimo prazo, de acordo com a política de administração de risco (Notas 35 a 39). Reservas internacionais são os ativos monetários disponíveis para a cobertura de desequilíbrios de pagamentos e, em algumas situações, para outras necessidades financeiras das autoridades monetárias de um país.

A variação no período decorre, principalmente, do maior volume de recursos investidos em depósitos em curtíssimo prazo, tendo em vista o aumento do montante de operações do Acordo de Recompra (*Repurchase Pool Facility*) no *Federal Reserve Bank*, bem como dos efeitos da variação cambial decorrente da depreciação do Real frente ao dólar estadunidense (Nota 3.3).

**6 - DEPÓSITOS****6.1. Em moedas estrangeiras**

Compreendem a parcela das reservas internacionais mantida pelo BCB como depósitos a prazo fixo em instituições financeiras, de acordo com sua política de administração de risco (Notas 35 a 39), no montante de R\$32.094.222 (R\$29.433.213 em 2012).

A variação no saldo desses depósitos pode ser explicada, basicamente, pelos efeitos da depreciação do Real frente ao dólar estadunidense (Nota 3.3) verificada no período.

**6.2. Em moeda local**

São depósitos constituídos por determinação legal, vinculados a ações judiciais em curso para as quais existe o reconhecimento de uma provisão (Nota 21.1) ou de um precatório a pagar (Nota 19.2). São remunerados pela taxa de juros efetiva dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

11. 14

de Liquidação e Custódia (taxa Selic) e, em função dessa vinculação, ficam indisponíveis até a decisão judicial sobre a questão em litígio. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo era de R\$1.513.242 (R\$1.428.823 em 2012).

**7 - RECURSOS SOB ADMINISTRAÇÃO EXTERNA**

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Fundo administrado pelo BIS</b>	<b>564.928</b>	<b>522.720</b>
<b>Programa de Gerenciamento Externo</b>	<b>14.731.842</b>	<b>12.570.015</b>
<b>Títulos</b>	<b>12.611.935</b>	<b>10.627.842</b>
Até 1 ano	4.027.458	3.115.504
1 - 5 anos	6.274.877	6.251.483
> 5 anos	2.309.600	1.460.875
<b>Fundos de Índices</b>	<b>1.198.195</b>	<b>1.152.615</b>
Ações	1.198.195	879.282
Renda Fixa	-	273.333
<b>Caixa / A receber</b>	<b>921.712</b>	<b>589.558</b>
<b>Total</b>	<b>15.296.770</b>	<b>13.092.735</b>

**7.1. Fundo administrado pelo BIS**

O fundo administrado pelo *Bank for International Settlements* (BIS) refere-se a investimento alocado no *Bank for International Settlements Investment Pool Inflation-linked Government Bond Fund* (BISIP ILF1), fundo voltado exclusivamente para aplicação das reservas internacionais de bancos centrais.

A carteira é gerenciada por três administradores externos, selecionados pelo BIS, cada um com uma estratégia de investimentos específica: a saber: estratégia de gestão ativa, estratégia de indexação aprimorada (*enhanced indexing*) e estratégia de gestão passiva.

Os cotistas do fundo podem requerer a retirada parcial ou integral de seus investimentos a qualquer momento, desde que, de acordo com o julgamento do BIS, o montante solicitado não impacte significativamente os preços de mercado dos ativos do fundo. O BIS fornece, entretanto, liquidez imediata caso a liquidação solicitada não seja implementada por condições de mercado.

**7.2. Programa de Gerenciamento Externo das Reservas Internacionais**

O Programa de Gerenciamento Externo das Reservas Internacionais (PGER) corresponde à terceirização da gestão de parte das reservas para instituições internacionais especializadas em administração de portfólios (gerentes externos), tendo como objetivo principal a transferência de conhecimento ao BCB.

Essas instituições fazem jus a uma taxa de administração, fixada em contrato, e são avaliados com base na carteira de referência definida pelo BCB, que também define as diretrizes para a aplicação dos recursos. Os ativos do PGER são mantidos em nome do BCB, sob a responsabilidade de custodiante global selecionado para esse propósito específico, não se incorrendo, portanto, em risco de crédito do administrador.

A variação no período decorre, principalmente, dos efeitos da variação cambial decorrente da depreciação do Real frente ao dólar estadunidense (Nota 3.3).

**8 - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS**

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura (Compromisso de Revenda) ou uma venda à vista concomitante à assunção do compromisso de recompra em data futura (Compromisso de Recompra). No mercado externo,



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

II, 15

o BCB normalmente contrata com a mesma contraparte uma operação de venda com compromisso de recompra (*repo*) concomitantemente a uma compra com compromisso de revenda (*reverse repo*), sendo que a liquidação financeira dessas operações ocorre de maneira independente.

No conjunto dessas operações, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias. As exceções são as operações conjugadas de compra (venda) a vista de moeda estrangeira com revenda (recompra) a termo, uma vez que a liquidação financeira ocorre somente contra pagamento na data pactuada, ou seja, o próprio recebimento/entrega da moeda negociada liquida a operação.

**8.1. Em moedas estrangeiras**

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Compromisso de Revenda</b>	<b>40.632.086</b>	<b>11.826.109</b>
<b>Mercado Externo</b>	<b>374.976</b>	<b>637.546</b>
Moedas	374.976	637.546
<b>Mercado Interno</b>	<b>40.257.110</b>	<b>11.188.563</b>
Moedas	40.257.110	11.188.563
<b>Compromisso de Recompra</b>	<b>375.385</b>	<b>636.357</b>
<b>Mercado Externo</b>	<b>375.385</b>	<b>636.357</b>
Moedas	375.385	636.357

**a) Compromisso de revenda:**

Nas operações realizadas no mercado externo, são recebidos em garantia títulos emitidos por governos centrais com classificação de risco *Aaa* pela Agência *Moody's*. As quantidades de títulos e os valores recebidos em garantia são continuamente monitorados e ajustados de acordo com parâmetros de preços e riscos. O cálculo da garantia necessária é efetuado considerando o conjunto das garantias por contraparte, com ajuste de margem sempre que as garantias oferecidas nas operações de *repo* forem superiores a 98% das garantias recebidas nas operações de *reverse repo*.

O BCB não sofre restrição quanto à venda, empenho, aluguel e transferência dos títulos recebidos em garantia, desde que os devolva na data final da operação. Estas garantias serão exercidas em caso de inadimplência de uma das partes de acordo com o preconizado pela *The Bond Market Association* (TBMA) e pela *International Securities Market Association* (ISMA) por meio dos documentos *Master Repurchase Agreement* ou *Global Master Repurchase Agreement*.

No mercado interno, o BCB está autorizado a realizar operações conjugadas de câmbio interbancário, por meio de leilões de venda a vista conjugados com leilões de recompra a termo de moeda estrangeira, no intuito de atender demanda de dólares e assegurar níveis adequados de liquidez do SFN.

No período, a variação mais relevante se verificou em relação as operações realizadas no mercado interno, associadas à atuação do BCB no mercado interbancário de câmbio, bem como em decorrência dos efeitos da depreciação do Real frente ao dólar estadunidense (Nota 3.3).

**b) Compromisso de recompra:**

Nas operações de recompra são oferecidos em garantia títulos emitidos por governos centrais com classificação de risco *Aaa* pela Agência *Moody's* existentes na carteira do BCB. Com o objetivo de se proteger dos riscos de crédito e de mercado, o BCB entrega títulos no montante de 98% do valor financeiro das operações de compromisso de recompra (*repo*). A forma de cálculo e de realização das garantias é idêntica às das operações de revenda.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

R\$ 16

**8.2. Em moeda local**

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Compromisso de Revenda</b>	<b>5.403</b>	<b>61.849.997</b>
Títulos	5.403	61.849.997
<b>Ativos vinculados em garantia</b>	<b>5.404</b>	<b>62.691.711</b>
<b>Compromisso de Recompra</b>	<b>569.885.481</b>	<b>597.214.923</b>
Títulos	528.733.563	585.844.844
Moedas Estrangeiras	40.151.918	11.370.079
<b>Ativos vinculados em garantia</b>	<b>536.543.925</b>	<b>559.244.695</b>
Com Livre Movimentação	183.720.184	285.351.503
Sem Livre Movimentação	352.823.741	273.893.192

As garantias nas operações compromissadas envolvendo títulos são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Selic, os quais são avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário, com o objetivo de proteger o credor dos recursos contra variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo a previsão de ajuste durante sua vigência, o doador de recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

As operações com compromisso de recompra podem ser constituídas com cláusula de "livre movimentação", em que os títulos podem ser objeto de venda definitiva, desde que sejam devolvidos na data de liquidação do compromisso, ou "sem livre movimentação", em que a venda definitiva não é permitida durante a vigência da operação. Por outro lado, as operações com compromisso de revenda são sempre formalizadas "sem livre movimentação".

A redução no saldo das operações de venda com compromisso de recompra deveu-se, principalmente, à redução do nível de liquidez da economia, em função da transferência de recursos do mercado para o Tesouro Nacional – decorrente de leilões de concessão na área petrolífera e da maior arrecadação de tributos – e do aumento do saldo de depósitos de instituições financeiras no período (Nota 18). Esse efeito foi atenuado pela atuação do BCB no mercado interbancário de câmbio, por meio de leilões de compra de moeda estrangeira.

No caso das operações de compra com compromisso de revenda, a variação em relação ao saldo no final de 2012 se justifica pela reversão das operações realizadas na última semana daquele exercício, para fazer face à necessidade de oferta de liquidez ao mercado.

**9 - DERIVATIVOS****9.1. Em moedas estrangeiras**

Na administração das reservas internacionais, o BCB faz uso de derivativos em suas operações rotineiras com o objetivo de viabilizar a estratégia de investimento estabelecida previamente pelo Comitê de Estratégia de Investimento ou de administrar a exposição ao risco de mercado com base nos pilares de segurança, liquidez e rentabilidade.

Tendo em vista esses objetivos, o Comitê de Estratégia de Investimento autorizou a realização de derivativos em moedas diversas daquelas utilizadas como *hedge* da dívida externa soberana, seguindo um modelo que explora o diferencial de taxa de juros nos países e um modelo de médio prazo de tendência que se baseia em fatores técnicos, ambos plenamente utilizados no mercado financeiro internacional.

O BCB utiliza os seguintes tipos de instrumentos derivativos em suas operações:

- a) *forwards* de moeda – instrumentos derivativos caracterizados pela troca de moedas (compra e venda) com liquidação em data futura e taxa prefixada. Essas operações são realizadas na modalidade de

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 17

balcão, diretamente com instituições financeiras, e seguem os padrões de administração de risco descritos nas Notas 35 a 39;

- b) contratos futuros de juros, títulos, índices e *commodities* – instrumentos derivativos caracterizados pela obrigação de pagar ou pelo direito de receber um determinado montante relacionado à variação nas taxas de juros, nos preços dos títulos de referência, nos índices ou nos preços de *commodities* em uma data futura, de acordo com o número e o tamanho dos contratos em aberto, a um determinado preço estabelecido no mercado. Essas operações são realizadas em bolsa com contratos padronizados e garantias constituídas em dinheiro, sendo que as variações nos preços dos contratos são ajustadas diariamente.

Em 31.12.2013				
Derivativo/Moeda	Posição Comprada	Posição Vendida	Ajuste Positivo	Ajuste Negativo
<b>Forward</b>				
1 - 6 meses			-	308
Dólar Australiano	73.279			308
Dólar Estadunidense	-	73.345	-	-
<b>Futuro de Índices</b>				
1 - 5 anos			-	-
Euro	491.038		-	-
Libra Esterlina	752.039	-	-	-
<b>Futuro de Juros</b>				
1 - 5 anos			-	-
Dólar Estadunidense		1.593.724	-	-
<b>Futuro de Títulos</b>				
1 - 5 anos			-	-
Dólar Estadunidense	6.101.172	2.011.594	-	-
> 5 anos			-	-
Dólar Estadunidense	-	1.051.776	-	-
Euro	5.479.332	10.083.381	-	-
<b>Total</b>			-	<b>308</b>

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

R\$ 10

**Em 31.12.2012**

<b>Derivativo/Moeda</b>	<b>Posição Comprada</b>	<b>Posição Vendida</b>	<b>Ajuste Positivo</b>	<b>Ajuste Negativo</b>
<b>Forward</b>				
1 - 6 meses			67.998	9.097
Dólar Canadense	-	210.800	-	-
Euro	145.863	-	-	-
Libra Esterlina	-	194.574	-	-
Iene	-	160.382	-	-
Coroa Norueguesa	154.435	-	-	-
Dólar da Nova Zelândia	-	241.588	-	-
Dólar de Cingapura	163.119	-	-	-
Coroa Sueca	147.533	-	-	-
Dólar Estadunidense	817.280	612.960	67.998	9.097
<b>Futuro de Índices</b>				
1 - 5 anos			-	-
Euro	586.890	-	-	-
Dólar Estadunidense	-	583.937	-	-
<b>Futuro de Commodities</b>				
1 - 5 anos			-	-
Dólar Estadunidense	17.120	337.682	-	-
<b>Futuro de Títulos</b>				
1 - 5 anos			-	-
Dólar Estadunidense	10.960.827	-	-	-
Dólar Australiano	-	3.302.132	-	-
> 5 anos			-	-
Dólar Estadunidense	684.588	1.441.681	-	-
Dólar Australiano	1.162.946	-	-	-
Euro	-	9.510.493	-	-
<b>Total</b>			<b>67.998</b>	<b>9.097</b>

Dadas suas características de troca de moedas, nas operações de *forward* não há constituição de garantias. Nas operações de futuros, as garantias são constituídas por depósitos que totalizavam R\$193.458 em 2013 (R\$236.036 em 2012).

O saldo de derivativos em moedas estrangeiras refere-se apenas às operações de *forward* de moedas, tendo em vista que as variações no valor justo dos contratos de futuros são liquidadas diariamente por meio de conta margem.

**9.2. Em moeda local**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
<b>Posição Ativa</b>	<b>27.855</b>	<b>15.197</b>
Swap	24.655	15.197
Outros	3.200	-
<b>Posição Passiva</b>	<b>1.079.227</b>	<b>-</b>
Swap	1.077.085	-
Outros	2.142	-

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

19

**9.2.1 Swap**

Na execução da política monetária e cambial, o BCB pode realizar operações de swap, referenciadas em taxas de juros e em variação cambial, com o objetivo de fornecer *hedge* cambial para as instituições financeiras e demais agentes econômicos.

Essas operações são contratadas por meio da realização de leilão em sistema eletrônico do BCB e registradas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), na forma de um contrato padrão.

O BCB efetua depósito de margem de garantia em títulos públicos federais, pelos preços de lastro aceitos nas operações compromissadas (Nota 8.2). Diariamente são efetuadas chamadas ou devoluções da margem, dependendo das variações dos swaps. A BM&FBovespa assume todo o risco de crédito das operações de swap.

Durante o primeiro semestre de 2013 venceram todos os contratos de swap cambial do tipo Swap Cambial com Ajuste Periódico (SCC) – cujo objeto de negociação é o diferencial entre a taxa de juros efetiva dos Depósitos Interfinanceiros (DI) e a variação da taxa de câmbio em relação ao dólar estadunidense – que estavam em aberto no final de 2012. A partir de junho de 2013, o BCB passou a assumir posição em contratos de swap cambial do tipo Swap Cambial com Ajuste Periódico Baseado em Operações Compromissadas de Um Dia (SCS), em que o objeto de negociação é o diferencial entre a taxa Selic e a variação da taxa de câmbio do Real em relação ao dólar estadunidense.

Na prática, esse novo instrumento é bem semelhante ao precedente, exceto pelo fato de utilizar a taxa Selic em vez do DI como referência de taxa de juros doméstica. Nas posições compradas dos referidos contratos, o BCB está ativo em taxa de juros doméstica (taxa Selic ou DI) e passivo em variação cambial mais cupom cambial, sendo este uma taxa representativa de juros em dólar estadunidense. Inversamente, nas posições vendidas, o BCB está ativo em variação cambial mais cupom cambial e passivo em taxa de juros doméstica (taxa Selic ou DI). Esses contratos têm valor nominal equivalente a US\$50 mil e ajuste financeiro diário. O valor das garantias é estipulado pela BM&FBovespa.

No quadro a seguir são demonstrados os valores nominais e os respectivos valores justos, por tipo de operação e por prazo de vencimento:

**31.12.2013**

	Valor Nominal			Valor Justo	
	Posição Comprada	Posição Vendida	Posição Líquida	Ativo	Passivo
1 mês	23.262.018	-	23.262.018	24.655	-
1 - 6 meses	106.781.565	-	106.781.565	-	718.192
6 - 12 meses	70.330.708	-	70.330.708	-	358.893
<b>Total</b>	<b>200.374.291</b>	<b>-</b>	<b>200.374.291</b>	<b>24.655</b>	<b>1.077.085</b>

**31.12.2012**

	Valor Nominal			Valor Justo	
	Posição Comprada	Posição Vendida	Posição Líquida	Ativo	Passivo
1 mês	4.270.915	(3.831.563)	439.352	1.470	-
1 - 6 meses	3.780.475	-	3.780.475	13.727	-
<b>Total</b>	<b>8.051.390</b>	<b>(3.831.563)</b>	<b>4.219.827</b>	<b>15.197</b>	<b>-</b>

**9.2.2 Equalização cambial**

A operação de equalização cambial entre o Tesouro Nacional e o BCB foi instituída por meio da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008, com o objetivo de dar maior transparência aos resultados das



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

II-20

operações da autoridade monetária e reduzir a volatilidade de seu resultado, derivada do descasamento entre ativos e passivos cambiais (Nota 37.3).

Por meio da equalização cambial, que apresenta características semelhantes a uma operação de swap, o custo de carregamento das reservas internacionais (representado pela diferença entre a rentabilidade da reserva e o custo médio de captação do BCB) e o resultado das operações de swap cambial efetuadas no mercado interno são transferidos à União, por intermédio do Tesouro Nacional. Esses valores são calculados diariamente, sendo apurado o saldo a pagar ou a receber no último dia útil do semestre, o qual será liquidado financeiramente seguindo as mesmas regras estabelecidas para a transferência ou cobertura do resultado (Notas 30.1 e 41.a).

Em 2013 o resultado da operação de equalização cambial foi de R\$31.685.433 negativos (R\$22.309.406 negativos em 2012), conforme demonstrado na Nota 40.1.

**10 - TÍTULOS****10.1. Em moedas estrangeiras**

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Títulos livres</b>	<b>763.304.951</b>	<b>692.023.006</b>
1 mês	4.847.982	428.080
1 - 6 meses	50.774.231	29.296.823
6 - 12 meses	56.723.011	14.387.175
1 - 5 anos	559.975.096	597.579.722
> 5 anos	51.984.631	50.331.206
<b>Total</b>	<b>763.304.951</b>	<b>692.023.006</b>

Referem-se a títulos prefixados e a títulos remunerados pela variação de índices de preços mais juros, de emissão de tesouros nacionais, de organismos supranacionais ou multilaterais e de agências, adquiridos pelo BCB conforme sua política de investimentos. Constituem parte das reservas internacionais e têm como principais objetivos diversificar os tipos de investimento e de riscos, incrementar a rentabilidade e manter diferentes níveis de liquidez.

Esses títulos estão classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado. O quadro a seguir demonstra o custo amortizado e o valor justo desses ativos:

	31.12.2013	31.12.2012
Custo amortizado	769.747.502	679.952.149
Ajuste a valor justo	3.557.449	12.070.857
<b>Contabilidade</b>	<b>763.304.951</b>	<b>692.023.006</b>

A variação na carteira de títulos em moedas estrangeiras ocorreu em função, principalmente, dos efeitos da depreciação do Real frente ao dólar estadunidense (Nota 3.3), moeda na qual está denominada parte significativa dessa carteira (Nota 37.2).

**BANCO CENTRAL DO BRASIL****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

II 21

**10.2. Em moeda local****Em 31.12.2013**

	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
<b>Títulos livres</b>	<b>49.948.754</b>	<b>1.628.139</b>	<b>28.885.304</b>	<b>175.251.662</b>	<b>127.539.999</b>	<b>393.453.858</b>
LTN	29.485.295	1.628.139	11.951.504	69.453.413	-	122.722.439
LFT	-	6	1.919.975	12.930.817	7.506.231	22.357.029
NTN-B	-	-	15.015.735	51.591.892	105.360.371	171.965.999
NTN-F	20.459.455	-	-	41.275.540	14.873.337	76.428.332
<b>Títulos vinculados a operações compromissadas</b>	<b>-</b>	<b>63.697.600</b>	<b>103.630.340</b>	<b>230.573.023</b>	<b>138.642.962</b>	<b>536.543.925</b>
LTN	-	31.274.667	31.017.175	139.594.709	-	201.866.551
LFT	-	32.422.933	60.256.210	23.031.732	5.007.001	129.577.935
NTN-B	-	-	4.356.955	48.253.624	90.101.753	142.772.325
NTN-F	-	-	-	18.892.958	43.414.131	62.307.109
<b>Títulos vinculados a garantias de operações</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.417.816</b>	<b>3.652.231</b>	<b>23.070.047</b>
LFT	-	-	-	19.417.816	3.652.231	23.070.047
<b>Títulos inegociáveis</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>103</b>	<b>137</b>	<b>240</b>
NTN-F	-	-	-	103	137	240
<b>Total</b>	<b>49.948.754</b>	<b>75.525.739</b>	<b>132.515.644</b>	<b>425.242.604</b>	<b>269.835.329</b>	<b>953.068.070</b>

**Em 31.12.2012**

	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
<b>Títulos livres</b>	<b>16.772.893</b>	<b>9.959.071</b>	<b>7.767.261</b>	<b>149.594.858</b>	<b>166.393.029</b>	<b>350.487.032</b>
LTN	-	9.959.054	7.767.261	62.820.586	-	80.747.021
LFT	-	15	-	19.106.117	-	19.128.133
NTN-B	-	131	-	34.112.374	134.310.788	168.423.294
NTN-F	16.772.893	-	-	93.553.081	32.082.240	82.408.814
<b>Títulos vinculados a operações compromissadas</b>	<b>-</b>	<b>70.097.431</b>	<b>23.200.903</b>	<b>353.054.867</b>	<b>104.041.414</b>	<b>550.244.695</b>
LTN	-	29.124.042	23.200.903	146.470.098	-	198.836.521
LFT	-	41.129.309	-	126.977.362	-	168.198.661
NTN-B	-	16.033.260	-	59.346.431	75.017.941	115.497.692
NTN-F	-	-	-	25.760.396	29.023.473	54.783.869
<b>Títulos vinculados a garantias de operações</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>490.281</b>	<b>-</b>	<b>490.281</b>
LFT	-	-	-	490.281	-	490.281
<b>Títulos inegociáveis</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>97</b>	<b>129</b>	<b>226</b>
NTN-F	-	-	-	97	129	226
<b>Total</b>	<b>16.772.893</b>	<b>88.817.102</b>	<b>31.028.264</b>	<b>503.140.103</b>	<b>270.434.572</b>	<b>910.222.934</b>

O BCB procura administrar sua carteira de maneira a dispor de instrumentos adequados à execução da política monetária, ou seja, a realização de operações de compra e venda de títulos, de forma definitiva ou compromissada. A composição dessa carteira, portanto, tende a acompanhar o perfil dos títulos da dívida pública mobiliária em poder do mercado, sendo que, para isso, o BCB, à medida que ocorrem os vencimentos dos títulos em sua carteira, a recompra por meio de compras em ofertas públicas do Tesouro Nacional, operações essas sempre efetuadas pelo preço médio pago pelos demais participantes do mercado.

As características dos títulos existentes na carteira do BCB são:

- Letra do Tesouro Nacional (LTN): rendimento prefixado definido pelo deságio sobre o valor nominal;
- Letra Financeira do Tesouro (LFT): rendimento pós-fixado definido pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurada no Selic (taxa Selic);
- Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B): rendimento pós-fixado definido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com pagamento semestral do cupom de juros de 6% a.a.;

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não sendo declarado de maneira diferente)

R. 22

- Nota do Tesouro Nacional Série F (NTN-F): rendimento prefixado definido pelo deságio sobre o valor nominal, com pagamento semestral de cupom de juros de 10% a.a.;
- Nota do Tesouro Nacional Série P (NTN-P): título nominativo e inalienável, atualizado pela Taxa Referencial (TR) e com juros de 6% a.a., pagos na data do resgate.

O quadro a seguir demonstra o custo amortizado e o valor justo desses títulos quando aplicável:

	31.12.2013			31.12.2012		
	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
<b>Disponíveis para Venda</b>	-	-	-	<b>234.491.730</b>	<b>10.416.863</b>	<b>244.908.593</b>
LTN	-	-	-	234.491.730	10.416.863	244.908.593
<b>Mantidos até o Vencimento</b>	<b>953.068.070</b>	-	<b>953.068.070</b>	<b>665.314.341</b>	-	<b>665.314.341</b>
LTN	324.608.940	-	324.608.940	26.494.951	-	26.494.951
LFT	175.005.072	-	175.005.072	187.705.075	-	187.705.075
NTN-B	314.736.327	-	314.736.327	313.921.417	-	313.921.417
NTN-F	138.715.441	-	138.715.441	137.192.572	-	137.192.572
NTN-P	240	-	240	225	-	225
<b>Total</b>	<b>953.068.070</b>	-	<b>953.068.070</b>	<b>899.806.071</b>	<b>10.416.863</b>	<b>910.222.934</b>

Durante o segundo semestre de 2013 houve a reclassificação da carteira remanescente de LTN que estava classificada na categoria Disponíveis para Venda para a categoria Mantidos até o Vencimento. Tal fato decorre do perfil de administração dessa carteira, cujas negociações têm ocorrido apenas na modalidade de venda com compromisso de recompra, o que não se caracteriza como uma venda efetiva e, assim, apresenta melhores características para a classificação na categoria Mantidos até o Vencimento.

O valor de Ganhos (Perdas) Reconhecidos Diretamente no Patrimônio Líquido a título de ajuste a valor justo dos títulos reclassificados (Nota 23.3) é amortizado na demonstração de resultado durante a vida remanescente dos papéis reclassificados.

A variação observada na carteira de títulos públicos federais do BCB decorreu da incorporação de juros no período (Nota 24), compensada, em parte, pelo resgate líquido de títulos e pelo ajuste a valor justo negativo daqueles que estavam classificados na categoria Disponíveis para Venda (Nota 23.3).

**11 - OPERAÇÕES COM O GOVERNO FEDERAL**

<b>Créditos com o Governo Federal</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Resultado de Equalização Cambial	10.970.069	9.900.595
Outros	1.048	41
<b>Total</b>	<b>10.971.117</b>	<b>9.900.636</b>
<b>Obrigações com o Governo Federal</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Conta Única do Tesouro Nacional	655.965.327	620.401.291
Resultado de Equalização Cambial	15.918.931	-
Resultado a Transferir	14.270.953	15.090.442
Outros	926.238	835.691
<b>Total</b>	<b>687.081.449</b>	<b>636.328.424</b>

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

II. 23

Por força de disposições legais, o BCB mantém relacionamento financeiro com o Tesouro Nacional, cujas principais operações aparecem detalhadas na Nota 40.1.

Os créditos com o Governo Federal correspondem, basicamente, ao resultado a receber apurado na operação de equalização cambial referente ao 2º semestre de 2012, cuja variação se deu pela incorporação de juros no período (Nota 40.1). No caso das obrigações com o Governo Federal, as variações são associadas ao comportamento do saldo da Conta Única do Tesouro Nacional e ao resultado do 2º semestre de 2013, incluindo a equalização cambial, a transferir ao Tesouro Nacional (Nota 40.1).

Em relação às obrigações com o Governo Federal, o saldo em 31 de dezembro de 2012 – informação comparativa – foi objeto de ajuste retroativo, como decorrência da aplicação de mudanças nas políticas contábeis em relação aos benefícios aos empregados (IAS 19) e às operações com ouro, conforme detalhado na Nota 4. A repercussão desses efeitos nas obrigações com o Governo Federal se justifica em função das regras de transferências de resultados entre o BCB e o Tesouro Nacional (Notas 30.1 e 41.a).

Obrigações com o Governo Federal	31.12.2012 (publicação)	Ajuste IAS 19	Ajuste Ouro	31.12.2012 (reapresentação)
Conta Única do Tesouro Nacional	620.401.291	-	-	620.401.291
Resultado a Transferir	12.299.626	85.697	2.705.119	15.090.442
Outros	836.691	-	-	836.691
<b>Total</b>	<b>633.537.608</b>	<b>85.697</b>	<b>2.705.119</b>	<b>636.328.424</b>

**12 – CRÉDITOS A RECEBER****12.1. Em moedas estrangeiras**

	31.12.2013	31.12.2012
<i>New Arrangements to Borrow</i>	4.102.379	3.239.477
Outros créditos a receber	450.174	128.337
<b>Total</b>	<b>4.552.553</b>	<b>3.367.814</b>

O saldo de créditos a receber em moedas estrangeiras em 31 de dezembro de 2013 refere-se, basicamente, à participação do BCB no *New Arrangements to Borrow* (NAB).

O NAB fundamenta-se no art. 7º do Convênio Constitutivo do FMI, que autoriza o organismo, em caso de escassez de determinada moeda, propor aos países membros a realização de empréstimos ao Fundo, de forma complementar às suas quotas (Nota 14), em termos e condições acordados entre as partes, com o objetivo de reforçar a capacidade financeira do organismo.

Os créditos do NAB são denominados em DES e remunerados por taxas determinadas semanalmente com base na média ponderada das taxas de juros representativas de débitos de curto prazo no mercado monetário dos países cujas moedas constituem o DES (Nota 3.3). O vencimento dessas operações é de cinco anos, com a possibilidade de liquidação antes desse prazo no caso de o tomador de recursos antecipar o pagamento ao Fundo. Os recursos disponibilizados no NAB não contam com garantias reais.

A variação do saldo deve-se basicamente à liberação de recursos no âmbito do NAB no montante de DES 199,4 milhões e à depreciação do Real frente ao DES no período (Nota 3.3).

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

91/24

**12.2. Em moeda local****Em 31.12.2013**

	<b>Custo Amortizado</b>	<b>Ajuste a Valor Justo</b>	<b>Contabilidade</b>
<b>Valor Justo por Meio do Resultado - Designação</b>	<b>41.971.681</b>	<b>(16.009.267)</b>	<b>25.962.414</b>
<b>Créditos parcelados</b>	<b>41.971.681</b>	<b>(16.009.267)</b>	<b>25.962.414</b>
Banco Nacional - Em Liquidação Extrajudicial	28.969.456	(10.844.773)	18.124.683
Banco Econômico - Em Liquidação Extrajudicial	10.381.866	(3.905.790)	6.476.076
Banco Bamerindus - Em Liquidação Extrajudicial	2.164.830	(888.926)	1.275.904
Banco Banorte - Em Liquidação Extrajudicial	455.529	(369.778)	85.751
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>	<b>12.900.831</b>	<b>-</b>	<b>12.900.831</b>
Empréstimos vinculados a crédito rural	11.223.351	-	11.223.351
Centrus	1.538.119	-	1.538.119
Outros	139.361	-	139.361
<b>Total</b>	<b>54.872.512</b>	<b>(16.009.267)</b>	<b>38.863.245</b>

**Em 31.12.2012**

	<b>Custo Amortizado</b>	<b>Ajuste a Valor Justo</b>	<b>Contabilidade</b>
<b>Valor Justo por Meio do Resultado - Designação</b>	<b>70.435.090</b>	<b>(32.111.082)</b>	<b>38.324.008</b>
<b>Créditos originais</b>	<b>67.511.719</b>	<b>(31.026.105)</b>	<b>36.585.614</b>
Banco Nacional - Em Liquidação Extrajudicial	33.569.521	(14.254.525)	19.334.996
Banco Econômico - Em Liquidação Extrajudicial	34.022.198	(16.771.580)	17.250.618
<b>Créditos parcelados</b>	<b>2.923.371</b>	<b>(1.084.977)</b>	<b>1.738.394</b>
Banco Bamerindus - Em Liquidação Extrajudicial	2.332.547	(696.361)	1.436.186
Banco Banorte - Em Liquidação Extrajudicial	490.824	(388.616)	102.208
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>	<b>1.463.648</b>	<b>-</b>	<b>1.463.648</b>
Empréstimos vinculados a crédito rural	151.406	-	151.406
Centrus	1.208.301	-	1.208.301
Outros	103.941	-	103.941
<b>Total</b>	<b>71.898.738</b>	<b>(32.111.082)</b>	<b>39.787.656</b>

**12.2.1 Valor Justo por Meio do Resultado – Designação**

Referem-se basicamente aos créditos do BCB com as instituições em liquidação, originários de operações de assistência financeira (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – Proef) e de outras operações, como saques a descoberto na conta Reservas Bancárias, saldo negativo em operações do CCR, *Time Deposit* e multas pecuniárias.

Com a edição da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, os créditos do BCB com as instituições em liquidação tornaram-se passíveis de pagamento à vista ou parcelado, mediante requerimento do devedor, com descontos de 25% a 45% incidentes sobre os encargos.

Com base nesse instrumento legal, os bancos em liquidação extrajudicial Nacional e Econômico firmaram, em junho de 2013, termos de parcelamento e de pagamento à vista de suas dívidas junto ao BCB. O Nacional parcelou todas as suas dívidas em 180 meses, enquanto o Econômico amortizou R\$12.732.177 do saldo devedor de suas operações, parcelando o restante em 180 prestações mensais.



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 25

Para os contratos originários do Proer, o valor das prestações pactuadas é atualizado mediante a incidência dos encargos contratuais, na forma da legislação de regência do Programa. De acordo com o previsto nos contratos, esses encargos correspondem ao custo médio dos títulos e direitos creditórios dados em garantia, acrescidos de 2% ao ano. No caso dos contratos relativos às demais dívidas, o valor de cada prestação mensal é atualizado exclusivamente mediante a aplicação da TR acumulada mensalmente, conforme dispõe o art. 9º caput, da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991. Caso seja cessado o regime de liquidação extrajudicial, seja caracterizada massa superavitária ou haja outro fundamento legal para afastar a incidência da TR, as prestações mensais passarão a ser atualizadas pela taxa Selic.

O termo de parcelamento firmado não implica novação da dívida, cabendo destacar que a inadimplência do devedor pode ensejar a rescisão do termo, com a dívida retornando à situação original. A efetivação do parcelamento também não implica automático encerramento do regime especial, que pode ser avaliado em momento oportuno, se for o caso, de acordo com as condições estabelecidas na Lei nº 8.024, de 13 de março de 1974.

Esses créditos são classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado, por designação da administração do BCB. O valor justo dos créditos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa contratados, apurado por meio da utilização de taxas de mercado equivalentes (Nota 32).

**12.2.2 Empréstimos e Recebíveis****a) Empréstimos vinculados a crédito rural**

Trata-se de empréstimos às instituições financeiras com recursos provenientes do recolhimento compulsório das deficiências de aplicação em crédito rural. Tais empréstimos são concedidos mediante solicitação das instituições financeiras e são limitados ao valor do próprio recolhimento compulsório, devendo ser aplicados em operações de crédito rural.

Esses empréstimos têm prazo máximo de doze meses e, no caso de recursos da poupança rural, estão sujeitos à incidência de encargos financeiros representados pela TR.

A variação no saldo dos empréstimos vinculados a crédito rural ocorreu em função do aumento das deficiências de aplicação em crédito rural no período, com consequente incremento desse tipo de operação.

**b) Centrus**

Compreendem os créditos a receber da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus) decorrentes:

- de alterações promovidas em 2009 no regulamento do plano de benefícios da Fundação, que contemplaram a elevação da cola básica das pensões por morte, gerando crédito ao patrocinador na proporção do benefício concedido;
- da destinação do superávit do plano de benefícios da Fundação, com reversão de valores ao patrocinador, aos assistidos e ao participante autopatrocinado, conforme aprovado pela Portaria nº 192, de 14 de abril de 2011, e pela Portaria nº 504, de 23 de setembro de 2013, ambas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Conforme termo de acordo celebrado entre o BCB e a Centrus, os recursos decorrentes de alterações no regulamento do plano de benefícios e da destinação do superávit, aprovada pela Portaria nº 192, de 2011, vêm sendo transferidos mediante solicitação do patrocinador e são remunerados pela taxa equivalente à rentabilidade obtida pela Fundação nas aplicações em títulos públicos federais, inclusive em fundos de curto prazo lastreados nesses títulos.

Os recursos referentes à destinação do superávit aprovada pela Portaria nº 504, de 2013, vêm sendo recebidos de forma parcelada e são atualizados considerando os índices da meta atuarial (IPCA adicionado de juros de 4% a.a.).

A variação observada em relação a 31 de dezembro de 2012 decorre, basicamente, do reconhecimento da destinação do superávit do plano aprovada pela Portaria nº 504, de 2013, compensado em parte pelo recebimento da parcela dos créditos referentes a reversão de contingências fiscais reconhecidas em 2012 (Nota 40.2).

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

(R\$ 26

**13 - OURO**

	31.12.2013	31.12.2012
Custo	5.101.333	4.449.918
Ajuste a valor justo	970.595	2.866.704
<b>Contabilidade</b>	<b>6.072.028</b>	<b>7.316.622</b>

O BCB, a exemplo dos demais bancos centrais, mantém parte das reservas internacionais do País em ouro, estando prontamente disponível para as autoridades monetárias, de maneira não condicional. Não obstante a mudança empreendida na política de contabilização do ouro (Nota 4), isso não se refletiu em modificação no valor dos ativos, tendo em vista que já era mensurado a valor justo.

A variação se justifica pelo ajuste a valor justo negativo do ouro e pelos efeitos da correção cambial no período (Notas 3.3 e 28).

**14 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS**

A participação do BCB em organismos financeiros internacionais compreende quotas do FMI (1,79% do patrimônio do Fundo) e ações do BIS (0,55% do capital). O percentual do capital desses organismos detido pelo BCB não representa controle ou influência significativa em sua administração ou nas decisões desses organismos, o que determina sua contabilização de acordo com a IAS 39.

Esses ativos são classificados na categoria Disponíveis para Venda, sendo seu valor de mercado expresso pelo valor, em Reais, da participação do Brasil nos organismos.

	31.12.2013	31.12.2012
Fundo Monetário Internacional	15.332.191	13.347.420
<i>Bank for International Settlements</i>	69.739	76.122
<b>Total</b>	<b>15.421.930</b>	<b>13.425.542</b>

A variação do saldo no período decorreu do ajuste a valor justo positivo (Nota 23.3), tendo em vista a depreciação do Real frente ao DES (Nota 3.3).

**15 - BENS MÓVEIS E IMÓVEIS****2013**

	Metais preciosos sob formas diversas	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Obras de Arte e Acervo do Museu	Total
<b>Saldo em 31.12.2012</b>	<b>12.459</b>	<b>256.324</b>	<b>360.518</b>	<b>98.691</b>	<b>30.172</b>	<b>778.264</b>
Custo	12.459	256.324	429.114	238.891	30.172	1.011.630
Depreciação acumulada	-	-	(82.546)	(140.700)	-	(233.296)
Provisão para Perdas	(42)	-	-	-	-	(42)
<b>Movimentação em 2013</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.312</b>	<b>(8.304)</b>	<b>-</b>	<b>9.008</b>
Aquisições/Construções	-	-	27.423	17.700	-	45.123
Vendas/Perdas	-	-	-	(27.052)	-	(27.052)
Reversão de Provisão para Perdas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	(10.903)	(25.644)	-	(36.547)
Reversão Depreciação	-	-	-	25.696	-	25.696
<b>Saldo em 31.12.2013</b>	<b>12.459</b>	<b>256.324</b>	<b>397.933</b>	<b>90.387</b>	<b>30.172</b>	<b>787.272</b>

**BANCO CENTRAL DO BRASIL****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

R. 27

2012	Metais preciosos sob formas diversas	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Obras de Arte e Acervo do Museu	Total
<b>Saldo em 31.12.2011</b>	<b>38.482</b>	<b>256.324</b>	<b>369.158</b>	<b>91.117</b>	<b>30.142</b>	<b>785.223</b>
Custo	38.750	256.324	451.648	273.285	30.142	1.050.147
Depreciação acumulada	-	-	(82.488)	(152.168)	-	(264.656)
Provisão para Perdas	(268)	-	-	-	-	(268)
<b>Movimentação em 2012</b>	<b>(26.023)</b>	<b>-</b>	<b>11.460</b>	<b>7.574</b>	<b>30</b>	<b>(6.959)</b>
Aquisições/Construções	-	-	21.568	31.580	30	53.178
Vendas/Revis	(26.040)	-	-	(65.484)	-	(91.524)
Reversão de Provisão para Perdas	226	-	-	-	-	226
Depreciação	-	-	(10.108)	(20.538)	-	(30.646)
Ganho de Depreciação	-	-	-	65.206	-	65.206
<b>Saldo em 31.12.2012</b>	<b>12.459</b>	<b>256.324</b>	<b>380.618</b>	<b>98.691</b>	<b>30.172</b>	<b>778.264</b>

**16 - OUTROS ATIVOS**

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Em Moeda Local</b>	<b>1.319.364</b>	<b>754.283</b>
Superávit Atuarial - Centrus (Nota 21.2)	1.251.008	682.633
Outros	68.356	71.650
<b>Total</b>	<b>1.319.364</b>	<b>754.283</b>

**17 - OPERAÇÕES CONTRATADAS A LIQUIDAR**

Referem-se basicamente a operações contratadas e ainda não liquidadas na data do balanço, cuja liquidação financeira se dará em até três dias. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo de operações contratadas a liquidar, em moedas estrangeiras e em moeda local, era de R\$7.538.885 e R\$12.084 (R\$76.880 e R\$32.811 em 2012), respectivamente.

A variação no saldo das operações em moedas estrangeiras se justifica por uma maior concentração de operações a liquidar em 31 de dezembro de 2013 em comparação a igual período de 2012.

**18 - DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Em Moedas Estrangeiras</b>	<b>1.565</b>	<b>1.453</b>
<b>Em Moeda Local</b>	<b>359.095.050</b>	<b>320.097.305</b>
Recursos à Vista	45.457.358	45.936.716
Recursos a Prazo	73.982.149	64.600.897
Depósitos de Poupança	16.213.827	95.569.420
Exigido Adicional	19.993.673	111.649.700
Outros	13.448.043	2.340.572
<b>Total</b>	<b>369.096.715</b>	<b>320.098.758</b>

Os depósitos de instituições financeiras em moeda local constituem-se, principalmente, dos recolhimentos compulsórios, os quais representam tradicional instrumento de política monetária, desempenhando função de estabilizadores da liquidez da economia.

Esses depósitos são calculados sobre o saldo médio diário dos valores captados pelos bancos e podem ser exigidos em espécie ou em títulos públicos federais, sendo que os depósitos constituídos em espécie representam um passivo à vista do ECB.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

II. 28

Atualmente, os principais recolhimentos compulsórios em espécie possuem as seguintes alíquotas e taxas de remuneração:

- a) sobre recursos à vista – alíquota de 44%, sem remuneração;
- b) sobre recursos a prazo – alíquota de 20%, remunerados pela taxa Selic;
- c) sobre depósitos de poupança – alíquota de 20% (18% poupança rural), remunerados com base na TR + 6,17% ao ano ou 70% da Meta Selic + TR;
- d) exigibilidade adicional – incidente sobre a soma dos recursos a prazo (alíquota de 11%) e dos depósitos de poupança (alíquota de 10%), remunerada pela taxa Selic.

A variação no saldo de depósitos de instituições financeiras está associada à flutuação dos valores sujeitos a recolhimento e às alterações nas regras dos principais recolhimentos compulsórios verificadas no período.

Os recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista juntamente com o Meio Circulante (Nota 22), integram o conceito econômico de base monetária, cujas variações evidenciam a emissão primária de moeda. Em 2013, os recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista apresentaram uma redução de R\$479.358 (redução de R\$5.528.925 em 2012).

**19 - CRÉDITOS A PAGAR**

O saldo de créditos a pagar compreende:

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Em Moedas Estrangeiras</b>	<b>10.416.377</b>	<b>9.067.027</b>
Alocações de DES	10.416.377	9.067.027
<b>Em Moeda Local</b>	<b>876.655</b>	<b>839.300</b>
Precatórios a Pagar	547.655	622.880
Outros	228.999	216.420
<b>Total</b>	<b>11.293.032</b>	<b>9.906.327</b>

**19.1. Em moedas estrangeiras**

As alocações de DES são recursos disponibilizados pelo FMI aos países membros, proporcionais às suas quotas de participação, sem data de vencimento, sobre cuja utilização incidem juros (pagos trimestralmente) calculados às taxas do DES, divulgadas pelo próprio Fundo. Os DES decorrentes dessas alocações compõem as reservas internacionais (Nota 5) e são remunerados pelas mesmas taxas da obrigação.

A variação no saldo de créditos a pagar em moedas estrangeiras deve-se, basicamente, aos efeitos da variação cambial ocorrida no período (Nota 3.3).

**19.2. Em moeda local**

Segundo dispõe o § 5º do art. 100 da Constituição Federal, as entidades de direito público devem incluir nos seus orçamentos dotação necessária à cobertura dos precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de cada ano, para pagamento até o final do exercício seguinte.

Com a edição da Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000, os precatórios decorrentes de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, ressalvados, entre outros, os créditos de natureza alimentícia e de pequeno valor.

Em atenção ao disposto no art. 28 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2014), as dotações aprovadas na lei orçamentária anual destinadas ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, serão descentralizadas aos

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando o contrário for indicado)

II. 29

tribunais requisitantes dos precatórios aos quais competirá efetuar os pagamentos aos beneficiários. Em virtude disso, os recursos orçamentários e financeiros não transitarão pelo BCB (entidade devedora). O saldo existente em 31 de dezembro de 2013 refere-se aos precatórios a serem pagos nos exercícios de 2014 e seguintes.

**20 - DEPÓSITOS DE ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS**

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Em Moedas Estrangeiras</b>	<b>12.164.179</b>	<b>9.547.147</b>
Banco Interamericano de Desenvolvimento	179.848	57.227
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	21.477	19.214
Fundo Monetário Internacional	11.962.035	9.470.292
Outros	819	414
<b>Em Moeda Local</b>	<b>7.640</b>	<b>4.578</b>
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Praia	7.640	4.578
<b>Total</b>	<b>12.171.819</b>	<b>9.551.725</b>

Os depósitos de organismos financeiros internacionais correspondem, principalmente, aos depósitos à vista que o FMI mantém no País. Outros organismos internacionais mantêm disponibilidades no BCB para fazer face às suas despesas administrativas.

A variação do saldo de depósitos junto ao FMI refere-se principalmente à depreciação do Real frente ao DES no período (Nota 3.3).

**21 - PROVISÕES**

	31.12.2013	31.12.2012
Ações Judiciais	3.963.437	3.775.604
Passivo Atuarial	23.502.577	25.119.733
Devolução de valores	2	-
<b>Total</b>	<b>27.466.016</b>	<b>28.895.337</b>

**21.1. Provisões para ações judiciais**

O BCB era parte em 9.421 ações em 31 de dezembro de 2013 (3.200 no polo ativo, 6.212 no polo passivo e 9 tendo o BCB como interessado) em função de assuntos diversos, entre os quais planos econômicos, reclamações trabalhistas, liquidações de instituições financeiras e privatizações (em 31 de dezembro de 2012, o total era de 10.101, sendo 3.255 no polo ativo, 6.839 no polo passivo e 6 tendo o BCB como interessado).

A área jurídica avalia todas essas ações judiciais levando em consideração o valor em discussão, a fase processual e o risco de perda, que é calculado com base em decisões ocorridas no processo, na jurisprudência aplicável e em precedentes para casos similares.

São contabilizadas provisões de 100% do valor em risco (incluindo uma estimativa de honorários de sucumbência) para todas as ações em que o risco de perda seja classificado como provável, ou seja, em que o risco de perda seja avaliado como maior do que 50%. Em 2013 foram contabilizadas provisões para 1.003 ações (1.121 em 2012). O quadro a seguir apresenta a movimentação da conta de provisões durante o exercício:

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

Fl. 30

	2013	2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>3.775.604</b>	<b>3.201.941</b>
<b>Movimentação</b>	<b>187.833</b>	<b>573.663</b>
Constituição	285.424	630.614
Reversão	(72.219)	(58.946)
Transferência para Precatório	(24.149)	1.995
Baixa por pagamento de Requisição de Pequeno Valor	(1.223)	-
<b>Saldo Final</b>	<b>3.963.437</b>	<b>3.775.604</b>

Os valores das ações judiciais são corrigidos pela taxa Selic, segundo o disposto na Resolução nº 134, de 21 de dezembro de 2010, do Conselho da Justiça Federal. Exceção se faz às ações trabalhistas, que são atualizadas pela TR mais juros legais, de acordo com as Leis nº 8.177, de 1991, e nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

As ações judiciais em que o risco de perda foi considerado menor que provável e maior que remoto foram classificadas como passivos contingentes e assim não foram provisionadas. Em 31 de dezembro de 2013 havia 875 ações (861 em 2012) nessa situação, totalizando R\$66.016.103 (R\$73.159.035 em 2012).

O quadro a seguir apresenta o valor das provisões distribuído em função do prazo esperado para a conclusão das ações.

	31.12.2013	31.12.2012
2013	-	1.893.400
2014	658.975	628.913
2015	2.618.899	623.096
2016	216.552	213.870
2017	385.004	369.903
2018	148.828	15.485
2019	1.662	1.131
2020	26.259	22.938
2021	6.203	5.741
2022	1.085	1.074
2023	90	53
2025	69	-
<b>Total</b>	<b>3.963.437</b>	<b>3.775.604</b>

A distribuição do saldo provisionado de acordo com a natureza das ações judiciais é demonstrada no seguinte quadro:

	31.12.2013	31.12.2012
Regimes especiais	1.447.944	1.400.190
Ações de servidores	1.365.268	1.325.935
Planos econômicos	536.232	543.405
Relações contratuais	375.519	349.743
Outros	218.474	156.331
<b>Total</b>	<b>3.963.437</b>	<b>3.775.604</b>



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

¶L 31

O BCB, conforme procedimentos judiciais, efetuou depósitos vinculados a algumas ações judiciais em curso (Nota 6.2). Esses depósitos podem ser utilizados em uma das seguintes situações:

- decisão favorável ao BCB na ação judicial, caso em que o juiz o autoriza a resgatar o depósito;
- decisão desfavorável ao BCB e determinação do judiciário de se transferir o valor à contraparte vencedora;
- decisão desfavorável ao BCB e emissão de precatório, caso em que o juiz o autoriza a efetuar o resgate do depósito correspondente.

**21.2. Provisões para Passivos Atuariais**

O BCB patrocina planos de benefícios por emprego a seus servidores, os quais incluem aposentadoria, pensão e assistência médica. A seguir, apresentamos um resumo dos planos existentes, bem como os principais parâmetros para os cálculos atuariais:

**a) Benefícios de aposentadoria aos servidores aposentados até 1990 – Centrus**

Plano na modalidade de benefício definido, cuja finalidade é conceder a complementação de aposentadorias e pensões pagas pela previdência social aos servidores que se aposentaram até 1990. O plano é custeado por contribuições do patrocinador e dos servidores aposentados, vertidas à Centrus, a quem cabe a administração dos recursos e os pagamentos, destacando-se que em 2008, em função do superávit atuarial apresentado pelo plano, as alíquotas das contribuições foram reduzidas para 0% para o patrocinador e para os participantes. Este plano está em processo de extinção uma vez que não existe a possibilidade da entrada de novos participantes.

**b) Benefícios de aposentadoria aos servidores aposentados após 1990 – RJU**

Plano na modalidade de benefício definido, cuja finalidade é efetuar o pagamento de aposentadorias e pensões de acordo com o previsto na Constituição Federal e na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Para que os servidores tenham direito a esse benefício o BCB e os próprios servidores efetuam contribuições diretamente ao Governo Federal, não havendo, entretanto, vinculação entre esse recolhimento e o recebimento dos benefícios. Assim, tendo em vista a legislação vigente, esse plano é mantido por recursos do BCB.

**c) Benefícios de assistência à saúde – Faspe**

Plano na modalidade de benefício definido, cuja finalidade é a manutenção de um programa com o objetivo de custear a prevenção de doenças e a manutenção e recuperação da saúde dos servidores do BCB e de seus dependentes.

O plano é mantido por contribuições do patrocinador e dos servidores, havendo também a participação dos servidores nos gastos realizados, conforme regulamentação.

As contribuições são vertidas ao Fundo de Assistência ao Pessoal (Faspe) a quem compete a administração dos recursos e a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios.

**d) Cálculos atuariais**

Cálculo da Provisão	31.12.2013			31.12.2012		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Valor presente das obrigações atuariais	2.384.265	20.123.908	3.448.509	3.221.072	21.322.281	3.271.458
- (+) Valor justo dos ativos do plano	(5.539.877)	-	(15.810)	(5.430.476)	-	74.000
Passivo líquido por contribuição	(3.155.612)	20.123.908	3.372.669	(2.009.404)	21.322.281	3.197.458
Ativo líquido reconhecido	1.904.504	-	-	1.526.772	-	-
Passivo líquido atuarial reconhecido no balanço	(1.251.008)	20.123.908	3.372.669	(882.632)	21.322.281	3.197.458

O superávit atuarial do plano Centrus, referente ao excesso de ativos em relação aos benefícios a pagar, é reconhecido no balanço na extensão dos benefícios econômicos esperados (Nota 12.2.2.b). Assim, levando-se em consideração a reversão de valores do superávit atuarial do plano Centrus,

**BANCO CENTRAL DO BRASIL****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

II. 32

em conformidade com a Resolução nº 26 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 29 de setembro de 2008, esse cálculo leva em consideração a proporcionalidade contributiva entre o BCB e os participantes, bem como a constituição da reserva de contingência pela Centruss.

A variação observada entre os dois períodos é decorrente, basicamente, da revisão de índices (quadro "Premissas Atuariais"), em especial as taxas de desconto.

Os quadros a seguir apresentam as informações utilizadas nos cálculos atuariais, bem como as movimentações no período:

Valor Presente das Obrigações - Conciliação	31.12.2013			31.12.2012		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Valor presente das obrigações atuarias no início do exercício	4.771.672	21.552.281	3.271.458	4.535.255	17.398.943	2.250.724
+ Custo do serviço corrente	-	167.060	168.346	-	136.590	165.034
+ Custo de juros sobre obrigações	257.694	1.837.347	274.272	271.916	1.797.762	246.696
+ Benefícios pagos	(309.690)	(1.656.317)	(188.923)	(301.726)	(1.594.944)	(175.414)
+ Contribuições dos participantes	-	-	78.048	-	-	87.261
+ (+) Perdas (ganhos) atuariais	(755.721)	(2.638.363)	154.690	114.947	2.873.830	597.035
Valor presente das obrigações atuarias no final do exercício	2.084.265	20.129.930	3.448.509	3.221.072	27.922.291	3.271.458

Ativos do Plano - Conciliação	31.12.2013			31.12.2012		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Valor contábil dos ativos do plano no início do exercício	5.493.476	-	74.003	5.493.976	-	74.795
+ Benefícios pagos	(308.680)	(1.068.477)	(88.923)	(301.726)	(1.594.944)	(175.414)
+ Contribuições dos participantes	-	-	78.048	-	-	87.261
+ Contribuições do patrocinador	-	-	112.806	-	-	107.966
+ Custo de juros sobre investimentos	425.028	-	6.406	577.160	-	7.006
+ Repasses do Tesouro Nacional	-	(1.096.417)	-	-	(294.944)	-
+ (+) Redução sobre os ativos não contemplados nos juros líquidos	(7.223)	-	7.203	(338.874)	-	(7.511)
Valor contábil dos ativos do plano no final do exercício	5.510.822	-	77.840	5.430.476	-	74.003

Ativos do Plano - Participação percentual	31.12.2013			31.12.2012		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
<b>Colados em mercado ativo</b>	<b>95,3%</b>	-	<b>83,6%</b>	<b>93,0%</b>	-	<b>82,9%</b>
Títulos Públicos Federais	82,0%	-	83,6%	81,0%	-	82,9%
Investimento em Ações	29,0%	-	-	30,0%	-	-
Investimento em Fundos de Renda Fixa	3,3%	-	-	2,0%	-	-
<b>Não colados em mercado ativo</b>	<b>4,2%</b>	-	<b>15,4%</b>	<b>7,0%</b>	-	<b>17,1%</b>
Investimentos Imobiliários	2,0%	-	-	2,1%	-	-
Outros	2,2%	-	16,4%	4,9%	-	17,1%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	-	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	-	<b>100,0%</b>

Receitas e despesas reconhecidas na Demonstração de Resultado do Exercício	31.12.2013			31.12.2012		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
<b>Outras Despesas</b>						
Custo do serviço corrente	-	167.060	168.346	-	136.590	165.034
<b>Despesas (Receitas) de Juros</b>						
Custo de juros	(168.226)	1.937.347	257.365	(305.214)	1.797.762	239.793

Reimensurações de planos de benefícios definidos reconhecidos no Patrimônio Líquido	31.12.2013			31.12.2012		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Saldo Inicial	(1.138.132)	(10.154.776)	(2.298.213)	(3.966.288)	(6.280.945)	(1.693.507)
Ganho (perda) atuariais	697.137	2.198.133	104.680	(432.930)	(3.673.535)	(597.515)
Ajuste decorrente do retorno sobre os ativos não contemplados nos juros líquidos	(7.336)	-	7.200	(338.874)	-	(7.511)
<b>Saldo Final</b>	<b>(3.737.864)</b>	<b>(7.956.643)</b>	<b>(2.190.523)</b>	<b>(4.138.132)</b>	<b>(10.154.776)</b>	<b>(2.298.213)</b>

**BANCO CENTRAL DO BRASIL****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Os valores estão expressos em milhares de reais, e não serão arredados de maneira diferente)

R\$ Bil.

Premissas atuariais	31.12.2013			31.12.2012		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
<b>Financeiras</b>						
Taxa de desconto	9,74%	10,15%	10,31%	7,61%	8,28%	8,30%
Taxa de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,53%	4,50%	4,50%
Alíquota de contribuição do servidor inativo	-	-	1,13%	-	-	1,13%
Alíquota de contribuição do patrocinador	-	-	20,3%	-	-	20,3%
Expectativa de crescimento salarial	-	1,80%	-	-	1,46%	-
Taxa de tendência dos custos médicos	-	-	10,90%	-	-	11,50%
<b>Não Financeiras</b>						
Quantidade de servidores ativos	-	4.085	4.274	-	4.461	4.369
Quantidade de servidores inativos	720	4.820	4.190	708	4.533	5.115
Quantidade de pensionistas	662	547	341	679	505	1.172
Média de serviço passado (anos)	-	15,9	-	-	16,2	-
Média de serviço futuro esperado (anos)	-	16,9	-	-	16,5	-
Idade média de servidores ativos	-	40	47	-	49	46
Idade média de servidores inativos	81	64	66	80	64	65
Idade média de pensionistas	84	52	65	70	51	66
Mortalidade geral	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000
Mortalidade de inválidos	EX IAPC	EX IAPC	EX IAPC	EX IAPC	EX IAPC	EX IAPC
Entrada em invalidez	ALVARO VINDAS	ALVARO VINDAS	ALVARO VINDAS	ALVARO VINDAS	ALVARO VINDAS	ALVARO VINDAS

**e) Análise de sensibilidade para as premissas atuariais significativas**

A análise de sensibilidade foi realizada submetendo as premissas atuariais mais significativas a determinadas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações. Para os planos Centrus e RJU, as premissas atuariais analisadas foram as taxas de juros e de crescimento salarial. Para o Faspe, analisou-se também a evolução dos custos médicos.

A taxa de juros de longo prazo, base para o estabelecimento da taxa de desconto dos planos, foi calculada considerando-se a prática de mercado dos títulos públicos federais, para prazos similares aos do fluxo das obrigações de cada plano, no chamado conceito de *duration*. Uma alteração de (+/-) 2% na taxa de juros traria o seguinte impacto no valor das obrigações atuariais:

	+2%	-2%
Centrus	(246.866)	427.354
RJU	(3.664.356)	5.343.072
Faspe	(1.007.489)	2.172.047

Para o levantamento da taxa de crescimento salarial, foi considerada a variação da massa salarial dos servidores ativos do BCB entre 2012 e 2013. Assim, a taxa de crescimento salarial não é aplicável ao plano Centrus, uma vez que não existe a possibilidade de entrada de novos participantes e não há participantes ativos vinculados ao BCB. No caso do RJU, um incremento de 1% na taxa aumentaria o valor da obrigação atuarial em R\$586.039, enquanto que uma redução no mesmo percentual diminuiria a obrigação em R\$187.376.

A taxa de crescimento dos custos médicos do Faspe foi apurada em função de seu histórico de crescimento nos últimos cinco anos. Uma alteração de (+/-) 1% nos custos médicos traria o seguinte impacto no Faspe:

	+1%	-1%
Custo de serviços e juros	14.953	(92.462)
Obrigação	691.201	(252.776)

**BANCO CENTRAL DO BRASIL****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 34

**f) Outras informações**

- O BCB estima que o pagamento de suas contribuições para o Faspe em 2014 será de R\$80.140.
- Estimativa de pagamento de benefícios para os próximos 10 anos

	Centrus	RJU	Faspe	Consolidado
2014	627.701	1.282.214	175.529	2.085.444
2015	627.294	1.293.157	176.584	2.097.035
2016	625.653	1.299.587	178.247	2.103.487
2017	623.625	1.302.559	179.525	2.105.709
2018	1.196.645	2.610.891	363.229	4.170.765
2019 - 2023	1.377.279	3.953.476	549.796	5.880.551

- Informações históricas:

	2013	2012	2011	2010
<b>Centrus</b>				
Valor presente das obrigações	2.364.255	3.221.872	2.536.665	2.303.023
Valor justo dos ativos	5.569.677	5.430.476	5.493.976	6.579.520
Superávit do plano	(3.155.612)	(2.209.404)	(2.957.311)	(4.276.497)
Experiência ajustada decorrente dos passivos do plano	(357.644)	127.856	253.446	(180.061)
Experiência ajustada decorrente dos ativos do plano	7.208	336.874	2.140.496	(375.185)
<b>RJU</b>				
Valor presente das obrigações	20.129.908	21.922.261	17.098.943	16.847.922
Valor justo dos ativos	-	-	-	-
Déficit do plano	20.129.908	21.922.261	17.098.943	16.847.922
Experiência ajustada decorrente dos passivos do plano	1.966.663	1.619.503	(646.955)	(327.340)
Experiência ajustada decorrente dos ativos do plano	-	-	(897.291)	16.486
<b>Faspe</b>				
Valor presente das obrigações	3.448.509	3.271.156	2.350.761	704.109
Valor justo dos ativos	75.840	74.903	73.795	62.909
Déficit do plano	3.372.669	3.197.453	2.276.966	641.200
Experiência ajustada decorrente dos passivos do plano	1.649.335	63.109	1.458.807	303.231
Experiência ajustada decorrente dos ativos do plano	7.300	7.511	34.884	(1.515)

- Em função das mudanças nas políticas contábeis em relação aos benefícios aos empregados (IAS 19), detalhadas na Nota 4, os montantes relativos ao valor presente das obrigações, ativos do plano, receitas e despesas reconhecidas no resultado e remensurações de planos de benefícios definidos reconhecidos no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retrospectivos, conforme sintetizado nos quadros a seguir:

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

# 35

	Centrus		
	31.12.2012 (publicado)	Ajuste IAS 19	31.12.2012 (reapresentado)
<b>Valor Presente das Obrigações</b>			
Custo de juros sobre obrigações	242.735	29.211	271.946
Perdas (ganhos) atuariais	743.458	(29.211)	714.247
<b>Ativos do Plano</b>			
Custo de juros sobre investimentos	-	577.160	577.160
Rendimento esperado dos ativos do plano	650.108	(650.108)	-
Retorno sobre os ativos não contemplado nos juros líquidos	-	(338.874)	(338.874)
Ganhos (perdas) atuariais	(411.322)	411.322	-
<b>Receitas e Despesas reconhecidas na Demonstração do Resultado do Exercício</b>			
Rendimento esperado dos ativos do plano	650.108	650.108	-
Custo de juros	242.735	547.949	(805.214)
<b>Remensurações de planos de benefícios definidos reconhecidos no Patrimônio Líquido</b>			
Ganho (perda) atuarial	(874.074)	441.034	(432.090)
Ajuste decorrente do retorno sobre os ativos não contemplado nos juros líquidos	-	(338.874)	(338.874)

	RJU		
	31.12.2012 (publicado)	Ajuste IAS 19	31.12.2012 (reapresentado)
<b>Valor Presente das Obrigações</b>			
Custo de juros sobre obrigações	2.002.299	(204.537)	1.797.762
Perdas (ganhos) atuariais	2.459.249	204.537	3.873.830
<b>Ativos do Plano</b>			
Custo de juros sobre investimentos	-	-	-
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	-	-
Retorno sobre os ativos não contemplado nos juros líquidos	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-
<b>Receitas e Despesas reconhecidas na Demonstração do Resultado do Exercício</b>			
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	-	-
Custo de juros	2.002.299	(204.537)	1.797.762
<b>Remensurações de planos de benefícios definidos reconhecidos no Patrimônio Líquido</b>			
Ganho (perda) atuarial	(3.669.733)	204.537	(3.673.830)
Ajuste decorrente do retorno sobre os ativos não contemplado nos juros líquidos	-	-	-

	Faspe		
	31.12.2012 (publicado)	Ajuste IAS 19	31.12.2012 (reapresentado)
<b>Valor Presente das Obrigações</b>			
Custo de juros sobre obrigações	228.760	17.906	246.696
Perdas (ganhos) atuariais	615.061	(17.906)	597.095
<b>Ativos do Plano</b>			
Custo de juros sobre investimentos	-	7.906	7.906
Rendimento esperado dos ativos do plano	6.021	(6.021)	-
Retorno sobre os ativos não contemplado nos juros líquidos	-	(7.511)	(7.511)
Ganhos (perdas) atuariais	6.226	6.226	-
<b>Receitas e Despesas reconhecidas na Demonstração do Resultado do Exercício</b>			
Rendimento esperado dos ativos do plano	6.021	(6.021)	-
Custo de juros	228.760	10.060	238.760
<b>Remensurações de planos de benefícios definidos reconhecidos no Patrimônio Líquido</b>			
Ganho (perda) atuarial	(621.286)	24.191	(597.095)
Ajuste decorrente do retorno sobre os ativos não contemplado nos juros líquidos	-	(7.511)	(7.511)

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 36

**22 - MEIO CIRCULANTE**

O Meio Circulante representa o saldo da papel-moeda e moedas metálicas em circulação, em poder do público e das instituições financeiras, registrado pelo valor de emissão.

A seguir é apresentada a distribuição de cédulas e moedas por denominações, em circulação:

	31.12.2013		31.12.2012	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
<b>Cédulas</b>	<b>5.996.588.965</b>	<b>198.693.066</b>	<b>5.569.014.004</b>	<b>182.610.276</b>
R\$1,00	149.374.268	149.374	150.013.414	150.013
R\$2,00	1.038.397.259	2.076.795	913.425.568	1.826.851
R\$5,00	547.911.825	2.739.559	470.805.968	2.354.030
R\$10,00	730.799.410	7.307.994	722.346.875	7.223.469
R\$20,00	816.101.461	16.322.029	844.549.581	16.890.992
R\$50,00	2.026.063.139	101.303.160	1.852.446.791	92.622.340
R\$100,00	687.941.553	68.794.155	615.425.807	61.542.581
<b>Moedas</b>	<b>22.107.896.252</b>	<b>5.358.272</b>	<b>20.413.737.206</b>	<b>4.823.411</b>
R\$0,01	3.190.983.899	31.910	3.190.933.773	31.909
R\$0,05	5.413.482.632	270.674	4.998.983.846	249.949
R\$0,10	5.939.906.936	593.991	5.430.470.374	543.047
R\$0,25	2.564.655.369	641.164	2.302.564.905	575.646
R\$0,50	2.356.688.670	1.178.334	2.135.807.473	1.067.904
R\$1,00	2.642.198.844	2.642.196	2.354.956.835	2.354.956
<b>Comemorativas</b>	-	1.082	-	1.049
<b>Total</b>		<b>204.052.420</b>		<b>187.434.736</b>

O Meio Circulante apresentou, em 31 de dezembro de 2013, uma elevação de 8,9% quando comparado com 2012, o que pode ser associado, principalmente, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nominal, à trajetória da taxa Selic e à elevação da massa salarial nominal.

O Meio Circulante, juntamente com os recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista (Nota 18), integra o conceito econômico de base monetária, cujas variações evidenciam a emissão primária de moeda. As variações do Meio Circulante são demonstradas no quadro a seguir:

	2013	2012
<b>Saldo inicial</b>	<b>187.434.736</b>	<b>162.769.570</b>
<b>Movimentação</b>	<b>16.617.664</b>	<b>24.665.066</b>
(+) Emissões	271.476.070	262.269.730
(-) Recolhimento	(254.858.385)	(237.604.664)
<b>Saldo final</b>	<b>204.052.420</b>	<b>187.434.736</b>

No que se refere às despesas de administração do meio circulante, os valores realizados nos exercícios de 2012 e 2013, registrados na rubrica Outras Despesas, são os seguintes:



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

1 27

	2013	2012
Aquisição de numerário	1.253.843	827.739
Acondicionamento e guarda de numerário	72.500	66.278
Distribuição de numerário	66.113	51.848
Seleção de numerário	12.895	11.757
Destruição de numerário	1.362	1.274
Divulgação e pesquisas de assuntos de Meio Circulante	11.947	13.011
Outros	37	22
<b>Total de despesas com o Meio Circulante</b>	<b>1.398.697</b>	<b>971.929</b>

**23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO****23.1. Patrimônio**

A rubrica Patrimônio é constituída pelos seguintes itens:

- a) patrimônio inicial, no valor de R\$14.526, que representa o patrimônio originalmente transferido ao BCB no momento de sua criação, atualizado pela correção monetária até 31 de dezembro de 1995;
- b) resultados apurados pelo BCB até o exercício de 1987 e incorporados ao seu patrimônio, atualizado pela correção monetária até 31 de dezembro de 1995, totalizando R\$2.561.830 e
- c) aumentos patrimoniais decorrentes da incorporação de títulos emitidos pela União com o objetivo de recomposição da carteira, no valor de R\$22.039.095.

**23.2. Reservas**

As Reservas são constituídas de:

- a) Reserva de Resultados – que pode ser constituída até o limite de 25% dos resultados apurados pelo BCB, excluídos os resultados da atualização cambial;
- b) Reserva de Reavaliação – que contempla o saldo das reavaliações dos imóveis de uso do BCB ocorridas até 2004. Na adoção inicial das IFRS o BCB optou pela contabilização de seu imobilizado pelo método do custo (Nota 3.6), atribuindo o valor da última reavaliação como custo (*deemed cost*). Esse valor é realizado em função da vida útil estimada desses bens.

A variação ocorrida no período decorreu da constituição de reserva de resultados no 1º semestre de 2013, no valor de R\$5.318.186, observando-se o disposto na Lei nº 11.803, de 2008, bem como da realização da Reserva de Reavaliação, no valor de R\$6.285 (R\$6.285 em 2012).

**23.3. Ganhos (Perdas) Reconhecidos Diretamente no Patrimônio**

Referem-se aos ajustes de marcação a valor justo dos ativos financeiros classificados na categoria Disponíveis para Venda e às remensurações de planos de benefícios definidos decorrentes da provisão para pagamento de benefícios pós-emprego.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 36

	31.12.2013	31.12.2012
<b>Titulos públicos federais</b>		
Saldo inicial	12.277.676	5.621.981
Ajuste a Valor Justo	(10.064.653)	6.705.393
Baixa	(326.786)	(49.698)
Saldo final	1.886.237	12.277.676
<b>Participação em Organismos Financeiros Internacionais</b>		
Saldo inicial	(3.682.266)	(4.737.498)
Ajuste a Valor Justo	1.996.398	1.115.232
Saldo final	(1.685.878)	(3.682.266)
<b>Remensurações de planos de benefícios definidos</b>		
Saldo inicial	16.591.121	(11.340.821)
Gain (perda) atuarial	3.760.440	(4.903.915)
Ajuste decorrente do retorno sobre os ativos não contemplado nos juros líquidos	(14.239)	(346.385)
Saldo final	(3.344.960)	(16.591.121)
<b>Total</b>	<b>(13.144.561)</b>	<b>(7.995.711)</b>

A variação ocorrida no período decorreu, principalmente, do ajuste a valor justo negativo dos títulos públicos federais, compensado em parte pelo ajuste a valor justo positivo das participações em organismos financeiros internacionais e pelo ganho atuarial reconhecido no período (Nota 21.2).

Em função das mudanças nas políticas contábeis em relação aos benefícios aos empregados (IAS 19) e às operações com ouro, detalhadas na Nota 4, os valores relativos a Ganhos (Perdas) Reconhecidos Diretamente no Patrimônio em 31 de dezembro de 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retroativos, conforme sintetizado no quadro a seguir:

	31.12.2012 (reapresentado)	Ajuste IAS 19	Ajuste Ouro	31.12.2012 (reapresentado)
<b>Titulos públicos federais</b>				
Saldo inicial	5.621.981	-	-	5.621.981
Ajuste a Valor Justo	6.705.393	-	-	6.705.393
Baixa	(49.698)	-	-	(49.698)
Saldo final	12.277.676	-	-	12.277.676
<b>Ouro</b>				
Saldo inicial	(1.611.519)	-	(2.011.119)	-
Ajuste a Valor Justo	93.604	-	93.604	-
Saldo final	2.705.119	-	2.705.119	-
<b>Participação em Organismos Financeiros Internacionais</b>				
Saldo inicial	(4.737.498)	-	-	(4.737.498)
Ajuste a Valor Justo	1.115.232	-	-	1.115.232
Saldo final	(3.682.266)	-	-	(3.682.266)
<b>Remensurações de planos de benefícios definidos</b>				
Saldo inicial	(11.340.921)	-	-	(11.340.921)
Gain (perda) atuarial	(4.903.915)	260.688	-	(4.903.915)
Ajuste decorrente do retorno sobre os ativos não contemplado nos juros líquidos	-	(346.385)	-	(346.385)
Saldo final	(16.591.121)	(85.697)	-	(16.591.121)
<b>Total</b>	<b>(5.204.835)</b>	<b>(85.697)</b>	<b>(2.705.119)</b>	<b>(7.995.711)</b>

**24 - RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS**

Refere-se a receitas e despesas de juros dos ativos e passivos financeiros do BCB não classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando indicado de maneira diferente)

9.39

	2013	2012
<b>Receitas com juros</b>	<b>95.823.623</b>	<b>91.631.436</b>
<b>Em moedas estrangeiras</b>	<b>89.209</b>	<b>97.070</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	23.747	33.497
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras (Nota 6)	38.270	39.107
Compromisso de Revenda (Nota 8)	13.092	16.605
Empréstimos	3.003	1.449
Outras	11.097	6.412
<b>Em moeda local</b>	<b>95.734.414</b>	<b>91.534.366</b>
Títulos (Nota 10)	94.183.264	89.429.597
Governo Federal (Nota 11)	1.069.477	688.894
Outras	481.673	1.405.775
<b>Despesas com juros</b>	<b>(129.893.275)</b>	<b>(124.172.385)</b>
<b>Em moedas estrangeiras</b>	<b>(869.025)</b>	<b>(27.006)</b>
Compromisso de Recompra (Nota 8)	(859.277)	(16.712)
Empréstimos	(8.700)	(9.152)
Outras	(1.048)	(1.142)
<b>Em moeda local</b>	<b>(129.024.250)</b>	<b>(124.145.379)</b>
Depósitos de Instituições Financeiras (Nota 16)	(20.550.559)	(24.384.100)
Compromisso de Recompra (Nota 8)	(54.616.387)	(45.032.330)
Governo Federal (Nota 11)	(51.716.661)	(52.474.648)
Outras	(2.140.643)	(2.254.301)
<b>Resultado líquido com juros</b>	<b>(34.069.652)</b>	<b>(32.540.949)</b>

A variação observada no resultado líquido com juros é decorrente, principalmente, de:

- aumento das receitas com juros das operações com títulos em moeda local, em função do incremento da carteira de títulos públicos federais no período (Nota 10.2);
- redução das despesas com a remuneração dos depósitos de instituições financeiras, em função da redução da taxa Selic efetiva, em comparação ao mesmo período do ano anterior, associada à redução do saldo médio dos depósitos sujeitos a remuneração no período; e
- aumento das despesas com a remuneração de operações compromissadas, em função do incremento do saldo médio de operações compromissadas realizadas pelo BCB para administrar a liquidez do mercado no período.

Em decorrência da aplicação de mudanças nas políticas contábeis em relação aos benefícios aos empregados (IAS 19), detalhadas na Nota 4, os valores relativos a receitas e despesas com juros em moeda local em 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retroativos, conforme sintetizado no quadro a seguir:

**BANCO CENTRAL DO BRASIL****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

(R\$ 40)

	2012 (publicado)	Ajuste IAS 19	2012 (reapresentado)
<b>Receitas com juros</b>	<b>91.982.951</b>	<b>(351.515)</b>	<b>91.631.436</b>
<b>Em moedas estrangeiras</b>	<b>97.070</b>	<b>-</b>	<b>97.070</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.497	-	33.497
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras	39.107	-	39.107
Compromisso de Revenda	16.605	-	16.605
Empréstimos	1.449	-	1.449
Outras	6.412	-	6.412
<b>Em moeda local</b>	<b>91.885.881</b>	<b>(351.515)</b>	<b>91.534.366</b>
Títulos	89.429.697	-	89.429.697
Governo Federal	698.694	-	698.694
Outras	1.757.290	(351.515)	1.405.775
<b>Despesas com juros</b>	<b>(124.609.597)</b>	<b>437.212</b>	<b>(124.172.385)</b>
<b>Em moedas estrangeiras</b>	<b>(27.006)</b>	<b>-</b>	<b>(27.006)</b>
Compromisso de Recompra	(16.712)	-	(16.712)
Empréstimos	(9.152)	-	(9.152)
Outras	(1.142)	-	(1.142)
<b>Em moeda local</b>	<b>(124.582.591)</b>	<b>437.212</b>	<b>(124.145.379)</b>
Depósitos de Instituições Financeiras	(24.384.100)	-	(24.384.100)
Compromisso de Recompra	(45.032.330)	-	(45.032.330)
Governo Federal	(52.474.648)	-	(52.474.648)
Outras	(2.691.513)	437.212	(2.254.301)
<b>Resultado líquido com juros</b>	<b>(32.626.646)</b>	<b>85.697</b>	<b>(32.540.949)</b>

**25 - GANHOS (PERDAS) COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS COMO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO – DESTINADOS À NEGOCIAÇÃO**

Referem-se à variação de preço dos instrumentos financeiros classificados nessa categoria e incluem a correção cambial, os juros e o ajuste a valor justo.

	2013	2012
<b>Em Moedas Estrangeiras</b>	<b>94.812.979</b>	<b>72.881.414</b>
Títulos (Nota 10)	92.691.213	70.055.142
Recursos sob Administração Externa (Nota 7)	2.204.547	2.188.850
Outros	(82.801)	647.422
<b>Em Moeda Local</b>	<b>(34.067.625)</b>	<b>(21.184.464)</b>
Derivativos (Nota 9)	(34.067.625)	(21.184.990)
Outros	-	526
<b>Total</b>	<b>60.745.354</b>	<b>51.706.950</b>

A variação observada é decorrente, principalmente, dos efeitos da depreciação do Real frente às principais moedas estrangeiras no período (Nota 3.3) que incorreu no reconhecimento de ganhos de correção cambial com os ativos em moedas estrangeiras, sobretudo títulos, e no reconhecimento de resultado negativo com os derivativos em moeda local, em função da operação de equalização cambial entre o Tesouro Nacional e o BCB (Nota 9.2.2).

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando o contrário de manuscrito diferenciar)

41/41

**26 - GANHOS (PERDAS) COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS COMO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO – POR DESIGNAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

Incluem os juros e o ajuste a valor justo dos créditos com as instituições em liquidação extrajudicial (Nota 12.2.1), no montante de R\$2.153.248 (R\$3.168.056 em 2012).

**27 - GANHOS (PERDAS) COM MOEDAS ESTRANGEIRAS**

Registra o resultado de correção cambial dos ativos e passivos, exceto o ouro, em moedas estrangeiras e em moeda local vinculados às variações das taxas de câmbio e não classificados na categoria Valor Justo por Meio do Resultado.

	2013	2012
<b>Ganhos (perdas) com moedas estrangeiras</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.877.408	2.285.905
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras	3.737.845	3.182.300
Operações Compromissadas	1.118.488	65.187
Créditos a Receber	544.135	263.582
Operações Contratadas a Liquidar	(596.040)	(1.953.829)
Créditos a Pagar	(1.348.214)	(753.130)
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	11.566.707	(765.751)
Outras	(4.80*)	(4.431)
<b>Total</b>	<b>4.762.115</b>	<b>2.419.833</b>

O resultado apresentado decorre da depreciação do Real frente às principais moedas estrangeiras (Nota 3.3). A variação se justifica, por sua vez, pelo fato de que em 2013 esse movimento de depreciação cambial foi maior do que o constatado no exercício anterior.

**28 - GANHOS (PERDAS) COM OURO MONETÁRIO**

Retornam-se a variação de preço do ouro e incluem a correção cambial e o ajuste a valor justo. A variação do saldo no período se justifica, basicamente, pelo ajuste a valor justo negativo do ouro, enquanto que em 2012 esse ajuste foi positivo (Nota 13).

**29 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS**

	2013	2012
<b>Outras Receitas</b>	<b>3.228.676</b>	<b>3.085.398</b>
Multas	171.158	128.958
Repasse do Tesouro Nacional	2.111.960	2.316.930
Precatórios	36.351	163.588
Reversão de provisão para ações judiciais	72.219	58.945
Taxas	209.178	196.865
Outras	627.802	220.311
<b>Outras Despesas</b>	<b>(3.619.264)</b>	<b>(3.457.669)</b>
Pessoal	(1.547.370)	(1.550.004)
Fabricação e distribuição de numerário	(1.398.697)	(971.929)
Provisão para ações judiciais	(285.424)	(630.615)
Depreciação	(35.752)	(33.646)
Outras despesas administrativas	(352.021)	(271.475)

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 42

**30 - RESULTADO****30.1. Resultado no exercício**

O resultado no período foi positivo em R\$31.955.882 (R\$24.794.030 em 2012), conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2013	2012
<b>Operações com Reservas Internacionais e Swaps</b>	-	93.604
Rentabilidade das Reservas Cambiais	95.535.334	76.632.557
Derivativos Cambiais - Swaps em Moeda Local	(2.382.192)	1.124.416
Equalização de Reservas e Derivativos Cambiais (Rentabilidade)	(93.153.142)	(77.663.369)
<b>Outras operações em moedas estrangeiras</b>	2.015.349	(838.834)
<b>Operações em moeda local</b>	<b>30.331.121</b>	<b>25.911.006</b>
Receitas com Juros	95.734.414	91.534.366
Despesas com Juros	(129.024.250)	(124.145.379)
Equalização de Reservas Cambiais (Custo de Captação)	61.467.709	55.353.993
Instituições em liquidação (Ajuste a Valor Justo)	2.153.248	3.168.056
<b>Outras operações em moeda local</b>	<b>(390.588)</b>	<b>(371.746)</b>
<b>Resultado no exercício</b>	<b>31.955.882</b>	<b>24.794.030</b>

Como a rentabilidade obtida com a administração das reservas internacionais e com os derivativos (swaps) cambiais (Nota 9.2.1) é neutralizada por meio da operação de equalização cambial, o resultado do BCB é explicado basicamente pelas operações em moeda local, onde se destaca o reembolso do custo de captação dos recursos empregados nas reservas internacionais – a segunda ponta do mecanismo de equalização cambial. Também contribuem para a composição do resultado as receitas e despesas com juros das operações em moeda local e com o ajuste a valor justo dos créditos a receber das instituições em liquidação.

O resultado do 1º semestre (R\$17.688.071), após realização (R\$3.143) e constituição de reservas (R\$5.018.186), foi transferido ao Tesouro Nacional em setembro de 2013. O resultado do 2º semestre (R\$14.267.811), após realização de reservas (R\$3.142), será transferido até o décimo dia útil após a aprovação dessas demonstrações financeiras pelo CMN (Nota 1).

Em decorrência da aplicação de mudanças nas políticas contábeis em relação aos benefícios aos empregados (IAS 19) e às operações com ouro, detalhadas na Nota 4, os valores relativos a rentabilidade das reservas cambiais e outras operações em moeda local em 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retroativos, conforme sintetizado no quadro a seguir:

	2012 publicação	Ajuste IAS 19	Ajuste Ouro	2012 reapresentado
<b>Operações com Reservas Internacionais e Swaps</b>	-	-	93.604	93.604
Rentabilidade das Reservas Cambiais	76.536.959	-	93.604	76.632.557
Derivativos Cambiais - Swaps em Moeda Local	1.124.416	-	-	1.124.416
Equalização de Reservas e Derivativos Cambiais (Rentabilidade)	(77.663.369)	-	-	(77.663.369)
<b>Outras operações em moedas estrangeiras</b>	(838.834)	-	-	(838.834)
<b>Operações em moeda local</b>	<b>25.825.309</b>	<b>85.697</b>	-	<b>25.911.006</b>
Receitas com Juros	91.895.881	(351.515)	-	91.534.366
Despesas com Juros	(124.592.591)	437.212	-	(124.145.379)
Equalização de Reservas Cambiais (Custo de Captação)	55.353.993	-	-	55.353.993
Instituições em liquidação (Ajuste a Valor Justo)	3.168.056	-	-	3.168.056
<b>Outras operações em moeda local</b>	<b>(371.746)</b>	-	-	<b>(371.746)</b>
<b>Resultado no exercício</b>	<b>24.614.729</b>	<b>85.697</b>	<b>93.604</b>	<b>24.794.030</b>



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

144

**30.2. Resultado abrangente**

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) tem como objetivo a evidência do resultado econômico de uma entidade, ampliando o nível de divulgação dos resultados para além do conceito de resultado contábil, usualmente evidenciado por meio da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Com vistas a propiciar maior transparência aos resultados, na DRA são evidenciados os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, cujos itens estão demonstrados na Nota 23.3.

Em função das mudanças nas políticas contábeis em relação aos benefícios aos empregados (IAS 19) e às operações com ouro, detalhadas na Nota 4, os valores relativos a Outros resultados abrangentes em 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retroativos, conforme sintetizado no quadro a seguir:

	2012 (publicado)	Ajuste IAS 19	Ajuste Ouro	2012 (reapresentado)
Resultado no exercício	24.614.729	85.697	93.604	24.794.030
Outros resultados abrangentes	2.699.928	(85.697)	(93.604)	2.520.527
Itens que não serão reclassificados para resultados	(4.049.371)	(85.697)	-	(4.135.068)
Participação em Organismos Financeiros Internacionais	1.115.292	-	-	1.115.292
Remensurações de Planos de Benefícios Definidos	(5.164.663)	(85.697)	-	(5.250.360)
Itens que podem ser reclassificados para resultados	6.749.299	-	(93.604)	6.655.695
Títulos Públicos Federais	6.655.695	-	-	6.655.695
Ouro	93.604	-	(93.604)	-
Resultado abrangente no exercício	27.314.657	-	-	27.314.657

**31 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS – POR CATEGORIA****31.1. Em moedas estrangeiras**

	31.12.2013		31.12.2012	
	Contabilidade	Valor justo	Contabilidade	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>894.586.926</b>	<b>894.586.926</b>	<b>776.873.028</b>	<b>776.873.028</b>
Empréstimos e recebíveis	100.563.275	100.563.275	58.263.747	58.263.747
Disponíveis para venda	15.421.930	15.421.930	13.425.542	13.425.542
Valor justo por meio do resultado	778.601.721	778.601.721	705.183.739	705.183.739
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>30.501.083</b>	<b>30.501.083</b>	<b>19.341.850</b>	<b>19.341.850</b>
Outros Passivos	30.500.775	30.500.775	19.332.753	19.332.753
Valor justo por meio do resultado	308	308	9.097	9.097

Em função das mudanças nas políticas contábeis em relação às operações com ouro, detalhadas na Nota 4, os valores relativos aos ativos financeiros em moedas estrangeiras referentes a 31 de dezembro de 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retroativos, conforme sintetizado no quadro a seguir:

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente);

II. 44

	31.12.2012 (publicado)	Ajuste Ouro	31.12.2012 (reapresentado)
<b>Ativos Financeiros</b>			
<b>Contabilidade</b>	<b>784.189.650</b>	<b>(7.316.622)</b>	<b>776.873.028</b>
Empréstimos e recebíveis	58.263.747	-	58.263.747
Disponíveis para venda	20.742.164	(7.316.622)	13.425.542
Valor justo por meio do resultado	705.183.739	-	705.183.739
<b>Valor justo</b>	<b>784.189.650</b>	<b>(7.316.622)</b>	<b>776.873.028</b>
Empréstimos e recebíveis	58.263.747	-	58.263.747
Disponíveis para venda	20.742.164	(7.316.622)	13.425.542
Valor justo por meio do resultado	705.183.739	-	705.183.739

**31.2. Em moeda local**

	31.12.2013		31.12.2012	
	Contabilidade	Valor justo	Contabilidade	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>1.004.939.427</b>	<b>990.749.037</b>	<b>1.023.245.219</b>	<b>1.108.453.424</b>
Mantidos até o vencimento	953.068.070	938.878.680	665.314.340	750.522.545
Empréstimos e recebíveis	25.880.088	25.880.088	74.683.081	74.683.081
Disponíveis para venda			244.908.593	244.908.593
Valor justo por meio do resultado	25.990.269	25.990.269	38.339.205	38.339.205
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>1.627.070.009</b>	<b>1.627.070.009</b>	<b>1.554.542.657</b>	<b>1.554.542.657</b>
Outros Passivos	1.625.990.762	1.625.990.762	1.554.542.657	1.554.542.657
Valor justo por meio do resultado	1.079.227	1.079.227	-	-

Com exceção das operações com títulos em moeda local classificados na categoria Mantidos até o Vencimento (Nota 10.2), o valor justo das operações avaliadas pelo custo amortizado não apresenta diferenças significativas do seu custo amortizado, tendo em vista tratar-se de operações vencíveis à vista ou de curto prazo. As Notas 35 a 39 apresentam a política de risco do BCB na administração de ativos e passivos financeiros.

Em função das mudanças nas políticas contábeis em relação aos benefícios aos empregados (IAS 19) e às operações com ouro, detalhadas na Nota 4, os valores relativos aos passivos financeiros em moeda local referentes a 31 de dezembro de 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retroativos, conforme sintetizado no quadro a seguir:

	31.12.2012 (publicado)	Ajuste IAS 19	Ajuste Ouro	31.12.2012 (reapresentado)
<b>Passivos Financeiros</b>				
<b>Contabilidade</b>	<b>1.551.751.841</b>	<b>85.697</b>	<b>2.705.119</b>	<b>1.554.542.657</b>
Outros Passivos	1.551.751.841	85.697	2.705.119	1.554.542.657
<b>Valor justo</b>	<b>1.551.751.841</b>	<b>85.697</b>	<b>2.705.119</b>	<b>1.554.542.657</b>
Outros Passivos	1.551.751.841	85.697	2.705.119	1.554.542.657

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

R\$ mil

**32 - VALOR JUSTO – POR HIERARQUIA**

As metodologias de avaliação do valor justo são classificadas de acordo com os seguintes níveis de hierarquia, que refletem a representatividade dos dados utilizados nas avaliações:

- **Nível 1** – preços de instrumentos financeiros idênticos cotados em mercados ativos, sem a realização de ajustes;
- **Nível 2** – preços cotados, não incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, incluindo-se: (i) cotações de preços de instrumentos financeiros similares, negociados em mercado ativo; (ii) cotações de preços de instrumentos financeiros idênticos ou similares, negociados em mercado pouco ativo; e (iii) outros dados significativos observáveis para o instrumento financeiro;
- **Nível 3** – dados não observáveis para o instrumento financeiro, utilizados na mensuração de ativos/passivos financeiros para os quais não há dados observáveis disponíveis ou quando há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data da avaliação.

O quadro a seguir apresenta o saldo existente para os instrumentos financeiros do BCB avaliados a valor justo, de acordo com o nível de hierarquia de valor justo no qual está classificado:

**Em 31.12.2013**

	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo em Moedas Estrangeiras</b>	<b>776.726.661</b>	<b>15.296.770</b>	<b>-</b>	<b>794.023.651</b>
Recursos sob Administração Externa	-	15.296.770	-	15.296.770
Títulos	783.304.951	-	-	783.304.951
Participação em Organismos Financeiros Internacionais	15.421.930	-	-	15.421.930
<b>Ativo em Moeda Local</b>	<b>27.855</b>	<b>-</b>	<b>25.962.414</b>	<b>25.990.269</b>
Derivativos	27.855	-	-	27.855
Créditos a Receber - Instituições em Liquidação Extrajudicial	-	-	25.962.414	25.962.414
<b>Passivo em Moedas Estrangeiras</b>	<b>-</b>	<b>308</b>	<b>-</b>	<b>308</b>
Derivativos	-	308	-	308
<b>Passivo em Moeda Local</b>	<b>1.079.227</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.079.227</b>
Derivativos	1.079.227	-	-	1,079,227

**Em 31.12.2012**

	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo em Moedas Estrangeiras</b>	<b>705.448.548</b>	<b>13.160.733</b>	<b>-</b>	<b>718.609.281</b>
Recursos sob Administração Externa	-	13.092.735	-	13.092.735
Derivativos	-	67.998	-	67.998
Títulos	603.023.006	-	-	603.023.006
Participação em Organismos Financeiros Internacionais	13.425.542	-	-	13.425.542
<b>Ativo em Moeda Local</b>	<b>244.923.790</b>	<b>1.738.394</b>	<b>33.565.614</b>	<b>283.247.798</b>
Derivativos	15.197	-	-	15.197
Títulos Públicos Federais - LTN	244.908.593	-	-	244.908.593
Créditos a Receber - Instituições em Liquidação Extrajudicial	-	1,738,394	33,565,614	38,324,008
<b>Passivo em Moedas Estrangeiras</b>	<b>-</b>	<b>9.097</b>	<b>-</b>	<b>9.097</b>
Derivativos	-	9.097	-	9.097

Os créditos com as instituições em liquidação que foram objeto de parcelamento efetuado com base no art. 65 da Lei nº 12.249, de 2010 (Nota 12.2.1) até 31 de dezembro de 2012 eram classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo em função da metodologia de avaliação utilizada para sua mensuração considerar o valor presente dos fluxos de caixa, apurado com base nas taxas referenciais dos swaps DI x TR disponibilizados pela BM&F Bovespa para o prazo do parcelamento.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

17/46

A partir de 2013 a metodologia de avaliação do valor justo desses créditos foi alterada para incorporar um prêmio de risco que reflete o preço da incerteza inerente aos fluxos de caixa, como prevê a IFRS 13 – Mensuração a Valor Justo. Esse prêmio é apurado pelo diferencial da taxa de juros que iguala o valor presente do fluxo de caixa contratado com o fluxo de caixa ajustado pela capacidade de pagamento da instituição em liquidação.

Tendo em vista que o prêmio de risco para os créditos com as instituições em liquidação é estimado a partir de modelos de precificação internos, que não refletem parâmetros objetivos de mercado, dadas as características de excepcionalidade da contraparte, sua classificação foi alterada para o Nível 3 da hierarquia do valor justo.

O quadro a seguir apresenta informações sobre os parâmetros não observáveis no mercado que foram utilizados na mensuração do valor justo dos créditos com as instituições em liquidação em 31 de dezembro de 2013.

	Metodologia de avaliação	Parâmetros não observáveis	Intervalo (média ponderada)
Créditos a Receber - Instituições em Liquidação Extrajudicial	Valor presente dos fluxos de caixa	Prêmio de risco	0% - 38% (3,67%)

Os ganhos e perdas com os créditos com a instituição em liquidação classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo são reconhecidos na sua totalidade no resultado, em Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros classificados como Valor Justo por Meio do Resultado, por designação da administração (Nota 26). Um deslocamento paralelo de 5 pontos percentuais para cima no prêmio de risco traria um impacto negativo de R\$5.621.885 no resultado.

Não existiram transferências de instrumentos financeiros entre os Níveis 1 e 2 da hierarquia de valor justo durante o exercício de 2013.

O quadro a seguir apresenta as movimentações dos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo:

	2013	2012
<b>Saldo inicial</b>	<b>36.585.614</b>	<b>35.271.513</b>
<b>Movimentação</b>	<b>(10.623.203)</b>	<b>1.314.101</b>
Ajusto a valor justo	13.770.861	3.635.039
Transferência do Nível 2	1.736.394	-
Baixa	(26.141.457)	(2.320.936)
Outros	2	(3)
<b>Saldo final</b>	<b>25.962.414</b>	<b>36.585.614</b>

Em função das mudanças nas políticas contábeis em relação às operações com ouro, detalhadas na Nota 4, os valores relativos aos ativos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retroativos, conforme sintetizado no quadro a seguir:

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

(p. 47)

	31.12.2012 (publicado)	Ajuste Ouro	31.12.2012 (reapresentado)
<b>Ativo em Moedas Estrangeiras</b>	<b>725.925.903</b>	<b>(7.316.622)</b>	<b>718.609.281</b>
Recursos sob Administração Externa	13.092.735	-	13.092.735
Derivativos	67.998	-	67.998
Títulos	692.023.069	-	692.023.066
Ouro	7.316.622	(7.316.622)	-
Participação em Organismos Financeiros Internacionais	13.425.542	-	13.425.542

**33 - TRANSFERÊNCIAS DE ATIVOS FINANCEIROS**

O BCB realiza operações de venda de títulos com compromisso de recompra, nas quais ocorre a transferência de ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, com a retenção, contudo, dos riscos e benefícios a eles associados (Nota 3.4.2), inclusive aqueles decorrentes de mudança no valor desses ativos. Nessa situação, os títulos transferidos (Nota 10) não são baixados da contabilidade, sendo a obrigação por essas operações reconhecida no passivo em compromisso de recompra (Nota 8).

As operações em moeda local dessa natureza são lastreadas em títulos públicos federais custodiados no Selic e podem ser realizadas com cláusula de "livre movimentação", em que os títulos podem ser objeto de venda definitiva, desde que devolvidos na data de liquidação do compromisso, ou "sem livre movimentação", em que a venda definitiva não é permitida durante a vigência da operação (Nota 8.2).

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos títulos em moeda local transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados. Em 2012 e 2013 não existiam saldos em aberto no fechamento do balanço patrimonial de operações dessa natureza envolvendo títulos em moedas estrangeiras.

**Em 31.12.2013**

	Ativos financeiros		Total
	Disponíveis para Venda	Mantidos até o Vencimento	
<b>Ativos transferidos e passivos associados</b>			
Valor contábil dos títulos vinculados ao compromisso de recompra	-	536.543.925	536.543.925
Valor contábil do compromisso de recompra	-	520.733.563	520.733.563
<b>Passivos associados em que o direito de regresso é apenas sobre os ativos transferidos</b>			
Valor justo dos títulos vinculados ao compromisso de recompra (A)	-	520.162.795	520.162.795
Valor justo do compromisso de recompra (B)	-	520.733.563	520.733.563
Posição líquida (A - B)	-	(570.769)	(570.769)

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

p. 46

Em 31.12.2012

	Ativos financeiros		Total
	Disponíveis para Venda	Mantidos até o Vencimento	
<b>Ativos transferidos e passivos associados</b>			
Valor contábil dos títulos vinculados ao compromisso de recompra	180.007.785	379.236.910	559.244.695
Valor contábil do compromisso de recompra	178.863.354	406.981.490	585.844.844
<b>Passivos associados em que o direito de regresso é apenas sobre os ativos transferidos</b>			
Valor justo dos títulos vinculados ao compromisso de recompra (A)	180.007.785	414.149.124	594.156.909
Valor justo do compromisso de recompra (B)	178.863.354	406.981.490	585.844.844
Posição líquida (A - B)	1.144.431	7.167.634	8.312.065

**34 - COMPENSAÇÃO ENTRE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

O BCB registra ativos e passivos financeiros pelo valor líquido quando existe a previsão legal e a intenção de que os pagamentos e recebimentos decorrentes sejam efetuados pelo saldo líquido, como nas operações realizadas no âmbito do SML e do CCR (Nota 3.4.3).

Entretanto, alguns ativos e passivos financeiros que não são compensados na contabilidade estão sujeitos a acordos que permitem uma parte ter a opção de efetuar a liquidação de todos os montantes pelo valor líquido no caso de inadimplência ou falência da outra parte. Enquadram-se nessa situação as operações compromissadas envolvendo títulos (Nota 8) e os *swaps* cambiais (Nota 9.2.1).

**34.1. Em moedas estrangeiras**

O quadro a seguir apresenta os montantes de ativos financeiros em moedas estrangeiras sujeitos à compensação, correspondentes às operações realizadas no âmbito do SML e do CCR (Nota 12.1):

Em 31.12.2013

	Valor bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Valor bruto dos passivos financeiros compensados	Valor líquido dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valores relacionados não compensados no balanço patrimonial		Valor líquido
				Instrumentos financeiros	Garantia recebida em caixa	
Créditos a receber	1.267.045	(816.871)	450.174	-	-	450.174
<b>Total</b>	<b>1.267.045</b>	<b>(816.871)</b>	<b>450.174</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>450.174</b>

Em 31.12.2012

	Valor bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Valor bruto dos passivos financeiros compensados	Valor líquido dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valores relacionados não compensados no balanço patrimonial		Valor líquido
				Instrumentos financeiros	Garantia recebida em caixa	
Créditos a receber	819.975	(691.638)	128.337	-	-	128.337
<b>Total</b>	<b>819.975</b>	<b>(691.638)</b>	<b>128.337</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>128.337</b>

O quadro a seguir apresenta os montantes de passivos financeiros em moedas estrangeiras sujeitos à compensação, correspondentes às operações realizadas no âmbito do SML e do CCR (Nota 12.1). Em conformidade com o disposto na IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, o valor bruto dos ativos financeiros compensados foi limitado ao valor bruto dos passivos financeiros reconhecidos.



**BANCO CENTRAL DO BRASIL****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

(R\$ 49

**Em 31.12.2013**

	Valor bruto dos passivos financeiros reconhecidos	Valor bruto dos ativos financeiros compensados	Valor líquido dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valores relacionados não compensados no balanço patrimonial	Valor líquido
				Instrumentos financeiros	Garantia recebida em caixa
Créditos a Pagar	816.871	(816.871)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>816.871</b>	<b>(816.871)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Em 31.12.2012**

	Valor bruto dos passivos financeiros reconhecidos	Valor bruto dos ativos financeiros compensados	Valor líquido dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valores relacionados não compensados no balanço patrimonial	Valor líquido
				Instrumentos financeiros	Garantia recebida em caixa
Créditos a Pagar	691.638	(691.638)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>691.638</b>	<b>(691.638)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**34.2. Em moeda local**

O quadro a seguir apresenta os montantes de ativos financeiros em moeda local que, embora não sejam compensados contabilmente, estão sujeitos a acordos que permitem a liquidação pelo valor líquido, correspondentes às operações compromissadas envolvendo títulos (Nota 8.2). Em conformidade com o disposto na IFRS 7, o valor dos instrumentos financeiros não compensados foi limitado ao valor líquido dos ativos financeiros reconhecidos.

**Em 31.12.2013**

	Valor bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Valor bruto dos passivos financeiros compensados	Valor líquido dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valores relacionados não compensados no balanço patrimonial	Valor líquido
				Instrumentos financeiros	Garantia recebida em caixa
Compromisso de Revenda	5.403	-	5.403	(5.403)	-
<b>Total</b>	<b>5.403</b>	<b>-</b>	<b>5.403</b>	<b>(5.403)</b>	<b>-</b>

**Em 31.12.2012**

	Valor bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Valor bruto dos passivos financeiros compensados	Valor líquido dos ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valores relacionados não compensados no balanço patrimonial	Valor líquido
				Instrumentos financeiros	Garantia recebida em caixa
Compromisso de Revenda	61.849.997	-	61.849.997	(61.849.997)	-
<b>Total</b>	<b>61.849.997</b>	<b>-</b>	<b>61.849.997</b>	<b>(61.849.997)</b>	<b>-</b>

O quadro a seguir apresenta os montantes de passivos financeiros em moeda local que, embora não sejam compensados contabilmente, estão sujeitos a acordos que permitem a liquidação pelo valor líquido, correspondentes às operações compromissadas envolvendo títulos (Nota 8.2) e aos swaps cambiais (Nota 9.2.1). Em conformidade com o disposto na IFRS 7, o valor dos instrumentos financeiros não compensados foi limitado ao valor líquido dos passivos financeiros reconhecidos.

**Em 31.12.2013**

	Valor bruto dos passivos financeiros reconhecidos	Valor bruto dos ativos financeiros compensados	Valor líquido dos passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial	Valores relacionados não compensados no balanço patrimonial	Valor líquido
				Instrumentos financeiros	Garantia recebida em caixa
Derivativos	1.977.085	-	1.977.085	(1.977.085)	-
Compromisso de Recompra	528.733.563	-	528.733.563	(528.800.950)	2.872.570
<b>Total</b>	<b>529.810.648</b>	<b>-</b>	<b>529.810.648</b>	<b>(529.838.078)</b>	<b>2.872.570</b>

**RANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

Fl. 50

Em 31.12.2012

	Valor bruto dos passivos financeiros reconhecidos	Valor bruto dos ativos financeiros compensados	Valor líquido dos passivos financeiros apresentados no balanço	Valores relacionados não compensados no balanço patrimonial		Valor líquido
				Instrumentos financeiros	Garantia recebida em caixa	
Compromisso de Resgate	585.844.844	-	585.844.844	(585.844.287)	-	557
<b>Total</b>	<b>585.844.844</b>	<b>-</b>	<b>585.844.844</b>	<b>(585.844.287)</b>	<b>-</b>	<b>557</b>

**35 - ADMINISTRAÇÃO DE RISCO**

O BCB utiliza instrumentos financeiros como meio para alcançar os objetivos de política monetária e também para administrar as reservas internacionais. Não é seu objetivo primordial a obtenção de lucros, mas sim possuir instrumentos adequados à melhor execução das funções de autoridade monetária. Em função disso, sua política de gestão de risco (PGR-BCB) difere daquela de outras instituições do setor financeiro. Pautada pelas diretrizes e recomendações apresentadas nos principais guias de referências em gestão de risco das organizações, como COSO, normas ISO 31000 e AS/NZS 4360:2004, a PGR-BCB adota uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos (*Enterprise Risk Management*) alinhada às melhores práticas internacionais. Como resultado, a administração de riscos segue um processo de melhoria contínua das atividades e uma melhor alocação de recursos institucionais, humanos e financeiros.

O BCB possui duas grandes carteiras de instrumentos financeiros com características e políticas de risco distintas:

**a) Instrumentos financeiros destinados à administração de reservas internacionais:**

As reservas internacionais do País têm como principal objetivo contribuir para reduzir a vulnerabilidade da economia a choques externos e a percepção de risco por parte de investidores estrangeiros.

Ao aplicar as reservas internacionais, o BCB busca obter liquidez, segurança e rentabilidade condizentes com tal objetivo, utilizando para tanto uma política de diversificação dos instrumentos financeiros. Para isso, a Diretoria Colegiada estabeleceu uma carteira de referência que reflete seus objetivos e preferências de longo prazo quanto à relação entre risco e retorno, restrições de liquidez e limites operacionais a serem observados no processo de investimento.

Parte das reservas internacionais é gerenciada externamente no âmbito do PGER. Este programa foi reiniciado em 2012, com o objetivo de diversificar investimentos e conferir mais flexibilidade ao processo de gerenciamento das reservas, além de promover transferência de tecnologia e um intercâmbio mais efetivo de conhecimentos dos mercados financeiros internacionais entre o BCB e os gerentes externos das reservas internacionais. Além do PGER, no âmbito de ativos em moeda estrangeira gerenciados externamente, o BCB investe em um fundo do BIS, o BISIP ILF1, que corresponde a uma carteira composta por títulos governamentais dos Estados Unidos vinculados à inflação (TIPS).

**b) Instrumentos financeiros destinados à execução da política monetária:**

A política monetária é executada principalmente por meio de operações com títulos públicos federais e swaps cambiais. A carteira de títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional é utilizada, sobretudo, para executar ações das políticas monetária e cambial, normalmente via operações de mercado aberto, enquanto as operações de swaps objetivam especificamente fornecer *hedge* cambial aos agentes econômicos e corrigir eventuais distorções observadas na curva de cupom cambial.

As Notas 36 a 39 apresentam os principais riscos a que essas duas carteiras de instrumentos financeiros estão expostas, bem como a política de administração desses riscos.

**36 - RISCO DE CRÉDITO**

O risco de crédito é a possibilidade de perda associada a incerteza quanto ao não cumprimento das obrigações por uma contraparte.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

Fl. 51

**a) Instrumentos financeiros destinados à administração de reservas internacionais:**

Para controlar o risco de crédito dos instrumentos financeiros utilizados nas operações das reservas internacionais, foram estabelecidos pela Diretoria Colegiada, dois tipos de limites: por contraparte e para a carteira como um todo. A seleção de contrapartes e emissores elegíveis baseia-se em critérios internos de avaliação de risco, além de classificações de acordo com a Agência *Moody's*, montantes máximos de exposição e limites de prazo. O nível de risco de crédito da carteira é função da composição da carteira e da qualidade de crédito das contrapartes. O risco de crédito da carteira, medido através do *default* esperado, é função da classificação de risco das contrapartes, do montante e do prazo dos investimentos.

A avaliação do risco de crédito das operações das reservas internacionais gerenciadas pelos participantes do PGER segue os mesmos critérios mencionados acima. No entanto, a seleção de contrapartes é baseada em critérios internos do BCB de avaliação de risco.

A seguir são elencadas as principais políticas de risco de crédito, cabendo destacar que análises internas de condições de crédito das contrapartes podem gerar restrições adicionais às abaixo listadas:

**a.1) Ratings mínimos**

As operações sujeitas a risco de crédito bancário, como depósitos, *repos*, *reverse repos*, *swaps*, *forwards* e *commercial papers* devem ser contratadas com contrapartes pertencentes a conglomerados classificados com *rating* de curto prazo P-1 e com *rating* mínimo de longo prazo Aa, exceto as operações compromissadas (*repos* e *reverse repos*) para as quais são admitidas a realização de operações com contrapartes pertencentes a conglomerados com *rating* mínimo de longo prazo A.

Nas operações com títulos, o BCB opera com títulos soberanos, cujo *rating* mínimo admissível para o emissor é Aa, e com títulos emitidos por agências e organismos supranacionais, cujo *rating* mínimo é Aaa, além de títulos emitidos pelo BIS. Emissores de títulos soberanos que façam parte da carteira de referência estão autorizados para investimento, independente dos *ratings* a eles atribuídos.

**a.2) Montantes máximos de exposição**

A exposição máxima por conglomerado é equivalente ao menor valor entre US\$0,5 bilhão e 0,5% dos ativos do conglomerado, para operações contratadas com contrapartes com *rating* mínimo de longo prazo Aa, e US\$0,25 bilhão e 0,25% dos ativos do conglomerado, para operações contratadas com contrapartes com *rating* de longo prazo A.

Operações com risco de crédito cujas contrapartes sejam o Banco Central Europeu, o *Banque de France*, o *Bank of England* ou bancos centrais de países com *rating* de longo prazo Aaa são limitados a 5% do total de ativos das respectivas instituições. Operações cuja contraparte seja o BIS não possuem limites de exposição.

Recursos aplicados em depósitos em bancos comerciais têm volume limitado a 1% das reservas internacionais para acomodar as operações necessárias de gestão diária de fluxo de caixa.

Em relação às aplicações em títulos, os títulos soberanos devem representar no mínimo 65% da carteira, sendo que os títulos de agências ou supranacionais podem representar no máximo 10% do volume total das reservas internacionais. Está previsto, ainda, limite de 20% de participação de cada emissão de títulos pertencentes a carteira de referência e de 10% para os títulos que não façam parte dessa carteira.

As contrapartes autorizadas para as operações das reservas internacionais com risco de crédito bancário gerenciadas pelos participantes do PGER possuem limites de exposição de US\$50 milhões.

**a.3) Prazos máximos**

O prazo máximo para operações com risco de crédito bancário é de seis meses, exceto para o caso de depósitos. Nesse caso, depósitos com contrapartes pertencentes a conglomerados classificados com *rating* Aa podem ser contratados com prazo máximo de um dia útil e operações de depósito com contrapartes pertencentes a conglomerados com *rating* Aaa podem ser contratadas com prazo máximo de uma semana.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Os valores estão expressos em milhões de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

II. 52

Operações com risco de crédito cujas contrapartes sejam o BIS, o Banco Central Europeu, o *Banque de France*, o *Bank of England* ou bancos centrais de países com *rating* de longo prazo Aaa devem respeitar o prazo máximo de aplicação de 6 meses.

As operações das reservas internacionais com risco de crédito bancário gerenciadas pelos participantes do PGER possuem prazo máximo de 6 meses.

**b) Instrumentos financeiros destinados à execução da política monetária:**

A carteira de títulos do BCB é composta exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional (Nota 10.2), considerados como sem risco de crédito, que são utilizados, principalmente, para a realização de operações compromissadas (Nota 8.2).

Os *swaps* (Nota 9.2.1) são contratados no âmbito da BM&FBovespa, *clearing* que é a contraparte central das operações. A BM&FBovespa possui política de controle do risco de crédito mediante a exigência de constituição de garantias de todos os participantes.

O montante dessas garantias é calculado utilizando testes de *stress*, que consideram o total de perda possível até a data da liquidação dos contratos. As garantias podem ser constituídas, entre outros, em títulos públicos federais, fiança bancária, certificados de depósitos bancários, ações, ouro ou em espécie. A maior parte dos participantes da *clearing*, inclusive o BCB, constitui as garantias mediante a entrega de títulos públicos federais, que são avaliados por um preço defensivo, inferior à cotação de mercado.

**c) Concentração de ativos financeiros por área geográfica:**

	31.12.2013	31.12.2012
Brasil	1.045.828.698	1.034.559.530
Comunidade Econômica Europeia	141.026.509	128.584.423
Estados Unidos	625.516.306	553.437.377
Outros	87.149.840	83.536.917
<b>Total</b>	<b>1.899.525.353</b>	<b>1.800.118.247</b>

Em função das mudanças nas políticas contábeis em relação às operações com ouro, detalhadas na Nota 4, os valores de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retroativos, conforme sintetizado no quadro a seguir:

	31.12.2012 (publicado)	Ajuste Ouro	31.12.2012 (reapresentado)
Brasil	1.036.043.342	(1.483.812)	1.034.559.530
Comunidade Econômica Europeia	134.417.233	(5.832.810)	128.584.423
Estados Unidos	553.437.377	-	553.437.377
Outros	83.536.917	-	83.536.917
<b>Total</b>	<b>1.807.434.869</b>	<b>(7.316.622)</b>	<b>1.800.118.247</b>

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

II. 53

**d) Concentração de ativos financeiros por tipo de contraparte:****Em 31.12.2013**

	Instituições Financeiras	Organismos Internacionais	Órgãos Governamentais	Outros	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.977.859	10.917.493	10.860.662	-	23.755.014
Em moeda estrangeira	1.506.259	10.917.493	10.860.662	-	23.284.414
Em moeda local	471.600	-	-	-	471.600
Depósitos	1.854.406	13.586.375	18.156.483	-	33.607.264
Em moeda estrangeira	351.364	13.586.375	18.156.483	-	32.084.222
Em moeda local	1.503.042	-	-	-	1.503.042
Recursos sob Administração Externa	2.119.910	706.810	11.869.040	800.110	15.295.770
Compromisso de Revenda	40.637.486	-	-	-	40.637.486
Em moeda estrangeira	40.632.086	-	-	-	40.632.086
Em moeda local	5.400	-	-	-	5.400
Derivativos	3.200	-	-	24.655	27.855
Em moeda local	3.200	-	-	24.655	27.855
Títulos	-	8.432.896	1.689.304.423	18.635.699	1.716.373.021
Em moeda estrangeira	-	8.432.896	736.236.353	18.635.699	763.304.951
Em moeda local	-	-	953.068.070	-	953.068.070
Créditos com o Governo Federal	-	-	10.971.117	-	10.971.117
Créditos a Receber	11.255.175	4.102.579	-	28.077.244	43.435.098
Em moeda estrangeira	-	4.102.579	-	450.174	4.552.753
Em moeda local	11.255.175	-	-	27.627.070	38.883.244
Participação em Org. Fin. Internacionais	-	15.421.530	-	-	15.421.530
Outros	-	-	-	18.095	18.095
Em moeda local	-	-	-	18.095	18.095
<b>Total do Ativo</b>	<b>57.839.039</b>	<b>53.167.885</b>	<b>1.740.962.625</b>	<b>47.555.803</b>	<b>1.899.525.353</b>

**Em 31.12.2012**

	Instituições Financeiras	Organismos Internacionais	Órgãos Governamentais	Outros	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.416.950	8.640.016	1.597.219	-	13.657.094
Em moeda estrangeira	3.396.370	8.640.016	1.597.219	-	13.633.611
Em moeda local	20.483	-	-	-	20.483
Depósitos	1.428.823	11.644.916	17.681.795	305.501	30.960.036
Em moeda estrangeira	-	11.644.916	17.681.795	305.501	29.435.213
Em moeda local	1.428.823	-	-	-	1.428.823
Recursos sob Administração Externa	1.742.172	653.054	9.994.885	702.623	13.092.735
Compromisso de Revenda	73.676.106	-	-	-	73.676.106
Em moeda estrangeira	11.826.106	-	-	-	11.826.106
Em moeda local	61.849.999	-	-	-	61.849.999
Derivativos	57.239	759	-	15.197	83.195
Em moeda estrangeira	57.239	759	-	-	57.998
Em moeda local	-	-	-	15.197	15.197
Títulos	-	9.035.092	1.569.774.585	23.436.273	1.602.245.940
Em moeda estrangeira	-	9.035.092	659.651.651	23.436.273	692.623.006
Em moeda local	-	-	910.222.934	-	910.222.934
Créditos com o Governo Federal	-	-	9.900.636	-	9.900.636
Créditos a Receber	163.032	3.239.477	-	39.749.901	43.155.470
Em moeda estrangeira	-	3.239.477	-	128.327	3.367.814
Em moeda local	163.032	-	-	39.621.564	40.787.656
Participação em Org. Fin. Internacionais	-	13.425.542	-	-	13.425.542
Outros	-	-	-	19.493	19.493
Em moeda local	-	-	-	19.493	19.493
<b>Total do Ativo</b>	<b>80.500.292</b>	<b>46.438.845</b>	<b>1.608.949.121</b>	<b>64.229.986</b>	<b>1.899.118.247</b>

Em função das mudanças nas políticas contábeis em relação às operações com ouro, detalhadas na Nota 4, os valores relativos a outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retroativos, conforme sintetizado no quadro a seguir:

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

156

	31.12.2012 (publicado)	Ajuste Ouro	31.12.2012 (reapresentado)
Ouros	7.336.115	(7.316.622)	19.493
Em moeda estrangeira	7.316.622	(7.316.622)	-
Em moeda local	19.493	-	19.493

**37 - RISCO DE MERCADO**

Risco de mercado é aquele resultante das oscilações de parâmetros de mercado, tais como taxa de juros e taxas de câmbio.

**a) Instrumentos financeiros destinados à administração de reservas internacionais:**

O risco de mercado das reservas internacionais é monitorado utilizando-se modelos de Valor em Risco (VaR). São observados, diariamente, o VaR das reservas internacionais e limites autorizados pela Diretoria Colegiada para a gerência ativa, sendo permitidas variações em relação ao portfólio de referência, de modo a aproveitar eventuais oportunidades do mercado. A volatilidade do modelo é calculada usando uma média móvel ponderada exponencialmente e com nível de confiança de 95%. São realizados *backtestings* para validação do modelo e relatórios trimestrais são apresentados à Diretoria Colegiada.

**b) Instrumentos financeiros destinados à execução da política monetária:**

O risco de mercado oriundo desses instrumentos é monitorado por intermédio do VaR gerencial da área de Política Monetária, o qual inclui todas as exposições efetivas das carteiras das reservas internacionais e da carteira definitiva de títulos públicos federais.

**37.1. Risco de taxa de juros**

É o risco resultante das mudanças nas taxas de juros, que afetam o valor justo dos instrumentos de rendimento prefixado e o fluxo financeiro futuro naqueles de rendimento pós-fixado. O quadro a seguir demonstra a exposição do BCB a esses dois tipos de risco:

	31.12.2013		31.12.2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	1.308.601.957	466.891.086	1.226.392.066	406.012.537
Pós-fixado	570.761.804	1.119.832.478	556.761.045	1.107.849.967
Sem juros	20.161.592	70.847.528	14.964.236	58.021.909
<b>Total</b>	<b>1.899.525.353</b>	<b>1.657.571.092</b>	<b>1.800.118.247</b>	<b>1.573.884.507</b>

Em função das mudanças nas políticas contábeis em relação aos benefícios aos empregados (IAS 19) e às operações com ouro, detalhadas na Nota 4, os valores relativos a ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retroativos, conforme sintetizado no quadro a seguir:



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente;

R\$ 35

	31.12.2012 (publicado)	Ajuste Ouro	Ajuste IAS 19	31.12.2012 (reapresentado)
<b>Ativo</b>	<b>1.807.434.869</b>	<b>(7.316.622)</b>	<b>-</b>	<b>1.800.118.247</b>
Prefixado	1.228.392.066	-	-	1.228.392.066
Pós-fixado	556.761.945	-	-	556.761.945
Sem juros	22.280.858	(7.316.622)	-	14.964.236
<b>Passivo</b>	<b>1.571.093.691</b>	<b>2.705.119</b>	<b>85.697</b>	<b>1.573.884.507</b>
Prefixado	408.012.637	-	-	408.012.637
Pós-fixado	1.105.059.151	2.705.119	85.697	1.107.849.867
Sem juros	58.021.903	-	-	58.021.903

O próximo quadro apresenta os instrumentos financeiros do BCB agrupados de acordo com a data de vencimento (prefixados) ou de reprecificação (pós-fixados). A metodologia de avaliação destes ativos está descrita na Nota 3.4.5.

Em 31.12.2013	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	> 5 anos	Sem juros	Total
<b>Ativos</b>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.485.589	-	-	-	-	1.270.488	33.756.074
Em moeda estrangeira	33.485.589	-	-	-	-	775.825	33.264.414
Em moeda local	-	-	-	-	-	494.663	471.600
Depósitos	12.540.718	20.966.548	-	-	-	-	33.607.264
Em moeda estrangeira	11.127.574	20.966.548	-	-	-	-	32.094.222
Em moeda local	1.513.042	-	-	-	-	-	1.513.042
Recursos sob Administração Externa	2.288.273	1.553.960	750.156	3.774.880	1.307.800	541.710	15.296.770
Compromisso de Resenda	6.238.251	23.270.959	11.129.257	-	-	-	40.637.469
Em moeda estrangeira	6.238.251	23.270.959	11.129.257	-	-	-	40.637.469
Em moeda local	5.403	-	-	-	-	-	5.403
Derivativos	-	-	-	-	-	27.855	27.855
Em moeda local	-	-	-	-	-	27.855	27.855
Títulos	544.540.375	93.877.001	129.691.780	322.231.847	109.237.294	-	1.179.578.302
Em moeda estrangeira	4.547.952	50.774.751	86.723.011	316.215.222	51.144.505	-	763.394.951
Em moeda local	539.692.423	43.102.250	42.968.769	266.016.625	58.092.789	-	952.068.070
Créditos com o Governo Federal	10.370.597	-	-	-	-	145	6.971.117
Créditos a Bancos	40.915.258	-	-	-	-	2.690.529	43.475.795
Em moeda estrangeira	4.552.563	-	-	-	-	-	4.552.563
Em moeda local	36.362.716	-	-	-	-	2.690.529	38.663.245
Arrendamento com GEF Intermédios	-	-	-	-	-	15.421.650	15.421.650
Outros	-	-	-	-	-	8.095	18.095
Em moeda local	-	-	-	-	-	8.095	18.095
<b>Total do Ativo (A)</b>	<b>640.078.551</b>	<b>139.660.498</b>	<b>151.570.197</b>	<b>835.306.721</b>	<b>112.739.794</b>	<b>20.161.592</b>	<b>1.899.525.350</b>
<b>Passivos</b>							
Obrigações Contratadas a Longo Prazo	-	-	-	-	-	7.550.757	7.550.757
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	7.550.757	7.550.757
Em moeda local	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Instituições Financeiras	310.452.171	5.550.045	-	-	-	49.179.100	365.181.316
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	1.555	1.555
Em moeda local	310.452.171	5.550.045	-	-	-	49.177.545	365.095.610
Compromisso de Resposta	481.577.025	75.124.749	11.264.032	-	-	-	557.965.806
Em moeda estrangeira	-	175.905	-	-	-	-	175.905
Em moeda local	481.577.025	75.949.394	11.264.032	-	-	-	558.865.461
Derivativos	-	-	-	-	-	1.079.586	1.079.586
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	308	308
Em moeda local	-	-	-	-	-	1.079.277	1,079,277
Obrigações com o Governo Federal	687.391.440	-	-	-	-	-	687,061,440
Créditos a Pagar	847.658	10.416.377	-	-	-	221.598	11,285,032
Em moeda estrangeira	-	10,416,377	-	-	-	-	10,416,377
Em moeda local	847,655	-	-	-	-	221,598	876,655
Depósitos de GEF Intermédios	-	-	-	-	-	12,171,819	12,171,819
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	12,124,119	12,124,119
Em moeda local	-	-	-	-	-	46,699	46,699
Cartas	-	-	-	-	-	36,107	36,107
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	4,284	4,284
Em moeda local	-	-	-	-	-	31,823	31,823
<b>Total do Passivo (B)</b>	<b>1,479,568,361</b>	<b>85,591,171</b>	<b>11,264,032</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>70,347,528</b>	<b>1,657,571,092</b>
<b>Posição líquida (A - B)</b>	<b>(839,789,810)</b>	<b>44,077,327</b>	<b>140,306,165</b>	<b>835,306,721</b>	<b>112,739,794</b>	<b>(50,685,936)</b>	<b>241,954,261</b>

**BANCO CENTRAL DO BRASIL****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

(Os valores estão expressos em milhões de reais, a menos que seja declarado da maneira diferente)

R-56

Em 31.12.2012	até 1 mes	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	> 3 anos	Sem juros	Total
<b>Ativos</b>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.053.415	-	-	-	-	603.676	13.657.091
Em moeda estrangeira	13.053.415	-	-	-	-	793.103	13.846.518
Em moeda local	-	-	-	-	-	30.480	20.493
Depósitos	29.905.124	7.551.472	-	-	-	-	37.456.596
Em moeda estrangeira	29.871.711	7.551.472	-	-	-	-	37.423.183
Em moeda local	33.413	-	-	-	-	-	33.413
Recebíveis sob Administração Externa	951.406	1.314.586	970.239	6.951.464	116.13.409	589.550	13.099.735
Compromisso de Revenda	94.594.830	9.331.716	-	-	-	-	103.926.546
Em moeda estrangeira	2.144.939	9.331.716	-	-	-	-	11.476.655
Em moeda local	92.449.891	-	-	-	-	-	92.449.891
Derivativos	-	-	-	-	-	80.105	80.105
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	67.999	67.999
Em moeda local	-	-	-	-	-	12.106	12.106
Títulos	516.837.680	50.330.717	45.415.439	866.185.173	111.436.921	-	1.602.245.930
Em moeda estrangeira	432.080	39.566.822	14.987.175	587.579.728	50.591.207	-	692.823.035
Em moeda local	516.837.680	10.763.895	30.428.264	278.605.445	60.845.714	-	1.009.422.995
Créditos com o Governo Federal	1.000.585	-	-	-	-	11	9.999.414
Créditos a Fornecedor	42.512.799	-	-	-	-	242.731	42.755.530
Em moeda estrangeira	3.367.814	-	-	-	-	-	3.367.814
Em moeda local	39.144.985	-	-	-	-	242.731	39.387.715
Participação em Org. Financeiras e Bancos	-	-	-	-	-	10.425.541	10.425.541
Outros	-	-	-	-	-	12.493	12.493
Em moeda local	-	-	-	-	-	12.493	12.493
<b>Total do Ativo (A)</b>	<b>673.042.742</b>	<b>79.238.551</b>	<b>46.385.671</b>	<b>872.436.637</b>	<b>114.050.410</b>	<b>14.954.236</b>	<b>1.800.118.247</b>
<b>Passivos</b>							
Operações Contratadas a Liquidar	-	-	-	-	-	122.691	122.691
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	76.880	76.880
Em moeda local	-	-	-	-	-	45.811	45.811
Depósitos de Instituições Financeiras	271.986.713	-	6.280	-	-	49.173.765	321.166.758
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	1.453	1.453
Em moeda local	271.986.713	-	6.280	-	-	47.720.312	319.712.693
Compromisso de Resgate	467.413.213	130.435.007	-	-	-	-	597.848.220
Em moeda estrangeira	285.651	953.698	-	-	-	-	1.239.349
Em moeda local	467.127.562	129.481.309	-	-	-	-	596.614.871
Derivativos	-	-	-	-	-	9.097	9.097
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	9.097	9.097
Obrigações com o Governo Federal	636.328.424	-	-	-	-	-	636.328.424
Crédito a Pagar	9.367.927	-	-	-	-	216.420	9.584.347
Em moeda estrangeira	9.367.927	-	-	-	-	-	9.367.927
Em moeda local	9.367.927	-	-	-	-	216.420	9.584.347
Depósitos de Org. Financeiras e Bancos	-	-	-	-	-	9.551.725	9.551.725
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	9.551.725	9.551.725
Em moeda local	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	20.775	20.775
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	20.775	20.775
Em moeda local	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do Passivo (B)</b>	<b>1.085.419.234</b>	<b>130.435.007</b>	<b>6.280</b>	<b>872.436.637</b>	<b>114.050.410</b>	<b>58.021.933</b>	<b>1.573.884.507</b>
<b>Posição líquida (A - B)</b>	<b>(712.376.512)</b>	<b>(51.196.519)</b>	<b>46.379.391</b>	<b>872.436.637</b>	<b>114.050.410</b>	<b>(43.067.697)</b>	<b>226.233.740</b>

Em função das mudanças nas políticas contábeis em relação aos benefícios aos empregados (IAS 19) e as operações com ouro, detalhadas na Nota 4, os valores relativos a outros ativos e a obrigações com o Governo Federal em 31 de dezembro de 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retroativos, conforme sintetizado no quadro a seguir:

	31.12.2012 (publicado)	Ajuste Ouro	Ajuste IAS 19	31.12.2012 (reapresentado)
<b>Ativos</b>				
Outros	7.336.115	(7.316.622)	-	19.493
Em moeda estrangeira	7.316.622	(7.316.622)	-	-
Em moeda local	19.493	-	-	19.493
<b>Passivos</b>				
Obrigações com o Governo Federal	636.328.424	2.705.119	85.697	639.119.240

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

1 57

**37.2. Risco de Variação Cambial**

É a possibilidade de perda decorrente de alterações nas taxas de câmbio. O BCB possui ativos e passivos financeiros em moedas estrangeiras ou vinculados à variação cambial, sendo esse tipo de risco inerente às suas operações.

Em 31 de dezembro de 2013, a distribuição dos ativos e passivos por moeda era a seguinte:

Em 31/12/2013

	Dólar	Euro	Dólar Canadense	Libra Esterlina	Dólar Australiano	US\$	Yen	Coroa Japonesa	Coroa Filipinense	Coroa Indonésia	Coroa Singapurense	Total
<b>Ativos</b>												
Ativos em moeda estrangeira	1.574.139	4.443.331	14.115	144.315	14.164	1.124.484	1.119	415	1	6.17	2.444.114	17.744.211
Reserva Internacional - FMI - FMI	9.084.285	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.084.285
Reserva Internacional - FMI - FMI	3.731.154	1.492.133	302.170	1.134.131	1.035.235	-	671.945	2.694	-	-	-	12.244.132
Reserva Internacional - FMI - FMI	4.077.534	3.047	-	49.733	62.911	-	-	11.244	-	-	-	7.937.042
Total	20.463.112	15.938.511	16.460.295	25.289.239	25.262.310	11.244.484	11.244.484	8.260.039	8.260.039	8.260.039	8.260.039	112.444.211
Ativos em moeda estrangeira	1.574.139	4.443.331	14.115	144.315	14.164	1.124.484	1.119	415	1	6.17	2.444.114	17.744.211
Total Ativos (R)	20.463.112	15.938.511	16.460.295	25.289.239	25.262.310	11.244.484	11.244.484	8.260.039	8.260.039	8.260.039	8.260.039	112.444.211
<b>Passivos</b>												
Operações de curto prazo a longo prazo	1.004.400	-	-	-	50.190	-	-	-	-	-	-	1.054.590
Operações de curto prazo a longo prazo	1.004.400	-	-	-	50.190	-	-	-	-	-	-	1,054,590
Operações de curto prazo a longo prazo	1.004.400	-	-	-	50,190	-	-	-	-	-	-	1,054,590
Total Passivos (R)	1.004.400	-	-	-	50,190	-	-	-	-	-	-	1,054,590
<b>Posição líquida (R)</b>	19.458.712	15.938.511	16.460.295	25.289.239	25.212.120	11.244.484	11.244.484	8.260.039	8.260.039	8.260.039	8.260.039	111.389.621

Em 31/12/2012

	Dólar	Euro	Dólar Canadense	Libra Esterlina	Dólar Australiano	US\$	Yen	Coroa Japonesa	Coroa Filipinense	Coroa Indonésia	Coroa Singapurense	Total
<b>Ativos</b>												
Ativos em moeda estrangeira	4.021.118	10.911.111	14.115	144.315	14.164	1.124.484	1.119	415	1	6.17	2.444.114	17.744.211
Reserva Internacional - FMI - FMI	9.084.285	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.084.285
Reserva Internacional - FMI - FMI	3.731.154	1.492.133	302.170	1.134.131	1.035.235	-	671.945	2.694	-	-	-	12.244.132
Reserva Internacional - FMI - FMI	4.077.534	3.047	-	49.733	62.911	-	-	11.244	-	-	-	7.937.042
Total	20.463.112	15.938.511	16.460.295	25.289.239	25.262.310	11.244.484	11.244.484	8.260.039	8.260.039	8.260.039	8.260.039	112.444.211
Ativos em moeda estrangeira	1.574.139	4.443.331	14.115	144.315	14.164	1.124.484	1.119	415	1	6.17	2.444.114	17.744.211
Total Ativos (R)	20.463.112	15.938.511	16.460.295	25.289.239	25.262.310	11.244.484	11.244.484	8.260.039	8.260.039	8.260.039	8.260.039	112.444.211
<b>Passivos</b>												
Operações de curto prazo a longo prazo	1.004.400	-	-	-	50.190	-	-	-	-	-	-	1,054,590
Operações de curto prazo a longo prazo	1,004,400	-	-	-	50,190	-	-	-	-	-	-	1,054,590
Operações de curto prazo a longo prazo	1,004,400	-	-	-	50,190	-	-	-	-	-	-	1,054,590
Total Passivos (R)	1.004.400	-	-	-	50,190	-	-	-	-	-	-	1,054,590
<b>Posição líquida (R)</b>	19.458.712	15.938.511	16.460.295	25.289.239	25.212.120	11.244.484	11.244.484	8.260.039	8.260.039	8.260.039	8.260.039	111.389.621

Em função das mudanças nas políticas contábeis em relação às operações com ouro, detalhadas na Nota 4, os valores relativos a outros ativos em 31 de dezembro de 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retroativos, conforme sintetizado no quadro a seguir:

	31.12.2012 (publicado)	Ajuste Ouro	31.12.2012 (reapresentado)
<b>Ativos</b>			
Outros	7.316.622	(7.316.622)	-

**37.3. Equalização cambial**

A operação de equalização cambial (Nota 9.2.2) objetiva dar maior transparência aos resultados das operações da autoridade monetária e reduzir a volatilidade do resultado do BCB, derivada do descasamento entre ativos e passivos cambiais. Essa volatilidade prejudica a análise do resultado das operações de política monetária, função principal da autarquia, por parte dos agentes econômicos nacionais e internacionais.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

(1, 58)

**a) Equalização do custo de carregamento das reservas:**

O BCB assume posição ativa em custo de captação das reservas, representado pela taxa de captação do passivo total, em contrapartida a uma posição passiva em variação cambial e juros das reservas internacionais. Como resultado, a equalização funciona como um instrumento de *hedge* cambial e de taxa de juros da autarquia, reduzindo a exposição do BCB em moeda estrangeira e assegurando a cobertura do custo de manutenção das reservas.

O quadro a seguir demonstra a posição líquida do BCB em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2013, ajustada pela posição assumida na equalização cambial:

	31.12.2013	31.12.2012
Posição líquida em moeda estrangeira	370.157.971	764.047.900
Equalização cambial	(378.657.977)	(774.392.228)
<b>Exposição em moeda estrangeira</b>	<b>(8.500.106)</b>	<b>(9.544.428)</b>

Em relação à taxa de juros, o resultado obtido pelo BCB nas operações de equalização cambial, tendo por base o saldo médio das reservas internacionais no período, foi 8,58% positivo, uma vez que o custo de captação coberto pelo Tesouro Nacional foi de 7,58%, ao passo que o resultado de juros (incluindo a marcação a mercado) das reservas internacionais transferido ao Tesouro Nacional foi de 1,00% negativo.

**b) Equalização dos swaps cambiais realizados no mercado doméstico:**

O BCB efetua com o Tesouro Nacional, dentro do mecanismo de equalização cambial, uma operação de características inversas a dos swaps cambiais realizados no mercado doméstico, alcançando um *hedge* perfeito, uma vez que os valores nominais e as taxas são idênticos, entretanto, com posição inversa.

Com essa operação, os swaps cambiais realizados no mercado doméstico não representam exposição cambial ou de juros para o BCB.

**37.4. Análise de sensibilidade**

A operação de equalização cambial (Notas 9.2.2 e 37.3) reduziu a volatilidade do resultado do BCB, derivada de variações de preços inerentes às reservas internacionais. Além disso, a classificação da carteira de títulos em moeda local na categoria Mantidos até o Vencimento (Nota 3.4.5) reduziu o componente de marcação a mercado de ativos, tornando o resultado diário do BCB pouco suscetível às variáveis de mercado, sendo mais influenciado pela apropriação de juros. Desta forma, o impacto de variações de preços no resultado do BCB ficou reduzido frente a outras fontes de resultados, o que tornou o cálculo do VaR do resultado contábil inapropriado para mensurar riscos de variações de preços de mercado. Assim, a partir de 2011, optou-se por substituir o cálculo do VaR por uma análise de sensibilidade.

O quadro a seguir apresenta as principais exposições a fatores de risco de mercado a que o BCB estava exposto em 31 de dezembro de 2013:

	Taxa de câmbio	Curva de cupom cambial	Curva de juros de moedas estrangeiras	Curva do swap DI x TR
Swap cambial	(200.374.231)	(200.374.231)	-	-
Reservas internacionais	373.657.977	-	373.657.977	-
Créditos a pagar em moedas estrangeiras	(0.416.377)	-	-	-
Créditos com instituições em liquidação	-	-	-	25.962.414

Com o objetivo de analisar os impactos nas demonstrações financeiras do BCB decorrentes de alterações nos diversos fatores de risco envolvidos, foram simulados os resultados potenciais para variações adversas em quatro fatores de risco: taxa de câmbio do Real frente às moedas estrangeiras que

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado o contrário)

(R\$ 59

compõem as reservas internacionais, curva de cupom cambial, curvas de juros das moedas estrangeiras que compõem as reservas internacionais e curva do swap DI x TR. Para a taxa de câmbio, foi simulada uma valorização de 20% do Real ante as outras moedas. Para as curvas de cupom cambial e do swap DI x TR, foi simulado um deslocamento paralelo de um ponto percentual para cima dessas curvas. Para as curvas de juros das moedas que compõem as reservas internacionais, foi simulado um deslocamento paralelo de meio ponto percentual para cima dessas curvas. As simulações consideram apenas os resultados imediatos das variações de preços, desconsiderando o efeito do carregamento ao longo do tempo.

O quadro a seguir mostra o impacto no resultado do BCB de cada uma dessas simulações:

	Vatorização de 20% do Real ante outras moedas	Deslocamento paralelo de 1 ponto percentual da curva de cupom cambial	Deslocamento paralelo de 0,5 ponto percentual da curva de juros de moedas estrangeiras	Deslocamento paralelo de 1 ponto percentual da curva do swap DI x TR
Swap cambial	35.106.195	693.785	-	-
Reservas internacionais	(176.731.585)	-	(7.610.707)	-
Créditos a pagar em moedas estrangeiras	2.083.275	-	-	-
Créditos com instituições em liquidação	-	-	-	(2.085.436)
Equalização Cambial	139.600.573	(593.785)	7.610.707	-
<b>Impacto líquido</b>	<b>1.140.440</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.085.436)</b>
no resultado	4.224.834	-	-	(2.085.436)
no patrimônio líquido	(3.084.386)	-	-	-

**38 - RISCO DE LIQUIDEZ**

O risco de liquidez é aquele que surge da eventual dificuldade de negociação de papéis em um mercado secundário, em virtude de que este não possa absorver o volume que se deseja negociar sem que haja significativa alteração de preço.

**a) Instrumentos financeiros destinados à administração de reservas internacionais:**

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo garantir que o BCB cumpra todos os compromissos financeiros assumidos. Para tanto, existe uma política de diversificação de vencimentos e também o estabelecimento de limites visando garantir que os títulos adquiridos possam ser negociados no mercado secundário sem provocar movimentos bruscos nos preços dos ativos. Em função dessas diretrizes, mesmo os títulos com vencimentos mais longos têm liquidez imediata.

**b) Instrumentos financeiros destinados à execução da política monetária:**

Tendo em vista as atribuições de autoridade monetária, que incluem o controle da liquidez do sistema financeiro, o BCB não está sujeito às limitações decorrentes de descasamento entre ativos e passivos em moeda nacional.

**c) Prazos de vencimento:**

O quadro a seguir demonstra os prazos contratuais dos ativos e dos passivos em moedas estrangeiras do BCB:

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente.

fl. 60

**Em 31.12.2013**

	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
<b>Ativos</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.284.414	-	-	-	-	23.284.414
Depósitos a Prazo em Instit. Financeiras	11.127.674	20.966.548	-	-	-	32.094.222
Recursos sob Administração Externa	3.209.960	1.633.930	760.150	5.274.830	3.507.800	15.296.770
Compromisso de Revenda	6.232.861	23.270.959	11.126.267	-	-	40.632.086
Títulos	4.847.882	50.774.231	86.723.011	559.815.222	51.144.505	783.334.951
Créditos a Receber	450.174	-	-	4.102.379	-	4.552.553
Participação em Org. Fin. Internacionais (*)	-	-	-	-	15.421.930	15.421.930
<b>Total do Ativo (A)</b>	<b>49.153.084</b>	<b>96.565.698</b>	<b>108.601.428</b>	<b>570.192.481</b>	<b>70.074.235</b>	<b>894.586.926</b>
<b>Passivos</b>						
Operações Contratadas a Liquidar	7.538.885	-	-	-	-	7.538.885
Depósitos de Instituições Financeiras	1.665	-	-	-	-	1.665
Compromisso de Recompra	-	375.385	-	-	-	375.385
Derivativos	-	308	-	-	-	308
Créditos a Pagar (**)	-	-	-	-	10.416.377	10.416.377
Depósitos de Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	12.164.179	12.164.179
Ouros	4.294	-	-	-	-	4.294
<b>Total do Passivo (B)</b>	<b>7.544.034</b>	<b>375.693</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.580.556</b>	<b>30.501.083</b>
<b>Posição líquida (A - B)</b>	<b>41.608.250</b>	<b>96.190.005</b>	<b>108.601.428</b>	<b>570.192.481</b>	<b>47.493.679</b>	<b>864.085.843</b>

(\*) A Participação em Organismos Financeiros Internacionais e as operações decorrentes das atividades do DFI, por não possuírem data de vencimento, foram classificadas no prazo &gt;5 anos.

**Em 31.12.2012**

	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
<b>Ativos</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.638.611	-	-	-	-	13.638.611
Depósitos a Prazo em Instit. Financeiras	21.871.741	7.661.472	-	-	-	29.433.213
Recursos sob Administração Externa	1.342.963	1.914.586	970.232	6.251.466	2.613.489	13.092.725
Compromisso de Revenda	2.444.333	9.381.776	-	-	-	11.826.109
Derivativos	67.993	-	-	-	-	67.993
Títulos	428.080	29.296.820	14.387.175	567.573.722	50.331.206	692.023.000
Créditos a Receber	128.337	-	-	3.239.477	-	3.367.814
Participação em Org. Fin. Internacionais (*)	-	-	-	-	13.425.542	13.425.542
<b>Total do Ativo (A)</b>	<b>39.920.063</b>	<b>48.154.657</b>	<b>15.357.407</b>	<b>607.070.664</b>	<b>66.370.237</b>	<b>776.873.026</b>
<b>Passivos</b>						
Operações Contratadas a Liquidar	76.880	-	-	-	-	76.880
Depósitos de Instituições Financeiras	1.453	-	-	-	-	1.453
Compromisso de Recompra	283.559	350.698	-	-	-	634.257
Derivativos	9.037	-	-	-	-	9.037
Créditos a Pagar (**)	-	-	-	-	9.067.027	9.067.027
Depósitos de Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	9.547.147	9.547.147
Ouros	3.889	-	-	-	-	3.889
<b>Total do Passivo (B)</b>	<b>376.978</b>	<b>350.698</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.614.174</b>	<b>19.341.850</b>
<b>Posição líquida (A - B)</b>	<b>39.543.085</b>	<b>47.803.959</b>	<b>15.357.407</b>	<b>607.070.664</b>	<b>47.756.063</b>	<b>757.531.176</b>

(\*) A Participação em Organismos Financeiros Internacionais e as operações decorrentes das atividades do DFI, por não possuírem data de vencimento, foram classificadas no prazo &gt;5 anos.

Em função das mudanças nas políticas contábeis em relação às operações com ouro, detalhadas na Nota 4, os valores relativos a outros ativos em 31 de dezembro de 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retroativos, conforme sintetizado no quadro a seguir.

	31.12.2012 (publicado)	Ajuste Ouro	31.12.2012 (reapresentado)
<b>Ativos</b>			
Ouros	7.315.622	(7.315.622)	-



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente);

fl. 61

**39 - RISCO NÃO FINANCEIRO**

Risco não financeiro, que inclui, entre outros, os riscos estratégico, legal e operacional, pode gerar perda financeira, dano à reputação ou incapacidade de se atingir os objetivos do negócio, resultante de uma ou mais causas de risco, originado por fatores humanos, processos ou sistemas falhos ou inadequados, ou eventos externos. A gestão de riscos não financeiros no BCB é realizada dentro do contexto de gestão integrada de riscos que pressupõe a integração e coordenação do processo de gestão de riscos da organização em um único arcabouço metodológico de forma estruturada e sistemática. As principais ferramentas utilizadas para a identificação e mensuração de riscos, suportadas por sistemas computacionais desenvolvidos para esse fim, são *Risk and Control Self Assessment* (RCSA) Indicadores chave de risco e registro histórico de eventos.

Para a prevenção e controle dos riscos não financeiros, o BCB possui sistemas de controles internos de acordo com as características de suas atividades, bem como regulamentos que estabelecem as competências de cada departamento e as atribuições de seus dirigentes (Regimento Interno e Manual de Organização Administrativa) e, ainda, normas que definem os critérios e procedimentos para todas as atividades da Instituição.

O cumprimento dessas normativas e a observância dos sistemas de controle interno são acompanhados pela Auditoria Interna do BCB, a quem cabe zelar pela regularidade dessas ações.

Adicionalmente, a cada semestre, os chefes de departamento da Instituição atestam a consistência dos controles internos referentes às operações sob sua responsabilidade, o que permite ao Diretor de Administração e ao Chefe do Departamento de Contabilidade e Execução Financeira firmarem, em nome da Instituição, declaração de responsabilidade sobre seus controles internos à empresa de auditoria independente.

**40 - PARTES RELACIONADAS**

De acordo com a IAS 24 – Divulgações sobre Partes Relacionadas, as seguintes instituições se caracterizam como tal:

**40.1. Governo Federal**

O BCB é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda (MF) e integrante do SFN e, como tal, está sujeito às diretrizes do CMN, órgão deliberativo máximo do SFN. Ao CMN cabe estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia, regular o funcionamento e a fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial, bem como aprovar os balanços e o sistema de contabilidade do BCB.

O Presidente e os Diretores do BCB não possuem mandato fixo, sendo indicados pela Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal.

O orçamento de despesas de manutenção do BCB é aprovado pelo Congresso Nacional e sua execução financeira deve observar os limites estabelecidos pelo Poder Executivo.

Todas as operações entre o BCB e o Tesouro Nacional são regidas por disposições constitucionais e legais, sendo as principais enumeradas a seguir. Operações com outras entidades relacionadas com o Governo Federal são realizadas em condições de mercado e no curso de transações normais do dia-a-dia e, portanto, não são consideradas no contexto dessa nota.

**a) Depósitos à Ordem do Governo Federal:**

As disponibilidades de caixa do Governo Federal são depositadas no BCB (Conta Única do Tesouro Nacional), possuem livre movimentação e são remuneradas pela taxa média da rentabilidade dos títulos públicos federais existentes em carteira do BCB (Nota 10.2), excluído o resultado da marcação a mercado. Em 2013 essa remuneração foi de 10,92% (11,20% em 2012).

**b) Resultado do BCB:**

O resultado positivo apurado pelo BCB, após a constituição ou reversão de reservas, constitui obrigação do BCB para com a União, devendo ser transferido até o 10º dia útil após a aprovação das demonstrações financeiras pelo CMN. Se negativo, esse resultado constitui crédito do BCB frente à União, devendo ser pago até o 10º dia útil do ano subsequente ao da aprovação das demonstrações

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado o contrário)

fl. 52

financeiras. Em ambas as situações, tais valores devem ser corrigidos pelos mesmos índices aplicados à conta Depósitos à Ordem do Governo Federal, até a data da efetiva transferência ou cobertura (Notas 11 e 41.a).

**c) Equalização cambial:**

Por meio da operação de equalização cambial (Notas 9.2.2 e 37.3), o custo de carregamento das reservas internacionais e o resultado das operações de swap cambial efetuados no mercado doméstico são transferidos à União - Tesouro Nacional. Esses valores são calculados diariamente, sendo apurado o saldo a pagar ou a receber no último dia do semestre, o qual será liquidado financeiramente seguindo as mesmas regras estabelecidas para a transferência ou cobertura do resultado, inclusive no que diz respeito à sua correção (Nota 11).

**d) Repasse do Tesouro Nacional:**

O BCB utiliza recursos repassados pelo Governo Federal para o pagamento de parte de suas despesas administrativas.

**e) Pagamento de ações judiciais:**

Os pagamentos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, nas quais a União e suas autarquias tenham sido condenadas, vêm sendo efetuados pelos juízos competentes, a quem cabe requisitar autorização orçamentária e financeira (Notas 19.2 e 21.1). No exercício de 2013 foram pagos precatórios no montante de R\$35.127 (R\$163.589 em 2012), referentes a ações judiciais nas quais o BCB foi condenado.

**f) Utilização de títulos como instrumento de política monetária:**

O BCB utiliza títulos de emissão do Tesouro Nacional para realizar a política monetária. Todas as compras e vendas de títulos que ocorrem entre o BCB e o Tesouro Nacional são efetuadas a preço de mercado.

**g) Prestação de serviços na colocação de títulos:**

O BCB operacionaliza a colocação de títulos da dívida pública federal no mercado financeiro, cabendo, entretanto, ao Tesouro Nacional a definição das características, preço e prazo dos papéis colocados. Não são cobradas tarifas pela prestação desse serviço.

**h) Fundo Soberano do Brasil:**

O Fundo Soberano do Brasil (FSB), criado pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, é um fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao MF, com as finalidades de: (i) promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior; (ii) formar poupança pública; (iii) mitigar os efeitos dos ciclos econômicos; e (iv) fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior. A forma, o prazo e a natureza dos investimentos do FSB são aprovados pelo Conselho Deliberativo do FSB (CDFSB), o qual é composto pelo Ministro de Estado da Fazenda, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e Presidente do BCB. Conforme a Resolução nº 2, de 17 de setembro de 2010, do CDFSB, o Tesouro Nacional ficou autorizado a aplicar os recursos do fundo na compra ou venda de moedas estrangeiras ou na realização de outras operações cambiais, inclusive contratos derivativos, mediante convênio a ser firmado com o BCB. Foi firmado convênio entre o Tesouro Nacional e o BCB para essa finalidade, mas até o final de 2013 nenhuma operação foi realizada.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

p. 63

O quadro a seguir apresenta as principais operações ocorridas no período entre o BCB e o Governo Federal.

	2013	2012
<b>Conta Única do Tesouro Nacional</b>		
Saldo inicial	620.401.291	475.622.276
(+) remuneração	50.797.950	50.083.969
(+/-) depósitos/saques	(59.595.863)	(54.072.218)
(+) transferência de resultado positivo	44.361.949	148.767.264
Saldo final	655.965.327	620.401.291
<b>Títulos de emissão do Tesouro Nacional</b>		
Saldo inicial	910.222.934	754.543.113
(+/-) aquisição líquida (resgate líquido)	(40.946.691)	59.594.425
(+) remuneração	94.183.263	89.429.703
(+/-) ajuste a valor justo	(10.391.436)	6.655.593
Saldo final	953.068.070	910.222.934
<b>Resultado a transferir ao Tesouro Nacional</b>		
Saldo inicial	15.090.442	13.855.362
(+) resultado positivo a ser transferido	26.943.981	24.800.316
(+) remuneração	536.241	429.619
(-) transferências	(28.299.711)	(23.994.855)
Saldo final	14.270.953	15.090.442
<b>Equalização Cambial</b>		
Saldo inicial	-	-
(+/-) ajustes	(31.605.433)	(22.309.406)
(+/-) transferências para crédito a pagar (receber)	31.685.433	22.309.406
Saldo final	-	-
<b>Crédito a receber decorrente de resultado de equalização cambial</b>		
Saldo inicial	9.900.595	101.274.794
(+) resultado de equalização cambial	-	9.900.595
(+) remuneração	1.069.474	631.075
(-) recebimentos	-	(101.905.869)
Saldo final	10.970.069	9.900.595
<b>Crédito a pagar decorrente de resultado de equalização cambial</b>		
Saldo inicial	-	(90.240.059)
(-) resultado de equalização cambial	(31.685.433)	(32.210.001)
(-) remuneração	(295.736)	(2.322.349)
(-) pagamentos	16.062.238	124.772.409
Saldo final	(15.918.931)	-
<b>Repasse do Orçamento Geral da União</b>	2.111.960	2.316.930

Em função das mudanças nas políticas contábeis em relação aos benefícios aos empregados (IAS 19) e às operações com ouro, detalhadas na Nota 4, os valores relativos ao resultado a transferir ao Tesouro Nacional em 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retrospectivos, conforme sintetizado no quadro a seguir:

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, e não se aplica o arredondamento de milhares diferentes)

R\$ Bil.

	2012 (publicado)	Ajuste IAS 19	Ajuste Ouro	2012 (reapresentado)
<b>Resultado a transferir ao Tesouro Nacional</b>				
Saldo inicial	11.245.847	-	2.611.515	13.855.362
(+) resultado positivo a ser transferido	24.621.015	95.697	93.604	24.809.316
(+) remuneração	429.619	-	-	429.619
(-) transferências	(23.994.855)	-	-	(23.994.855)
Saldo final	12.299.626	95.697	2.705.119	15.099.442

**40.2. Centrus**

A Centrus é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, e tem como objetivo complementar os benefícios de aposentadoria a pecúlio assegurados pela previdência social pública (Nota 21.2). O BCB é patrocinador da Centrus e em função disso ocorreram as seguintes transações entre as entidades:

	2013	2012
<b>Superávit Atuarial</b>		
Saldo inicial	682.632	1.149.284
(+/-) remensurações de planos de benefícios definidos	400.150	(771.865)
(+) juros	168.226	305.213
Saldo final	1.251.008	682.632
<b>Créditos a Receber</b>		
Saldo inicial	1.208.301	966.867
(+) juros	166.273	109.716
(+) distribuição do superávit	546.839	-
(+) reversão de contingência fiscal	-	166.255
(-) recebimentos	(383.294)	(34.557)
Saldo final	1.538.119	1.208.301

As principais variações observadas no período são decorrentes dos ganhos atuariais (Nota 21.2), da remuneração dos créditos a receber e do reconhecimento da destinação do superávit do plano aprovado pela Portaria nº 504, de 2013, compensados em parte pelo recebimento da parcela dos créditos referentes à reversão de contingências fiscais reconhecidas em 2012 (Nota 12.2.2.b).

Em função das mudanças nas políticas contábeis em relação aos benefícios aos empregados (IAS 19), detalhadas na Nota 4, os valores relativos ao superávit atuarial em 2012 – informação comparativa – foram objeto de ajustes retrospectivos, conforme sintetizado no quadro a seguir:

	2012 (publicado)	Ajuste IAS 19	2012 (reapresentado)
<b>Superávit Atuarial</b>			
Saldo inicial	1.149.284	-	1.149.284
(+/-) remensurações de planos de benefícios definidos	(874.024)	102.159	(771.865)
(+) juros	407.372	(102.159)	305.213
Saldo final	682.632	-	682.632

**40.3. Casa da Moeda do Brasil (CMB)**

A CMB é uma empresa pública federal, vinculada ao MF, e tem como atividades preponderantes a fabricação, em caráter de exclusividade, do papel-moeda e moeda metálica e a impressão de selos postais e fiscais federais.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de não ser o contrário)

11.65

O estatuto social da CMB estabelece que a sua administração será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, sendo que no Conselho de Administração existe um membro indicado pelo BCB.

Em 2013, o BCB efetuou aquisições de cédulas e moedas que totalizaram um dispêndio de R\$1.233.843 (R\$827.739 em 2012).

**40.4. Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil (Cifrão)**

O Cifrão, instituído pela CMB, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, tendo por objetivo primordial instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário aos funcionários da CMB. Não existe nenhuma transação entre o BCB e o Cifrão.

**40.5. Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central do Brasil (Redi-BC)**

Os recursos da Redi-BC destinam-se a suportar a execução de projetos relevantes e essenciais voltados para o funcionamento e desenvolvimento institucional e que visem à implementação das ações definidas no âmbito do planejamento estratégico. Em 2013, a Redi-BC desembolsou R\$77.482 (R\$72.832 em 2012) para a cobertura da execução de projetos e reembolsou o BCB em R\$2.691 (R\$2.814 em 2012) a título da taxa de administração.

**40.6. Fundo de Assistência ao Pessoal (Faspe)**

O Faspe é um fundo contábil criado para gerar recursos destinados à manutenção dos benefícios de saúde dos funcionários do BCB. Foi criado pela Lei nº 9.850, de 27 de maio de 1998, que determina que seus recursos serão compostos por dotações orçamentárias do BCB e contribuição mensal dos participantes, sendo as contribuições do BCB equivalentes à receita prevista com a contribuição dos participantes. Prevê também que, na ocorrência de déficit no sistema, o BCB poderá utilizar fonte de recursos disponível para sua cobertura.

Em 2013, as despesas incorridas pelo BCB a título de contribuição ordinária para o Faspe totalizaram R\$78.049 (R\$73.408 em 2012), enquanto que as contribuições extraordinárias foram R\$34.759 (R\$34.558 em 2012).

**40.7. Diretoria e membros ocupantes de funções estratégicas**

O BCB possui oito Diretores (incluindo o Presidente), um Chefe de Gabinete do Presidente, um Secretário Executivo, um Procurador-Geral e quarenta e cinco servidores – contemplando Chefes de Gabinete de Diretores e Chefes de Departamento, considerados como ocupantes de funções estratégicas.

O quadro a seguir demonstra os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros da Diretoria e aos demais membros ocupantes de funções estratégicas:

	2013	2012
<b>Benefícios de curto prazo</b>	<b>24.125</b>	<b>20.304</b>
Diretoria	3.306	3.082
Demais membros ocupantes de funções estratégicas	20.729	17.222
<b>Total</b>	<b>24.125</b>	<b>20.304</b>

Os benefícios de curto prazo pagos incluem salários, diárias, encargos sociais, auxílio-moradia, auxílio-alimentação e assistência médica. Os salários e benefícios são instituídos por lei, não havendo qualquer vinculação entre estes e o desempenho financeiro da Instituição. O BCB não efetua empréstimos aos membros de sua diretoria ou aos seus servidores.

Os benefícios decorrentes do término da relação de trabalho compreendem a remuneração compensatória devida aos membros da Diretoria após a exoneração do cargo que ocupavam, em função do impedimento legal de exercerem atividades ou de prestarem serviços no setor de sua atuação, pelo período de seis meses contados da exoneração. Não houve despesas com esses benefícios em 2012 e 2013.



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

9, 66

O BCB não possui outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos membros da Diretoria, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional da Instituição, os quais recebem os mesmos benefícios dos demais servidores do BCB (Nota 21.2).

**41 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – INFORMAÇÕES EXIGIDAS****a) Impacto e o custo fiscal das operações – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 2º do art. 7º:**

O parágrafo único do art. 8º da Lei nº 4.595, de 1964, com a redação dada pelo Decreto Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987, prevê que "os resultados obtidos pelo Banco Central, consideradas as receitas e despesas de todas as suas operações, serão, a partir de 1º de janeiro de 1988, apurados pelo regime de competência e transferidos para o Tesouro Nacional, após compensados eventuais prejuízos de exercícios anteriores".

Esse dispositivo foi parcialmente alterado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000):

*"Art. 7º O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.*

*§ 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central e será consignado em dotação específica no orçamento."*

De acordo com o inciso II do art. 2º da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001, esse resultado negativo deverá ser objeto de pagamento até o 10º dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço pelo CMN.

Assim, temos que:

- I - o resultado do BCB considera as receitas e despesas de todas as suas operações
- II - os resultados positivos são transferidos como receitas e os negativos são cobertos como despesas do Tesouro Nacional.
- III - todos os resultados são contemplados no Orçamento Fiscal à conta do Tesouro Nacional.

O BCB apresentou resultado positivo de R\$3.631.432 no 3º trimestre e de R\$10.636.379 no 4º trimestre, totalizando um resultado positivo de R\$14.267.811 no 2º semestre de 2013, que, após a realização de reservas, será transferido ao Tesouro Nacional até o 10º dia útil subsequente à aprovação das demonstrações financeiras pelo CMN. Em conformidade com o § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, no prazo de noventa dias após o encerramento do semestre, o BCB apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

**b) Custo da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:**

O custo correspondente à remuneração dos depósitos do Tesouro Nacional atingiu o montante de R\$10.630.443 no 3º trimestre e de R\$14.384.145 no 4º trimestre, totalizando R\$25.014.588 no 2º semestre de 2013.

**c) Custo da manutenção das reservas cambiais – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:**

O custo da manutenção das reservas cambiais é calculado diariamente pela diferença entre a taxa de rentabilidade das reservas internacionais, incluindo a variação cambial, e a taxa média de captação apurada pelo BCB.

Em 31 de dezembro de 2013, 92,36% dos ativos de reserva eram compostos por títulos, conforme divulgado na Nota para Imprensa do Setor Externo (quadro 49), disponível no site do BCB na internet ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)).



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente

11.67

No 3º trimestre de 2013, as reservas internacionais apresentaram rentabilidade positiva de 1,47%. Deduzindo-se o custo de captação desta Autarquia, o resultado líquido das reservas foi negativo em 0,14% (R\$1.218.845). No 4º trimestre, a rentabilidade das reservas alcançou 4,63% positivos, totalizando 2,23% positivos (R\$18.995.316) quando considerado o custo de captação.

	Reservas Internacionais		Custo de Captação (%)	Custo de Manutenção das Reservas Internacionais	
	Saldo Médio (R\$ mil)	Rentabilidade (%)		(%)	(R\$ mil)
3º Trimestre/2013	853.337.796	1,47	(1,61)	(0,14)	(1.218.845)
4º Trimestre/2013	853.548.399	4,63	(2,40)	2,23	18.995.316
<b>Total do Semestre</b>					<b>17.776.471</b>

Deve-se salientar que a correção cambial representa variação decorrente da tradução dos valores dos ativos de reserva para o Real, não se configurando resultado realizado do ponto de vista financeiro. Excluindo-se essa correção, portanto, as reservas internacionais apresentaram, no 3º trimestre de 2013, rentabilidade positiva de 0,35%, sendo composta pela incorporação de juros (0,21%) e pelo resultado da marcação a mercado dos ativos (0,14%). Deduzindo-se o custo de captação, o resultado líquido das reservas foi negativo em 1,26% (R\$10.768.436). No 4º trimestre, a rentabilidade das reservas foi negativa em 0,07% (0,13% pela incorporação de juros e 0,20% pelo resultado negativo da marcação a mercado dos ativos), totalizando 2,47% negativos (R\$21.075.406) quando considerado o custo de captação.

	Reservas Internacionais		Custo de Captação (%)	Custo de Manutenção das Reservas Internacionais	
	Saldo Médio (R\$ mil)	Rentabilidade, exclusive correção cambial (%)		(%)	(R\$ mil)
3º Trimestre/2013	853.337.796	0,35	(1,61)	(1,26)	(10.768.436)
4º Trimestre/2013	853.548.399	(0,07)	(2,40)	(2,47)	(21.075.406)
<b>Total do Semestre</b>					<b>(31.843.842)</b>

**d) Rentabilidade da carteira de títulos, destacando os de emissão da União – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:**

A rentabilidade da carteira de títulos do BCB, composta exclusivamente por títulos de emissão da União, foi de R\$21.542.807 no 3º trimestre e de R\$24.952.209 no 4º trimestre, totalizando R\$46.495.016 no 2º semestre de 2013.

Presidente: Alexandre Antonio Tombini

Diretores: Aldo Luiz Mendes, Altamir Lopes, Anthero de Moraes Meirelles, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Luiz Awazu Pereira da Silva, Luiz Edson Feltrim e Sidney Corrêa Marques

Chefe do Departamento de Contabilidade e Execução Financeira: Eduardo de Lima Rocha

Contador – CRC-DF 12.005/O-9

**Banco Central do Brasil**  
**Relatório dos auditores independentes**  
**sobre as demonstrações financeiras**  
**31 de dezembro de 2013**

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores  
Banco Central do Brasil

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil ("BCB") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa em moeda estrangeira para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração do BCB é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nessa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do BCB para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do BCB. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Central do Brasil

### **Opinião**

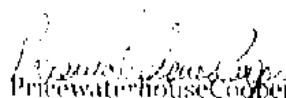
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa em moeda estrangeira para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

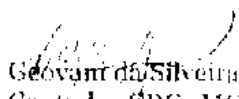
### **Outros assuntos**

#### **Informações suplementares**

Examinamos, também, as informações contábeis contidas nas informações suplementares apresentadas na Nota no. 41, as quais não são requeridas pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) mas estão sendo apresentadas em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas informações contábeis foram submetidas aos mesmos procedimentos descritos anteriormente e, com base em nossa opinião, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014

  
Renato Soares Aguiar  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SPe00160/O-5 "F" DF

  
Geovani da Silva Fagundes  
Contador CRC 1MG051926/O-6 "S" DF

*(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura: 25-2-2014

- até 2/3 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;
- até 17/3 prazo para apresentação de relatório;
- até 24/3 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e
- até 31/3 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no *Diário do Senado Federal* de 26 de fevereiro do corrente.

O Aviso será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Ofício nº 44, de 2014**, do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, que encaminha a republicação do Relatório de Gestão Fiscal do referido Órgão, referente ao terceiro quadrimestre de 2013.

O Ofício será juntado ao processado do **Ofício do Congresso Nacional nº 3, de 2014**.

A matéria será publicada no *Diário do Senado Federal* de 26 de fevereiro do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício na íntegra:

Ofício n.º ~~44~~ /GP – SOF

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

**Assunto:** Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre de 2013

Senhor Presidente,

Em vista do que estabelece o art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça retificado, 3º Quadrimestre de 2013, de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000.

Atenciosamente,

Ministro Joaquim Barbosa  
Presidente



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça***PORTARIA Nº 3, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2014.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o inciso III e o parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

**RESOLVE:**

Republicar o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao terceiro quadrimestre de 2013, em face das alterações propostas pela Secretaria do Tesouro Nacional na metodologia de apuração dos Demonstrativos de Caixa e de Inscrição de Restos a Pagar, conforme Ofício-Circular nº 1/2014/SUCON/STN/MF-DF, de 24.01.2014.

Assinatura manuscrita de Joaquim Barbosa, escrita em tinta preta, com uma caligrafia fluida e estilizada.

**Ministro Joaquim Barbosa**



UNIÃO: PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO 2013 A DEZEMBRO 2013

RGE - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ MIL

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.410.628,32	740.580,23
Pessoal Ativo	29.410.628,32	740.580,23
Sentenças Judiciais Sem Precedência (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais Com Precedência (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Outras Despesas com Pessoal Ativo	29.410.628,32	740.580,23
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Sentenças Judiciais Sem Precedência (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais Com Precedência (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Outras Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	367,70	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Descontos de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	367,70	
Inativos e Pensionistas em Recursos Vinculados		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	29.410.260,62	740.580,23
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + II b)		740.580,23

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		656.894.218.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,004596%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,017000%	111.536.017,06
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,016150%	105.959.216,21
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,015300%	100.382.415,35

FONTE: SIAFI Gerencial e Resolução CNI 177/2013.

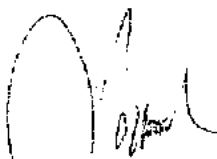
Nota: I - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

(a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

(b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 55, inciso II da Lei 4.320/64.



Weruê Pereira e Silva  
Secretaria de Orçamento e Finanças



Sérgio José Américo Pedreira  
Diretor-Geral



Sabatini Gomes dos Santos  
Secretário de Controle Interno

Tabela 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0100- Recursos Ordinários	121.235.018,08	35.765.227,00	85.969.791,08
0150- Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	958.786,58	-	958.786,58
0195 - Doações de Entidades Internacionais	212.500,00	-	212.500,00
0300- Recursos Ordinários	8.902,69	3.181,27	5.721,42
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS (I)	122.915.207,35	35.768.408,27	87.146.799,08
Obrigações Contas Bancárias - Caução	47.826,92	47.826,92	-
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS (II)	47.826,92	47.826,92	-
TOTAL (III) = (I + II)	122.963.034,27	35.816.235,19	87.146.799,08

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>			
---	--	--	--

FONTE: SIAFI, Secretaria de Orçamento e Finanças -SOF

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.


Weruine Pereira e Silva  
Secretário de Orçamento e Finanças



Salatiel Gomes dos Santos  
Secretário de Controle Interno



Sérgio José Américo Pedreira  
Diretor-Geral

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso II, alínea "b")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RENTES/RECEITAS PAGAS				RENTES/RECEITAS CASA QUÍMICA (INSCRIÇÃO EM RENTES/RECEITAS DO EXERCÍCIO)	RENTES/RECEITAS CASA QUÍMICA (INSCRIÇÃO EM RENTES/RECEITAS DO EXERCÍCIO)	RENTES/RECEITAS CASA QUÍMICA (INSCRIÇÃO EM RENTES/RECEITAS DO EXERCÍCIO)	RENTES/RECEITAS CASA QUÍMICA (INSCRIÇÃO EM RENTES/RECEITAS DO EXERCÍCIO)
	Receitas em Fôlores (Inscrição)		Receitas em Fôlores (Inscrição)					
	Receitas em Fôlores (Inscrição)	Receitas em Fôlores (Inscrição)	Receitas em Fôlores (Inscrição)	Receitas em Fôlores (Inscrição)				
0100 - Recursos Ordinários	15.150,41	559.802,70	3.805.238,00	73.104.204,36	83.969.791,48	938.786,58	212.500,00	5.721,42
0150 - Recursos Não Financeiros Dist. Acreditados	-	3.181,27	-	-	-	-	-	-
0195 - Doações de Entidades Intermunicipais	-	-	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários	15.150,41	562.983,97	3.805.238,00	73.122.425,78	87.146.799,08	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS (I)	15.150,41	562.983,97	3.805.238,00	73.122.425,78	87.146.799,08	-	-	-
TOTAL DOS DENÁIS RECURSOS (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
RENTES/RECEITAS (I) + (II)	15.150,41	562.983,97	3.805.238,00	73.122.425,78	87.146.799,08	-	-	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	-	-	-	-	-	-	-	-
FONTE: SIAFI GERAL	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota: 1- A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.



Werner Perdomo e Silva  
Secretário de Orçamento e Finanças



Sérgio José Américo Pedreira  
Diretor-Geral



Salatiel Gomes dos Santos  
Secretário de Controle Interno


UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013


LRF, art. 48 - Anexo VII


R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	30.150.840,85	0,004596%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,017000%>	111.536.017,06	0,017000%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,016150%>	105.959.216,21	0,016150%
Limite Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <0,015300%>	100.382.415,35	0,015300%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Total	73.322.425,78	87.146.799,08

FONTE: SIAFI

  
Werne Pereira e Silva  
Secretário de Orçamento e Finanças

  
Sérgio José Américo Pedreira  
Diretor-Geral

  
Salatiel Gomes das Santos  
Secretário de Controle Interno

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Alvaro Dias, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Minoría/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para comunicar à Casa que ontem fui ao Supremo Tribunal Federal, impetrar mandado de segurança contra a Presidente da República, o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e o Presidente do BNDES, em razão dos empréstimos secretos concedidos a Cuba e a Angola, em nosso entendimento, afrontando a Constituição do País.

Por várias oportunidades, tentamos obter informações a respeito desses empréstimos, e elas nos foram negadas.

Recentemente, quando estive na Comissão de Assuntos Econômicos, o Presidente Luciano Coutinho afirmava que os empréstimos eram secretos porque a legislação daqueles países impõe o sigilo, e nós indagamos dele se o Governo brasileiro preferia respeitar a legislação de outros países e desrespeitar a nossa, afrontando a Constituição. O Presidente ficou sem resposta.

O Ministro não respondeu ao questionamento que fizemos com base na Lei de Acesso à Informação, o que significa dizer que o Governo também boicota a Lei de Acesso à Informação. Comprometem, dessa forma, uma atribuição legislativa essencial que é a de fiscalizar o Governo.

Por essa razão, entregamos nas mãos do Presidente Joaquim Barbosa, na tarde de ontem, esse mandado de segurança, que tem agora designado como Relator o Ministro Luiz Fux.

O comunicado que faço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e à Casa é de que o Ministro Luiz Fux será o Relator desse mandado de segurança que impetramos ontem junto ao Supremo Tribunal Federal.

Esperamos que o Supremo Tribunal Federal possa arrebanhar essa caixa-preta, o sigilo inexplicável de empréstimos com o dinheiro público, à custa do contribuinte brasileiro, sem que a sociedade possa saber quais os objetivos, os prazos de carência, as taxas de juros privilegiadas. Portanto, Sr. Presidente, trata-se de defender o interesse público, de defender o interesse do País. Não há nenhuma explicação para se afrontar a Constituição do País em respeito à legislação de ditaduras perversas, que se prolongam ao longo do tempo e da história, alimentadas pelo dinheiro inclusive do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Quería comunicar à Casa que dentro do espírito adotado aqui no Senado Federal, de aprofundar debates sobre determinados temas, os presidentes de comissões sugeriram hoje a realização de três sessões temáticas. A primeira será sobre segurança pública, uma das maiores angústias nacionais. E ainda sem datas definidas, nós vamos fazer uma outra sessão temática sobre mobilidade urbana e uma outra sessão temática sobre educação e trabalho. Essas outras duas sessões temáticas serão colocadas no calendário de funcionamento do Senado Federal durante este ano legislativo.

E queria avisar também que entre os projetos prioritários, aos quais me referi há pouco, fruto da reunião no dia de hoje, estão: a obrigatoriedade de os Municípios criarem brigadas de incêndio quando não houver contingente do corpo de bombeiros; a proteção a pedestres e condutores de veículos não motorizados; a competência privativa do Senado Federal para decidir sobre tratados, acordos e atos internacionais; a política de proteção à adolescência; a transferência de dados informáticos para autoridades públicas para apuração de crimes praticados contra crianças e adolescentes; o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; a Carteira de Trabalho por meio eletrônico; o combate ao tráfico internacional de pessoas; e também o projeto que cria a figura do padrinho legal como responsável pelo sustento e manutenção de menores.

Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Estão inscritos os Senadores Valdir Raupp, Benedito de Lira, Cícero Lucena, Humberto Costa, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias – já falou –, Flexa Ribeiro – já falou –, Ivo Cassol, Pedro Simon, Ana Rita, José Pimentel, Casildo Maldaner, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e outros oradores.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu agradeço, mas eu já usei a palavra hoje como orador inscrito. Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita. Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezadas colegas Senadoras, prezados colegas Senadores, espectadores da TV Senado e ou-



vintes da Rádio Senado, demais pessoas aqui presentes, venho à tribuna hoje para destacar datas importantes que comemoramos neste mês.

Primeiro, a conquista dos 82 anos do direito ao voto feminino. Foi em 24 de fevereiro de 1932, com a entrada em vigor do Código Eleitoral Provisório, que as mulheres tiveram garantido em lei o direito de votar no Brasil. Conquistamos o direito ao voto na década de 30, e em 1934 foi eleita a primeira Deputada Federal. A primeira Senadora, a aguerrida Eunice Michilis tomou posse em 1979 e a Presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher a assumir a Presidência da República, foi eleita em 2010.

Segundo o IBGE, o Brasil tem quase 142 milhões de eleitores, sendo que quase 74 milhões são mulheres, o equivalente a 52% do total de eleitores. Embora sejamos maioria entre os eleitores e embora estejamos sob o Governo da primeira Presidenta da história do Brasil, atualmente as mulheres ocupam somente 8,6% das cadeiras do Senado, enquanto que, na Câmara, o percentual é de 8,6% do total de Parlamentares.

Isso revela que ainda são inúmeras as dificuldades para ampliar a participação feminina na política e nos espaços de poder. Além da histórica divisão entre a esfera pública, destinada ao público masculino, e a esfera privada, normalmente destinada ao público feminino, que durante muito tempo sustentou a ausência das mulheres na política, há outras dificuldades decorrentes da divisão sexual do trabalho. Às mulheres ainda é destinada a maior parte das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos e filhas, o que atrapalha a nossa participação nos partidos políticos e, conseqüentemente, na vida política.

Além disso, há resistência de muitos partidos em criar condições para uma igualdade de participação das mulheres nas direções partidárias, nas listas de candidaturas e na distribuição de recursos para as campanhas. Por isso, é importante mudanças legais que determinem a equidade de gênero nesses espaços.

Lembro que no PT aprovamos por maioria indiscutível a participação feminina de 50% na composição das direções, delegações, comissões e cargos com funções específicas de secretarias. A nova direção, que assumiu no final do ano passado, já está com essa configuração. Fomos o primeiro partido a adotar a paridade em nosso País. Saúdo o meu partido por essa corajosa decisão e pelos nossos 34 anos, completados neste mês.

Em 10 de fevereiro de 1980, nascia o Partido dos Trabalhadores. Junto conosco nascia, também, uma história de lutas e de identidade dos trabalhadores e das trabalhadoras, do povo pobre e excluído do nosso querido Brasil. São 34 anos do PT, que, por praticamente um terço deste tempo, vem governando o nosso País: primeiro, com o companheiro Lula; e, agora, com a Presidenta Dilma Rousseff.

O PT é resultado do esforço de milhões de brasileiras e de brasileiros. É o resultado de homens e mulheres que se dedicam, incansavelmente, à luta política e à luta social para construir uma nova sociedade. Com a força do povo, crescemos. O resultado desta luta é que estamos mudando os rumos e a face do nosso País.

Aproveito para lembrar que, durante a maior parte da história brasileira, as elites reservaram ao povo um papel de coadjuvante e de massa de manobra. Mas, na década de 80, essa situação foi subvertida. Intensificam-se as greves, as ocupações, as mobilizações e as eleições. É dessas lutas e do conseqüente aumento do nível de consciência da classe trabalhadora que surge a reconstrução da UNE, a criação da CUT e o MST. É justamente nesse período de forte efervescência social e política que surge o PT, para se transformar na principal organização política das trabalhadoras e dos trabalhadores do Brasil.

Na década de 80, com essas e outras entidades, fomos protagonistas nas grandes lutas sociais. Na luta pela redemocratização do País, fomos de peito aberto defender o direito de votar para presidente na histórica campanha das Diretas Já, que recentemente completa 30 anos. Após a derrota, tivemos a coragem e a rigidez de princípios em não reconhecer a transição negociada e não comparecermos ao Colégio Eleitoral. Fomos também protagonistas nas grandes reivindicações por uma nova Constituinte, hoje fundamental para o estabelecimento da democracia e garantia de direitos.

Durante a década de 90, fomos protagonistas nas grandes marchas a Brasília pela valorização do salário mínimo. Marchamos juntos com o MST pela reforma agrária e fomos firmes na oposição ao governo neoliberal do Fernando Henrique Cardoso.

Um partido de esquerda com referência na classe trabalhadora sabe aliar a luta institucional à luta social. Quanto à luta institucional, temos muito orgulho do que fizemos, estamos fazendo e ainda iremos fazer.

Aniversários são momentos de celebração que nos fazem lembrar a nossa caminhada, os momentos difíceis, os desafios superados, as conquistas, as vitórias e que temos pela frente muito ainda para conquistarmos e avançarmos.

Para o ano de 2014, temos como prioridade a reeleição da companheira Dilma Rousseff, em condições de fazer um segundo mandato superior, que aprofunde as mudanças, e seja marcado por reformas estruturais no País.

Entre estas condições está exatamente um maior nível de consciência, mobilização e organização da sociedade brasileira, especialmente dos trabalhadores e das trabalhadoras e dos setores médios identificados com o programa democrático-popular.



Nesse sentido, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, é fundamental a articulação do PT com os movimentos sociais e um canal de diálogo permanente com as suas lideranças. É fundamental, também, a participação ativa da militância petista nas lutas sociais convocadas pelos movimentos e organizações do campo democrático e popular.

Fazem parte dessa agenda: o plebiscito popular pela Constituinte exclusiva e soberana do sistema político; a coleta de assinaturas para a Lei da Mídia Democrática; a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salários; o fim do Fator Previdenciário; o combate às terceirizações; as reformas agrária e urbana; a luta pela memória, verdade e justiça aos 50 anos do golpe militar; os 10% do PIB para a educação pública; o marco civil da Internet; a ampliação do financiamento do SUS (o Saúde+10); a desmilitarização das polícias; o combate ao racismo e o enfrentamento à violência contra a juventude negra; a autonomia e a garantia dos direitos das mulheres; o direito à diversidade e a criminalização da homofobia; a reforma agrária e a garantia dos direitos da população indígena.

Trata-se, ainda, de ampliar o diálogo partidário sobre a agenda política aberta pelas jornadas de junho e julho de 2013, sobre as mudanças na formação social brasileira, bem como em relação às novas formas de participação e aos direitos reivindicados nas ruas e nas redes sociais.

O PT deve se dedicar a compreender e a politizar o debate sobre a entrada de novos personagens na cena política do País, a organização da nova classe trabalhadora, da juventude e o comportamento dos setores médios de nossa sociedade. Essa é a marca do nosso Partido e tem sido a essência do nosso Governo.

Onze anos atrás, quando o PT assumiu a Presidência, o companheiro Lula prometeu diminuir a desigualdade, transformar o Brasil em um País justo para todos os brasileiros, em especial para aqueles mais pobres. Quando a companheira Dilma tomou posse, prometeu continuar a consolidação pelo esforço do povo brasileiro. Hoje, apesar dos enormes problemas que ainda precisam ser enfrentados, superados, o Brasil avançou significativamente: é muito mais justo, mais forte e soberano.

Completamos 34 anos com muitos motivos para celebrar. Reduzimos a inflação, de 12,5%, em 2002, para os 5,9% atuais, e continuamos trabalhando para trazê-la ao centro da meta.

Colocamos os mais pobres no centro das políticas econômicas, dinamizando o mercado e reduzindo a desigualdade. Criamos 21 milhões de empregos, 36 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza e 42 milhões alcançaram a classe média. Ampliamos o financiamento e o acesso ao ensino superior, com o ProUni, o Reuni, o Fies e as cotas, e duplicamos para 7 milhões as matrículas nas universidades, políticas públicas essas que levaram 60 mil jovens a estudar nas melhores universidades do mundo. Abrimos mais escolas técnicas em 11 anos do que se fez em todo o século XX. O Pronatec qualificou mais de 5 milhões de trabalhadores e destinamos 75% dos *royalties* do petróleo para a educação.

Os principais feitos do Partido dos Trabalhadores estão materializados no nosso dia a dia. São os compromissos do nosso Partido com o desenvolvimento econômico intrinsecamente aliado ao social, a sustentabilidade ambiental, a distribuição de renda, com uma forte política de inclusão social, a afirmação da soberania nacional, a recuperação do Estado como promotor de cidadania e indutor do crescimento econômico, a defesa da democracia e das instituições do Estado democrático de direito.

Por fim, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nesses 34 anos, desejo que o PT continue a fazer, nas instituições importantes do Brasil, um ponto de apoio na luta da classe trabalhadora pelo poder. Desejo que o PT implemente um programa de transformações estruturais no Brasil, que altere qualitativamente a distribuição da riqueza, da renda e da propriedade privada.

Desejo, ainda, que o PT continue lutando pelo socialismo, por uma sociedade sem exploração nem opressão. Desejo, também, que o PT continue sendo a voz das classes trabalhadoras brasileiras, especialmente dos negros, das mulheres, dos jovens, de todos e de todas as vítimas do preconceito, da homofobia, do sexismo, da violência, da exploração e da opressão.

Parabéns ao PT! Parabéns aos nossos e nossas militantes e a todas e todos que ajudam a construir o Partido dos Trabalhadores em nosso País!

Finalizo, Sr. Presidente, parabenizando, mais uma vez, todos os companheiros e companheiras dos mais distantes lugares de nosso País que enfrentam o dia a dia como gestores, como militantes dos movimentos sociais e como militantes de nosso Partido que ajudam a construir um Brasil melhor.

Diante disso, Sr. Presidente, repito: Parabéns ao PT! Parabéns à classe trabalhadora! Muito obrigada pelo tempo que me foi concedido.

*Durante o discurso da Srª Ana Rita, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ataídes Oliveira.*

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Agradeço a V. Exª pelo pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

### PARECER Nº 71, DE 2014

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para 16 (dezesseis) anos a idade para imputabilidade penal (tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 90, de 2003; 74 e 83, de 2011; 33, de 2012; e 21, de 2013)**

**Relator:** Senador **Randolfe Rodrigues**

#### I – Relatório

No âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o ilustre Senador RICARDO FERRAÇO apresentou relatório sobre Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 33, de 2012, de autoria do ilustre Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA e outros senadores, cuja ementa é transcrita acima.

O nobre relator das matérias conclui pela admissibilidade da citada PEC que *“preenche o requisito do art. 60, I, da Constituição da República”* e não esbarraria *“nos óbices dos art. 60, I, §§ 1º, 2º, 4º e 5º, [também] da Constituição Federal”*. No mérito, exalta e aprova o que entende ser *“uma terceira via tanto racional quanto ponderada para o problema da delinquência juvenil em nosso país”*.

Em 31.01.2013, a Mesa do Senado Federal aprovou o Requerimento nº 1.175, de 2012, do Senador BENEDITO DE LIRA, deferindo a tramitação conjunta também das Propostas de Emenda à Constituição nºs 74 e 83, de 2011.

A PEC nº 74, de 2011, de autoria do Senador ACIR GURGACZ, reduz para quinze anos a maioria penal nos casos de homicídios dolosos e roubos seguidos de morte. Já a PEC nº 83, de 2011, do Senador CLÉSIO ANDRADE, simplesmente altera a maioria penal para os dezesseis anos, tornando ainda o voto obrigatório para essa faixa de idade.

Em 05.07.2013, a Mesa do Senado Federal aprovou o Requerimento nº 712, de 2013, do relator, Senador RICARDO FERRAÇO, deferindo a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 90, de 2003; e 21, de 2013.

A PEC nº 20, de 1999, de autoria do Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA reduz para 16 anos a maioria penal em todos os casos, desde que constatado o amadurecimento intelectual e emocional do agente. A PEC nº 90, de 2003, torna inimputáveis os maiores de 13 anos em caso de cometimento de crime hediondo e a PEC nº 21 de 2013, torna inimputáveis apenas os menores de 14 anos.

#### II – Análise

Com o presente voto em separado, pretendemos, com todo respeito, expor nossas divergências quanto à análise da PEC nº 33, de 2012. A nosso sentir, a proposta de emenda à Constituição nº 33, de 2012, é **manifestamente inconstitucional** por violação ao art. 60, § 4º, IV da Constituição Federal (CF).

É que a proposição pretende alterar os arts. 129 e 228 da CF com a finalidade de reduzir a maioria penal de 18 (dezoito) para 16 (dezesseis) anos, ainda que em casos excepcionais, conforme segue:

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I – promover, privativamente, a ação penal pública e o incidente de desconsideração de inimputabilidade penal de menores de dezoito e maiores de dezesseis anos.

.....” (NR)

“Art. 228. ....

Parágrafo único. Lei complementar estabelecerá os casos em que o Ministério Público poderá propor, nos procedimentos para a apuração de ato infracional praticado por menor de dezoito e maior de dezesseis anos, incidente de desconsideração da sua inimputabilidade, observando-se:

I – Propositura pelo Ministério Público especializado em questões de infância e adolescência;

II – julgamento originário por órgão do judiciário especializado em causas relativas à infância e adolescência, com preferência sobre todos os demais processos, em todas as instâncias;

III – cabimento apenas na prática dos crimes previstos no inciso XLIII, do art. 5º desta Constituição, e múltipla reincidência na prática de lesão corporal grave e roubo qualificado;

IV – capacidade do agente de compreender o caráter criminoso de sua conduta, levando em conta seu histórico familiar, social, cultural e econômico, bem como de seus antecedentes infracionais, atestado em laudo técnico, assegurada a ampla defesa técnica por advogado e o contraditório;

V-efeito suspensivo da prescrição até o trânsito em julgado do incidente de desconconsideração da imputabilidade.

VI-cumprimento de pena em estabelecimento separado dos maiores de dezoito anos.” (NR)

A presente proposta de alteração do texto constitucional encontra óbice nos limites impostos pela própria Constituição ao vedar propostas de Emendas Constitucionais que visem a abolir direitos e garantias individuais, verbis: “Art. 60, (...), 4º – Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: IV – os direitos e garantias individuais.”

O legislador constituinte originário estabeleceu como critério objetivo de imputabilidade penal o critério biológico. Isto significa dizer que somente os indivíduos maiores de 18 (dezoito) anos são imputáveis criminalmente. Tal fato não isenta a responsabilidade penal dos menores infratores. A Lei nº 8.069, de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que o menor infrator responderá por seus atos infracionais, na seguinte forma:

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII – acolhimento institucional;

VIII – inclusão em programa de acolhimento familiar;

IX – colocação em família substituta.

Assim, a idade da imputabilidade penal constitui direito fundamental do indivíduo previsto na Constituição como cláusula pétrea já que o constituinte originário teve a preocupação de fixar, expressamente, na própria Constituição, seu termo aos 18 (dezoito) anos de idade.

Alterar o texto constitucional sobre a maioridade penal, mesmo que de forma excepcional, como apresentado na presente Proposta de Emenda, é uma afronta direta ao núcleo essencial imutável da Constituição.

Afinal, o Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar a ADI nº 939/DF proferiu entendimento de que as cláusulas pétreas podem estar previstas fora do Título II da Constituição, que elenca apenas um rol, não taxativo, de direitos e garantias fundamentais, conforme destacado no voto do Ministro Marco Aurélio:

*“(..) não temos, como garantias constitucionais, apenas o rol do artigo 5º da Lei Básica de 1988. Em outros artigos da Carta encontramos, também, princípios e garantias do cidadão, nesse embate diário que trava com o Estado, e o objetivo maior da Constituição é justamente proporcionar uma certa igualação das forças envolvidas – as do Estado e as de cada cidadão considerado de per se(..)” (STF, ADIn 939-7 – DF, p. 259)*

Nesse *leading case* o STF assentou que é vedado ao **legislador derivado** alterar dispositivos da Constituição, através de Emendas Constitucionais, se estas acarretarem violação a princípios basilares do Estado Democrático de Direito. A esse respeito, segue transcrição de trecho do voto do Ministro Celso de Mello:

*“As denominadas **cláusulas pétreas** representam, na realidade, categorias normativas subordinantes que, achando-se pré-excluídas, por decisão da Assembleia Nacional Constituinte, do poder de reforma do Congresso Nacional, evidenciam-se como temas insuscetíveis de modificação pela via do poder constituinte **derivado** (...) O **telos** dessa norma destina-se a preservar, dentro de nosso ordenamento positivo, o núcleo essencial do sistema democrático-constitucional vigente no Brasil (...) Desse modo, não assiste ao Congresso Nacional qualquer poder de reverter ou reapreciar o sistema de valores consagrados na Constituição, dentre os quais avultam, por sua indiscutível relevância, o postulado da Federação e o princípio tutelar dos direitos e garantias individuais (...)” (STF, ADIn 939-7 – DF, p. 294-296)*

Ante o exposto, não admitimos a tramitação da PEC nº 33, de 2012, por afronta ao art. 60, § 4º, IV, da Constituição, uma vez que a maioridade penal aos 18 (dezoito) anos é direito fundamental do indivíduo, gravado na Carta Magna pelo constituinte originário como cláusula pétrea, portanto, insuscetível de alteração pelo constituinte derivado.

Mas ainda que assim não fosse, também no mérito, a Proposta de Emenda à Constituição não merece ser aprovada. Em que pese o argumento de que a onda de violência social cometida por menores infratores seja fruto da impunidade, com a devida vênia, tal argumentação carece de fundamentação.

A Constituição Federal estabelece ser dever do Estado garantir à criança e ao adolescente todas as condições materiais para o desenvolvimento e aprimoramento da sua personalidade, como disposto no artigo 227 da Constituição Federal, *in verbis*:

*“Art. 227. **É dever** da família, da sociedade e **do Estado** assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, **com absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”*

Assim, considerando-se o caráter de **prioridade constitucional absoluta**, a PEC nº 33, de 2012, ao propor a redução da maioria penal, constitui o ato mais extremo que o Estado pode tomar em relação a esses sujeitos de direitos, uma vez que os efeitos dessa intervenção atingem diretamente a esfera de liberdade desses indivíduos, razão pela qual atenta contra o princípio da proporcionalidade:

*“Essa orientação, que permitiu converter o princípio da reserva legal (Gesetzesvorbehalt) no princípio da reserva legal **proporcional** (Vorbehalt des verhältnismässigen Gesetzes), pressupõe não só a **legitimidade** dos meios utilizados e dos fins perseguidos pelo legislador mas também a **adequação** desses meios para a consecução dos objetivos pretendidos (Geeignetheit) e a necessidade de sua utilização (Notwendigkeit oder Erforderlichkeit (MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet Branco. Curso de Direito Constitucional. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 331)*

Afinal, o Estado dispõe de meios menos onerosos para atingir o objetivo pretendido, qual seja: o combate à violência praticada por menores infratores. Nem é a redução da maioria penal o meio mais eficaz para o combate à violência cometida por menores infratores.

A resposta que a sociedade espera do Estado é a satisfação dos direitos e garantias fundamentais das crianças e dos adolescentes previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990). E não o contrário.

Neste ponto, o próprio autor da proposição em exame reconhece que o Estatuto da Criança e do Adolescente não foi integralmente implementado, admitindo assim a omissão estatal na satisfação dos direitos e garantias previstos neste Estatuto.

Todas essas considerações também se aplicam, até com maior razão, ao proposto pelas PECs nºs 74 e 83, ambas de 2011, já que estas simplesmente reduzem a maioria penal sem a previsão de qualquer procedimento de caráter excepcional.

### III – Voto

Em razão do exposto, somos pela **rejeição** das Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 90, de 2003; 74 e 83, de 2011; 33, de 2012; e 21, de 2013.

SENADOR VITAL DO REGO, Presidente

 Relator



## SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, de 1988, QUE TRATA DA EM CONJUNTO COM: PEC 80/2003, PEC 74/2011, PEC 83/2011, PEC 33/2012 e PEC 21/2013

ASSIM O PARECER, NA 3ª REUNIÃO, DE 19/02/2014, (SR(S) SENHORE(S) SENADOR(S))

PRESIDENTE: Senador Paulo GuedesRELATOR: Senador Paulo Guedes

## Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PSCdB)

José Bonfatti (PT)

1. Angéla Pontal (PT)

Luiz Lúcio (PT)

2. Eliane da Silva (PSB)

Pedro Taques (PDT)

3. Jorge Viana (PT)

Aureli Dória (PT)

4. Adri Gurgacz (PDT)

Antonio Carlos Vazquez (PSD)

5. Walter Bulygo (PT)

Inácio Amora (PSDB)

6. Rodrigo Rollemberg (PSB)

Edmarina Leizaola (PFB)

7. Humberto Costa (PT)

Fernanda Rios (PSD)

8. Paulo Paim (PT)

Eduardo Cunha (PP)

9. Wellington Dias (PT)

## Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PSB, PMDB, PP)

Edmario Braga (PMDB)

10. Carlos Magalhães (PP)

Márcio Jorge (PMDB)

11. Solange Resende (PMDB)

Pedro Simon (PMDB)

12. Vago

Ricardo Fereira (PMDB)

13. Clécio Andrade (PMDB)

Luiz Henrique (PMDB)

14. Yvelin Barão (PMDB)

Júlio Oliveira (PMDB)

15. Paulo Sérgio Lima (PP)

Francisco Demócio (PP)

16. Waldemar Mota (PMDB)

Sérgio Pontes (PSD)

17. Róger Abreu (PMDB)

Renato Jrá (PMDB)

18. Lídia Faria (PMDB)

## Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Vera Neves (PSDB)

19. Lúcia Vânia (PSDB)

Cássio Cunha Lima (PSDB)

20. Flávio Rêgo (PSDB)

Alvaro Dias (DEM)

21. Gláucio Moraes (PSDB)

José Agripino (DEM)

22. Paulo César (PSDB)

Maya e Nádia Faria (PSDB)

23. Cyro Marchion (PSDB)

## Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PRB, PSD, PR)

Amarco Monteiro (PTB)

1. Ciro (PTB)

Mozart da Mota (PTB)

2. Leônidas Amaral (PSB)

Adriano Mello (PR)

3. Elaro Magalhães (PR)

Antonio Carlos Rodrigues (PR)

4. Alencar Braz (PR)

LEGISLAÇÃO CITADA  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....  
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....  
Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

.....  
§ 1º – A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º – A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

.....  
§ 4º – Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

.....  
IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º – A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....  
Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

.....  
Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

.....  
Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

**Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**

.....  
Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII – abrigo em entidade;

VIII – colocação em família substituta.

Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

VII – acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência



VIII – inclusão em programa de acolhimento familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência  
IX – colocação em família substituta. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

.....  
Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

.....  
Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.  
.....

## VOTO VENCIDO

**Relator:** Senador **Ricardo Ferraço**

### I – Relatório

Trata-se das Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 20, de 1999, 90, de 2003, 74 e 83, de 2011, 33, de 2012 e 21, de 2013.

A PEC nº 20, de 1999, torna imputáveis, para quaisquer infrações penais, os infratores com dezesseis anos ou mais de idade, com a condição de que, se menor de dezoito anos, seja constatado seu amadurecimento intelectual e emocional.

A PEC nº 90, de 2003, torna imputáveis os maiores de treze anos em caso de prática de crime hediondo.

A PEC 74, de 2011, acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente imputáveis os maiores de quinze anos.

Já a PEC 83, do mesmo ano, estabelece a maioridade civil e penal aos dezesseis anos, tornando obrigatório o exercício do voto nesta idade. Ademais torna as pessoas maiores de dezesseis anos capazes para exercer diretamente todos os atos da vida civil.

A proposta de emenda à Constituição nº 21, de 2013, apenas livra da imputabilidade penal plena os menores de quinze anos.

Já a PEC 33 destoa das demais propostas buscando alterar a Carta Magna para possibilitar a imputação penal dos menores de dezoito e maiores de dezesseis anos, mediante incidente de desconsideração da inimputabilidade, a ser promovido privativamente pelo Ministério Público, nos termos de lei complementar, que deverá observar os seguintes preceitos:

a) cabimento do incidente apenas nos casos dos crimes previstos no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal – tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e crimes hediondos – ou na hipótese de múltipla reincidência na prática de lesão corporal grave ou roubo qualificado;

b) propositura pelo Ministério Público especializado em questões de infância e adolescência; c) competência do órgão judiciário especializado em questões de infância e adolescência.

c) competência do órgão judiciário especializado em questões de infância e adolescência.

A procedência do pedido de desconsideração da inimputabilidade penal, ademais, dependerá da comprovação da capacidade do agente de compreender o caráter criminoso de sua conduta, levando em conta seu histórico familiar, social, cultural e econômico, bem como de seus antecedentes infracionais, atestada em laudo técnico, asseguradas a ampla defesa e o contraditório.

A proposição estabelece ainda que a prescrição se suspende até o trânsito em julgado do incidente e que o cumprimento de pena decorrente de eventual sentença condenatória deverá se dar em estabelecimento distinto dos destinados aos presos maiores de dezoito anos.

Da justificação da Proposta constam os seguintes argumentos:

“Não se pode questionar o fato de que sob a proteção deste mesmo estatuto (ECA), menores infratores, muitas das vezes patrocinados por maiores criminosos, praticam reiterada e acintosamente delitos que vão desde pequenos furtos, até crimes como tráfico de drogas e mesmo homicídios, confiantes na impunidade que a Constituição e o ECA lhes conferem.

É o caso, por exemplo, de Genilson Torquato, de Jaguaratama, no Ceará, hoje já maior de idade e livre, assassino confesso de 11 pessoas, dos 15 aos 18 anos. Ou do adolescente de Maringá, conhecido como o “Cão de Zorba” que confessou ter matado 3 pessoas e teria encomendada a morte de mais 4. Ou ainda de M.B.F., o “Dimenor”, ligado à facção criminosa paulista P.C.C., que aos 17 anos confessou a morte de 6 pessoas a mando de traficantes, a primeira delas quando tinha apenas 12 anos de idade.

Muitos não de lembrar-se do menino “Champinha”, que comandou o sequestro e morte de um casal de jovens em São Paulo. Ressalte-se que este garoto já houvera sido assistido e recolhido por diversas instituições especializadas na recuperação de menores infratores, antes de praticar tão odioso crime. Mais recentemente, tivemos notícia do menor no Rio Grande do Sul, autor de 112 atos infracionais, no momento de uma audiência tentou matar a promotora de um dos seus casos.

Compreendemos perfeitamente os riscos de se legislar em função de casos específicos, dando um caráter geral ao que poderia ser tratado de forma particular, especialmente em se tratando de reforma da nossa ainda jovem Constituição. Também somos contra o que se convencionou chamar de “legislação penal de urgência”, em que o legislativo se move motivado por tragédias ou crimes que chocam a comunidade, com grande repercussão midiática.

Mas algo precisa ser feito em relação a determinados e específicos casos, que infelizmente têm se proliferado à sombra da impunidade e longe do alcance de nossas leis.”

As propostas não receberam emendas.

## II – Análise

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à análise da proposição quanto a sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, as Propostas de Emenda à Constituição preenchem o requisito do art. 60, I, da Constituição da República, tendo sido assinadas por mais de um terço dos membros da Casa.

Ademais, as propostas não esbarram nos óbices dos art. 60, I, §§ 1º, 2º, 4º e 5º, da Constituição Federal e arts. 354, §§ 1º e 2º, e 373 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF.

Quanto ao mérito, alguns apontamentos preliminares mostram-se necessários. O Código Penal brasileiro, que data de 1940, adotou um critério puramente biológico e naturalístico ao estabelecer que “os menores de dezoito anos são penalmente irresponsáveis” (art. 23), o que foi mantido na reforma do Código de 1984, que alterou a redação para “os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis” (art. 27), critério que foi recepcionado pelo legislador constituinte de 1988, ao redigir o art. 228 da Constituição Federal, objeto das Propostas de Emenda à Constituição em comento.

Com efeito, a idade acima dos dezoito anos é condição necessária e *sine qua non* para a imputabilidade penal. O que significa dizer que um menor de dezoito anos não é dotado, por força de lei, de capacidade de culpabilidade, ou seja, não pode responder por seus atos, e contra isso não se admite prova em contrário, tratando-se, portanto, de presunção absoluta, *juris et de jure*. Observa-se que estamos diante de uma ficção jurídica, uma construção abstrata e apriorística da lei, sem ligação necessária com a realidade concreta e que desconsidera se o agente era ou não capaz de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com tal entendimento – que são os dois requisitos biopsicológicos adotados pela nossa lei e pela doutrina penal para as outras hipóteses de definição da imputabilidade, como deficiência mental, embriaguez completa e dependência química.

As justificações das PECs sob exame trazem, de uma forma geral, o argumento de que o desenvolvimento mental dos jovens dos dias de hoje é muito superior aos de sete décadas atrás, principalmente em virtude da revolução tecnológica nos meios de informação, além de sublinhar o aumento exponencial da criminalidade praticada por menores.

É oportuno mencionar que Tobias Barreto, o maior penalista do Império brasileiro, em sua obra “Menores e Loucos em Direito Criminal”, escrita em 1884, e reeditada em 2003 pelo Senado Federal, já clamava por um direito penal que estabelecesse uma relação direta entre a maioridade penal e o discernimento do agente. Tobias Barreto já elogiava, nessa época, o Código Penal francês, que trazia a maioridade penal aos dezesseis anos.

Passados praticamente cem anos até a Constituição Federal de 1988, hoje vige no Brasil uma maioridade penal de 18 anos. Ou seja, decidiu-se ignorar o desenvolvimento cultural e intelectual do povo em um século.

O legislador constituinte de 1988 decidiu simplesmente suspender a História, e um dos resultados é o aumento da criminalidade em meio aos jovens e o uso crescente de menores por parte de quadrilhas organizadas, que apenas procuram formar um escudo protetor contra o Poder Judiciário, beneficiando-se da lei.

De fato, se observamos com atenção parece ser obrigatória a conclusão segundo a qual a política diferenciada de tratamento dos menores infratores, de um lado não recupera os menores em conflito com a lei e, de outro, deixa a sociedade indefesa em face da violência por eles perpetrada.

Só para ilustrar a situação corrente, temos que os atos infracionais praticados por adolescentes aumentaram aproximadamente 80% em 12 anos, ao subir de 8.000, em 2000, para 14,4 mil, em 2012.

Em abril último, o Jornal O Globo publicou matéria fundamentada em números oficiais fornecidos por secretarias de segurança de oito unidades da Federação. Na referida reportagem nos são trazidos dados suficientes para demonstrar a falência do sistema estabelecido pelo ECA. Leio trecho ilustrativo da publicação:

“A entrada de crianças e adolescentes no mundo do crime tem aumentado no país, sobretudo por meio do tráfico de drogas. No ano passado, o crescimento no número de menores apreendidos foi mais de duas vezes superior ao de prisões de adultos. A conclusão é de levantamento feito pelo GLOBO com dados oficiais obtidos com os governos de oito estados de diferentes regiões do país. Em 2012, houve um aumento, em relação a 2011, de 14,3% no número de apreensões de crianças e adolescentes por crimes como vandalismo, desacato, tráfico, lesão corporal, furto, roubo e homicídio. No mesmo período, a elevação no número de jovens e adultos que foram presos por crimes em geral foi bem menor: de 5,8%.

A apreensão de crianças e adolescentes no ano passado, que representou 18% do total de prisões no período: 75.359 de 414.916. Em 2011, o percentual era de 17%.

No Rio de Janeiro, o crescimento foi maior que a média: 45,4%, passando de 3.466, em 2011, para 5.042, em 2012

Em São Paulo, o aumento das apreensões de menores foi de 19,3%, passou de 14.939 para 17.829. No Distrito Federal, onde a apreensão de jovens no ano passado representou 39% do total de prisões, o crescimento foi de 11,6%: passou de 6.599 para 7.366. O maior crescimento, entre os estados pesquisados, foi observado no Ceará, de 50,5%.

O número de crimes envolvendo menores infratores cresceu mais de 90% nos últimos meses em Manaus, segundo dados do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM). No primeiro semestre de 2010, o Juizado da Infância e da Juventude Criminal realizou 152 audiências de casos envolvendo menores e, no mesmo período deste ano, foram 299 audiências”.

Diante de tais evidências empíricas a pergunta que proponho aos meus pares em um primeiro plano e à sociedade brasileira em geral é a seguinte: tais dados, por si só, não emprestariam ao legislativo de hoje a legitimidade para corrigir, de alguma forma, o sistema estabelecido em 1988?

Ao estudar a matéria, porém, verifica-se uma grande dissensão na doutrina acerca da viabilidade constitucional de uma decisão política no sentido da redução ou relativização da maioria penal. Alguns juristas consideram que o art. 228, da Constituição, consubstancia-se em cláusula pétrea. Mas aqui cabe outra reflexão: será que as questões ligadas à segurança pública, como é a definição da maioria penal, não teriam um caráter radicalmente ligado às circunstâncias mutáveis e, logo, não se afigura lícito questionar se faz algum sentido tentar isolar a maioria penal da dinâmica política que determina as alterações da Constituição? Essa matéria não seria, por sua própria natureza, incompatível com a imutabilidade veiculada pelas cláusulas pétreas?

A partir de tal perspectiva, me parece que a alteração da maioria penal ou sua relativização não implica uma questão metafísica e dificilmente compreensível acerca dos direitos essenciais ao desenvolvimento pleno das potencialidades do indivíduo, mas, ao contrário, um mero juízo de conveniência acerca da política criminal a ser adotada.

Observe-se que a política criminal envolve o estudo dos elementos relacionados ao crime, cabendo ao Estado adotar as medidas necessárias à redução e à prevenção dos delitos. É de esclarecer que essas medidas surgem da ininterrupta mudança social.

Raúl Zaffaroni conceitua a criminologia como “a ciência ou a arte de selecionar os bens (ou direitos) que devem ser tutelados jurídica e penalmente e escolher os caminhos para efetivar tal tutela, o que iniludivelmente implica a crítica dos valores e caminhos já eleitos.”

A política criminal, para Fernando Rocha, estabelece o encargo, os conteúdos e o alcance dos institutos jurídico-penais, bem como a aplicação prática do direito penal. São as opções da política criminal que decidem sobre a tipificação ou não de determinadas condutas, quem deve ser responsabilizado e como.

Confirma tal forma de entender a maioria penal o disposto na Exposição de Motivos da Reforma de 1984, que emprestou ao Código Penal uma nova Parte Geral. Naquele documento, ao explicar a opção legislativa a Comissão afirmou o seguinte: “Manteve o Projeto a inimizabilidade penal do menor de 18 anos. **Trata-se de opção apoiada em critérios de política criminal**”.

Não há que se falar, portanto, que o art. 228 da Constituição Federal é uma cláusula pétrea, com fulcro no art. 60, § 4º, IV, da Constituição de 1988, haja vista que a inimizabilidade não apresenta características essenciais aos direitos individuais. Chama a atenção, por exemplo, o fato de a matéria que aqui se discute só ter se tornado digna de tratamento constitucional em 1988.

É preciso chamar a atenção, outrossim, para uma tendência que poderia ser descrita como uma euforia das cláusulas pétreas, mediante a qual, por razões corporativas ou ideológicas, se pretende uma multiplicação ilimitada das normas constitucionais imutáveis, mesmo ao arripio do expressamente disposto no § 4º, do art. 60, da Constituição de 1988. O parlamento como um todo deve se prevenir contra tal tendência, pois a cada nova cláusula pétrea aventada, aumenta o espaço de vedação jurídica à ação da legislatura ordinária, única capaz de observar quais as circunstâncias atuais da sociedade e que medidas devem ser tomadas para enfrentá-las. Aceitar a criação indiscriminada de cláusulas pétreas é aceitar a restrição do poder legislativo. Nem se diga, a esse respeito, que o STF já reconheceu cláusulas pétreas fora do rol estabelecido no referido § 4º, pois que isso ocorreu apenas duas vezes, em matéria eleitoral e tributária e apenas porque o Tribunal reconheceu que tais normas, ainda que fora do art. 5º, representavam desdobramentos do direito à segurança jurídica. Então devemos perguntar: qual a norma presente no rol dos direitos individuais é reforçada pelo art. 228 da Constituição? Haveria, em algum lugar na Constituição, uma garantia individual a matar e estuprar sem ser submetido à legislação penal e processual penal ordinária?

É preciso resgatar as raízes do constitucionalismo, nas quais se verifica que os direitos inalienáveis foram reconhecidos como potestades indispensáveis ao indivíduo para alcançar sua plena realização existencial e moral, daí estarem nesse rol as garantias à liberdade de expressão e à liberdade de credo. Ora, chega a causar estranhamento a equiparação de tais direitos à norma que define quando alguém será submetido à persecução penal ordinária.

Demais disso, por um rápido exame, verificamos que a opinião pública tem indicado que o crime constitui, na atualidade, um dos principais problemas sociais com que se defronta o cidadão brasileiro. Não são poucos aqueles que têm uma história a ser contada: já foram vítimas de alguma ofensa criminal, especialmente furtos e roubos.

Nesses acontecimentos, não é raro apontar-se a presença de jovens. Nas imagens veiculadas pela mídia, cada vez mais frequentes, há cenários dramáticos de jovens, alguns até no limiar entre a infância e a adolescência, audaciosos, violentos, dispostos a tudo e prontos para qualquer tipo de ato infracional, inclusive a matar gratuitamente.

Outro ponto que precisa ser questionado é a constante afirmação acerca da imaturidade dos menores de 18 anos. Para a psiquiatra forense Kátia Mecler, vice-coordenadora do Departamento de Ética e Psiquiatria Legal da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), por exemplo, há razões para que a maioria penal seja revista. Para ela, aos dezesseis anos, o adolescente de hoje é capaz de entender o caráter ilícito de um ato e escolher entre praticá-lo ou não. Ela acredita que, diante dos avanços tecnológicos e sociais, que favorecem a globalização e representam estímulos cada vez mais precoces ao desenvolvimento das pessoas, o jovem dos dias de hoje é muito diferente daquele que vivia em 1940, quando foi estabelecida a maioria penal a partir dos 18 anos. Nestes termos foi expressa a opinião da cientista:

“Hoje, o mundo é absolutamente permeado pela comunicação, por tecnologias avançadas, por estímulos intensos desde cedo e a gente percebe claramente que o desenvolvimento acelera também, ainda que a maturidade seja um processo longo, que pode durar uma vida inteira”.

A atual idade de 18 anos, como parâmetro para a inimputabilidade, é uma presunção absoluta da lei de que as pessoas, abaixo dessa faixa etária, têm desenvolvimento mental incompleto (critério biológico), por não terem incorporado inteiramente as regras de convivência da sociedade. Entretanto, como se depreende da fala referida acima, tal argumento não tem sido comprovado pela ciência psiquiátrica. Ao contrário, a evolução da sociedade moderna tem-lhes possibilitado a compreensão cada vez mais precoce dos fatos da vida.

Absurda, de outra sorte, a adução do argumento segundo o qual a redução da maioria penal ofenderia o princípio do não retrocesso, uma vez que tal princípio diz com os direitos sociais, diretamente ligados a prestações devidas pelo poder público com o objetivo de minorar as dificuldades das camadas mais desfavorecidas da população. Ora, se a maioria penal é um direito, o que afirmo desde já falso, ele seria de natureza individual e não social. Logo o argumento não faz o menor sentido.

A consulta ao direito comparado, igualmente, não revela qualquer óbice intransponível à discussão e eventual aprovação de uma emenda à Constituição que altere ou torne relativa a maioria penal. Na verdade, é preciso chamar atenção para o fato de o sistema pretendido pelo Senador Aloysio Nunes não ser inédito. Por exemplo, na Bélgica, a partir dos 16 anos admite-se a revisão da presunção de irresponsabilidade para alguns tipos de delitos, como por exemplo os de trânsito, quando o adolescente é submetido ao regime geral de penas.

Além disso, em países de reconhecido desenvolvimento humano e respeito às garantias individuais, a maioria penal é inferior a nossa.

No Canadá, admite-se que a partir dos 14 anos, nos casos de delitos de extrema gravidade, o adolescente seja julgado pela Justiça comum e venha a receber sanções previstas no Código Criminal para os adultos.

Na França, a maioria penal é fixada aos 13 anos, porém os jovens entre 13 e 16 anos, mesmo sendo penalmente imputáveis, só podem ser condenados a penas (peines) correspondentes, no máximo, à metade da pena prevista no Código Penal Francês para um adulto que pratique o mesmo crime. Entre 16 e 18 anos, as penas poderão ser equivalentes às dos adultos.

Na Rússia, a responsabilidade é fixada em 14 anos para os crimes mais graves e para os demais delitos em 16 anos.

O que indago é se podemos seriamente duvidar dos estágios civilizatórios a que chegaram França, Canadá e Bélgica? O discurso contra a alteração da maioria penal faz parecer que qualquer medida nesse sentido nos remeteria de volta à idade média. Como podem ver Vossas Excelências, não é assim.

Ainda que todo esse conjunto de argumentos me pareça suficiente para firmar a convicção acerca da viabilidade constitucional, proporcionalidade e conveniência da aprovação da proposta de emenda à Constituição de autoria do Senador Aloysio, não acredito que façam o mesmo pelas outras propostas aqui em julgamento.

De fato, é preciso afastar as demais propostas, lavradas no sentido de reduzir drasticamente a maioria penal, mesmo para aqueles casos em que a corrupção do menor infrator não seja um fato corroborado com a prática criminosa recorrente e violenta.

É preciso notar, que tal redução *tout court* levaria muito provavelmente a que crianças ainda mais jovens fossem recrutadas pelos criminosos adultos. Se hoje são recrutados jovens de 16 ou 17 anos, diminuída a maioria penal para 16 ou 15 anos, seriam recrutados jovens de 15 ou 14, em uma lógica contraproducente e marcadamente injusta.

O que argumento é que, diante do impasse, mesmo entre os especialistas no tema, que opõe aqueles que não admitem nenhum tipo de alteração no sistema vigente e aqueles que pretendem reduzir radicalmente a maioria penal, seja para todos os que completem 16 anos, seja para os que com essa idade cometam crimes hediondos ou sejam nessa prática reincidentes, torna-se salutar a existência de uma proposta alternativa a indicar um caminho do meio para a solução do problema. E reconheço na PEC 33, de 2012, essa alternativa.

Emito o presente parecer, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, aprovando a proposta referida, por considerar que ela dá à sociedade um instrumento inteligente e eficaz para que os operadores do direito penal, promotores e juízes, possam fazer a distinção entre os casos de criminosos jovens na vida dos quais o ato criminoso consubstancia um infortúnio relacionado à imaturidade e aqueles em que o crime reflete uma corrupção irreparável.

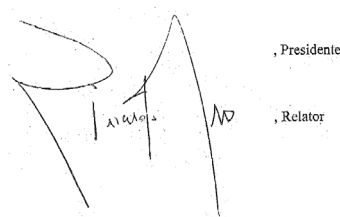
Diante dessas considerações, a proposta vai permitir que seja aumentada a responsabilidade do jovem frente à ordem social imposta, demanda clara e expressa da maioria da população. A sociedade brasileira não pode mais ficar refém de menores que, sob a proteção da lei, praticam os mais repugnantes crimes. O direito não se presta a proteger esses infratores, mas apenas os que, por não terem atingido a maturidade, não conseguem discernir quanto à correção e às consequências de seus atos.

A referida PEC 33, de 2012, de fato, estabelece uma terceira via tanto racional quanto ponderada para o problema da delinquência juvenil em nosso país.

### III – Voto

Nosso voto, em razão das considerações expendidas acima, é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2012 e pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição 20, de 1999, 90, de 2003, 74 e 83, de 2011, e 21, de 2013.

Sala da Comissão,



, Presidente  
, Relator

### FRAGMENTOS DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DA CCJ PARA APRECIÇÃO DA PEC 20/99 E DEMAIS QUE TRAMITAM EM CONJUNTO

**SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.



Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 20. A pauta de hoje é bastante extensa e, além disso, traz temas de mais alta relevância para o Parlamento e para a sociedade brasileira.

Estão listadas, por exemplo, proposições que tratam de segurança no trânsito, tema sempre atual e que desperta marcado interesse em qualquer pessoa que acompanhe a dramática situação da violência no trânsito neste País. Situação essa que, contudo, vem apresentando gradativa e decisiva melhora em razão de alterações legislativas aprovadas nesta CCJ, como a nova versão da chamada Lei Seca. Isso demonstra como o nosso trabalho tem impacto direto na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros. Mostra ainda a importância de analisar com cuidado, ponderação e atenção as consequências de todas as proposições submetidas a esta Comissão, o que os membros deste colegiado têm feito, diga-se de passagem, com extremo esmero e competência.

Também estão na pauta de hoje projetos sobre as agências reguladoras e serviços públicos, assunto que igualmente demanda constante atuação deste Colegiado, com a finalidade de aperfeiçoar a legislação brasileira e a gestão pública.

Além destes, encontram-se em pauta diversas PECs que tratam do tema da redução da maioria penal, matéria em que a discussão neste Colegiado é absolutamente fundamental para orientar os trabalhos desta Casa, sobre a admissibilidade e os possíveis impactos legislativos e sociais desta modificação.

Ademais, há um novo Regimento Interno, além de proposições sobre Direito Eleitoral, igualdade racial, Direito do Trabalho, educação, processo legislativo e vários outros temas que prenunciam uma reunião quantitativa e qualitativamente muito produtiva no dia de hoje.

Sejam todos bem-vindos.

Srs. Senadores, vamos começar com os não-terminativos.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu pediria a preferência para a Emenda Constitucional nº 33, uma vez que é uma matéria que deve suscitar maior debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Solicitada a inversão pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira do item 3. *(Pausa.)*

Não há nenhum óbice dos Senadores presentes no plenário, vamos ao item 3 da pauta.

### Item 3

#### TRAMITA EM CONJUNTO

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2012

– Não terminativo –

*Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar.*

**Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros.

#### TRAMITAÇÃO CONJUNTA

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, de 1999

– Não Terminativo –

*Altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para 16 (dezesseis) anos a idade para imputabilidade penal.*

**Autoria:** Senador José Roberto Arruda e outros.

#### TRAMITAÇÃO CONJUNTA

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, de 2003

– Não Terminativo –

*Inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

**Autoria:** Senador Magno Malta e outros.



**TRAMITAÇÃO CONJUNTA**  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, de 2011**  
**– Não Terminativo –**

*Acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos.*

**Autoria:** Senador Acir Gurgacz e outros.

**TRAMITAÇÃO CONJUNTA**  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 83, de 2011**  
**– Não Terminativo –**

*Estabelece a maioridade civil e penal aos dezesseis anos, tornando obrigatório o exercício do voto nesta idade.*

**Autoria:** Senador Clésio Andrade e outros.

**TRAMITAÇÃO CONJUNTA**  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2013**  
**– Não Terminativo –**

*Altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioridade penal.*

**Autoria:** Senador Alvaro Dias

**Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço.

O Senador Ricardo Ferraço já apresentou seu relatório, está no espelho deste comentário, mas quero aduzir que a sua ausência hoje se deve à sua presença em território de seu Estado, Espírito Santo, participando de diversas jornadas acadêmicas, sendo imperiosa a sua presença representando o Senado Federal.

Fica aqui a justificativa da ausência do Senador Ferraço e o agradecimento desta Presidência à prestimosa com que se entregou ao relatório, ainda no ano passado. Ontem, o Senador Ferraço mantinha por telefone contato com esta Presidência e se declarava favorável a todos os termos do seu relatório.

O relatório do Senador Ricardo Ferraço é favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2012, e contrário às Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 90, de 2003; 74 e 83, de 2011; e 21, de 2013, que tramitam em conjunto.

Em 11/11/2013, foi recebido o voto em separado de S. Ex<sup>a</sup> o Senador Randolfe Rodrigues, contrário a todas as propostas.

A Presidência concedeu vista coletiva.

Consulto os Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista. Vou abrir a discussão neste momento.

Na ausência do Senador Randolfe Rodrigues, que, com a sua presença, vai ler o seu voto em separado, abro o tempo para pronunciamentos e discussões sobre a PEC 33, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Está aberto o período de discussão.

Senador Aloysio, V. Ex<sup>a</sup> quer se inscrever para discussão, já que solicitou?

Senador Aloysio Nunes Ferreira, com a palavra, como primeiro inscrito.

Comunico aos senhores que, quando da presença do Senador Randolfe Rodrigues, que apresentou um voto em separado, nós haveremos de priorizar a leitura do voto em separado.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Presidente, eu gostaria de ouvir o voto em separado do Senador Randolfe. Uma vez que ele se opõe, se deu ao trabalho, se dedicou a refutar os argumentos que embasam a minha proposta, eu gostaria de ouvir a posição dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Nós vamos interromper, até atendendo à manifestação do Senador Aloysio, pois o voto em separado do Senador Randolfe precisa ser considerado de forma prioritária na Casa, neste momento. Eu peço ao Senador Pedro Taques que apresente o parecer vencedor na Proposta de Emenda à Constituição nº 56, matéria não terminativa, que concedia à Comissão de Fiscalização

e Controle do Senado Federal e da Câmara dos Deputados mecanismos que tornam eficiente a fiscalização das contas públicas.

Houve um relatório, que acabou sendo vencido, e gostaria que o Senador Pedro Taques apresentasse o voto vencedor, para que possamos aduzir e tomar conhecimento.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007, cujo primeiro signatário é o Senador Pedro Simon, foi objeto de relatório favorável, nos termos de substitutivo apresentado por S. Ex<sup>a</sup> o Senador Maggi, apreciado durante a 2ª Reunião Ordinária desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada no dia 12 de fevereiro de 2014.

A proposição tinha por objetivo atribuir novas competências à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e desta Casa da Federação, para tornar mais eficiente a fiscalização das contas públicas.

No debate da matéria, S. Ex<sup>a</sup> o Senador Aloysio Nunes, posicionou-se no seguinte sentido:

*Sr. Presidente, eu considero que esta proposta de emenda à constituição é meritória no diz respeito à competência da Comissão Mista de Orçamento. Agora, não concordo – peço vênica para divergir do nosso querido Relator e do autor – em relação a dois dispositivos da proposta, que me parecem essenciais. O primeiro é o que atribui a todas as comissões permanentes da Casa voltadas para a fiscalização e controle poderes análogos ao das autoridades judiciais.*

*Entendo que esse poder que é conferido às CPIs é excepcional. Ele não é um poder, digamos, inerente às funções próprias do Poder Legislativo, por isso só pode ser conferido a uma comissão que é constituída com objeto determinado e com prazo para a conclusão dos seus trabalhos.*

*Dar esses poderes a uma comissão permanente, sem nenhum tipo de restrição, creio que extrapola, digamos, os limites estabelecidos pela própria Constituição de 1988 para as fronteiras que a Constituição de 1988 estabeleceu para os Poderes da República. Então, permita-me, meu caro Blairo Maggi, eu sou contrário a isso.*

*Em segundo lugar, [ainda, continuando, nas palavras do Senador Aloysio] essa proposta constante também na PEC original de que obras, serviços e contratações, a partir de determinado montante, devam ser autorizadas pelo Poder Legislativo. Creio que isso também ultrapassa a delimitação originária na Constituição de 1988 das fronteiras entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.*

*Por essa razão, proponho a V. Ex<sup>a</sup> a exclusão desse dispositivo para nos concentrarmos naquilo que diz respeito à Comissão Mista de Orçamento.*

Durante o debate da matéria, também nos manifestamos por sua rejeição, em face da sua inconstitucionalidade, nos seguintes termos:

*Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr. Relator, no mesmo sentido do Senador Aloysio, nós todos sabemos que esta função de fiscalização por parte do Poder Legislativo se faz em dois sentidos: uma fiscalização político-administrativa, que é feita pelas Comissões, art. 58; e uma fiscalização econômico-financeira, que é feita pelo Congresso, auxiliado pelo Tribunal de Contas.*

*Muito bem. A CPI é uma exceção, uma vez que ela possui requisitos próprios para a sua constituição. Um desses requisitos é um terço, é um direito de minoria. Se nós tivermos todas as Comissões do art. 58 com poder de CPI, estamos transformando a exceção em regra.*

*O que se me apresenta, com todo o respeito, e quero cumprimentar o Senador Maggi pelo relatório, como inconstitucional. Quando o legislador constituinte originário, no art. 58, §3º, ofertou à CPI poderes próprios de investigação das autoridades judiciais, nós copiamos isso da Constituição italiana, que dá esse poder à CPI.*

*Eu sou favorável a que nós possamos dar mais poderes às Comissões, valorizando o art. 58, num processo legislativo abreviado, mas, se nós fizermos isso com todas as Comissões, estaríamos, inclusive, assim falando com toda a humildade, ofendendo a separação dos Poderes, art. 2º da Constituição, porque, aí, todas as Comissões teriam poder, por exemplo, de ouvir testemunhas, notificar testemunhas, afastar o sigilo bancário, o sigilo fiscal, sem a possibilidade da chamada reserva constitucional de jurisdição, que é o caso da interceptação telefônica, busca, apreensão e prisão. Traríamos para o seio de todas as comissões esse poder que o constituinte originário deu, de forma excepcional, à CPI. Esse é o primeiro ponto.*

*No tocante à mudança do art. 71 da Constituição, entendo, Sr. Presidente que a CMO tem um poder significativo, mas, se nós sujeitarmos a apreciação de projetos de grande vulto à CMO, com essa alteração do art. 71, inciso XII, da Constituição, nós estaremos, aqui, prejudicando, inclusive, o andamento das obras que são elaboradas pelo Poder Executivo, que é a sua função. Eu tenho dúvidas também a respeito da constitucionalidade [neste particular].*

Em razão desses argumentos o relatório à Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007, que concluía pela aprovação da matéria, nos termos do substitutivo, foi rejeitado pela maioria desta Comissão em face da inconstitucionalidade material, por violação à separação dos Poderes.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Senador Pedro Taques.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Na ausência ainda do Senador Randolfe, por uma deferência do Senador Aloysio Nunes e pela necessidade que nós temos de ouvir o voto em separado do Senador Randolfe à PEC nº 33, nós vamos dar sequência às outras votações que versam sobre temas terminativos ou não terminativos. Tão logo o Senador Randolfe chegue, nós retomaremos, por inversão de pauta aprovada pelos senhores, à PEC nº 33.

Então, eu acho que seria o caso de começarmos já a discutir a matéria, e ele contribuirá no debate com seus argumentos, com os argumentos que estão no voto em separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com certeza, vamos à discussão.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR. *Fora do microfone.*) – É o último item?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não, é o terceiro item de pauta.

Eu estou buscando outros itens, em atenção ao Senador Randolfe, para complementar a nossa pauta. Mas o Senador Aloysio – há uma hora que estamos fazendo esse trabalho – solicita que... Eu entendo, inclusive, a demora do Senador Randolfe, ele deve estar em outro compromisso, afinal de contas a agenda de um candidato a Presidente da República não é fácil.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Ele me mandou um WhatsApp aqui, agora, dizendo que está chegando.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – De bicicleta. (*Risos.*)

Vamos discutindo a matéria.

Alguma outra sugestão de pauta? Os relatores têm que estar presentes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ligue seu microfone.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu tenho um voto em separado que apresentei à Mesa a um projeto de lei relatado pelo Senador Requião, que altera disposição sobre concessão de visto ou cassação de visto. Eu só não lembro qual é o número na pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quem é o relator? O relator tem que estar presente. Por isso, ele não foi votado ainda.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Ah, é terminativo aquele? É o Senador Roberto Requião.

Eu havia pedido vista, e apresentei um voto em separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O relator não estando presente, como o voto de V. Exª se contrapõe ao voto do relator, nós temos que esperar a presença do Relator Roberto Requião.

Vamos à discussão da matéria.

Em discussão o item 3. (*Pausa.*)

Senador Aloysio, abra o processo de discussão da matéria, que V. Exª conhece muito bem, até na condição de autor.

Passamos a discutir, neste momento, a PEC nº 33, já anunciada por esta Presidência, que tramita em conjunto – até por dever e atenção a todos os autores – com a PEC nº 20, a PEC nº 90, a PEC nº 74, a PEC nº 83, a PEC nº 21.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, pelo tempo regimental, com a palavra.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, que tramita conjuntamente com outras proposições de mesma natureza, foi a que recebeu do ilustre Relator designado por V. Exª o parecer favorável, PEC da qual sou o primeiro signatário.

A minha proposta de emenda à Constituição, Sr. Presidente, visa a relativizar a regra constitucional que estipula a idade de 18 anos como a idade para a responsabilidade penal.

Todos nós sabemos, Sr. Presidente, que essa é uma regra que, no Direito positivo brasileiro, vigora já há muito tempo. Ela consta do Código Penal de 1940 e foi adotada também pela Constituição de 1988.

Segundo essa regra, os menores de 18 anos...

O que é isso? Sr. Presidente, creio que há manifestações da galeria, que são...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu solicito às pessoas que estão se manifestando a necessidade de obediência ao nosso Regimento.

Nós temos de respeitar a posição dos Srs. Senadores, e esta Presidência não admite nenhuma interrupção nas orações, nas palavras, nos atos dos Srs. Senadores.

V. Exª tem a palavra, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, essa regra da inimputabilidade de menores de 18 anos parte do pressuposto de que um adolescente não tem capacidade de entender, de compreender a natureza delituosa do ato que pratica e, portanto, não pode ser alcançado pela lei penal.

É uma regra que estabelece uma presunção absoluta. Menor de 18 anos se presume absolutamente incapaz de compreender o caráter delituoso do ato que pratica e, portanto, deve estar submetido a uma legislação protetora, que é, no caso brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que estipula, sim, uma série de penalidades para adolescentes que cometem os chamados atos infracionais, que são ações que poderiam ser tipificadas como crimes ou contravenções penais, mas que, tendo sido praticadas por adolescentes, não são consideradas crimes e, portanto, são sujeitas à aplicação de uma outra lei, a lei protetora da criança e do adolescente.

Essa lei estabelece sanções, não é uma lei que consagre a impunidade, de modo algum. O Estatuto da Criança e do Adolescente, aliás, é muito mais amplo e contempla temas muito diversos, além desse que diz respeito aos atos infracionais e à sua punição.

Mas o fato é que, em relação aos atos infracionais, o Estatuto prevê uma gradação de punições, de sanções, que vão desde a advertência até a privação da liberdade, a internação, que não poderá se estender por um período superior a três anos, sendo que, a partir dos 21 anos de idade, o adolescente que estiver sujeito à pena de internação ou à medida socioeducativa de internação é necessariamente posto em liberdade. Mais ainda: ao longo desses três anos, que é o período máximo de internação, o adolescente é submetido periodicamente – uma periodicidade que não poderá ser superior a seis anos – a uma avaliação da sua condição, da sua capacidade, da sua possibilidade de reinserção na vida social e, portanto, de interrupção dessa medida socioeducativa.

Bem, eu dizia que há uma presunção absoluta de que o adolescente que tem menos de 18 anos é incapaz de compreender o caráter, digamos assim, o caráter nocivo à sociedade do ato que pratica. Presunção absoluta.

A minha proposta de emenda à Constituição visa transformar essa presunção absoluta numa presunção relativa, que pode ser elidida, essa presunção, se, no curso de um procedimento especial, instaurado exclusivamente pelo promotor público, pelo membro do Ministério Público que atua na vara da criança e do adolescente ou no órgão que a lei orgânica dos Estados designar como órgão, digamos, especializado para o tratamento de crianças e adolescentes... Somente o promotor público que atua nessa área, portanto o promotor natural, afeito a esse tipo de causa, conhecedor da sua comunidade, pode instaurar esse incidente, mediante o qual o juiz – e não é qualquer juiz, é o juiz especializado nas causas que afetam crianças e adolescentes –, o juiz poderá – poderá –, mediante a conclusão desse incidente, onde o juiz ouvirá especialistas, levará em conta os antecedentes familiares, a condição socioeconômica, cultural do adolescente em causa, poderá, se entender que, naquele caso, o maior de 16 anos e menor de 18 anos tem plenas condições de compreender o caráter, aí sim, criminoso de sua conduta e se guiar segundo esse entendimento.

*(Manifestação da plateia.)*

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Fascista é quem grita, quem interrompe. Fascista é você!

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu peço à segurança para...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Canalha!

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... tomar as providências necessárias. Já...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Vem falar isso para mim aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Vem para cá.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... é a segunda vez que...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Ah, não é possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... que advirto os senhores. Por favor.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, esse é um tipo de intolerância...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Absurdo, absurdo.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Essa, sim, é uma manifestação fascista, que é incapaz de compreender...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Isso é um absurdo.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ... uma troca ponderada de argumentos.



**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Absurdo.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Absurdo.

Peço a V. Exª que continue a sua explanação.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente, se me permite. Sr. Presidente, nós temos temas sobre os quais, em qualquer democracia, o debate precisa ser feito...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Claro.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Precisa ser feito.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me terminar meu esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado.

A democracia prima pela tolerância. O dever fundamental do Estado é respeitar aqueles que são diferentes, inclusive em posições diferentes. Não é possível, num Parlamento, Parlamentares não poderem falar, debater. Nós todos temos o direito constitucional de nos expressarmos aqui. Eu quero pedir a V. Exª que este debate seja conduzido conforme determina a Constituição, com tolerância às posições que são diferentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

V. Exª, Senador Aloysio.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – (*Fora do microfone.*) ... um voto em separado. Eu tenho uma posição totalmente contrária à do Senador Aloysio.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Claro, V. Exª terá a sua...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Eu sei, mas quero só dizer o seguinte: é inaceitável esse tipo de comportamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a posição de V. Exª.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Então, que V. Exª garanta que este democrático debate ocorra nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Estará garantido, na forma da lei e do nosso Regimento.

Senador Aloysio Nunes, com a palavra.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Aliás, fascista é quem protege...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos lá.

Senador Aloysio.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu dizia então que essa minha proposta de emenda constitucional relativiza essa presunção de incapacidade biológica em razão da idade, de compreender o caráter delituoso de determinada ação; permite possa ser elidida em circunstâncias excepcionais.

Eu já me referi ao incidente de desconsideração da inimputabilidade. Quer dizer, é um incidente produzido no curso da apuração de um ato infracional, incidente julgado pelo juiz afeito a essas causas, que só pode ser proposto pelo promotor, o promotor natural, um incidente a ser disciplinado por uma lei complementar – portanto, essa PEC não é autoaplicável, não é? Mediante esse procedimento, então, o juiz poderá aplicar a lei penal, quando entender, levando em conta todas essas circunstâncias de antecedentes, etc., que o adolescente acima de 16 anos pode ser submetido à lei penal. E, no caso de sua condenação, cumprirá pena em um estabelecimento à parte, separado dos adultos.

Muito bem. Esta é uma condição processual – o incidente de desconsideração da inimputabilidade –, mas ela não se aplica a qualquer tipo de infração, qualquer tipo de delito; apenas a delitos considerados pela própria Constituição brasileira e pela legislação brasileira de excepcional gravidade, que são os chamados crimes hediondos, que, segundo a Constituição brasileira e a Lei dos Crimes Hediondos, são insuscetíveis de graça, de anistia, de indulto. São crimes que a própria Constituição brasileira, o Constituinte de 1988, retirou do contexto normal dos crimes e das penas para aplicar a eles, para determinar, um comando de rigor excepcional.

Que crimes são esses, Sr. Presidente? São crimes como, por exemplo, o homicídio qualificado; o homicídio quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio; o latrocínio; a extorsão qualificada pela morte da vítima; a extorsão mediante sequestro, na forma qualificada; o estupro; o estupro de vulnerável; a epidemia com resultado morte; a falsificação, adulteração ou alteração de produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais com resultado morte; crime de genocídio, de tortura... Não é qualquer delito; são crimes que a própria Constituição determina que tenham um tratamento especial, grave.

Nesses casos apenas, mediante o incidente de desconsideração da menoridade, sujeitos, inclusive, a revisão mediante recurso, é que o juiz poderá aplicar a lei penal. Portanto, é uma medida absolutamente cautelosa. É uma medida que se justifica diante da gravidade, diante do fato de que, hoje, os crimes bárbaros, cometidos por maiores de 16 anos e menores de 18 anos, constituem, efetivamente, uma realidade, uma realidade terrível e que precisa ser enfrentada. Enfrentada com prudência, enfrentada com moderação, mas não pode ser ignorada.

O Senador Randolfe Rodrigues, em seu brilhante voto em separado, sustenta a tese de que essa regra constitucional dos 18 anos é uma cláusula pétrea, ou seja, não pode jamais ser alterada. Jamais! Uma regra, repito, que aparece no Direito positivo brasileiro em 1940 e que foi adotada pela Constituição de 1988. Imutável.

Ora, essa regra, no meu entender, Sr. Presidente, decorre de uma opção de política criminal. Aliás, a própria exposição de motivos da lei que alterou a Parte Geral do Código Penal, em 1984, reconhece que essa regra dos 18 anos é uma opção de política criminal. Não está escrito, na natureza humana, que, entre 16 e 18 anos, a pessoa seja biologicamente incapaz de assumir qualquer responsabilidade. Pode, sim, assumir!

Veja, Sr. Presidente, no Direito brasileiro, há várias hipóteses em que se considera que o adolescente, entre 16 e 18 anos, pode assumir responsabilidades relevantíssimas: pode votar, por exemplo, se quiser; pode fazer o seu testamento; o seu depoimento é válido em juízo, pode contribuir para a formação do convencimento do juiz no julgamento de uma causa; pode emancipar-se, com o consentimento dos pais, ou mesmo sem o consentimento dos pais, se tiver economia própria; e, ao emancipar-se, ele pode-se casar.

Vejam, o Direito brasileiro reconhece várias hipóteses, por uma decisão, por uma deliberação de política legislativa, de capacidade para o adolescente de 16 a 18 anos. Assim como foi também uma decisão de política legislativa considerar que o jovem, até 29 anos, deva ser sujeito a uma legislação protetora, com meia-entrada, com passagem de graça e uma série de outras facilidades. Decisão de política legislativa. Não tem cabimento engessá-la, como se fosse essa regra algo que incorporasse o patrimônio de direitos individuais. Não é um direito individual.

Os direitos individuais, nos termos do art. 5º da Constituição brasileira, são, digamos assim, direitos à expansão da personalidade do indivíduo, a sua realização como ser humano; não comportam o direito de matar, de estuprar, de sequestrar e ser submetido a uma legislação protetora.

Quero dizer a V. Exª, Sr. Presidente, e aos meus colegas, que essa é uma hipótese real que está hoje colocada diante de todos nós, e cabe a nós decidir. Aqueles que cometem crimes hediondos, crimes bárbaros são sempre necessariamente considerados incapazes de compreender o caráter do seu ato? Aquele adolescente que tocou fogo no índio aqui, o índio Galdino, em Brasília, que estudava num colégio de classe média, que vem de uma família bem constituída, será que ele não tinha condições de entender que, tocando fogo no índio, ia matá-lo? Ele ficou três meses no regime de internação. Apenas três meses!

Essa resposta, esse tipo de resposta é a que nós queremos dar a um problema grave? Não, não é!

Eu proponho uma mudança. E essa mudança está agora sujeita à deliberação da Comissão de Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Nós temos já inscritos o Senador Magno Malta, o Senador Pedro Taques, o Senador Humberto Costa, o Senador Eduardo Braga.

Antes, porém, concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, que apresentou um voto em separado, que deverá ser substrato também para discussão dos Srs. Senadores,

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, com a devida vênua ao Senador Aloysio Nunes e ao Relator desta matéria, apresentei voto em separado, já desde o ano passado, quando esta matéria foi apresentada aqui, por divergir e considerar que a matéria infringe artigos e dispositivos consagrados na Constituição Federal, no meu entender, como cláusulas pétreas.

Considero, Sr. Presidente, que o atual Texto Constitucional consagra a atual idade penal de 18 anos como cláusula pétrea, e exponho essa compreensão no relatório do voto em separado que passo a expor e fundamento...

Peço apoio, Presidente, a V. Exª...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço a V. Exªs, à assessoria presente, um pouco de silêncio para ouvirmos o Senador Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – E exponho essa fundamentação no relatório do voto em separado que aqui apresento, que diverge da proposta de emenda constitucional do ilustre Senador Aloysio e do relatório aqui apresentado, do Senador Ricardo Ferraço.



E também fundamento isso; esta apresentação vem fundamentada nos últimos dias, nas exposições apresentadas, na mobilização apresentada pela Pastoral da Juventude, por entidades de direitos da criança e do adolescente, pelo Conanda e pelas mobilizações de organismos e instituições da sociedade civil.

No relatório, exponho aqui o seguinte, Sr. Presidente.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, o ilustre Senador Ricardo Ferraço apresentou relatório sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, do ilustre Senador Aloysio Nunes e outros Senadores, cuja ementa aqui expus.

O nobre Relator da matéria conclui pela admissibilidade da citada PEC, que preenche o requisito do art. 60, I, da Constituição da República, e não esbarraria nos óbices do art. 60, I, §§1º, 2º, 4º e 5º, também da Constituição Federal. No mérito, exalta e aprova o que entende ser uma terceira via, tanto racional quanto ponderada, para o problema do que ele define como delinquência juvenil em nosso País.

Em 31 de janeiro de 2013, a Mesa do Senado aprovou o Requerimento nº 1.175, de 2012, do Senador Benedito de Lira, deferindo a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 74 e 83, de 2011. A PEC nº 74, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, reduz para 15 anos a maioria penal, nos casos de homicídio doloso e roubo seguido de morte. Já a PEC nº 83, de 2011, do Senador Clésio Andrade, simplesmente altera a maioria penal para 16 anos, tornando, ainda, o voto obrigatório para essa faixa de idade.

Em 5 de julho de 2013, a Mesa do Senado Federal aprovou o Requerimento nº 712, de 2013, do Relator, Senador Ricardo Ferraço, deferindo a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nº 20, de 1990, nº 90, de 2003, e nº 21, de 2013.

A PEC nº 20, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, reduz para 16 anos a maioria penal, em todos os casos, desde que constatado o amadurecimento intelectual e emocional do agente; a PEC nº 90, de 2003, torna inimputáveis os maiores de 13 anos, em casos de cometimento de crime hediondo; e a PEC nº 21, de 2013, torna inimputáveis apenas os menores de 14 anos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – V. Exª não falou o meu nome. A PEC que reduz para 13 anos é minha.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Não está no relatório aqui apresentado, mas incorporo a PEC apresentada pelo Senador Magno Malta, que, entre as PECs que foram apresentadas, também propõe a redução da idade penal. Incluo, então, a PEC de S. Exª o Senador Magno Malta, que reduz para 13 anos.

Portanto, analisando as propostas de emenda à Constituição, digo o seguinte: com o presente voto em separado, pretendo, com todo o respeito, expor as minhas divergências quanto à análise do que está na PEC nº 33, de 2012. A nosso sentir, a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2012, é manifestamente inconstitucional por violar o art. 60, §4º, inciso IV, da Constituição Federal.

Sr. Presidente, no meu sentir, a proposição pretende alterar os arts. 129 e 228 da Constituição Federal, com a finalidade de reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos, ainda que em casos excepcionais, conforme segue. O art. 129, na proposta de emenda à Constituição, diz que são funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, promover, privativamente, a ação penal pública, e aí inclui a possibilidade da redução para maiores de 18 anos.

Ora, Sr. Presidente, a presente proposta de alteração do Texto Constitucional encontra óbice, claro, nos limites impostos pela própria Constituição ao vedar propostas de emendas constitucionais que visem a abolir direitos e garantias individuais. Assim diz o texto constitucional, *in verbis*, art. 60, §4º: “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir – inciso IV – os direitos e garantias individuais”.

O legislador constituinte originário, Sr. Presidente, estabeleceu como objetivo de imputabilidade penal o critério biológico. Isso significa dizer que somente os indivíduos maiores de 18 anos são imputáveis criminalmente – tal fato não isenta da responsabilidade penal os menores infratores.

A Lei Penal nº 8.069, de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevê que o menor infrator responderá por seus atos infracionais da seguinte forma – aqui colo, ao texto do meu voto em separado, o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente no art. 103, art. 105, art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente e incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, que dizem claramente quais são os limites do menor infrator. Ou seja, Sr. Presidente, os limites do menor infrator já estão claros na lei específica para isso e em uma lei que tida como das mais avançadas em relação à criança e ao adolescente do mundo, a Lei nº 8.069, de 1990. Ou seja, o Estado brasileiro já tem uma lei; basta que o Estado brasileiro a cumpra, e isso é o que não tem ocorrido, Sr. Presidente.

Inclusive, Sr. Presidente, trago aqui um texto que tem circulado na internet e que diz isso claramente. É um texto que apresenta as 18 razões para a não redução da maior idade penal. Um dos trechos deste texto diz claramente: “A lei já existe; basta ser cumprida”. E diz nesse texto que o ECA prevê seis medidas educativas:

advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdades assistidas, semiliberdade e internação.

Recomenda que a medida seja aplicada de acordo com a capacidade de cumpri-la, as circunstâncias do fato e a gravidade da infração. Muitos adolescentes que são privados de sua liberdade não ficam em instituições preparadas para a sua reeducação, reproduzindo ambiente de uma prisão comum. E mais – aqui destaco, Sr. Presidente: o adolescente pode ficar até nove anos em medidas socioeducativas, sendo três anos interno, três em semiliberdade e três em liberdade assistida, com o Estado acompanhando e ajudando-o a se inserir na sociedade. São nove anos.

Hoje, as possibilidades de condenação a qualquer tipo de pena, por qualquer delito, com progressão de pena, sequer chegam a esses ditos nove anos; ou seja, não adianta somente endurecer leis se o próprio Estado não cumpre as leis que ele mesmo tem hoje para cumprir.

O que existe hoje concretamente é que já tem lei, e o Estado não as cumpre. Mais que isso, Sr. Presidente. (Palmas.)

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Eu quero aqui trazer um outro dado concreto e apresentado.

Eu estive no começo deste ano, em janeiro, visitando... Eu quero trazer uma frase de Nelson Mandela, que diz o seguinte: “Se você quer conhecer o quanto subdesenvolvido é um país, visite os porões de suas prisões”.

Pois bem, Sr. Presidente. Eu estive visitando o presídio de Pedrinhas, no começo deste ano, e visitei as prisões inclusive do meu Estado.

E, Sr. Presidente, vi o quando subdesenvolvido é o nosso País ao visitar algumas dessas prisões. Não é à toa que o índice de reincidência nas prisões brasileiras é de 70% ou 80%. É que o nosso sistema prisional brasileiro não é feito para ressocializar; é feito para condenar muitas vezes como alguns sistemas penitenciários... (Palmas.)... são feitos para condenar à morte.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu peço à audiência para não se manifestar, senão eu vou ter que esvaziar o plenário da próxima vez.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Portanto, Sr. Presidente, não há dados confiáveis que comprovem que o rebaixamento da idade penal reduz índices de criminalidade juvenil. Ao contrário, o ingresso antecipado no falido sistema penal brasileiro expõe adolescentes a mecanismos comportamentos reprodutores de violência, aumento de chance de reincidência; as taxas de inserção penitenciária não ressocializam. A violência, a inserção no sistema penitenciário só aumenta a culpabilização. Então, nós não estamos encontrando a solução para o problema. Nós estamos, com essa pretensa solução, aprofundando ainda mais o problema.

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos diante de argumentos do ponto de vista constitucional, em que esta questão aqui não resolve, porque, no meu humilde entender – poderia ser refutado –, estamos ferindo o Texto Constitucional; no meu humilde entender, a diminuição da idade de imputabilidade penal constitui direito fundamental do indivíduo, previsto na Constituição como cláusula pétrea, já que o constituinte originário teve a preocupação de fixar expressamente, na Constituição, a idade de 18 anos.

Além do mais, Sr. Presidente, essa pretensa solução aqui apresentada, pelos argumentos fáticos que aqui apresentei, ao contrário de resolver o problema, só irá trazer outros problemas, só irá encher as penitenciárias e o falido sistema penitenciário prisional brasileiro de mais pobres, o que só irá lotar, ainda mais, o falido sistema penitenciário brasileiro de mais filhos da pobreza deste País, agravando ainda mais um problema que hoje existe neste País. Não estamos resolvendo, mas ampliando um problema já existente em nosso País. Não é essa a solução para um problema já existente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos às discussões agora.

Cada orador terá dez minutos, na forma regimental.

Como temos um grande número de inscritos, e a matéria é polêmica, peço às V. Ex<sup>as</sup> que obedeçam ao tempo preestabelecido pelo Regimento Interno.

Com a palavra, o Líder Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Presidente, Vital do Rêgo; Senadores e Senadoras; senhoras e senhores; nosso eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira; nosso Relator, Ricardo Ferraço.

Sr. Presidente, creio que o tema da maioridade penal e o tema da violência e da segurança no Brasil transcendem questões partidárias, transcendem disposições de governo e transcendem, inclusive, a meu juízo, Sr. Presidente, posições circunstanciais dos momentos que a sociedade vive.

Sou daqueles, por exemplo, que não defendo a pena de morte. Por que não defendo a pena de morte? Porque a pena de morte, Sr. Presidente, não é a solução para os crimes e para a criminalidade. Se assim o fosse, os países que têm pena de morte teriam redução de sua taxa de criminalidade de forma vertiginosa. Além de não ser a solução o crime ser combatido pela pena de morte, o que dizer do erro humano? Ora, seja o promotor, seja o procurador, seja o juiz, seja o desembargador, seja o ministro, por trás de sua função e de seu mandato, está o ser humano, que não é infalível. Assim, não há como errar, até porque é da índole da humanidade a possibilidade do erro. E quando se erra, no que se refere à vida, esse é um erro irreparável.

Outro ponto de vista, Sr. Presidente, que eu acho que deve ser discutido: qual a criança que nasce sendo bandido, que nasce sendo criminoso? Todos nós somos filhos de Deus, sem nenhuma tendência para ser isso ou aquilo. Se políticas públicas são ausentes; se a estrutura familiar foi ausente, se a política social da educação, se a política social da estruturação familiar não cumpre seu papel na plenitude, é óbvio, Sr. Presidente, que temos criação de possibilidades para que essas crianças possam ter um comportamento criminal e possam estar à margem da lei.

Qual a solução para isso, Sr. Presidente? Baixar a maioridade penal? Aí eu pergunto: se um jovem de 15 anos e 11 meses cometeu um crime, nós vamos baixar então a maioridade penal de 16 para 15? E se um jovem de 12 anos cometer um crime hediondo? Vamos baixar de 16 para 12? Eu pergunto: diante dessa situação, qual a melhor política, independentemente de cláusula pétrea, independentemente das questões constitucionais? Eu pergunto: qual a melhor política? Na política de fazer com que esse jovem vá para um sistema prisional que hoje no Brasil, lamentavelmente, não recupera, não reintegra, não faz com que adultos possam ser reintegrados à sociedade após o cumprimento de uma pena na grande maioria dos casos – é claro que há exceções –, o que dizer de um jovem, ainda de 16, de 17, de 18 anos, se as instituições estão mal implementadas?

Não é, portanto, Sr. Presidente, a meu juízo, a redução pura e simples da maioridade penal que dará uma resposta. Veja como o povo brasileiro é inteligente e sabe posicionar-se de forma correta. Eu mostrava ainda há pouco ao Senador Pedro Taques uma pesquisa publicada recentemente pela Confederação Nacional do Transporte, que trata de vários temas no País. Um deles, o tema da violência. Quando perguntada à população, Senador Aloysio, na opinião do povo brasileiro, qual a solução para a violência, apenas 36% da população brasileira disseram que era a maioridade penal.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Permite?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Permito, claro.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O senhor não haverá de supor que eu imagine que apenas essa medida seja suficiente para conter a violência no Brasil. Eu me posicionaria exatamente como essa maioria apurada na pesquisa. É claro que apenas essa solução não vai resolver o problema da violência, é óbvio. Não estou aqui propondo uma pomada maravilha para o problema. Estou propondo uma solução para casos excepcionais, que exigem uma resposta, e que não será dada num sistema prisional falido, como diz V. Ex<sup>a</sup>. Será dada em estabelecimentos especiais destinados apenas a essas pessoas. E mais – se me permite ainda continuar –, mesmo no sistema de internação hoje no Brasil, nas instituições voltadas à internação, muitas delas são piores que o presídio de Pedrinhas, muitas delas. No Estado de São Paulo, até antes do advento do governo Mário Covas, o que havia lá era a Febem, algumas unidades com mais de mil jovens. Então, a partir de uma política inteligente de descentralização, de construção de unidades menores, modificou-se essa realidade, mas isso existe em muitos Estados brasileiros – apenas me permita essa observação.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Bem, eu queria apenas, meu Presidente, dizer o seguinte: mais uma vez o próprio aparte do Senador Aloysio Nunes Ferreira complementa a minha argumentação.

Veja: o que propõe, portanto, a emenda constitucional do Senador Aloysio – que, diante deste tema, foi a melhor até agora apresentada ao Senado da República – não significa dizer que a redução da maioridade penal vai resolver este problema, porque no Brasil hoje a responsabilidade penal ocorre a partir de 12 anos, quando qualquer criança ou adolescente é responsabilizado pelo ato cometido contra lei. Essa responsabilidade executada por meio de medidas socioeducativas previstas no ECA tem o objetivo de ajudá-lo a recomeçar e prepará-lo para uma vida adulta de acordo com o socialmente estabelecido. É parte do processo de aprendizagem que ele não volte a repetir o ato infracional.

Ora, Sr. Presidente, o que nós estamos dizendo aqui é que, no Brasil, já há uma legislação específica, já há uma legislação que não é cumprida.

E, mais ainda, no mundo, dados do Unicef revelam a experiência malsucedida, por exemplo, nos Estados Unidos. O país que assinou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança aplicou em seus adolescentes penas previstas para os adultos. Os jovens que cumpriram pena em penitenciárias voltaram a delinquir de forma mais violenta. O resultado concreto para a sociedade foi o agravamento da violência. Por fim, o Legislativo brasileiro pode tomar um caminho na contramão da história.

Sr. Presidente, eu pergunto a V. Exª: como nós votarmos uma matéria como essa enquanto não estiver implementado no Brasil para 100% dos nossos jovens e adolescentes escola de tempo integral? Como implementar, Sr. Presidente?

Ora, se eu pudesse aqui estabelecer uma alternativa para a votação desta PEC, que, volto a dizer, Senador Aloysio, é meritória – a proposta de V. Exª é a melhor de todas até agora apresentada –, seria de que nós tivéssemos a implantação imediata da escola de tempo integral para 100% das crianças e dos adolescentes neste País; que nós tivéssemos 100% de creche. Nós não temos isso no Brasil. Por quê? Porque nosso Estado, e aí não é Governo Federal, não é governo estadual, não é governo municipal, é Estado *lato sensu*, não é capaz de gerar e prover para as nossas crianças 100% de creche e 100% de escola em tempo integral.

Qual é então a solução? Estabelecer a redução da maioria penal e deixar na mão do promotor, do procurador, do juiz, do desembargador, do ministro a decisão de levar um jovem para um sistema prisional que deveria ser diferenciado, e não é, e nem será em curto prazo?

Ora, Sr. Presidente, voto, portanto, para que nós façamos uma reflexão importante. Acho o projeto do Senador Aloysio Nunes Ferreira meritório, mas creio que a convicção de que as crianças e adolescentes precisam de investimentos sociais, educacionais, que as famílias precisam de políticas públicas mais bem estruturadas é a solução para que possamos preparar o Brasil para o futuro e preparar gerações futuras para uma cidadania plena.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Magno Malta, por dez minutos, com a palavra.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Brasil que nos vê pela TV Senado, há 35 anos da minha vida tiro menores das ruas, drogados das ruas. Eu tenho uma instituição chamada Projeto Vem Viver há 35 anos. E é possível que, neste momento, pela parabólica, os 300 que lá estão estejam me vendo, vendo a todos nós, e assistindo a este debate.

Sr. Presidente, as minhas crenças, as minhas convicções eu as defendo, porque o homem é aquilo em que ele acredita. E aqui eu faço mais um parêntese para me solidarizar com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, pelo desrespeito sofrido por ele ao ser chamado de fascista. Fascista é quem apoia criminoso. O meu respeito a ele, à proposta dele, embora eu tenha uma proposta absolutamente diferente. Concordo plenamente com as colocações dele, embora eu ache que, na boa intenção dele, nós não temos o que usufruir com essa proposta. Acabou de falar o Senador Eduardo Braga.

Aqui do lado de Romero Jucá, para tudo que ele falava, eu falava: “É verdade”. Para tudo que ele falava eu falava: “É isso mesmo”. O sistema não ressocializa, não tem lugar próprio para isso. É verdade. Tudo que ele falou é verdade.

Por isso, em 2003, com a morte da Liana Friedenbach. Quem é de São Paulo sabe, quem é antenado nessas questões conhece, que ela foi estuprada, durante quatro dias, e morta pelo Champinha e seus comparsas.

O pai de Liana Friedenbach esteve aqui comigo. Eu andei com esse homem e entrei com a PEC chamada Liana Friedenbach, que levava o nome dessa paulista trucidada, morta com requintes de crueldade por um homem travestido de criança, chamado Champinha. O drama do Brasil são homens travestidos de criança, porque criança, na minha concepção chupa chupeta, faz xixi no berço, dorme no colo da mãe, pede comida e é levado para o berço no colo. Para mim, isso é que é criança.

Quem estupra, sequestra e mata não pode ser chamado de criança, e a sociedade brasileira, a sociedade civil deste País rejeita essa história de que o sujeito que põe uma pistola na cabeça de uma mãe de família, de 35 anos, dentro de um ônibus e fala: “Agacha, vagabunda”. “Motorista, para o ônibus. Todo mundo olhando para mim. Fecha a porta”; e sacia a sua lascívia, abusando de uma mãe de família, chorando lágrimas de sangue; depois, com uma pistola na mão, fala: “Eu tenho 16 anos. Sem conversa fiada ou meto chumbo na cara!” Essa criança não sabe o que está fazendo? Me engana que eu gosto.

Pois o Brasil vive esse drama, esperando uma resposta. Aí também concordo: nós não podemos fazer isso a toque de caixa, embora seja urgente o momento da necessidade de se fazer a toque de caixa, porque, enquanto estamos conversando aqui, eles estão matando lá fora. Estão sequestrando, abusando, rindo, desmoralizando, porque sabem...

Eu tenho um sobrinho de sete anos que tem síndrome de Down. Ele pega um *tablet*, um computador e o desmoraliza. Se você o põe do tatame e lhe pede que faça um golpe, ele o faz de modo correto. Você diz para ele ir para a escola, e ele fala que não vai, que não gosta; você diz que ele vai ficar analfabeto e ele diz: “Fico”. “Então, está bom, problema seu. Mas eu estou para o *shopping*.” “Eu vou”. “Fazer o quê?” “Passear.” Ele sabe o que quer e o que não quer. Agora, quem tem 15, 16, 17 mata e é chamado de criança, mamãe me acode! Nós estamos brincando com a sociedade brasileira. E essa história de reduzir de 18, 17 para 16 é outra brincadeira. Dezesseis?! Eu já tive 16 anos. Todos nós já tivemos e sabemos que não muda nada, absolutamente nada. É a mesma pessoa, com os mesmos reflexos.



Agora, Sr. Presidente, eu concordo com tudo isso e tenho uma proposta. A minha de 2003 chamava para 13 anos, para suscitar o debate. Foi para dentro da gaveta, e nem debate aconteceu. Pois bem, eu achei que o projeto do Senador Aloysio iria ser apensado ao meu, mas descobriu-se que havia um antes do meu. Acho que era do Arruda. É. Mas sem nenhum problema.

O que eu faço? Entrei com um projeto de lei, que o Senador Pedro Taques puxou para dentro do Código Penal, e a minha proposta é para poder consertar tudo de que o Senador Eduardo Braga falou. O sistema não recupera, é uma besteira; pior. Aí o sujeito diz: "Mas, Senador, o senhor não acha que é terrível pegar uma criança dessas e levar para o presídio, levar para a penitenciária? Ele vai sair pior". Eu concordo com você, mas vai levar para o presídio, e o cara que está no presídio tem medo dessa criança, de essa criança matá-lo enquanto ele está dormindo.

Não é para o presídio; as cadeias estão cheias. Estão cheias por causa da crença na impunidade. Eu também não estou dizendo aqui que a redução da maioridade penal vai resolver o problema da violência no Brasil, mas a redução da maioridade penal vai desacelerar este motor que hoje gira em alta velocidade, a violência no País. Todo moto é cheio de roda dentada e, no motor da violência no Brasil, a roda dentada mais importante é a maioridade penal. Na hora em que arrancá-la, esse motor vai funcionar, mas capengando.

O que diz a proposta do meu projeto de lei? Acreditando nisso e respeitando, com a experiência de quem tira da rua, coloca dentro de casa, com a experiência de quem ensina, com a experiência de quem devolve para a sociedade... Então, quero falar da minha experiência; eu não tenho discurso, eu tenho prática.

Qualquer cidadão que cometer crime de natureza hedionda – todo mundo sabe que existe um elenco de crimes hediondos e um elenco de crimes que não são hediondos, Senador Eduardo Braga – roubou um tênis, roubou um toca-fita, roubou um pneu, sei lá o que foi que fez, quebrou vidraça, não sei. Há um elenco de crimes hediondos e um elenco que não o são. Que qualquer cidadão que cometer crime com natureza hedionda perca a menoridade e seja colocado na maioridade para pagar as penas da lei. Ponto.

Para onde eles vão? Não é para a penitenciária. Para onde eles vão? Cadeia cheia. Também não. Para onde vão então?

E a minha proposta manda acabar com a Fundação Casa, manda acabar com Unip. Isso sim é esgoto de gente. Fundação Casa é escola de crime, Fundação Casa é esgoto de gente. Unip do meu Estado é escola de crime, Senador!

Acaba com isso tudo! E faz o que com esse que cometeu o crime hediondo? Fica o Estado obrigado a construir centros de ressocialização para a formação de campeões em esporte de alto rendimento para o País. Ele não vai para o presídio. Ele vai para um centro, para se tornar atleta de alto rendimento, para ser devolvido à sociedade como um atleta reintegrado à sociedade.

Por que eu digo esporte de alto rendimento?

Eu sou um desportista, sou ligado ao esporte de alto rendimento. No final de semana próximo passado, estive em Santa Catarina, do Senador Luiz Henrique, lá em Jaraguá do Sul. O último UFC aconteceu sábado lá, e lutaram atletas nossos.

Eu tenho atleta tirado do *crack*, das ruas, do crime, hoje atletas de alto rendimento, porque tenho um centro de treinamento na minha instituição.

Nesse centro de ressocialização, nós temos mão de obra muito boa. As olimpíadas das Forças Armadas, Senador Suplicy, Marinha, Exército e Aeronáutica, têm atletas de alto rendimento em todos os esportes que o senhor imaginar, todas as modalidades. E o Brasil tem vocação para o esporte. Nós temos vocação. O nosso povo tem vocação para ser campeão. Esses meninos têm muito talento.

Então, o que acontece? Eles são levados grosso modo. Lá não tem cela, Senador Eduardo Braga, lá não tem beliche. É um centro de reabilitação de verdade.

O Ministério da Educação desenvolverá, na minha proposta, um projeto educacional de apenas uma hora e meia por dia, porque atleta de alto rendimento é ocupado nos três períodos do dia. O Senador Suplicy, que é boxeador, sabe disso. O quarto período dele é dormir, porque o esporte de alto rendimento, além de sugar as energias, educa; tem uma filosofia que educa.

Se a família desse menino que perdeu a sua menoridade por causa de um crime hediondo e foi para o centro de ressocialização para se tornar um atleta de alto rendimento, se a família dele não tem envolvimento com o crime, o juiz determina para ele um tutor com formação religiosa. E aqui nós temos que discutir o papel...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Para concluir, Sr. Senador, por favor.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu vou concluir.

O papel dos religiosos no Brasil, porque os religiosos são muito bons para atuar na penitenciária, mas são impedidos de entrar na escola. Depois que vira marginal, nego quer Bíblia nas penitenciárias, mas ela não pode entrar na escola.

Então, veja: o juiz determina um tutor com formação religiosa, com assistente social, que assume esse menino. A família dele, se não tem envolvimento com o crime, entra às 17h de sexta-feira e fica com ele até as 17h de domingo. Ele vai ter mais tempo com a família do que teve quando estava na rua.

Se a família tem envolvimento com o crime, o juiz determina uma família adotiva para ele, até o cumprimento da pena; uma família qualificada, com formação religiosa e mais assistente social. Essa família ajudará – só um minutinho, para eu encerrar – o juiz a triar parentes que possam também fazer a mesma coisa, estar com ele a partir da sexta, que não tenham envolvimento com o crime, até as 17h. Há minúcias que são penduricalhos, mas muito importantes, no bojo dessa minha proposta.

E veja. Não dá para falar: “Ah, vai pegar o menor e levar para o presídio”. Não estou propondo nada disso. “Vai pegar o menor e botá-lo na cadeia cheia.” Não estou propondo nada disso. Eu estou propondo tirá-lo da Fundação Casa, estou propondo tirá-lo desses presídios para menores. Acaba com esse lixo! Isso é lixo! E vamos levar, vamos dar um exemplo para o mundo. Não temos que copiar os Estados Unidos mesmo, não. “Ah, Estados Unidos, é sete.”

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k., Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Só para encerrar.

“Na Europa, é 14, 13.”

Experiência é igual à dentadura: só cabe na boca do dono. Nós temos de construir a nossa, construir a nossa. E a nossa é esta: ressocializar e devolver um atleta para a sociedade brasileira. É isso que o povo quer.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, depois o Senador Humberto Costa e o Senador Eunício Oliveira.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com todo o respeito, Sr. Presidente, penso que o tema, o debate esteja um pouco desfocado. Ninguém no Brasil pode dizer que uma medida como essa vá resolver o problema de segurança pública. Não vai resolver o problema de segurança pública. Segurança pública é muito mais do que polícia, do que criminalidade. Segurança pública é muito mais do que isso. Ninguém pode ser idiota o suficiente – vou usar uma expressão forte, e não existem idiotas nesta sala – que não defenda a escola em tempo integral, não defenda a escola como instrumento de transformação.

Nós não estamos debatendo isso aqui, nós estamos debatendo outras coisas aqui. A primeira delas: nós estamos debatendo se o Legislativo, através de uma proposta de emenda à Constituição, pode ou não alterar a Constituição. A primeira pergunta que tem que ser feita é a seguinte: o art. 228 da Constituição, ao estabelecer a imputabilidade penal aos 18 anos, é ou não uma cláusula pétrea? É ou não uma parte da Constituição que possa ser modificada, possa ser tocada, possa ser tangenciada? Esse é o primeiro debate.

Ninguém aqui, em sã consciência, vai defender penitenciária igual para aquele de 16 a 18 anos. A proposta de emenda à Constituição do Senador Aloysio não trata em absoluto disso; não fala nada disso. Exige uma lei complementar. Portanto, o primeiro tema é: o art. 228, os 18 anos de imputabilidade, é uma parte da Constituição que não pode sofrer modificações ou não? A pergunta é essa.

Como surgem as chamadas cláusulas pétreas, as partes da Constituição que não podem ser tocadas, Sr. Presidente?

Eu me recordo aqui da *Odisseia*, de Homero, em que Ulisses vai passar perto de uma ilha. Aí, ele pede para seus marinheiros colocarem cera nos seus ouvidos, amarrarem-no no mastro, para que ele não possa cair no canto das sereias que existem nesta ilha. Ele coloca a cera no ouvido, ele é amarrado no mastro, porque o canto da sereia pode convencê-lo a mudar de posição. Ele passa pela ilha.

As cláusulas pétreas significam núcleos, partes da Constituição que existem para que nós não tenhamos mudanças pontuais na Constituição, mudanças emocionais na Constituição, mudanças criadas através da chamada legislação de emergência. Esse é o primeiro tema. As cláusulas pétreas protegem direitos fundamentais, como a vida, o direito de existir. A pena de morte é inconstitucional no Brasil, a não ser na exceção ali prevista, em caso de guerra declarada, nos termos do Decreto-Lei nº 1.001, de 69. Protegem a liberdade, Sr. Presidente, o direito de escolher o seu destino, a autodeterminação, mas a Constituição permite a subtração da liberdade de locomoção, que é a prisão. A Constituição protege, como direito fundamental, a propriedade, mas ela pode ser desapropriada. A Constituição protege a igualdade, mas a mulher se aposenta com menos tempo de trabalho que o homem. A Constituição, portanto, protege um núcleo que se encontra ao redor do que se denomina dignidade da pessoa humana.

Entendo, Sr. Presidente, que a idade mínima para a imputabilidade penal aos 18 anos não se apresenta como cláusula pétrea. Não é uma cláusula pétrea, por uma questão: os direitos fundamentais têm características universais, são imperativos categóricos; é da natureza das coisas. A liberdade, a vida, a igualdade, a segurança,



a propriedade, isso é imperativo categórico, não muda. O direito de existir aqui é igual na China, é igual no Japão, é igual nos Estados Unidos. Esses imperativos se apresentem como cláusulas pétreas.

O Supremo Tribunal Federal já decidiu que as cláusulas pétreas não se encontram apenas no art. 5º da Constituição ao debater o princípio da anterioridade tributária, que é uma cláusula pétrea por decorrência da segurança jurídica do *caput* do art. 5º da Constituição, e a propriedade. A idade de 18 anos não se apresenta – ao menos a meu juízo, mas existem posições contrárias – como uma cláusula pétrea. A Constituição, Sr. Presidente, pode e deve respirar. Não podemos confundir o texto da Constituição com o contexto histórico no qual estamos vivendo, Sr. Presidente. A Constituição é um texto que precisa ser interpretado, tendo em conta a realidade histórica que vivemos.

Imaginem se nós tivérmos esta Constituição – e tomara que a tenhamos – daqui a 100 anos. Será que os mortos de 1988 – e ainda temos muitos vivos aqui – podem vincular os vivos que existirão daqui a 100 anos?

Eles não podem vincular os vivos daqui a 100 anos. As cláusulas pétreas significam a proteção de um núcleo que garante a dignidade da pessoa humana. Precisamos de escolas, precisamos tratar os presídios e os presidiários com dignidade. Isso é uma incompetência do Estado – aqui o Estado nacional, o Estado regional e o Estado municipal.

Concordo inteiramente com o Senador Braga, mas nós não estamos discutindo isso. Não estamos aqui debatendo se vamos resolver o problema de segurança pública no Brasil com esta medida, e não iremos. Estamos debatendo, ao menos é isso que está na proposta do Senador Aloysio e de outros que assinaram, relatada pelo Senador Ferraço, se podemos ou não mudar a Constituição neste patamar. Não se apresenta como uma cláusula pétrea, porque a idade de 18 anos não é algo que se apresente como universal.

Nós todos conhecemos como isso ocorre no mundo. Não vou cansá-los aqui citando 30 países, 40 países, não países reacionários, países onde os direitos fundamentais surgiram, que estabelecem de forma diferenciada isso, Sr. Presidente.

A Constituição é um texto. O texto sem uma interpretação é um corpo sem alma, Sr. Presidente. E essa interpretação tem de levar em conta o momento histórico que vivemos. Um único exemplo resolve, ao menos, a meu juízo, essa situação. A Constituição americana é a mesma Constituição. Em um determinado momento histórico, a Suprema Corte dos Estados Unidos disse que a escravidão era constitucional. A mesma Constituição americana disse em um determinado momento que negros não podem casar-se com brancas. A mesma Constituição já disse que negros não podem votar. É o texto, mas a interpretação é diferente do texto, porque leva em conta o chamado contexto.

Nós não vamos resolver a questão do Brasil de segurança pública com isso aqui. Agora, a realidade não é a mesma de 1940. A realidade biológica, a realidade física, a realidade social não é a mesma de 1940. De 16 a 18 anos, e por que não 19? E por que não 17 anos? Como há limite para a prática de crimes, não se apresenta como razoável que um ser de 16 a 18 anos cometa crimes gravíssimos, como crimes hediondos, e só crimes hediondos, e ele não possa ser responsabilizado. Sabe por quê? Porque o Estado tem o dever fundamental de proteger o cidadão, para que nós possamos viver dentro de uma cidade, que os gregos chamavam de *polis*, de sociedade. O Estado tem o dever fundamental de proteger o cidadão – 16 a 18 anos. O Senador Aloysio aqui não está buscando a redução. Nós estamos aqui, nesta PEC – eu assinei a PEC –, discutindo se esta é uma presunção absoluta ou presunção relativa.

Outros argumentos, como o presídio de Pedrinha: é incompetência do Estado. Incompetência do Estado União, Estado-membro e do Município, porque todos têm o dever ao se tratar de segurança pública. Aí existem outros debates que podem ser feitos. Mas nós não estamos discutindo Pedrinhas, nós não estamos discutindo escola em tempo integral, nós não estamos discutindo isso. Estamos a debater se a Constituição permite ou não, e esta, ao menos no nome, é uma Comissão de Constituição e Justiça, e V. Exª, como Presidente, tem encaminhado no sentido de fazer velar pela Constituição e pelo Regimento. O debate é esse. No mais, com todo o respeito, é argumento que não sobrevive ao que está escrito na Constituição.

Encerro, dizendo que, a meu juízo, existem posições totalmente contrárias; são respeitáveis posições. Podemos, sim, mudar a Constituição neste particular. A proposta de emenda do Senador Aloysio relativiza. Ela traz uma presunção relativa, não absoluta da imputabilidade. E isso ficará a cargo de uma lei complementar. E esta lei complementar, de acordo com a Constituição, se for alterada, estabelecerá só em crimes hediondos – hediondo é o que é nojento, o que dá vontade de vomitar.

E não é possível, Sr. Presidente, que um ser de 16 a 18 anos... O número de adolescentes e crianças que praticam crime no Brasil não chega a 1%, mas esses crimes, a maioria deles, são gravíssimos.

No Código Penal, nós aumentamos a pena daqueles que cometem crime valendo-se de adolescentes e crianças, a chamada corrupção de menores. O Estado precisa dar uma resposta sim; é papel do Poder Legislativo.

Ao meu juízo, encerro, não se apresenta como cláusula pétrea. Outros debates podemos fazer no momento oportuno e no local oportuno. Discutir aqui a questão de segurança e de escola em tempo integral, com todo o respeito, não é o caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Humberto Costa com a palavra.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, nós estamos aqui hoje debatendo um tema da mais absoluta relevância e um tema que, como vários outros, termina sendo muitas vezes guiado pelo senso comum. Nós aqui, como legisladores, como pessoas que foram eleitas pelo povo, não estamos apenas para reforçar, tornar lei o senso comum, mas exatamente para pensar de uma forma ampla a estruturação e organização da nossa sociedade e enxergar com olhos mais amplos um debate como esse que aqui é colocado.

Obviamente que não tenho a bagagem do Senador Pedro Taques para fazer um debate com ele no mesmo nível sobre o tema da constitucionalidade ou não dessa lei, mas eu me inclino a concordar com vários juristas, também relevantes e importantes, que consideram que isso se trata de um direito individual e como tal não caberia ao Congresso Nacional, a não ser se fosse uma Constituinte originária, debater uma questão como essa. Mas eu vou preferir, apesar de aqui ser o espaço onde nós vamos discutir a juridicidade e constitucionalidade, discutir o conteúdo.

Acho que há um primeiro problema no relatório apresentado em cima da proposta do Senador Aloysio Nunes. É o fato de que nós vamos atribuir a outrem, ao Ministério Público, e não há lei estabelecendo de forma absolutamente clara a definição de se aquele determinado crime e aquele determinado jovem se enquadram numa possibilidade de redução da maioria naquele caso específico. E eu acredito que isso já cria uma subjetividade para quem vai atribuir esse juízo que acredito que pode também restringir direitos, pode constituir injustiças. A subjetividade também entra no debate para a compreensão do caráter criminoso da conduta desse jovem, quando se vai fazer um histórico familiar, social, atestado em laudo técnico, assegurada ampla defesa técnica por advogado e o contraditório. Eu acho que também entra aí o subjetivismo que deveria ser evitado. Ou a lei estabelece uma proposta que seja universal ou que não se estabeleça.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Permite-me, Senador?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Pois não. Desde que desconte do meu tempo...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não, não. Um grau de subjetividade é sempre inerente à decisão judicial. Principalmente em matéria penal, existe a chamada individualização da pena, que consiste na adequação da pena teórica ao caso que está sendo julgado, quando o juiz deve considerar, sim, a personalidade do acusado, seus antecedentes. Então, isso não é novidade. Existe um caráter subjetivo em qualquer decisão judicial. E mais, para exatamente elidir arbitrariedade nessa decisão subjetiva é que se estabelece o sistema recursal no Brasil. Essas decisões são sujeitas a recursos, além de terem sido tomadas num processo em que há o contraditório e ampla defesa.

Muito obrigado.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Bom, eu considero isso um motivo a mais para que nós não votemos a proposta tal como está. Acho que ela entra num nível de subjetividade que pode construir diversas situações de injustiça.

Terceiro, nós temos hoje já, no Brasil, dois sistemas: um sistema prisional, que todo mundo sabe como funciona, e esse sistema de aplicação de penas socioeducativas, que também nós sabemos como funciona. Uma situação como essa vai criar, no meu ponto de vista, a necessidade de um terceiro sistema, porque você não vai juntar esse jovem com o preso que já é maior de idade, nem vai juntar com aqueles que cometeram crimes de menor poder de provocar prejuízo e lesão. Então, esse terceiro sistema eu temo que ele vá ser uma reprodução do que nós já temos hoje.

Se não for o terceiro sistema, se nós colocarmos no sistema prisional, pelo o que nós vemos, nós não vamos conseguir reeducar esse jovem. O que nós vamos é fazer com que ele entre de forma mais definitiva e decisiva na criminalidade e vários...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Senador, o senhor não admite a possibilidade de uma mudança legal e constitucional induzir uma mudança no sistema? Induzir a criação do...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – De curto prazo, não. Exatamente por isso que eu acho que não é momento de avaliar uma proposta como essa. Nós não implementamos o ECA na sua plenitude. Por isso que nós tomarmos essa decisão agora eu acho que ela é absolutamente extemporânea. E eu tenho total dúvida se isso vai permitir que nós tenhamos a redução da violência.

Disse aqui o Senador Pedro Taques, com toda a propriedade, que apenas 1% dos jovens compõe na sua atuação esses crimes hediondos. Então, nós vamos, a partir de 1%, de uma criminalidade juvenil que já é menor do que a criminalidade geral, apresentarmos uma proposta diferenciada para esse segmento, eu também

acho que não se aplica, não é correto. Até porque eles não são impunes. O ECA define claramente que há uma punibilidade, uma responsabilidade desses jovens.

Portanto, eu defendo que nós mantenhamos como está hoje a situação de definição do momento em que as pessoas podem ser responsabilizadas criminalmente. Acho que, se nós tivéssemos que fazer alguma mudança, que fizéssemos no ECA, imaginando algum outro tipo de medida a ser aplicada nesses casos, e não numa mudança da Constituição.

Entendo que nós estaremos indo contra uma tendência que nós temos internacionalmente, hoje, de ampliar a idade penal naqueles Estados, naqueles países onde ela é inferior aos 18 anos. E creio que, com essa medida, nós estaremos trabalhando o enfrentamento ao efeito, e não à causa.

Considero também que alguns argumentos que são colocados não são aplicáveis, como dizer: o jovem pode dirigir, o jovem pode votar e, por isso, ele pode responder criminalmente. No entanto, alguns desses direitos são limitados também. Há o direito de votar, mas não há o direito de ser votado. Então, dá-se um tratamento diferenciado em várias situações a esse jovem que entendo que, no que diz respeito à responsabilidade criminal, também deva ser dado.

Por isso, eu defendo um posicionamento contrário à aprovação dessa PEC, contrário à redução da maioria penal, e na linha de fazer com que nós cumpramos aquilo que já existe como lei, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, não somente na definição das medidas socioeducativas, mas de quais são as responsabilidades do Estado com relação à educação, com relação à saúde, com relação à cultura, enfim.

Eu acho que, só depois de vermos isso tudo cumprido, nós vermos esse Estatuto perfeitamente aplicado, poderíamos fazer uma discussão como tal, e, ainda assim, não caberia.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Líder, o Senador Humberto Costa, inclusive pedindo vênias aos senhores, porque, quando delego a manifestação de cada um e no momento em que V. Ex<sup>as</sup> permitem o debate, esse tempo será efetivamente retirado de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> compreendeu isso e concluiu no seu tempo. Porque aparte é normal e é um momento democrático. Apenas temos que policiar os nossos tempos, para que todos os nossos oradores possam se manifestar.

Senador e Líder Eunício Oliveira.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu tive a oportunidade de ser o Presidente da Comissão Especial que tratou aqui do debate do Código Penal.

Nós tínhamos um prazo inicial muito curto, e alongamos esse prazo diversas vezes para que pudéssemos, Senador Magno Malta, ouvir a sociedade brasileira, fazer audiências públicas, fazer debates sobre essa questão de um novo Código Penal Brasileiro. Várias foram as demandas que recebemos nos sentidos mais diversos possíveis, desde a pena de morte até a maioria penal aos 13 anos, como já é prevista em alguns países.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira, um Senador por quem eu tenho... Desde o dia em que cheguei aqui, aprendi a respeitar pela sua coerência, pelo seu posicionamento e até pelas ponderações elevadas e corajosas que ele tem feito em todos os debates de que nós tivemos a oportunidade de participar.

Portanto eu ouvi atentamente os argumentos do Senador Magno Malta, ouvi atentamente os argumentos do meu querido Líder do Governo, meu irmão camarada, meu companheiro, Senador Eduardo Braga, por quem nutro muita admiração nesta Casa, mas quero dizer que no mundo de hoje, permeado pela comunicação fácil, incentivados todos esses jovens pela comunicação e informação, estimulados por ela é que hoje você encontra, como ele falou aqui, crianças de seis, sete anos de idade que têm muito mais informações e habilidades do que homens e mulheres deste País que não tiveram a oportunidade de comunicação, que não tiveram a oportunidade de estudo, que não tiveram outras oportunidades e ainda vivem à margem de qualquer tipo de informação, a não ser aquela que chega pelo rádio ou aquela que chega pela televisão, mas não pela leitura ou pela conscientização que ele teve durante toda a sua vida.

Portanto este debate aqui é extremamente importante. Importante porque, assim como nós não encontramos a oportunidade de fazer um debate mais profundo sobre a questão do ECA, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, num debate longo, de mais de um ano, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ouvindo a sociedade brasileira... A gente encontrou nessa posição do Senador Aloysio Nunes Ferreira o equilíbrio, mais uma vez, o equilíbrio.

A alteração do art. 228 da Constituição que ele propõe não é pura e simplesmente reduzir a maioria penal. Mas eu indago aos senhores o que ouvi semana passada, no meu querido Estado do Ceará. Um jovem de 17 anos de idade, faltando pouco mais de seis meses para completar 18 anos. O juiz falava comigo que ele já havia cometido 11 crimes hediondos. Onze crimes! Não era o primeiro crime. Onze crimes hediondos, internado em uma casa de recuperação de lá, ele olhava para o juiz: "Já matei 11. Me dá esse papel porque eu

vou ficar seis meses quietinho e quando eu voltar vai ser você o próximo. Você vai ser o décimo segundo que eu vou matar". E esse juiz estava apavorado, sem saber o que fazer.

Concordo com o Senador Eduardo Braga que nós temos que ter a escola de tempo integral no Brasil. E este Governo começou a dar essa dimensão à educação brasileira. E é necessário que se faça isso o mais rapidamente possível. É necessário dar a este País e aos jovens pobres deste País a oportunidade da educação decente, de um trabalho decente. Mas e enquanto isso? O que nós vamos fazer?

Então, quero deixar bem clara a ponderação. Estamos debatendo agora uma matéria, Senador Pedro Taques, que, há dois anos, estamos discutindo aqui, que é a questão do crime de terrorismo. E querem confundir isso.

Jamais, o Senador Eunício Oliveira, que foi militante das ruas no tempo do movimento estudantil – pouca gente tinha coragem de ir para as ruas, na frente de um canhão, e nós estávamos lá, Senador Requião, para combater a ditadura militar àquela época –, jamais, eu me prestaria ao papel, Senador Vital do Rêgo, de ser autor de um relatório que proibisse manifestações livres nas ruas! Mas há coisas que a gente precisa ponderar, precisar ter coragem de fazer. A gente precisa ter discernimento e não ficar apenas ouvindo meia dúzia de pessoas dizer: "Ah não! Isso não vai resolver nada!" Isso vai, sim, ajudar a resolver.

Então, voto com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela ponderação não para extinguir a maioridade penal, mas para agir em casos como esse, em que está envolvido um jovem de 17 anos de idade, de quase 18 anos.

Olhem, eu sou do interior do Estado. Tive o privilégio de ser Ministro do Presidente Lula e de ir para Davos com ele para enfrentar o desafio de fazer a inclusão digital no Brasil, para que todos tivessem acesso à informação.

Agora, Sr. Presidente, querer dizer que a gente não tem condições de dar nenhum tipo de instrumento para um promotor ouvir do juiz uma ponderação nessa questão da maioridade penal? Isso não pode ser um tabu. Jamais essa cláusula foi pétrea. Jamais essa cláusula foi pétrea.

Respeito a opinião divergente de todos os companheiros, mas, pela ponderação que apresenta o Senador Aloysio Nunes Ferreira, vou encaminhar favoravelmente ao projeto de mudança da Constituição, depois desse debate longo, ouvindo juristas como o Senador Pedro Taques, que foi o Relator dessa matéria. Nós não a incluímos no Código Penal porque o artigo da Constituição não nos permitia fazer isso.

É necessário que a gente faça a abertura desse debate. Essa alteração encaminha para leis outras, e vamos fazer o mesmo debate, para ver a forma com que nós vamos aplicar essa lei.

Sr. Presidente, não podemos ficar aqui de braços cruzados, vendo o que está acontecendo no Brasil, sem termos a coragem de colocar isso com clareza.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Senador Eunício, permita-me...

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Pois não, Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – V. Ex<sup>a</sup> está plenamente correto, até porque quem escreveu esse texto que, hoje, parece imutável para algumas pessoas pode reescrevê-lo, e quem o fez foi esta Casa. Enquanto a gente fica discutindo isso aqui, eles estão matando nas ruas. Se imaginarmos que é preciso colocar escolas profissionalizantes no Brasil inteiro, que dia isso vai acontecer? No dia em que isso for feito, eles já terão matado a metade das pessoas do País.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Senador Magno Malta, eu não tenho uma posição tão radicalizada assim. Eu tenho uma posição mais moderada, mas não posso deixar de apoiar essa postura equilibrada que assume o Senador Aloysio Nunes, para que tenhamos um instrumento.

Nós ficamos discutindo aqui, por dois anos, o Código Penal. O Senador Pedro Taques, que fez um brilhante relatório, depois de ouvir toda a sociedade – e foram mais de 600 emendas e mais de 20 audiências públicas abertas a todos os encaminhamentos –, fez um relatório equilibrado, mas não encontrou a possibilidade de criar essa condição, porque a Constituição não permitia que ele fizesse a alteração, incluindo isso em seu relatório.

Então, foi pensando dessa forma, depois de um debate na Comissão, ouvindo na medida do possível toda a sociedade, que o Senador Aloysio Nunes, de comum acordo com a Comissão – e V. Ex<sup>a</sup> participou da Comissão –, apresentou essa equilibrada alteração da Constituição. E não se trata de, pura e simplesmente, quebrar a maioridade penal, extinguir a maioridade penal, mas se trata de dar a oportunidade para que aqueles que cometem crimes hediondos seguidamente tenham uma punição diferenciada da do jovem que furta um pacote de biscoito num supermercado. Este, sim, tem de ir para a recuperação. O que cometeu um pequeno delito tem de ir para a recuperação diferenciada. Agora, o que cometeu 15 ou 20 crimes e tirou vidas... Como ficam as famílias que viram seus entes queridos serem mortos pela décima vez, sem que nenhuma punição pudesse ser tomada, porque há um amparo que protege exatamente esse criminoso?

Portanto, esse é meu encaminhamento. Meu voto é favorável à alteração da Constituição proposta pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Suplicy tem a palavra.

Depois, falarão o Senador Requião e a Senadora Ana Rita.



**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, hoje, estamos vivendo aqui uma reunião com características que guardam relação com o que, na legislatura passada, aconteceu um dia, sob a Presidência do Senador Antônio Carlos Magalhães. Foi também um debate muito renhido, como está sendo hoje. Naquela ocasião, eu relatei algo que tem a ver com o que disse o Senador Randolfe Rodrigues, também o Senador Magno Malta e os próprios Senadores aqui que se referiram à situação prisional brasileira, sobretudo aquelas que existem na antiga Febem ou nas instituições que a substituíram, em São Paulo, por exemplo.

Em 2013, em agosto, resolvi fazer uma visita a uma unidade assistencial da Febem, que ficava no Brás – hoje já desativada. De lá havia saído a responsável pelos direitos humanos da ONU, dizendo: “É horrível, é horrível, é horrível!” Eu, então, pedi à diretora daquela instituição para fazer uma exposição aos rapazes. Havia 500 rapazes de 14 a 20 anos. Eu, ali, tendo sido autorizado, fiz uma exposição, dizendo que aquilo em que eu acreditava poderia ter modificado muito a condição daqueles rapazes. Estavam 500 em 150 leitos. Portanto, mais de três por cada leito era sua condição, o que fez aquela senhora ali dizer o que disse. E ali pouco se estava aprendendo como medida socioeducativa, prevista tanto nas palavras de Randolfe Rodrigues, de Magno Malta, como nas do Senador Aloysio Nunes.

É fato que a proposta do Senador Aloysio Nunes apresenta maior equilíbrio em relação às anteriores, mas, ainda assim, eu acho que muito mais importante é melhorarmos as condições socioeducativas para todos aqueles que, abaixo de 18 anos, porventura, tiverem cometido crimes. Se possível, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, poderão ter toda assistência.

Sobretudo, acredito ainda naquilo que mencionei àqueles jovens. Eu tinha a convicção de que, ao lado da boa oportunidade de educação, da boa recuperação de toda a assistência psicológica a eles e assim por diante, se já houvesse no Brasil, em vigência, o direito de toda e qualquer pessoa, não importando sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, muito provavelmente eles não teriam cometido os delitos que os faziam estar lá dentro. Para explicar e bem argumentar a respeito, eu disse que a condições deles fazia muito lembrar aquilo que estava expresso nas canções, como naquelas do Mano Brown, dos Racionais MC's, como “Homem na Estrada”, em que ele explica a condição do rapaz, que, por falta de condições adequadas de sobrevivência digna, acaba se tornando o aviãozinho da quadrilha de narcotraficantes. Inclusive illustrei, naquele dia, aqui, naquela Comissão. Até cheguei – não farei hoje isto – a cantar “Homem na Estrada”, de Mano Brown.

Pois bem, quando terminei de fazê-lo, tendo ficado impressionado com aqueles jovens, pois todos sabiam de cor e cantaram a música, de 7, 8 minutos, me deram razão e perguntaram quando é que ia acontecer a renda básica de cidadania, que poderia tanto evitar aquilo que acontecera com eles. E eu disse que, naquela época, já aprovada no Senado, seria aprovada na Câmara e sancionada pelo Presidente Lula. Isso, há dez anos. Eu tenho a convicção de que esse será o caminho. E eu até tenho o compromisso com o Senador Magno Malta de comparecer a Cachoeiro de Itapemirim e dialogar com os jovens. Ele diz que tem uma convicção, mas eu tenho a convicção de que poderei persuadir o meu colega Magno Malta de um ponto de vista diferente.

Assim, Sr. Presidente, eu aqui estou de acordo com as recomendações, por exemplo, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) e de outras instituições que, mesmo considerando que há objetivos importantes, estão de acordo com a melhor aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e previstos na proposta do Senador Aloysio Nunes.

Então, é com respeito que eu aqui expresso a minha concordância com o voto do Senador Randolfe Rodrigues, mas avalio que houve algo interessante e que nos leva a dizer aos responsáveis por todo o sistema penitenciário e o sistema de FEBEMs deste País que precisamos efetivamente melhorar as condições de recuperação, com medidas socioeducativas, de todos aqueles que porventura tenham cometido crimes, ou daqueles que, sobretudo, ainda não cometeram, e realizar todas as ações educacionais para prevenir a criminalidade entre os jovens.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Requião, com a palavra.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Aloysio por ter colocado em debate essa questão. É uma questão que tem que ser discutida. E eu vejo nesta reunião o Senado como deveria ser: opiniões bem embasadas, concretas, inteligentes e suportadas pela experiência e pela teoria. Cumprimento também o Senador Taques porque ele demonstrou que, depois do Einstein e da Teoria da Relatividade, não existe nada mais pétreo, tudo pode ser modificado. E quero cumprimentar o Senador Eduardo Braga pela brilhante exposição que fez. E aduzir, de forma muito rápida, algum raciocínio a esta questão.

É evidente que um assassino com distorções psicossociais muito grandes de crimes terríveis deve e pode ser comparado, com 17 anos, a um assassino de 30, 40 anos, com a tal “maior idade”. No entanto, a minha

preocupação é que se passe a analisar essa questão, que precisa de um encaminhamento e de uma solução, sob o clima de pânico. Não se pode tomar a rama pela floresta. Eu não imagino que, em função de existirem os distúrbios psicossociais enormes e crimes hediondos feitos por menores de 18 anos, nós devamos, a critério da subjetividade de um promotor ou de um juiz, colocar todos numa penitenciária. E mesmo que seja uma instituição especializada, colocaríamos o monstro do assassinato hediondo junto com rapazes e moças que teriam cometido um deslize de pequeno potencial destrutivo ou criminoso?

O debate tem sido extraordinário, mas a solução rigorosamente não é essa. Nós temos que enfrentar, sim, os crimes hediondos, as distorções psicossociais de determinados indivíduos, mesmo com menos de 17 anos. Mas nós estamos quase que num clima de pânico, tentando nivelar tudo de uma única maneira. E a solução apresentada pela emenda constitucional não é melhor.

Eu não consigo imaginar que a lei deva ser subordinada à inclinação ideológica e à construção moral ou ética de um determinado juiz, de um determinado promotor no momento. Os juízes e os promotores, esses sim, têm que se enquadrar a uma legislação clara.

Eu louvo, louvo mesmo, o debate, que não deve terminar nesta reunião da Comissão de Constituição e Justiça, mas que tem que ser enfrentado e uma solução deve ser encontrada.

A separação do crime hediondo, desde que definido de outros tipos de crime, talvez fosse um caminho, mas eu acho que o rumo que toma esta emenda constitucional não satisfaz a necessidade que temos de encaminhar uma solução.

Portanto, ao mesmo tempo em que quero cumprimentar, Senador Vital, a Comissão pela iniciativa do debate, pelo nível em que ele foi realizado, vou votar contra a emenda. Voto com o Randolfe neste caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Ana Rita com a palavra.

**A SRª ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero também oferecer aqui a minha contribuição para esta reflexão.

Em princípio, eu quero dizer que me senti bastante contemplada com a fala do Senador Eduardo... Braga – desculpe-me, Senador Eduardo, nosso Líder – e do Senador... Humberto Costa pelas falas que eles fizeram. Eu estou um pouquinho cansada hoje e estou com a minha memória falhando. Então, vou falar bem devagar para conseguir reproduzir o que eu penso.

A fala do Senador Eduardo Braga e a do Senador Humberto Costa, agora também refletidas na fala do Senador Roberto Requião, reproduzem aquilo que também penso e acredito. Mas eu quero aqui, Senador Vital do Rêgo, fazer uma fala trazendo alguns elementos novos, porque este debate já acontece aqui na Comissão de Constituição e Justiça desde o ano passado e eu já tive oportunidade de expressar também a minha opinião a respeito deste tema.

Para não ser repetitiva, eu quero aqui trazer alguns dados que penso que podem ajudar neste processo de reflexão. Dados que nos mostram que não é possível flexibilizar a maioria penal. E eu digo isso porque o perfil dos jovens infratores são dados bastante reveladores: 57% dos jovens infratores não frequentam escola antes da internação – é importante fazer este registro: 57% dos jovens infratores não frequentam escola antes da sua internação –; 8% desses jovens são analfabetos, ou seja, não frequentaram escola, não sabem ler e escrever; 86% pararam de estudar em alguma série do ensino fundamental; 80% já eram usuários de drogas ilícitas. Esse é o perfil dos nossos jovens infratores.

Qual é o tipo de infração que esses jovens cometeram? Trinta e seis por cento cometeram roubo; 24%, tráfico de drogas; e apenas 13%, homicídios.

Esses também são dados reveladores. A maioria dos atos infracionais é de roubo e tráfico de drogas. E por esses tipos de delito, que são delitos que nós podemos considerar não graves, eles não precisam necessariamente de internação. São delitos de baixa agressividade, embora não sejam corretos.

O número de jovens vítimas de crimes e violência é maior do que o de jovens infratores.

Aqui também há outro dado: mais de 8,6 mil crianças e adolescentes foram assassinadas em 2010 em nosso País; mais de 120 mil foram vítimas de maus-tratos.

Então, colocar todos esses jovens numa cadeia e num espaço comum com outros é agravar, ainda mais, o sistema prisional do nosso País, que, conforme os colegas Senadores e Senadoras disseram aqui hoje, é um sistema prisional altamente caótico e falido.

Eu quero aqui citar, Senador Vital do Rêgo, dois exemplos da visita que fizemos ao presídio de Pedrinhas; pelo que me consta, um dos jovens que foi degolado no presídio de Pedrinhas estava no presídio porque cometeu furto; não foi por ter cometido homicídio; ele estava lá, entre os presos mais perigosos, porque ele cometeu furto, e sua pena foi morrer degolado pelos demais presos. Outro jovem com quem tive a oportunidade de conversar estava inclusive numa cela separada e recebendo tratamento psicológico, porque ele perdeu



completamente a noção e a memória, em função de ter presenciado a violência dentro daquele presídio e a morte daqueles jovens que foram degolados.

Estes são os dados que trago aqui: a taxa de reincidência nas cadeias para adultos é mais do que 70% – muito superior à taxa de reincidência entre crianças e adolescentes que passam pelas medidas socioeducativas.

E eu quero dizer o seguinte, Sr. Presidente: no Brasil, para quem não sabe ou não conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente, a responsabilidade penal começa a partir dos 12 anos. É claro que o Estatuto da Criança e do Adolescente não está sendo implementado na sua plenitude. Então, quando qualquer criança ou adolescente é responsabilizado por ato cometido contra o Estatuto da Criança e do Adolescente, ele precisa passar por uma responsabilização, executada por medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem o objetivo de ajudar esse jovem, de ajudar essa criança e esse adolescente a recomeçar sua vida, a prepará-lo para uma vida diferente, uma vida melhor como adulto, numa sociedade que lhe dê condições de estudar, de trabalhar, de usufruir das políticas públicas destinadas a nossas crianças e aos adolescentes.

Outro dado: jovens infratores são minoria. No entanto, é pensando nessa minoria que surgem propostas de redução da maioridade penal. Cabe lembrar, Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, que a exceção nunca pode pautar a definição da política criminal e muito menos a adoção de leis que devem ser universais e para todos. Nós estamos aqui discutindo a redução da maioridade penal para uma minoria de jovens, cujo perfil eu acabei de passar para vocês.

O que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente? Prevê que toda criança e adolescente que cometa algum ato infracional poderá cumprir até nove anos de prisão – até nove anos de pena, melhor dizendo. Ou seja, o adolescente pode ficar três anos interno; ele também pode ficar mais três anos em semiliberdade, e mais três anos em liberdade assistida. Ou seja, a criança e o adolescente que comete ato infracional serão penalizados, mas sua pena é diferenciada da de um adulto, que já tem plena consciência de seus atos, que já tem o amadurecimento necessário para saber o que é certo e o que é errado.

Também quero, aqui, Sr. Presidente, trazer um dado fruto de uma pesquisa internacional, divulgada pela ONU – já estou concluindo, Sr. Presidente –, que analisou a legislação penal de 57 países. Somente 17% das nações consideram idade penal inferior a 18 anos.

A Alemanha, por exemplo, que tinha baixado a idade penal, retornou, recentemente, a maioridade para 18 anos. O Japão, ao constatar o aumento da criminalidade entre jovens, ampliou a maioridade para 20 anos.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de contar aqui inclusive com a colaboração dos nossos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes, que são juristas, especialistas, sendo que o Senador Pedro Taques foi o Relator do Código Penal, pois trago aqui uma comparação entre o Código Penal e a legislação da criança e do adolescente, o ECA.

Só mais um minuto, por favor.

No Código Penal, no seu art. 157, que trata do roubo qualificado, que é cometido por duas ou mais pessoas, com a utilização de arma de fogo, a pena base é de 5 anos e 4 meses. No regime de execução semiaberto da pena, onde ele somente dorme no estabelecimento, com a progressão do regime, cumprido um sexto da pena, 10 meses e 20 dias, sem computar a remissão pelo trabalho, ele, depois, vai para o regime aberto, mas a pena de internação do adolescente é de 3 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k., Senadora.

**A SRª ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – No caso de lesão corporal grave, a pena de reclusão é de 5 anos. No caso do adolescente, ela é de 3 anos. E para o tráfico de entorpecentes, a pena para o adulto é de 5 anos e para o adolescente a medida de internação é de 3 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito obrigado, Senadora.

**A SRª ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Termina minha fala, Sr. Presidente, dizendo que quero propor aqui que o Congresso Nacional faça uma campanha nacional para divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente e proponha um pacto nacional entre o Executivo dos três níveis de governo e todo o sistema de Justiça para que o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente seja de fato implementado no nosso País.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado, Senadora.

A Senadora Gleisi Hoffmann é a última oradora a debater a matéria.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Só um minuto. Só um minuto.

Senadora, permita-me...

Senador Requião e Senador Pedro Taques.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, minha sugestão é que se encerre o debate depois do pronunciamento da Senadora Gleisi e se faça a votação numa próxima reunião com o quórum pleno, porque a matéria é importante e nós teríamos um dia a mais para reflexão.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vou ouvir os Líderes sobre a sugestão do Senador Requião, mas, antes, ouço o Senador Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Só respondendo, rapidamente, ao que a Senadora Ana Rita disse. Isso foi mudado no Código Penal. A progressão do regime no Código Penal hoje é de um sexto, mas lá nós mudamos para um quarto. Então, isto mudou. Só isso.

**A SRª ANA RITA** (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É só no novo Código, não é, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Gleisi Hoffmann.

Depois eu trago a proposta...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

É porque por ocasião da feitura do antigo Código, em 1940, eu não estava aqui. Então, minha posição foi essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Gleisi Hoffmann com a palavra. Depois eu trago a proposta do Senador Requião.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Era o Randolfe que estava aqui.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu também queria enaltecer a importância desse debate e o esforço da Comissão e desta Casa para tentar encontrar uma solução para uma situação que vem causando bastante polêmica e também discussões na nossa sociedade, pois, afinal de contas, esta Casa reflete a sociedade brasileira, seu pensamento e suas posições.

Quero dizer ao Senador Aloysio que reconheço o esforço que S. Exª fez ao tentar buscar uma alternativa para essa situação apresentando essa PEC. E, como já disseram os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Suplicy, também não tenho dúvida de que, das matérias que tramitam na Casa sobre esse assunto, esta é, com certeza, a que melhor foi apresentada por tentar preservar, principalmente, aquilo que o Estatuto da Criança e do Adolescente tanto quis preservar, isto é, a capacidade de a criança e do adolescente ter um entendimento do fato ilícito. Então, quero dizer a V. Exª que penso que o seu esforço, essa discussão e esse debate são muito importantes.

Contudo, queria fazer algumas ponderações que reputo importantes. O Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, de 1989, que, basicamente, diz que nós não podemos impor uma pena a um jovem ou a um adolescente da mesma gravidade ou maior àquela que se impõe a um maior ou a um adulto. No caso da PEC apresentada por V. Exª, isso pode acontecer, porque, na realidade, quem definirá a forma como se vai processar o julgado será o Ministério Público, já que, privativamente, cabe a ele – e é, sim, função privativa do Ministério Público – propor a ação, desconsiderando a inimputabilidade penal de menores de 18 anos. Então...

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Senadora, apenas um aparte?

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pois não.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Quem decide é o juiz, sempre; e a decisão do juiz é sujeita a revisão por um tribunal superior. Quem provoca o incidente é só o Ministério Público – mais ninguém! – e o Ministério Público afeito a essas questões especializadas.

Então, desculpe-me, mas a minha proposta não é essa.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Mas mesmo o juiz poderá decidir diferentemente do que está posto na Convenção e diferentemente até do que está, hoje, inscrito no Estatuto da Criança e do Adolescente. Certo?

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pode.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Isso na aplicação da pena.

Parece-me que o grande desafio que nós temos com relação a essa situação da inimputabilidade é como a pena do ECA hoje é aplicada. Se, hoje, nós temos um fato delituoso cometido por um adolescente de 17 anos, com gravidade, o que exige a execução da pena na totalidade ou no nível mais alto que coloca o ECA, nós podemos não ver essa pena ser cumprida. Primeiramente, porque ela se extingue três anos depois dos 18 anos. Então, aos 21 anos, encerra a execução. Certo? Em segundo lugar, esse adolescente ou esse jovem, ainda que tenha reincidido várias vezes, ao completar 18 anos, deixa de ter antecedente criminal.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Ele tem antecedentes de atos infracionais, que são levados em conta quando o juiz julga um ato infracional e no momento da aplicação da sanção, que obedece a toda uma gradação, que vai desde a advertência até a internação.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sim.

Então, parece-me que nós teríamos de nos debruçar e discutir, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, a forma como nós poderíamos fazer gradações diferentes e responsabilizações, principalmente no caso de um adolescente que tem de 17 para 18 anos.

Nós iniciamos um debate, no âmbito do Governo Federal – e não foi um debate finalizado –, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos e também do Ministério da Justiça, sobre uma possível reformulação nessa gradação, nessa dosimetria das penas do ECA, levando em consideração o delito praticado por um jovem de 13 ou por um jovem de 17 e como essa pena poderia passar dos 18 para frente, sem que ela pudesse terminar e sem que esse jovem deixasse de responder pelo seu ato delituoso.

Penso, portanto, Senador Aloysio, que a melhor forma de discutirmos esse assunto e a melhor forma de fazermos um debate que realmente tenha efetividade e que resguarde a inimputabilidade, ou seja, a capacidade de cada um, de cada jovem, de cada adolescente entender o fato delituoso, seria no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, fazendo uma discussão sobre a aplicação da pena.

Eu queria propor a V. Exª que pudéssemos suspender a discussão dessa matéria, que pudéssemos suspender a discussão da PEC e que pudéssemos fazer um debate de forma mais ampla no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, envolvendo a Secretaria de Direitos Humanos, envolvendo o Ministério da Justiça, para que pudéssemos encontrar uma solução que respondesse ao clamor da sociedade, acenando para a responsabilidade do ato quando, de fato, o jovem tem a capacidade de compreender. Ao mesmo tempo, penso que temos de resguardar a posição do Brasil, que foi signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, em 1989.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concluído...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Exª quer discutir?

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Rapidamente. É claro! Essa é uma questão...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com certeza, V. Exª tem esse direito, Senador Inácio Arruda.

Por favor, V. Exª tem a palavra.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Essa é uma questão que considero das mais graves em discussão no Congresso Nacional, especificamente no Senado. Nós estamos propondo alterar exatamente a Constituição. É uma matéria que envolveu, durante o período da elaboração da Constituição, um amplo debate, inclusive, com organizações juvenis e com jovens constituintes. Na Casa, aqui, ao lado, está um desses jovens constituintes. Lembro-me também de que, ao lado dele, estava o Edmilson Valentim, um jovem operário, metalúrgico, constituinte.

Eu considero que nós conseguimos evoluir no Brasil. No mundo, isso não é diferente. A maioria dos países do mundo trata com muito zelo a sua juventude, e a maioridade penal está acima de 18 anos. Recentemente, a Espanha e a Alemanha aumentaram a maioridade penal de 16 anos para 18 anos e criaram um programa específico para tratar dos atos delituosos praticados por jovens com idade entre 18 e 21 anos.

Então, sei da preocupação. É uma matéria difícil, polêmica, porque mexe muito com a nossa emoção, especialmente quando nós somos diretamente atingidos. E muitas pessoas têm sido atingidas por atos delituosos, por furtos, por crimes, por estupros, por assaltos, com mortes, é evidente. Mas considero que devemos ter um cuidado especialíssimo em relação a essa matéria.

No conjunto, nós somos contrários. O nosso Partido tem discutido muito intensamente essa matéria. Nós somos contrários. E, caso a matéria vá à votação, nós vamos manter essa nossa posição contrária à alteração da maioridade penal, porque é uma posição partidária, bem discutida com parte significativa da juventude brasileira e das principais organizações juvenis do Brasil, das que têm mais relevo, mais importância e mais atuação política no nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Está encerrada a discussão.

Há uma proposta do Senador Requião para suspender a votação.

Consulto rapidamente os Líderes, para saber se eles concordam, haja vista o quórum qualificado. Vamos votar? (Pausa.)

Vamos votar!

Vou chamá-los para a votação nominal, pela importância da matéria. Peço a V. Exªs para se posicionarem quando convidados a proferir o voto.

Como vota o Senador José Pimentel?

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Voto “não”, Sr. Presidente, acompanhando a orientação partidária.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O voto do Senador José Pimentel é “não”. Como vota a Senadora Gleisi Hoffmann?

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – “Não”, Sr. Presidente, acompanhando a orientação partidária.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Anibal Diniz.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com todo o respeito ao grande Senador Aloysio Nunes Ferreira, voto contrariamente à sua proposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Inácio Arruda.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Da mesma maneira, Sr. Presidente, com as alegações que já fizemos, com o respeito que temos pelo trato adequado dado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, nós votamos contrariamente à matéria. É a posição do nosso Partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – A nossa posição é a do PSB, contrária, respeitando o autor, Senador Aloysio Nunes Ferreira, e seu nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Randolfe tem voto conhecido no voto em separado, contrário ao relatório.

Senador Suplicy, como vota V. Exª?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Também tenho todo o respeito aos argumentos do Senador Aloysio Nunes Ferreira, mas acho que eles poderão ser considerados na proposição que fez.

Portanto, voto “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Voto “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – “Não”.

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço, voto conhecido. É o voto do seu relatório, “sim”. Ele já votou. Deixou o voto. No relatório está escrito.

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com todo o respeito ao Relator, eu voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Aloysio. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes Ferreira, autor da proposta.

Senador Armando.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (Bloco União e Força/PTB – PE) – Exatamente por conta do imenso respeito que tenho é que voto com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, embora entendendo que a proposta do Senador Aloysio não seja o melhor dos mundos, e vou lutar e batalhar para que nós zeremos o jogo e comecemos do zero, quando for a plenário, e acreditando em Deus e na sociedade brasileira, no sentido de que, no Código Penal, visto que meu projeto foi puxado pelo Senador Pedro Taques, que propõe começar tudo do zero, acabar com a Fundação Casa, para mim, com respeito a ele, sempre disse: para mim, não é o melhor dos mundos. A sociedade brasileira quer mais do que isso, a sociedade civil quer mais do que isso, mas, por respeito a ele... Na verdade, temos uma escada bem alta para subir.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Seu voto, Senador.



**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Vou votar, mas preciso me explicar, porque imaginei que nós poderíamos prolongar um pouco mais. Com respeito a ele e a esse passo, esse primeiro degrau que se sobe hoje, fico com o Senador Aloysio Nunes.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.  
Senadora Angela Portela.

**A SR<sup>a</sup> ANGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto “não, Sr. Presidente, contra a redução da maioria penal.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ciro Nogueira. *(Pausa.)*  
Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Contrariando a orientação partidária, eu voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Moka. *(Pausa.)*  
Senadora Lúcia Vânia.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco Minoria/PSDB – GO) – “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cícero Lucena.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB – PB) – “Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – “Sim”, Cícero Lucena.  
Acabou. Completou.

Senador Gim, Senador Eduardo, Senador Blairo, Senador Alfredo Nascimento.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Cyro Miranda, por favor, V. Ex<sup>a</sup> pode votar.

**O SR. CYRO MIRANDA** (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Acompanhando a minha consciência, eu voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Encerramos o processo de votação.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Preciso anunciar a conclusão do processo de votação.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – A minha questão precisa anteceder o anúncio.

Eu queria ter absolutamente certeza de que a contabilização do voto do Relator, não estando presente, seja uma coisa regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É regimental. Já me assessoriei da Secretaria, porque estamos votando exatamente o relatório do Senador Ferraço. É o relatório que estamos votando. É um voto escrito.

Conclusão.

Secretaria, para contabilização do número.

Houve 11 votos NÃO; e 8, SIM.

*(Manifestação da plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Rejeitado.

Designo o Relator do vencido, Senador Randolfe Rodrigues.

Agora V. S<sup>as</sup> podem se manifestar à vontade.

*(Manifestação da plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Continua a nossa pauta, por favor.

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Foi lido anteriormente o Parecer nº 71, de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999 (tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 90, de 2003; 74 e 83, de 2011; 33, de 2012, e a 21, de 2013: Maioridade Penal).

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 254, combinado com o art. 372 do Regimento Interno, será aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, assinado por no mínimo um décimo da composição do Senado, no sentido da continuação da tramitação das matérias.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, como Líder.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente; Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado; ouvintes que nos acompanham pela

Rádio Senado, eu gostaria de abordar aqui, como alguns de meus companheiros e companheiras, a sessão solene que foi hoje realizada nesta Casa para lembrar os vinte anos do Plano Real.

Sessão em que ficou muito marcado o esquecimento da memória do ex-presidente da República e ex-Senador Itamar Franco, falecido em 2011, e que foi o grande responsável por ter-se dado ao Brasil a estabilidade necessária para uma profunda reforma econômica.

Sessão que também que silenciou sobre o futuro, sobre o grande salto dado pelo Brasil na última década, que os oradores se esmeraram para convenientemente esquecer. Dos vinte anos do Plano Real, só os oito anos do Governo do PSDB foram aqui lembrados. E isso é um estelionato com a História.

Não é possível falarmos do Plano Real com olhos apenas no período em que devíamos ao FMI, em que fizemos uma atropelada e questionável privatização de grande parte do patrimônio público brasileiro, em que não investíamos em infraestrutura e éramos obrigados a viver em apagões, em que, como disse Chico Buarque, éramos tão pequenos em política externa que falávamos grosso com a Bolívia e fino com os Estados Unidos.

Não! Não é possível ignorar a profunda transformação social que temos experimentado na última década, numa política sustentada por um sólido tripé: alta prioridade às políticas de inclusão social e distribuição de renda e emprego, compromisso com fundamentos macroeconômicos sólidos e busca sistemática pelo aumento da produtividade e, portanto, da competitividade do País.

Estamos nos tornando, por meio de um processo acelerado de ascensão social, uma nação predominantemente de classe média, que já corresponde a 55% da população brasileira.

O PT soube fazer o Brasil avançar sem abrir mão de pressupostos do Plano Real, como o controle da inflação e o equilíbrio das contas públicas, requisitos essenciais para a estabilidade e base sólida que conduzem à expansão e ao progresso econômico e social do nosso País.

Em artigo publicado hoje no jornal *Valor Econômico*, o ex-presidente Lula deu bem a dimensão do que representa essa mais de uma década de governos do PT. Somos o País das oportunidades com um quadro de estabilidade que não tínhamos anteriormente e que hoje poucos podem apresentar.

Em 11 anos, nosso PIB em dólares cresceu 4,4 vezes e supera hoje os US\$2,2 trilhões. O comércio externo, no mesmo período, passou de US\$108 bilhões para US\$480 bilhões ao ano. E nos tornamos um dos cinco maiores destinos do investimento externo direto do mundo.

A inflação, nós reduzimos. Ela estava em 12,5% quando recebemos o governo, no início de 2003, e hoje está em 5,9%. E ao longo desses 12 anos, 13 já se iniciando, nós, em todas as oportunidades, mantivemos a inflação dentro das metas estabelecidas.

Há dez anos consecutivos, a inflação está controlada nas margens estabelecidas e dentro de um ambiente de crescimento econômico, do consumo e do emprego. Nossa dívida pública líquida caiu praticamente à metade – de 60,4% do PIB para 33,8%. E conseguimos todos esses avanços promovendo o pleno emprego e dando fim ao arrocho salarial sobre a população, especialmente os trabalhadores. Ao contrário, os governos do PT aumentaram a renda dos brasileiros em 78%.

Criamos 21 milhões de empregos, tiramos 36 milhões de brasileiros da extrema pobreza e levamos 42 milhões a alcançarem a condição de integrantes da classe média.

Como ressaltou o ex-presidente Lula, o Brasil se tornou um competidor global. E como isso incomoda, como contraria interesses! Não só externos, como os daqueles que querem nos fragilizar e nos sujeitar a ataques especulativos, mas também os internos, como os vindos daqueles saudosos dos tempos em que o País era um nanico econômico com uma população vivendo na miséria.

Hoje, com os avanços sociais de uma década, o brasileiro é um agente ativo da própria transformação.

Gostem ou não, alguns setores da oposição precisarão aprender a conviver com essa realidade, com um País de US\$376 bilhões em reservas cambiais, valor 10 vezes maior do que tínhamos quando o PSDB findou seu governo em 2002 e 10 vezes superior à nossa dívida de curto prazo.

Temos um sistema financeiro sólido e expandimos o crédito, passando a oferta de R\$380 bilhões para R\$2,7 trilhões, ou seja, de 24% para 56,5% do nosso PIB.

O investimento do setor público passou de 2,6% do PIB para 4,4% e a taxa de investimento no País cresceu em média 5,7% ao ano.

Duplicamos a nossa safra e nos tornamos uma das economias agrícolas mais modernas e dinâmicas do mundo. Nesta safra agora, por exemplo, vamos colher mais de 193 milhões de toneladas de grãos, ao mesmo tempo em que estamos diminuindo o desmatamento e disseminando práticas de cultivo sustentáveis.

É uma política que se coaduna com o compromisso que assumimos em relação ao desafio de provar que é possível produzir de forma sustentável e, ao mesmo tempo, eficiente.

Duplicamos, também, a produção de veículos e reerguemos do zero uma indústria naval que emprega 78 mil pessoas e já é a terceira maior do mundo.



Ampliamos a capacidade instalada de eletricidade de 80 mil para 126 mil megawatts, e estamos construindo três das maiores hidrelétricas do mundo. No campo, já levamos energia para mais de 15 milhões de pessoas e contratamos a construção de mais de 3 milhões de moradias populares, das quais metade já foi entregue.

Segundo a OCDE, Sr. Presidente, somos o país do mundo que mais aumentou o investimento em educação e somos reconhecidos pela ONU e outros organismos internacionais como exemplo de combate à desigualdade.

Então, os nossos Governos têm muito o que mostrar ao Brasil e se orgulham imensamente do patrimônio que têm legado a este País.

Nossos antecessores, com justiça, entre eles o já falecido Presidente Itamar Franco, carregam o mérito do Plano Real. E, aqui, reconhecemos o papel do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e dos integrantes do seu Partido, o PSDB. Mas alguns não podem cometer a indignidade de não reconhecer os avanços havidos na última década ou se prestar ao desserviço de não se informar sobre eles.

Insistir em não enxergar o que fizemos é ignorar não o PT, mas a realidade do povo brasileiro, razão, aliás, de as pesquisas mostrarem o abismo que há entre a população e os adversários dos nossos governos, que com ela perderam a sintonia.

Quero, então, registrar – na condição de Líder do PT – o meu reconhecimento aos imensos benefícios trazidos ao Brasil pelo Plano Real. No seu início, é verdade, o nosso partido o viu com muita reserva, dados os malefícios provocados ao País por outros tantos planos nefastos que o antecederam.

Mas, uma vez experimentado e aprovado pelos brasileiros, o Plano Real foi respeitado pelo PT, que teve a oportunidade de mostrar ao País a sua responsabilidade para com ele nesses 11 anos de Governo.

Ao contrário do que faz o PSDB, que, quando não quer se apropriar do que fizeram os nossos governos, ignora os avanços e a nossa própria sociedade nesse caminho que vem trilhando ao longo de uma década.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, é justo que se comemorem os 20 anos da implantação do Plano Real, mas isso não pode ser absolutamente argumento, não somente para negar os gigantescos avanços que o nosso País vive hoje, mas como também para tentar vender ao Brasil um clima que não é o que a população enfrenta no seu dia a dia.

O Presidente do PSDB, candidato à Presidência da República por este Partido, desta tribuna, disse hoje que impera, junto à população brasileira, a desesperança, a desesperança com a economia, a desesperança com o nosso futuro.

Não pode haver avaliação mais equivocada do que essa; não pode haver diagnóstico menos sintonizado com a realidade do nosso País e do nosso povo do que esse. O Senador Presidente do PSDB e candidato a Presidente da República mostra uma total dessintonia com o que sente o povo.

Esperança nós reconquistamos ao longo desses 12 anos de Governo Lula e Governo Dilma. Esperança é quando, hoje, uma família carente – uma família pobre – tem a certeza de que o seu filho vai cursar uma escola, de que vai poder ter um curso técnico pelo Pronatec, para poder exercer a sua profissão. Esperança é saber que cada brasileiro que assim o deseje pode hoje estudar numa universidade pública ou privada subsidiada com recursos públicos. Esperança são milhões e milhões de brasileiros que antes nunca tiveram direito a uma assistência à saúde de qualidade hoje, com poucos meses do Programa Mais Médicos, já verem os indicadores de saúde começar a mudar, a população passar a ter outra visão, uma visão diferente do nosso sistema de saúde. Esperança é olharmos para o mercado de trabalho e identificarmos que, neste Governo da Presidenta Dilma, atingimos a menor taxa de desemprego de toda a história do Brasil. Isso é esperança! Esperança é saber que isso vai, inclusive, ampliar; e mais esperança ainda é saber que isso foi conquistado em meio a uma crise que está dizimando empregos ao longo do mundo inteiro, especialmente junto aos países mais desenvolvidos. Esperança, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, senhores ouvintes, espectadores da TV Senado, é observarmos as obras de infraestrutura que estão sendo realizadas no Brasil hoje.

O que fez o governo tucano em relação aos problemas da seca em nossa região tão sofrida, que é o Nordeste?

Hoje, só no meu Estado, são inúmeras, inúmeras obras. Estão lá: a transposição do Rio São Francisco, a Adutora do Agreste, a Adutora do Oeste, a Adutora do Pajeú, tantas e tantas ações que vão levar para o povo de Pernambuco, para toda a população de Pernambuco água.

O que fizeram os governos tucanos para atender o povo do meu Estado, o povo de Pernambuco, e saciar a sede dele? O que fizeram os governos tucanos para levar para o Nordeste, para levar para Pernambuco, a perspectiva de um emprego, de um futuro melhor?

Nós levamos uma refinaria; nós levamos um polo petroquímico; nós levamos dois estaleiros; nós levamos a Fiat; nós levamos uma das maiores fábricas de vidro do mundo; nós levamos a Hemobrás; nós duplicamos três BRs; nós estamos investindo para dar centenas de milhares de moradias à população do Estado de Pernambuco.

Portanto, vir aqui para falar de desesperança é tão somente apostar no pessimismo; é tão somente de-sejar o quanto pior melhor; é tão somente querer fortalecer uma tentativa de produzir um clima no nosso País de insegurança ou de insatisfação.

Não! Se vierem aqui para nos criticar, digam o que fariam se estivessem à frente do Governo. Aqui, quando vejo as propostas dos tucanos, do seu candidato a Presidente da República, vejo tão somente a repetição dos mesmos princípios, das mesmas ideias que levaram o Brasil para o buraco. O Brasil que hoje nada deve ao FMI; ao contrário, é credor do FMI. O Brasil que durante o governo tucano teve de duas vezes recorrer ao Fundo Monetário Internacional e passar o vexame de ser monitorado por técnicos que vinham da sede do FMI para dizer o que nós deveríamos fazer com relação à nossa economia. Venham para cá, tragam propostas, digam o que fariam, digam o que vão fazer.

O Brasil não quer mais do mesmo. O Brasil quer mais, é verdade, está correto, quer mais mudanças, sabe que é pouco. Quem consegue obter o mínimo, quem consegue construir a dignidade mínima obviamente cria outras necessidades que precisam ser atendidas. Mas nós não vamos atender a essas necessidades com governos que não têm sensibilidade social, com governos que aprofundam desigualdades, com governos que acham que o papel do Estado é tão somente o de fazer com que as forças do mercado possam reger as leis da nossa economia.

Não, Sr. Presidente; não, Sr<sup>as</sup> Senadoras; não, Srs. Senadores. O que me deixa mais tranquilo tão somente é ver que nada de novo foi produzido por essas forças; é ver que aqui, hoje, pela manhã, além de loas tecidas ao Plano Real, nenhuma ideia nova veio para ao menos nos dar a condição de refletir sobre ela.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Nenhuma ideia veio para que nós pudéssemos, com o espírito aberto, analisar se são ideias capazes de nos ajudar a passar por essa quadra histórica.

Portanto, Sr. Presidente, eu não quero me alongar muito.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com prazer darei um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezado Líder do PT, Senador Humberto Costa, eu tive a oportunidade de assistir hoje ao discurso do Senador Aécio Neves, candidato à Presidência pelo PSDB, e do ex-Senador, nosso colega, mas depois Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que, sem dúvida, é uma pessoa de muitos méritos, que deu uma extraordinária contribuição às ciências sociais – à Sociologia, à Filosofia – no Brasil, como professor na USP, como o criador...

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... do Cebrap, que tem participado de diálogos e, muitas vezes, reconhecido os méritos – inclusive no livro da sua autobiografia ele reconhece inúmeros pontos – do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas observei, sobretudo na fala desses dois importantes líderes do PSDB, que, ao enaltecerem os aspectos positivos do plano de estabilização, do Plano Real, passaram também a fazer críticas ao que se passou nesses últimos anos do governo do Presidente Lula e do Governo da Presidente Dilma – já são mais de 11 anos. Tais governos foram caracterizados – e isso não foi enfatizado por eles – por um crescimento, ainda que não tão acelerado como gostaríamos, ou como, digamos, o da República Popular da China – e eles enfatizaram isso –, ou não tanto como alguns dos próprios países latino-americanos, que têm obtido maiores taxas de crescimento. Mas eles não enfatizaram que se em 1996, por exemplo, estávamos em terceiro lugar dentre os países mais desiguais do mundo – na época a Namíbia e a África do Sul estavam à nossa frente em desigualdade, com 0,61 de Coeficiente de Gini –, se havia até melhorado um pouco, até 2001 e 2002, quando chegamos a 0,58 e tanto, quase 0,59, ano a ano, o Coeficiente de Gini de desigualdade foi decrescendo, chegando a 0,51 e pouco em 2012, o último ano para o qual há dados disponíveis. E em todos esses anos diminuiu significativamente a pobreza extrema, a pobreza absoluta. Sim, é fato que durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, a partir inclusive dos diálogos havidos sobre a melhor forma de instituir um programa de garantia de renda mínima, se instituiu o Programa de Renda Mínima associado à educação, ou chamado Bolsa Escola, por iniciativa tanto de Cristovam Buarque como de José Roberto Magalhães Teixeira, no Distrito Federal e em Campinas, os dois pioneiros, e depois se espalhou por todos. E esses programas decorreram inclusive do debate aqui travado, em 1991, sobre a primeira proposta do Programa de Garantia de Renda Mínima, através de um imposto de renda negativo. Em agosto de 1961, em Belo Horizonte, Walter Barelli era o coordenador do governo paralelo de Lula, e reuniu 50 economistas simpatizantes ou militantes do PT. Ali, ao expormos – eu e Antônio Maria da Silveira – a ideia do Programa de Renda Mínima, o economista José Márcio Camargo, da PUC

do Rio de Janeiro observou: “Olha, Eduardo, é uma boa ideia, mas seria melhor começar a garantia de uma renda às famílias carentes, desde que as suas crianças tivessem ido à escola, porque os pais, normalmente, de famílias tão pobres, instam as suas crianças a trabalhar precocemente, elas deixam de estudar e, quando chegam à idade adulta, têm dificuldade de terem uma melhor remuneração. Então, se assim procedermos, com uma garantia de renda às famílias mais carentes, desde que as crianças estudem, estaremos cortando um dos círculos viciosos da pobreza.” E foi aí que surgiram as iniciativas, primeiro locais e depois nacionais. Veio a primeira fase do programa Bolsa Escola e, depois, a segunda fase e o Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás, o Cartão Alimentação, já no Governo Lula.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E todos esses programas foram racionalizados e unificados no Bolsa Família, em outubro de 2003, pelo governo do Presidente Lula. E passou de 3,5 milhões de famílias, em dezembro de 2003, para, hoje, quase 14,1 milhões de famílias, correspondendo a praticamente 50 milhões de brasileiros e brasileiras ou um quarto da população. Temos ainda a perspectiva de lei para instituir para 201 milhões, se fosse hoje, de brasileiros, um renda básica incondicional. E nós vamos prosseguir nessa batalha. Mas eu quero até aqui dizer que eu estava recordando hoje a minha fala no dia da votação, em 18 de maio de 1994, quando eu observei que, se o Governo quisesse aprovar conjuntamente o Plano Real, com todos os seus artigos, mas conceder uma emenda que propusemos, nós do PT, para que se instituísse, simultaneamente, um programa de erradicação da pobreza, que já havia sido aprovado em 16 de dezembro de 1991, aqui no Senado, nós teríamos uma melhor boa vontade...

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... para com o conjunto das políticas que, então, estavam sendo consideradas. Mas eu o cumprimento, Senador Humberto Costa, porque V. Ex<sup>a</sup> aqui fez lembrar inúmeros pontos que precisariam, sim, ser considerados por quem tem uma visão aberta para tudo o que acontece no Brasil, e é importante que nossos amigos do PSDB possam ter essa visão mais completa. Meus cumprimentos.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – A Presidência comunica às Senhoras e aos Senhores Parlamentares que está convocada uma sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 25 de março do corrente, terça-feira, às 11 horas, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a agraciar as vencedoras da 13<sup>a</sup> Premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Concedo a palavra, pela Liderança, ao Senador Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pode tirar o Antonio? Antonio Carlos Valadares é o nome parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Isso, Senador. Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB – SE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quem acompanha minha trajetória política sabe que o Rio São Francisco é uma das minhas grandes preocupações.

Talvez seja difícil, para quem não vive nas áreas banhadas pelo Rio São Francisco e não necessita dele para sobreviver, compreender a importância que esse curso d'água tem para as comunidades ribeirinhas que dele dependem para praticamente tudo.

E não me refiro à importância histórica do Velho Chico – o “rio da integração nacional”, descoberto praticamente junto com o Brasil, o caminho natural para explorar o território para além dos primeiros povoados estabelecidos no litoral nordestino.

Refiro-me à importância atual do São Francisco: a água que fornece para centenas de milhares de famílias; seus estirões navegáveis, que compreendem 1.500 quilômetros, mais da metade de seu comprimento total; os peixes que abastecem a mesa dos ribeirinhos e geram renda para os pescadores artesanais; os atrativos turísticos que trazem emprego e renda para os moradores de suas margens; e a agricultura local, que se beneficia da irrigação proporcionada pelas águas do rio.

Todos esses benefícios ficam comprometidos quando a vazão do rio é reduzida, como está acontecendo agora, Sr. Presidente. E não estamos falando de uma redução periódica e natural, resultante de uma alternância das cheias e das vazantes, mas de uma redução provocada pelo homem.

Existem cinco hidrelétricas no Rio São Francisco: Paulo Afonso, Itaparica, Xingó, Sobradinho e Três Marias. Não se discute que elas sejam importantíssimas, responsáveis pelo abastecimento de energia elétrica de boa parte do Nordeste e de Minas Gerais.

O que precisamos discutir – e rápido – são as consequências de medidas tomadas pelo setor elétrico com autorização do IBAMA e da Agência Nacional de Águas, que afetam a vazão do rio e consequentemente a vida de todos os que dependem do São Francisco para sobreviver.

Quando o Poder Público autoriza o setor elétrico a reduzir ainda mais as vazões mínimas, que já são pequenas, toda a cadeia produtiva a jusante das hidrelétricas é afetada. Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, no ano passado a vazão mínima praticada no mês de março em Sobradinho e Xingó era de 1.400m<sup>3</sup>/s; neste ano, com autorização dos órgãos do setor, essas usinas estão trabalhando com a vazão de 1.100m<sup>3</sup>/s, abaixo, portanto, da vazão mínima, que é de 1.300m<sup>3</sup>/s. Uma redução que gera consequências graves e algumas vezes irreversíveis para todo o submédio e o baixo São Francisco, regiões que englobam Municípios dos Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

E que consequências são essas, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras? São várias, e todas gravíssimas. Para começar, a navegabilidade. A navegabilidade fica comprometida pelo assoreamento, a formação de bancos de areia e o estreitamento do canal do rio.

O escoamento reduzido de água também afeta o ciclo reprodutivo dos peixes, prejudicando a pesca na região. Há menos água para as culturas agrícolas que dependem da irrigação. Há redução de biodiversidade, com espécies desaparecendo, algumas de forma irreversível. E tudo isso prejudica o turismo, que se baseia no equilíbrio socioeconômico e ambiental da região.

É claro que a geração de energia elétrica pelas usinas instaladas no São Francisco é importante para o Nordeste e para o Brasil, mas ela não pode ser feita em detrimento da cadeia produtiva das comunidades ribeirinhas, que tiram seu sustento das águas do Velho Chico.

Desde os primórdios do Brasil Colônia, o leito do São Francisco representa para os sergipanos o eixo natural do desenvolvimento. Ao alterar o regime de deflúvio do rio, o setor elétrico interfere em um ritmo de vida que tem centenas de anos de história e que é a base do desenvolvimento e sustento de 125 mil famílias apenas no Estado de Sergipe.

O que se passa com o Rio São Francisco, portanto, é exatamente o contrário do que deveria estar acontecendo. Estamos aumentando a pressão em cima do rio e dos seus recursos ao invés de aliviá-la. Deveríamos tomar providência para revitalizar o rio, não para reduzir ainda mais o seu percurso.

A PEC nº 27, de 2001, por meio da qual proponho a criação do Fundo de Revitalização do Rio São Francisco, está empacada na Câmara dos Deputados há 12 anos – 12 anos, Sr. Presidente.

Eu tenho minhas restrições com relação ao projeto de transposição das águas do Rio São Francisco e já as manifestei várias e várias vezes aqui e também na Câmara dos Deputados. Creio que é passar o carro na frente dos bois. Primeiro, precisamos revitalizar o rio e garantir que sua vazão respeite os limites mínimos estabelecidos legalmente, para, aí, sim, expandirmos seus benefícios para outras regiões do Semiárido.

Senador Eduardo Amorim, deseja um aparte?

**O Sr. Eduardo Amorim** (Bloco União e Força/PSC – SE) – Gostaria, Senador Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Eu o darei, com muito prazer. Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Eduardo Amorim** (Bloco União e Força/PSC – SE) – Senador Valadares, parabênzulo pela sua fala e pela sua defesa do Rio São Francisco. O senhor tem toda a razão: é necessário, mais que nunca, revitalizar aquele rio, que, com certeza, gera riqueza, não apenas para cinco Estados, mas para toda uma Nação. A energia gerada ao longo do Rio São Francisco é distribuída não só para nós, nordestinos, mas para todo o País, já que o sistema está todo integrado. Hoje, o que vemos, ao longo das margens do Rio São Francisco, especialmente no baixo São Francisco, é um passivo social, é realmente uma pobreza enorme. Sobretudo o Governo Federal e este Congresso precisam urgentemente se lembrar disso. Só assim, só com uma PEC como Estado a, revitalizando o Rio e dando oportunidade àquela comunidade ribeirinha, através de uma universidade, através do conhecimento, através do estudo, com certeza, poderemos diminuir muito esse passivo social. Dizem os mais antigos e a sabedoria popular que a margem do Rio São Francisco era como o Nilo, pois as suas margens, com certeza, deixavam uma riqueza enorme, e ali era produzido alimento, como arroz, milho, feijão, para todos nós, não só para os sergipanos, alagoanos e baianos, mas para todo o povo brasileiro. Infelizmente, ao que hoje assistimos – e o senhor tem toda a razão – é um passivo social, é uma enorme pobreza ao longo daque-



la riqueza natural. Poucos cantos do mundo têm um lugar como aquele, mas que, infelizmente, é esquecido realmente pelo Governo e esquecido, muitas vezes, pelo Congresso. O senhor tem toda a razão. Conte com o nosso apoio. Parabéns pela defesa.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Amorim. Incorporo suas palavras ao meu discurso, com muita alegria.

Concedo a palavra ao nobre representante do PSDB, da Paraíba, Senador Lucena, para dar o seu aparte.

**O Sr. Cícero Lucena** (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares, agradeço não só a oportunidade do aparte, mas também a iniciativa de V. Ex<sup>a</sup> em pronunciar este discurso, que tem como objetivo – podíamos dizer de uma forma clara – a defesa do Rio São Francisco. Eu, que sou de um Estado, onde, logo mais, coincidentemente, farei um pronunciamento sobre a importância também do Rio São Francisco, me incorporei ao início do debate das transposições, dizendo que esses Estados que iriam se incorporar à demanda pela riqueza do Rio São Francisco deveriam ser vistos como mais gente a defender o vigor e a saúde do Rio São Francisco. No início do debate, no próprio governo Lula, eu me recordo que, na época, era o Ministro Geddel que dizia que a obra da transposição do Rio São Francisco iria custar algo em torno de R\$4 bilhões e que a recuperação do Rio São Francisco...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – A revitalização.

**O Sr. Cícero Lucena** (Bloco Minoria/PSDB – PB) –...a revitalização iria custar em torno de dois bilhões, dois bilhões e pouco. Lembro-me de uma sessão realizada nesta Casa que muito me marcou, em fevereiro, porque, na hora da sessão, recebi a notícia do falecimento de minha querida mãe. Nós estamos vendo que estão atrasadas as obras da transposição do Rio São Francisco e que nem iniciada foi a revitalização do Rio São Francisco. Então, eu quero, mais uma vez, parabenizar o senhor por essa cobrança ou por esse pedido, somado à grande necessidade de que todos nós devemos dar continuidade à transposição. Mas ela só irá se concretizar, na sua plenitude, se houver exatamente o que o senhor está pedindo: o cuidado e a atenção com o Rio São Francisco e a sua revitalização.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Sei que as águas do São Francisco, com a transposição, são de vital importância para a sobrevivência do seu Estado e de outros Estados do Nordeste do Brasil, como o próprio Ceará, parte de Pernambuco e o Rio Grande do Norte.

Fazendo-se a revitalização, esse sonho dos paraibanos será realizado sem nenhum prejuízo para os que vivem abaixo da Paraíba, como é o Estado de Sergipe, o Estado da Bahia e o Estado de Minas Gerais.

Eu acho que a revitalização deveria ter acontecido em primeiro lugar e, depois, sim, a transposição. Mas nem uma coisa nem outra, infelizmente, está acontecendo. Nem a transposição chega a ser realizada nem a revitalização chega a ser executada ou sequer iniciada, como nós gostaríamos.

Sr. Presidente, para encerrar, eu gostaria de reavivar um assunto que foi objeto de ampla discussão aqui no Senado Federal através de uma audiência pública realizada na semana passada, na quarta-feira, por duas Comissões: a CDR, que é por mim presidida, e a CMA, que tem como Presidente o Senador Blairo Maggi, mas que foi representada pelo Senador sergipano Eduardo Amorim.

Nessa reunião, Sr. Presidente, nós debatemos a questão da exploração da carnalita, que é um minério que resulta na produção de potássio, um fertilizante importante que faz parte do sistema NPK. Sabemos que há uma preocupação do Governo Federal, da Presidenta Dilma, em fazer a importação desse produto para a nossa agricultura.

Em razão dessa preocupação, nós fizemos uma audiência pública, e eu fiz um artigo, que foi publicado no jornal do Cinform, no Estado de Sergipe, sob o título “A carnalita é nossa, a Vale vai ficar”. A audiência pública das duas comissões do Senado, CDR e CMA, que eu tive a honra de coordenar e presidir, serviu para consolidar o entendimento entre as lideranças sergipanas de que o projeto carnalita a ser implantada em Sergipe pela Vale não pode ser visto apenas sob o prisma de um simples aumento de arrecadação para os Municípios produtores. Os seus benefícios vão muito além disso.

Quase R\$5 bilhões serão investidos na instalação da usina de potássio, gerando cerca de quatro mil empregos. Será uma conquista que repercutirá no futuro em termos de desenvolvimento socioeconômico, colocando Sergipe, de uma vez por todas, como referência de um dos mais importantes atores da cadeia produtiva de fertilizantes no Brasil e no mundo.

Ainda devemos destacar que o projeto traz um caráter inovador, do ponto de vista da tecnologia utilizada na produção de potássio, através da injeção de vapor em poços para separar os componentes do minério. Só a Vale de Sergipe tem essa patente registrada nos Estados Unidos. O Brasil, quando estiver economizando divisas em virtude da redução de suas importações de potássio, concorrendo em situação mais vantajosa nas exportações por suas *commodities*, ou aumentar a sua produtividade agrícola e oferecer alimentos mais ba-

ratos, terá que reconhecer a participação de nosso pequeno e rico Estado quanto às conquistas no ramo de fertilizantes, que são vitais ao desenvolvimento da agricultura de nosso País.

O Presidente da Vale jamais havia se pronunciado publicamente sobre a controvérsia criada com a localização da fábrica de potássio. Aliás, a reunião no Ministério de Minas e Energia, quando permaneceu o impasse com o Ministro Edison Lobão, o Governador Jackson Barreto, prefeitos de Capela e Japaratuba e Parlamentares sergipanos, eu disse que naquela mesa estava faltando ele, o Presidente da Vale, que detinha a concessão da lavra da carnalita por 30 anos.

A palavra dele era, portanto, fundamental para a resolução do problema. Daí nasceu a ideia de um debate no Senado, com a presença do Dr. Murilo Ferreira nas duas Comissões, na CDR e na CMA.

Quero registrar, Senador Eduardo Amorim, que V. Ex<sup>a</sup> assinou um requerimento na CMA e que assinei outro na CDR com este objetivo, o de convidar o Presidente da Vale para participar desse debate. Fui encarregado, então, de organizar a reunião e de fazer os convites. Essa foi a reunião mais concorrida de todas as que foram realizadas por qualquer Comissão do Senado para discutir sobre produção de minérios. Destacou-se pela clareza das exposições e pela sinceridade dos debates, a começar pelas palavras oportunas, duras e enérgicas do Presidente da Vale, Murilo Ferreira, que afirmou, sem meias palavras, que poderia desmobilizar do território sergipano, até o dia 28 deste mês de fevereiro, a sua equipe encarregada de implantar o Projeto Carnalita. Aquilo chocou todos os presentes e, certamente, contribuiu para apaziguar os ânimos e para construir uma saída para o impasse.

O Diretor de Produção da Vale em Sergipe, Francisco Cisne, para surpresa de muitos dos presentes, apresentou um mapa do IBGE mostrando que a usina de potássio ficará localizada na divisa entre os dois Municípios, isto é, fisicamente...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – ... a fábrica será implantada em ambos os territórios. De cada lado haverá um centro de distribuição que justificará duas inscrições estaduais para o efeito de geração do ICMS a ser dividido como valor adicionado para cada Município produtor.

Logo após a audiência pública, que foi divulgada em tempo real pela TV Senado e pela Rádio Senado, convoquei uma reunião privada na Secretaria da CDR para entendimentos visando a obter segurança jurídica com relação à divisão proporcional do ICMS para cada Município produtor. Dela participaram o Governador, prefeitos, assessores, Parlamentares e técnicos da Vale. Lá ficou acordado que o Governador Jackson Barreto promoverá em Sergipe, como já promoveu – e daqui a pouco...

*(Interrupção de som.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – ... reunião técnica coordenada pelo Secretário da Fazenda, Jeferson Passos. E, após ouvir a Vale, os prefeitos de Capela e de Japaratuba encaminharão um projeto de lei à Assembleia Legislativa para garantir a distribuição proporcional do ICMS gerado pela produção do potássio extraído da carnalita em cada Município.

Reunião histórica, final feliz: a carnalita é nossa, a Vale vai ficar.

Sr. Presidente, eu quero anunciar que esta reunião foi importante para os entendimentos que redundaram no consenso entre as prefeituras municipais de Capela, Japaratuba e o Governo de Sergipe. O Secretário da Fazenda, Jeferson Passos fez uma reunião, ontem à tarde, e consolidou esse entendimento, esse consenso.

Será enviado à Assembleia Legislativa...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – ... um projeto de lei para dar segurança jurídica aos Municípios envolvidos na questão da exploração mineral da carnalita e também as respectivas câmaras de vereadores serão ouvidas. Isto é, o Estado de Sergipe ganha muito com esse entendimento, com esse consenso, que se iniciou aqui no Senado Federal com as duas comissões, CDR e CMA, e se encerra com o envio à Assembleia Legislativa, pelo Governador do Estado – e as câmaras municipais também haverão de se pronunciar sobre esse assunto –, garantindo que, pelo princípio da proporcionalidade, Capela terá direito de receber o seu ICMS e também Japaratuba, em razão do potássio extraído em cada território dos Municípios sergipanos.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Parabenizo o Senador Antonio Carlos Valadares pelo seu pronunciamento.



Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, coincidentemente, o pronunciamento que farei neste momento tem a ver também com a espera do Velho Chico.

Senador Inácio Arruda, V. Ex<sup>a</sup> que também é membro da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Rio São Francisco, já tivemos oportunidade de, no ano passado, fazer visita ao eixo leste e ao eixo norte, a última vez em que estive com o Ministro, na cidade de Monteiro, em junho do ano passado, quando S. Ex<sup>a</sup> assinou uma ordem de serviço para que as obras se iniciassem naquele trecho de Monteiro para o Rio São Francisco. Faz exatamente oito meses. Gostaria de dizer que não existe uma picareta, obviamente a ferramenta, nesse trecho da obra. Oito meses depois da ordem de serviço dada pelo Ministro deste Governo.

Trago aqui uma reportagem, não a lerei completamente, mas peço ao Sr. Presidente que a transcreva nos Anais da Casa, que está no Caderno de Economia de *O Estado de S. Paulo* do último domingo, dia 23, que se chama: “Reportagem Especial: Os Tormentos da Seca. À Espera do Velho Chico. Nordeste sofre com atraso na transposição do São Francisco e uma seca que já entra no terceiro ano”. Mostra fotografias do Castanhão, dos pés de coco secando. A reportagem é de Alexa Salomão (textos) e fotografias de José Patrício.

Vou ler, entre outras coisas, Sr. Presidente, a parte da reportagem que diz o seguinte:

*Dilema da Água Sacrifica Empreendedor*

*Açude está com apenas 17% da capacidade e região de Souza, na Paraíba, enfrenta racionamento, com produtores lamentando os prejuízos*

Quero dizer que, em relatório da Agência de Águas do Estado, esse açude, que, no dia 24, foi citado como 17%, no dia 23 – obviamente que a reportagem foi feita um pouco antes –, já no dia 24, ou seja, ontem, ele se encontrava com 16,8%.

Pois bem, Sr. Presidente, diz a matéria:

*Neste começo de ano, instalou-se uma fomalha no Sudeste e no Sul do Brasil. Cidades como São Paulo, a Terra da Garoa, sofreram com temperaturas acima de 30 graus. Os moradores da capital ainda tomaram um susto ao saber que o Sistema da Cantareira, a principal fonte de água, estava com 20% da capacidade [de abastecimento].*

Eu quero dizer que no mesmo relatório da Agência de Águas, a que eu fiz referência, na Paraíba nós estamos com 31 açudes que abastecem cidades com menos de 20%. E temos mais 36 açudes com menos de 5%, que todos nós sabemos que a água se torna imprestável para o consumo humano.

Voltando à reportagem:

*O que tranquiliza é saber que os incômodos passam. Vai chover em algumas semanas. Fazer frio em poucos meses. O susto passa. Mas imagine se não passasse. Pois no interior do Nordeste, na região conhecida como Semiárido, é assim quase sempre. Nessa parte do Brasil onde vivem cerca de 13 milhões de pessoas – praticamente uma região metropolitana de São Paulo –, o clima pode ficar assim por anos. E ninguém sabe quando começa ou termina uma seca. Neste momento, por exemplo, a estiagem entra no terceiro ano. [Esta tribuna já ouviu muitas vezes eu clamar por ação, por planejamento, por atitude, por solidariedade por parte do Governo Federal.]*

*Como nessas condições a água é um bem raro e precioso, há uma escala de importância para o seu uso. Primeiro, corta-se o suprimento da agricultura. Em seguida, o dos animais. A prioridade é manter até a última gota para o consumo humano. O perímetro irrigado de São Gonçalo, no Município de Souza, na Paraíba, vive essa regra na prática.*

*Criada em 1972, essa gigantesca fazenda, com 7,5 mil habitantes e 2,5 mil empregados, depende exclusivamente do abastecimento do açude São Gonçalo. [Para esclarecer, isso não é uma fazenda é um assentamento de irrigantes com escola agrotécnica, com canais de irrigação e com uma grande e belíssima plantação de coco, que está se disseminando.] Há vários tipos de cultura no local, mas o destaque é a produção do coco verde, que, por sua qualidade, domina os mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Um coco vendido na praia de Ipanema e no Parque do Ibirapuera tem uma enorme probabilidade de ter sido cultivado por lá.*

*Em meados do ano passado, pela primeira vez na história, cortaram a água do perímetro para garantir o abastecimento de cidades como Souza. De lá para cá, o açude só fez baixar. Hoje está com 17% da capacidade [ontem, na verdade, estava com 16,8%], o que colocou a região, incluindo Souza, sob racionamento. Só há água a cada três dias na quarta cidade do Estado da Paraíba [quarta cidade em população].*

*Indignação. Entre os produtores do perímetro – há quase um ano sem água –, a indignação é generalizada. [Abro aspas para um agricultor sofrido da região de Souza] “O Governo gastou todo o dinheiro com os estádios da Copa e não sobrou para a transposição”, diz o produtor Sidnaldo Silva Filho, 44 anos. Silva mantém a cultura de bananas a duras penas, com água de poços, mas perdeu produtividade. A receita na propriedade da família equivale a um terço da conseguida quando há chuvas normais.*

*A dois quilômetros dali, Pedro de Lira Maciel, de 60 anos, é só revolta. “Meus 600 pés de cocos morreram, vendi todas as 20 cabeças de gado que tinha para não ver os bichos com sede, faço bicos e peço dinheiro emprestado para terminar de pagar por essa terra, senão vão me tomar”, diz Maciel. “Cadê a transposição do São Francisco que era a promessa de água para nós?”*

*Nas cidades à espera do Velho Chico, todos os moradores sabem de cor a proposta da transposição: perenizar rios, riachos e açudes, além de alimentar grandes adutoras, para garantir o abastecimento das cidades e liberar água para a agropecuária. Em resumo: fazer a emancipação econômica de uma das áreas mais carentes do País.*

*Isamar Félix Peixoto, de apenas 21 anos, pode dar uma aula sobre os futuros benefícios da transposição enquanto carrega o carro-pipa do pai nas águas do Açude Mãe D’Água, na cidade de Piancó, também na Paraíba.*

*Na vizinha Coremas, o agricultor aposentado João Alves Sobrinho, de 72 anos, lamenta o atraso da obra enquanto observa a ilha que emergiu no leito do açude de Coremas, outro que seca devagar: “O Governo tem uma riqueza medonha, não entendo porque a água do São Francisco ainda não chegou aqui”, diz Alves. Apesar de consumir cada vez mais recursos – o investimento agora é de R\$8,2 bilhões, 70% a mais do previsto inicialmente –, a obra da transposição está com um atraso de 4 anos, no meio da maior seca em décadas. O Ministro da Integração, Francisco Teixeira, lamenta as perdas: “Eu entendo o sentimento dos produtores porque essa seca é penosa, mas o Governo tomou todas as providências para amparar a população e superar os muitos problemas que atrasaram a obra. A transposição será concluída em 2015”, diz.*

Sr. Ministro, não é com um pronunciamentos como esse, em que V. Ex<sup>a</sup> faz uma afirmação dessas, que vai matar a sede do povo sofrido da Paraíba, parte de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e do Ceará.

Eu iniciei o meu discurso dizendo que sou da Comissão de Fiscalização. Em junho do ano passado foi dada a ordem de serviço na cidade de Monteiro e 8 meses depois, em fevereiro, não existe uma só picareta no trecho da obra – picareta, ferramenta, porque de outro tipo existe muito.

Pois bem, Sr. Ministro, não faça uma afirmação dessas. O senhor sabe que não irá cumprir a sua palavra, porque não há condições técnicas, financeiras e físicas para executar, até 2015, a transposição para chegar a São Gonçalo, para chegar ao Eixo Leste, para chegar à cidade de Monteiro, para chegar a Boqueirão, em Campina Grande, ao Açude Engenheiro Ávidos, em São José de Piranhas, ao Açude de Açu, no Rio Grande do Norte, e, muito menos, a Castanhão, que a reportagem mostra os índices mais secos da sua história.

Não é com uma palavra dessas, não é falseando a verdade que a água vai chegar para matar a sede de quem precisa.

Continuando a reportagem:

*No Nordeste, há 101 projetos de irrigação, 9319-19 dependem de um açude. Entre os 37 que estão sob a gestão do Departamento Nacional de Obras contra a Seca, o Dnocs, 70% têm alguma restrição no abastecimento. “O Governo acabou com a fome e a escuridão no Nordeste, mas não consegue acabar com a sede.” [Quem disse isso não foi ninguém da oposição, não. Quem disse isso foi Sebastião Guimarães, Diretor do Dnocs, na região do Açude de São Gonçalo.] Ao receber a reportagem, ele pediu à secretária que servisse café. Ela saiu calada, mas foi pedir ajuda. Não havia água no prédio, nem para os banheiros, muito menos para o café – que, afinal, foi servido com a água oferecida pelo fotógrafo do Estado, [que entregou uma garrafinha de água mineral que levava na mochila.]*

Por isso, Sr. Presidente, estou lendo trecho dessa reportagem feita pelo *Estadão* no último domingo, dia 23, que tem como chamada principal *À espera do Velho Chico*.

Não vou me estender mais, porque temos casos, por exemplo, de Severino Rodrigues, de 45 anos, que mora na área rural de Jaguaribe, a 20km do Açude Castanhão. Diariamente, faz seis viagens com o “Jegue”, como chama seu jumento, para pegar a água numa cisterna a 1km da casa a pau a pique onde vive com a esposa. No vaivém, enche a caixa d’água e dá de beber às poucas cabras. A renda do casal se resume ao Bolsa Família.

Existem outros açudes que são exemplo do efeito das estiagens sobre os reservatórios: Chapéu (PE), 7% do total hoje; Entremontes (PE), 9%; São Gonçalo (PE), 17%; Coremas (PB), 27%; Mãe D’Água (PB), 29%; e Castanhão (CE), 38%.

E repito, a Agência de Águas do Estado, na Paraíba, no dia de hoje, afirma que temos 31 açudes que abastecem as cidades com menos de 20% e outros 37 reservatórios com menos de 5%.

Na semana passada, o Prefeito Edmilson, da Cidade de Teixeira, que é a serra, perto de Patos, esteve aqui comigo e me dizia: "Senador, a Paraíba está em calamidade; e o que é pior: não vemos a ação coordenada, planejada, nem do Governo Federal nem do Governo do Estado. Hoje estou com 21 carros-pipa para abastecer a cidade e, se o senhor me pedisse para abastecer uma cisterna na zona rural da cidade de Teixeira, só posso abastecer daqui a 40 dias, porque o local mais próximo que está carregando os 21 caminhões é a 100km. E um carro colocado pelo Governo Federal, que tem como meta rodar 120km por dia, só faz uma viagem, e, portanto, só abastece a sua população, se hoje estiver precisando, daqui a 40 dias". Essa é a realidade que o Nordeste está vivendo.

No início da reportagem, ele faz a comparação com a pavorosa situação que o Brasil verificou com a estiagem no Sudeste, com a ameaça de racionamento de São Paulo, que tem mais de 13 milhões de habitantes –, estou falando de uma população de 13 milhões –, que precisa da transposição das águas do Rio São Francisco e de mais responsabilidade e compromisso verdadeiramente social com o povo daquela região. Não adianta fazer propaganda, botar sanfoneiro nas Caatingas do Nordeste como se a obra da transposição estivesse mantendo a sede do povo.

Essa é a realidade. Não é um Senador de oposição que está falando, é um Senador que sente na pele, que conhece a dura realidade, que falta água para fazer café – como já vivi momentos de faltar água para cozinhar feijão –, que está pedindo que o Governo se esqueça da política da propaganda e leve a água do Velho Chico para salvar vidas humanas e também animais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*

Matéria referida:

– "À Espera do Velho Chico", *O Estadão*;

– "Dilema da água sacrifica empreendedor", *O Estadão*.



EX **Economia** | **CONTINUA**, PAG. 107

## Reportagem Especial \*

# À ESPERA DO VELHO CHICO

Nordestino sofre com atraso na transposição do São Francisco e uma seca que já entra no terceiro ano

Alison Matthews / *matrix*  
Joel Patricia / *patras*

**O** Caxambu, o maior acipice do Brasil, localizado no Ceará, é tão grande que pode ser visto do espaço. Armazena 6,7 bilhões de metros cúbicos de água. Recebe, quase maior do que o sistema da Campanha, o reservatório da região metropolitana de São Paulo. No início de 1980, terceiro ano, a seca que atingiu o Nordeste chegou a seus níveis. Pela primeira vez desde a inauguração, em 1964, o Caxambu cedeu com 35% da capacidade. Para preservar suas águas, duas grandes áreas agrícolas irrigadas por ele, Tapajuru do Russas e Chapéu do Agnelo, não podem, a partir de agora, se permitir a seca de plântio. Se a água boiar mais, os produtores terão de reduzir a produção. "Estamos novos, porque não existe na criação de pecuária extensiva corte de empresas", diz Christiano da Almeida, que cria tilápia no leito do açude. A economia no entorno do Caxambu pode mais de 5 mil empregos diretos.

Tarifa cobrada pelo usuário do transporte do Rio São Francisco não poderá ser superior a transportação do Rio São Francisco, sendo cobrada em 2010, como prevê o presente Lei. Inciso

do Castiãlin por mais de 6 mil euros por dia.

“Fizemos um estudo da indústria têxtil e a transposição do Rio São Francisco desde a década de 1930, como previa o presidente Luís Inácio Lula da Silva. O Caramuru é o melhor estudo de uma linha de 21 que pelo projeto seria pavimentada para transposição em Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. A reportagem do Estado (por cerca de 2 milhões) de estudos para votar entre estes: Alentejo, Ceará, Pernambuco e Chapéu, em Pernambuco, São Geronimo, Minas Gerais e São Paulo (veja aqui). No entanto, encontramos muitas especulações, mas não há nenhuma informação sobre os critérios para a escolha e os custos reais. O projeto de transposição do rio São Francisco é um projeto de desenvolvimento econômico e social, mas também é um projeto de desenvolvimento econômico e social.”

## DILEMA DA ÁGUA SACRIFICA EMPREENDEDOR

Agulha retá com apenas 17% da capacidade e região de Souza, na Paraíba, enfrenta racionamento, com produtores lamentando os prejuízos

Nesse tempo de ano, imortalizado no filme *Forquilha no Sotão* e no *Sol do Brasil*, Cidreira, conhecido Paulo, aterradora gusa, sobe num tempo nem mais do que do passado. Os moradores da Capital ainda estavam em sua cidade no tempo que o Sotão da Carmineira, a principal fonte de água, grava-se em nome da capacidade. O que tranquiliza a saber, que há vida e saúde pessoal. Vai chegar a qualquer momento. O Rio, filio dos povos mares. O salm, mais, mais.

Fois no interior do Nordeste, as regiões conhecidas como semiárido, e as regiões do Sertão. Nessa parte do Brasil onde vivem cerca de 25 milhões de pessoas — praticamente uma região metropolitana de São Paulo —, o dilema pode ficar mais por anos. Enlargar a rede de esgoto de uma cidade pode levar anos para

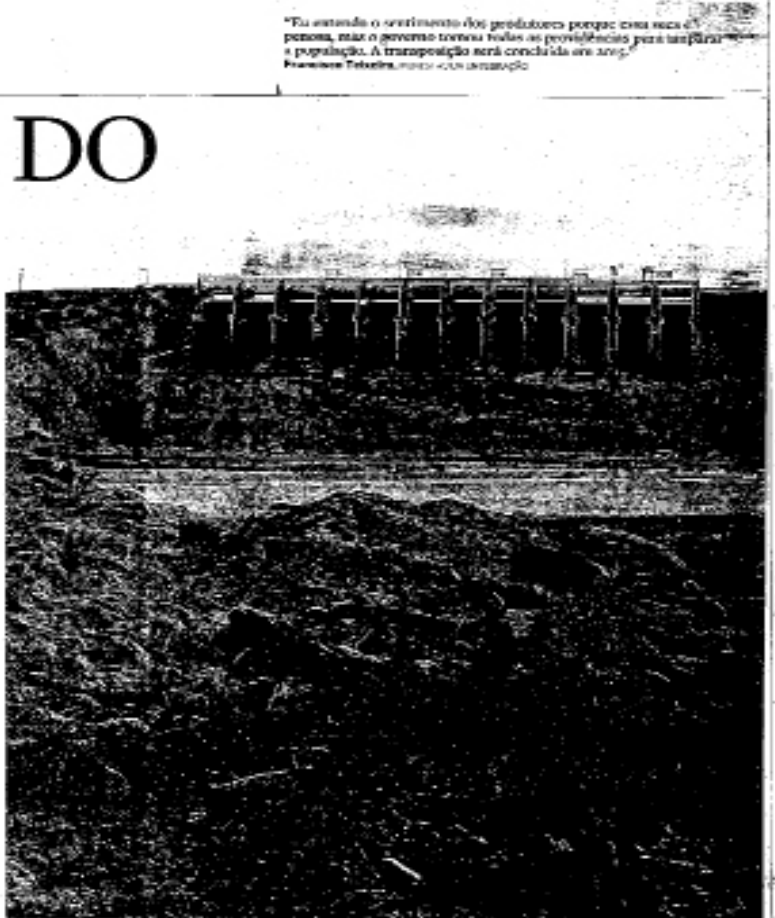
Nesse momento, por exemplo, o estágio) está no terceiro ano. Com essas condições a água é um bom raro e precioso, além disso, escola é de importância para o seu país. Primeiro, corta-se o significado da agricultura. Em seguida, o divi anuário. A prioridade é manter um e desenvolver para o consumo humano.

na Orla Leste irrigada de São Gonçalo, no município de Bocaina, no Paraíba, sob uma zona de várzea.

Cidade em 1972, com população fixada, com 75 mil habitantes e 5,5 mil empregados, dependia exclusivamente de dois pontos comerciais do agreste São Gonçalo: os maiores tipos de cultura no local, mas o destaque é a produção do coco-verde, que, por sua qualidade, domina o mercado do Rio de Janeiro e de São Paulo. Um coco vendido na praça de Iguassu e no Parque Ibirapuera tem uma diferença percentual de até 20% em relação ao coco de

Essa tradição do nosso passado, pela primeira vez na história, retornou a água do poço para garantir o abastecimento de cidades como Socorro. De lá, a cerca de 17 km de distância, há uma represa, fechando o Socorro, um rio de 100 metros. Só há uma saída para o rio.

**Integração.** Entre os produtores do pantanal — há quase um ano se agita a integração e generalizada. “O governo tem que ter todo cuidado com a instalação da Copes e não sobrepuje, por exemplo”, diz o produtor Sotônio do Sales Filho, 46 anos. Sales mantém a casa perto de Itapicuru, a duas horas, com terras de poqos, mas precisa produzir bastante. Anuncia na propriedade da fazenda que tem um terço da concessão que ele fez e já está montando.



**Revolta.** Pedro Maciel: 600 pés de coco perdidos com a entressa.

Nas cidades à beira do rio, os barcos com sede, logo depois de pagar o direito de passagem para o trabalho de pagar por uma terra, sem o rio se tornar", diz Maciel. "Aqui é a transposição do Rio Paraná onde que me a promessa de água para o rio".

Nas cidades à beira do rio, os barcos com sede, logo depois de pagar o direito de passagem para o trabalho de pagar por uma terra, sem o rio se tornar", diz Maciel. "Aqui é a transposição do Rio Paraná onde que me a promessa de água para o rio".

«Efectivamente, das cidades e liberais  
água para a Agropesquisa. Em outros  
fazer a semeadura de sementes de  
santo das áreas mais carentes do País».

— Jorge Motta Pacheco, de apenas  
ano, podendo ser visto sobre o fu-  
re-benefícios da transformação empi-  
re, a energia o milho-pipá do qual se  
ajuda do Agave Mito O'Agave, por  
de Pinho, também conhecido como  
do Pinho, também conhecido como

Apesar de conseguir obter um maior número de investimentos após o fim da Recuperação, o setor de produção industrialmente - a área de transformação - em comparação com os outros setores, não pôde se manter na mesma posição. Continuou a ser o setor de menor crescimento, embora tenha se recuperado em relação ao setor de serviços. "O crescimento das produções de transformação, especialmente as de bens de consumo duráveis, é pequeno, mas o crescimento das produções de bens de capital é mais amplo", afirma o diretor de planejamento da população e serviços sociais, A. C. de Almeida. "A população brasileira continua a crescer, mas a taxa de crescimento não é mais tão elevada. A transformação será concluída até 2000", afirma.

de 1964, a primeira vez em 12 anos, não houve eleição municipal no Brasil. Os governos militares não permitiram que os cidadãos fossem eleitos para cargos locais. Em vez disso, os governantes nomearam os prefeitos e os vereadores. Isso foi feito para garantir que os governantes tivessem controle total sobre o país. No entanto, isso também significava que os cidadãos não tinham voz na escolha dos seus representantes locais. Isso foi uma violação dos princípios democráticos e levou a uma perda de legitimidade para o regime militar.

**NA WEB**  
Retiretos da rede, veja  
novo site criado pela  
equipe de popularização

**NA WEB**  
Retretos da casa, veja  
novo livro criado pela  
equipe da revista *Lucas*

© 2006 The Authors  
Journal compilation © 2006 Blackwell Publishing Ltd

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. Bloco Minoria/PSDB – TO) – Agradeço, Senador.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. Bloco Minoria/PSDB – TO) – Pois não.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Com todo respeito (*Fora do microfone.*) aos colegas inscritos, mas acabei de chegar de uma viagem, acompanhando o Ministro da Integração à região de Rondônia, Acre, e queria fazer esse registro. Primeiro, cumprimentando o Ministro Francisco Teixeira, da Integração; o General Adriano, Secretário da Defesa Civil Nacional; e, daqui da tribuna do plenário do Senado, poder dar uma satisfação ao povo do Acre e de Rondônia.

A situação é gravíssima, Sr. Presidente. Gravíssima! A BR-364 está alagada num trecho de 8km de Porto Velho até a margem do Rio Madeira. Sobrevoamos as duas hidrelétricas. A maior cheia de que se tinha notícia, registrada na história do Rio Madeira, foi a de 1997. A cheia de hoje está um metro acima dessa cheia que já foi recorde. Então, a quota hoje é de 18,5 metros – é a lâmina d'água no Rio Madeira –, e estão passando 52 mil metros cúbicos de água, por segundo, no Rio Madeira. Para que V. Exª tenha uma ideia, isso dá 20 vezes a água que passa no Rio São Francisco. É assustadora a situação.

No Departamento de Beni, na Bolívia, nós temos notícia da morte de mais de cem mil cabeças de gado, sessenta pessoas que morreram afogadas – essa é a informação. O volume das chuvas é alarmante na região da Bolívia.

Obviamente, ontem, aqui da tribuna, apresentei dois requerimentos pedindo informação ao Ministro de Minas e Energia e ao Ministro dos Transportes, porque a população, com razão, fica querendo saber se as hidrelétricas têm a ver com a cheia ou não. Eu tenho minha opinião formada, pude sobrevoar hoje e ver. É óbvio que não tem uma relação direta, mas a população tem autoridade para cobrar uma explicação oficial. Como Senador da Amazônia, do Acre – e hoje eu me associo aos colegas de Rondônia –, nós estamos pedindo uma opinião oficial, científica, técnica, para que a população possa ter uma resposta.

Nós temos uma situação grave.

O Vice-Governador do Acre, a mando do Governador Tião Viana, estava lá conosco, com as autoridades federais. E eu queria agradecer ao Ministério da Defesa, ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica, que estão, em Rondônia, atuando. O Governador de Rondônia e o Governador do Acre estão fazendo o possível, mas é uma situação grave, um desastre natural de grande proporção. E o pior de tudo: a região de Guajará-Mirim, que nós sobrevoamos, também a BR-425 está interrompida, definitivamente, até que as águas baixem, e a BR-364, que não aguenta mais dez centímetros de água, pode ser que tenha que ficar interrompida. Então, vai ser montado aqui, em Brasília, também um grupo especial para pensar as alternativas, caso a água não baixe.

Estou fazendo este registro, agradecendo aos colegas essa compreensão, porque estamos diante do maior desastre natural que nós temos notícia. Um Estado inteiro pode ficar isolado – e eu estou me referindo ao Estado do Acre – do ponto de vista rodoviário. Produtos de primeira necessidade correm risco de se perder, tanto saindo do Acre... Os frigoríficos de Rondônia estão fechados e os do Acre correm risco de fechar, por conta do fluxo na estrada estar ocorrendo só durante algumas horas do dia e só para determinados tipos de caminhões.

Vi de perto, é mais que alarmante. Passado esse período, vamos ter de ter uma obra em um trecho da BR-364, elevando o greide da estrada a mais de um metro. E tem de ter uma explicação para isso: ou foi um erro na construção da BR ou tem algo a ver com a água da represa. Isso nós temos de esclarecer tão logo passe. Neste momento, é ser solidário, é socorrer, é somar força com o Governador Tião Viana, com o Governador de Rondônia, unir o Acre e Rondônia para enfrentar essa dificuldade.

Então, agradeço a V. Exª.

Devo dizer, mais uma vez, que o caso da ponte no rio Madeira, que também pode se agravar o lugar de embarque e desembarque de caminhão, está resolvido. A licitação foi feita, a ordem de serviço foi dada e, certamente, baixando as águas, terá início essa obra tão esperada pelo povo do Acre.

Amanhã, vou falar com detalhe dessa crise, desse desastre natural que estamos vivendo em função da cheia, do transbordamento do Madeira, interditando parcialmente a BR-364, que liga Rondônia ao Acre.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Lamentamos, Senador Jorge Viana, por essa catástrofe, mas acreditamos que logo teremos a solução.

Concedo a palavra, pela Liderança do PSC, ao Senador Eduardo Amorim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu entreguei à Mesa um requerimento de pesar pelo falecimento e também de homenagem ao arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm. Eu gostaria muito de ter a oportunidade de, quem sabe após a fala do Senador Amorim, poder justificar, se me for permitido, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Pois bem, Senador Suplicy.

Leio o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>:

*Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm, no dia 14 de fevereiro, aos 85 anos, em São Paulo, bem como apresentação de condolências à sua esposa Joanna, aos filhos, Ana Maria e Carlos Eduardo, e aos netos.*

Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

#### **REQUERIMENTO Nº 137, DE 2014**

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm, no dia 14 de fevereiro, aos 85 anos, em São Paulo, bem como apresentação de condolências à sua esposa Joanna, aos filhos Ana Maria e Carlos Eduardo, e aos netos.

#### **Justificação**

Jorge Wilhelm nasceu em Trieste, na Itália. Em 1940, aos 12 anos, mudou-se com a família para o Brasil. Em 1952, já formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, projetou, na capital paulista, o Parque Anhembi, o Hospital Albert Einstein e o Clube Hebraica, entre outros projetos renomados, como a revitalização do Pátio do Colégio e o Vale do Anhangabaú.

Dos 85 anos de vida 60 foram dedicados à arquitetura, ao urbanismo, à administração pública, à produção intelectual e às artes. Wilhelm, era “um homem que pensa a cidade” e se destacou como um dos mais importantes e visionários urbanistas brasileiros.

A consciência ecológica do arquiteto já fazia parte dos seus primeiros projetos. Recém-formado projetou uma cidade para 15 mil pessoas no Mato Grosso. A cidade, Angélica, é hoje vista como modelo de planejamento urbano. Também são de Jorge Wilhelm alguns dos planos urbanísticos de grandes cidades brasileiras, como Curitiba, Goiânia, Natal, São Paulo, Campinas e São José dos Campos entre dezenas de outras cidades.

Wilhelm foi um dos renovadores do urbanismo brasileiro. Ocupou diversas funções no Instituto dos Arquitetos do Brasil. Recebeu vários prêmios, entre eles: “Tarsila do Amaral” (1956), “Governador do Estado” (1964), “IAB de Urbanismo” (1965 e 67), “IAB para Ensaio” (1965 e 67), “Pensador de Cidades Luiz Antonio Pompéia” (2010) e a Ordem do Mérito de Brasília (1985).

Ele realizou aquele que foi o primeiro estudo de impacto ambiental do Brasil, para a Alcoa, no Maranhão. Também implantou a primeira utilização oficial de álcool combustível no país, programa que seria conhecido mais tarde como PróAlcool.

O arquiteto conseguiu projeção internacional para seu trabalho, recebendo convites para aplicar suas ideias. Nesse contexto, destacou-se como Secretário Geral Adjunto da divisão da ONU para a realização da Conferência Global Habitat 2; participou das reuniões preparatórias da Conferência de Estocolmo (Suécia); e foi, durante anos, o representante brasileiro na Comissão de Urbanismo da União Internacional dos Arquitetos, órgão assessor da UNESCO. Também ocupou a cátedra Rio Branco na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e proferiu dezenas de conferências no exterior.

No Brasil teve grande atuação na política. No governo Mário Covas, de 1983 a 1986, foi Secretário Municipal de Planejamento. No governo Orestes Quéricia, de 1987 a 1991, assumiu a secretária estadual do Meio Ambiente. Na administração seguinte, de Luiz Antônio Fleury Filho, entre 1991 e 1994, ocupou a presidência da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo, onde elaborou o primeiro Plano Metropolitano da macrometrópole paulista.

Na administração da prefeita Marta Suplicy, entre 2001 a 2004, novamente como Secretário Municipal de Planejamento e Gestão coordenou a elaboração do Plano Diretor Estratégico de 2002 para a cidade de São Paulo.

Suas principais marcas no Governo do Estado de São Paulo foram a criação do PROCON, da Fundação SEADE, da EMTU, e do “Passe do Trabalhador”, hoje conhecido como Vale Transporte.

Em nota, a Ministra da Cultura e ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy disse que Wilhelm era “um dos grandes homens públicos do Brasil” e lembrou de sua importância na elaboração de planos diretores de diversas cidades do País. Segundo Marta Suplicy o arquiteto “Deixa enorme vazio pela sua lucidez, visão de mundo, competência e seriedade”.



Um de seus trabalhos mais recentes, dessa vez à frente do escritório de arquitetura que leva seu nome, está a consultoria para o Ministério dos Esportes para o projeto urbanístico dos Jogos Olímpicos de 2016.

Além da vida pública, ele teve uma grande participação no mundo das artes plásticas. Com Pietro Maria Bardi, esteve junto da montagem do MASP. Foi presidente da Fundação Bienal de São Paulo e membro de várias instituições de artes visuais brasileiras.

Articulista dos principais jornais e revistas do país, Wilhelm é autor de dez livros sobre vida urbana, publicados por diferentes editoras de São Paulo, Buenos Aires e Londres. Sua obra mais recente é “São Paulo: uma interpretação” (Editora Senac), premiada pela Academia Paulista de História na categoria Melhor Livro Publicado em 2011 sobre São Paulo. É também autor dos livros “São Paulo Metrópole 65” (1968), “O Substantivo e o Adjetivo” (1976), “Tênue Esperança no Vasto Caos: Questões do Proto-Renascimento do Século 21” (2001) e “A Obra Pública de Jorge Wilhelm” (2003).

Em um de seus muitos depoimentos marcantes ele destacou o seu amor e fé na vida, marca registrada do seu trabalho: “*Sou otimista, vivo fantasiando futuros bons: sou das utopias, e não das distopias. Não estou preparado para ir-me para sempre! Acho essa ameaça de finalização da vida muito injusta. É muito cedo... Viver é bom demais!*”.

Conforme sua esposa Joanna salientou, Jorge Wilhelm foi um “cidadão” no mais amplo sentido, um exemplo para todos nós.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2014. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

#### **Dados para correspondência**

Esposa: Joanna Wilhelm

Filhos: Ana Maria Wilhelm e Carlos Eduardo Wilhelm

Endereço: Rua Bocaina, 81, Perdizes, São Paulo – SP,

CEP: 05013-030

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Mas depois de o Senador Amorim usar da palavra, para não interrompê-lo, pois S. Ex<sup>a</sup> já está na tribuna, Sr. Presidente, se me permite. E, assim, V. Ex<sup>a</sup> faz a votação após a justificativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. Bloco Minoria/PSDB – TO) – Está certo.

Então, com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador Suplicy.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, antes de tudo, eu gostaria de parabenizar uma sergipana brilhante, minha amiga, minha irmã – assim gosto de chamá-la –, por quem nutro, além de estima, grande admiração. Falo da ex-Deputada Estadual Suzana Azevedo, empossada na manhã de hoje Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – e eu estava lá, Sr. Presidente.

Suzana é bacharela e pós-graduada em Direito, exerceu dois mandatos consecutivos de Vereadora no Município de Aracaju, nossa capital, e cinco consecutivos de Deputada Estadual. Além do merecimento, está altamente capacitada e preparada para ocupar essa sua mais nova missão. Dedicou boa parte da sua vida a servir, a se dedicar, sobretudo, aos mais carentes, aos mais pobres do nosso Estado, especialmente na grande Aracaju.

Suzana, realmente, é uma pessoa que muito nos orgulha. Ela segue o caminho do seu pai, ex-Deputado e ex-Conselheiro do Tribunal de Contas, o Dr. Tertuliano Azevedo.

Meu sincero desejo de boa sorte à Conselheira Suzana Azevedo, com muito merecimento, depois de dois anos, empossada naquela Corte.

Eu gostaria, também, de agradecer, Sr. Presidente, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, o Prof. Dr. José Sérgio Monte Alegre – que foi meu professor no curso de Direito Administrativo e que me ensinou os princípios do Direito Administrativo na Universidade Tiradentes –, pelas palavras a mim dirigidas durante a sessão solene no Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, hoje pela manhã, quando da posse da Conselheira e da amiga Suzana Azevedo. A estima e a consideração são recíprocas, com certeza.

Agradeço também, Sr. Presidente, a acolhida e a recepção na Comunidade de Pai André, no último domingo. Visitei aquela comunidade simples, humilde, formada por pessoas que realmente necessitam de oportunidade.

Lá fui muito bem acolhido pelo Sr. Joza e por pessoas muito simples do Município de Nossa Senhora do Socorro; fui acolhido pelo Sr. Arnaldo, no seu estabelecimento, na sua pequena mercearia. Sr. Arnaldo e Sr. Joza, muito obrigado pela acolhida.

Entretanto, Sr. Presidente, quero falar desta tribuna, hoje, da Campanha da Fraternidade, que completa 50 anos, tendo, desde a sua concepção, como principal objetivo despertar a solidariedade não apenas entre

os cristãos católicos, mas em toda a sociedade brasileira, em relação a um problema que atinge a todos, buscando soluções concretas para sua solução.

Dessa maneira, Sr. Presidente, é escolhido um tema que define a realidade concreta a ser transformada e um lema que explica em que direção se busca a transformação. Assim, ano após ano, a Campanha da Fraternidade foi criando vulto e se fazendo conhecida e respeitada por todos os segmentos da nossa sociedade brasileira.

A história do desenvolvimento dessa campanha tão importante para nós, católicos cristãos, seguiu-se dentro de algumas fases que se confundem também com a história da Igreja Católica e com a história recente da sociedade brasileira.

A partir de 1985, a Igreja se volta para as situações existenciais do povo brasileiro, do nosso povo. Este ano, 2014, a Campanha da Fraternidade traz como tema “Fraternidade e Tráfico Humano” e como lema “É para liberdade que Cristo nos libertou”. O objetivo é identificar as práticas de tráfico humano em suas várias formas e denunciá-las como violação da dignidade e da liberdade humana, mobilizando cristãos e toda a sociedade para erradicar esse mal, essa perversidade.

Sr. Presidente e colegas Senadores, sabemos que o tráfico de pessoas é um crime “subterrâneo” que as vítimas e suas famílias têm vergonha de denunciar muitas e muitas vezes.

Por isso, a Campanha da Fraternidade de 2014 traz como objetivos específicos:

- 1 – Identificar as causas e modalidades do tráfico humano;
- 2 – Celebrar o mistério da morte e ressurreição de Jesus Cristo, sensibilizando para a solidariedade e o cuidado às vítimas dessas práticas;
- 3 – Suscitar, à luz da Palavra de Deus, a conversão que conduz ao empenho transformador desta realidade aviltante da pessoa humana;
- 4 – Denunciar as estruturas e situações causadoras do tráfico humano;
- 5 – Promover ações de prevenção e de resgate da cidadania dos atingidos;
6. Reivindicar, aos Poderes Públicos, políticas e meios para reinserção das pessoas atingidas pelo tráfico humano na vida familiar, eclesial e social.

Para se ter uma idéia sobre a atualidade do tema, em outubro do ano passado, uma pesquisa inédita produzida pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes e o Centro Internacional de Desenvolvimento de Políticas de Migração, revelou, pela primeira vez, detalhes sobre o tráfico de pessoas nos 11 Estados de fronteira do nosso Brasil.

O diagnóstico lançado revelou grande incidência de tráfico de pessoas para fins de trabalho escravo nos seguintes Estados: Rio Grande do Sul, Paraná, Pará, Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Tráfico para fins de exploração sexual foi identificado nos Estados do Amapá, Pará, Roraima, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Rondônia e Santa Catarina são os dois Estados onde casos foram identificados em números bem inferiores aos dos outros. Contudo, isso não significa que não exista tráfico humano nos demais Estados brasileiros, a exemplo do meu Estado de Sergipe e do seu Tocantins.

Entretanto, Sr. Presidente, novas modalidades que até então não tinham sido mencionadas na literatura sobre o tráfico de pessoas no Brasil foram identificadas, como a exploração da mendicância e da servidão doméstica de crianças e adolescentes – meninas “adotivas”, pessoas usadas como “mulas” para o transporte de substâncias ilícitas entorpecentes e adolescentes traficados para exploração em clubes de futebol. Até isso, Sr. Presidente, infelizmente!

E o perfil da pessoa traficada é de homens e mulheres, travestis e transgêneros, crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade, seja pelas condições socioeconômicas, seja pela presença de conflitos familiares, seja pela violência sofrida na família de origem. O fato é que essas pessoas são recrutadas, aliciadas e convencidas de que terão uma vida melhor.

Sabemos, entretanto, que pagamentos são exigidos por transporte, alimentação e alojamento e transformados em dívidas a serem pagas com o sofrimento, a violência, a exploração e o medo de represálias, no caso de tentativa de fuga ou denúncia.

Uma revelação preocupante da pesquisa foi de que o tema do tráfico de pessoas, em geral, ainda não está nas agendas locais como uma prioridade. Por isso mesmo, o tema deste ano da Campanha da Fraternidade é tão oportuno.

Sr. Presidente, sabemos que a prevenção é, sem dúvida alguma, a melhor conduta em qualquer situação, sobretudo quando o assunto em questão é a dignidade da pessoa humana. E a Campanha da Fraternidade traz à tona este tema, que atinge tantos brasileiros direta e indiretamente, para ser discutido de maneira clara e concreta – que não fechemos os olhos, que não apaguemos as nossas memórias nem obscureçamos as nossas consciências –, buscando os meios para a sua resolução.

Em Sergipe, como tem acontecido ao longo dos anos, com o envolvimento e trabalho incansáveis do nosso Arcebispo Dom José Palmeira Lessa, do nosso Bispo Auxiliar Dom Henrique Soares da Rocha e do Bispo de Propriá Dom Mário Sivieri, além do envolvimento direto de todas as paróquias do Estado, teremos mais uma Campanha da Fraternidade onde toda a sociedade sergipana, com certeza, estará envolvida.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, disse-lhes semana passada e reafirmo-lhes hoje: somos um Estado abençoado. É verdade! Desde o início, desde a primeira Campanha da Fraternidade, sempre tivemos o comando da nossa Arquidiocese, arcebispos, bispos auxiliares e toda a comunidade eclesial envolvida nessa Campanha.

Dom Lessa, que foi elevado a Arcebispo Metropolitano de Aracaju em agosto de 1998, está no comando da Campanha desde então e tem se mostrado, ao longo dos anos, um abnegado servo das causas cristãs.

Gostaria de enfatizar mais uma vez a grandeza de Dom Lessa, cujo Lema Episcopal foi "FRACO COM OS FRACOS", que inspira e perpassa todo o ser e o agir do pastor e nos inspira na nossa missão.

E aqui, Sr. Presidente, não poderia deixar de homenagear também o amigo e Bispo Auxiliar Dom Henrique Soares da Costa, que tal qual Dom Lessa, alagoano de nascimento, mas sergipano de coração, seu colega, Senador Benedito de Lira, nasceu em território alagoano, mas foi adotado, com certeza, pelo povo sergipano. Tanto Dom Lessa como Dom Henrique, nosso Arcebispo e Bispo Auxiliar, muito têm realizado pela sociedade sergipana por meio de um serviço constante, generoso e altruísta prestado às comunidades.

E para finalizar, Sr. Presidente, bem antes do tempo a que tínhamos direito, gostaria de citar São Paulo na Epístola dos Hebreus.

Disse São Paulo:

*A fé é a substância de coisas esperadas e o argumento de coisas que não se veem.*

E é a fé que nos move para seguir nas nossas missões, sejam elas religiosas ou políticas, como essa que estamos aqui exercendo, vivendo e procurando cumprir, a nossa missão como político, sonhando e procurando materializar realmente as esperanças de muitos brasileiros, de um Brasil muito, muito melhor, tendo a política como instrumento, estando na política como missão, a denunciar o que está errado e a promover ações que possam transformar as realidades.

Sr. Presidente, quero, para finalizar, parabenizar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, na pessoa do Senador Valadares, e a Comissão de Meio Ambiente, através do Presidente Blairo Maggi, pela audiência pública realizada, como foi citada aqui pelo Senador Valadares, na semana passada, e agradecer a presença de tantos Parlamentares, autoridades, prefeitos, especialmente ao Presidente da Vale, Dr. Murilo Ferreira, que de forma muito humilde, de forma simples, mostrou que a fábrica seria instalada exatamente sobre a linha divisória dos dois Municípios. Com aquele mapa lá apresentado se buscou uma solução tributária e uma solução legislativa. Portanto saímos todos felizes.

O Brasil precisa sim buscar a autossuficiência em fertilizantes, e o potássio é ingrediente necessário para a composição, para a construção do fertilizante. Lamentavelmente ainda importamos 90% de todo o potássio de que necessitamos.

Nosso Brasil ainda é um país que depende por demais da agricultura. Uma agricultura forte e a autossuficiência em fertilizantes com certeza é uma independência a ser proclamada.

No início da década de 50, em meados do século passado, buscamos a independência em petróleo e em energia, especialmente em petróleo, com a criação da nossa Petrobras. Agora, Sr. Presidente, está mais do que na hora de buscarmos a nossa autossuficiência, a nossa independência sobretudo em fertilizantes. Este país hoje é o segundo maior produtor de alimentos do planeta, e dizem os especialistas que seremos o primeiro, talvez até o ano de 2020. Para tanto, Sr. Presidente, é preciso que busquemos a autossuficiência em fertilizantes.

E reservas, e minas, temos sim, porque o bom Deus foi extremamente generoso com o povo brasileiro, especialmente com o povo sergipano. Num território com menos de 22 mil quilômetros quadrados, que é o nosso Estado, temos muitas riquezas minerais no nosso subsolo e um solo extremamente fértil e rico.

Parabenizo e agradeço a todos que fazem da companhia Vale do Rio Doce, com certeza, um orgulho nacional que está presente em mais de 20 países e nos apresentou uma solução muito simples para o impasse até então, já que, infelizmente, o Governo do Estado não tinha percebido que o mapa mostrava que a fábrica estaria sobre a linha divisória entre os dois Municípios e que a justiça tributária poderia ser feita dessa maneira.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade e pelas palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. Bloco Minoria/PSDB – TO) – Agradeço o seu pronunciamento, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLEY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se me permitem, Presidente Ataídes e Senador Benedito de Lira, eu gostaria de apresentar a justificativa do requerimento de homenagem e de condecorações ao arquiteto Jorge Wilhelm. Se me permite V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. Bloco Minoria/PSDB – TO) – Permito.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Jorge Wilhelm nasceu em Trieste, na Itália. Em 1940, aos 12 anos, mudou-se com a família para o Brasil. Em 1952, já formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, projetou, na capital paulista, o Parque Anhembi, o Hospital Albert Einstein e o Clube Hebraica, entre outros projetos renomados, como a revitalização do Pátio do Colégio e do Vale do Anhangabaú.

Dos 85 anos de vida, 60 foram dedicados à arquitetura, ao urbanismo, à Administração Pública, à produção intelectual e às artes. Wilhelm era “um homem que pensa a cidade” e se destacou como um dos mais importantes e visionários urbanistas brasileiros.

A consciência ecológica do arquiteto já fazia parte dos seus primeiros projetos. Recém-formado, projetou uma cidade para 15 mil pessoas no Mato Grosso. A cidade, Angélica, é hoje vista como modelo de planejamento urbano. Também são de Jorge Wilhelm alguns dos planos urbanísticos de grandes cidades brasileiras, como Curitiba, Goiânia, Natal, São Paulo, Campinas e São José dos Campos, entre dezenas de outras cidades.

Wilhelm foi um dos renovadores do urbanismo brasileiro. Ocupou diversas funções no Instituto dos Arquitetos do Brasil. Recebeu vários prêmios, entre eles: Tarsila do Amaral (1956), Governador do Estado (1964), IAB de Urbanismo (1965 e 67), IAB para Ensaio (1965 e 67), Pensador de Cidades Luiz Antônio Pompéia (2010) e a Ordem do Mérito de Brasília (1985).

Ele realizou aquele que foi o primeiro estudo de impacto ambiental do Brasil para a Alcoa, no Maranhão, e também implantou a primeira utilização oficial de álcool combustível no País, programa que seria conhecido mais tarde como ProÁlcool.

O arquiteto conseguiu projeção internacional para seu trabalho, recebendo convites para aplicar suas ideias. Nesse contexto, destacou-se como Secretário-Geral Adjunto da divisão da ONU para a realização da Conferência Global Habitat 2; participou das reuniões preparatórias da Conferência de Estocolmo (Suécia); e foi, durante anos, o representante brasileiro na Comissão de Urbanismo da União Internacional dos Arquitetos, órgão assessor da UNESCO. Também ocupou a cátedra Rio Branco na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e proferiu dezenas de conferências no exterior.

No Brasil teve grande atuação na política. No Governo Mário Covas, de 1983 a 1986, foi Secretário Municipal de Planejamento. No Governo Orestes Quéricia, de 1987 a 1991, assumiu a Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Na administração seguinte, de Luiz Antônio Fleury Filho, entre 1991 e 1994, ocupou a presidência da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo, onde elaborou o primeiro plano metropolitano da macrometrópole paulista.

Na administração da Prefeita Marta Suplicy, entre 2001 a 2004, novamente como Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, coordenou a elaboração do Plano Diretor Estratégico de 2002 para a cidade de São Paulo.

Suas principais marcas no Governo do Estado de São Paulo foram a criação do Procon, da Fundação Seade, da EMTU e do “Passe do Trabalhador”, hoje conhecido como Vale Transporte.

Em nota, a Ministra da Cultura e ex-Prefeita de São Paulo Marta Suplicy disse que Jorge Wilhelm era “um dos grandes homens públicos do Brasil” e lembrou-se de sua importância na elaboração de planos diretores de diversas cidades do País. Segundo Maria Suplicy, o arquiteto “deixa enorme vazio pela sua lucidez, visão de mundo, competência e seriedade”.

Um de seus trabalhos mais recentes, dessa vez à frente do escritório de arquitetura que leva seu nome, é a consultoria para o Ministério dos Esportes do projeto urbanístico dos Jogos Olímpicos de 2016.

Além da vida pública, ele teve uma grande participação no mundo das artes plásticas. Com Pietro Maria Bardi, esteve junto da montagem do Masp. Foi Presidente da Fundação Bienal de São Paulo e membro de várias instituições de artes visuais brasileiras.

Articulista dos principais jornais e revistas do País, Jorge Wilhelm é autor de dez livros sobre vida urbana, publicados por diferentes editoras de São Paulo, Buenos Aires e Londres. Sua obra mais recente é *São Paulo: uma interpretação*, da Editora Senac, premiada pela Academia Paulista de História na categoria Melhor Livro Publicado em 2011 sobre São Paulo.

É também autor dos livros *São Paulo Metrópole 65* (1968), *O Substantivo e o Adjetivo* (1976), *Tênue Esperança no Vasto Caos: Questões do Proto-Renascimento do Século 21* (2001) e *A Obra Pública de Jorge Wilhelm* (2003).

Em um de seus muitos depoimentos marcantes, ele destacou o seu amor e fé na vida, marca registrada do seu trabalho:

*Sou otimista, vivo fantasiando futuros bons. Sou das utopias, e não das distopias. Não estou preparado para ir-me para sempre! Acho essa ameaça de finalização da vida muito injusta. É muito cedo... Viver é bom demais!*



Conforme sua esposa Joanna salientou, Jorge Wilhelm foi um “cidadão” no mais amplo sentido, um exemplo para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho à tribuna da Casa para podermos discutir uma passagem recente em alguns Municípios do interior do meu Estado numa semana que eu considere muito profícua, porque realizamos um grande debate sobre os projetos em andamento no Brasil que impactam o meu Estado, o Estado do Ceará. São projetos de distribuição de água, de ampliação da capacidade de distribuição de redes de adução no Estado do Ceará.

Tive essa discussão nos Municípios de Pacajus e Horizonte, com representantes de Chorozinho e Cascavel, próximo da região metropolitana, mas sofrendo ainda muito em função da estiagem que se abateu sobre o nosso Estado e que é prolongada.

Na sequência, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, voltei a Fortaleza para um diálogo na Universidade Federal com os dirigentes da área de ciências agrárias, de engenharia agrônômica, de engenharia de pesca, de química industrial, de engenharia química, pessoas que estão preocupadas e buscando voltar o processo de formação para as condições do Semiárido, especialmente no Ceará, mas em todo o Nordeste brasileiro.

Ali, discutimos intensamente sobre questões que preocupam os acadêmicos. Aí, você olha e fala: puxa, a academia está preocupada com essa questão!

Aqui, faço questão de registrar o nome de dois Ph.Ds.: Prof. Leonardo de Almeida Monteiro e Daniel Albiero. Eles produziram um material, em conjunto com os seus alunos de mestrado e da graduação, sobre segurança na operação com máquinas agrícolas.

E, olha, falar em máquinas agrícolas no Semiárido e no interior do Ceará, há poucos anos, parecia algo absolutamente estranho e impossível. Até a academia, a nossa academia, os cursos da Engenharia Agrônômica especialmente, está dedicando tempo ao debate sobre a segurança na operação com máquinas agrícolas, que era um tema, há 10 anos, exclusivo do Sul e do Sudeste e um pouco do Centro-Oeste. Pois esse debate, também, já chegou ao Estado do Ceará.

Essa mesma área está discutindo o problema da energia, de como oferecer ao pequeno produtor rural, seja ele proprietário ou assentado, condições adequadas e se esse mesmo produtor rural não pode produzir a sua energia.

Claro, uma resolução do Governo, da Agência Nacional de Energia, estabeleceu que você pode produzir e pode oferecer o excedente. Agora, o excedente, o distribuidor especialmente, só compra se ele quiser; não está obrigado.

Exatamente por essa razão, apresentei dois projetos, tomei duas iniciativas: a primeira, em diálogo com a Secretaria de Agricultura do meu Estado do Ceará, Secretário Nelson Martins, que é a de expandir a rede de eletrificação rural trifásica, porque a monofásica, o Luz para Todos alcançou quase todos os domicílios do Nordeste – quase, ainda há um resíduo ali para ser resolvido. Mas quase todos os domicílios foram alcançados com o Luz para Todos, em uma rede monofásica.

Ora, ao chegar essa luz em casa, as pessoas começam também a dizer: “Poxa, agora tenho energia! Quem sabe eu não possa produzir?”. E começam a produzir. Às vezes, começam ali preparando um sorvete, fazendo um picolé, com um pequeno negócio. Mas esse negócio se expande, e, daqui a pouco, você precisa de uma máquina mais pesada, ou de um frigorífico, de uma área industrial de refrigeração, de uma grande máquina de refrigeração, que só será sustentada se você tiver uma rede trifásica. Ela não vai se sustentar.

Recentemente, antes da realização do Congresso do MST, visitei alguns assentamentos. Estive no assentamento de Santa Elza, que fica em Baraúna, já no Rio Grande do Norte, fronteira com o Estado do Ceará. Entramos por lá. Nas vilas, o povo está produzindo – nas vilas rurais dos assentados do MST – e com uma produção razoável, mas não há energia trifásica. Então, eles precisam da energia trifásica.

Fizemos uma emenda ao Orçamento, que espero que não tenha sido atingida por esse corte, um corte para atender, em grande parte, aos interesses da Bancada. Mas, vamos lá, que não tenha sido atingida a nossa emenda! É uma emenda de R\$47 milhões para podermos iniciar um trabalho de construção da rede trifásica nas pequenas propriedades, nos assentamentos rurais. Então a considero muito importante.

Estou me associando, e a academia está pensando nisto: em se reunir com os professores da área de Ciências Agrárias. Todos eles estão preocupados com os equipamentos, com a certificação dos equipamentos,

com a proteção dos operadores desses equipamentos, com a proteção das pessoas que estão nas áreas onde há muitas máquinas agrícolas, com a produção, em como melhorar, em como capacitar mais a produção na nossa região, em como melhorar a produção de sequeiro na área de girassol, de mamona e de pinhão manso, que pode produzir óleos biocombustíveis para os nossos motores, para os nossos automóveis principalmente, com o aproveitamento dos resíduos de peixes criados em nossos mananciais, no caso do Ceará a grande Barragem de Castanhão, de Orós etc. Enfim, estamos preocupados com o desenvolvimento.

Nós estamos em convênio com o CENPS, com o UFC, com o curso de Ciências Agrárias, com o curso de Engenharia Agrônoma, discutindo a produção e o cultivo de microalgas. E o cultivo de microalgas pode criar condições de oferecer proteína para o cultivo de peixes. Então, você vai cultivar a alga; da alga você vai tirar a proteína; e essa proteína vai servir de alimento para a aquicultura que se desenvolve na região a preços melhores, porque é produzido ali mesmo, tirado das algas. Há outra alga especial para a produção de óleo combustível, que você pode também transformar em biodiesel.

Então, veja você o potencial que existe na região, que associa um pouco de água ao sol, que é a principal fonte de energia para todos.

Na sequência, nós estamos discutindo com os acadêmicos que querem, desejam e fazem esse movimento de colocar a mão na massa para produzir, para que a ciência seja, ao mesmo tempo, básica e aplicada. Então, é uma visão muito importante e voltada para o pequeno produtor, para o assentado, para a agricultura familiar, mas não no sentido exclusivamente da família. Não! O pequeno produtor, aquele que está na agricultura familiar quer, sim, produzir para vender. Ele quer produzir para a escola, ele quer produzir para o hospital, ele quer produzir para vender no comércio local, ele quer ampliar as conquistas também econômicas da sua comunidade. Então, ele quer produzir riqueza e ele também quer enriquecer. Eu acho que esse é o movimento novo que está acontecendo também no Nordeste brasileiro.

E faço menção, então, a essa importante reunião que tive com esses dirigentes da academia, no Estado do Ceará, do curso de Engenharia Agrônoma e das Ciências Agrárias do meu Estado, coordenado pelo Prof. Luís Antônio, lá na Universidade Federal do Ceará.

O segundo tema que eu considero muito importante é esse debate do aproveitamento da energia solar e da criação de um programa capaz de incentivar o cidadão e a cidadã que estão no assentamento rural, que estão numa pequena propriedade, que têm um custo grande, porque, mesmo nesse horário especial de irrigação para o Nordeste para quem tem agricultura irrigada ou para quem precisa puxar uma água no seu motor, essa energia tem, ali na sua bomba, um custo. Mesmo com o horário especial, mesmo com a tarifa especial, ela é cara para o produtor, porque o produtor – em todo canto do mundo é assim – tem uma atividade de risco, mesmo em local em que haja boas chuvas, terras maravilhosas. Mesmo assim, ela depende de alterações do clima que podem acontecer de um dia para o outro, de um dia para o outro... Há poucos dias, em pleno verão, houve uma nevasca no Peru. Fora de época totalmente! O prejuízo para a agricultura peruana é enorme. É o agricultor quem sofre. Então, ela é uma atividade de risco absoluto e permanente. Mais nas regiões semiáridas, porque há períodos como esse, de longa estiagem, que duram... Em 2011, foi mais ou menos; 2012, seco; 2013, seco; e iniciamos 2014 com seca. Então, a atividade é absolutamente de grande risco.

Então, como aproveitar ao máximo toda a energia que temos? Fomos atrás da energia solar. Ela está dando resposta muito boa em nossa região. Em Tauá, Estado do Ceará, nós temos a primeira usina de energia solar com geração comercial, exclusivamente para a venda no comércio de energia. E o resultado é muito bom. O resultado é muito positivo.

Eu acompanho o aproveitamento de energia solar em pequenas unidades de produção, em várias áreas, já faz um bom período, desde meu mandato de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa.

Agora, o que eu estou propondo? Lá, para a rede de expansão trifásica, nós fizemos uma emenda no Orçamento no valor de R\$47 milhões. O Governo deveria olhar essa emenda – o Ministério das Minas e Energia; também o da Agricultura – e examinar, pois é o segundo passo do Luz para Todos. É um segundo Luz para Todos! O primeiro foi de energia monofásica: aquela energia simplória em que se chega com um ponto de luz na casa do cidadão. A segunda é oferecer a rede de energia trifásica para potencializar a capacidade de produção na área rural do nosso País. Então, aí estão: R\$47 milhões. Atenção, Ministro Lobão, pode usar o dinheiro! Atenção, Ministro da Agricultura, os recursos estão em suas mãos, junto com o Estado do Ceará, porque nós faremos isso em conjunto com o Governo do Estado do Ceará, que dará sua contrapartida, como também a Secretaria de Agricultura com nosso Secretário Nelson Martins.

Mas apresentei uma proposta que já está em tramitação na Casa para nós estabelecermos um programa por meio do qual os agentes financeiros do Governo Federal, especialmente bancos de desenvolvimento, possam financiar a aquisição de todos os equipamentos que lhe permitam produzir a energia solar nas pequenas



unidades de produção, nas micro, nas nano unidades de produção de energia solar, eólica e mesmo hidráulica. Os meus olhos estão voltados para a solar pela minha realidade.

E o que quero? Eu quero que algo que o Governo está dizendo que é ótimo se materialize. Porque é ótimo você dizer: "Olha, pode produzir energia para você e até pode vender. Agora, eu não tenho quem compre." Eu posso produzir, vou consumir minha energia, e esse meu excedente, porque é um excedente pequeno, não vai estar no mercado aberto de venda de energia. É muito pequena a minha quantidade. Mas essa energia pode ser comprada pelo meu distribuidor; aquele que tem a distribuição e que já me tem como comprador cativo pode ser também o comprador da minha energia. Então, nós podemos criar uma situação em que as distribuidoras comprem essa energia. E, ao comprar essa energia, esse meu excedente é a garantia que eu dou para o BNDES, que eu dou para o BNB, que eu dou para o Basa. Eu vou ter o excedente e vou pegar o meu empréstimo para adquirir as placas de energia solar, os geradores eólicos, as pás, toda uma estrutura de baterias para acumular energia, para formar a rede de distribuição dessa energia e para ligar essa minha energia à rede, digamos assim, ao sistema unificado que vai receber essa minha energia que pode ser comprada.

Então é uma maneira de você incentivar e garantir que esse incentivo seja de verdade, porque, senão, ele não é de verdade. Se eu apenas disser: olha, Ataídes, você não só vai presidir as sessões do Congresso Nacional, mas você também vai ter o direito de gerar energia, e o seu excedente você pode até vender. Mas como que eu vou vender? Quem está obrigado a comprar a minha energia? Ninguém está obrigado a comprar a minha energia. Então, isso aí vai ser letra morta, é um incentivo que não vai funcionar de verdade. Eu quero que funcione de verdade, para funcionar de verdade, em todos os lugares. Na China, na Índia, na Alemanha, na Europa inteira e nos Estados Unidos é assim. Você tem que criar um mecanismo que permita que a energia que eu estou produzindo, mesmo que em pequena quantidade, possa ser vendida para as distribuidoras, que vão garantir que comprarão essa energia. E com isso eu vou pagar o financiamento que eu recebi, porque ele vai estar vinculado exatamente a este pagamento. E mais, com a realidade do Brasil e até da própria América do Sul, a perspectiva é de expansão do consumo. Não é de diminuir o consumo, e sim de expandir o consumo. Com essa expansão do consumo, nós podemos fazer um programa que vai ajudar o Brasil, que está precisando de muita energia.

Se nós multiplicarmos aos milhares os produtores de energia que podem oferecer ao sistema energia excedente da sua produção – você vai consumir, vai ter o excedente e vai vendê-lo –, vamos ajudar o Brasil. Então, apresentei um projeto de lei no Senado, que está tramitando já na Casa, com esse objetivo.

É claro, sempre há pressão. De onde é a pressão para impedir que essa questão se materialize? Essa pressão vem dos contratos no período da privatização. Porque, quando se privatizou o sistema de distribuição e parte da transmissão e da geração, qual era o conceito? O conceito era que você entregava as empresas brasileiras na Bacia das Almas, e isso obrigava você a ser cativo. Você não podia e nenhuma cláusula poderia ser proposta que se criasse algum tipo de embaraço para aquele que estava comprando. Então, o que comprou o fez com tantas garantias, que uma coisa positiva para o próprio sistema pode ser negada e sofre pressão para ser negada, que é você ter o direito de produzir e vender o excedente para o sistema. O que é benéfico, na atualidade, porque o sistema precisa de muita de energia. Ele tem clientes grandes que precisam comprar energia, e tudo que entrar no sistema será bem-vindo como energia boa para a produção.

Encerro, Sr. Presidente, porque todas as questões aqui estão interligadas, desde o encontro na Universidade Federal até o debate com os assentados do MST, os assentados do Estado e os pequenos produtores rurais, que precisam de energia e precisam desse incentivo, que é muito importante. Então, eu vou oferecer a possibilidade...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... de produzir energia, mas eu quero que você tenha a obrigação de comprar o meu excedente, para que eu possa pagar para o BNDES, pagar para o BNB, pagar para o BASA e para os outros agentes financeiros, que são muito importantes.

Por último, dou notícia de que ontem estive na cidade de Paracuru, lá no meu Estado do Ceará. Paracuru começou ontem a construção de um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, o que era antigamente conhecido como escola técnica. Hoje não é só mais uma escola técnica, ela forma desde torneiro mecânico até a engenheira mecatrônica, é uma universidade que vai da base, você pode chegar com o 2º ano do ensino fundamental e sair de lá como soldador, e pode também fazer o seu curso médio e ter um curso técnico, médio, e pode fazer um vestibular e sair de lá com um curso de formação superior. É isso que ganhou ontem Paracuru.

O impacto é enorme. E digo, onde há uma escola de formação técnica atrativa cai a criminalidade, desaba a criminalidade, onde você dá oportunidade, Sr. Presidente...

(*Soa a campanha.*)

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... à juventude, onde você oferece escola de qualidade – e é com tempo integral, a criança, o jovem vai entrar às 7 da manhã e vai sair às 5 da tarde –, esse jovem não vai virar delinquente, esse jovem não vai precisar de cadeia, esse jovem vai ter sucesso na vida.

Então acho que esse é o caminho que o Brasil deve oferecer a sua juventude, antes de qualquer coisa, antes de oferecer cadeia, antes de oferecer pena de morte, que já acontece todo dia, antes de oferecer as mazelas e as desgraças que o sistema capitalista cria, nós temos que oferecer qualidade na educação, formação de qualidade para nossa juventude.

E ontem saí dali feliz porque também tive a oportunidade de me graduar como eletrotécnico na Escola Técnica Federal do meu Estado...

(*Soa a campanha.*)

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... o Ceará. Isso foi muito positivo para mim, para meus irmãos, fazíamos festa no nosso bairro, que era na periferia da cidade, quando alguém entrava na Escola Técnica, era uma verdadeira festa porque o concurso era muito difícil.

E agora nós estamos espalhando essas escolas pelo interior do Estado do Ceará inteiro, serão 33 até o final do ano, só do Governo Federal, e mais 140 escolas do Estado do Ceará para a formação de técnicos e de profissionais com formação média.

Então acho que essa é uma conquista muito importante que não podemos deixar de registrar, mais um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no meu Estado, o Ceará, na cidade de Paracuru.

Parabéns ao Prefeito, Sidney Gomes, parabéns ao nosso Reitor, Virgílio Augusto, do Instituto Federal, e parabéns ao povo brasileiro, por mais essa conquista.

Um abraço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Senador Arruda, Inácio Arruda, quero parabenizá-lo por esse belo pronunciamento.

A energia limpa em nosso País é uma questão *sine qua non*. A Resolução da Aneel 482, parece-me que de 2011...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – De 2012.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – De 2012, isso – começou em 2011, mas valendo para 2012, se não me falha a memória –, fala da compensação desta energia excedente, mas vai além, como V. Ex<sup>a</sup> colocou. O Governo teria que comprar, essas companhias teriam que comprar esse excedente, e não compensar. E essa energia fotovoltaica, com essa matéria-prima que temos hoje no País, que é uma bênção de Deus, o Sol, não consigo entender por que o nosso País ainda não se ateve para essa energia limpa. Inclusive, a respeito dos pequenos produtores, conforme V. Ex<sup>a</sup> colocou, resolver-lhes-ia o problema, porque você elevar energia elétrica através de rede custa muito caro, mas se colocar ali duas, três plaquinhas de energia fotovoltaica, resolverá, com certeza, o problema da energia, inclusive para a própria irrigação.

Agora, necessário se faz, Senador, porque não produzimos ainda essas placas aqui no Brasil, apesar de sermos um dos maiores produtores de silício.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Concedo, com todo prazer.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Investimos, no Brasil, através da Finep e incubamos empresas, inclusive, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para desenvolvermos placas para a captação de energia solar. Fizemos a melhor placa, estamos esperando agora alguém que tope enfrentar a concorrência internacional e produzi-las no Brasil. Quer dizer, a ciência já nos ofereceu o produto, já transformou o produto em tecnologia e, agora, é hora de chamarmos o nosso mercado de produção industrial para produzir no Brasil. E vamos botar nossas placas na China, porque há muito mercado na China, e não abrir o nosso mercado só para os chineses nos venderem as placas, ou os americanos, ou os alemães, que têm muita tecnologia nessa área. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, estou em absoluta concordância com o que V. Ex<sup>a</sup> está colocando, digamos assim, como forma de arrematar o pronunciamento que estamos fazendo nesta hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – É uma novidade esta informação de que lá, no Nordeste, estamos, então, já a fabricar essas placas...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Incubamos a empresa, pegamos a ciência, transformamos na tecnologia e foi financiado pela Finep.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Esse é um problema sério, porque nós importamos, e a importação dessas placas hoje, esse imposto de importação e essa carga tributária fazem com que essas placas custem horrores; inviabilizam, então, o nosso negócio.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Vou sair daqui, porque o Lira está para me tirar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Muito obrigado, Senador Arruda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes

## **PARECERES NºS 72 E 73, DE 2014**

**Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2013 (nº 3.534/2012, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.**

PARECER Nº 72, DE 2014, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**Relator:** Senador Wellington Dias

**Relatora “ad hoc”:** Senadora Ana Rita

### **I – Relatório**

Em análise nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 98, de 2013 (Projeto de Lei nº 3.534, de 2012, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que visa a alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Atualmente, a legislação em vigor não faz previsão neste sentido.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas até o presente momento.

### **II – Análise**

Nos termos do art. 102-E, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa emitir parecer sobre projetos de lei que versem sobre fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas aos direitos humanos, aos direitos da mulher, aos direitos das minorias sociais ou étnicas, aos direitos dos estrangeiros, à proteção e integração das pessoas portadoras de deficiência e à proteção à infância, à juventude e aos idosos.

A proposição em discussão pretende dar nova disciplina ao artigo 28 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo que o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino. A Secretaria de Educação apresentará justificativa que será submetida a análise do órgão normativo para diagnosticar o impacto da ação e ouvir a manifestação da comunidade escolar.

Ao expor os motivos dessa proposta à Excelentíssima Senhora Presidente da República, o Ministro de Estado da Educação Aloísio Mercadante relata que nos últimos cinco anos foram fechadas mais de 13.000 escolas do campo resultando, em muitos casos, em transtorno para a população rural que deixa de ser atendida ou passa a demandar serviços de transporte escolar.

A alteração proposta por este projeto de lei busca garantir a participação dos órgãos colegiados dos sistemas de ensino locais na decisão de fechamento das escolas do campo, indígenas e quilombolas, bem como a consulta das populações afetadas, sem ferir a autonomia dos entes federativos.

Quanto ao mérito da proposta, não há reparos a fazer. O princípio de gestão democrática na educação se realiza ao ampliarmos a participação dos órgãos colegiados normativos e a consulta da população atingida pelas políticas públicas e ações nesta área.

Assim, nada mais justo que se altere mencionada disposição legal para evitar o prejuízo aos estudantes e suas famílias, garantindo o acesso à educação.

## III - Voto

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2013.

*SENADOR PAULO PAIM*, Presidente

*SENADORA ANA RITA*, Relator "AD HOC"



**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, de 2013**

ASSINAM O PARECER, NA 62ª REUNIÃO, DE 20/11/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: *SENADOR PAULO PAIM*

RELATOR: *SENADORA ANA RITA* "AD HOC"

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues(PSOL)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
VAGO	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Paulo Davim (PV)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Lídice da Mata (PSB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Wilder Moraes (DEM)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Magno Malta (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB)
Eduardo Lopes (PRB)	3. VAGO

## PARECER Nº 73, DE 2014, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**Relatora:** Senadora Ana Rita**I – Relatório**

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprecia o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 98, de 2013 (Projeto de Lei nº 3.534, de 2012, na Casa de origem), de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Vazada em dois artigos, tem em seu art. 1º a inclusão de parágrafo único no art. 28 da Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para tornar necessária a pronúncia do órgão normativo do sistema de educação para o fechamento das escolas já elencadas.

O art. 2º dispõe que a lei em que se transformar o projeto deve entrar em vigor na data de sua publicação.

Na exposição de Motivo que acompanha a proposição, justifica que a proposta se faz necessária porque em 5 anos foram fechadas 13 mil escolas no campo, gerando transtornos às populações rurais.

A proposição foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

**II – Análise**

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem sobre normas gerais relativas à educação, bem como sobre diretrizes e bases da educação nacional, matéria de que trata o PLC nº 98, de 2013.

A educação, como reconhece o art. 1º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), é um empreendimento coletivo, oferecido formalmente em instituições próprias, mas que ocorre em toda a sociedade e, em última análise, na vida pessoal dos indivíduos que se fazem paulatinamente cidadãos.

A Constituição Federal determina em seu art. 205 que a Educação é um direito de todos e um dever do Estado e da Família, já em seu art. 206, inciso I, determina que o ensino deva guiar-se pelo princípio da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

Como já aventada na exposição de motivos, o fechamento de muitas escolas públicas no campo, em terras indígenas e quilombolas trouxeram transtornos para as famílias residentes nestas áreas e prejuízo para o ensino de crianças e adolescentes.

A redução na oferta de escolas nestas áreas vai contra o que preceitua a LDB em seu Art. 4º, inciso X, que determina a necessidade de que o ensino infantil e fundamental sejam ofertados próximo à residência dos alunos. Ora, o fechamento de unidades escolares nestas regiões significa deslocar estes alunos para regiões ainda mais distantes, tornando o processo de aprendizagem sacrificante.

Pais e alunos não podem ficar desprotegidos dos humores de gestores públicos que podem simplesmente optar pela descontinuidade da oferta do ensino. Para evitar esta situação que o Executivo encaminhou a presente proposição com o intuito de criar mecanismos de institucionalização de instrumentos de gestão voltados para a melhoria da qualidade da educação básica das populações do campo e da floresta, com a garantia de participação da comunidade escolar.

A proposta tenciona criar a necessidade de que o órgão normativo de educação do respectivo sistema de ensino opine sobre o fechamento da escola, exigindo-se o diagnóstico sobre o impacto da ação e manifestação da comunidade escolar, além da justificativa da Secretaria de Educação.

**III – Voto**

Em razão do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2013 (Projeto de Lei nº 3.534, de 2013, na origem).

Em: 5 de fevereiro de 2014

, Presidente

, Relatora





**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, de 2013**

ASSINAM O PARECER, NA 3ª REUNIÃO, DE 25/02/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_

**RELATOR:** \_\_\_\_\_

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB)
João Capiberibe (PSB)	9. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Valdir Raupp (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. VAGO
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Pedro Simon (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. VAGO
Benedito de Lira (PP)	7. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	8. VAGO
Kátia Abreu (PMDB)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM)	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Gim (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
VAGO	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
VAGO	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

.....

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

**Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

.....

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

.....

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

.....

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

.....

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

.....

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Foram **lidos anteriormente os Pareceres nºs 72 e 73, de 2014**, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2013 (manifestação de órgão normativo para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas).

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira, pela Liderança do PP.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Maioria/PP – AL. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago hoje à noite um assunto que reputo da maior importância para o Brasil e, particularmente, para o meu querido Estado de Alagoas.

Vou falar sobre educação. Acabei de ouvir o Senador Inácio Arruda, falando sobre educação, que é um dos temas importantes desse País, é necessário que possamos sedimentá-lo.

No que diz respeito à educação básica, ensino básico, é aquilo que tenho também defendido a tese – que não é propriamente uma tese, mas tenho defendido – de que o ensino brasileiro terá que assumir, definitivamente, a escola integral para a educação dessa juventude do meu País, a fim de que possamos esvaziar as ruas de crianças e que elas não sejam portadoras daqueles que as utilizam para fazer o malfeito.– a criança, o adolescente, chegam à escola às sete da manhã para sair às cinco da tarde.

Mas, a educação brasileira, Sr. Presidente, tem crescido muito nos últimos tempos, em todos os níveis. Essa é uma notícia alvissareira, pois sabemos que um país cresce na medida em que sua educação se expande.

O ensino superior, seja ele público ou privado, tem avançado nos grandes centros, mas também marcha para o interior do Brasil, atendendo parcelas cada vez maiores de estudantes. A relação que as instituições de ensino superior mantêm com o desenvolvimento é notória. Quanto mais uma região é beneficiada com tais centros de saber, mais rapidamente essa região cresce, considerados aí os aspectos humanos e econômicos, *lato sensu*. Essas instituições atualmente visam adotar os locais onde se instalam cursos que atendam às demandas regionais de crescimento, formando profissionais para atuarem nas áreas críticas.

Também é notória a ausência de profissionais em algumas áreas estratégicas do saber, como é o caso da falta, já crônica, que o Brasil computa por engenheiros e médicos. Tais áreas, por serem muito sensíveis, precisavam de atendimento rápido e objetivo.

Também é preciso que lembremos a profunda assimetria que há entre os Estados da Federação no que diz respeito à oferta de cursos superiores, que possuem o condão de formar profissionais capazes de alterar, sobretudo, o panorama de desenvolvimento dos Estados mais carentes.

Dentro desse escopo, quero chamar a atenção para o meu querido Estado de Alagoas, um Estado encravado numa região difícil, a Região Nordeste, mas de uma capacidade extraordinária de recuperação pela força do trabalho do seu povo e pelas ações, obviamente, que o Governo tem feito, não só o Governo Federal como o Governo do Estado.

Dentro desse escopo, quero chamar a atenção para a oferta de cursos superiores como os de Engenharia e Medicina, ainda aquém de atender à necessidade social do seu povo, de sua indústria e do seu desenvolvimento. Sem que haja a formação específica para aqueles estudantes que desejam trabalhar nas áreas mais sensíveis, como apontamos, criamos um círculo vicioso que engendra o esvaziamento das microrregiões carentes do nosso Estado.

Nos últimos anos, no entanto, essa situação começou a mudar em todo o País, com a abertura de novas universidades públicas, com a expansão das já existentes, como novos institutos federais focados em aspectos regionais e com o crescimento e interiorização de Instituições de Ensino Superior privadas que têm sido aliadas do desenvolvimento onde quer que se encontrem.

Quero destacar, nesta fala, Sr. Presidente, o caso especialíssimo da formação de médicos no Brasil. A taxa desses profissionais, que se mede pela quantidade de médicos por cada grupo de mil habitantes, é baixa. Muito baixa para um país como o nosso, é preciso que se reconheça. O Programa Mais Médicos – em sua complexidade e embates – veio demonstrar a amplitude desse problema como recentemente constatamos.

Em Alagoas, não é diferente. As cifras da educação superior deixam a desejar, assim como no caso da formação médica. Apesar de Alagoas também ter ganhado em interiorização do ensino superior, tal movimento não se acompanhou da interiorização dos próprios médicos. Também pudera. Poucas vagas em Medicina apenas garantem o atendimento dos grandes centros, sempre em expansão populacional. Mas devemos olhar o crescimento atual do ensino superior, pelo modo em que está ocorrendo, como passo necessário à implantação de uma sociedade mais desenvolvida e mais equânime. Destarte, a oferta de curso de Medicina é uma solução de interesse do Estado. É preciso crescer nesse segmento, o que agora começa a acontecer de modo mais uniforme e continuado.

Sempre foi preocupação nossa, no que diz respeito à educação no meu Estado. Comecei cuidando da educação dos jovens na escola de 1º e 2º graus anteriormente; agora, a do ensino básico.

Depois, apareceu a oportunidade de, juntamente com um grupo de pessoas, criarmos um curso de nível superior para atender à demanda daqueles que, durante o dia, trabalhavam, mas que precisavam melhorar a sua qualidade de ensino fazendo um curso de nível superior.

Pois bem, nosso empenho nesse sentido vem acompanhado de recente autorização para a criação de um curso de Medicina no nosso Estado, no Estado de Alagoas.

É gratificante saber que mais gente se formará em Medicina, nos anos vindouros, em Alagoas, graças aos esforços empreendidos e não só pela instituição criada há mais de 40 anos com o nome de Centro Universitário de Maceió.

Essa instituição, que é o Centro de Estudos Superiores de Maceió, mantida pela Fundação Educacional Jayme de Altavila, é a maior instituição privada de ensino superior do Estado de Alagoas – hoje detém mais de 13 alunos, com mais de 35 cursos – e a responsável pela criação do novo curso, que faltava para coroar a sua existência.

Ora, Sr. Presidente, a Fejal começou a atuar em 1971 pelas mãos do Padre Teófanês Augusto de Barros, de saudosa memória, e pelas mãos, também, de um outro grande educador do meu Estado, Tarcísio de Jesus, também de saudosa memória. Pela vontade desses homens, houve o desejo de criar essa instituição.

Era Prefeito de Maceió à época João Rodrigues Sampaio Filho. Eu, à época também, era Vereador na cidade de Maceió. Naquela oportunidade, havia necessidade, Sr. Presidente, de se criar uma fundação, porque somente assim o Ministério da Educação poderia autorizar a existência do Cesmac, hoje Centro Universitário de Maceió.

Naquele momento, o prefeito encaminhou para a Câmara de Vereadores, por uma reivindicação necessária e veemente do então idealizador, fundador e benfeitor da educação de Alagoas, Padre Teófanês Augusto de Barros, que estava aqui em Brasília, na sala do Conselho Nacional de Educação, aguardando a decisão do Município de Maceió para instituir a fundação.

E o prefeito de então, João Sampaio, encaminhou projeto de lei à Câmara, às 10h30 aproximadamente para 11h, e às 16h estava sancionando a lei. A Câmara, na verdade, foi a mais rápida na aprovação de uma lei no parlamento no mundo, no período de 10h, 11h até 16h, ele estava sancionando e publicando no Diário Oficial. E aí nasceu o Cesmac.

Pois bem, Sr. Presidente, essa instituição hoje detém 32 cursos universitários e seis centros espalhados pelo Estado de Alagoas. Com a criação do curso de Medicina, a instituição agrega valor, ao mesmo tempo em que atende aos anseios dos estudantes por mais vagas e à população do Estado, beneficiária final desse círculo virtuoso.

O que fez o João Sampaio, na época, prefeito e, hoje, para satisfação nossa, reitor do Centro Universitário de Maceió? Tomou conta da instituição, ao lado do professor Douglas Apratto, ao lado do professor José Lima, ao lado do juiz Dr. Orlando Rocha e ao lado de outras pessoas e professores. Organizaram-se, colocaram a instituição em condições de pleitear, junto ao Ministério da Educação, o curso de Medicina. As normas dessa instituição eram regidas pelo Conselho Estadual de Educação. Então, para que ela pudesse pleitear o curso de Medicina, tinha que fazer a migração dos cursos do Cesmac para o Sistema Federal de Educação. E assim fora feito, numa rapidez e numa eficiência e competência daqueles que fazem hoje o Centro Universitário de Maceió.

Esteve ao lado do João uma professora dedicadíssima, a quem eu gostaria aqui de prestar uma homenagem, a professora Iara, que foi quem cuidou de todo o arcabouço do processo, para que tivesse trâmite aqui no Ministério da Educação e no Ministério da Saúde sem maiores dificuldades. E assim fora feito.

Cesmac cuidou muito bem do dever de casa. E eu queria aqui, neste momento, Sr. Presidente, em que teço essas considerações, homenagear o Cesmac, homenagear a sua diretoria, homenagear o seu conselho deliberativo, porque todos pensaram positivamente, e assim aconteceu.

No dia seis próximo passado, o Conselho Nacional de Saúde aprovou o curso de Medicina para o Cesmac e para Alagoas, abrindo expectativa e perspectiva de mais 120 vagas, para atender exatamente o clamor da população, que precisa da atenção médica, o que, infelizmente, o meu Estado não poderia fazer, porque aproximadamente há 40 anos, Presidente, não tínhamos o acréscimo de uma vaga. E agora nós temos, além de algumas vagas que foram acrescidas à universidade federal, a interiorização do ensino superior. E, neste momento, eu tenho que homenagear o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, que fez, através do Ministério da Educação, a interiorização no Brasil do ensino superior. E o meu Estado foi beneficiado também por causa disso.

Pois bem, Sr. Presidente, para fundar uma sociedade justa, é preciso que as oportunidades sejam dadas a todos. Sabemos o quanto é importante a presença de médicos no interior do Brasil. A presença é tão importante quanto a água que se bebe e a energia elétrica que ilumina as noites sertanejas. A saúde sempre foi um indicador precioso do cuidado que um governo dispensa ao seu povo. Estamos vendo agora uma abertura como nunca antes se viu para a área médica.

Oxalá em futuro bem próximo possamos contar com pelo menos um médico por cidade interiorana. Oxalá parte considerável desses profissionais seja graduada pelo Centro Universitário de Maceió, cuja proposta é formar gente preocupada com aspectos sociais, econômicos, científicos e culturais. Médicos que sejam sobretudo “gente” e cuja formação crítica veja no semelhante que sofre e precisa de ajuda o motivo de um novo exercício de fraternidade, de humanidade.

Alegramo-nos por termos participado aqui, diuturnamente, andando em busca do processo. E eu gostaria de fazer esse registro, ao tempo em que logramos a vitória, levando para Alagoas um curso de Medicina para uma instituição privada, que vai atender, eu não tenho a menor dúvida, os reclamos da sociedade do meu Estado e do Brasil. Mas para que isso fosse possível nós contamos aqui com muita gente, com pessoas também dedicadas e interessadas que não obstruíram o processo, que deram celeridade, mesmo com os trâmites, com muito cuidado, porque o curso é de muita responsabilidade.

Mas eu gostaria de abrir um parêntese aqui para agradecer ao professor Luiz Cláudio do Inep, que cuidadosamente teve uma importância fundamental na desburocratização do processo.

Gostaria também de agradecer ao Dr. Jorge Messias, do Ministério da Educação. Tanto o Dr. Luiz Cláudio como o Dr. Jorge Messias, do Ministério da Educação, ambos pegaram o processo como se tivessem cuidando

de uma criança que precisa de todo o carinho e de toda a atenção, e deram sequência, sem qualquer tipo de obstrução.

Ao mesmo tempo, gostaria agora de agradecer ao Dr. Mozart, ao Dr. Fernando e a Dr<sup>a</sup> Lídia, estes do Conselho Nacional de Saúde. A Dr<sup>a</sup> Lídia foi importante no momento de pautar o processo para que o Conselho pudesse analisá-lo tecnicamente e proferir a sua decisão, como o plenário desta Casa, à proporção que discutimos aqui alguns projetos de lei.

Pois bem, essas pessoas foram fundamentais para que tudo isso tivesse acontecido, como de fato aconteceu.

Sr. Presidente, tenho como hábito pedir constantemente nos gabinetes de ministros, nos gabinetes de secretários, nos gabinetes das pessoas técnicas, e logicamente agora é o momento de agradecer primeiro a Deus pela importância do resultado deste processo, e agradecer às pessoas que de uma forma ou de outra tiveram participação efetiva e ativa no que diz respeito a dotar Alagoas de mais 120 vagas para médicos.

Agora mesmo eu falava com o Secretário Jorge Messias e com o Dr. Mozart, na tarde e noite de hoje, pedindo-lhes o que falta para coroar este processo definitivamente e que a instituição possa com isso cuidar do dever de casa e preparar o próximo vestibular, que seja publicada a portaria que realmente autoriza o curso de Medicina para o Centro de Estudos Superiores de Maceió.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero congratular-me com o Cesmac, congratular-me com a sua diretoria e dizer que vamos continuar lutando para que as coisas aconteçam em Alagoas.

Parabéns, João Sampaio; parabéns, Douglas Apratto; parabéns, Orlando Rocha; parabéns, Conselho Deliberativo do Cesmac; parabéns, Alagoas.

Se Deus quiser, brevemente essa instituição abrirá as portas para receber filhos dos alagoanos que, por deficiência de vagas, têm se deslocado para outros Estados do Nordeste, para o Sudeste, para o Sul, trazendo, sem dúvida nenhuma, maiores despesas para aqueles pais que desejam ver o seu filho formado em Medicina. Nós vamos fazê-lo agora em Alagoas e em Maceió.

Um grande abraço, Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância, e que Deus proteja a todos nós.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – A Presidência designa como membro titular o Senador Casildo Maldaner em vaga existente para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 631, de 2013, conforme o Ofício nº 43, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte ofício:

OF. GLPMDB nº 43/2014

Brasília, 25 de fevereiro de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Casildo Maldaner, como membro titular, para compor a Comissão Mista, com a finalidade de analisar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 631, de 2013, que altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – O Senado Federal recebeu o Ofício nº S/4, de 2014 (nº 234/2014, na origem), da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação desta Casa a recondução do Senhor Emmanoel Campelo de Souza Pereira para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.

É o seguinte o Ofício:



## **OFÍCIO “S” Nº 4, DE 2014**

Of. nº 234/14/SGM-P

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

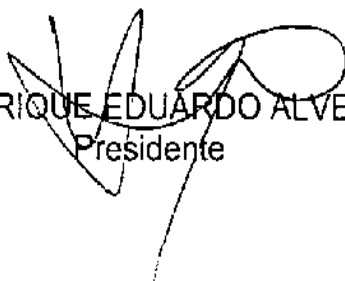
A Sua Excelência o Senhor  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

**Assunto: Indicação para o Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Considerando o disposto no art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, comunico a Vossa Excelência que, em sessão realizada no dia 18 de fevereiro de 2014, o Plenário desta Casa aprovou a recondução do Senhor EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Atenciosamente,

  
HENRIQUE EDUARDO ALVES  
Presidente

Ofício s/nº, de 2014

Brasília, \_\_\_\_\_ de 2014

Senhor Presidente,

Os Líderes abaixo assinados, de acordo com as normas regimentais pertinentes e tendo em vista o que dispõe o inciso XIII do art. 103-B da Constituição Federal, vêm indicar, para recondução ao Conselho Nacional de Justiça, pela Câmara dos Deputados, o nome do Senhor **Emmanuel Campelo de Souza Pereira**, *Curriculum vitae* anexo.

Atenciosamente,

Edno do Amil - PMPB

## Contents

4553

425

maungé

**Dr. J. G. H. H.**

Children

AO

Excelentissimo Senhor

Deputado Henrique Eduardo Alves

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

NESTA

~~Wider PSB~~

How many

PSDB

Handwritten signature: *Handwritten signature*

PPS

Pe/AdB

PR-PR05

Hand PSD

Fatima Berwani - P+ / Ky

John - Lila & 84

*[Signature]*  
P.M.N.

do  
So  
PSC

10/15/1915

del 10 de mayo de 1961

Q. V. N. P.

10/10/11

PR-PROJ

Gold Coast

Vieins-~~de~~

49th Pct

Remo

Love  
Like




## Emmanoel Campelo de Souza Pereira

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6304450336397650>

Última atualização do currículo em 25/11/2013


Conselheiro Nacional de Justiça. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2003) e Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2008). Professor do Curso de Direito pelo Centro Universitário IESB (Instituto de Educação Superior de Brasília) nas disciplinas de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. Professor da Pós-Graduação em Direito Material e Processual do Trabalho pelo Centro Universitário IESB (Instituto de Educação Superior de Brasília). (Texto informado pelo autor)

### Identificação

<b>Nome</b>	Emmanoel Campelo de Souza Pereira 
<b>Nome em citações bibliográficas</b>	PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza

### Endereço

### Formação acadêmica/titulação

<b>2005 - 2008</b>	Mestrado em Direito (Conceito CAPES 3). Universidade Católica de Brasília, UCB/DF, Brasil. Título: CRIMINALIDADE ORGANIZADA TRANSNACIONAL: OS LIMITES ENTRE OS DELITOS DE LAVAGEM DE DINHEIRO E RECEPÇÃO, Ano de Obtenção: 2008. Orientador:  Antenor Pereira Madruga Filho. Palavras-chave: Recepção; Crime organizado transnacional; Lavagem de dinheiro. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Penal. Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Processual Penal. Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Internacional Econômico.
<b>1999 - 2003</b>	Graduação em Direito. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.
<b>1996 - 1998</b>	Ensino Médio (2º grau). Central de Aulas Particulares.

### Atuação Profissional

Conselho Nacional de Justiça, CNJ, Brasil.

#### Vínculo institucional

<b>2012 - Atual</b>	Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Conselheiro, Regime: Dedicção exclusiva.
---------------------	--

**Instituto de Educação Superior de Brasília, IESB, Brasil.****Vínculo institucional****2011 - Atual**

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor da Pós-Graduação

**Outras informações**

Professor e Orientador da Pós Graduação em Direito e Processo do Trabalho.

**Vínculo institucional****2009 - Atual**

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor da Graduação, Carga horária: 5

**Outras informações**

Professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. Orientador nas disciplinas de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho.

**Erick Pereira Advogados, EPA, Brasil.****Vínculo institucional****2005 - Atual**

Vínculo: Societário, Enquadramento Funcional: Sócio, Carga horária: 40

---

**Áreas de atuação**

---

**Idiomas****Inglês**

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

**Espanhol**

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

---

**Produções****Produção bibliográfica****Textos em jornais de notícias/revistas**

1. ★ **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . Estamos vendo os primeiros resultados da Lei de Lavagem de Dinheiro. Diário de Natal - O Poti, Natal/RN, p. 4 - 6, 10 out. 2008.
2. ★ **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . Neocriminalidade banalizada. Tribuna do Norte, Natal/RN, 02 ago. 2008.
3. ★ **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . A condescendência estimula o terror. o Jornal de Hoje, Natal/RN, 14 jun. 2006.

**Apresentações de Trabalho**

1. **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . RDC: Melhorias nos Serviços de Contratação Pública. 2013. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
2. **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . Medidas Disciplinares a Atletas. 2013. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
3. **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . A Nova Lei de Lavagem de Dinheiro. 2012. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
4. **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . FILOSOFIA, DIREITO E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO. 2011.

(Apresentação de Trabalho/Congresso).

5. **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Lavagem de Dinheiro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

## Bancas

---

### Participação em bancas de trabalhos de conclusão

#### Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. AGUIAR, Marco Aurélio; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de ANA CAROLINA SILVA CARVALHO. A incompatibilidade dos Institutos da contribuição sindical compulsória e da liberdade sindical. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília.

2. AGUIAR, Marco Aurélio; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de CAMILA PITANGA BARRETO. Assédio sexual e outras figuras de apelo sexual no ambiente de trabalho. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília.

3. RESENDE, Ulisses Borges de; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de FERNANDO LEITE DE GODOY. Algumas Proposições de Melhoria na Atuação do Poder Judiciário. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília.

4. ASSUNCAO, A. A.; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**; RESENDE, Ulisses Borges de. Participação em banca de GABRIEL EVANGELISTA LADEIRA. O suicídio como fenômeno Social - uma análise sobre a obra de Emile Durkheim. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília.

5. RESENDE, Ulisses Borges de; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de GLAUCIA DE BARROS ALVES. Artigo 384 da CLT - Do Intervalo de 15 minutos antes da hora extraordinária da Mulher. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília.

6. ASSUNCAO, A. A.; RESENDE, Ulisses Borges de; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de GLÊNIA DE ALMEIDA DOURADO. Processo Administrativo Disciplinar: uma análise referente às infrações disciplinares praticadas por servidores Públicos Federais. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília.

7. MAFRA, Paulo; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de RAÍSSA MESSIAS DE LIMA DIAS. Danos morais e a problemática do quantum indenizatório. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília.

8. AGUIAR, Marco Aurélio; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de Juliana Maria Ferraz Fernandes. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO: UM ESTUDO ACERCA DOS ARGUMENTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS À RESPONSABILIZAÇÃO.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília.

9. MAFRA, Paulo; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de Magally de Oliveira. CIRURGIA PLÁSTICA ESTÉTICA NO ÂMBITO CÍVEL. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília.

10. PALAU, Diogo; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de Gabriel Ferreira Gambôa. MONITORAMENTO DO CORREIO ELETRÔNICO NO AMBIENTE DE TRABALHO. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília.

11. CORRÊA, José Rossini Campos de Couto; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de Valéria de Souza Alves. DESPENALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS: ANÁLISE DA POLÍTICA CRIMINAL QUE CIRCUNDA O ART. 28 DA LEI Nº 11.343/06.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília.



**12.** PALAU, Diogo; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de Anna Caroline Mendonça. SÚMULA 331 TST O INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília.

**13.** GODOY, Paulo Emílio Catta Preta de; **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza**. Participação em banca de Simone Kappel de Queiroz. O CRIME DE ESTUPRO E O CONCURSO MATERIAL DE DELITOS APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 12.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2009.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília.

## Eventos

---

### Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. Fórum Internacional Sobre Flexibilização no Direito do Trabalho. 2003. (Congresso).
2. Simulação das Organizações Internacionais. 2003. (Oficina).
3. Encontro Internacional de Ciências Criminais. 2002. (Congresso).
4. Simulação das Organizações Internacionais. 2002. (Oficina).
5. IV Congresso Brasileiro de Direito (Constitucional, Administrativo, Tributário e Gestão Pública). 2001. (Congresso).
6. Curso de Atualidades em Direito Penal e Processo Penal. 2001. (Seminário).

## Orientações

---

### Orientações e supervisões concluídas

#### Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Sebastião Delmondes Neto. Responsabilidade Civil do Médico na Cirurgia Plástica. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.
2. Stephan Jordano Alves Farias Camelo. Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.
3. Fernanda Brito Lopes. A CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL DO TRABALHADOR RURAL FACE À EMENDA CONSTITUCIONAL 28/2000: VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.
4. Cíntia Ferreira Leite. A IMPLEMENTAÇÃO DA LIBERDADE SINDICAL NO BRASIL POR MEIO DA CONVENÇÃO Nº. 87 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO OIT.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.
5. Thiago de Oliveira Lima. TERCEIRIZAÇÃO: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO PELOS ENCARGOS

TRABALHISTAS FACE AO 1º DO ART. 71 DA LEI 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.

6. Lêda Maria Silva Dudeck. TRABALHO INFANTIL NO MEIO ARTÍSTICO. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.

7. Arlete Helena de Souza Lima. TRABALHO INFANTIL NO MEIO ARTÍSTICO. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.

8. Bruna Prado da Silva. A DESPENALIZAÇÃO DO CRIME DE USO DE DROGAS DE ACORDO COM A LEI N. 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.

9. Paulo Cesar de Souza. A MULTA DE DEZ POR CENTO DO ARTIGO 475-J DO CPC NA EXECUÇÃO TRABALHISTA. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior de Brasília. Orientador: Emmanoel Campelo de Souza Pereira.

## Educação e Popularização de C & T

---

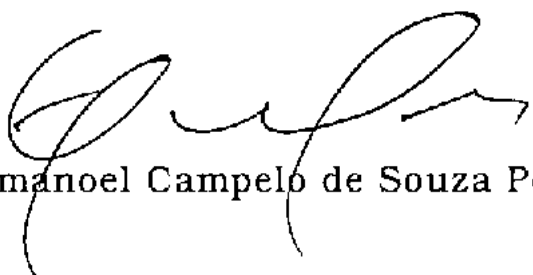
### Apresentações de Trabalho

1. **PEREIRA, Emmanoel Campelo de Souza** . Lavagem de Dinheiro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

## DECLARAÇÃO

Eu, Emmanoel Campelo de Souza Pereira, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do artigo 5º, inc. II, da Resolução n. 07/2005 do Senado Federal, que não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor da Câmara do Deputados.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2 014.

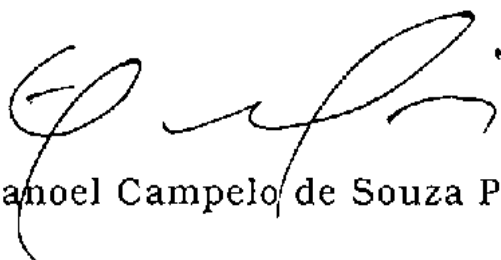


Emmanoel Campelo de Souza Pereira

## DECLARAÇÃO

Eu, Emmanoel Campelo de Souza Pereira, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do artigo 5º, inc. IV, da Resolução n. 07/2005 do Senado Federal, que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2 014.



Emmanoel Campelo de Souza Pereira

## DECLARAÇÃO

Eu, Emmanoel Campelo de Souza Pereira, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do artigo 5º, inc. VI, da Resolução n. 07/2005 do Senado Federal, que renuncio ao direito de integrar lista sêxtupla para concorrer ao ingresso em tribunal referente à vaga do Quinto constitucional, durante o mandato junto ao Conselho Nacional de Justiça e até 2 (dois) anos após o seu término.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2014.




Emmanoel Campelo de Souza Pereira



## DECLARAÇÃO

Eu, Emmanoel Campelo de Souza Pereira, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do artigo 5º, inc. III, da Resolução n. 07/2005 do Senado Federal, que não estou cumprindo sanções criminais ou administrativo-disciplinares, nem figuro em quaisquer procedimentos dessa natureza atualmente em curso.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2014.




Emmanoel Campelo de Souza Pereira

## DECLARAÇÃO

Eu, **Emmanoel Campelo de Souza Pereira**, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do **artigo 1º, inc. II, alínea "a", do Ato Nº 1 de 2007 da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal**, que possuo parentes que exercem atividades vinculadas à minha atividade profissional:

- a) Erick Wilson Pereira (irmão) – Advogado;
- b) Maria Cristina Campelo de Souza Pereira (mãe) – Advogada;

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2014.



Emmanoel Campelo de Souza Pereira

## DECLARAÇÃO

Eu, **Emmanoel Campelo de Souza Pereira**, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do **artigo 1º, inc. II, alínea "b", do Ato Nº 1 de 2007 da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal**, que sou sócio da empresa Erick Pereira Advogados, estando atualmente licenciado em virtude das atribuições do Conselho Nacional de Justiça.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2 014.

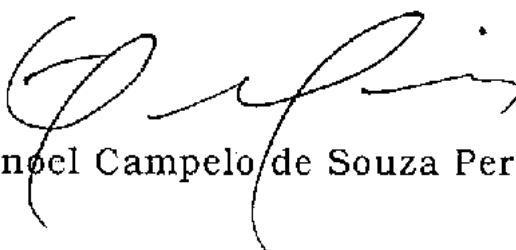


Emmanoel Campelo de Souza Pereira

## DECLARAÇÃO

Eu, Emmanoel Campelo de Souza Pereira, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do **artigo 1º, inc. II, alínea “d”, do Ato Nº 1 de 2007 da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal**, que não figuro como parte em processos cíveis ou criminais.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2 014.



Emmanoel Campelo de Souza Pereira

## DECLARAÇÃO

Eu, **Emmanoel Campelo de Souza Pereira**, brasileiro, casado, advogado, CPF 009.910.764-35 e RG 001.686.948/SSP/RN, declaro, nos termos do **artigo 1º, inc. II, alínea "e", do Ato Nº 1 de 2007 da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal**, que não atuei como magistrado, nem mesmo exerci qualquer cargo na magistratura, em juízos ou tribunais do país, exercendo atualmente, contudo, a função de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2014.



Emmanoel Campelo de Souza Pereira



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA**

O Reitor da Universidade Católica de Brasília, no uso de suas atribuições, confere o título de

**MESTRE**

**Emmanuel Campelo de Souza Pereira**

de nacionalidade brasileira, nascido(a) no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de Janeiro de 1981, documento de identificação nº 001.686.948 SSP-RN, tendo em vista a conclusão do Curso de DIREITO, Pós-Graduação em nível de Mestrado, no dia 05 de junho de 2008, outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos, prerrogativas e honras inerentes a este grau.

Brasília-DF, 24 de junho de 2008

*Pedro*  
Secretário Acadêmico

*Reitor*  
Diplomado(a)

*Reitor*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Direito, em 29/04/2004, confere o título de Bacharel em Direito a

**Emmanuel Campelo de Souza Pereira**

Brasileiro, natural do Estado do Rio Grande do Norte, nascido em 28 de janeiro de 1981, e outorga-lhe o presente diploma, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Natal, 29 de abril de 2004.

*Mirza Medeiros dos Santos*  
Diretora do Depto. de Adm. Escolar

*José Ivorildo do Régio*  
Reitor

Diplomado  
RG 1.686.948 - SSP/RN.

**UFRRN**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**U - RN**  
UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE

# Ordem dos Advogados do Brasil

## Seção do Distrito Federal

### Certificado de Habilitação no EXAME DE ORDEM

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, e o Presidente da Banca Examinadora CERTIFICAM, para fins previstos no inciso IV do artigo 8º da Lei nº 8.906, de 01.07.1994, e na forma do disposto no artigo 8º do Provimento nº 81, de 16.04.1996, do Conselho Federal, que o Bacharel em direito

**EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA**

prestou o Exame de Ordem e obteve aprovação, estando habilitado a requerer sua inscrição no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil.

Brasília-DF, 20 de Outubro de 2004

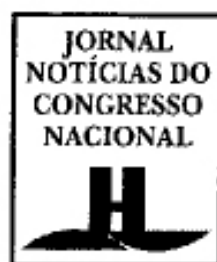
Processo nº: 938

Paulo Roberto Moglia Thompson Flores  
PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA



Estefânia Vireiros  
Estefânia Ferreira de Souza de Vireiros  
PRESIDENTE





Não confiamos em Deus

# JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO – IDELB

Órgão Oficial de Comunicação Social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

Ano II – Nº 9 – Julho / Agosto / Setembro – 2013

## E D I T O R I A L

*O* Jornal Notícias do Congresso Nacional é o órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, deixando evidente que sua proposta é ser diferente dos demais, sobressaindo-se, principalmente, pela qualidade e pela eficiência das informações nele contidas. Traz de maneira prática e objetiva a história do Brasil.

É destinado a divulgar as ações de jornalismo, marketing e responsabilidade social e institucional do Poder Executivo e do Poder Judiciário, dando ênfase, especialmente, ao importante trabalho técnico-operacional desenvolvido pelo Poder Legislativo no que tange ao trabalho legislativo praticado pelas Comissões Permanentes e Temporárias do Congresso Nacional, instaladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A missão deste veículo, *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, é oportunizar a divulgação dos trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira, bem como na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Acreditamos que as informações contidas nesta publicação contribuirão para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, de maneira que esta venha a exercer o seu pleno direito de cidadania participativa, na qualidade de uma sociedade fiscalizadora dos poderes constituídos, para que venhamos a desfrutar um futuro melhor, com maior dignidade e justiça social para todos os brasileiros.

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* traz ao público leitor sua contribuição inarredável, imprimindo, assim, a história do Brasil nos bastidores do Poder Legislativo, vindo a preencher uma lacuna, visando a manter a sociedade informada das ações técnicas operacionais praticadas pelo sistema bicameral do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo este o poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma forte e soberana nação.

Com dinamismo profissional, idealismo e perseverança, desenvolvemos um trabalho difícil e árduo, em que contamos com a importante proteção de DEUS e a colaboração de parlamentares, parceiros profissionais e patrocinadores, sendo recompensados pelo magnífico resultado alcançado.

Boa leitura a todos e até a próxima edição! Um grande abraço!

Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA  
Editor do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*  
Jornalista Responsável – (DRT nº 35.203/SP)  
Membro da Associação Brasileira de Jornalistas – (ABJ nº 1.078)  
Escritor, Autor da obra acadêmica *Os Meandros do Congresso Nacional – Como integrar e participar das atividades legislativas brasileiras*  
Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB  
E-mail: presidente@idelb.org.br / Site: www.idelb.org.br

## NESTA EDIÇÃO:

**Dilma Rousseff**

Presidente do Brasil

A Presidente sancionou sem vetos a lei que define organização criminosa

**Barack Obama**

Presidente dos Estados Unidos da América  
Estados Unidos e Brasil: parceria econômica saudável e próspera

**Rei Abdullah bin Abdul Aziz Al-Saud**  
Reino da Arábia Saudita

Uma visão global sobre a economia progressista da Arábia Saudita

# O PODER LEGISLATIVO É O SUSTENTÁCULO PLENO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA, PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

## EXPEDIENTE

ANO II – Nº 6 – Julho / Agosto / Setembro – 2013

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é uma publicação trimestral do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB. Todos os direitos são reservados.

Nossa missão está baseada na defesa plena dos valores de pluralismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Editor e jornalista responsável: JOSUÉ DOS SANTOS FERRAZA – (DRT nº 36.503/SP)

Colaboração especial: André Demétrio

Projeto gráfico e diagramação: Fátima Martins

Ilustrações e Diagramação: Antonio Carlos Souza

Revisão: Silvia Toledo

Distribuição e circulação: Nacional

PODER EXECUTIVO: Presidência da República, Vice-Presidência da República, Ministérios, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

PODER LEGISLATIVO: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

PODER JUDICIÁRIO: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União.

REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS: Embaixadas e Consulados Especiais no Brasil.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS COM REPRESENTAÇÃO NO BRASIL: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização das Escolas Americanas – OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial – BID e Fundo Monetário Internacional – FMI.

ENTIDADES DE CLASSE: Confederação Nacional da Indústria – CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, Sindicato da Indústria da Construção Pareda do Estado de São Paulo – SINCESP, Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMERCOM-SP, Associação Brasileira de Indústrias e Comércio de Bens – ABIDB, Sindicato de Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo – SIMPEI, União da Indústria de Cimento do Brasil – UNICIA, Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-SP, Ordem dos Parlamentares do Brasil – OPB e Agência Nacional de Petróleo – ANP – Salvores de Petróleo, Gás Natural, Gaseificação e Energia Renovável.

EMPRESAS ESTADUAIS: Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, Companhia Elétrica Brasileira S.A. – ELETROBRAS, Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Comunicação S.A. – EBC e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SFCOM.

PÚBLICO-ALVO: Autoridades das Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Empreendedores, Estudantes e Professores, Representantes de Entidades de Classes e Corpo Diplomático.

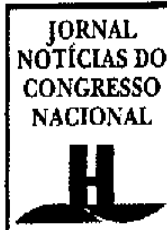
Tiragem: 30 mil exemplares.

Endereço: Avenida Maria Lúcia Leite, 1.500 - 12º andar - Conjunto 1.201 - Condomínio Nova América Office Park - CEP 04754-010 - São Amaro - São Paulo - SP - Brasil

E-mail: [info@idelb.org.br](mailto:info@idelb.org.br) - Site: [www.idelb.org.br](http://www.idelb.org.br)

\* Não são de responsabilidade do *Jornal Notícias do Congresso Nacional* os conteúdos que constam nos textos e nos artigos assinados. Não há responsabilidade sobre qualquer conteúdo publicado anônimo neste edição.

\* Toda informação de caráter estatístico de 2013 e de 2012, estatística e dados apresentados por este editor tem como base de pesquisa as fontes oficiais governamentais e privadas, bem como organizações internacionais.



*Não confiamos em Deus*





# ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DO CNJ: TRANSPARÊNCIA, MODERNIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO JUDICIÁRIO

**C**riado pela Emenda Constitucional nº 45, em 2004, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) faz parte da reforma do Poder Judiciário. Com exatos oito anos de atuação, concluídos em julho deste ano, o CNJ protagonizou importantes conquistas na defesa de um ideal de justiça, que se harmoniza com o desejo do povo brasileiro, deixo por mudanças e por um Poder Judiciário que abandonasse as práticas antirepublicanas e abraçasse, marcadamente presentes no serviço público,

Neste contexto, o CNJ avança, desde o início, a qualidade de gestão de planejamento e coordenação de diversas iniciativas, que objetivam aprimorar a atuação do Poder Judiciário mediante a melhoria da acesso à Justiça; a eliminação da prática do nepotismo e dos salários milionários; a correção da situação funcional criminal ou fraudulenta de magistrados; o estabelecimento de metas nacionais; a divulgação de boas práticas; e o comprometimento da Justiça, em números.

No controle e no planejamento administrativo do Poder Judiciário, o CNJ contabilizou avanços e retrocessos rumo à sua amadurecimento, de forma que se caracteriza hoje como um importante pilar na consolidação da justiça, contando com a confiança e o entusiasmo da maior parte da população.

Por meio do interâmbio de experiências e boas práticas, o CNJ auxilia os tribunais na modernização e no ajuste de procedimentos, especialmente mediante o desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico (PJe), que tem como principal meta combater a morosidade, um dos maiores problemas apontados em pesquisas que avaliam o Poder Judiciário.

Incompatível com o princípio da razoável duração do processo, a morosidade é agravada pelo sistema processual vigente, em especial pela demorada comunicação dos atos processuais, pelas prazos e pelos inúmeros mecanismos que autorizam o alongado

desenvolvimento do processo. Entretanto, no ambiente virtual, os processos tendem a se desenvolver com maior rapidez, como já sucede com relação ao próprio sistema do CNJ, que se adquire petição eletrônica e autoriza a visualização e atuação no processo vital e quatro horas, todos os dias da semana. O advogado Raul Haydar resume as expectativas ao afirmar que, "com a informática e os meios de comunicação, estamos perto de ver uma justiça verdadeiramente democrática".

Outra grande frente de atuação do CNJ está concentrada na Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania, que, entre diversos projetos, desenvolve ações relacionadas à Conciliação e Mediação, como mecanismos para desatolar o Judiciário e solucionar permanentemente e rapidamente os conflitos de interesse.

O projeto supracitado, que em seu nascedouro, em 2006, se chamava "Conciliar é legal", experimentou diversos aprimoramentos e hoje conta com inúmeras ações, que vão desde oficinas anuais de conciliação em todo o país, passando por conferências e campanhas nacionais, até a entrega de prêmios e a promoção de cursos destinados à capacitação de magistrados e servidores para atuação em gerenciamento e solução de conflitos.

No fim de 2010 foi editada a Resolução nº 125, pelo então Presidente do STF e CNJ Cezar Peluso, a qual dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de Tratamento dos Conflitos de Interesse, visando especialmente consolidar massivamente a consolidação da atuação dos litígios.

Alinhamento e integração dos órgãos do Judiciário, fiscalização e correção de seus membros e processos; eficiência operacional e atuação institucional exemplar são as marcações que orientam o planejamento estratégico do CNJ.

O que se constata, portanto, é um grande esforço no sentido de atribuir maior eficácia e modernidade ao Poder Judiciário, com

redobrado cuidado para compor uma situação eficiente, que desperte na população a confiança necessária para a entrega satisfatória da Justiça, razão da existência da atuação do Judiciário.

Por outro lado, a conjuntura atual evoca a necessidade premiente de transparência na república. Já não se admite a omissão dos poderes. Manter reserva de informação, ocultar ou mascarar as fontes lidas, perdura hermeticamente fechada em si mesmo. Com o Poder Judiciário não poderia ser diferente, na medida em que a segurança jurídica depende também da transparência que as pessoas têm das decisões judiciais.

Com o recente divulgação de diversificados dados do Judiciário, foi possível verificar tanto as deficiências estruturais quanto o elevado número de processos em andamento em cada órgão do Poder em todo o país. A evidência de que o Judiciário é tão diverso e plural é o que permite hoje a geração de programas que tendem à homogeneidade, ao máximo, as práticas nos diversos Estados.

Entretanto, ainda perdura intensa diferença entre as Justíças, em especial porque são diferentes as fontes argumentárias que subsidiam o Judiciário Federal e o Judiciário dos Estados, mas o alinhamento se torna mais efetivo a cada dia.

O mais importante papel do CNJ, nesse aspecto, é tornar conhecidas as circunstâncias do Poder Judiciário, com lealdade e veracidade, a fim de fortalecer os vínculos do povo com as metas de justiça que podem auxiliar o país a dar um salto qualitativo ainda maior na concretização de seu ideal de democracia.

Confiança e segurança são sentimentos gêmeos, imbricados, obtidos a partir de evidências concretas da atuação coerente e digna de cada servidor e de cada magistrado que compõem a estrutura do Poder Judiciário nacional. Atuar para o fortalecimento desse vínculo, em prol de um Judiciário melhor, é o papel do CNJ.



Jornal Tribuna do Norte  
Rádio Globo Natal  
104 FM

RSS  
Twitter  
Área do leitor

Busca:   
Natal - 25°

[Notícias](#) [Esportes](#) [Blogs&Colunas](#) [Ve Notícia](#) [Cultura&Lazer](#) [Classificados](#) [Especiais](#) [Serviços](#)

[Plantão](#) [Natal](#) [Política](#) [Economia](#) [Nacional e Internacional](#) [Multimídia](#) [Cinema](#) [Copa 2014](#) [Top Natal 2011](#)

## Artigos

Natal, 23 de Novembro de 2011 | Atualizado às 07:53

# Neocriminalidade banalizada

Publicidade

Publicação: 02 de Agosto de 2008 às 00:00

tamanho do texto

Recomendar

Cadastre-se para ver o que seus amigos recomendam.

0

0

Emmanuel C. S. Pereira - Advogado

O crime organizado e a "lavagem" de dinheiro são delitos de grandes proporções na vida moderna e estão tão intimamente relacionados, que se confundem, uma vez que o branqueamento de capitais é o meio pelo qual as organizações criminosas podem dispor livremente de seus ganhos ilícitos. Esse, sem dúvida, é o resultado mais indesejado da globalização econômica, uma vez que o crime organizado corrói as estruturas estatais e gera grande instabilidade na economia formal, representando ameaça à soberania dos Estados. Tal ameaça se constata pela força do montante que o crime movimenta e pelo poder corruptor que enseja, infiltrando-se nos negócios estatais, comprando funcionários que deveriam ser servidores públicos ao invés de comparsas das organizações criminosas.

A lavagem de dinheiro é uma forma de neocriminalização ainda pouco compreendida. Sob uma ótica pragmática, é o processo em virtude do qual um conjunto de bens de origem delitiva se integra ao sistema econômico legal com aparência de haver sido obtido de forma lícita. Ou seja, é um processo de operações destinado a ocultar a verdadeira proveniência dos benefícios ilícitos e tem como objetivo eliminar quaisquer vestígios sobre sua origem criminosa.

Os profissionais liberais, especialmente os contadores e advogados, vêm demonstrando uma grande preocupação com a prática desses delitos por parte de seus clientes. E inúmeros questionamentos têm surgido, a exemplo de como esses profissionais deveriam agir para não serem contaminados por uma eventual cadeia criminosa. Entre as recomendações, a principal é a adoção da política do know your client que já vem sendo aplicada no mundo empresarial financeiro.

Recentemente, temos observado a realização de diversas operações, notadamente pela Polícia Federal, com o objetivo de identificar grupos criminosos e práticas de "lavagem" de dinheiro. Apesar do empenho e da competência dos órgãos de investigação, o sucesso de tais ações estará na dependência com que se pautam, especialmente, pelo respeito às leis e pela discricão. Nem sempre tal sucede. A repercussão exagerada em fase investigativa pode redundar injusta e atentatória às instituições e aos cidadãos, sendo perfeitamente possível que, no curso da investigação, seja comprovada a inocência de vários, senão de todos os investigados. Mas, dada a exacerbada publicidade que se deu no início de determinada operação, a autoridade poderá se sentir na obrigação de, posteriormente, denunciar todos os envolvidos.

Tal abuso na difusão dos fatos banaliza o processo investigativo, retirando-lhe a seriedade e o caráter solene

## plantão +lidas +comentadas

- 07:50 Prêmio Nobel da Paz classifica como massacre episódios ocorridos nos últimos dias no Egito
- 07:36 Casa da Ribeira recebe espetáculo de dança-teatro
- 07:35 Tem dinheiro aí !!!
- 07:33 América anuncia reforço para 2012.
- 07:25 MP investigará condições de salubridade em Alcaçuz
- 07:24 Polícia prende acusado de matar agricultor em Apodi
- 07:01 Secretário Rodrigo Cintra entrega descritivo de Vagens para a Câmara
- 07:00 Série B: Nenhum time foi rebaixado com 50 pontos

+ notícias

Agora, o leitor pode enviar vídeos, imagens ou matérias e vê-las publicados em uma editoria exclusiva do portal: o VC notícia.

ENVIAR SUA NOTÍCIA >>





ão que a Direção-geral de Defesa do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro abriu o curso de Direito da Lavagem de Dinheiro para o primeiro semestre de 2014. O curso foi criado para o primeiro semestre de 2014.

# “Estamos vendo os primeiros resultados da Lei de Lavagem de Dinheiro”

O ACEITAR HUMILHAÇÕES NÃO PODE SER UMA DELAS.

FAÇA MAIS POR VOCÊ.  
PROTEJA-SE DO ASSÉDIO MORAL.  
INFORME-SE.  
84 4006-2800

MPT

ENTREGAR PARA: *Topetira*

unidade de defesa e a autoridade pública e o direito de defesa. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

Qual sua opinião sobre a autoridade pública? A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

De fato, a Lei de Lavagem de Dinheiro, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

A Lei de Lavagem de Dinheiro, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

A Lei de Lavagem de Dinheiro, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

De fato, a Lei de Lavagem de Dinheiro, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

A Lei de Lavagem de Dinheiro, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

A Lei de Lavagem de Dinheiro, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

De fato, a Lei de Lavagem de Dinheiro, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

A Lei de Lavagem de Dinheiro, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

A Lei de Lavagem de Dinheiro, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

De fato, a Lei de Lavagem de Dinheiro, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

A Lei de Lavagem de Dinheiro, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

A Lei de Lavagem de Dinheiro, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

A Lei de Lavagem de Dinheiro, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

A Lei de Lavagem de Dinheiro, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade. A autoridade pública, que tem o dever de defender a autoridade, não pode ser a autoridade.

# UPIS

Graduação e Pós-Graduação

A UPIS, através do seu Departamento de Direito, agradece ao eminente Conselheiro **EMMANOEL CAMPELO**, do Conselho Nacional de Justiça, pela brilhante palestra ministrada na **SEMANA JURÍDICA DE 2012**, realizada no auditório da Instituição.

Brasília, 21 de agosto de 2012.

**ESDRAS DANTAS DE SOUZA**

Chefe do Departamento de Direito

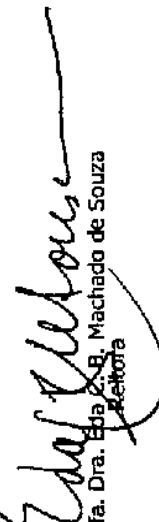




## CERTIFICADO

A Reitora do **Centro Universitário IESB**, no uso das suas atribuições, certifica que o **Excelentíssimo Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Professor Mestre Emmanoel Campelo de Sousa**, participou da **V Semana Jurídica**, organizada pela Coordenação do Curso de Direito, na qualidade de Debatedor, no painel intitulado: **Medidas disciplinares a atletas**, no dia 20 de maio de 2013.

Brasília, 20 de maio de 2013.

  
Profa. Dra. Eda Z. B. Machado de Souza  
Reitora



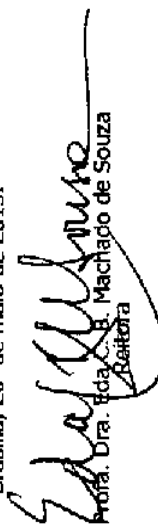
## CERTIFICADO

A Reitora do **Centro Universitário IESB**, no uso das suas atribuições, certifica que o **Excelentíssimo Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Professor Mestre**

**Emmanoel Campelo de Sousa,**

participou da **V Semana Jurídica**, organizada pela Coordenação do Curso de Direito, na qualidade de Debatedor, no painel intitulado: **RDC: Melhorias nos Serviços de Contratação Pública**, no dia 20 de maio de 2013.

Brasília, 20 de maio de 2013.

  
Profa. Dra. Eda C. R. Machado de Souza  
Reitora

Fundação Escola  
Superior do Ministério  
Público do Estado  
do Rio Grande do Norte



Centro de Estudos  
e Aperfeiçoamento Funcional  
do Ministério Público do Estado  
do Rio Grande do Norte

## CERTIFICADO

Certificamos que EMMANOEL CAMPELO DE S PEREIRA participou do

CURSO DE ATUALIDADES DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

promovido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte - FESMP/RN e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF/MPRN, realizado no período de 2 junho de 2001, com carga horária de 10 HORAS-AULA.

Natal 02 de junho de 2001.

  
Anísio Marinho Neto  
Procurador-Geral de Justiça/RN

  
Ledyá Gama-Maio  
Diretora da FESMP/RN

## PROGRAMAÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	PROFESSORES	CARGA HORÁRIA
"Novos Princípios do Direito Penal". "A Imputação Objetiva". "Aspectos da Reforma do Código Penal (Parte Geral), e do Código de Processo Penal". "As Novas Tendências do Direito Penal Moderno".	Dr. Fernando Capez	10 h/a



Bureau Jurídico

24 A 26 DE MAIO DE 2001 - RECIFE/OLINDA • CENTRO DE CONVENÇÕES DE PERNAMBUCO

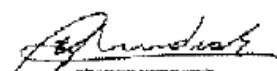
# CERTIFICADO

Certificamos que

**EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA**

participou do IV Congresso Brasileiro de Direito (Constitucional, Administrativo, Tributário e Gestão Pública), tendo como tema central: "Direito, Estado e Sociedade. As Modernas Alternativas de Gestão e de Controle Administrativo Financeiro do Aparelho Estatal", realizado no Centro de Convenções, na Cidade do Recife/Olinda, Estado de Pernambuco, no período de 24 a 26 de Maio de 2001, na condição de

**CONGRESSISTA**

  
EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA  
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO E GESTÃO PÚBLICA

  
JOSÉ FERNANDO DE SOUZA  
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO E GESTÃO PÚBLICA

  
EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA  
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO E GESTÃO PÚBLICA



**ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS CRIMINAIS**  
*Uma Abordagem Interdisciplinar sobre a Criminalidade*

# *Certificado*

*Certificamos que* EMANOEL CAMPELO DE SOUZA

*participou do Encontro Internacional de Ciências Criminais, promovido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte-FESMP/RN e pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais-IBCCRIM, realizado no período de 04 a 06 de abril de 2002, com carga horária de 25 horas-aula.*

  
**Paulo Roberto Dantas de Souza Leão**  
Procurador-Geral de Justiça/RN  
Presidente do Encontro

  
**Ledy Gama Maia**  
Diretora da FESMP/RN  
Coordenadora Geral do Evento

Fundação Escola  
Superior do Ministério  
Público do Estado  
do Rio Grande do Norte



Instituto  
Brasileiro  
de Ciências  
Criminais

*Natal, Rio Grande do Norte - Brasil*  
*Centro de Convenções de Natal - 04, 05 e 06 de abril de 2002*



# FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE FLEXIBILIZAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO


## Certificado


O Tribunal Superior do Trabalho, a Academia Nacional de Direito do Trabalho e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho conferem a

**EMMANOEL CAMPELO DE S. PEREIRA**

o presente certificado de participação no Fórum Internacional Sobre Flexibilização no Direito do Trabalho, realizado nos dias 7, 8 e 9 de abril de 2003, nesta capital, com a carga de 25 horas/aula.

Brasília-DF, 9 de abril de 2003.

  
Ministro Vantuil Abdala  
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de  
Magistrados do Trabalho

  
Ministro Francisco Fausto Pinha de Medeiros  
Presidente do TST

  
Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi  
Academia Nacional de Direito do Trabalho



**CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Orientador**, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 1º semestre de 2010, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.

Prof.ª Dra. Any Ávila Assunção  
Coordenadora dos Cursos de Graduação e  
Pós-Graduação em Direito IESB

  
**Any Ávila Assunção**

**Coordenadora do Curso de Direito**

ALUNO	TÍTULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Thiago De Oliveira Lima	Terceirização: Responsabilidade Subsidiária do Estado Pelos Encargos Trabalhistas do Poder Público Face ao Inciso 1º do Art. 71 da Lei 8666/93	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	Denise Oliveira	
Arlete Helena	Trabalho Infantil	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	Arnaldo Godoy	
Cinthia Ferreira Leite	A Implementação da Liberdade Sindical no Brasil por Meio de Convenção Nº 87 Da OIT	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	Arnaldo Godoy	
Fernanda Brito Lopes	A Contagem do Prazo Prescricional do Trabalhador Rural Face a EC 28/2000: Violação ao Princípio da Isonomia	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	Denise Oliveira	
Bruna Prado Da Silva	A Despenalização Do Crime Do Uso De Entorpecentes De Acordo Com A Lei Nº. 11.343 De Agosto De 2006	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	Denise Oliveira	
Léda Maria	Trabalho Infantil	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	Arnaldo Godoy	
Paulo César De Souza	Multa de Dez por Cento do Artigo 479 do CDC na Execução Trabalhista	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	Renata Malta Vilas Bôas	




**CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Orientador**, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 2º semestre de 2010, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.

  
Profª Dra Any Ávila Assunção  
Coordenadora dos Cursos de Graduação e  
Pós-graduação em Direito do IESB

**Any Ávila Assunção**

**Coordenadora do Curso de Direito**

ALUNO	TÍTULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Matheus de Figueiredo Corrêa da Veiga	Trabalho Escravo	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Denise Aparecida Rodrigues Pinheiro de Oliveira	
Maria Gorete Dos Santos	Assédio Moral No Ambiente De Trabalho: O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Denise Aparecida Rodrigues Pinheiro de Oliveira	
Queile A. De Carvalho	A Natureza de Responsabilidade no Acidente de Trabalho.	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Denise Aparecida Rodrigues Pinheiro de Oliveira	
Alexandre Rader	Artigo: Da Possibilidade de Aplicação da Lide do Processo Trabalhista.	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Marco Aurélio Aguiar Barreto	
Gustavo Taitson Rondon	Subjetividade da Caracterização da Condição Degradante.	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra	
Iara Alves Da Silva Moreira Lima	A Prisão Preventiva da Face da Lei 11.340/2006.	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra	
Juscelino Frota Cavalcante	A Ilegalidade da Avaliação Psicológica em Concurso Público.	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra	
Luiz Isaó Kameko Neto	Assédio Moral No Trabalho.	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra	





**CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Orientador**, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 1º semestre de 2011, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.

*Profa. Dra. Any Aylla Assunção*  
Coordenadora do Curso de Direito e  
Téc. Administrativo em Direito do IESB

**Any Aylla Assunção**

Coordenadora do Curso de Direito

ALUNO	TÍTULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Laura Tatiana Vieira	Monitoramento de E-Mail No Ambiente De Trabalho.	Emmanoel Campelo de Souza Pereira	Denise Aparecida Rodrigues Oliveira	
Rayssa Evelynne Almeida Da Silva	Assédio Moral Nas Empresas de Call - Center.	Emmanoel Campelo de Souza Pereira	Denise Aparecida Rodrigues Oliveira	
Jeferson Zeidan Da Silva	Mutação Constitucional.	Emmanoel Campelo de Souza Pereira	Denise Aparecida Rodrigues Oliveira	
Ana Portela França Lopes	A Aplicação da Legislação Na Terciarização de Serviços Nas Concessionárias Públicas.	Emmanoel Campelo de Souza Pereira	Nildete Santana de Oliveira	Denise Aparecida Rodrigues Oliveira



**CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa**, participou como Professor Orientador, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso do 2º semestre de 2011, realizada/s entre os dias 26 de outubro a 03 de dezembro do corrente ano, conforme descrito no verso deste documento.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Any Ávila Assunção'.

Any Ávila Assunção  
Coordenadora do Curso de Direito

Brasília, 12 de dezembro de 2011.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Miguel Iván Mendonça Carneiro'.

Miguel Iván Mendonça Carneiro  
Assessor da Unidade de Apoio ao TCC

ALUNO	TÍTULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Sebastião Delmondes Neto	Responsabilidade Civil do Médico na cirurgia plástica	Emmanoel Campelo de Sousa	Nataly E.Konno Rocholl	
Stephan Jordano Alves Farias Camelo	Responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços.	Emmanoel Campelo de Sousa	Miguel Iván Mendonça Carneiro	



**CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Avaliador**, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 1º semestre de 2010, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.

Profa. Dra. Any Assunção  
Coordenadora dos Cursos de Graduação e  
de Pós-graduação em Direito do IESB

  
Any Assunção

Coordenadora do Curso de Direito



ALUNO	TÍTULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Gabriel Ferreira Gambôa	Monitoramento do Correio Eletrônico	Diogo Palau Flores dos Santos	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Anna Carolina Mendonça	O Inadimplente das Obrigações Trabalhistas e a responsabilidade subsidiária da Administração Pública	Diogo Palau Flores Santos	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Isabel Cristina L. Fernandes	Direito Protestativo de dispensa Coletiva	Gáudio Ribeiro de Paula	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Valéria de Sousa Alves	Despenalização do Uso de Drogas Ilícitas	José Rossini Campos do Couto Corrêa	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Juliana Maria Ferraz Fernandes	Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública nos Contratos de Terceirização: Um estudo de acerca dos argumentos Favoráveis e Contrários à	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Magally De Oliveira	Cirurgia Plástica Estética no Âmbito Civil	Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	




**CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Avaliador**, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 2º semestre de 2010, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.

  
Profª Dra Any Ávila Assunção  
Coordenadora dos Cursos de Graduação e  
Pós-Graduação em Direito do IESB

**Any Ávila Assunção**  
Coordenadora do Curso de Direito

ALUNO	TÍTULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Jair Antônio Da Costa	Fraude no Seguro Desemprego	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
Ismael José Correa Barcellos	Assédio Moral nas Relações de Trabalho	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
Lidiane Teixeira Guimarães	Considerações Sobre o Contrato de Trabalho Do Atleta Profissional Jogador	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
Antônio Júlio Brito Lopes	Razoabilidade na sua Aplicação no Contrato de Trabalho do Jogador de Futebol	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
Jaqueline Marques Toro Araújo	O Cadastro de Empregados Instituído Pela Portaria Nº540	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
Paulo Ribeiro Branco Junior	Limites da Responsabilidade Civil das Empresas Aéreas Pelos Danos aos Passageiros Decorrentes dos Atrasos e Cancelamentos dos Voos no Brasil	Atalá Correia	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
João Gustavo Alencar Veras	Imunidade de Execução Fiscal Contra Estados Estrangeiros	Diogo Palau Flores dos Santos	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	



**CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Avaliador**, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 2º semestre de 2010, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.

Profa Dra Any Ávila Assunção  
Coordenadora dos Cursos de Graduação e  
Pós-Graduação em Direito do IESB

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Any Ávila Assunção'.

**Any Ávila Assunção**  
**Coordenadora do Curso de Direito**

ALUNO	TÍTULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Edinalda De Araújo Matias	Pesquisa com Embrões e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.	Diogo Palau Flores Dos Santos	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
Alexandre Magalhaes Diniz	A Nova Lei Antidrogas e Sua (In) Aplicabilidade na Justiça Militar da União	Luis Camargo	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
Patrick Bandle Ramos	Convenção 169 Da OIT e sua Aplicação no Brasil	Luis Camargo	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
Ítalo De Sousa Dumon Dantas	Elementos Indiciários da Redução a Condição Análoga a Escravo no Meio Rural	Luis Camargo	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
José Luiz De Oliveira	A Exploração do Trabalho Infantil no Brasil	Luis Camargo	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	






**CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Avaliador**, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 1º semestre de 2011, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.

  
Any Ávila Assunção  
Diretora do Curso de Direito  
Coordenadora do Curso de Direito

Coordenadora do Curso de Direito

ALUNO	TÍTULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Cleyciane de Sousa Lima	A Aplicação da Querela Nullitatis à Sentença Transitada Em Julgado E O Conflito Entre A Relativização Da Coisa Julgada E A Garantia Constitucional Da Segurança Jurídica	Any Ávila Assunção	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Rodrigo Lettieri Fonseca	A Constitucionalidade Do Artigo 71, Parágrafo 1º Da Lei De Licitações E Contratos Nº8. 666/1993 Em Confronto Com A Súmula 331, Iv Do Tribunal Superior Do Trabalho.	Gáudio Ribeiro de Paula	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Rachel Marques de Carvalho Gomes	Assédio Moral No Serviço Público: Como se Prevenir e Defender	Nildete Santana de Oliveira	Denise Aparecida De Oliveira	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira
Marcos Alberto Lima	A Modalidade Licitatória Pregão: Vantagens à Administração Pública	Any Ávila Assunção	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	Adisson Taveira Leal




**CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Avaliador**, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 2º semestre de 2011, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.

Prof.ª Any Ávila Assunção  
Coordenadora do Curso de Graduação  
em Direito da IESB

  
**Any Ávila Assunção**

Coordenadora do Curso de Direito

ALUNO	TÍTULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Carlos Alberto Alves Lemes	'Súmula Vinculante Nº 11: Uma Análise Jurídica A Cerca Do Uso De Algemas	Any Ávila Assunção	Weber Lima Bonfim	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira
Fernanda Lopes Correa	A Aplicabilidade Do Instituto Da Prescrição Intercorrente Na Execução Trabalhista	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Grabriella Belkisse Câmara Rocha Tavares	Inconstitucionalidades Tributárias Do Novo Regime De Precatórios	Clécio Santos Nunes	Rogério Oliveira Anderson	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira
Jamille Santos Machado	A Responsabilidade Civil Do Estado Em Relação Aos Crimes Cometidos Presos Beneficiados Com A Salda Temporária.	Rogério Oliveira Anderson	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Janaina De Sousa Domingos	A Erradicação Do Trabalho Infantil No Brasil – Política Da Doutrina Integral À Criança E Ao Adolescente: Análise Quanto A Sua Efetividade	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	
Yanna Chamone Farago Da Silva	A Influência Do Direito Penal Do Inimigo No Estado Democrático De Direito	Márcio Evangelista.	Paulo Emílio Catta Preta	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira
Patrícia De Oliveira Souza	A Duração Do Trabalho Do Trabalhador Doméstico	Gáudio Ribeiro De Paula	Emmanoel Campelo de Sousa Pereira	



**CENTRO UNIVERSITÁRIO IESB**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO**

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que o professor **Emmanuel Campelo de Sousa Pereira** participou como **Professor Avaliador**, da/s Banca/s de Defesa Pública de Trabalho/s de Conclusão de Curso no 2º semestre de 2012, conforme descrito no verso deste documento.

Brasília, 21 de maio de 2013.

*Any Ávila Assunção*  
Prof. Dra Any Ávila Assunção  
Coordenadora do Curso de Graduação e  
Pós-graduação em Direito do IESB

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Any Ávila Assunção'.

**Any Ávila Assunção**

**Coordenadora do Curso de Direito**

ALUNO	TÍTULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	AVALIADOR 1	AVALIADOR 2
Ana Carolina Silva Carvalho	A Incompatibilidade Dos Institutos Da Contribuição Sindical Compulsória E Da Liberdade Sindical	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
Camilla Pitanga Barreto	Assédio Sexual e Outras Figuras De Apelo Sexual No Ambiente De Trabalho	Marco Aurélio Aguiar Barreto	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
Fernando Leite De Godoy	Algumas Proposições De Melhoria Na Atuação Do Poder Judiciário	Ulisses Borges De Resende	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
Gabriel Evangelista Ladeira	O Suicídio Como Fenômeno Social - Uma Análise Sobre A Obra De Emile Durkheim	Any Avila	Ulisses Borges De Resende	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira
Gláucia De Barros Alves	Artigo 384 Da CLT - Do Intervalo De 15 Minutos Antes Da Hora Extraordinária Da Mulher	Ulisses Borges De Resende	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	
Glênia De Almeida Dourado	Processo Administrativo Disciplinar: Uma Análise Referente Às Infrações Disciplinares Praticadas Por Servidores Públicos Federais	Any Avila	Ulisses Borges De Resende	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira
Raissa Messias De Lima Dias	Danos Morais e a Problemática do Quantum Indenizatório.	Paulo Mafra	Emmanuel Campelo de Sousa Pereira	





# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

CONSELHEIRO EMMANOEL CAMPELO

2012/2013

# Sumário

Apresentação

---

Comissões

---

Resoluções

---

Participação em Eventos

---

Realização de Eventos

---

Julgamentos monocráticos

---

Julgamentos plenários

---

Conclusão

---



2013 Conselho Nacional de Justiça

**Presidente** Ministro Joaquim Barbosa

**Corregedor Nacional de Justiça** Ministro Francisco Falcão

**Conselheiros** Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi  
Ana Maria Duarte Amarante Brito  
Guilherme Calmon Nogueira da Gama  
Flávio Portinho Sirangelo  
Deborah Cicci  
Saulo José Casali Bahia  
Rubens Curado Silveira  
Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
Gilberto Valente Martins  
Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira  
Gisela Gondin Ramos  
Emmanuel Campelo de Souza Pereira  
Fabiano Augusto Martins Silveira

**Secretário-Geral** Juiz Fábio Cesar dos Santos Oliveira

**Secretário-Geral Adjunto** Juiz Marivaldo Dantas de Araújo

**Juiz Auxiliar da Presidência** Juiz Clenio Jair Schulze

**Diretor-Geral** Sérgio Pedreira

#### EXPEDIENTE

**Projeto gráfico** Eron Castro

**Revisão** Carmem Menezes

Outubro 2013

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Endereço eletrônico: [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)

# Apresentação

Empossado em 19 de junho de 2012 para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada ao representante da Câmara dos Deputados, empenhei-me na tarefa de exercer tão honrosa missão, colocando-me à disposição para compor as Comissões do CNJ que tratam de grandes temas de interesse do Poder Judiciário e, conseqüentemente, de toda a Nação.

Imbuído desse desiderato, passei a compor as seguintes comissões: Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania, Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura e Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar.

Simultaneamente com a participação nas sessões quinzenais de julgamento, nas quais há dezenas de processos pautados, assumi o acervo de processos disciplinares, consultas, pedidos de providências e demais processos em andamento no gabinete.

O presente relatório tem por objetivo informar a Vossas Excelências cada uma das atividades por mim desempenhadas neste período, em nome da Câmara dos Deputados, neste importante órgão de controle do Poder Judiciário e da magistratura.

# Comissões

## Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania

Esta Comissão tem por objetivo promover capilaridade e democratização do acesso à Justiça, além de tornar mais efetiva a execução das decisões judiciais e promover inclusão social, desenvolvimento e conscientização do cidadão sobre direitos, deveres e valores.

Atualmente, esta Comissão incorpora as atribuições da extinta Comissão de Relacionamento Institucional, cabendo-lhe promover parcerias com outros poderes e organismos, além de promover a comunicação com o público externo.

Nesta Comissão, assumi a coordenação do Movimento Nacional pela Conciliação, que busca proporcionar a cada cidadão brasileiro um meio mais barato, rápido e eficiente de solucionar seus conflitos de interesse.

Presidida pelo Conselheiro Ney Freitas, a Comissão promoveu diversas ações, com destaque para iniciativas como o Registro Civil de Indígenas, Fórum da Saúde e Movimento Nacional da Conciliação.

Esta Comissão, alinhada com os temas importantes para este momento histórico, incentiva ações de cidadania, que perpassam questões de gênero, idade, etnia, além de relevantes aspectos como saúde, tráfico de pessoas e pessoas encarceradas.

Atualmente, esta Comissão está sob minha presidência e propõe-se a aprimorar os projetos anteriores, sem prejuízo da adição de outros, conforme discriminados na tabela a seguir.

PROGRAMA	PROJETOS
<b>MOVIMENTO PERMANENTE PELA CONCILIAÇÃO</b> Coordenação	Cursos de Formação em Mediação Semana Nacional da Conciliação Fórum Nacional de Mediação Judicial Prêmio Conciliar é Legal Competição Nacional de Mediação Conferência Nacional de Conciliação e Mediação
<b>CIDADANIA, DIREITO DE TODOS</b>	Registro Civil de Indígenas Casas de Justiça e Cidadania Resgate da Cidadania das Pessoas Idosas
<b>COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA</b>	Cooperação Judiciária Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
<b>MOVIMENTO PERMANENTE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR</b>	Efetividade da Lei Maria da Penha Pesquisa sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Campanha de Enfrentamento à Violência Doméstica
<b>MOVIMENTO PERMANENTE PELO DIREITO À SAÚDE</b>	Fórum da Saúde Eventos Relacionados à Judicialização da Saúde Resgate da Cidadania das Pessoas Moradoras em Hospitais Psiquiátricos
<b>ADVOCACIA VOLUNTÁRIA</b>	Programa de Assistência Judiciária
<b>MELHORES PRÁTICAS DE CIDADANIA</b>	Prêmio Melhores Práticas Prêmio Inovare Banco de Ações de Cidadania dos Tribunais

De tais projetos, destaco o Movimento Permanente pela Conciliação, que coordeno, com diversas iniciativas em andamento, procurando solucionar com efetividade os conflitos de interesses, promovendo a pacificação social e reduzindo a carga processual do Poder Judiciário.



## **Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura**

Trata-se de Comissão estratégica fundamental para o Poder Judiciário, haja vista desenvolver programas para melhorar o desempenho dos tribunais de todo o País.

A Tecnologia de Informação compõe um grupo de estratégias do CNJ para facilitar o acesso à Justiça, promover a cidadania, integrar os tribunais de todo o Brasil, além de aprimorar as comunicações do Poder Judiciário com o Ministério Público, a advocacia, o jurisdicionado e a população em geral.

Entre as medidas adotadas nos últimos anos, constam o auxílio ofertado pelo CNJ mediante a entrega de recursos físicos e de capacitação para os tribunais e o desenvolvimento de documentação de sistemas interoperáveis, garantindo-se que as Justiças especializadas e dos Estados passem a ter desempenho mais igualitário.

Um dos projetos mais audaciosos percutidos atualmente pela Comissão é o Processo Judicial Eletrônico (PJe), o qual já se encontra implantado pela Justiça do Trabalho em todo o País, além de grande parte dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais. A Justiça Eleitoral e a Justiça Militar já aderiram e estão a iniciar as medidas para a sua implantação.

O PJe imprimirá agilidade no trânsito virtual dos processos e combaterá a morosidade, apontada como o mais grave problema do Judiciário atualmente.

# Resoluções

No período de um ano, participei da votação de 27 (vinte e sete) Resoluções, de números 150 a 176, que tratam de diversos temas, entre os quais se destacam:

**RESOLUÇÃO N. 152**, de 06/07/2012 que dispõe sobre plantão judiciário, um tema recorrente no CNJ, em especial diante de fatos extraordinários que acontecem durante os plantões judiciários.

**RESOLUÇÃO N. 154**, de 13/07/2012, que estabelece política institucional para uso dos recursos angariados com a pena de prestação pecuniária. Essa Resolução atende a uma antiga celeuma no âmbito do Judiciário, em que os valores decorrentes da pena pecuniária tinham destinação casuística gerada pelo juiz e muitas vezes não se prestava às finalidades mais elevadas. A destinação, o controle e a aplicação dos valores formam um dos importantes “considerandos” desta Resolução.

**RESOLUÇÃO N. 156**, de 08/08/2012, que proíbe a designação, para cargo em comissão ou cargo de confiança, de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade na legislação eleitoral.

**RESOLUÇÃO N. 158**, de 22/08/2012, que institui o Fórum Nacional de Precatórios, visando aperfeiçoar a gestão de precatórios, tema recorrente no CNJ e causa de descontentamento dos credores das Fazendas Públicas.

**RESOLUÇÃO N. 159**, de 12/11/2012, que estabelece novas diretrizes para a formação de magistrados e servidores do Judiciário, tema relevante para a melhoria da prestação dos serviços judiciais em todo o País.

**RESOLUÇÃO N. 160**, de 19/10/2012, que determina aos tribunais a organização de Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos, como mecanismo moderno e fundamental para aprimorar a prestação jurisdicional e acelerar o julgamento definitivo dos processos. A matéria é fundamental nos tempos modernos, em que diversos temas são discutidos repetida-

mente no Judiciário, embora já tenha se consolidado jurisprudência que permitiria solução definitiva da demanda já em primeiro grau de jurisdição. Desde a instituição das Súmulas vinculantes no STF, a jurisprudência passou a ser importante fonte do direito, a evitar rediscussão de tema sobre o qual já não cabem dúvidas.

**RESOLUÇÃO N. 163**, de 13/11/2012, que cria o Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa, que tem como objetivos promover o levantamento estatístico das ações judiciais que tratem das relações de imprensa, estudar modelos para facilitar a compreensão de conflitos desta natureza e promover o aperfeiçoamento de magistrados sobre o tema, por meio das Escolas de Magistratura.

**RESOLUÇÃO N. 165**, de 16/11/2012, que dispõe sobre normas gerais para atendimento de adolescentes em conflito com a lei.

**RESOLUÇÃO N. 170**, de 26/02/2013, que disciplina a participação de magistrados em eventos culturais e jurídicos, subordinando a autorização aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

# Participação em Eventos

Como representante da sociedade civil, indicado para o mandato de dois anos (art. 103-B, XIII da CF), participei de vários eventos, dos quais destaco:

## **I – Representação do Judiciário Brasileiro:**

Por duas oportunidades, representei o Judiciário Brasileiro (no Peru e na Costa Rica), nas quais participei do projeto: FORTALECIMIENTO Y POTENCIACION DE LOS MECANISMOS ALTERNATIVOS DE RESOLUCION DE CONFLICTOS (MASC) PARA DISMINUIR LA LITIGIOSIDAD Y FACILITAR EL ACCESO A LA JUSTICIA.

## **II – Competição Nacional de Mediação**

Tomei parte na I Competição Nacional de Mediação, realizada pelo CNJ, em parceria com o TJDFT e Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, com a finalidade de estimular as faculdades jurídicas a estruturarem Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania em apoio aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais, em conformidade com a Resolução CNJ nº 125/10.

## **III – Regras de Concurso para Magistratura**

Participei do Seminário para debater novas regras para ingresso na magistratura, onde se reuniram representantes dos diversos tribunais do Brasil, com finalidade precípua de propor normativo que substituísse a Resolução nº 75, editada pelo CNJ em maio de 2009.

#### **IV – Programa de Valorização dos Magistrados**

Integrei o programa: Juiz Valorizado, Justiça Completa, que tem por objetivo demonstrar que o CNJ não está atento apenas ao cumprimento de metas por juízes e desembargadores, mas também ao aspecto social e psicológico desses profissionais. Nesses encontros, os magistrados também apresentam críticas e sugestões, que poderão bascar atos administrativos do Conselho, destinados a melhorar a imagem do cenário jurídico nacional.

#### **V – Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos**

Fiz parte do III Encontro Nacional dos Núcleos de Conciliação, que contou com a participação dos coordenadores dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC's. Na ocasião houve o lançamento das cartilhas de divórcio (uma direcionada aos pais e outra aos filhos adolescentes), concebidas no intuito de auxiliar famílias fragilizadas que procuram o Judiciário na busca de solução de conflitos no âmbito familiar.

#### **VI – Mediating The Litigated Case**

Tomei parte do treinamento voltado para técnicas de mediação, ministrado pela Pepperdine University School of Law, realizado pela Escola Judicial do TRT da 10ª Região. Questão que ocupa grande parte da agenda da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania, empenhada em garantir que cada cidadão brasileiro encontre o meio mais barato, rápido e eficiente de solucionar seus conflitos de interesse.

#### **VII – Seminário Juizados Especiais: Diagnósticos e Perspectivas.**

Participei do seminário que avaliou e ampliou conhecimentos e discussões sobre os juizados especiais, bem como apresentou e debateu dados sobre os Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública.

#### **VIII – Metas Enasp**

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública tem por objetivo promover a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública, reunir e coordenar ações de combate à violência e traçar políticas nacionais na área. A iniciativa é resultado de parceria entre o CNMP, CNJ e Ministério da Justiça.

# Realização de Eventos

Como parte da Política Nacional de Conciliação, por ocasião de minha designação para a Presidência da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania, balizado na Resolução CNJ nº 125, que trata da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, promovi os eventos a saber:

## **I – Formação de Supervisores em Mediação**

No período de 11 a 13 de dezembro de 2013, organizei o Curso de Formação de Supervisores em Mediação, junto à Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, tendo por público alvo instrutores em mediação que já atuavam em todo o território nacional, tendo a iniciativa por objetivo melhorar a qualidade dos mediadores judiciais de todo o país.

Durante três dias de curso, os participantes trocaram experiências e receberam formação para acompanhar a formação de novos mediadores. Até 2014, o CNJ pretende habilitar 21 mil pessoas em técnicas de resolução de conflitos de forma não litigiosa, como parte da Política Nacional de Conciliação.

## **II – Formação de Instrutores em Oficinas de Divórcio e Parentalidade**

Com finalidade análoga e no afã de capacitar magistrados, psicólogos e assistentes sociais em práticas conciliatórias, promovi em 9 de dezembro de 2013, no recinto da Segunda Turma do STF, o I Curso de Formação de Instrutores em Oficinas de Divórcio e Parentalidade.

A iniciativa teve por escopo estimular a mudança de paradigma para uma cultura de paz em dinâmicas familiares, fortalecendo a cultura das oficinas de pais e filhos, além de promover discussões por meio da identificação e potencialização de experiências judiciais e extrajudiciais voltadas à mediação e a conciliação nas varas de família.



### **III – Mediação de Família e Práticas Colaborativas**

Com o propósito de promover o debate dos vários segmentos envolvidos com o sistema judicial para potencialização da utilização dos métodos consensuais de resolução de conflitos, com o apoio do TSE, ENM e IBDFam, promovi em 10 de dezembro de 2013, nas dependências do Tribunal Superior Eleitoral, a I Conferência Nacional de Mediação de Família e Práticas Colaborativas.

A conferência teve por objetivos, dentre outros:

- Estimular a construção de políticas públicas permanentes de mediação e conciliação junto à sociedade;
- Estimular o processo de formação de uma nova cultura voltada à pacificação social.
- Disseminar atividades de práticas autocompositivas inovadoras e criativas que contribuam para pacificação de conflitos com eficiência, agilidade e que obtenham resultados comprovados de aprimoramento no âmbito da Justiça.
- Promover o debate dos vários agentes envolvidos com o sistema judicial para potencialização da utilização dos métodos consensuais de resolução de conflitos pela sociedade.

### **IV – Formação de Instrutores e Supervisores em Mediação**

Coordenei ainda cursos sediados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no período de 18 a 22 de novembro de 2013, nos quais participaram servidores de diversos tribunais - TJMT, TJSC, TRF 1ª REGIÃO, TJDF, TJCE, TJRS, TJBA, TJRN, TJGO, TJMG e TJSP.

Importa observar que além de disseminar a cultura da pacificação, a conciliação tem como impacto social a redução na quantidade de ações e recursos que congestionam as instâncias ordinárias e os tribunais de todo o país.

# Julgamentos monocráticos

Visando ao equacionamento célere das questões apresentadas ao CNJ, fiz opção pelo julgamento monocrático, com o permissivo regimental, o que permitiu atingir o percentual de 115% de processos baixados, em relação aos recebidos, incluindo os remanescentes da vaga.

Tais julgamentos, em sua grande maioria, foram acolhidos pelas partes e interessados, que deles não recorreram.

# Julgamentos plenários

Participei integralmente de todas as 25 (vinte e cinco) Sessões Plenárias ocorridas ao longo do meu mandato até esta data, havendo julgado mais de 770 (setecentos e setenta) processos de naturezas diversas.

# Conclusão

A primeira etapa deste mandato, em honra à escolha feita pelos Senhores Deputados, está cumprida com a responsabilidade que me cabe e a intenção de efetivamente contribuir para o aprimoramento do Poder Judiciário, seja nos seus aspectos estratégicos e institucionais, seja na conduta funcional de seus membros.

A dignidade do Poder Judiciário promove a confiança da população e pode gerar a necessária paz social, o bem-comum e o pleno desenvolvimento de todos.

Esperando contribuir ainda mais, ponho-me à disposição da Câmara Federal dos Deputados no CNJ.



## Emmanoel Campelo de Souza Pereira

### Conselheiro

Cidadão de notável saber jurídico, indicado pela Câmara dos Deputados

**Data da Posse:** 19 de junho de 2012.

**Término do Mandato:** 19 de junho de 2014.

### Dados Pessoais

Nome: Emmanoel Campelo de Souza Pereira

Data de Nascimento: 28/1/1981

Natural da cidade de: Natal/RN

### Formação Acadêmica

- Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (1999/2003)
- Curso de Mestrado em Direito (2005/2008) pela Universidade Católica de Brasília

### Funções Atuais

- Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça
- Presidente da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania
- Integrante da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura
- Integrante da Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar
- Professor e Orientador da Pós-Graduação em Direito e Processo do Trabalho desde 2011
- Professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho desde 2009

### Principais Atividades Exercidas

- Advogado
- Assessor Parlamentar da Câmara dos Deputados (2008-2011)

**Palavras-chave:** currículo, conselheiro, emmanoel campelo, composição, cnj

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

### PARECER Nº 74, DE 2014

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007, primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que confere à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal e da Câmara dos Deputados mecanismos que tornam eficiente a fiscalização das contas públicas.**

**Relator:** Senador Pedro Taques

A Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007, cujo primeiro signatário é o Senador Pedro Simon, foi objeto de Relatório favorável, nos termos de substitutivo, do Senador Blairo Maggi, apreciado durante a 2ª Reunião Ordinária desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada no dia 12 de fevereiro de 2014.

A proposição tinha por objetivo atribuir novas competências à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para tornar mais eficiente a fiscalização das contas públicas.

No debate da matéria, o Senador Aloysio Nunes posicionou-se no seguinte sentido:

Sr. Presidente, eu considero que essa Proposta de Emenda à Constituição é meritória no que diz respeito à competência da Comissão Mista de Orçamentos.

Agora, não concordo — peço vênica para divergir do nosso querido Relator e do autor — em relação a dois dispositivos da proposta, que me parecem essenciais. O primeiro é o que atribui a todas as comissões permanentes da Casa voltadas para a fiscalização e controle poderes análogos ao das autoridades judiciais.

Entendo que esse poder que conferido às CPIs é excepcional. Ele não é uni poder – digam, os – inerente às funções próprias do Poder Legislativo, por isso só pode ser conferido a uma comissão que é constituída com objeto determinado e com prazo para a conclusão dos seus trabalhos.

Dar esses poderes a uma comissão permanente, sem nenhum tipo de restrição, creio que extrapola digamos, os limites estabelecidos pela própria Constituição de 1988 para as fronteiras que a Constituição de 1988 estabeleceu para os Poderes da República. Então, permita-me, meu caro Blairo Maggi, eu sou contrário a isso.

Em segundo lugar, essa proposta constante também na PEC original de que obras, serviços e contratações, a partir de determinado montante, devam ser autorizadas pelo Poder Legislativo. Creio que isso também ultrapassa a delimitação originária na Constituição de 1988 das fronteiras entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

Por essa razão, proponho a V. Exª a exclusão desse dispositivo para nos concentrarmos naquilo que diz respeito à Comissão Mista de Orçamento.

Durante o debate da matéria, também nos manifestamos por sua rejeição, em face sua inconstitucionalidade, nos seguintes termos:

Sr. Relator, no mesmo sentido do Senador Aloysio, nós todos sabemos que esta função de fiscalização por parte do Poder Legislativo se faz em dois sentidos: uma fiscalização político-administrativa, que é feita pelas Comissões, art. 58; e uma fiscalização econômico-financeira, que é feita pelo Congresso, auxiliado pelo Tribunal de Contas.

Muito bem. A CPI é uma exceção, uma vez que ela possui requisitos próprios para a sua constituição. Um desses requisitos é um terço, é um direito de minoria. Se nós tivermos todas as Comissões do art. 58 com poder de CPI, estamos transformando a exceção em regra.

O que se me apresenta, com todo o respeito, e quero cumprimentar o Senador Maggi pelo relatório, como inconstitucional. Quando o legislador constituinte originário, no art. 58, §3º, ofertou à CPI poderes próprios de investigação das autoridades judiciais, nós copiamos isso da Constituição italiana, que dá esse poder à CPI.

Eu sou favorável a que nós possamos dar mais poderes às Comissões, valorizando o art. 58, num processo legislativo abreviado, mas, se nós fizermos isso com todas as Comissões, estaríamos, inclusive, assim falando com toda a humildade, ofendendo a separação dos Poderes, art. 2º da Constituição, porque, aí, todas as Comissões teriam poder, por exemplo, de ouvir testemunhas, notificar testemunhas, afastar o sigilo bancário, o sigilo fiscal, sem a possibilidade da chamada reserva constitucional de jurisdição, que é a interceptação telefônica, busca e apreensão. Traríamos para o seio de todas as Comissões esse poder que o constituinte originário deu, de forma excepcional à CPI. Esse é o primeiro ponto.

No tocante à mudança do art. 71 da Constituição, entendo, Sr. Presidente que a CMO tem um poder significativo, mas, se nós sujeitarmos a apreciação de projetos de grande vulto à CMO, com essa alteração do 71, inciso XII, da Constituição, nós estaremos, aqui, prejudicando, inclusive, o andamento das obras que são elaboradas pelo Poder Executivo, que é sua função. EU tenho dúvidas também a respeito da constitucionalidade.



Em razão desses argumentos, o relatório à Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007, que concluía pela aprovação da matéria, nos termos de Substitutivo, foi rejeitado pela maioria desta Comissão, em face da inconstitucionalidade material, por violação à separação dos Poderes.

Sala da Comissão, 19 de fevereiro de 2014.

o io,  
Senador Vital do Rêgo, Presidente  
[Assinatura], Relator



**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ**  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57 DE 2012**

ASSINAR O PARECER, AS COMISSÕES DA TURMA DA COTAÇÃO, COTAÇÃO DE PREÇOS E SECRETARIAS  
**PRESIDENTE: SENADOR - DEBILDO LOPES**  
**RELATOR: SENADOR - DEBILDO LOPES**

Grupo da Apoio ao Senado (PSC, PT, PPS, PGOB)	
João Pinheiro (PT)	1. Carlos Roberto (PT)
Cláudio Pinheiro (PT)	2. Roberto Pinheiro (PT)
Paulo Pinheiro (PT)	3. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	4. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	5. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	6. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	7. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	8. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	9. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	10. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	11. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	12. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	13. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	14. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	15. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	16. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	17. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	18. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	19. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	20. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	21. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	22. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	23. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	24. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	25. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	26. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	27. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	28. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	29. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	30. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	31. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	32. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	33. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	34. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	35. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	36. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	37. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	38. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	39. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	40. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	41. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	42. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	43. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	44. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	45. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	46. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	47. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	48. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	49. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	50. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	51. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	52. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	53. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	54. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	55. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	56. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	57. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	58. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	59. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	60. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	61. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	62. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	63. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	64. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	65. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	66. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	67. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	68. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	69. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	70. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	71. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	72. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	73. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	74. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	75. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	76. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	77. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	78. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	79. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	80. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	81. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	82. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	83. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	84. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	85. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	86. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	87. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	88. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	89. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	90. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	91. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	92. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	93. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	94. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	95. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	96. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	97. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	98. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	99. Paulo Pinheiro (PT)
Antônio Pinheiro (PT)	100. Paulo Pinheiro (PT)

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1998

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Seção VII  
**Das Comissões**

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

.....  
§ 3º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

.....  
Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º - Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º - As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Art. 72. A Comissão mista permanente a que se refere o art. 166, §1º, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

*DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO*

RELATÓRIO

**Relator:** Senador Marconi Perillo

**I – Relatório**

É submetida ao exame desta Comissão, nos termos regimentais, a Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007, cujo primeiro signatário é o ilustre Senador Pedro Simon, objetivando atribuir novas competências à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para tornar mais eficiente a fiscalização das contas públicas.

Trata-se de uma reapresentação do conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2003, que foi arquivada ao final da legislatura passada, nos termos do art. 332 do Regimento Interno,

A primeira disposição da proposta prevê a inclusão do § 4º ao art. 58 da Constituição Federal, renumerando-se o atual parágrafo com essa numeração. O novo dispositivo confere poderes de investigação próprios das autoridades judiciais àquelas comissões ou subcomissões permanentes do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas que sejam especializadas na fiscalização e controle das contas públicas.

O art. 2º da proposição altera a redação dos parágrafos do art. 71 da Lei Maior e inclui novos dispositivos, para determinar a remessa, pelo Tribunal de Contas da União à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, de investigações em que se verifiquem indícios de irregularidade em contratos que envolvam recursos do poder público federal. Firma-se prazo de 30 dias para que a referida Comissão delibere quanto à sustação do contrato e adoção de medidas com relação aos responsáveis pelas irregularidades. Transcorrido o prazo sem decisão, a matéria é remetida ao Plenário do Senado Federal, ao qual se conferem outros 30 dias para deliberação. Caso a matéria, ainda assim, permaneça sem apreciação no Senado, deve retornar à consideração do Tribunal de Contas da União.

Atribui-se, também, a qualquer parlamentar ou Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal a prerrogativa de apresentar denúncia de irregularidade em processo licitatório ou contrato à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, que será processada nos termos anteriormente expostos.

O art. 3º da proposta pretende alterar a numeração dos parágrafos do art. 71 da Constituição, e o art. 4º consigna a cláusula de vigência imediata da proposição, após a sua publicação.

**II – Análise**

Os requisitos de admissibilidade da tramitação de propostas de emenda à Constituição são atendidos no projeto em exame. Com efeito, a iniciativa da proposição é garantida pela subscrição de 31 (trinta e um) Senadores, cumprindo-se, assim, a exigência do art. 60, inciso I, da Constituição. São observados, ainda, os limites materiais e temporais para alteração do texto constitucional, firmados nos §§ 4º e 5º do art. 60 da Carta Política.

Com relação ao conteúdo da proposição, no entanto, identificamos alguns pontos que podem ser aperfeiçoados. A atribuição, exclusivamente à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da competência para sustar contratos eivados de irregularidade, sem participação da Câmara dos Deputados, não guarda correspondência com o dever de fiscalização do Congresso Nacional como um todo, e de qualquer de suas Casas, conferido nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal.

É de se observar, ainda, que a atribuição de competências específicas à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal no texto da Constituição mostra-se inadequada, tendo em vista que a instituição do referido Colegiado fundamenta-se em outra norma – o Regimento Interno desta Casa – que tem natureza infraconstitucional. Tal configuração representaria uma subversão da hierarquia normativa, invertendo a lógica em que se baseia a formação das instituições do Estado.

Além disso, a competência que se pretende firmar com a proposição guarda estreita relação com aquelas atribuídas à comissão mista permanente do Congresso Nacional mencionada no art. 166, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, de exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária. De fato, a comissão em referência – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) — tem, de acordo com a Resolução

nº 1, de 2006–CN, art. 2º, III, b, a atribuição de deliberar sobre as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União relativas à fiscalização de obras e serviços em que foram identificados indícios de irregularidades graves e relacionados em anexo à lei orçamentária anual, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias.

Por essas razões, acreditamos que a CMO constitui o Colegiado mais apto a exercer a prerrogativa de sustar os contratos em que o TCU tenha verificado indícios de irregularidades graves. Para promover essa alteração apresentamos adiante emenda substitutiva à proposta, modificando não apenas a redação dos parágrafos do art. 71 da Constituição, mas também acrescentando novo inciso ao seu art. 166, § 1º.

O procedimento de se fixar prazo de 30 dias para que a comissão se pronuncie, remetendo-se a decisão ao plenário quando esse prazo não for observado, e, posteriormente devolvendo-a ao Tribunal de Contas da União se o plenário também não oferecer manifestação em 30 dias não agrega valor à sistemática de controle. Ao contrário, torna fragmentado o processo, dificultando sua aplicação prática, razão pela qual decidimos pela manutenção do procedimento atual, de devolução da competência decisória ao Tribunal de Contas da União, após 90 dias sem que o Congresso Nacional ou o Poder Executivo efetivem a sustação.

O substitutivo destina-se também a corrigir alguns pontos obscuros, originados da técnica legislativa empregada na proposição, que não explicita quais parágrafos do art. 71 da Constituição devem ser mantidos e quais são alterados.

Adicionalmente, para tornar mais eficaz a sistemática de controle sobre os contratos firmados pelo Poder Público que se pretende implementar, consideramos essencial introduzir mecanismo de controle prévio sobre os empenhos orçamentários nas obras de grande vulto. Com isso, torna-se possível evitar o desvio de recursos públicos, medida de grande interesse social, dada a notória dificuldade em se promover a recuperação dessas quantias em momento posterior à efetivação da despesa.

### III — Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007, por sua constitucionalidade, regimentalidade e elevado mérito, nos termos do Substitutivo a seguir:

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56 (SUBSTITUTIVO), DE 2007**

##### **Altera os arts. 58, 71 e 166 da Constituição, a fim de proporcionar maior eficácia à atuação fiscalizadora do Congresso Nacional.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 58 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo, renumerando-se como § 5º o seu atual § 4º:

“Art. 58. ....  
 .....  
 § 4º As comissões ou subcomissões permanentes do Congresso Nacional ou de cada uma de suas Casas, especializadas na fiscalização e no controle das contas públicas, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em regimento.  
 .....(NR)”

Art. 2º O art. 71 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 71.....  
 .....  
 XII — autorizar a realização de despesa em obras, serviços ou aquisições públicas de grande vulto, assim definidos em lei, após verificar a regularidade da celebração do contrato que lhes der causa.  
 § 1º O ato de sustação de contrato será adotado diretamente pela comissão mista permanente de que trata o § 1º do art. 166, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.  
 § 2º Se a comissão mista permanente ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no § 1º, o Tribunal decidirá a respeito.  
 .....(NR)”

Art. 3º O § 1º do art. 166 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 166. ....  
 § 1º .....  
 .....



III — decidir sobre a sustação de contrato a que se refere o § 1º do art. 71, com base em comunicação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União sobre indícios de irregularidades em contratos, convênios ou parcelas de obras ou serviços em execução.

.....(NR)''

Art. 4º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

#### VOTO VENCIDO

**Relator:** Senador Blairo Maggi

#### I – Relatório

Esta Comissão examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007, cujo primeiro signatário é o ilustre Senador Pedro Simon, e que objetiva atribuir novas competências à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para tornar mais eficiente a fiscalização das contas públicas.

Trata-se de uma reapresentação do conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2003, que foi arquivada em razão do término da legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

O art. 1º altera o art. 58 da Constituição Federal para conferir poderes de investigação próprios das autoridades judiciais às comissões ou subcomissões permanentes do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas que sejam especializadas na fiscalização e controle das contas públicas.

O art. 2º da proposição dá nova redação ao art. 71 da Lei Maior para determinar a remessa, pelo Tribunal de Contas da União à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, de investigações em que se verifiquem indícios de irregularidade em contratos que envolvam recursos do poder público federal. Firma-se prazo de 30 dias para que a referida Comissão delibere quanto à sustação do contrato e adoção de medidas com relação aos responsáveis pelas irregularidades. Transcorrido o prazo sem decisão, a matéria é remetida ao Plenário do Senado Federal, ao qual se conferem outros 30 dias para deliberação. Caso a matéria, ainda assim, permaneça sem apreciação no Senado, deve retornar à consideração do Tribunal de Contas da União.

Atribui-se, também, a qualquer parlamentar ou Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal a prerrogativa de apresentar denúncia de irregularidade em processo licitatório ou contrato à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, que será processada nos termos anteriormente expostos.

O art. 3º da proposta pretende alterar a numeração de parágrafos do art. 71 da Constituição, e o art. 4º consigna a cláusula de vigência imediata da proposição, após a sua publicação.

Na justificação, os autores informam que se trata da reapresentação da PEC nº 37, de 2003, que integrou um conjunto de proposições originadas da vasta experiência do então Senador Antero Paes de Barros nos processos e procedimentos investigatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito. Proposições que infelizmente não prosperaram.

Acrescentam que a medida proposta traduz-se em inegável avanço no combate à impunidade e à corrupção, porquanto a sistemática constitucional de sustação de contratos eivados de vícios é ineficaz, em face da demora, por parte do Tribunal de Contas da União, no exame e na decisão sobre a matéria, bem como da lentidão do Congresso Nacional, que dispõe do exíguo prazo de 60 dias para decidir, findo o qual o poder decisório retorna ao Tribunal de Contas da União.

Sustentam ser imprescindível a aprovação de mecanismo que ofereça ao Estado condições de realizar o controle das contas públicas de forma eficiente e eficaz. E finalizam criticando a atual sistemática constitucional, que limita o controle pelo Congresso aos contratos firmados pelo Poder Executivo, excluindo a atuação sobre os demais Poderes, em contrariedade ao espírito do art. 70, que imputa ao Legislativo o papel de cabeça do sistema de controle externo das contas da Administração Pública.

A proposição foi inicialmente distribuída ao Senador Marconi Perillo, que ofereceu Relatório favorável na forma de substitutivo que não chegou a ser apreciado por esta Comissão. Passou a tramitar em conjunto com outras proposições e, posteriormente, por força de aprovação de Requerimento, teve tramitação autônoma. Foi distribuída, sucessivamente, à relatoria da Senadora Marina Silva e do Senador Almeida Lima e, finalmente, a minha relatoria.

A proposição não recebeu emendas.

#### II – Análise

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à análise da PEC nº 56, de 2007, quanto à sua admissibilidade e mérito.



Do ponto de vista de admissibilidade, verifico que a proposição está subscrita por mais de um terço dos membros desta Casa e não viola as limitações circunstanciais à promulgação de emenda à Constituição (art. 60, I e § 1º, da Constituição). Tampouco trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa.

Com relação ao conteúdo, no entanto, alguns pontos podem ser aperfeiçoados, razão pela qual faço minhas as palavras do Senador Marconi Perillo no Relatório oferecido à proposição, a seguir transcritas.

A atribuição, exclusivamente à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da competência para sustar contratos eivados de irregularidade, sem participação da Câmara dos Deputados, não guarda correspondência com o dever de fiscalização do Congresso Nacional como um todo, e de qualquer de suas Casas, conferido nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal.

É de se observar, ainda, que a atribuição de competências específicas à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal no texto da Constituição mostra-se inadequada, tendo em vista que a instituição do referido Colegiado fundamenta-se em outra norma – o Regimento Interno desta Casa – que tem natureza infraconstitucional. Tal configuração representaria uma subversão da hierarquia normativa, invertendo a lógica em que se baseia a formação das instituições do Estado.

Além disso, a competência que se pretende firmar com a proposição guarda estreita relação com aquelas atribuídas à comissão mista permanente do Congresso Nacional mencionada no art. 166, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, de exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária. De fato, a comissão em referência – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) – tem, de acordo com a Resolução nº 1, de 2006 – CN, art. 2º, inciso III, b, a atribuição de deliberar sobre as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União relativas à fiscalização de obras e serviços em que tenham sido identificados indícios de irregularidades graves e relacionados em anexo à lei orçamentária anual, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias.

Por essas razões, acredito que a CMO constitui o Colegiado mais apto a exercer a prerrogativa de sustar os contratos em que o TCU tenha verificado indícios de irregularidades graves. Para promover essa alteração apresento adiante emenda substitutiva à proposta, modificando não apenas a redação dos parágrafos do art. 71 da Constituição, mas também acrescentando novo inciso ao seu art. 166, § 1º.

O procedimento de se fixar prazo de 30 dias para que a comissão se pronuncie, remetendo-se a decisão ao plenário quando esse prazo não for observado, e, posteriormente devolvendo-a ao Tribunal de Contas da União se o plenário também não oferecer manifestação em 30 dias não agrega valor à sistemática de controle. Ao contrário, torna fragmentado o processo, dificultando sua aplicação prática, razão pela qual sugiro a manutenção do procedimento atual, de devolução da competência decisória ao Tribunal de Contas da União, após 90 dias sem que o Congresso Nacional ou o Poder Executivo efetivem a sustação.

O substitutivo destina-se também a corrigir alguns pontos obscuros, originados da técnica legislativa empregada na proposição, que não explicita quais parágrafos do art. 71 da Constituição Federal devem ser mantidos e quais são alterados.

Adicionalmente, para tornar mais eficaz a sistemática de controle sobre os contratos firmados pelo Poder Público que se pretende implementar, considero essencial introduzir mecanismo de controle prévio sobre os empenhos orçamentários nas obras de grande vulto. Com isso, torna-se possível evitar o desvio de recursos públicos, medida de grande interesse social, dada a notória dificuldade em se promover a recuperação dessas quantias em momento posterior à efetivação da despesa.

### III – Voto

Em face do exposto, voto pela constitucionalidade e juridicidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007, e, no mérito, por sua aprovação, nos termos do substitutivo a seguir:

#### EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2007

#### **Altera os arts. 58, 71 e 166 da Constituição Federal, a fim de proporcionar maior eficácia à atuação fiscalizadora do Congresso Nacional.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 58, 71 e 166 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 58. ....  
.....

§ 5º As comissões ou subcomissões permanentes do Congresso Nacional ou de cada uma de suas Casas, especializadas na fiscalização e no controle das contas públicas, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em regimento.” (NR)

“Art. 71. ....”

XII – autorizar a realização de despesa em obras, serviços ou aquisições públicas de grande vulto, assim definidos em lei, após verificar a regularidade da celebração do contrato que lhes der causa. § 1º O ato de sustação de contrato será adotado diretamente pela comissão mista permanente de que trata o § 1º do art. 166, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se a comissão mista permanente ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no § 1º, o Tribunal decidirá a respeito.

.....” (NR)

“Art. 166. ....”

§ 1º .....

III – decidir sobre a sustação de contrato a que se refere o § 1º do art. 71, com base em comunicação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União sobre indícios de irregularidades em contratos, convênios ou parcelas de obras ou serviços em execução.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

#### FRAGMENTO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS (ANÁLISE DA MATÉRIA NA CCJ)

**Relatoria:** Senador José Agripino

**Relatório:** Contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2010, e pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2009, nos termos do substitutivo que apresenta.

#### **Observações:**

- Em 14/08/2013, foi recebido Voto em Separado do Senador Rodrigo Rollemberg, favorável ao PLS nº 138, de 2009, com a Emenda que apresenta, e contrário ao PLS nº 21, de 2010;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Há só mais um item para os senhores.

#### ITEM 18

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, de 2007

#### - Não Terminativo -

*Confere à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal e da Câmara dos Deputados mecanismos que tornam eficiente a fiscalização das contas públicas.*

**Autoria:** Senador Pedro Simon e outros

**Relatoria:** Senador Blairo Maggi

**Relatório:** Pela constitucionalidade e juridicidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007, e, no mérito, por sua aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta.

O Senador Blairo Maggi, queridíssimo Presidente da Comissão de Meio Ambiente, deu uma carreira para chegar aqui.

Tenho um esclarecimento a fazer. Amanhã nós teremos nova reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Vamos ficar terça, quarta e quinta agora. *(Pausa.)*

Vai ficar bem animado.

Senador Blairo, com a palavra.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, vamos ao relatório.

Esta Comissão examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007, cujo primeiro signatário é o ilustre Senador Pedro Simon, e que objetiva atribuir novas competências à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para tornar mais eficiente a fiscalização das contas públicas.

Trata-se de uma reapresentação do conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2003, que foi arquivada em razão do término da Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

O art. 1º altera o art. 58 da Constituição Federal para conferir poderes de investigação próprios das autoridades judiciais às comissões ou subcomissões permanentes do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas que sejam especializadas na fiscalização e controle das contas públicas.

O art. 2º da proposição dá nova redação ao art. 71 da Lei Maior para determinar a remessa, pelo Tribunal de Contas da União à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, de investigações em que se verifiquem indícios de irregularidade em contratos que envolvam recursos do poder público federal. Firma-se prazo de 30 dias para que a referida Comissão delibere quanto à sustação do contrato e adoção de medidas com relação aos responsáveis pelas irregularidades. Transcorrido o prazo sem decisão, a matéria é remetida ao Plenário do Senado Federal, ao qual se conferem outros 30 dias para deliberação. Caso a matéria, ainda assim, permaneça sem apreciação no Senado, deve retornar à consideração do Tribunal de Contas da União.

Atribui-se, também, a qualquer Parlamentar ou Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal a prerrogativa de apresentar denúncia de irregularidade em processo licitatório ou contrato à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, que será processada nos termos anteriormente expostos.

O art. 3º da proposta pretende alterar a numeração de parágrafos do art. 71 da Constituição, e o art. 4º consigna a cláusula de vigência imediata da proposição, após a sua publicação.

Na justificação, os autores informam que se trata da reapresentação da PEC nº 37, de 2003, que integrou um conjunto de proposições originadas da vasta experiência do então Senador Antero Paes de Barros, que representou o Estado de Mato Grosso nesta Casa, nos processos e procedimentos investigatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito. São proposições que infelizmente não prosperaram.

Acrescentam que a medida proposta traduz-se em inegável avanço no combate à impunidade e à corrupção, porquanto a sistemática constitucional de sustação de contratos eivados de vícios é ineficaz, em face da demora, por parte do Tribunal de Contas da União, no exame e na decisão sobre a matéria, bem como da lentidão do Congresso Nacional, que dispõe do exíguo prazo de 60 dias para decidir, findo o qual o poder decisório retorna ao Tribunal de Contas da União.

Sustentam ser imprescindível a aprovação de mecanismo que ofereça ao Estado condições de realizar o controle das contas públicas de forma eficiente e eficaz. E finalizam criticando a atual sistemática constitucional, que limita o controle pelo Congresso aos contratos firmados pelo Poder Executivo, excluindo a atuação sobre os demais Poderes, em contrariedade ao espírito do art. 70, que imputa ao Legislativo o papel de cabeça do sistema de controle externo das contas da Administração Pública.

A proposição foi inicialmente distribuída ao Senador Marconi Perillo, que ofereceu Relatório favorável na forma de substitutivo que não chegou a ser apreciado por esta Comissão. Passou a tramitar em conjunto com outras proposições e, posteriormente, por força de aprovação de requerimento, teve tramitação autônoma. Foi distribuída, sucessivamente, à relatoria da Senadora Marina Silva e do Senador Almeida Lima e, finalmente, a minha relatoria.

A proposição não recebeu emendas.

Análise.

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), proceder à análise da PEC nº 56, de 2007, quanto à sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de admissibilidade, verifico que a proposição está subscrita por mais de um terço dos membros desta Casa e não viola as limitações circunstanciais à promulgação de emenda à Constituição (art. 60, I e §1º, da Constituição). Tampouco trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa.

Com relação ao conteúdo, no entanto, alguns pontos podem ser aperfeiçoados, razão pela qual faço minhas as palavras do Senador Marconi Perillo no relatório oferecido à proposição, a seguir transcritas:

*A atribuição, exclusivamente à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, da competência para sustar contratos eivados de irregularidade, sem participação da Câmara dos Deputados, não guarda correspondência com o dever de fiscalização do Congresso Nacional como um todo, e de qualquer de suas Casas, conferido nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal.*

É de se observar, ainda, que a atribuição de competências específicas à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal no texto da Constituição mostra-se inadequada, tendo em vista que a instituição do referido Colegiado fundamenta-se em outra norma – o Regimento Interno desta Casa – que tem natureza infraconstitucional. Tal configuração representaria uma subversão da hierarquia normativa, invertendo a lógica em que se baseia a formação das instituições do Estado.

Além disso, a competência que se pretende firmar com a proposição guarda estreita relação com aquelas atribuídas à comissão mista permanente do Congresso Nacional mencionada no art. 166, §§1º e 2º, da Constituição Federal, de exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária. De fato, a comissão em referência – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) – tem, de acordo com a Resolução nº 1, de 2006 – CN, art. 2º, inciso III, *b*, a atribuição de deliberar sobre as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União relativas à fiscalização de obras e serviços em que tenham sido identificados indícios de irregularidades graves e relacionados em anexo à lei orçamentária anual, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias.

Por essas razões, acredito que a CMO constitui o Colegiado mais apto a exercer a prerrogativa de sustar os contratos em que o TCU tenha verificado indícios de irregularidades graves. Para promover essa alteração, apresento adiante emenda substitutiva à proposta, modificando não apenas a redação dos parágrafos do art. 71 da Constituição, mas também acrescentando novo inciso ao seu art. 166, §1º.

O procedimento de se fixar prazo de 30 dias para que a comissão se pronuncie, remetendo-se a decisão ao plenário quando esse prazo não for observado, e, posteriormente devolvendo-a ao Tribunal de Contas da União se o plenário também não oferecer manifestação em 30 dias não agrega valor à sistemática de controle. Ao contrário, torna fragmentado o processo, dificultando sua aplicação prática, razão pela qual sugiro a manutenção do procedimento atual, de devolução da competência decisória ao Tribunal de Contas da União, após 90 dias sem que o Congresso Nacional ou o Poder Executivo efetivem a sustação.

O substitutivo destina-se também a corrigir alguns pontos obscuros, originados da técnica legislativa empregada na proposição, que não explicita quais parágrafos do art. 71 da Constituição Federal devem ser mantidos e quais são alterados.

Adicionalmente, para tornar mais eficaz a sistemática de controle sobre os contratos firmados pelo Poder Público que se pretende implementar, considero essencial introduzir mecanismo de controle prévio sobre os empenhos orçamentários nas obras de grande vulto. Com isso, torna-se possível evitar o desvio de recursos públicos, medida de grande interesse social, dada a notória dificuldade em se promover a recuperação dessas quantias em momento posterior à efetivação da despesa.

Voto.

Em face do exposto, voto pela constitucionalidade e juridicidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007, e, no mérito, por sua aprovação, nos termos do substitutivo a seguir:

### **EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2007**

Altera os arts. 58, 71 e 166 da Constituição Federal, a fim de proporcionar maior eficácia à atuação fiscalizadora do Congresso Nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 58, 71 e 166 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 58. ....*

*§5º As comissões ou subcomissões permanentes do Congresso Nacional ou de cada uma de suas Casas, especializadas na fiscalização e no controle das contas públicas, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em regimento. .... (NR)*

*Art. 71. ....*

*XII – autorizar a realização de despesa em obras, serviços ou aquisições públicas de grande vulto, assim definidos em lei, após verificar a regularidade da celebração do contrato que lhes der causa.*

*§1º O ato de sustação de contrato será adotado diretamente pela comissão mista permanente de que trata o §1º do art. 166, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.*

*§2º Se a comissão mista permanente ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no §1º, o Tribunal decidirá a respeito.*

*..... (NR)*

*Art. 166. ....*

*§1º .....*

*III – decidir sobre a sustação de contrato a que se refere o §1º do art. 71, com base em comunicação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União sobre indícios de irregularidades em contratos, convênios ou parcelas de obras ou serviços em execução.*

*..... (NR)*



Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Então, esse é o relatório, Sr. Presidente. É bastante longo, mas a matéria também é polêmica e está na Casa, há muito tempo; merecia, portanto, uma análise detalhada, inclusive para mostrar quantos Senadores e Senadoras já se envolveram com essa questão.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A matéria que V. Exª relata precisava vir à pauta. V. Exª tratou com esta Presidência uma forma mais rápida para desengavetar uma matéria tão importante.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em discussão, o Senador Aloysio Nunes.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu considero que essa Proposta de Emenda à Constituição é meritória no que diz respeito à competência da Comissão Mista de Orçamentos.

Agora, não concordo – peço vênha para divergir do nosso querido Relator e do autor – em relação a dois dispositivos da proposta que me parecem essenciais. O primeiro é o que atribui a todas as comissões permanentes da Casa voltadas para a fiscalização e controle poderes análogos ao das autoridades judiciais.

Entendo que esse poder que é conferido às CPIs é excepcional. Ele não é um poder – digamos – inerente às funções próprias do Poder Legislativo, por isso só pode ser conferido a uma comissão que é constituída com objeto determinado e com prazo para a conclusão dos seus trabalhos. Dar esses poderes a uma comissão permanente, sem nenhum tipo de restrição, creio que extrapola, digamos, os limites estabelecidos pela própria Constituição de 1988, as fronteiras que a Constituição de 1988 estabeleceu para os Poderes da República.

Então, permita-me, meu caro Blairo Maggi, eu sou contrário a isso.

Em segundo lugar, essa proposta constante também na PEC original de que obras, serviços e contratações, a partir de determinado montante, devam ser autorizadas pelo Poder Legislativo, creio que isso também ultrapassa a delimitação originária na Constituição de 1988 das fronteiras entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Por essa razão, proponho a V. Exª a exclusão desse dispositivo para nos concentrarmos naquilo que diz respeito à Comissão Mista de Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Relator, no mesmo sentido do Senador Aloysio, nós todos sabemos que esta função de fiscalização por parte do Poder Legislativo se faz em dois sentidos: uma fiscalização político-administrativa, que é feita pelas Comissões, art. 58; e uma fiscalização econômico-financeira, que é feita pelo Congresso, auxiliado pelo Tribunal de Contas.

A CPI é uma exceção, uma vez que ela possui requisitos próprios para a sua constituição. Um desses requisitos é um terço, é um direito de minoria. Se nós tivermos todas as Comissões do art. 58 com poder de CPI, estamos transformando a exceção em regra, o que se me apresenta, com todo o respeito, e quero cumprimentar o Senador Maggi pelo relatório, como inconstitucional. Quando o legislador constituinte originário, no art. 58, §3º, ofertou à CPI poderes próprios de investigação das autoridades judiciais, nós copiamos isso da Constituição italiana, que dá esse poder à CPI.

Eu sou favorável a que nós possamos dar mais poderes às Comissões, valorizando o art. 58, num processo legislativo abreviado, mas, se nós fizermos isso com todas as Comissões, estaríamos, inclusive, falando com toda a humildade, ofendendo a separação dos Poderes, art. 2º da Constituição, porque, nesse caso, todas as Comissões teriam poder, por exemplo, de ouvir testemunhas, notificar testemunhas, afastar o sigilo bancário, o sigilo fiscal, sem a possibilidade da chamada reserva constitucional de jurisdição, que é a interceptação telefônica, busca e apreensão e prisão. Traríamos para o seio de todas as Comissões esse poder que o constituinte originário deu, de forma excepcional à CPI. Esse é o primeiro ponto.

No tocante à mudança do art. 71 da Constituição, entendo, Sr. Presidente, que a CMO tem um poder significativo, mas, se nós sujeitarmos a apreciação de projetos de grande vulto à CMO, com essa alteração do art. 71, inciso XII, da Constituição, nós estaremos, aqui, prejudicando, inclusive, o andamento das obras que são elaboradas pelo Poder Executivo, que é sua função. Eu tenho dúvidas também a respeito da constitucionalidade.

Se fosse o caso, Sr. Presidente, estamos com o quórum baixo, e esta é uma matéria muito importante, por isso o relatório longo e profundo do Senado Maggi, seria interessante que pudéssemos fazer um maior debate, porque, do contrário, eu votaria contrariamente a essa proposta, e sei do espírito que moveu o Senador Pedro Simon e o Senador Maggi.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Vista coletiva, Sr. Presidente. É a alternativa que nós temos.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Consulto se há pedido de vista...

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Vamos votar. Eu acho que é uma matéria que já está...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Se não houver vista, vamos votar, independentemente de quórum, porque é matéria não terminativa.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em votação, a matéria.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Blairo permaneçam como se encontram. Quem divergir, se pronuncie. *(Pausa.)*

Rejeitado o relatório.

Designo o Senador Pedro Taques para relatar o vencido.

Sras e Srs. Senadores, antes de encerrarmos a reunião, no nosso calendário, nós definimos terça para audiências públicas e quarta-feira para reuniões ordinárias, que se prolongarão efetivamente, havendo necessidade, para quinta-feira, para aprovação de projetos não terminativos. Nesta semana, os projetos não terminativos, com exceção do Regimento Interno, foram votados. Então, não precisaremos nos reunir amanhã. Com relação ao Regimento Interno, que é o item 24 da pauta, recebemos 18 emendas e estou remetendo essas emendas ao Senador Lobão, que vai analisar na próxima quinta-feira, de amanhã a oito dias.

Há um projeto somente, o Senador Inácio está aqui pedindo vênica aos senhores para a apreciação de mais um projeto.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Claro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Só mais um, e encerraremos, comunicando aos senhores as reuniões ordinárias desta Comissão.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – *In cauda venenum*, como diria nosso querido Pedro Taques.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Item 23, último item da pauta, pág. 339.

### ITEM 23

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 79, de 2011

##### - Não terminativo -

*Altera o art. 37 da Constituição Federal para instituir gratuidades a candidatos em concurso público.*

**Autoria:** Humberto Costa

**Relatoria:** Inácio Arruda

**Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Como V. Exª se posiciona?

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, a ementa já é autoexplicativa. Meritoriamente, o Senador Humberto Costa busca estabelecer garantias para que as pessoas que estejam desempregadas, sem renda, ou com renda igual ou inferior a dois salários mínimos, possam ter a possibilidade, tenham a garantia de que podem, sim, fazer um concurso público sem aquela obrigatoriedade de pagamento de taxas.

Ele também trata da questão dos exames pré-admissionais. Nesse caso, eu fiz uma modificação. Para os exames pré-admissionais, na rede pública, principalmente no caso dos exames de saúde, temos o SUS e a rede conveniada. Esses exames já são gratuitos. Não precisaríamos ir ao exagero de colocar na Constituição que também teria gratuidade nos exames. Então, fizemos uma emenda muito simples, mas garantidora desse objetivo central do Senador Humberto Costa de as pessoas mais pobres do País também terem direito a fazer os concursos públicos sem pagamento das taxas de inscrição.

É o meu parecer, meu voto pela aprovação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir...

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Eu quero discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Pedro Taques, V. Exª tem todo o direito.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, eu tenho dúvidas aqui – sou um cidadão com muitas dúvidas.

O mérito, eu concordo inteiramente. Aliás, como membro do Ministério Público, ajudei várias ações civis públicas contra essas taxas, porque elas são ilegais, precisam estar na lei orçamentária. Nós todos sabemos disso. A minha posição é firmada quanto ao mérito, inclusive em decisões judiciais já

.....  
voto em separado do Senador Randolfe precisa ser considerado de forma prioritária na Casa, neste momento. Eu peço ao Senador Pedro Taques que apresente o parecer vencedor na Proposta de Emenda à Constituição nº 56, matéria não terminativa, que concedia à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal e da Câmara dos Deputados mecanismos que tornam eficiente a fiscalização das contas públicas.

Houve um relatório, que acabou sendo vencido, e gostaria que o Senador Pedro Taques apresentasse o voto vencedor, para que possamos aduzir e tomar conhecimento.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007, cujo primeiro signatário é o Senador Pedro Simon, foi objeto de



relatório favorável, nos termos de substitutivo apresentado por S. Ex<sup>a</sup> o Senador Maggi, apreciado durante a 2ª Reunião Ordinária desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada no dia 12 de fevereiro de 2014.

A proposição tinha por objetivo atribuir novas competências à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e desta Casa da Federação, para tornar mais eficiente a fiscalização das contas públicas. No debate da matéria, S. Ex<sup>a</sup> o Senador Aloysio Nunes, posicionou-se no seguinte sentido:

*Sr. Presidente, eu considero que esta proposta de emenda à constituição é meritória no diz respeito à competência da Comissão Mista de Orçamento. Agora, não concordo – peço vênha para divergir do nosso querido Relator e do autor – em relação a dois dispositivos da proposta, que me parecem essenciais. O primeiro é o que atribui a todas as comissões permanentes da Casa voltadas para a fiscalização e controle poderes análogos ao das autoridades judiciais.*

*Entendo que esse poder que é conferido às CPIs é excepcional. Ele não é um poder, digamos, inerente às funções próprias do Poder Legislativo, por isso só pode ser conferido a uma comissão que é constituída com objeto determinado e com prazo para a conclusão dos seus trabalhos.*

*Dar esses poderes a uma comissão permanente, sem nenhum tipo de restrição, creio que extrapola, digamos, os limites estabelecidos pela própria Constituição de 1988 para as fronteiras que a Constituição de 1988 estabeleceu para os Poderes da República. Então, permita-me, meu caro Blairo Maggi, eu sou contrário a isso.*

*Em segundo lugar, [ainda, continuando, nas palavras do Senador Aloysio] essa proposta constante também na PEC original de que obras, serviços e contratações, a partir de determinado montante, devam ser autorizadas pelo Poder Legislativo. Creio que isso também ultrapassa a delimitação originária na Constituição de 1988 das fronteiras entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.*

*Por essa razão, proponho a V. Ex<sup>a</sup> a exclusão desse dispositivo para nos concentrarmos naquilo que diz respeito à Comissão Mista de Orçamento.*

Durante o debate da matéria, também nos manifestamos por sua rejeição, em face da sua inconstitucionalidade, nos seguintes termos:

*Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr. Relator, no mesmo sentido do Senador Aloysio, nós todos sabemos que esta função de fiscalização por parte do Poder Legislativo se faz em dois sentidos: uma fiscalização político-administrativa, que é feita pelas Comissões, art. 58; e uma fiscalização econômico-financeira, que é feita pelo Congresso, auxiliado pelo Tribunal de Contas.*

*Muito bem. A CPI é uma exceção, uma vez que ela possui requisitos próprios para a sua constituição. Um desses requisitos é um terço, é um direito de minoria. Se nós tivermos todas as Comissões do art. 58 com poder de CPI, estamos transformando a exceção em regra.*

*O que se me apresenta, com todo o respeito, e quero cumprimentar o Senador Maggi pelo relatório, como inconstitucional. Quando o legislador constituinte originário, no art. 58, §3º, ofertou à CPI poderes próprios de investigação das autoridades judiciais, nós copiamos isso da Constituição italiana, que dá esse poder à CPI.*

*Eu sou favorável a que nós possamos dar mais poderes às Comissões, valorizando o art. 58, num processo legislativo abreviado, mas, se nós fizermos isso com todas as Comissões, estaríamos, inclusive, assim falando com toda a humildade, ofendendo a separação dos Poderes, art. 2º da Constituição, porque, aí, todas as Comissões teriam poder, por exemplo, de ouvir testemunhas, notificar testemunhas, afastar o sigilo bancário, o sigilo fiscal, sem a possibilidade da chamada reserva constitucional de jurisdição, que é o caso da interceptação telefônica, busca, apreensão e prisão. Traríamos para o seio de todas as comissões esse poder que o constituinte originário deu, de forma excepcional, à CPI. Esse é o primeiro ponto.*

*No tocante à mudança do art. 71 da Constituição, entendo, Sr. Presidente que a CMO tem um poder significativo, mas, se nós sujeitarmos a apreciação de projetos de grande vulto à CMO, com essa alteração do art. 71, inciso XII, da Constituição, nós estaremos, aqui, prejudicando, inclusive, o andamento das obras que são elaboradas pelo Poder Executivo, que é a sua função. Eu tenho dúvidas também a respeito da constitucionalidade [neste particular].*

Em razão desses argumentos o relatório à Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007, que concluiu pela aprovação da matéria, nos termos do substitutivo, foi rejeitado pela maioria desta Comissão em face da inconstitucionalidade material, por violação à separação dos Poderes.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Senador Pedro Taques.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Na ausência ainda do Senador Randolfe, por uma deferência do Senador Aloysio Nunes e pela necessidade que nós temos de ouvir o voto em separado do Senador Randolfe à PEC nº 33, nós vamos dar sequência às outras votações que versam sobre temas terminativos ou não terminativos. Tão logo o Senador Randolfe chegar, nós retomaremos, por inversão de pauta aprovada pelos senhores, à PEC nº 33.

Senador Jucá, com a palavra.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, é um prazer encontrá-lo...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É um prazer novamente, Senador.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – ... nessa presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor está muito bem hoje, como sempre.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quanto ao item 1, de que sou Relator, que diz respeito à questão dos engenheiros, eu queria registrar para V. Exª que nós acabamos de fazer o entendimento com todos os setores representativos dos engenheiros, arquitetos e agrônomos do Brasil e também com a Senadora Gleisi e com o Governo no sentido de construirmos algumas emendas que vão ajustar o projeto para que ele possa ter efetividade.

Minha posição inicial era votar do jeito que está, por um compromisso firmado com as categorias, mas entendemos, no debate, que seria salutar, que seria importante fazer um ajuste necessário, para que o projeto, depois, não tivesse qualquer tipo de motivação para veto.

Então, dizendo isso, eu pediria a V. Exª que retirasse de pauta o projeto, para que possamos construir a emenda e, assim que tiver rapidamente feito a emenda, comunicaremos a V. Exª, para que o projeto possa entrar em

## **PARECER Nº 75, DE 2014**

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2013 (nº 1.024, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República de Seicheles sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Victoria, em 13 de dezembro de 2011.**

**Relator:** Senador Francisco Dornelles

**Relatora “ad hoc”:** Senadora Vanessa Grazziotin

### **I — Relatório**

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2013 (nº 1.024, de 2013, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República de Seicheles sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Victoria, em 13 de dezembro de 2011.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem nº 34, de 7 de fevereiro de 2013, do Poder Executivo, acompanhada da Exposição de Motivos nº 00207 MRE/MJ, de 11 de junho de 2012, foi recebida e transformada em projeto legislativo pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sendo posteriormente encaminhada diretamente à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise, na qual recebeu parecer favorável. Após aprovado em Plenário, o projeto de decreto legislativo foi enviada ao Senado Federal dia 5 de novembro de 2011.

O Acordo é versado em oito artigos, aos quais cumprem, essencialmente, garantir aos nacionais das Partes, portadores de passaportes válidos, isenção de visto para entrar, transitar, permanecer e sair do território nacional, para fins de turismo e negócio, pelo período máximo de noventa dias, renovável pelo período adicional de noventa dias.

Por “fins de negócios”, mencionado no acordo para isenção de visto, excetuam-se as atividades que caracterizam trabalho remunerado ou emprego no território de uma ou outra parte.

O Acordo não restringe o direito de cada Parte em recusar a entrada ou cancelar a permanência de cidadãos do Estado da outra Parte considerados indesejáveis, ou, por razões de segurança pública, ordem pública e saúde pública, suspender total ou parcialmente a aplicação deste Acordo.

As demais cláusulas são de vigência e de cooperação na troca de informações.

### **II — Análise**

O Acordo em tela, totalmente afinado com a prática internacional, vem a contribuir para o melhoramento de intercâmbio turístico e de negócios, facilitando e estimulando o mútuo conhecimento de nossos povos e os negócios internacionais.

A pouca densidade das relações entre Brasil e Seicheles reforça o benefício trazido pelo Acordo. A necessidade de ampliação do conhecimento entre as nações e de aprofundamento das relações bilaterais sugere que a facilitação do trânsito de pessoas será o catalizador de uma mudança qualitativa nas relações bilaterais.

### **III — Voto**

Por todo o exposto, e visto que observadas a adequação legislativa e regimental, a conveniência e a oportunidade, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2013.

Sala da Comissão, 20 de fevereiro de 2014

, Presidente



, Relator



**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE**  
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 310, de 2013**

AFIRMAR O PARCEIRO, SAZ PCLNÃO, DE 2012/2014, OS/AS SENHORES(AS) SENADOR(S)/AS

PRESIDENTE: \_\_\_\_\_

RELATOR: \_\_\_\_\_

Mesa da Comissão de Governo (PSOL, PT, PDT, PAB, PODEB)	
Jorge Viana (PT)	1. Deóclio do Amaral (PT)
Guaraci Suplicky (PT)	2. Paulo Cristóvão Augusto (PSOL)
Vanderlei Gonçalves (PDT)	3. Cláudio Feltre (PT)
Antônio Diniz (PT)	4. Eduardo Lages (PDT)
Christovam B. Batista (PDT)	5. Pedro Tavares (PDT)
Lidiane da Mata (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSJ, PMDB, PP)	
Ficardo Furtado (PMDB)	1. Vitalão Filho (PMDB)
Antônio Rosendo (PMDB)	2. João Alberto Salas (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Roberto Rangel (PMDB)
Eurico Chaves (PMDB)	4. Romero Cruz (PMDB)
Luz Heleno (PMDB)	5. Azeiteiro (PP)
Francisco Dantas (PMDB)	6. Raulo Dantas (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoritário (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aécio Neves Furtado (PSDB)
Paulo Paim (PSDB)	2. Marcos Paulo (PSDB)
João Aquino (DEM)	3. João Campos (DEM)
Sora Mânica (PSDB)	4. Cláudio Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar Unificado (PTE, PAB, PBC, PUG)	
Marcelo Cavalcanti (PTE)	1. Gil (PTE)
Fernando Collor (PTE)	2. Leonardo Amorim (PBC)
Adriano Neta (PTE)	3. Antônio Fontana (PTE)

**PARECERES NºS 76 E 77, DE 2014**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a promoção de Cabos estabilizados e Taifeiros-Mor e a promoção de sargentos do quadro especial do Exército Brasileiro à graduação de Subtenentes.**

PARECER Nº 76, DE 2014, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA  
(em audiência, nos termos do Requerimento nº 285, de 2011).

**Relator:** Senador **Luiz Henrique**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 204, de 2010, de autoria do Senador PAULO PAIM, pretende regular a promoção de Cabos estabilizados, de Taifeiros-Mor e de sargentos do Quadro Especial do Exército.

O art. 1º da proposição determina que os Cabos estabilizados e os Taifeiros-Mor do Quadro de Acesso para a promoção a Terceiro-Sargento tenham promoção retroativa à data em que completaram quinze anos de efetivo serviço. O art. 2º dispõe que os sargentos do Quadro Especial do Exército na reserva remunerada, reformados ou no serviço ativo, tenham direito, na inatividade, à promoção a Subtenente, se a data de ingresso no Exército Brasileiro ocorreu até 31 de dezembro de 1995.

O art. 3º regula a promoção a Subtenente, enumerando os requisitos necessários, alternativamente.

O art. 4º condiciona a graduação de Subtenente a datas de ingresso na inatividade ou de instituição de pensão militar.

O art. 5º, por seu turno, fixa a extensão do benefício a militares oriundos do Quadro Especial, falecidos na atividade ou na inatividade, nas condições que especifica.

No art. 6º, são colhidas as condições do termo de acordo para o gozo dos benefícios instituídos pela proposição em exame, inclusive com efeitos na seara judicial.

O art. 7º prevê que a promoção referida será efetivada mediante requerimento administrativo do interessado.

O art. 8º, finalmente, determina que o disposto na proposição da qual ora nos ocupamos não implica interrupção, suspensão, renúncia ou reabertura do prazo prescricional.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

Após análise nesta Comissão, o PLS nº 204, de 2010, seguirá à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em caráter terminativo.

É o relatório.

**II – Análise**

Preliminarmente, cabe assinalar a evidente inconstitucionalidade formal da proposição, por conta da iniciativa parlamentar de projeto de lei dispondo sobre a promoção de militares das Forças Armadas, mormente se extraordinárias ou especiais e retroativas, com efeitos diretos sobre valores de soldo.

Essa inconstitucionalidade total por vício de iniciativa emerge do quanto consta na Constituição Federal, no art. 61, § 1º, II, f, dispositivo do qual se colhe, literalmente, ser de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que (...) disponham sobre (...) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para reserva (grifamos).

À vista da clareza indiscutível da prescrição constitucional federal, a proposição não reúne condição jurídico-constitucional de prosperar, vez que padece de insanável nulidade jurídica por usurpação da iniciativa reservada do processo legislativo em favor do Presidente da República.

Demais disso, vislumbramos deficiências de técnica legislativa, não somente na forma eleita para a exposição da matéria na proposição, a comprometer-lhe a clareza, mas também por ter sido contornada a inserção do tema em corpo normativo já existente, como a Lei nº 10.951, de 22 de setembro de 2004, que reorganiza o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos do Exército, dispõe sobre a promoção de soldados estabilizados do Exército à graduação de Cabo e dá outras providências. Como um dos objetivos do projeto sob exame é exatamente o acesso de cabos estabilizados e Taifeiros-Mor a Terceiro-Sargento, temos demonstrada a conexão de matérias, a impor, a partir do que consta na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, o tratamento normativo em um único diploma legal.

Finalmente, e apenas para argumentar, temos como de duvidosa constitucionalidade a previsão de promoção retroativa ao cargo de Terceiro Sargento e de Subtenente à minguia de ingresso em escola preparatória pela via legal e da frequência com aproveitamento nos cursos respectivos.

A toda evidência, não se discute aqui a justiça da providência em relação às graduações militares previstas como beneficiáveis. O que nos prende é a questão da constitucionalidade e da técnica legislativa, as quais temos, por dever, que homenagear.

### III - Voto

Por todo o exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010, nesta Comissão.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2013

*Senador Anibal Diniz*, Presidente em exercício

, Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 204 DE 2010

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25/04/2013, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE em exercício: <i>Senador Anibal Diniz</i>	
RELATOR: <i>Senador Luiz Henrique</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL <i>[assinatura]</i>	1. VAGO
ANA RITA <i>[assinatura]</i>	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES <i>[assinatura]</i>	3. JORGE VIANA <i>[assinatura]</i>
ANIBAL DINIZ <i>[assinatura]</i>	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA <i>[assinatura]</i>
RANDOLFE RODRIGUES	8. VAGO
EDUARDO SUPLICY <i>[assinatura]</i>	9. VAGO
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. ROMERO JUCÁ
VITAL DO RÊGO	2. ROBERTO REQUIÃO <i>[assinatura]</i>
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE <i>[assinatura]</i>	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA <i>[assinatura]</i>	6. BENEDITO DE LIRA <i>[assinatura]</i>
FRANCISCO DORNELLES <i>[assinatura]</i>	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
VAGO	9. LOBÃO FILHO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. ATAÍDES OLIVEIRA
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA <i>[assinatura]</i>	5. FLEXA RIBEIRO
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. ALFREDO NASCIMENTO



## PARECER Nº 77 DE 2014, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

**Relator:** Senador **Cyro Miranda****I – Relatório**

Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 204, de 2010, de autoria do Senador PAULO PAIM, pretende regular a promoção de Cabos estabilizados, de Taifeiros-Mor e de sargentos do Quadro Especial do Exército.

O art. 1º da proposição determina que os Cabos estabilizados e os Taifeiros-Mor do Quadro de Acesso para a promoção a Terceiro-Sargento tenham promoção retroativa à data em que completaram quinze anos de efetivo serviço.

O art. 2º dispõe que os sargentos do Quadro Especial do Exército na reserva remunerada, reformados ou no serviço ativo, tenham direito, na inatividade, à promoção a Subtenente, se a data de ingresso no Exército Brasileiro ocorreu até 31 de dezembro de 1995.

O art. 3º regula a promoção a Subtenente, enumerando os requisitos necessários, alternativamente.

O art. 4º condiciona a graduação de Subtenente a datas de ingresso na inatividade ou de instituição de pensão militar.

O art. 5º, por seu turno, fixa a extensão do benefício a militares oriundos do Quadro Especial, falecidos na atividade ou na inatividade, nas condições que especifica.

No art. 6º, são colhidas as condições do termo de acordo para o gozo dos benefícios instituídos pela proposição em exame, inclusive com efeitos na seara judicial.

O art. 7º prevê que a promoção referida será efetivada mediante requerimento administrativo do interessado.

O art. 8º, finalmente, determina que o disposto na proposição da qual ora nos ocupamos não implica interrupção, suspensão, renúncia ou reabertura do prazo prescricional.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

A manifestação desta Comissão se faz em caráter terminativo, consoante assentado no processado (bal 0002, a fls.)

É o relatório.

**II – Análise**

A análise da proposição em tela, por esta Comissão, se faz sob o permissivo do art. 103, V, do Regimento Interno desta Casa.

Secundando o parecer exarado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acerca da inconstitucionalidade formal do projeto por insanável vício de iniciativa, cabe assinalar que essa matéria é privativamente atribuída, pela ordem constitucional em vigor, ao Presidente da República principalmente em virtude de sua condição de autoridade suprema das Forças Armadas (Constituição Federal, art. 142, caput), faltando aos membros do Parlamento Nacional, portanto – além da competência para provocar o processo legislativo – também a ciência dos elementos necessários e bastantes a sustentar a providência percorrida e seus efeitos sobre o corpo militar e sobre as regras de disciplina e hierarquia internas que regem as corporações militares.

Demais disso, é de se dar ênfase ao caráter extraordinário, especial e, sobretudo, retroativo das promoções pretendidas, com potencial para gerar instabilidade, insegurança e expectativas insustentáveis entre os militares envolvidos e os demais membros do Exército.

Novamente aproveitando argumentos já percorridos pelo parecer da Comissão que nos antecedeu no exame da matéria, deve ser considerada com especial seriedade a questão da previsão de promoção retroativa ao cargo de Terceiro-Sargento e de Subtenente à míngua de ingresso em escola preparatória pela via legal e da frequência com aproveitamento nos cursos respectivos.

O conjunto desses elementos desaconselha inteiramente a manifestação favorável desta Comissão.

**III – Voto**

Por todo o exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010, nesta Comissão.

Sala da Comissão, 20 de fevereiro de 2014.



, Presidente

, Relator





**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2010**

**TERMINATIVO**

ASSINAM O PARECER, NA 3ª REUNIÃO, DE 20/02/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** Cyrol

**RELATOR:** SEVADOR CYRO MIRANDA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Jorge Viana (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Gleisi Hoffmann (PT)
Aníbal Diniz (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Lidice da Mata (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	2. João Alberto Souza (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
Cyrol Miranda (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Fernando Collor (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Armando Monteiro (PTB)

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL****Matéria:** Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010

TITULARES				SUPLENTE			
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PC do B / PRB / PSOL)				Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PC do B / PRB / PSOL)			
JORGE VIANA			X	1 – DELCÍDIO DO AMARAL			
EDUARDO SUPLICY			X	2 – RANDOLFE RODRIGUES			X
VANESSA GRAZZIOTTIN			X	3 – GLEISE HOFFMANN			
ANÍBAL DINIZ			X	4 – EDUARDO LOPES			
CRISTOVAM BUARQUE			X	5 – PEDRO TAQUES			
LÍDICE DA MATA				6 – JOÃO CAPIBERIBE			
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)				Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)			
RICARDO FERRAÇO	SIM	NÃO		1 – VITAL DO RÉGO	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS				2 – JOÃO ALBERTO SOUZA			
PEDRO SIMON				3 – ROBERTO REQUIÃO			
ELNÍCIO OLIVEIRA				4 – ROMERO JUCA			
LUIZ HENRIQUE				5 – ANA AMÉLIA			
FRANCISCO DORNELLES				6 – SÉRGIO PETECÃO			
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)				Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)			
ALVARO DIAS	SIM	NÃO		1 – ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO BAUER				2 – FLEXA RIBEIRO		X	
JOSE AGRIPTNO			X	3 – JAYME CAMPOS			
CYRO MIRANDA				4 – CICERO LUCENA			
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)				Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)			
MOZARILDO CAVALCANTI	SIM	NÃO		1 – GIM	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
FERNANDO COLLOR		X		2 – EDUARDO AMORIM			
MAGNO MALTA				3 – ARMANDO MONTEIRO			
<b>TOTAL:</b>				<b>TOTAL:</b>			
	Sim: _____	Não: _____	Abstenção: _____		Sim: _____	Não: _____	Abstenção: _____

Presidente: \_\_\_\_\_

Autor: \_\_\_\_\_

Abstenção: \_\_\_\_\_

Sim: \_\_\_\_\_

NÃO: \_\_\_\_\_

Sala das Reuniões, em 20/02/2014.

*Senadora Ana Amélia*  
Presidente

Obs.: O voto do Autor da Proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de Quorum (art. 132, § 8º - RISF)

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 74, de 2014**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que conclui pela rejeição, por inconstitucionalidade, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 2007**.

Uma vez que o parecer não foi unânime, a Presidência, nos termos do art. 254, combinado com os arts. 101, § 1º e 372, do Regimento Interno, determina a abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 29, de 2014**, do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010**.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 29/2014-CRE

Brasília, 20 de fevereiro de 2014

**Assunto:** Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, na reunião realizada nesta data, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010, que “Dispõe sobre a promoção de Cabos estabilizados e Taifeiros-Mor e a promoção de Sargentos do quadro Especial do Exército Brasileiro à graduação de Subtenente”, de autoria do Senador Paulo Paim.

Atenciosamente, – Senadora **Ana Amélia**, Presidente Eventual.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Com referência ao **Ofício nº 29, de 2014**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2010**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 10, de 2014** (nº 83/2014, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 274/2014, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, que aprova, para o exercício de 2014, os percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na distribuição dos recursos relativos à parcela da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), previstos no inciso III e no § 4º do art. 159 da Constituição Federal (TC 001.198/2014-9).

É o seguinte o Aviso:

**AVISO Nº 10, DE 2014**  
(nº 83/2014, na origem)

Brasília-DF, 12 de fevereiro de 2014

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 001.198/2014-9, na Sessão Ordinária de 12/2/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, bem como cópia da Decisão Normativa.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências a cargo dessa Casa serão posteriormente comunicadas.

Atenciosamente, – **João Augusto Ribeiro Nardes**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – O Aviso nº 10, de 2014, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que será realizada sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia previamente designada.

**ORDEM DO DIA**

**1**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2013**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Agripino, que *altera os incisos XIX e XX do art. 37 e o art. 88 da Constituição Federal, para determinar que a criação e extinção de órgãos, Ministérios ou entidades da Administração Pública seja feita mediante lei complementar.*

Parecer nº 1.266, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

**2**

**REQUERIMENTO Nº 10, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2012; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 103,*

de 2009; 74, 183, 261, de 2012; 235 e 515, de 2013, por regularem matéria correlata (inclusão de disciplinas no ensino fundamental e médio).

**3****REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre a formação dos professores de educação física).*

**O SR. PRESIDENTE** (Ataídes Oliveira. PROS – TO) – Encerrada a sessão. Agradeço a Deus por mais este dia.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 17 minutos.)*

**Agenda Cumprida pelo Presidente Renan Calheiros****25/02/2014****Terça-feira**

<b>10h</b>	<b>Recebe representantes dos condutores de lanchas na região de Maragogi</b> Sala de Audiências
<b>10h45</b>	<b>Recebe o presidente Fernando Henrique Cardoso</b> Sala de Audiências
<b>11h</b>	<b>Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a comemorar os 20 anos de lançamento do Plano Real</b> Plenário do Senado
<b>15h</b>	<b>Reunião com os presidentes das Comissões no Senado Federal</b> Sala de Audiências
<b>16h</b>	<b>Ordem do Dia</b> Plenário
<b>1 8h30</b>	<b>Solenidade de posse de Tarcísio Vieira de Carvalho Neto no cargo de ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral</b> SAFS, Qd 7, It 1/2, Edif. Sede, Salão Nobre do TSE



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PDT** - João Durval\*  
**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*  
**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\*\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*\*

### Maranhão

**Bloco-PTB** - Epitácio Cafeteira\*  
**Bloco-PMDB** - João Alberto Souza\*\*  
**Bloco-PMDB** - Lobão Filho\*\* (S)

### Pará

**Bloco-PSDB** - Mário Couto\*  
**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*\*  
**Bloco-PMDB** - Jader Barbalho\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*  
**Bloco-PTB** - Armando Monteiro\*\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*\*  
**Bloco-PR** - Antonio Carlos Rodrigues\*\* (S)

### Minas Gerais

**Bloco-PMDB** - Clésio Andrade\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\*\* (S)

### Goiás

**Bloco-PSDB** - Cyro Miranda\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia\*\*  
**Bloco-DEM** - Wilder Moraes\*\* (S)

### Mato Grosso

**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*  
**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*\*  
**Bloco-PDT** - Pedro Taques\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PMDB** - Pedro Simon\*  
**Bloco-PP** - Ana Amélia\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PCdoB** - Inácio Arruda\*  
**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cícero Lucena\*  
**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*\*  
**Bloco-PMDB** - Vital do Rêgo\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PT** - Ana Rita\* (S)  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*\*

### Piauí

**Bloco-PTB** - João Vicente Claudino\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-PT** - Wellington Dias\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves\* (S)  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*\*  
**Bloco-PV** - Paulo Davim\*\* (S)

### Santa Catarina

**Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique\*\*  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*\*

### Alagoas

**Bloco-PTB** - Fernando Collor\*  
**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*\*

### Mandatos

\*: Período 2007/2015    \*\*: Período 2011/2019

### Amazonas

**Bloco-PR** - Alfredo Nascimento\*  
**Bloco-PMDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*\*

### Paraná

**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*\*

### Acre

**Bloco-PT** - Aníbal Diniz\* (S)  
**Bloco-PT** - Jorge Viana\*\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSDB** - Ruben Figueiró\* (S)  
**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*\*

### Distrito Federal

**Bloco-PTB** - Gim\* (S)  
**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*\*  
**Bloco-PSB** - Rodrigo Rollemberg\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*\*  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*\*

### Tocantins

**Bloco-PMDB** - Kátia Abreu\*  
**PROS** - Ataídes Oliveira\*\* (S)  
**SDD** - Vicentinho Alves\*\*

### Amapá

**Bloco-PMDB** - José Sarney\*  
**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*\*  
**Bloco-PSOL** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**Bloco-PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*  
**Bloco-PT** - Angela Portela\*\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*\*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

### (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

#### Bloco Parlamentar da Maioria - 27

PMDB-20 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia. ....	PP/RS
Benedito de Lira. ....	PP/AL
Casildo Maldaner. ....	PMDB/SC
Ciro Nogueira. ....	PP/PI
Clésio Andrade. ....	PMDB/MG
Eduardo Braga. ....	PMDB/AM
Eunício Oliveira. ....	PMDB/CE
Francisco Dornelles. ....	PP/RJ
Garibaldi Alves. ....	PMDB/RN
Ivo Cassol. ....	PP/RO
Jader Barbalho. ....	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. ....	PMDB/PE
João Alberto Souza. ....	PMDB/MA
José Sarney. ....	PMDB/AP
Kátia Abreu. ....	PMDB/TO
Lobão Filho. ....	PMDB/MA
Luiz Henrique. ....	PMDB/SC
Paulo Davim. ....	PV/RN
Pedro Simon. ....	PMDB/RS
Renan Calheiros. ....	PMDB/AL
Ricardo Ferraço. ....	PMDB/ES
Roberto Requião. ....	PMDB/PR
Romero Jucá. ....	PMDB/RR
Sérgio Petecão. ....	PSD/AC
Valdir Raupp. ....	PMDB/RO
Vital do Rêgo. ....	PMDB/PB
Waldemir Moka. ....	PMDB/MS

#### Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2

PSOL-1

Acir Gurgacz. ....	PDT/RO
Ana Rita. ....	PT/ES
Angela Portela. ....	PT/RR
Anibal Diniz. ....	PT/AC
Antonio Carlos Valadares. ....	PSB/SE
Cristovam Buarque. ....	PDT/DF
Delcídio do Amaral. ....	PT/MS
Eduardo Suplicy. ....	PT/SP
Gleisi Hoffmann. ....	PT/PR
Humberto Costa. ....	PT/PE
Inácio Arruda. ....	PCdoB/CE
João Capiberibe. ....	PSB/AP
João Durval. ....	PDT/BA
Jorge Viana. ....	PT/AC
José Pimentel. ....	PT/CE
Lídice da Mata. ....	PSB/BA
Lindbergh Farias. ....	PT/RJ
Paulo Paim. ....	PT/RS
Pedro Taques. ....	PDT/MT
Randolfe Rodrigues. ....	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg. ....	PSB/DF

Vanessa Grazziotin. ....	PCdoB/AM
Walter Pinheiro. ....	PT/BA
Wellington Dias. ....	PT/PI
Zeze Perrella. ....	PDT/MG

#### Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves. ....	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. ....	PSDB/SP
Alvaro Dias. ....	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima. ....	PSDB/PB
Cícero Lucena. ....	PSDB/PB
Cyro Miranda. ....	PSDB/GO
Flexa Ribeiro. ....	PSDB/PA
Jayme Campos. ....	DEM/MT
José Agripino. ....	DEM/RN
Lúcia Vânia. ....	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. ....	DEM/SE
Mário Couto. ....	PSDB/PA
Paulo Bauer. ....	PSDB/SC
Ruben Figueiró. ....	PSDB/MS
Wilder Moraes. ....	DEM/GO

#### Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento. ....	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. ....	PR/SP
Armando Monteiro. ....	PTB/PE
Blairo Maggi. ....	PR/MT
Eduardo Amorim. ....	PSC/SE
Eduardo Lopes. ....	PRB/RJ
Epitácio Cafeteira. ....	PTB/MA
Fernando Collor. ....	PTB/AL
Gim. ....	PTB/DF
João Vicente Claudino. ....	PTB/PI
Magno Malta. ....	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti. ....	PTB/RR

#### SDD - 1

Vicentinho Alves. ....	TO
------------------------	----

#### PROS - 1

Ataídes Oliveira. ....	TO
------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria. ....	27
Bloco de Apoio ao Governo. ....	25
Bloco Parlamentar Minoria. ....	15
Bloco Parlamentar União e Força. ....	12
PROS. ....	1
SDD. ....	1
<b>TOTAL. ....</b>	<b>81</b>



# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

## Mandatos

\*: Período 2007/2015    \*\*: Período 2011/2019

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

### **PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

### **1ª VICE-PRESIDENTE**

Jorge Viana - (PT-AC)

### **2º VICE-PRESIDENTE**

Romero Jucá - (PMDB-RR)

### **1º SECRETÁRIO**

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

### **2ª SECRETÁRIA**

Angela Portela - (PT-RR)

### **3º SECRETÁRIO**

Ciro Nogueira - (PP-PI)

### **4º SECRETÁRIO**

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

### **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

**1º** - Magno Malta - (PR-ES)

**2º** - Jayme Campos - (DEM-MT)

**3ª** - João Durval - (PDT-BA)

**4ª** - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (66,68)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 20</b> <b>Eunício Oliveira</b> (66,68)</p> <p><b>Vice-Líderes do PMDB</b> Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> (64)</p> <p><b>Vice-Líder do PP</b> Ana Amélia (12,88)</p> <p><b>Líder do PSD - 1</b> <b>Sérgio Petecão</b> (84,87)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b> (76)</p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 25</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Dias - Bloco</b> (24,69,89)</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Acir Gurgacz (49,55,70,100) Rodrigo Rollemberg (65,99) Inácio Arruda (90,93,115)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 13</b> <b>Humberto Costa</b> (116)</p> <p><b>Vice-Líderes do PT</b> Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (102) Eduardo Suplicy (101)</p> <p><b>Líder do PDT - 5</b> <b>Acir Gurgacz</b> (49,55,70,100)</p> <p><b>Vice-Líder do PDT</b> Zeze Perrella (86)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b> <b>Rodrigo Rollemberg</b> (65,99)</p> <p><b>Vice-Líder do PSB</b> Lídice da Mata (29,38,81)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 2</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> (1,91,117)</p> <p><b>Vice-Líder do PCdoB</b> Inácio Arruda (90,93,115)</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (18,75)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</b></p> <p><b>Líder</b> .....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b> <b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,62,113)</p> <p><b>Vice-Líderes do PSDB</b> Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73) Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b> <b>José Agripino</b> (2,10,14,44,46,74)</p> <p><b>Vice-Líder do DEM</b> Wilder Moraes (97,112)</p> <p><b>SDD - 1</b> <b>Líder</b> <b>Vicentinho Alves - SDD</b> (42,54,71,111)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Gim - Bloco</b> (56,58,59)</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,67,98,109)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 6</b> <b>Gim</b> (56,58,59)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>Alfredo Nascimento</b> (41,63)</p> <p><b>Vice-Líder do PR</b> Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> (17,47,48,80)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> (37,45,67,98,109)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - Governo</b> (39)</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,81) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p><b>PROS - 1</b> <b>Líder</b> <b>Ataides Oliveira - PROS</b> (96,108,114)</p>

### Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.



4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.



44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSV ALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o Of. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Domelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.



78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
81. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
82. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
VAGO (7,2)	1. VAGO (7,2)
VAGO (7,2)	2.
VAGO (7,2)	3.
VAGO (7,2)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
VAGO (8,5)	1. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	2. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB )</b>	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6,4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

**Notas:**

\*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

## 2) CPI DA ESPIONAGEM

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(6)</sup>

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(6)</sup>

**Leitura:** 10/07/2013

**Instalação:** 03/09/2013

**Prazo final:** 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
VAGO <sup>(1,8,11)</sup>	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1,8)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(1)</sup>	2. VAGO <sup>(1,10)</sup>
Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(1,5)</sup>	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(9)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(2)</sup>	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(2,7)</sup>
Walter Pinheiro (PT-BA) <sup>(2)</sup>	2. Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2)</sup>
Aníbal Diniz (PT-AC) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(4)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB )</b>	
Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(3)</sup>	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) <sup>(3)</sup>

### Notas:

1. Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
2. Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Aníbal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
3. Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
4. Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).
5. Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).
6. Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 115/2013-GLDBAG).
8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício nº 258/2013-GLPMDB).
9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
11. Vago, em 17.12.2013, em razão de o Senador Roberto Requião não pertencer mais à Comissão (Of. sn GSRR).

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

### 3) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Paulo Davim (PV-RN) (2)	2.
	3.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) (1)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (1)
Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	2. Angela Portela (PT-RR) (1)
Ana Rita (PT-ES) (1)	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB )</b>	
	1.

**Notas:**

1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG)
2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).
3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

**Secretário(a):** Guilherme Brandão

**Telefone(s):** 61 33033508

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.gov.br



## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

**Finalidade:** Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

**Designação:** 15/08/2012

**Instalação:** 30/08/2012

**Apresentação de Emendas - prazo final:** 07/08/2013

**Relatórios Parciais - prazo final:** 02/10/2013

**Relatório do Relator-Geral - prazo final:** 30/10/2013

**Parecer Final da Comissão - prazo final:** 31/03/2014

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
VAGO <sup>(9)</sup>	3. VAGO <sup>(12)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) <sup>(2,11)</sup>
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) <sup>(6)</sup>
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO <sup>(8,10)</sup>
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(3,4,1)</sup>	



**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS**  
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012  
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012  
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

**PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 ( Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)  
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 ( Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)  
Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 ( Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)  
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 ( Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

**Notas:**

- \*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- \*\*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- \*\*\*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- \*\*\*\*. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- \*\*\*\*\*. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- \*\*\*\*\*. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- \*\*\*\*\*. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- \*\*\*\*\*. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- \*\*\*\*\*. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- \*\*\*\*\*. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- \*\*\*\*\*. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
- \*\*\*\*\*. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.
- \*\*\*\*\*. Em 27.11.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.409, de 2013, que prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o término da sessão legislativa ordinária de 2013.
- \*\*\*\*\*. Em 17.12.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.466, de 2013, que prorroga o prazo final de encerramento da Comissão até o dia 31 de março de 2014.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
  2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
  3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
  4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
  5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
  6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).
12. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

**Secretário(a):** Keny Cristina Rodrigues Martins

**Telefone(s):** 61 33033501

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.gov.br

**2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)****Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****RELATOR:****Designação:** 04/02/2014

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
	1.
	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Clésio Andrade (PMDB) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Braga (PMDB) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Ana Amélia (PP) <sup>(1)</sup>
Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(1)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) <sup>(1)</sup>
Senador Francisco Dornelles (PP) <sup>(1)</sup>	4. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB) <sup>(3)</sup>	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB )</b>	
Senador Gim (PTB) <sup>(2)</sup>	1.
	2.

**Notas:**

1. Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).

2. Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).

3. Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).



### 3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** VAGO

**Aprovação do Requerimento:** 05/03/2008

**Aprovação do Requerimento de Aditamento:** 10/12/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo prorrogado:** 17/07/2010

**Prazo prorrogado:** 22/12/2010

#### MEMBROS

##### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(3)</sup>**

Senador José Pimentel (PT) <sup>(1)</sup>

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(1)</sup>

##### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(4)</sup>**

Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(2)</sup>

##### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

##### **Membro da Comissão Diretora**

#### **Notas:**

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

\*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

\*\*\*\*\*. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

#### 4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE)

**Aprovação do Requerimento:** 21/03/2012

**Designação:** 04/04/2012

**Instalação:** 13/11/2012

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
Senador Humberto Costa (PT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) <sup>(3)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Davim (PV) <sup>(4)</sup>	2. Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cícero Lucena (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

\*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

\*\*. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

\*\*\*. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

**Secretário(a):** Guilherme Brandão

**Telefone(s):** 61 33033508

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.gov.br



## **5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL**

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros:** 23

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 20/06/2014

### **MEMBROS**

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

#### **Notas:**

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

- \*\*. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
- \*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
- \*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
- \*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
- \*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
- \*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
- \*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
- \*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
- \*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.
- \*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
- \*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
- \*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
- \*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

**6) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES  
PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

**Finalidade:** Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.  
(Atos do Presidente n°s 36 e 55, de 2013)

**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)

**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**Instalação:** 01/10/2013

**Prazo final prorrogado:** 28/04/2014

---

**MEMBROS**

---

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) <sup>(1)</sup>

---

**Notas:**

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente n° 40, de 2013).

**Secretário(a):** GUILHERME BRANDÃO

**Telefone(s):** 61 33033508

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.gov.br

## 7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

**Finalidade:** Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.

(Atos do Presidente n.ºs 37 e 39, de 2013)

**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT)

**Instalação:** 02/10/2013

**Prazo final prorrogado:** 10/05/2014

### MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) <sup>(1)</sup>

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

VAGO <sup>(2)</sup>

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Senador Delcídio do Amaral (PT)

#### Notas:

\*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n.º 37, de 2013.

\*\*. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n.º 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

\*\*\*. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n.ºs 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

\*\*\*\*. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n.ºs 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.

\*\*\*\*\*. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente n.º 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.

\*\*\*\*\*. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente n.º 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. n.º 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

**Secretário(a):** KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

**Telefone(s):** 61 33033501

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.gov.br



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(58)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) <sup>(89,58,86)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(68,13)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) <sup>(10,14,61)</sup>
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) <sup>(33)</sup>
José Pimentel (PT) <sup>(10,9)</sup>	3. Aníbal Diniz (PT) <sup>(42,41)</sup>
Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(90)</sup>	4. Humberto Costa (PT) <sup>(57,90)</sup>
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) <sup>(46,47,34,35,70)</sup>	6. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(70,8)</sup>
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(65,62)</sup>	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(62,66)</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(69)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(29)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB) <sup>(60)</sup>	1. Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(60)</sup>
VAGO <sup>(87,60)</sup>	2. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(22,17,60)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(49,50,37,36,60,73)</sup>	3. Lobão Filho (PMDB) <sup>(60,83)</sup>
Roberto Requião (PMDB) <sup>(64,60)</sup>	4. Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(60,63)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(60)</sup>	5. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(60)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(60,63)</sup>	6. Clésio Andrade (PMDB) <sup>(27,26,3,16,7,60)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(60)</sup>	7. Ana Amélia (PP) <sup>(60)</sup>
Ivo Cassol (PP) <sup>(60)</sup>	8. Ciro Nogueira (PP) <sup>(60)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(20,18,12,11,60)</sup>	9. Benedito de Lira (PP) <sup>(5,60)</sup>
Kátia Abreu (PMDB) <sup>(82,59,60,44,43,25,55,23)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(1,56)</sup>	1. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(56)</sup>
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(56)</sup>	2. Aécio Neves (PSDB) <sup>(2,56)</sup>
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(56)</sup>	3. Paulo Bauer (PSDB) <sup>(56)</sup>
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(31,32,30)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(30,88,79,81,85)</sup>	5. Wilder Moraes (DEM) <sup>(4,40,15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) <sup>(45,29)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB) <sup>(67)</sup>	1. Gim (PTB) <sup>(67,74)</sup>
João Vicente Claudino (PTB) <sup>(78,67,74)</sup>	2. Alfredo Nascimento (PR) <sup>(48,78,67,75)</sup>
Blairo Maggi (PR) <sup>(67,53,26,27,28)</sup>	3. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(38,39,51,52,71,72,67,76)</sup>



Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)

4. VAGO (80,84,67,77,21)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).



16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.



52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.

85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.

86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).

89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2014 - CAE).

90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Moraes (DEM) <sup>(1)</sup>	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB )</b>	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

**Notas:**

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT) <sup>(5,6)</sup>	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(4,3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Benedito de Lira (PP) <sup>(8)</sup>	1. VAGO <sup>(9)</sup>
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(7)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB )</b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

### Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (Of. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- \*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- \*\*\*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Domelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

### 1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
VAGO (1)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB )</b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

**Notas:**

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

\*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

#### 1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB )</b>	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

**Notas:**

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).

3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).

\*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(36)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(36)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(42,8)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) <sup>(26)</sup>
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) <sup>(18)</sup>
Ana Rita (PT) <sup>(57)</sup>	4. Wellington Dias (PT) <sup>(57)</sup>
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(22)</sup></b>	
Waldemir Moka (PMDB) <sup>(23,35)</sup>	1. VAGO <sup>(17,30,6,23,55,35)</sup>
Roberto Requião (PMDB) <sup>(2,23,37,35)</sup>	2. VAGO <sup>(30,23,49,35)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(4,23,3,35)</sup>	3. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(30,23,35)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(23,35)</sup>	4. Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(30,23,37,35)</sup>
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(23,35)</sup>	5. Romero Jucá (PMDB) <sup>(30,23,35)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(14,21,15,16,23,35)</sup>	6. Benedito de Lira (PP) <sup>(10,30,23,35)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(25,30,23,35)</sup>	7. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(30,23,35)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(34)</sup>	1. Aécio Neves (PSDB) <sup>(34)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(34)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB) <sup>(11,13,9,34)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(7,9,44,43,40,34)</sup>	3. Paulo Bauer (PSDB) <sup>(34)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(56,52,50,54)</sup>	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) <sup>(27,22)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(31,46,38,45,41)</sup>	1. Armando Monteiro (PTB) <sup>(41)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(41,1,5)</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB) <sup>(24,41)</sup>
Gim (PTB) <sup>(28,29,32,58,47,48,53,51,39,41)</sup>	3. VAGO <sup>(33,41,19,20)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).



27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG).
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 11/2014-BLUFOR).

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ****Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(77)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) <sup>(77)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(82,23)</sup></b>	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) <sup>(9,89,87)</sup>
Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(54,55,110)</sup>	2. Lídice da Mata (PSB) <sup>(9,55,56)</sup>
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) <sup>(7,9,75)</sup>
Anibal Diniz (PT) <sup>(6,74)</sup>	4. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(24,60,61,49,25,51)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) <sup>(78,8)</sup>
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) <sup>(32,33)</sup>	7. Humberto Costa (PT) <sup>(12)</sup>
Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(86)</sup>	8. Paulo Paim (PT) <sup>(108,91,93)</sup>
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(87)</sup>	9. Wellington Dias (PT) <sup>(92)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(38)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB) <sup>(39,50,76)</sup>	1. Ciro Nogueira (PP) <sup>(16,4,27,20,39,2,50,98,76,94)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(15,1,39,50,76)</sup>	2. Roberto Requião (PMDB) <sup>(3,16,36,39,46,50,76)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(39,50,76)</sup>	3. VAGO <sup>(16,53,63,39,64,13,50,52,76)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(39,50,109,76,111)</sup>	4. Clésio Andrade (PMDB) <sup>(16,14,39,50,76)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(20,39,50,76)</sup>	5. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(39,76)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(26,39,76,105,103)</sup>	6. Benedito de Lira (PP) <sup>(39,76)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(39,76)</sup>	7. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(39,107,76,106)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(76,73,40,41,43,70)</sup>	8. Kátia Abreu (PMDB) <sup>(104,76,73,57,40,41,43,58,69,68,31,30,29,37)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(94)</sup>	9. Lobão Filho (PMDB) <sup>(97,96,102,88,95)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB) <sup>(71)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(22,71)</sup>
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(71)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(71,100,99,72)</sup>
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(71)</sup>	3. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(71,85,11)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(17,42)</sup>	4. Paulo Bauer (PSDB) <sup>(44,18,42)</sup>
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(85)</sup>	5. Cyro Miranda (PSDB) <sup>(85,100)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) <sup>(59,38)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB) <sup>(81)</sup>	1. Gim (PTB) <sup>(45,65,80,81,5)</sup>
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(62,84,83,81)</sup>	2. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(45,79,81,10)</sup>
Magno Malta (PR) <sup>(81)</sup>	3. Blairo Maggi (PR) <sup>(66,67,81,34,19,35,21)</sup>
Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(81)</sup>	4. Alfredo Nascimento (PR) <sup>(47,48,81,101,90)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e



os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

\*\*\*\*\*. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)



16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).



47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).



78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013- BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013- GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013- GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013- GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Designação:** 19/10/2011

**Instalação:** 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(1)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO <sup>(2)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1.
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

**Notas:**

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.



**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(63)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(63)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(68,15)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) <sup>(36)</sup>
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) <sup>(47)</sup>
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) <sup>(23,13)</sup>
Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(69)</sup>	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(9)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) <sup>(16)</sup>
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(30,82)</sup>
João Capiberibe (PSB) <sup>(80,82)</sup>	9.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(39)</sup></b>	
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(41,60)</sup>	1. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(44,2,19,41,60)</sup>
Roberto Requião (PMDB) <sup>(28,26,27,38,41,60)</sup>	2. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(44,54,41,60)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(6,12,25,41,60)</sup>	3. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(41,60)</sup>
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(31,29,37,41,60)</sup>	4. VAGO <sup>(44,41,60,87)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(17,41,74,60,84)</sup>	5. Pedro Simon (PMDB) <sup>(44,41,75)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(44,41,60)</sup>	6. VAGO <sup>(20,44,41)</sup>
Benedito de Lira (PP) <sup>(44,52,53,46,41,45,60)</sup>	7. VAGO <sup>(10,41)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(44,41,60)</sup>	8. <sup>(41)</sup>
Kátia Abreu (PMDB) <sup>(44,41,81,60)</sup>	9. <sup>(41)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(3,59)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(32,59)</sup>
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(22,14,59)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(5,59,70)</sup>
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(59)</sup>	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(4,59)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(18,51,59)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(7)</sup>	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(42,43,8,62,61,76,78,59)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) <sup>(48,39)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB) <sup>(66)</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(55,66,64)</sup>
Gim (PTB) <sup>(66,77,72,71,73)</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB) <sup>(40,66,67,1)</sup>
VAGO <sup>(66,86,79,24,11)</sup>	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(66,57,73,34,35)</sup>
VAGO <sup>(66,85,58,83,24)</sup>	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(49,50,56,66,83,65)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).



20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).



52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (Of. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014).

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Notas:**

\*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br



## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(58)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(58)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(64,11)</sup></b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(67,63)</sup>
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(43,44,12,8,35,36)</sup>	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(3,76,77)</sup>
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) <sup>(62)</sup>	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) <sup>(80,77)</sup>	5. Delcídio do Amaral (PT) <sup>(76,60,78)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(33)</sup></b>	
Romero Jucá (PMDB) <sup>(13,55)</sup>	1. VAGO <sup>(38,47,48,37,55,79)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(34,16,17,55)</sup>	2. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(55)</sup>
Garibaldi Alves (PMDB) <sup>(55,57)</sup>	3. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(18,17,55)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(4,55)</sup>	4. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(14,55,68,61)</sup>
Ivo Cassol (PP) <sup>(55)</sup>	5. Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(28,29,31,57)</sup>
Kátia Abreu (PMDB) <sup>(21,19,10,9,55,75)</sup>	6. VAGO <sup>(27,26,25,6,32)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(72,73,50,52)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(50)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5,7,53,50)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(54,50)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(24,23,15)</sup>	3. Cyro Miranda (PSDB) <sup>(45,23,74)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) <sup>(40,33)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(46,65,59,22,1)</sup>	1. Gim (PTB) <sup>(65,56,59,2)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(42,41,49,65,59,51)</sup>	2. VAGO <sup>(39,65,71,70,59,69)</sup>
Fernando Collor (PTB) <sup>(65)</sup>	3. Armando Monteiro (PTB) <sup>(65,66)</sup>

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.



\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (Of. nº 046/2011 - GLPTB / Of. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. nº 36/2011 - GLDBAG).

4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 196/2011 - GLPMDB).

5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 210/2011 - GLPMDB).

7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 143/11-GLPSDB).

8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 255/2011 - GLPMDB).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 059/2011-GLDEM).

16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 289/11-GLPMDB)

18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).

23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 - GLDEM).

24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDEM).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 331/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.



33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Reuniões:** terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br



### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(3)</sup></b>	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO <sup>(13)</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) <sup>(2,6)</sup>	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(10)</sup></b>	
VAGO <sup>(9)</sup>	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO <sup>(7,15)</sup>	2. VAGO <sup>(9,4,11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(1,8)</sup>	1. VAGO <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) <sup>(10)</sup></b>	
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(14,5)</sup>	1. VAGO <sup>(13)</sup>

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
  2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
  5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
  7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
  6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
  11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
  12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
  13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
  14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
  15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- \*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO (18,22,21)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

**RELATOR:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) (2)</b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (10,9,7)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) (6)</b>	
VAGO (7,22,21)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) (6)</b>	
Blairo Maggi (PR) (12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) (13,14,7,15,17)

### Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.



13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).

19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).

20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).

21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(13)</sup>

**RELATOR:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(13)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(2)</sup></b>	
Jorge Viana (PT) <sup>(6)</sup>	1. Anibal Diniz (PT) <sup>(9,6)</sup>
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO <sup>(14)</sup>
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(8)</sup></b>	
VAGO <sup>(4,7,3,1,15)</sup>	1. Ivo Cassol (PP) <sup>(10)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(11)</sup>	2. Eduardo Braga (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) <sup>(8)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(9,12,5)</sup>	1. VAGO <sup>(14)</sup>

**Notas:**

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.

6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).

8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).

10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).

11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br



#### 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1,3)</sup>

**Instalação:** 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
Anibal Diniz (PT) <sup>(2)</sup>	1. Jorge Viana (PT) <sup>(2)</sup>
VAGO <sup>(4,2)</sup>	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(2)</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(2)</sup>	1. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB )</b>	
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(2)</sup>	1. Blairo Maggi (PR) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).
2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).
3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).
4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(60)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(60)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(66,14)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) <sup>(50,47,59)</sup>	2. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(12,23)</sup>
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(68)</sup>	4. Aníbal Diniz (PT) <sup>(26,13,24)</sup>
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) <sup>(37,38,72,10)</sup>	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(21,59,77)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(41)</sup></b>	
Roberto Requião (PMDB) <sup>(67,75,58)</sup>	1. VAGO <sup>(6,8,32,25,81,75,58)</sup>
VAGO <sup>(27,11,28,29,2,40,70,58)</sup>	2. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(36,58)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(31,33,39,58)</sup>	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) <sup>(30,16,74,58,62,76)</sup>	4. VAGO <sup>(19)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(18,58)</sup>	5. VAGO <sup>(11)</sup>
Lídice da Mata (PSB) <sup>(74,78,76)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(34,7,15,44,3,71,61)</sup>	1. VAGO <sup>(5,22,57)</sup>
VAGO <sup>(4)</sup>	2. VAGO <sup>(56)</sup>
VAGO <sup>(35,17,52,43)</sup>	3. Wilder Moraes (DEM) <sup>(46)</sup>
	4.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) <sup>(49,41)</sup></b>	
Magno Malta (PR) <sup>(54,65,1)</sup>	1. João Vicente Claudino (PTB) <sup>(53,45,65,79)</sup>
Gim (PTB) <sup>(42,69,64,65,9)</sup>	2. VAGO <sup>(65,63,80,79)</sup>
Eduardo Lopes (PRB) <sup>(73,65)</sup>	3. VAGO <sup>(48,51,55,65)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.



\*\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)



31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
50. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Cabipiribe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB).
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(2)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) <sup>(7)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(5)</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1,6)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

**Aprovação do Requerimento:** 29/03/2012

**Instalação:** 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (1)	1.

### Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

\*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

\*\*\*. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA**

**Finalidade:** Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
	1.

**Notas:**

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

\*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

#### 6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

\*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(41)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) <sup>(41)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(48,7)</sup></b>	
Jorge Viana (PT) <sup>(43)</sup>	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(49,44,43)</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB) <sup>(6,4)</sup>	3. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(3,60)</sup>
Aníbal Diniz (PT) <sup>(9,8,5,44)</sup>	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(18,17)</sup>
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) <sup>(16)</sup>
Lídice da Mata (PSB) <sup>(42)</sup>	6. João Capiberibe (PSB) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(22)</sup></b>	
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(40)</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(57,40)</sup>
Jarbas Vasconcelos (PMDB) <sup>(40)</sup>	2. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(40)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(23,27,24,40)</sup>	3. Roberto Requião (PMDB) <sup>(40)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(40)</sup>	4. Romero Jucá (PMDB) <sup>(40)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(40)</sup>	5. Ana Amélia (PP) <sup>(40)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(40)</sup>	6. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(14,28,32,33,12,13,21,40)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(39,38)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(38)</sup>
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(2,38)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(38)</sup>
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) <sup>(30,10,56,59,55,58,45)</sup>
Cyrol Miranda (PSDB) <sup>(50)</sup>	4. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(53)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) <sup>(29,22)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(47,51,52)</sup>	1. Gim (PTB) <sup>(34,47,46)</sup>
Fernando Collor (PTB) <sup>(31,47)</sup>	2. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(47,1)</sup>
Magno Malta (PR) <sup>(25,26,35,36,47)</sup>	3. Armando Monteiro (PTB) <sup>(47,37,54,19,20)</sup>

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyrol Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular, e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.



\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).



27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Domelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPSDB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (OF. GLDBAG nº 16/2014).



### **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007\*\*, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(3)</sup></b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,10,9,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. VAGO (4,2,13)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(7)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (6,5)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

### Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

\*\*\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

\*\*\*\*\*. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br



### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(2)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(6,8,7,9,10)</sup>	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(4,3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(5)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO	1. José Agripino (DEM) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

\*\*\*\*. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

#### 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(6)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) (18,15,16,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,11)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (7,4)	4. VAGO (9,5,1,23)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(13)</sup></b>	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) <sup>(13)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.



15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).

16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(52)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(52)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(59,8)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(20,19)</sup>
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(43,44,30,31)</sup>	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO <sup>(18,77)</sup>	6. Lídice da Mata (PSB) <sup>(67)</sup>
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(24)</sup></b>	
Clésio Andrade (PMDB) <sup>(32,46,25,47,33,54)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(25,54)</sup>
Lobão Filho (PMDB) <sup>(25,54)</sup>	2. VAGO <sup>(2,25,3,10,75,54)</sup>
Eduardo Braga (PMDB) <sup>(25,54)</sup>	3. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(25,54)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(25,54)</sup>	4. Roberto Requião (PMDB) <sup>(25,9,54)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(25,58,54)</sup>	5. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(22,21,25,11,54)</sup>
Jader Barbalho (PMDB) <sup>(25,64,54)</sup>	6. Ivo Cassol (PP) <sup>(25,54)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(25,54)</sup>	7. Francisco Dornelles (PP) <sup>(17,25,15,23,16,54)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(53,54,39,38,26,29,50,49)</sup>	8. Kátia Abreu (PMDB) <sup>(71,53,54,26,27,29,50,12,5,14,6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(65,55,51)</sup>	1. Aécio Neves (PSDB) <sup>(51)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(51)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(51)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(1,4,51)</sup>	3. Ruben Figueiró (PSDB) <sup>(7,4,72,61,51)</sup>
Wilder Moraes (DEM) <sup>(36,28)</sup>	4. Jayme Campos (DEM) <sup>(37,28,76,68,70,74)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) <sup>(40,24)</sup></b>	
Fernando Collor (PTB) <sup>(60)</sup>	1. Gim (PTB) <sup>(60)</sup>
Blairo Maggi (PR) <sup>(45,35,60,57)</sup>	2. VAGO <sup>(60,66)</sup>
VAGO <sup>(34,60,73,69,63,62)</sup>	3. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(41,42,48,60,56)</sup>
Alfredo Nascimento (PR) <sup>(60)</sup>	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(60)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.



\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.



24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (Of. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2012).
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (Of. nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CI).

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Amando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (Of. nº 18/2014 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



### 8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### 8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Eduardo Lopes (PRB)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB )</b>	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

**Notas:**

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

### 8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Aprovação do Requerimento:** 08/03/2012

**Instalação:** 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,10,6)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB )</b>	
	1. VAGO (7,4,3,8,9,11)

**Notas:**

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.

13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).

\*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

\*\*\*. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



#### 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(3)</sup>	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB )</b>	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

**Notas:**

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).

\*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(46)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) <sup>(46)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(49,10)</sup></b>	
Wellington Dias (PT) <sup>(1)</sup>	1. João Capiberibe (PSB) <sup>(44)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(43)</sup>	2. Zeze Perrella (PDT) <sup>(11,7)</sup>
Inácio Arruda (PCdoB) <sup>(45)</sup>	3. Walter Pinheiro (PT) <sup>(2,47)</sup>
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(38,39,32,33)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(29)</sup></b>	
Romero Jucá (PMDB) <sup>(42)</sup>	1. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(14,42)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(31,20,22,28,21,42)</sup>	2. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(42)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(42)</sup>	3. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(3,37,42)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(34,15,42)</sup>	4. Ivo Cassol (PP) <sup>(26,42)</sup>
Benedito de Lira (PP) <sup>(42)</sup>	5. VAGO <sup>(8,16,18,9)</sup>
Kátia Abreu (PMDB) <sup>(57,42)</sup>	6. VAGO <sup>(23,24,27)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(12,19,5,41)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(41)</sup>
Ruben Figueiró (PSDB) <sup>(41)</sup>	2. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(6,41)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) <sup>(4,35)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) <sup>(36,29)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB) <sup>(40,48,50)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(50,59)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(30,62,52,51,55,58,50,61)</sup>	2. VAGO <sup>(50)</sup>
VAGO <sup>(56,54,60,50,53)</sup>	3. <sup>(50)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.



\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).



34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(1)</sup></b>	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
<b>PSC</b>	
Eduardo Amorim <sup>(7,8,4,3,5)</sup>	

**Notas:**

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br



## 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(4)</sup></b>	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO <sup>(11,10)</sup>
VAGO <sup>(9)</sup>	2. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(8)</sup></b>	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(12)</sup>
Ivo Cassol (PP) <sup>(3,6,5,7)</sup>	2. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)

### Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

## 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.



**9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Designação:** 14/06/2011

**Instalação:** 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(2)</sup></b>	
Zeze Perrella (PDT) <sup>(1,4)</sup>	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(9)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(5)</sup>	2. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(3,8)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
  4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
  5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
  6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
  7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
  8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
  9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- \*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(64)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(64)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(15,65)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(23,22,10,7,80,57)</sup>	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(67)</sup>
Zeze Perrella (PDT) <sup>(16,11)</sup>	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(47,38)</sup>	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(67,4)</sup>	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(37)</sup></b>	
Clésio Andrade (PMDB) <sup>(62)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(28,52,35,29,62)</sup>
VAGO <sup>(62,78)</sup>	2. Luiz Henrique (PMDB) <sup>(62)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(27,49,25,36,26,62)</sup>	3. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(39,40,51,53,62)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(62)</sup>	4. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(62)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(21,19,12,13,62,76)</sup>	5. Ciro Nogueira (PP) <sup>(62)</sup>
Benedito de Lira (PP) <sup>(62)</sup>	6. Ivo Cassol (PP) <sup>(17,62,76)</sup>
Kátia Abreu (PMDB) <sup>(62,75,61,31,59)</sup>	7. Garibaldi Alves (PMDB) <sup>(61,63,32,44,43,58,59)</sup>
Waldemir Moka (PMDB) <sup>(68,69,46,66,33,34,24)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(60,2,71,73)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(60)</sup>
Ruben Figueiró (PSDB) <sup>(60)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(3,14,9,60)</sup>
Jayme Campos (DEM) <sup>(79,74,72,77)</sup>	3. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5,48,18,70)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) <sup>(45,37)</sup></b>	
Gim (PTB) <sup>(50,49,1,8)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(54,6)</sup>
	2. Blairo Maggi (PR) <sup>(41,42,56,55,24)</sup>

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que – tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões



Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).



35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).



69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo (Of. nº 12/2014 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3303 3506

**Fax:** 3303 1017

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA  
BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Zeze Perrella (PDT-MG) <sup>(34)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) <sup>(34)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(38,7)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) <sup>(32)</sup>	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(40,33)</sup>
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(12,10)</sup>
João Capiberibe (PSB) <sup>(17,8,9)</sup>	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) <sup>(40)</sup>	5. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(20,19,1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(21)</sup></b>	
Lobão Filho (PMDB) <sup>(31)</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2,11,4,31)</sup>
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(22,27,28,23,31)</sup>	2. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(31)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(31)</sup>	3. Ivo Cassol (PP) <sup>(31)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(36,31)</sup>	4. Benedito de Lira (PP) <sup>(26,31)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(31)</sup>	5. VAGO <sup>(15,13,5,6,43,35)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(31)</sup>	6. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(30,37)</sup>	1. VAGO <sup>(30,37)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(30)</sup>	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(30)</sup>
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB ) <sup>(24,21)</sup></b>	
Gim (PTB) <sup>(25,39)</sup>	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(39)</sup>
Alfredo Nascimento (PR) <sup>(39,16,3)</sup>	2. VAGO <sup>(41,29,42,39,16)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(39)</sup>	3. <sup>(39)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.



\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.



28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3303-1120

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**E-mail:** scomcct@senado.gov.br**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL**

**Finalidade:** Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>**Instalação:** 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL )</b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB )</b>	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

**Notas:**

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

\*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF****PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(1)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(2)</sup>	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(2)</sup>	2.
Ana Amélia (PP) <sup>(2)</sup>	3.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL ) <sup>(1)</sup></b>	
Cristovam Buarque (PDT) <sup>(3)</sup>	1. Lídice da Mata (PSB) <sup>(3)</sup>
Humberto Costa (PT) <sup>(3)</sup>	2. Inácio Arruda (PCdoB) <sup>(3)</sup>
Walter Pinheiro (PT) <sup>(8,3)</sup>	3. Pedro Taques (PDT) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(5)</sup>	1.
Wilder Moraes (DEM) <sup>(7)</sup>	2. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PRB )</b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(4)</sup>	1.
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(4)</sup>	2.

**Notas:**

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.

2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).

3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).

4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).

5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).

6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).

7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Moraes é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013.

8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).

**Secretário(a):** Flávio Roberto de Almeida Heringer**Telefone(s):** 3303-3487 (ou 2024)**E-mail:** csf@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 17/09/2013

**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



**2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1)</sup>**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
VAGO (3)		1.	VAGO
Valdir Raupp (RO)		2.	VAGO
João Alberto Souza (MA)		3.	VAGO
Romero Jucá (RR)		4.	VAGO
PT			
Wellington Dias (PI)		1.	Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)		2.	Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)		3.	Angela Portela (RR)
PSDB			
Mário Couto (PA)		1.	Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2.	VAGO
PTB			
Gim (DF)		1.	João Vicente Claudino (PI)
PP			
Ciro Nogueira (PI)		1.	
PDT			
Acir Gurgacz (RO)		1.	
PSB			
Lídice da Mata (BA)		1.	Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM			
Jayme Campos (MT) (2)		1.	Maria do Carmo Alves (SE)
PR			
Antonio Carlos Rodrigues (SP)		1.	VAGO
PSD			
Sérgio Petecão (AC)		1.	Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

**Notas:**

\*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

**Atualização:** 03/02/2014

### 3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) <sup>(2)</sup>	COORDENADOR

Atualização: 05/11/2013

**Notas:**

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013
2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260  
**E-mail:** scop@senado.leg.br

### 4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** (61) 3303-5255 **Fax:** (61) 3303-5260  
**E-mail:** scop@senado.leg.br

### 5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260  
**E-mail:** scop@senado.leg.br

**6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

**PT**

Angela Portela (RR)

**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

**PTB**

VAGO

**PP**

Ciro Nogueira (PI)

**PDT**João Durval (BA) <sup>(3)</sup>**PSB**

Lídice da Mata (BA)

**DEM**

Maria do Carmo Alves (SE)

**PR**

VAGO

**PSD**

Kátia Abreu (PMDB-TO)

**PCdoB**Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(1)</sup>**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**

Eduardo Lopes (RJ)

**PSC**

---

Eduardo Amorim (SE)

---

**PSOL**

---

Randolfe Rodrigues (AP)

---

**Atualização:** 21/02/2014**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLD PDT nº 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.leg.br



**7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

**PT**

Delcídio do Amaral (MS)

**PSDB**

Cyro Miranda (GO)

**PTB**

Armando Monteiro (PE)

**PP**

Ivo Cassol (RO)

**PDT**Acir Gurgacz (RO) <sup>(3)</sup>**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

**DEM**

José Agripino (RN)

**PR**

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

**PSD**

Sérgio Petecão (AC)

**PCdoB**Inácio Arruda (CE) <sup>(1)</sup>**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**

Eduardo Lopes (RJ)

**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

**PSOL**

---

Randolfe Rodrigues (AP)

---

Atualização: 21/02/2014

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

**8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA***(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(3)</sup>**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

**PT**

Paulo Paim (RS)

**PSDB**

Cícero Lucena (PB)

**PTB**VAGO <sup>(2)</sup>**PP**

Ana Amélia (RS)

**PDT**Cristovam Buarque (DF) <sup>(4)</sup>**PSB**

João Capiberibe (AP)

**DEM**

José Agripino (RN)

**PR**

VAGO

**PSD**

Sérgio Petecão (AC)

**PCdoB**Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(1)</sup>**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**

Eduardo Lopes (RJ)

**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

**PSOL**

---

Randolfe Rodrigues (AP)

---

Atualização: 21/02/2014

**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLD PDT nº 006/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br



**9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(2)</sup>

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**MEMBROS****PMDB**

Ricardo Ferraço (ES)

**PT**

Anibal Diniz (AC)

**PSDB**

Cyro Miranda (GO)

**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

**PP**

Ciro Nogueira (PI)

**PDT**

Cristovam Buarque (DF) <sup>(3)</sup>

**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

**DEM**

Wilder Moraes (GO)

**PR**

VAGO

**PSD**

Kátia Abreu (PMDB-TO)

**PCdoB**

Inácio Arruda (CE) <sup>(1)</sup>

**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**

Eduardo Lopes (RJ)

**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 21/02/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

**10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Luiz Henrique (SC)

**PT**

Jorge Viana (AC)

**PSDB****PTB**

João Vicente Claudino (PI)

**PP**

Ivo Cassol (RO)

**PDT****PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

**DEM**

Wilder Moraes (GO)

**PR**

Blairo Maggi (MT)

**PSD**

Kátia Abreu (PMDB-TO)

**PCdoB**Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(1)</sup>**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**

Eduardo Lopes (RJ)

**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP)

**Representante da sociedade civil organizada**André Lima <sup>(3)</sup>**Pesquisador com produção científica relevante**Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles <sup>(3)</sup>**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**Rui Carlos Ottoni <sup>(3)</sup>**Atualização:** 05/11/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.leg.br



**11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**MEMBROS****PMDB**Luiz Henrique (SC) <sup>(10)</sup>**PT**Paulo Paim (RS) <sup>(11)</sup>**PSDB**Lúcia Vânia (GO) <sup>(8)</sup>**PTB****PP**Ana Amélia (RS) <sup>(6)</sup>**PDT**João Durval (BA) <sup>(7)</sup>**PSB**Lídice da Mata (BA) <sup>(12)</sup>**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(5)</sup>**PR****PSD**Kátia Abreu (PMDB-TO) <sup>(3)</sup>**PCdoB**Inácio Arruda (CE) <sup>(1)</sup>**PV****PRB**Eduardo Lopes (RJ) <sup>(2)</sup>**PSC**Eduardo Amorim (SE) <sup>(9)</sup>**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) <sup>(4)</sup>**Atualização:** 06/09/2013

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

**12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO***(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**MEMBROS****PMDB**Ricardo Ferraço (ES) <sup>(9)</sup>**PT**Paulo Paim (RS) <sup>(10)</sup>**PSDB****PTB****PP****PDT**Acir Gurgacz (RO) <sup>(1)</sup>**PSB**Lídice da Mata (BA) <sup>(2)</sup>**DEM****PR**Blairo Maggi (MT) <sup>(3)</sup>**PSD**Sérgio Petecão (AC) <sup>(4)</sup>**PCdoB**Inácio Arruda (CE) <sup>(5)</sup>**PV****PRB**Eduardo Lopes (RJ) <sup>(6)</sup>**PSC**Eduardo Amorim (SE) <sup>(7)</sup>**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) <sup>(8)</sup>**SDD**

---

**Atualização:** 18/02/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. GLPR nº 013, datado de 18.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br



## COMISSÕES MISTAS

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados <sup>2</sup>**COMPOSIÇÃO <sup>3</sup>**

**Presidente:** Senador Lobão Filho (PMDB/MA) <sup>8</sup>  
**1º Vice-Presidente:** Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) <sup>8</sup>  
**2º Vice-Presidente:** <sup>8 e 9</sup>  
**3º Vice-Presidente:** Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) <sup>8</sup>

**Relator do PLDO / 2014:** Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)  
**Relator do PLOA / 2014:** Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)  
**Relator da Receita:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. <sup>6</sup>
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)</b>	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>5</sup>
<sup>7 e 9</sup>	2. <sup>5 e 7</sup>
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) <sup>5</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) <sup>4</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) <sup>10</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)</b>	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
<b>PSOL <sup>1</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

**Notas:****1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**3-** Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.**4-** Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.**5-** Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.**6-** Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.**7-** Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.**8-** Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.**9-** O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.**10-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airtton (PT/CE)
<b>PMDB</b>	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE) <sup>7 e 12</sup>
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) <sup>4</sup>
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) <sup>4</sup>
<b>PSDB</b>	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) <sup>2</sup>
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) <sup>3</sup>
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3. Nelson Padovani (PSC/PR) <sup>14</sup>
<b>PP</b>	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) <sup>5</sup>
<b>DEM</b>	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) <sup>8</sup>
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
<b>PSD</b>	
Marcos Montes (PSD/MG) <sup>13</sup>	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ihoshi (PSD/SP) <sup>13</sup>
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
<b>PR</b>	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
<b>PSB</b>	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) <sup>6</sup>	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtênir Pereira (PSB/MT)
<b>PDT</b>	
Giovani Cherini (PDT/RS) <sup>11</sup>	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) <sup>10</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
<b>PTB</b>	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
<b>PSC</b>	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) <sup>9</sup>
<b>PCdoB</b>	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
<b>PTdoB<sup>1</sup></b>	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

7- Designado o Deputado Genécias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.

9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.

10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.

11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.

12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genécias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.

13- Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ithoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.

14- Designado o Deputado Nelson Padovani (PSC/PR), como membro suplente, em 27-11-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.121/2013, da Liderança do PSDB.

**Secretária:** Maria do Socorro de L. Dantas

**Telefones:** (61) 3216-6892 / 3216-6893

**Fax:** (61) 3216-6905

**E-mail:** cmo@camara.gov.br

**Local:** Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

**Endereço na Internet:** [www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo)



**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****Relator do PLDO / 2014:** Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)**Relator do PLOA / 2014:** Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)**Relator da Receita:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)**RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014**

<b>ÁREA TEMÁTICA</b>	<b>RELATOR SETORIAL</b>
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Efraim Filho (DEM/PB)**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PSOL</b>	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
<b>PSDB</b>	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
<b>PT</b>	Anibal Diniz (PT/AC)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PSD</b>	Ademir Camilo (PROS/MG)
<b>PP</b>	Carlos Magno (PP/RO)
<b>PSDB</b>	Domingos Sávio (PSDB/MG)
<b>DEM</b>	Efraim Filho (DEM/PB)
<b>PT</b>	Iriny Lopes (PT/ES)
<b>DEM</b>	Mandetta (DEM/MS)
<b>PMDB</b>	Rose de Freitas (PMDB/ES)
<b>PDT</b>	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)



**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PP</b>	Ivo Cassol (PP/RO)
<b>PSC</b>	Eduardo Amorim (PSC/SE)
<b>PCdoB</b>	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PT</b>	Ricardo Berzoini (PT/SP)
<b>PMDB</b>	Pedro Novais (PMDB/MA)
<b>PSB</b>	Severino Ninho (PSB/PE)
<b>PSD</b>	Júlio Cesar (PSD/PI)
<b>PDT</b>	Weverton Rocha (PDT/MA)
<b>PSC</b>	Ricardo Arruda (PSC/PR)
<b>PCdoB</b>	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
<b>PSDB</b>	

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Afonso Florence (PT/BA)**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PMDB</b>	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
<b>PTB</b>	João Vicente Claudino (PTB/PI)
<b>PSB</b>	Lídice da Mata (PSB/BA)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PT</b>	José Airtton (PT/CE)
<b>PMDB</b>	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
<b>PR</b>	José Rocha (PR/BA)
<b>PSD</b>	Armando Vergílio (PSD/GO)
<b>PSB</b>	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
<b>PTdoB</b>	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
<b>PT</b>	Afonso Florence (PT/BA)
<b>PSDB</b>	

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PMDB</b>	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
<b>DEM</b>	Wilder Moraes (DEM/GO)
<b>PT</b>	Walter Pinheiro (PT/BA)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PT</b>	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
<b>PMDB</b>	José Priante (PMDB/PA)
<b>PR</b>	Wellington Roberto (PR/PB)
<b>PV</b>	Fábio Ramalho (PV/MG)
<b>PPS</b>	Sandro Alex (PPS/PR)
<b>PTB</b>	Alex Canziani (PTB/PR)
<b>PSD</b>	1
<b>PP</b>	Roberto Teixeira (PP/PE)

**Notas:**

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC**

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados <sup>21</sup>**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin <sup>15, 20 e 27</sup>  
**Vice-Presidente:** Deputado Fernando Ferro <sup>15, 20 e 27</sup>  
**Relator:** Deputado Sarney Filho <sup>16, 20 e 27</sup>

**Instalação:** 27-2-2013 <sup>15, 20 e 27</sup>**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Jorge Viana (PT/AC) <sup>7</sup>	1. Wellington Dias (PT/PI) <sup>7</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>7, 13 e 17</sup>	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) <sup>7</sup>
Blairo Maggi (PR/MT) <sup>7, 23 e 26</sup>	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>7</sup>	4. <sup>7 e 17</sup>
Inácio Arruda (PCdoB/CE) <sup>22 e 36</sup>	5. <sup>22</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)</b>	
Valdir Raupp <sup>3, 14, 29, 33 e 35</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>3 e 29</sup>
Eduardo Braga (PMDB/AM) <sup>3 e 29</sup>	2. Romero Jucá (PMDB/RR) <sup>3 e 29</sup>
Ciro Nogueira (PP/PI) <sup>3, 11, 12 e 29</sup>	3. <sup>3, 29</sup>
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>3, 18 e 29</sup>	4. <sup>3, 19 e 29</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) <sup>2</sup>	1. Jayme Campos <sup>2, 24 e 34</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>6, 10 e 25</sup>	2. <sup>6, 10, 28, 30, 31 e 32</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)</b>	
João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>4 e 29</sup>	1. <sup>8, 9 e 12</sup>
	2.
<b>PSOL <sup>1</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>5 e 29</sup>	1.

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32- - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33- Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36- Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.



**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Fernando Ferro (PT/PE) <sup>2</sup>	1. <sup>2, 19</sup>
Márcio Macêdo (PT/SE) <sup>2</sup>	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) <sup>2</sup>
<b>PMDB</b>	
Valdir Colatto (PMDB/SC) <sup>2, 5 e 6</sup>	1. Colbet Martins (PMDB/BA) <sup>2 e 22</sup>
André Zacharow (PMDB/PR) <sup>2, 9 e 10</sup>	2. Adrian (PMDB/RJ) <sup>10</sup>
<b>PSD</b>	
Hugo Napoleão (PSD/PI) <sup>14 e 15</sup>	1. <sup>14</sup>
<sup>14</sup>	2. <sup>14</sup>
<b>PSDB</b>	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) <sup>2, 11 e 20</sup>	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>2 e 20</sup>
<b>PP</b>	
Gladson Cameli (PP/AC) <sup>2 e 21</sup>	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) <sup>2 e 21</sup>
<b>DEM</b>	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 8</sup>
<b>PR</b>	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) <sup>2 e 18</sup>	1. <sup>2, 12 e 18</sup>
<b>PSB</b>	
Alfredo Sirkis (PSB/RJ) <sup>2, 17 e 23</sup>	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) <sup>2, 7, 13, 17</sup>
<b>PDT</b>	
Giovani Cherini (PDT/RS) <sup>2</sup>	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) <sup>2</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Sarney Filho (PV/MA) <sup>2 e 16</sup>	1. <sup>2 e 16</sup>
<b>PTB <sup>1</sup></b>	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) <sup>2 e 3</sup>	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) <sup>4</sup>

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
- 22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

**Secretário:** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone:** (61) 3303-3122

**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450)

# COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados<sup>1</sup>

## COMPOSIÇÃO

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

### Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) <sup>5</sup>	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>3</sup>	1. Jayme Campos (DEM/MT) <sup>3, 6, 7, 8 e 9</sup>
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL <sup>2</sup>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>4</sup>	1.

#### Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

### Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI**(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)  
(Resolução nº 2, de 2013-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino <sup>4</sup>**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço <sup>4</sup>

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) <sup>1</sup>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) <sup>2</sup>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> NILSON LEITÃO (PSDB-MT)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u></b> MÁRIO COUTO (PSDB-PA) <sup>3</sup>
<b><u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u></b>	<b><u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) <sup>5</sup>
<b><u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u></b>	<b><u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u></b>
<b><u>DEPUTADO INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b>	<b><u>SENADOR INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>

(Atualizada em 13.02.2014)

**Notas:**

1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
 Senado Federal – Anexo II - Térreo  
**Telefones:** (61) 3303-4561 / 3303-5258  
**E-mail:** scop@senado.gov.br  
**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/ccai



**COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM**  
(Resolução nº 1, de 2014-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

**COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCLP**  
(Resolução nº 2, de 2014-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

**PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO**

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

**Presidente: Senador Renan Calheiros**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**Vice-Presidente: Deputado André Vargas**

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS****ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

**Senado Federal**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) <sup>1</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>5</sup>	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) <sup>5</sup>
Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>5</sup>	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) <sup>5</sup>
Clésio Andrade (PMDB/MG) <sup>5</sup>	3. <sup>5 e 11</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) <sup>1</sup></b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) <sup>2</sup>	1. Pedro Taques (PDT/MT) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>2</sup>	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Paulo Paim (PT/RS) <sup>2 e 7</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) <sup>7</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Cyro Miranda (PSDB/GO) <sup>2</sup>	1. <sup>6 e 10</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>2 e 6</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
Alfredo Nascimento (PR/AM) <sup>3</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>3</sup>
Gim (PTB/DF) <sup>3</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>3</sup>
<b>PSD <sup>4</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>2</sup>	1. <sup>2, 8, 9 e 12</sup>

**Notas:**

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
	1.
	2.
<b>PMDB</b>	
Leandro Vilela (PMDB/GO) <sup>1</sup>	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) <sup>1</sup>
Luiz Pitiman (PSDB/DF) <sup>1</sup>	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) <sup>1</sup>
<b>PSDB</b>	
	1.
<b>PP</b>	
Roberto Britto (PP/BA) <sup>1</sup>	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) <sup>1</sup>
<b>DEM</b>	
Augusto Coutinho (SDD/PE) <sup>1</sup>	1. João Bittar (DEM/MG) <sup>1</sup>
<b>PR</b>	
	1.
<b>PSB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Augusto Carvalho (SDD/DF) <sup>1</sup>	1.
<b>PTB</b>	
	1.

**Notas:**

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

**Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI**

**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

**Presidente:** Deputado Cândido Vaccarezza <sup>1</sup>  
**Vice-Presidente:** Senador Flexa Ribeiro <sup>1</sup>  
**Relator:** Senador Romero Jucá <sup>1</sup>

**Instalação:** 12-3-2013 <sup>1</sup>  
**Prazo Final:** 11-5-2013  
**Prazo Final Prorrogado:** 11-7-2013 <sup>2</sup>  
**Prazo Final Prorrogado:** 9-9-2013 <sup>3</sup>  
**Prazo Final Prorrogado:** 23-12-2013 <sup>4</sup>  
**Prazo Final Prorrogado:** 22-12-2014 <sup>5</sup>

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

**Notas:**

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
- 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
- 3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
- 4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.
- 5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

**Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI**

**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho  
**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514  
**E-mail:** sscepi@senado.gov.br



## ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

**Presidente:** Deputado Cândido Vaccarezza<sup>1</sup>  
**Relator:** Senador Romero Jucá<sup>2</sup>

**Instalação:** 2-4-2013<sup>2</sup>  
**Prazo Final:** 30-9-2013<sup>4</sup>  
**Prazo Final Prorrogado:** 23-12-2013<sup>6</sup>  
**Prazo Final Prorrogado:** 22-12-2014<sup>13</sup>

### Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes <sup>7</sup>
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) <sup>9</sup>
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) <sup>10</sup>
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) <sup>3</sup>	Esperidião Amin (PP/SC) <sup>12</sup>
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	
João Maia (PR/RN) <sup>5 e 9</sup>	

### Senado Federal

Titulares	Suplentes <sup>7</sup>
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) <sup>7 e 8</sup>
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) <sup>7</sup>
Walter Pinheiro (PT/BA) <sup>12</sup>	Ruben Figueiró (PSDB/MS) <sup>11</sup>
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) <sup>5 e 7</sup>	

#### Notas:

- 1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
- 2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
- 3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
- 4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
- 5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.
- 6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.
- 7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.
- 8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 - GSKAAB.
- 9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.
- 10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
- 11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.
- 12 - Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.
- 13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

#### Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho  
**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514  
**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## CONSELHOS E ÓRGÃO

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> André Vargas (PT-PR)	<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Jorge Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Fábio Faria (PSD-RN)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Romero Jucá (PMDB-RR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Simão Sessim (PP-RJ)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Angela Portela (PT-RR)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Biffi (PT/MS)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> José Guimarães (PT/CE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u></b> Mário Couto (PSDB-PA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Décio Lima (PT/SC)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
scop@senado.gov.br

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**(13 titulares e 13 suplentes)<sup>1</sup>

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**<sup>2</sup>Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA**<sup>2</sup>

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	<b>WALTER VIEIRA CENEVIVA</b>	<b>DANIEL PIMENTEL SLAVIERO</b>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	<b>GILBERTO CARLOS LEIFERT</b>	<b>MÁRCIO NOVAES</b>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	<b>ALEXANDRE KRUEL JOBIM</b>	<b>LOURIVAL SANTOS</b>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	<b>ROBERTO FRANCO</b>	<b>LILIANA NAKONECHNYJ</b>
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	<b>CELSO AUGUSTO SCHRÖDER</b>	<b>MARIA JOSÉ BRAGA</b>
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	<b>JOSÉ CATARINO NASCIMENTO</b>	<b>VAGO</b> <sup>3</sup>
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	<b>JORGE COUTINHO</b>	<b>MÁRIO MARCELO</b>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	<b>LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA</b>	<b>PEDRO PABLO LAZZARINI</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>MIGUEL ANGELO CANÇADO</b>	<b>WRANA PANIZZI</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>DOM ORANI JOÃO TEMPESTA</b>	<b>PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>RONALDO LEMOS</b>	<b>VAGO</b> <sup>4</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>JOÃO MONTEIRO FILHO</b>	<b>VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>FERNANDO CESAR MESQUITA</b>	<b>LEONARDO PETRELLI</b>

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

**Notas:**

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs



**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

**I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES****Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO****Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)



**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

**Coordenador:** José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Lílilana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wlana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

**Coordenador:** Alexandre Kruehl Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Lílilana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wlana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

**Coordenador:** Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Resolução nº 1/2011-CN

**COMPOSIÇÃO**<sup>1</sup>**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima<sup>2</sup>**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer<sup>2</sup>**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling<sup>2</sup>**Designação:** 07.05.2013**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
<b>PT</b>	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	IARA BERNARDI
FERNANDO MARRONI	MARCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
<b>PMDB</b>	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
<b>PSDB</b>	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO <sup>3, 10</sup>
EDUARDO AZEREDO	
Vago <sup>4</sup>	
<b>PSD</b>	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
<b>PP</b>	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
<b>PR</b>	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
<b>PSB</b>	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
VAGO <sup>6</sup>	LEOPOLDO MEYER
<b>DEM</b>	
JÚLIO CAMPOS	
<b>PDT</b>	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
<b>PTB</b>	
PAES LANDIM	JORGE CORTE REAL
<b>BLOCO PV / PPS</b>	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
<b>PSC</b>	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
<b>PCDOB</b>	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
<b>PRB</b>	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
<b>PTDOB</b>	
LUIS TIBÉ	



**Senadores**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)</b>	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM <sup>8</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ <sup>5</sup>
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES <sup>5</sup>	HUMBERTO COSTA
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS <sup>7</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)</b>	
MOZARILDO CAVALCANTI <sup>11</sup>	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE <sup>9</sup>	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 20.12.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu desligamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. Nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exª apostada no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil  
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: cpcm@camara.gov.br  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**Presidente:** Deputado Ruben Martinez Huelmo (Uruguai)  
**Vice-Presidente:** Senadora Beatriz Rojkes de Alperovich (Argentina)  
**Vice-Presidente:** Senador Roberto Requião (Brasil)  
**Vice-Presidente:** Senador Tomás Enrique Bittar Navaro (Paraguai)

Designação: 02.12.2013

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil  
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: cpcm@camara.gov.br  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)



Edição de hoje: 492 páginas  
(O.S. 10595/2014)

Secretaria de Editoração  
e Publicações – SEGRAF

SENADO  
FEDERAL

